

Organicom

ISSN 2238-2593

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS • ANO 19 • NÚMERO 40 • SETEMBRO / DEZEMBRO 2022

ANA INÉS PEPE ARIAS

ANA PAULA HOFFMANN FRITTOLO BASAGLIA

CARMEN MAGALLÓN

CAROLINA BRITO

CAROLINA NODARI,

CLAUDIA LAGO

EDGARD PATRÍCIO

EVA ALTERMAN BLAY

ESTHER VIVAS

FERNANDA LOPES

FLÁVIA BARROSO

FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA

GABRIELA TRINDADE PERRY

JOSILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA

LEANDRA MIGOTTO CERTEZA

MARIA APARECIDA FERRARI

MARIA DANIELA DE ARAÚJO VIANNA

MARIA EDUARDA MARTINS MENDES CORDEIRO

MARCIA BARBOSA

MARLISE BOCK SANTOS

MATÍAS GÓMEZ BALARINI

MILENE ROCHA LOURENÇO LEITZKE

MÓNICA ARZUAGA WILLIAMS

NAILAH NEVES VELECI

NICOLE SBERSE MORÁS

OCTAVIO SALAZAR BENITEZ

PALOMA CHEN

POTYRA TÊ TUPINAMBÁ

RAPHAELLE BATISTA

RENNAN VALERIANO SILVA LIMA

RODRIGO CORREIA DO AMARAL

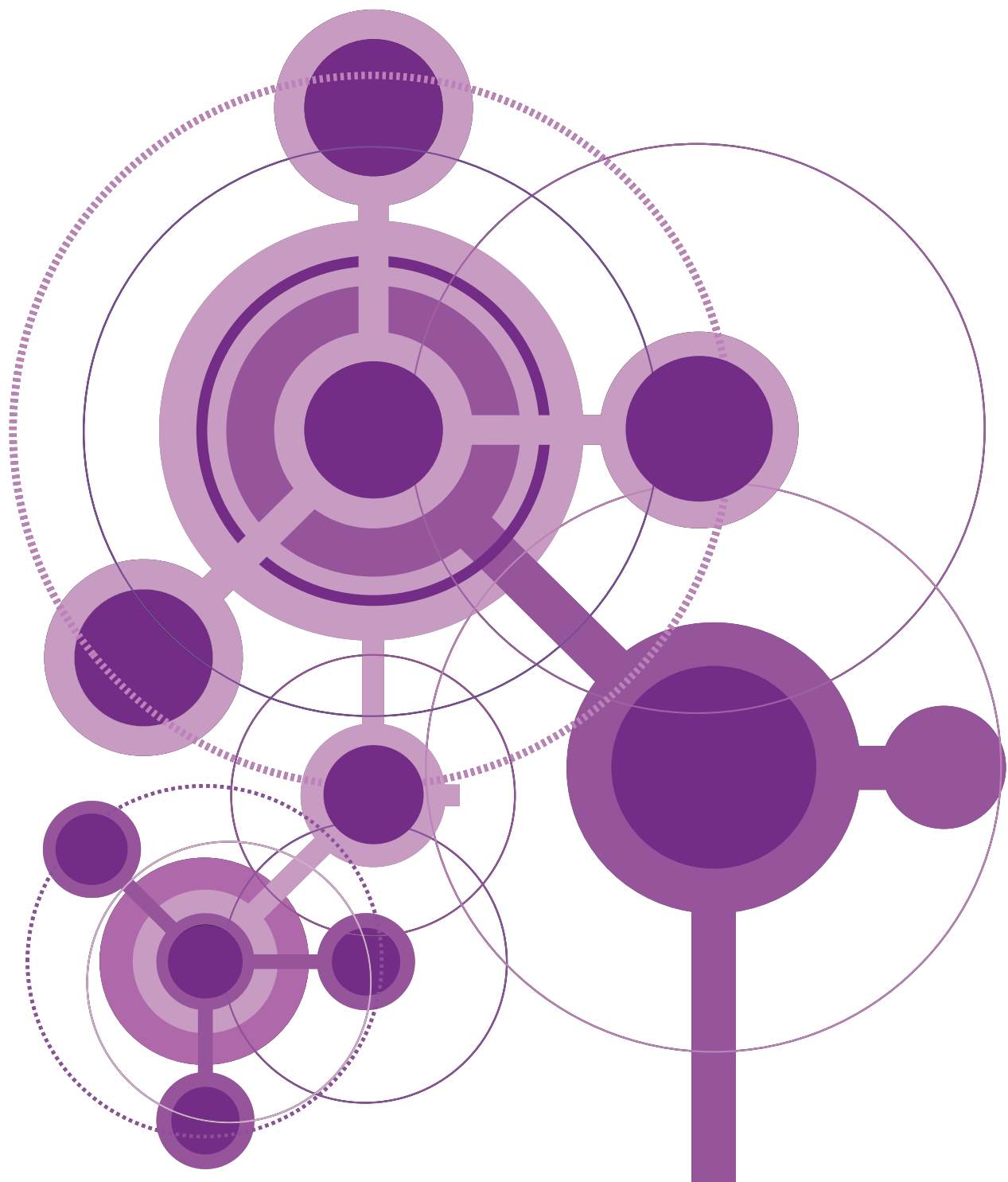
RUDIMAR BALDISSERA

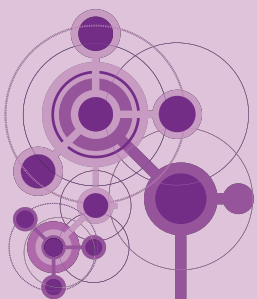
SANDRA RUIZ MORIANA

SHEILA PRADO SARAIVA

DOSSIÊ 40

Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos





organicom

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

Editora / Editor / Editora

Margarida M. Krohling Kunsch / Universidade de São Paulo, Brasil

Editores adjuntos / Associate editors / Editores adjuntos

Valéria Siqueira Castro Lopes / Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Luiz Alberto de Farias / Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL / EDITORIAL COMMITTEE / COMITÉ EDITORIAL

Ana Almansa Martinez / Universidade de Málaga, Espanha

Cláudia Peixoto de Moura / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Luiz Alberto de Farias / Universidade de São Paulo, Brasil

Margarida M. Krohling Kunsch / Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Ferreira Freitas / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Valéria de Siqueira Castro Lopes / Universidade de São Paulo, Brasil

Secretaria / SECRETARIAT / SECRETARÍA

Anne Vitória Gomes/ GESTCORP/ ECA-USP



SÃO PAULO • ANO 19 • NÚMERO 40

Coordenação do dossiê / Coordination of the dossier / Coordinación del dossier

Maria Aparecida Ferrari (Universidade de São Paulo – USP – São Paulo - Brasil)

Sheila Prado Saraiva (Universidad de Córdoba - Espanha)

Diagramação / Layout / Diagramación

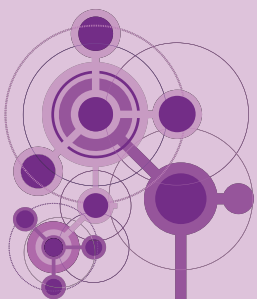
Daniela Pires/ Tikinet

Revisão / Proofreading / Revisión del texto

Angelo Cuissi, Michelle Oshiro e Lucas Giron / Tikinet

Projeto gráfico / Graphic project / Proyecto gráfico

Paulo Alves de Lima



organicom

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

Organicom, lançada em 2004, é uma publicação quadrimestral produzida pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), por meio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Gestcorp).

Organicom, launched in 2004, is a publication produced by the Department of Public Relations, Publicity and Tourism (CRP) of the School of Communications and Arts of the University of São Paulo (ECA-USP), by means of the Lato Sensu Postgraduate Course in Strategic Management of Organizational Communication and Public Relations (Gestcorp).

Organicom, lanzada en 2004, es una publicación quadrimestral producida por el Departamento de Relaciones Públicas, Propaganda y Turismo (CRP) de la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP), por medio del Curso de Pos-Graduación Lato Sensu de Gestión Estratégica en Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas (Gestcorp).

MISSÃO

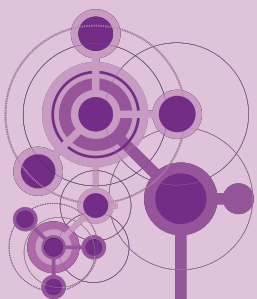
Organicom tem como missão reunir os grandes temas contemporâneos de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas estudados na universidade e, ao mesmo tempo, tornar-se um instrumento interativo com o mercado e a sociedade, democratizando os novos conhecimentos gerados e contribuindo para o debate técnico-científico de temas dessas áreas.

MISSION

Organicom has as its mission to bring together the major contemporaneous themes of Organizational Communication and of Public Relations studied in the university and, at the same time, become an instrument that is interactive with the market and the society, democratizing the new knowledge generated and contributing to the technical-scientific debate of themes in these areas.

MISIÓN

Organicom tiene como misión reunir los grandes temas contemporâneos de la Comunicación Organizacional y de Relaciones Públicas estudiados en la universidad y, al mismo tiempo, tornarse un instrumento interactivo con el mercado y la sociedad, democratizando los nuevos conocimientos concebidos y contribuyendo para el debate técnico-científico de temas de esas áreas.



SEER-IBICT

Organicom utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer), traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Os textos são recebidos, em fluxo contínuo e/ou por convocação, dos pesquisadores brasileiros e de outros países para os dossiês de cada edição.

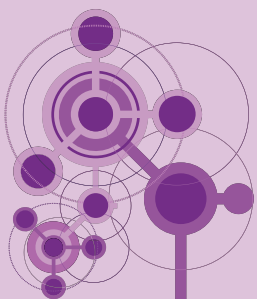
Organicom makes use of the System of Electronic Editing of Magazines (Seer), translated and customized by the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict). The texts are received, in a continual flow and/or upon request, from Brazilian researchers and any of other countries for the dossiers of each edition.

Organicom utiliza el Sistema Electrónico de Edición de Revistas (Seer), traducido y customizado por el Instituto Brasiero de Información en Ciencia y Tecnología (Ibict). Los textos son recibidos, en flujo continuo y/o por convocación, de los investigadores brasileiros y de otros países para los dossiers de cada edición.

INDEXAÇÃO

Organicom é indexada em / *Organicom is indexed in* / *Organicom es indexada en*:

- Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal – <<http://www.latindex.unam.mx>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://www.latindex.unam.mx/buscador/resTit.html?opcion=3&letra=O>>.
- Reviscom – Rede Confibercom de Revistas de Comunicação, da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom) – <<http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/>>.
- Revcom – Coleção Eletrônica de Revistas de Ciências da Comunicação-Portcom/Intercom: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc>>.
- Qualis-Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaListaCompletaPeriodicos.faces>>. *Organicom* é classificada com o nível A4 em Comunicação e Informação
- DIADORM – Diretoria de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras <https://diadorim.ibict.br/handle/1/3222>
- DOAJ – Directory of Open Access Journal <https://doaj.org/toc/2238-2593>



CONSELHO CIENTÍFICO-EDITORIAL
SCIENTIFIC-EDITORIAL BOARD
CONSEJO CIENTÍFICO-EDITORIAL

PRESIDENTE | *PRESIDENT* | *PRESIDENTE*:

Margarida Maria Krohling Kunsch (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil)

MEMBROS EFETIVOS | *EFFECTIVE MEMBERS* | *MIEMBROS EFECTIVOS*:

Abraham Nosnik Ostowiak (Universidad Anáhuac – México)

Aline Ferreira Lira (Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil)

Ana Lúcia Novelli (Senado Federal – Brasília, DF, Brasil)

Andréia Silveira Athaydes (Faculdades Integradas de Taquara - Taquara, RS, Brasil)

Adriano Sampaio (Universidade Federal da Bahia – Salvador, BA, Brasil)

Angela Cristina Salgueiro Marques (Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

Antonio Castillo Esparcia (Universidad de Málaga – Málaga, Espanha)

Antonio Fausto Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, RS, Brasil)

Antonio Roberto Chiachiri Filho (Universidade Metodista de São Paulo - São Paulo, SP, Brasil)

Ary José Rocco Júnior (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Caroline Delevati Colpo (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil)

Cláudia Nociolini Rebechi (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba, PR, Brasil)

Cláudia Peixoto de Moura (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Cláudio Cardoso (Universidade Federal da Bahia – Salvador, BA, Brasil)

Cicília Krohling Peruzzo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil)

Cleusa Maria Andrade Scroferneker (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Daniel Reis Silva (Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, MG, Brasil)

Elizabeth Saad Corrêa (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Esnél José Fagundes (Universidade Federal do Maranhão - São Luís, MA, Brasil)

Eugenia Barichello (Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil)

Federico Varona Madrid (San José State University – USA)

Gisela Gonçalves (Universidade de Beira Interior – Portugal)

Heliodoro Teixeira Bastos (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

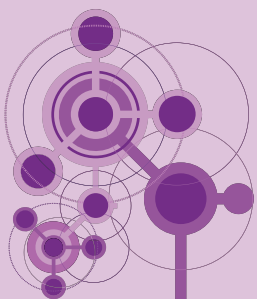
Heloiza Helena Matos e Nobre (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE, Brasil)

Ivone de Lourdes Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

Izidoro Blikstein (Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, SP, Brasil)

James E. Grunig (University of Maryland – USA)



Joan Costa Solà-Segalés (Ciac International – Espanha)

João José de Azevedo Curvello (Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil)

Jorge Antonio Menna Duarte (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Brasília, DF, Brasil)

José Miguel Túniz Lopez (Universidad de Santiago de Compostela – Espanha)

José Zilmar Costa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, RN, Brasil)

Karla Maria Müller (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo (Universidade Federal do Maranhão - São Luís, MA, Brasil)

Márcio Simeone Henriques (Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

Maria Aparecida Ferrari (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Maria Eugênia Porém (Universidade Estadual Paulista – Bauru, SP, Brasil)

Maria Ivete Trevisan Fossá (Univesidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil)

Maria Salett Tauk Santos (Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife, PE, Brasil)

Mariângela Furlan Haswani (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Marlene Regina Marchiori (Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil)

Mauro Wilton de Souza (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Mitsuru Higuchi Yanaze (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Nélia del Bianco (Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil)

Nicole D' Almeida (Université Paris-Sorbonne – França)

Norval Baitello Junior (Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, SP, Brasil)

Pablo Antonio Múnera Uribe (Colegiatura Colombiana – Colômbia)

Paulo Roberto Nassar de Oliveira (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – São Paulo, SP, Brasil)

Raquel Cabral (Universidade Estadual de São Paulo - Unesp, Bauru, SP, Brasil)

Regina Celia Escudeiro (Universidade Estadual de Londrina – Londrina, PR, Brasil)

Ricardo Ferreira de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

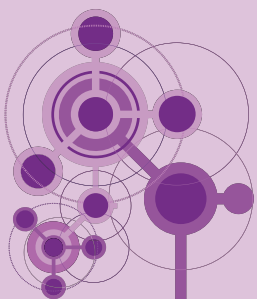
Rudimar Baldissera (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Sandra Nunes Leite (Universidade Federal de Alagoas - Maceió, AL, Brasil)

Teresa Ruão (Universidade do Minho – Portugal)

Tiago Mainieri de Oliveira (Universidade Federal de Goiás – Goiânia, GO, Brasil)

Yuji Gushiken (Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá, MT, Brasil)



Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas / Departamento de Relações públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. – v. 1, n. 1 (2004). – São Paulo : ECA-USP/Gestcorp, 2004.

Quadrimestral
ISSNe 2238-2593

1. Comunicação organizacional 2. Relações públicas I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. Curso de Pós-Graduação de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

CDD 21.ed. – 658.45

SECRETARIA | OFFICE | SECRETARÍA

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Cidade Universitária - 05508-020 São Paulo - SP - Brasil
<https://www.revistas.usp.br/organicom/index>
revistaorganicom@usp.br
(+55 11) 3091 2949

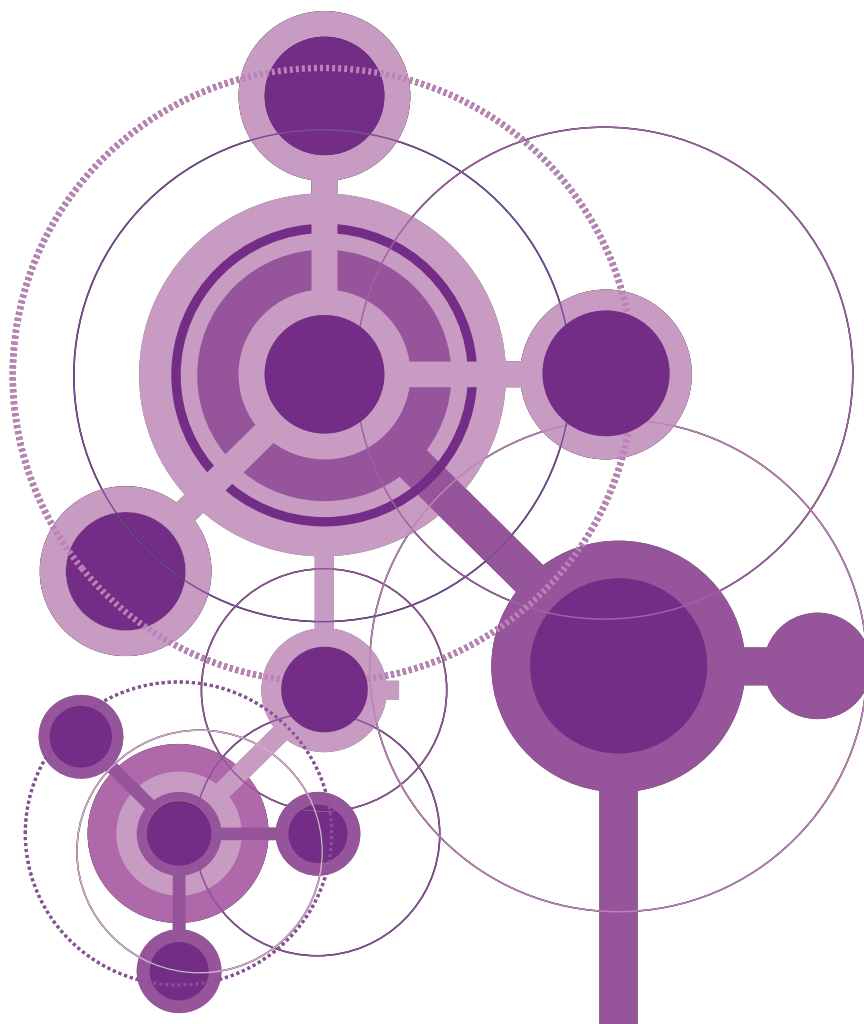
organicom

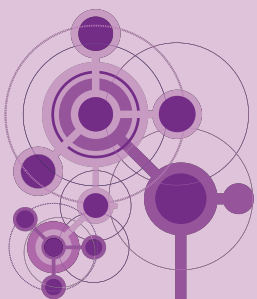
ISSN 2238-2593

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS • ANO 19 • NÚMERO 40 • SETEMBRO / DEZEMBRO 2022

DOSSIÊ 40

Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

REITOR

Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA

Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES – ECA

DIRETORA

Brasilina Passarelli

VICE-DIRETOR

Eduardo Henrique Soares Monteiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - PPGCOM

COORDENADORA

Maria Clotilde Perez Rodrigues

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS,
PROPAGANDA E TURISMO - CRP

CHEFE

Luiz Alberto de Farias

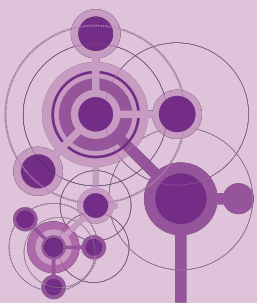
VICE-CHEFE

Eneus Trindade Barreto Filho

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE
GESTÃO ESTRATÉGICA EM COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL
E RELAÇÕES PÚBLICAS – GESTCORP

COORDENADORA

Valéria de Siqueira Castro Lopes



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Mulheres e feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos 11
MARIA APARECIDA FERRARI, SHEILA PRADO SARAIVA

DOSSIÊ

Investigar y divulgar el legado civilizatorio del feminismo pacifista 19
CARMEN MAGALLÓN PORTOLÉS

Mulheres muçulmanas, islamofobia e mídia: desconstruindo estigmas 32
FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA

De como o feminismo modificou a sociedade e a ciência: avanços e impasses 43
EVA ALTERMAN BLAY

La sexualidad masculina como problema político 50
OCTAVIO SALAZAR BENÍTEZ

Feminismo e Comunicação: uma relação necessária 62
CLAUDIA LAGO

Mulheres podem ser representantes políticas no Brasil? Gênero, raça e classe na participação e representação política 74
NAILAH NEVES VELECI

Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática 90
MARIA DANIELA DE ARAÚJO VIANNA

Mulheres e Homens na USP e na Escola de Comunicação e Artes, entre 2000 e 2019 111
RODRIGO CORREIA DO AMARAL, RENNAN VALERIANO SILVA LIMA, MARIA EDUARDA MARTINS MENDES CORDEIRO

Mulheres, ambulantes e produtoras culturais: as alianças em torno da Garagem das Ambulantes 127
FLÁVIA BARROSO

El doble techo de cristal: llegaron, pero tienen que demostrar que la comunicación es estratégica 139
ANA INÉS PEPE ARIAS, MÓNICA WILLIAMS ARZUAGA, MATÍAS BALARINI GÓMEZ

Análise do perfil de ouvintes e dos módulos mais populares do curso online “feminismos: algumas verdades inconvenientes” 151
CAROLINA BRITO, GABRIELA TRINDADE PERRY, MARLISE BOCK SANTOS, CAROLINA NODARI, MARCIA C. BARBOSA

Guia bibliográfico sobre mulheres e feminismos: novas perspectivas para o campo da comunicação 165
MILENE ROCHA LOURENÇO LEITZKE, MARIA APARECIDA FERRARI

Encarceramento feminino e violência simbólica em uma penitenciária na Paraíba em tempos de pandemia 188
JOSILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA

ENTREVISTA

Cruzando oceanos: vozes femininas que navegam a maternidade, feminismos e o ativismo 202
MARIA APARECIDA FERRARI, SHEILA PRADO SARAIVA

DEPOIMENTO

Justiça reprodutiva: um caminho para justiça social e equidade racial e de gênero 216
FERNANDA LOPES

No tengo más que una literatura y no es la mía: reflexiones desde una experiencia chino-española 228
PALOMA CHEN

Feminismos plurais não podem excluir mulheres com deficiência! 237
LEANDRA MIGOTTO CERTEZA

Maternidad, trabajo y cuidados en el contexto de la pandemia del COVID-19 251
SHEILA PRADO SARAIVA

ESPAÇO ABERTO

Transparência como indício de credibilidade em iniciativas de jornalismo independente — o caso *Agência Pública* 267
RAPHAELLE CHRISTINE BATISTA DE LIMA, EDGARD PATRÍCIO

Comunicação e museus: aportes da comunicação organizacional 279
NICOLE SBERSE MORÁS, RUDIMAR BALDISSERA,

RESENHAS

A maternidade desobediente e insubmissa 296
ANA PAULA HOFFMANN FRITTOLO BASAGLIA

Migração, gênero e economia do cuidado 299
SANDRA RUIZ MORIANA

APRESENTAÇÃO

Mulheres e feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos

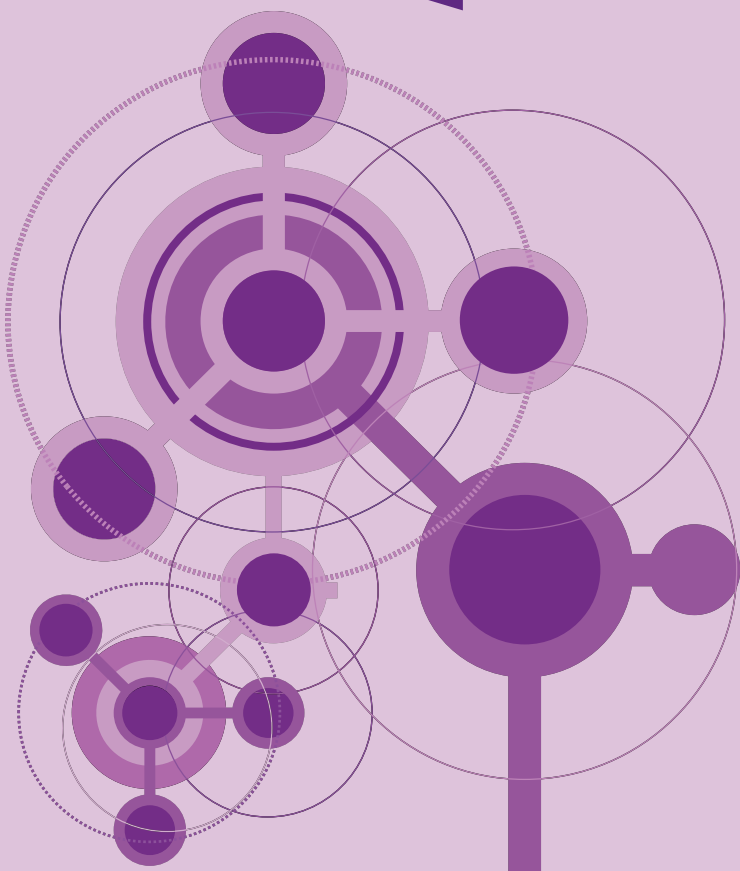
Women and feminisms: theories,
reflections, and communicative
processes

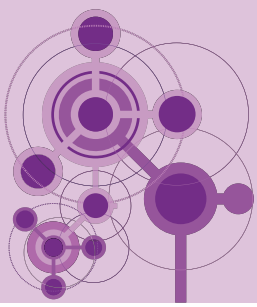
Mujeres y feminismos: teorías,
reflexiones y procesos comunicativos

Discutir a participação das mulheres na sociedade é tarefa urgente e plural. Somos muitas, diversas e “difusas” como coletivo e, apesar dos grandes avanços, do vigor e renovação das pautas de gênero e dos movimentos feministas, também plurais nos últimos anos, vivemos imersas em um modelo cultural patriarcal e misógino e muitos dos nossos direitos ainda não estão contemplados ou consolidados (Blay, 2017). Desta forma, ainda permanecem desafios de representatividade, diálogo, equidade e justiça social nos espaços públicos e privados, inclusive dentro do mosaico de mulheres que compõe cada sociedade.

Para enfrentar de forma global os principais desafios, apesar da transversalidade da pauta, a Agenda 2030 concentra na ODS 5 - “*alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*”¹ um conjunto de questões a endereçar. Este objetivo de desenvolvimento sustentável propõe a eliminação da discriminação de gênero e suas intersecções; a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, nas esferas públicas e privadas; a eliminação das práticas nocivas como casamentos forçados e mutilação genital; o reconhecimento e valorização dos trabalhos de cuidados não remunerado, com a devida oferta de infraestrutura e políticas de proteção social e a promoção do compartilhamento das tarefas; e a garantia

¹ Informações da Plataforma regional de conhecimento da Agenda 2030 para América Latina e Caribe: <https://agenda2030lac.org/es/ods/5-igualdad-de-genero>





da participação cidadã das mulheres, em igualdade de oportunidades, para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

Afinal, qual é o papel da comunicação, assim como dos profissionais, pesquisadores e estudantes, na promoção da equidade de gênero, na luta contra as violências e desigualdades, na construção de novos modelos, cultura e narrativas sobre as mulheres? Se pensamos a comunicação como ciência e construção social (Zalaquett, 2012) que, historicamente está moldada e dirigida por referenciais patriarcais – em geral também racistas - que legitimam outras estruturas sociais, institucionais, culturais, e onde as relações de poder dominantes definem os papéis de gênero e sustentam a “narrativa normativa da heterossexualidade” (Butler, 1990 apud Zalaquett, 2012, p.33), vemos a importância de trazer a reflexão crítica sobre os modelos e discursos vigentes, a perspectiva de gênero e outras epistemologias - feministas, periféricas, etno-culturais e afrocentradas – para os estudos e pesquisas de comunicação.

Por outra parte, entendendo a dimensão educadora e formadora de cultura que tem adotado a comunicação em várias situações, vemos a reprodução de padrões civilizatórios dominantes ou, como propõe a educação popular e libertadora de Paulo Freire (1987, p.19), atuando como um vetor de ampliação da consciência crítica, para dar a conhecer a realidade opressora, ampliar a voz, o questionamento e a visibilidade de grupos e minorias a partir de si mesmos e visibilizar questões marginais às agendas hegemônicas, abrindo espaço para novas possibilidades de futuro comum, neste caso, baseado na cooperação e aliança entre gêneros, entre diversidades, na inclusão real, redução e mitigação das desigualdades.

Compreendemos a comunicação como processo de informar, educar, capacitar, mobilizar e dar sentido a diferentes públicos na sociedade e, neste sentido, a vemos como um campo de conhecimento capaz de fomentar a agenda e gerar debates consistentes sobre a participação e os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, de articular públicos multisetoriais para a ação conjunta e de estimular mudanças em diferentes contextos, sem perder de vista as questões de classe, raça e gênero. Para isso, precisamos compreender a complexidade e multidisciplinaridade desses desafios, assim como a transversalidade das pautas de gênero.

No âmbito acadêmico da comunicação organizacional no Brasil, há ainda muito a discutir sob a perspectiva de gênero e sua interconexão com teorias e práticas comunicacionais. É necessário ampliar o debate, aprofundar a reflexão, compreender os desafios, acompanhar as mudanças e tendências, dialogar com essa pluralidade. Estaremos, assim, forjando profissionais capazes de questionar a cultura patriarcal, colonial e misógina, que sejam sensíveis às desigualdades e preparados para fomentar mudanças. Trazer este olhar é parte da reponsabilidade social e compromisso que as escolas de comunicação precisam assumir.

Além disso, a área de comunicação e, em particular a comunicação organizacional, conta com uma maioria de mulheres, estudantes, pesquisadoras e profissionais, embora o “teto de cristal” e as tradicionais brechas de gênero as impeçam de alcançar na mesma proporção os degraus mais altos da carreira (Ferrari, 2015, 2017).

Por último, cabe destacar que o papel dos meios de comunicação vem sendo enfatizado desde a Conferência Internacional de Pequim², quando a Declaração final e Plataforma de Ação da Conferência traça um conjunto estratégias e diretrizes para promover a igualdade de gênero globalmente e dedica um capítulo especificamente sobre a comunicação, o capítulo J, uma vez que é entendida como uma dimensão fundamental para alcançar a “*igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres*” (1995, p.2).

² Plataforma de Acción de Beijing. (1995). Declaración final e Plataforma de Acción aprobadas. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>



Especificamente no capítulo J, o item 'Mulher e Meios' propõe dois objetivos estratégicos e uma série de medidas que devem ser tomadas para garantir uma comunicação menos discriminatória e mais igualitária (Saraiva, 2014, p.36): J.1), que são: aumentar o acesso e a participação das mulheres na expressão de suas ideias e tomadas de decisão na mídia, bem como nas novas tecnologias de comunicação; (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995, p. 108); J.2), e promover uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulheres na mídia. Ambos objetivos se conectam totalmente com as práticas de Relações Públicas e da Comunicação Organizacional.

É a partir dessas inquietudes e reflexões, na conexão com o contexto atual do movimento feminino e feminista na sociedade, do contexto político do país, que lançamos o desafio de trazer esta pauta para a Revista Acadêmica ORGANICOM, no. 40, com o dossiê "Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos". Com mais de 18 anos de existência, é a primeira vez que a revista trata do tema mulheres, feminismos e comunicação, momento inédito para promover o debate acadêmico na área da comunicação organizacional no Brasil e na América Latina, onde a revista também é lida.

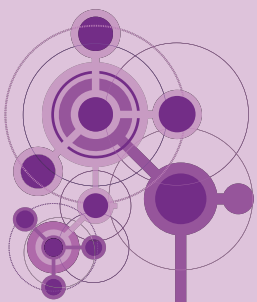
O objetivo foi abrir espaço para uma miríade de abordagens sobre a participação das mulheres na sociedade e nas organizações, incentivando a aproximação entre os processos comunicativos e a perspectiva de gênero – centrada aqui na identidade de gênero como mulher - e buscando trazer múltiplos lugares de fala e abordagens para o documento. Maternidades feministas, trabalho de cuidados, mulheres indígenas, feminismo negro e estudos afrocentrados sobre mulheres, mulheres com deficiência, mulheres trans, saúde, etarismo, mudanças climáticas, cultura de paz, mulheres e o islã, mulheres asiáticas, violências de gênero, gênero e comunicação, participação política da mulher, entre outros. Também tivemos a intenção de propiciar discussões políticas, práticas, de direitos e modelos sociais que não acomodam os horizontes e experiências dessa rica diversidade de mulheres, a partir do prisma dos feminismos.

A edição 40 "Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos", está composto por nove artigos na seção Dossiê, duas entrevistas com mulheres que marcam a diferença na temática, quatro depoimentos de profissionais ativistas e duas resenhas. Também esta edição conta com dois artigos livres.

Abrimos a seção do Dossiê com o artigo "*Investigar y divulgar el legado civilizatorio del feminismo pacifista*", da professora espanhola Carmen Magallón, especializada na história das mulheres na ciência, na análise epistemológica do fazer científico e nas relações entre gênero, ciência e cultura de paz. Seu texto trata do feminismo pacifista e, por meio de uma cronologia, aponta a questão da vulnerabilidade e da violência que se impôs contra as mulheres nas últimas décadas. Para a autora, é possível erradicar a violência, uma vez que as iniciadoras do movimento feminista pacificador seguem sendo um modelo de fonte de inspiração para buscar a paz.

O segundo artigo "*Mulheres Muçulmanas, Islamofobia e Mídia: desconstruindo estigmas*", da professora do departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP e coordenadora do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes, Francirosy Campos Barbosa, trata da 'islamofobia' em relação às mulheres revertidas ao Islam. A autora há dez anos se converteu ao Islam e em seus estudos concluiu que a mídia, de um modo geral, contribui para o *estigma* do que seja a mulher muçulmana, e isso, coopera sistematicamente para ataques islamofóbicos.

O seguinte artigo "*De como o feminismo modificou a sociedade e a ciência: avanços e impasses*" é de autoria da Professora Emérita da USP, Eva Alterman Blay, considerada uma das precursoras dos estudos sobre a violência de gênero no Brasil. Além de ser autora e coordenadora de várias obras sobre a temática, também foi coordenadora do Escritório USP Mulheres e uma das fundadoras da Delegacia da Mulher. Ter conosco um texto da pesquisadora e professora Eva Blay, é uma honra para o Dossiê 40.



O olhar masculino sobre a questão de mulheres e feminismos foi tratado por Octavio Salazar Benítez, advogado e professor de Direito Constitucional da Universidade de Córdoba, Espanha. O autor é especialista em assuntos de gênero, feminismos e masculinidades e já produziu mais de dez livros, dentre os quais oito são dedicados a temática de gênero e mulheres. Em seu artigo *“A sexualidade como um problema político”*, o autor trata de refletir sobre o aumento das violências sexuais e aponta que é urgente superar a masculinidade hegemônica e propõe uma política da sexualidade baseada na empatia, no reconhecimento e na reciprocidade.

O quinto artigo, *“Feminismo e Comunicação: uma relação necessária”* da professora da ECA/USP, Claudia Lago, aborda a relação ainda muito tímida, segundo a autora, que o campo da comunicação tem com os estudos feministas e de gênero; para isso, propõe que esta relação se intensifique e passe a nortear pesquisas na área, independente dos objetos empíricos.

Sob o título *“As mulheres podem ser representantes políticas no Brasil? Gênero, raça e classe na participação e representação política”*, Nailah Neves Veleci, atualmente Coordenadora da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Igualdade Racial, reflete sobre o direito ao voto feminino pela perspectiva da interseccionalidade, com o objetivo de pontuar como este direito chegou de formas diferentes para mulheres a partir de questões de raça, etnia e classe.

Maria Daniela de Araújo Vianna, jornalista, doutora em Ciências Ambientais (PROCAM/USP), comunicadora climática e pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da USP, apresenta um artigo extremamente relevante para os dias atuais em que trata das *“Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática”*. Seu texto explora como as mulheres já sofrem com os efeitos climáticos e como o protagonismo feminino pode contribuir com soluções, a partir da revisão de documentos oficiais e de entrevistas com mulheres brasileiras que defendem territórios, modos de vida e direitos intergeracionais, à luz da Conferência do Clima da ONU, no Egito, realizada em janeiro de 2023.

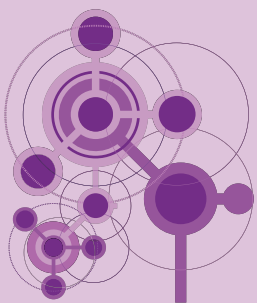
A seção Dossiê se encerra com o artigo *“Mulheres e Homens na USP e na Escola de Comunicação e Artes, entre 2000 e 2019”* que apresenta um recorte do projeto Mulheres e Homens da USP – 2000 a 2019, desenvolvido pelo Escritório USP Mulheres/USP. A análise produzida por Rodrigo Correa, Rennan Valeriano Silva Lima e Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro permite verificar, tanto no âmbito da USP como da ECA, uma relativa igualdade de gênero entre os estudantes nos diferentes níveis, porém a desigualdade que persiste, em desfavor das mulheres, na carreira docente.

Além dos autores convidados, foi aberta uma chamada para pesquisadores da temática do dossiê. Na edição 40 contamos com cinco artigos de acadêmicos do Brasil, Argentina e Uruguai.

“Mulheres, ambulantes e produtoras culturais: as alianças em torno da Garagem das Ambulantes” é o título do artigo de Flávia Barroso que trata de analisar o processo de formação de alianças entre grupos na produção de espaços de visibilidade, expressão e renda para mulheres ambulantes, segundo o pensamento de Judith Butler.

O artigo *“El doble techo de cristal: ellas llegaron, pero tienen que probar que la comunicación es estratégica”* de Ana Inés Pepe Arias, Mónica Arzuaga Wiliamns e Matías Gómez Balarini, ambos da Universidad Católica del Uruguay, traz a temática do teto de cristal e mostra pesquisa realizada com profissionais que constataram que a legitimidade do cargo, a homofilia e a cultura social e organizacional são as principais causas desse problema.

Interessante o tema de cinco pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *“Análise do perfil de ouvintes e dos módulos mais populares do curso online “feminismos: algumas verdades inconvenientes”* que aborda o impacto do curso “Feminismos: algumas verdades inconvenientes”, em formato de podcast. O alcance do curso foi avaliado através de métricas



quantitativas do número de acessos e dos perfis de estudantes do curso. As autoras observam que o público se interessa mais por temas transversais do feminismo e assistem as aulas sobre tópicos que atingem grupos específicos.

O artigo apresentado pela professora Maria Aparecida Ferrari, ECA/USP e Milene Rocha Lourenço Leitzke, doutoranda da ECA/USP, *“Guia bibliográfico sobre mulheres e feminismos: novas perspectivas para o campo da comunicação”*, trata de oferecer a alunos, docentes, pesquisadores e profissionais uma recopilação comentada de referências qualificadas sobre estudos de gênero, mulheres e feminismos, no intuito de motivar pesquisas na área da comunicação.

Por último, Josilene Ribeiro de Oliveira da Universidade Federal da Paraíba traz o artigo *“Encarceramento feminino e violência simbólica em uma penitenciária na Paraíba em tempos de pandemia”*, no qual discute como a dimensão de gênero é incorporada às práticas comunicativas e de interação no sistema prisional, especialmente durante a pandemia de covid-19.

Em seguida, a edição 40 traz a seção Entrevistas, para a qual tivemos a oportunidade de entrevistar duas mulheres ativistas, separadas pelo oceano Atlântico e que, desde seus contextos distintos, clamam por mais igualdade e compreensão sobre o trabalho da mulher no século XXI.

Esther Vivas, socióloga e jornalista espanhola iniciou seu ativismo defendendo o consumo consciente e, a partir de sua própria maternidade, tem refletido sobre as mulheres, mães e os feminismos, colocando em debate os estereótipos, os modelos patriarcais e a recuperação do poder da decisão da mulher sobre como – e se – maternar, numa sociedade habituada a penalizá-la, principalmente no mundo organizacional.

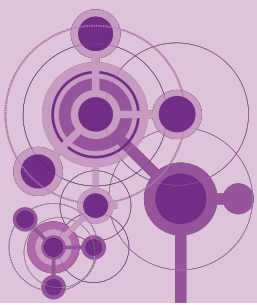
Do sul da Bahia, Potyra Té Tupinambá revela seu ativismo ao nos contar sobre seu trabalho junto a várias tribos indígenas, principalmente ao fomentar o protagonismo e o empoderamento das mulheres indígenas, a maternidade, a conexão com a terra e as violências de gênero que também afetam esse grupo de mulheres. Com certeza os leitores verão como esses dois olhares e ativismos têm produzido a diferença por onde elas passam.

Para completar o Dossiê 40, contamos com quatro depoimentos de mulheres que, desde seus lugares de fala, se posicionam e apresentam suas trajetórias como inspiração para os jovens brasileiros e, principalmente para os alunos e egressos dos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação.

O primeiro depoimento *“Justiça reprodutiva: um caminho para a justiça social e equidade racial e de gênero”* da médica, mestre em Saúde Pública e doutora em comunicação, Fernanda Lopes, traz uma reflexão sobre a justiça reprodutiva como um campo de ativismo, tema muito caro à autora, e faz uma convocação à mudança sistêmica nas discussões sobre trajetórias reprodutivas. Atualmente Fernanda é diretora do Fundo Baobá para Equidade Racial e atua no GT Racismo e Saúde da ABRASCO.

Da Espanha, contamos com o depoimento de Paloma Chen, uma jovem poeta, jornalista, pesquisadora e gestora cultural, nascida na Espanha e filha de pais chineses. No seu texto *“No tengo más que una literatura y no es la mía. Reflexiones desde una experiencia chino-española”*, Paloma reflete sobre sua identidade chinesa-utiel-valenciana-wenzhounesa-espanhola e como são vistas como experiências particulares e minoritárias pela hegemonia ocidental, que atribui rótulos de hipersexualização, fetichização, exotismo e criminalização às mulheres asiáticas. É um depoimento muito tocante, principalmente quando analisamos desde o enfoque dos processos migratórios e das dificuldades de pessoas imigrantes construir uma identidade em entre seu lugar de origem e lugar de acolhida.

A jornalista Leandra Migotto Certeza nos brinda com seu depoimento-emoção *“Feminismos plurais não podem excluir mulheres com deficiência!”* no qual aborda a questão das mulheres com deficiência, apontando que ainda elas são completamente



excluídas dos feminismos plurais no mundo. Leandra explica que elas também são infantilizadas, enxergadas de forma assistencialista e capacitista, sem direito de fazer escolhas sobre suas vidas e/ou respeito às suas particularidades e necessidades de acessibilidade.

Finalizando a seção de depoimentos, Sheila Prado Saraiva, relações-públicas e mestre em Cultura de Paz, Conflitos, Educação e Direitos Humanos pela Universidade de Córdoba, Espanha, nos revela por meio de seu texto *“Maternidad, trabajo y cuidados en el contexto de la pandemia de COVID-19”* sua trajetória de mãe, imigrante e consultora na Espanha. Seu contexto durante a crise sanitária do covid-19 motivou o desenvolvimento de uma pesquisa sobre as ‘mães em quarentena’ que reflete os impactos do isolamento social na conciliação entre trabalho de cuidados e o trabalho considerado produtivo pela sociedade.

Na seguinte seção, Textos Livres, contamos com dois artigos. O primeiro, *“Transparência como indício de credibilidade em iniciativas de jornalismo independente. O caso da Agência Pública”* de Edgard Patrício e Raphaele Christine Batista de Lima. O texto trata do conceito de credibilidade e os autores analisam como o discurso institucional de “transparência” corrobora com a construção de relações de confiança entre organizações de jornalismo independente e suas audiências.

O segundo artigo de autoria de Nicole Sberse Morás e Rudimar Balissera *“Do modelo transmissivo ao dialógico: a comunicação organizacional segundo museus de Porto Alegre”*, aponta que a comunicação organizacional nos museus é fortemente pautada pelo viés transmissivo, difusionista e de publicização, mas que existem evidências que levam a qualificar esses processos mediante comunicação vinculativa e/ou dialógica.

Finalizamos a edição 40 com duas resenhas de obras que são referência para os estudos de feminismos, maternidade e migração.

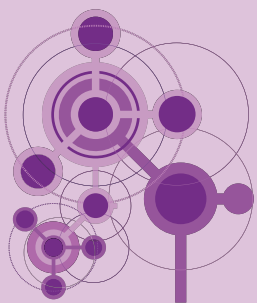
A primeira resenha, trata do livro *“Mamãe Desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade”*, de autoria de Esther Vivas, na versão em português, publicada pela Editora Timo, São Paulo (2021). A doutoranda Ana Paula Hoffmann Frittoli Basaglia intitulou a resenha de *“A maternidade desobediente e insubmissa”* uma vez que Esther Vivas relata sua experiência como mãe, a partir das inúmeras perguntas que se fez durante a gestação e das respostas que encontrou em suas pesquisas a partir desta vivência. A resenha detalha as três partes que compõem a obra que, desde a perspectiva pessoal, Esther Vivas sustenta que a leitura é indicada a todas as pessoas que acompanham os processos de criação, uma vez que a maternidade implica a todos nós.

Sandra Ruiz Moriana indica o livro *“Migration, Gender and Care Economy”* organizado por S.Irudaya Rajan and N.Neetha, pela editora Routledge, EUA, (2019). Composto por dez capítulos, as autoras selecionaram pesquisadoras que aprofundam a questão da intersecção entre a opressão e a discriminação - sexismo, classismo ou discriminação por idade - que impactam a integração da mulher migrante. No livro, o empoderamento da mulher migrante é examinado entre o impacto da migração em sua vida pessoal e profissional.

Assim, a edição 40 *“Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos”* oferece a alunos, docentes, pesquisadores e profissionais do mundo do trabalho distintas perspectivas sobre os desafios e avanços ocupados pelas mulheres e como os feminismos têm evoluído através dos anos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Maria Aparecida Ferrari e Sheila Prado Saraiva
Coordenadoras do Dossiê 40



REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. (2015). ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BLAY, Eva A. (2017). **O Feminismo avançou, mas não consolidou os avanços**. Entrevista a Agência Brasil. Publicado em 08/03/2017 - 05:59 Por Elaine Patrícia Cruz – Repórter da Agência Brasil - São Paulo. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/o-feminismo-avancou-mas-nao-consolidou-os-avancos-diz-sociologa-eva>

FERRARI, M. A. (2015). **O perfil dos egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP**. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo de pesquisa do curso de Relações Públicas. São Paulo.

FERRARI, M. A. (2017). **Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino–aprendizagem**. 2017. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

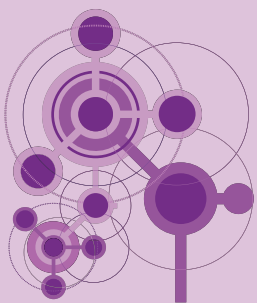
FREIRE, Paulo (1987). **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

SARAIVA, Sheila Prado (2014). **Mujeres, Paz y Seguridad: Una mirada hacia los procesos comunicativos para la sensibilización sobre la Resolución 1325 de la ONU**. Monografía del Máster Interuniversitario Cultura de Paz: Educación, Conflictos y Derechos Humanos (perfil investigador), Universidad de Córdoba, España.

ZALAUQUETT, Cherie (2012). **Ciencia y Género: lo legitimo y lo bastardo en epistemología científico-social**. Revista Izquierdas, 12, abril de 2012, ISSN 0718-5049. (pp. 26-51).

DOSSIÊ





Investigar y divulgar el legado civilizatorio del feminismo pacifista

Investigar e divulgar o legado civilizatório do feminismo pacifista

Investigate and disseminate the civilizing legacy of pacifist feminism



Carmen Magallón Portolés

- Doctora en Ciencias Físicas por la Universidad de Zaragoza.
- Licenciada en Físicas por la Universidad de Zaragoza.
- Diploma de Estudios Avanzados (DEA) en Filosofía y Postgrado de Historia de la Ciencia por la Universidad de Zaragoza.
- Estudios de Psicología por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED).
- Presidenta de la Fundación SIP (Seminario de Investigación para la Paz).
- Miembro de la Red académica de WILPF desde 2019 hasta la fecha.
- E-mail: carmenmagallon@gmail.com



Resumen

Este trabajo enfatiza la importancia de conocer y transmitir la experiencia histórica de una genealogía de mujeres feministas pacifistas. Se apoya en los estudios de paz y las epistemologías feministas para validar un conocimiento que emerge de un movimiento social. Introduce algunas nociones básicas sobre conflictos, violencia y cultura de paz. Critica la unión naturalizada entre mujeres y paz e identifica el Congreso Internacional de Mujeres de La Haya, 1915, como el momento que nace organizativamente un feminismo pacifista.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO PACIFISTA • PAZ • VIOLENCIA • CONFLICTOS • WILPF.

Resumo

Este trabalho enfatiza a importância de conhecer e transmitir a experiência histórica de uma genealogia de mulheres feministas pacifistas. O artigo se baseia em estudos de paz e epistemologias feministas para validar um conhecimento que emerge de um movimento social; introduz algumas noções básicas de conflito, violência e cultura de paz; critica a ligação entre a mulher e a paz; e identifica o Congresso Internacional de Mulheres de Haia, em 1915, como o momento em que nasce organizacionalmente um feminismo pacifista.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO PACIFISTA • PAZ • VIOLÊNCIA • CONFLITOS • WILPF.

Abstract

This work emphasises the importance of knowing and transmitting the historical experience of a genealogy of feminist women peacemakers. It draws on peace studies and feminist epistemologies to validate a knowledge that emerges from a social movement. It introduces some basic notions of conflict, violence and peace culture. She criticises the naturalised link between women and peace and identifies the International Women's Congress in The Hague, 1915, as the moment when pacifist feminism was born organisationally.

KEYWORDS: PACIFIST FEMINISM • PEACE • VIOLENCE • CONFLICT • WILPF.

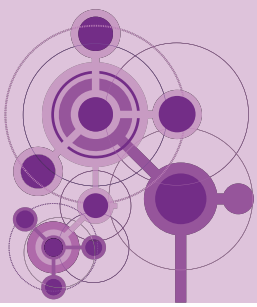
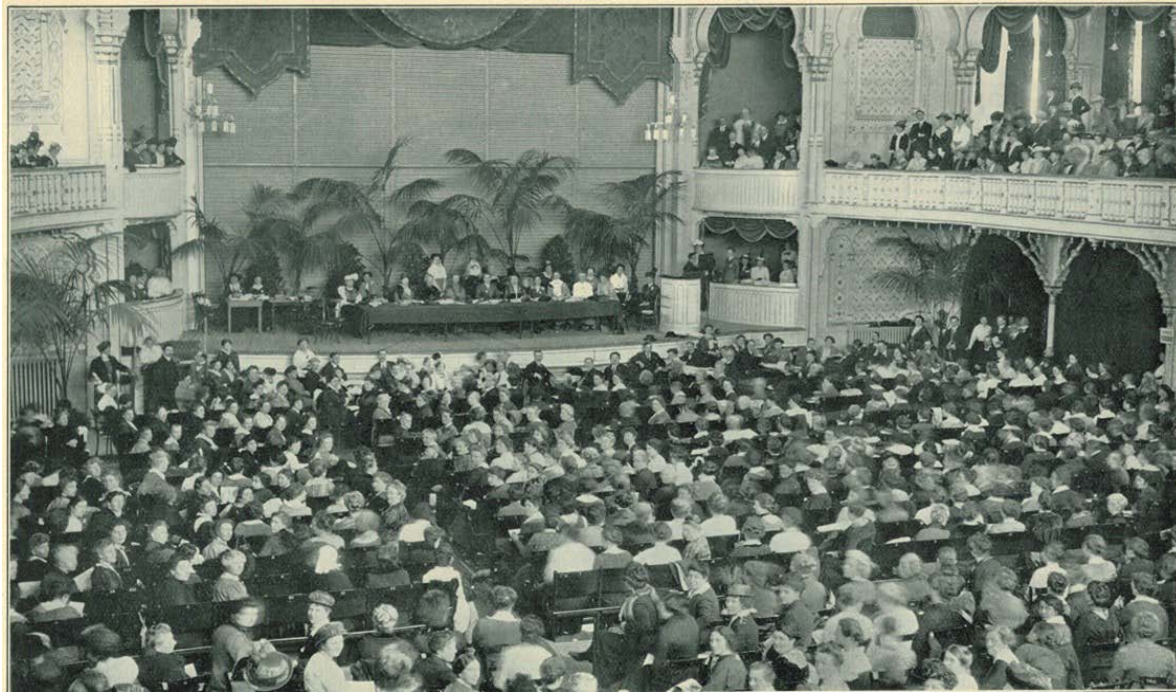


Figura 1: Congreso Internacional de Mujeres, La Haya, 1915



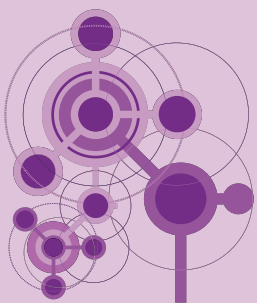
Fuente: Archivo de WILPF.

We women, in International Congress assembled, protest against the madness and the horror of war, involving as it does a reckless sacrifice of human life and the destruction of so much that humanity has laboured through centuries to build up. [...] This International Congress of Women oppose the assumption that women can be protected under the conditions of modern warfare. It protests vehemently against the odious wrongs of which women are the victims in time of war, and especially against the horrible violation of women which attends all war. (WILPF, 1915)

INTRODUCCIÓN

Responder a la invitación que me hace *Organicom*, revista de la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo, para escribir sobre la paz desde una perspectiva feminista, me coloca frente a un reto nuevo, no por el tema en sí sino por la responsabilidad de hacerlo significativo para un campo, el de la Comunicación, que no es el mío. Lo abordo desde reflexiones y trabajos anteriores, de los que aquí recupero conceptos, reflexiones epistemológicas y el episodio histórico que dio comienzo al feminismo pacifista organizado.

Parto de la constatación de que a la afirmación de que *todo* comunica—la palabra y el silencio, los gestos y su ausencia—(Watzlawick; Bavelas; Jackson, 1991) hay que añadir que *todos* comunican. Todos lo hacemos cotidianamente por las redes sociales, las aplicaciones de los teléfonos inteligentes con sus capacidades de dar cauce a noticias, opiniones, discursos y pensamientos, también rumores y bulos. Las innovaciones tecnológicas han revolucionado nuestras vidas, sobre todo a través de las tecnologías comunicativas. Entre las preguntas que surgen al respecto están: ¿Desde donde pensar, escribir o hablar en estos tiempos en los que la comunicación se ha intensificado y va más allá de los cauces clásicos? En este universo de exceso comunicacional que produce un gran ruido, ¿cómo abrir paso a una línea de pensamiento civilizatorio? ¿Qué motivaciones y convicciones pueden capacitarnos para ser emisores de mensajes transformadores de una realidad con exceso de violencia? No pretendo dar respuesta a estas cuestiones, solo las brindo como líneas de indagación que tengo en mente mientras escribo, confiando en que los trabajos procedentes de los estudios de paz, las epistemologías feministas y la historia de las mujeres sirvan de ayuda para encontrarla.

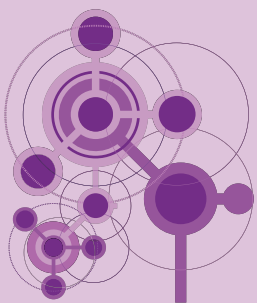


La razón civilizatoria ha de cargarse de justificación y validación académica para que no sea devaluada. Su objetivo es la erradicación de la violencia, otro modo de hablar de construcción de paz, y es de tal importancia que hay que asentarla en raíces robustas, en tantas disciplinas como sean necesarias. De ahí que la investigación para la paz tenga carácter interdisciplinar y/o multidisciplinar, pues siendo la paz un bien ligado a la supervivencia y el rechazo a la violencia, un bien apreciado por todos –aunque no se coincida en las vías para alcanzarlo– merece reunir la excelencia de los saberes de cualquier disciplina, siendo conscientes de que la paz no es fácil de abordar, pues se sale del tipo de cuestiones de las que se ocupa la investigación normal. La investigación normal, escribió Kuhn, aborda enigmas o puzzles, mientras que problemas acuciantes como el logro de una paz duradera y otros similares se relegan y dejan de lado “en gran parte debido a que pueden no tener solución alguna” (Kuhn, 1981, p.70). Dicho esto, la dificultad y complejidad no han de frenarnos, sino acuciar nuestro interés en la búsqueda de cómo iluminar vías para hallar soluciones.

Me baso en la metodología de Sandra Harding y en la epistemología del *Feminist Standpoint* (FS), que defiende que todo conocimiento es situado, que no existen problemas en general, sino preguntas que surgen de la experiencia de un grupo humano y que para la mejora de un conocimiento que, en particular, no tuvo en cuenta la experiencia de las mujeres, no basta con la eliminación de sesgos androcéntricos y sexistas en la metodología y validación de teorías (selección de la muestra, recogida de datos, interpretación, todo lo que acompaña al contexto de justificación), sino que es necesario ir a las preguntas mismas, al momento en el que los problemas son identificados y definidos, es decir, al contexto de descubrimiento. La convicción del FS es que un conocimiento situado en la experiencia de las mujeres genera nuevas preguntas y produce una visión menos perversa del mundo natural y social: mejora las ciencias y las vidas (Harding, 1986; Magallón Portolés, 2012, 2017). Sin que esto signifique eludir que la noción de “experiencia de las mujeres” es problemática: ¿Qué significa pensar desde la experiencia de las mujeres cuando sabemos que somos plurales y nuestra experiencia es múltiple, atravesadas como estamos por variables de clase, cultura, pertenencia grupal, ideología, etc.? Esta complejidad es abordada de manera cabal por el enfoque interseccional. No obstante, podemos convenir que las mujeres, más allá de su diversidad, siguen compartiendo algo fundamental: ser objeto de una norma diferente a la que se aplica a los varones; y que la existencia de una doble norma para mujeres y hombres produce una división de las actividades y formas de vida de unos y otras que es “fuertemente obligatoria” en las sociedades tradicionales y “débilmente obligatoria” en las sociedades liberales (Annas, 1996, p.364). Hoy, aún en sociedades en las que ya hay una igualdad ante la ley se arrastra un poso de extrañeza, una ajenidad ante las instituciones y las dinámicas que fueron construidas a la medida del varón. Y si ante algo la exclusión nos convirtió en extrañas, es ante la lógica de la guerra y la violencia.

En el caso que nos ocupa, la transmisión histórica no ha recogido el importante protagonismo de las mujeres contra la guerra y la violencia, limitándose a presentarlas como meras víctimas sin agencia. La inclusión en el inicio de este trabajo de citas literales de las dos primeras resoluciones aprobadas en el Congreso Internacional de Mujeres de La Haya, en 1915, responde a un doble propósito: mostrar cómo desde hace más de un siglo las mujeres se oponen a la guerra y esta oposición es planteada por el feminismo pacifista estrechamente unida a un paradigma de razón civilizatoria y a la denuncia de la violación a las mujeres; y poner de manifiesto la ausencia de transmisión histórica de episodios importantes protagonizados por mujeres, en este caso, sufragistas.

Además de situarnos en la experiencia de las mujeres para investigar nuevos hechos que forman parte de la realidad pasada y presente, lo que nos permitirá transmitirlos, es importante reflexionar mínimamente sobre la realidad y cómo hablar de ella, así como conocer las nociones básicas sobre violencia, paz y conflictos. Para que la abundancia del conocer ilustre los mensajes del presente, hay que investigar no de cualquier modo, sino teniendo en cuenta que la investigación para la paz está guiada por valores. En eso no es diferente del resto de investigaciones que, aún sin explicitarlo, están impregnadas de los valores dominantes de la comunidad que investiga. Es necesario saber en qué consiste la cultura de paz, negadora de la violencia, y si queremos erradicar la violencia, saber identificarla. Tras conocer, transmitir lo que sabemos; comunicar es



establecer relación, y como tal es parte de lo más humano que nos conforma, pues somos seres sociales y somos lo que somos a través de la relación. Investigar, visibilizar, comunicar son verbos que pueden conjugarse para construir una cultura de paz.

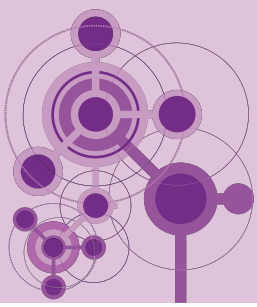
CONFLICTOS Y VIOLENCIA

Trabajar por la paz es posible en toda circunstancia, dado que no es solamente la ausencia de guerra, sino un paradigma de pensamiento y acción que busca deslegitimar la violencia en las mentes y erradicarla en las prácticas, tanto de personas como de sociedades; y hacerlo por múltiples vías. Dicho de otro modo: el compromiso con la paz no es algo ajeno a nuestro quehacer cotidiano, es cultivar esta cultura de rechazo a la violencia, capaz de crecer con cualquier otra, es divulgarla, es comunicar todo aquello que tenga capacidad de amplificarla. Comunicar y amplificar la importancia de construir cultura de paz es un proyecto que puede otorgar sentido a nuestro estar en el mundo.

Los conceptos básicos para emitir mensajes hacia una cultura de paz involucran las nociones culturales sobre los seres humanos, los conflictos, la violencia y la paz. Anotaré brevemente los enfoques que mantiene la cultura de paz y que son núcleos de debate con mitos muy extendidos. Sobre el ser humano, una idea preconcebida muy arraigada en las mentalidades y que rezuma en el mundo de la comunicación es que la violencia está inextricablemente unida a la naturaleza humana. Este lugar común se deriva de la *confusión entre agresividad y violencia*, dos nociones que importa diferenciar. La agresividad es una característica humana individual que emerge como respuesta a una amenaza percibida o real, una característica que puede ser educada por la socialización y que no necesariamente ha de expresarse por medio de la violencia. La distinción entre agresividad y violencia, el conocimiento de las razones científicas y culturales que nos permiten afirmar que los seres humanos no somos violentos por naturaleza, se plasmó en el *Manifiesto de Sevilla* (Adams, 1992), importante documento resultado de un encuentro de científicos de diversos campos bajo los auspicios de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) para dilucidar esta cuestión. Sobre los seres humanos es también importante subrayar la vulnerabilidad radical que nos caracteriza, sometidos a la dependencia, enfermedades y muerte, no solo los llamados grupos vulnerables. La vulnerabilidad de los nombrados como vulnerables se añade a la vulnerabilidad radical humana debido a la exclusión y la discriminación que sufren.

Otra distinción importante para la cultura de paz atañe al conflicto y la violencia. Existe un conflicto cuando dos o más actores (personas, grupos o instituciones) persiguen objetivos que son incompatibles o que entran en oposición; pueden ser objetivos materiales (intereses económicos, territorio, derechos...) o bien intangibles (valores, pautas culturales, creencias...). Los conflictos pueden ser intrapersonales, interpersonales, intergrupales o interestatales. Al respecto, interesa asentar dos afirmaciones: La primera, que el conflicto es algo que se da en la convivencia cotidiana, entre grupos o personas, incluso dentro de uno mismo, que es algo inevitable con lo que tenemos que vivir. Y la segunda, que la existencia de un conflicto no implica necesariamente el uso de la violencia; los conflictos pueden ser gestionados de múltiples maneras, siendo la más civilizada el recurso al diálogo y la negociación (Magallón Portolés, 2008). Para poder negociar de igual a igual, a menudo es preciso recurrir a la acción *noviolenta*, en el sentido de Gandhi. La *noviolencia* no es la mera negación de la violencia, sino una propuesta filosófica, espiritual y práctica para afrontar y equilibrar las desigualdades de poder en un conflicto y conducirlo a situaciones que permitan una gestión pacífica –negociada– del mismo. La historia nos muestra que cuando se recurre a la violencia para tratar de solucionar un conflicto, finalmente, tras los muertos, se acaba negociando, lo que confirma las denuncias reiteradas del feminismo pacifista cuando acusa a los poderes de tomar las vidas como moneda de cambio.

Sobre la violencia, los escritos del pionero investigador para la paz, Johan Galtung, son una fuente fundamental. Galtung (2003, p.262) conceptualizó como violencia todas aquellas “afrentas evitables a las necesidades humanas básicas, y más globalmente contra la vida, que rebajan el nivel real de la satisfacción de las necesidades por debajo de lo que es



potencialmente posible. Las amenazas de violencia son también violencia". Puso de manifiesto que la violencia tiene diferentes caras, clasificándolas en tres tipos: directa, estructural y cultural. A menudo solo tomamos en consideración la violencia directa o física, la que maltrata, hiere y mata, que ciertamente es violencia, pero también lo son la violencia estructural y la violencia cultural o simbólica.

En Magallón Portolés (2005) apliqué esta tipología a la violencia que sufren las mujeres. La violencia directa es bien patente y se materializa en asesinatos, feminicidios, maltrato y agresiones cotidianas. La violencia estructural está unida al lugar que las mujeres ocupan en el orden económico y de poder hegemónicos: el que la estructura de la propiedad y de los salarios sea desigual, cobrando menos las mujeres por trabajos iguales a los que realizan los hombres, o la feminización de la pobreza es violencia. Es también violencia estructural contra las mujeres el hecho de que el poder con mayúsculas, responsable de la toma de decisiones importantes que atañen a las vidas de todos, esté sesgado a favor de los hombres y que la carga de trabajo y responsabilidad en la mayoría de familias monoparentales, con hijos pequeños o mayores dependientes, caiga bajo la responsabilidad única de una mujer. Finalmente, la violencia cultural o simbólica que siempre según Galtung (2003) late en la religión, la ideología, el lenguaje, el arte, los medios de comunicación, la educación y el derecho, funciona como legitimadora de los otros dos tipos de violencia, la directa y la estructural. La violencia simbólica en contra de las mujeres se halla en la mayoría de las creencias religiosas en las que la deidad es masculina, en las ideas sobre la naturaleza de la mujer elaboradas por la filosofía y la ciencia, que la situaron en niveles más cercanos a los animales –la Naturaleza– que al ser humano racional (Schiebinger, 1993); en la literatura y el arte, en las que predominan las obras donde la mujer es objeto de la mirada, en vez de sujeto creativo y autónomo.

Galtung sitúa a los tres tipos de violencia en los vértices de un triángulo, lo que facilita la comprensión de los flujos causales que se establecen entre ellos. Según plantea el autor, la violencia se origina en cualquiera de los vértices, pero el flujo principal es el que va de la violencia cultural a la violencia directa pasando por la estructural. En el caso de las mujeres,

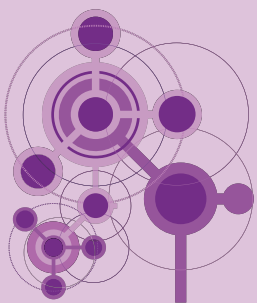
la desvalorización simbólica de la mujer (violencia cultural) la abocó históricamente a un estatus de subordinación, explotación económica y exclusión institucional (violencia estructural), y esta marginación y carencia de poder favoreció su conversión en objeto de abuso físico (violencia directa). (Magallón Portolés, 2005, p.37)

La opción por la violencia ante un conflicto se convierte en inercia por la transmisión histórica y cultural. En nuestras manos queda romper esta inercia, pues si los conflictos son inevitables, la violencia no lo es.

LA PAZ ES UNA CULTURA

Aunque lo más común es pensar que cuando no hay guerra, hay paz, es esta una visión limitada del significado de paz. La paz es algo más que la ausencia de guerra, "es a la vez una palabra y un deseo presente en la mayoría de las culturas de todos los tiempos. Tiene una gran riqueza semántica pero siempre está relacionada con una situación de plenitud personal o de armonía social" (Alemany Briz, 2006, p.448). Galtung llamó *paz negativa* a la ausencia de guerra y *paz positiva* a la ausencia de todo tipo de violencia: directa, estructural y cultural, queriendo significar que la paz es algo más, que podemos aspirar a una paz positiva, unida al respeto de los derechos humanos, la democracia, el desarme, la justicia social, un desarrollo sostenible. No me parece muy adecuado nombrar como negativa una situación en la que no hay guerra, por lo que vengo proponiendo llamar a esa ausencia de guerra *paz mínima* en vez de *paz negativa*, para no restarle un ápice de valor.

A lo largo del tiempo se han dado múltiples definiciones y se añadieron a la paz adjetivos diversos –entre ellos el feminista– tratando de enriquecer la visión que tenemos de ella. Francisco Muñoz (2001) habló de *paz imperfecta*, añadiendo un adjetivo



que él no interpreta en negativo sino que lo usa para destacar la característica de proceso que tiene la paz. La paz imperfecta es un concepto con el que dialoga Aura Trifu (2018) o que Pacho de Roux, presidente de la Comisión de la Verdad de Colombia, aplica a la trayectoria de su país (Roux, 2018). La idea más amplia y que recoge el conjunto de acepciones sobre la paz es que *la paz es una cultura*, es un bien que hay que cultivar en el día a día.

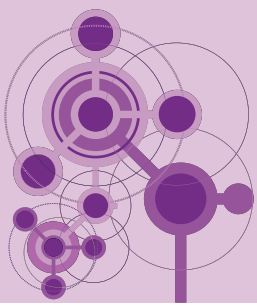
CONSTRUCTORAS DE PAZ

En el imaginario profundo de la mayoría de las culturas, y pese a que no es consistente con lo que muestran los hechos a lo largo de la historia y también frecuentes acontecimientos actuales, se mantiene de modo persistente la unión simbólica entre mujeres y paz: las mujeres son tomadas, junto a los niños, como símbolo natural de paz y de todo aquello que hay que proteger y, por lo tanto, por lo que hay que luchar; mientras la lucha, la violencia y la guerra siguen asociándose a los hombres. La base de esta ligazón podría explicarse por la tradicional exclusión que las mantuvo alejadas de los aparatos del poder, de los ámbitos donde se toman las decisiones y de los cuerpos armados institucionales, así como por la maternidad de muchas. Por debajo subyace la idea de que las mujeres por el hecho de ser capaces de dar la vida son más pacíficas que los hombres, que ser madre y combatiente es una contradicción en los términos (Magallón Portolés, 2006). Efectivamente, las mujeres nos sentimos extrañas a la lógica de la guerra y la violencia, pese a ser capaces de ejercerla y una explicación plausible está próxima a las bases señaladas, pero las feministas pacifistas la enfocan de otro modo. Efectivamente, en mayor medida que los hombres somos extrañas a la lógica que produce la muerte. Elena Grau, del grupo editor de la revista *En pie de paz*, escribe que la experiencia de las mujeres está más cercana a los cuerpos, a los seres humanos de carne y hueso (Grau, 2000) y esto lleva a rechazar el utilizarlos como moneda de cambio. Traer vida al mundo cuesta a las mujeres que deciden ser madres sudor, angustia y a menudo la muerte cuando las condiciones sanitarias son inadecuadas, como sucede todavía en muchos lugares del mundo. Pero el énfasis del rechazo a la guerra más que en dar la vida reside en el tiempo y esfuerzos invertidos en la crianza y el cuidado de los seres humanos, que ya sabemos están a cargo mayoritariamente de las mujeres. Esto, efectivamente, no concede a las mujeres ninguna virtud ni mayor piedad o menor crueldad, pero sí un mayor conocimiento de lo que significa destruir una vida humana.

Otra idea preconcebida y plasmada de modo constante en los medios presenta a las mujeres como meras víctimas. Es cierto que somos objeto de violencias específicas, como ya se ha señalado, pero las mujeres no solo somos víctimas, sino también protagonistas destacadas en la construcción de paz. La paz tiene una gran capacidad de movilizar a las mujeres, pero los análisis feministas alertan ante la trampa de considerar que esto se justifica porque las mujeres somos, como siempre ha dicho el orden patriarcal, más pacíficas que los hombres. Es esta una idea que rechazamos: las mujeres no somos ni más ni menos pacíficas que los hombres. Numerosos hechos de la historia pasada y acontecimientos del presente muestran cómo ellas han ejercido y ejercen la violencia directa participando en todo tipo de grupos armados: ejércitos, guerrillas, grupos terroristas y otros. Además, como ya decía Virginia Woolf (1977), las mujeres son cómplices de los hechos violentos de modo específico y extremadamente grave por sus repercusiones prácticas, y es a través de la admiración que proyectan sobre los hombres que los protagonizan y que la historia y las culturas androcéntricas presentan como héroes.

Si no es sobre una naturaleza más pacífica, ¿sobre qué bases se apoya el amplio liderazgo de las mujeres a la hora de promover iniciativas de diálogo y construcción de paz? Por una parte, la experiencia de exclusión¹ permite pensar, desde un paradigma diferente al del poder, un pensamiento elaborado desde una cotidianidad dedicada en gran medida al cuidado y la sostenibilidad de la vida humana. Por otra, la amenaza y destrucción del trabajo de cuidado por la violencia empuja a muchas mujeres

¹ Los nuevos paradigmas surgen en los trabajos de científicos que no están imbuidos de las viejas ideas.



a unirse, organizarse y protagonizar iniciativas para impulsar la paz. Un empeño que no es nada fácil. Pueden acusarte de asumir los estereotipos que la tradición patriarcal asignó a las mujeres. Quienes así piensan están primando una libertad marcada por la necesidad de demostrar constantemente que podemos hacer lo que siempre hicieron los hombres, una libertad que acaba por no ser tal. Pero las mujeres no tenemos por qué demostrar nada. Ser protagonistas de la paz es una opción coherente con nuestra experiencia civilizatoria de cuidado: es una opción libre. No todas las mujeres la eligen, tampoco todas las feministas. No obstante, anima a tomarla saber que quienes lo hacen logran en muchos casos mayor autoridad ante la comunidad y avances insospechados, avances que la política instalada en los viejos esquemas de rivalidades ideológicas, partidistas y de bandos, no siempre es capaz de alcanzar.

EL NACIMIENTO DEL FEMINISMO PACIFISTA ORGANIZADO: LA HAYA, 1915

Los ejemplos del protagonismo de las mujeres en la construcción de la paz, vista esta como cultura o como compromiso contra la guerra, son abundantes, pero desafortunadamente poco conocidos. Desde los que dieron las mujeres que lograron el Nobel de la Paz –empezando por Bertha von Suttner² que lo recibió tan tempranamente como 1905–, Nobel que es el que han recibido más mujeres, hasta los dados por quienes se organizaron en grupos por la paz en situaciones de guerra, conflicto armado o para confrontar la violencia de estado, desaparición forzada o agresiones diversas. Entre ellos, pueden mencionarse la red de Mujeres de Negro que creció en Palestina/Israel, en la antigua Yugoslavia y otros países, también en Italia y España; las Madres y abuelas de Plaza de Mayo, en Argentina; las Comadres de El Salvador; las católicas y protestantes que trabajaron por la paz en Irlanda del Norte; las turco-chipriotas y greco-chipriotas de *Hands Across the Divide*, y otras (Magallón Portolés, 2006).

Aquí me ceñiré a explicar un hito significativo, que tomamos como el momento del nacimiento del feminismo pacifista: el Congreso Internacional de Mujeres, celebrado en La Haya en 1915³. El evento se sitúa a principios del siglo XX cuando algunas feministas que se consideraban internacionalistas y pacifistas defendieron que los derechos de las mujeres no se agotaban en la reclamación del voto o la educación. Estas mujeres pensaron, más bien pusieron en acción, que incluido en el estatus de igualdad que reclamaban estaba el derecho a pensar y decidir sobre cualquier asunto, en particular y de un modo destacado sobre la guerra y la paz. Lo protagonizaron sufragistas de la International Woman Suffrage Alliance (IWSA), que estaban organizadas para conseguir el voto y que ya en 1914, en nombre de doce millones de mujeres de 26 países, habían lanzado un manifiesto llamando a la conciliación y el arbitraje. La IWSA tenía previsto reunirse en Berlín en junio de 1915, pero la Primera Guerra Mundial llevó a suspender la convocatoria. Hay que decir que la guerra dividió a las sufragistas –lo que corrobora nuestra afirmación de que ni todas las mujeres son pacifistas ni todos los feminismos lo son; y su derivada: que trabajar por la paz es una opción, no una naturaleza–. Hubo sufragistas que apoyaron los esfuerzos de guerra en sus países, otras se unieron a Aletta Jacobs, presidenta de la organización sufragista holandesa, en la idea de convocar un congreso en La Haya, con el fin de parar la guerra.

Aletta Jacobs cuenta en sus memorias que su primera reacción ante la guerra fue organizar ayuda humanitaria, pero luego se preguntó: “Si aliviarnos las consecuencias de la guerra, ¿no estamos contribuyendo a su continuación, al horror y la degradación que causa?” (Jacobs, 1996, p.81). Este cuestionamiento le llevaría a convocar un congreso internacional de mujeres, bajo la lógica de que “en estos tiempos de guerra y odio creciente entre naciones, nosotras las mujeres tenemos que mostrar que, al menos, somos capaces de mantener nuestra mutua amistad y solidaridad” (Jacobs, 1996, p.82).

² Véase el bello y profundo trabajo realizado por las profesoras Inocencia Torres Martínez y Concha Gaudó Gaudó, integrantes de WILPF España: *Para leer a Bertha Von Suttner* (Torres Martínez; Gaudó Gaudó, 2021).

³ Este apartado incorpora fragmentos del artículo de Carmen Magallón Portolés (2014).



En febrero de 1915, Jacobs reunió a un grupo de mujeres destacadas dentro de la IWSA, pertenecientes tanto a países en guerra como neutrales: "El talento y la energía de estas mujeres hizo posible que, a pesar de todas las dificultades, los retrasos del correo, las cartas confiscadas, censuradas o perdidas, en apenas dos meses organizáramos una conferencia internacional [...]" (Jacobs, 1996, p.83). Pese a la división señalada, el Congreso de la Haya puede considerarse fruto del sufragismo, tanto por quienes fueron sus organizadoras como por su contenido. El aliento sufragista fue patente en las condiciones requeridas para participar. Había que estar de acuerdo con dos puntos: Las disputas internacionales deben gestionarse por vías pacíficas y el voto había de extenderse a las mujeres. En estos puntos latía la convicción de que el voto de las mujeres conduciría a una paz permanente, convicción que la historia no corroboró.

Finalmente, fueron 1.136 mujeres de doce países: sufragistas y sindicalistas de varios países, laboristas británicas, mujeres de organizaciones tan diversas como las Trabajadoras Agrícolas de Hungría, la Liga para la Protección de los Intereses de los Niños de Holanda o la Asociación de Mujeres Abogadas de Estados Unidos (Nash, 2004). Podemos imaginar lo difícil que fue viajar en medio de una guerra. El barco con las cuarenta y siete delegadas de los Estados Unidos, el Noordam, estuvo a punto de ser torpedeado. En él viajaban Jane Addams la reformadora social que en 1931 recibiría el Nobel de la Paz y la profesora de Economía en Wellesley, Emily Greene Balch, premiada también con el Nobel de la Paz en 1946. De Inglaterra, 180 mujeres estaban preparadas para asistir, pero el Gobierno inglés solo dio permiso a 25 que finalmente tampoco pudieron asistir pues el tráfico en el Mar del Norte se cerró debido a la guerra. La escocesa Chrystal MacMillan y la inglesa Kathleen Courtney, que estaban ya en Holanda, junto a Emmeline Pethick-Lawrence que venía de los Estados Unidos con el grupo del Noordam representaron a aquel país. El informe final cuenta que se vivió con emoción la llegada de las delegadas belgas, tras un penoso viaje realizado a pie en el último tramo. Hubo hombres y mujeres observadores y visitantes, hasta alcanzar 1.500 participantes.

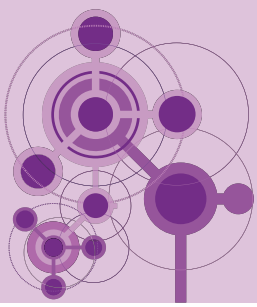
El Congreso se realizó del 28 de abril al 1 de mayo de 1915 y fue presidido por Jane Addams. Desde el principio los debates se distanciaron del paradigma al uso, que según Clausewitz incluye la guerra como la política por otros medios. La guerra se rechazaba de plano y las intervenciones, empezando por las de Jane Addams, mostraron que es posible concebir y vivir de otro modo valores y nociones que han conducido a los pueblos a la confrontación armada. Addams habló de las que habían viajado y atravesado fronteras de países en guerra, calificando su actitud y decisión de heroísmo –otro tipo de heroísmo–, habló del conflicto innecesario entre patriotismo e internacionalismo –otro tipo de patriotismo– y de la importancia para el logro de unas relaciones internacionales más justas, de aportaciones que pueden parecer menores, como la protesta de este congreso, o más lentas, como las debidas a juristas, filósofos y escritores –Grotius, Kant, Tolstoi...– todos ellos tachados en su tiempo de cobardes y soñadores, por poner la ley por delante de la fuerza (International Congress of Women, 1915).

LAS RESOLUCIONES DEL CONGRESO DE LA HAYA

El resultado de los debates del congreso se plasmó en 20 resoluciones, agrupadas en torno a siete apartados⁴. Sobre ellas hemos realizado muchas publicaciones principalmente en torno a la celebración de los cien años de la Primera Guerra Mundial⁵. Es impresionante ver cómo estas mujeres no se limitaron a denunciar los horrores de la guerra, sino que además señalaron las raíces de la misma, proponiendo medidas políticas y la creación de instituciones con capacidad de arbitrar salidas negociadas y avanzar en la erradicación de la guerra. Por ello, son consideradas las madres remotas de las Naciones Unidas pues a través de sus resoluciones aportaron las bases filosóficas de la creación de la Sociedad de Naciones. Fue el entonces presidente de los Estados Unidos, Woodrow Wilson, quien señaló que de los 14 puntos que pusieron punto final a la Primera Guerra Mundial, nueve fueron tomados de las resoluciones del Congreso Internacional de Mujeres de La Haya, resoluciones

⁴ La versión original, en inglés, de estas resoluciones puede leerse en la página de WILPF (1915).

⁵ Véanse Magallón Portolés (2014) y Magallón Portolés y Blasco Lisa (2015).



que le fueron comunicadas a Wilson por Jane Adams, presidenta del congreso, y que ese año de 1915 visitó al presidente al menos en seis ocasiones. A pesar de su importancia, las resoluciones de este congreso siguen siendo poco conocidas.

Al inicio de este artículo se citan las dos primeras resoluciones, y junto a la tercera contienen la denuncia y exigencia de poner fin a la matanza, así como el llamamiento a empezar negociaciones de paz. Por entonces, no existía una legislación internacional que regulara los conflictos de intereses entre los países, por lo que el recurso a la guerra era la vía normalizada de abordarlos. Ellas propondrán la creación de una conferencia de países neutrales que ofrezca una mediación permanente basada en principios, unos principios que emanan de la identificación de las raíces de los conflictos que conducen a la guerra. A su entender, para lograr una paz permanente es preciso reconocer el derecho de los pueblos al autogobierno, la integridad territorial, la autonomía y un parlamento democrático (Resolución 5); que los gobiernos de todas las naciones acuerden someter las futuras disputas internacionales a la conciliación y el arbitraje (Resolución 6) y acuerden también unirse para ejercer presión social, moral y económica sobre cualquier país que recurra a las armas (Resolución 7); que la Política Exterior se someta a control democrático, ya que la guerra no responde a la voluntad de la mayoría, sino a intereses particulares y (teniendo en cuenta que) solo se puede reconocer como democrático un sistema que incluya una representación igualitaria entre hombres y mujeres... que se otorgue el voto a las mujeres (Resoluciones 8 y 9). Aquí se observa de nuevo cómo la construcción de una paz permanente es contemplada indisolublemente unida al sufragio femenino, expresión de ese feminismo pacifista que en ese momento está cobrando vida organizada.

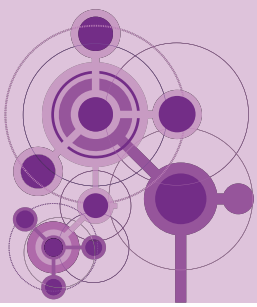
Para seguir construyendo una arquitectura internacional sobre la base de una visión reguladora de los conflictos a través de la ley, son necesarias nuevas instituciones y nuevos tratados. Ellas propondrán que se cree una Corte Permanente de Justicia Internacional y un foro permanente que tenga reuniones regulares (Resolución 11), instituciones en las que las mujeres deben tomar parte,

para tratar no las reglas de la guerra sino propuestas prácticas para una Cooperación más extensa entre los Estados [...] formular y hacer cumplir aquellos principios de justicia, equidad y buena voluntad [...] ajustados gradualmente por una opinión pública internacional ilustrada. (WILPF, 1915, p.3, traducción propia).

Como se ha dicho, no existía entonces ninguna institución para gestionar la interpretación de los acuerdos o tratados, o que promoviera la cooperación internacional y el desarrollo de legislación adecuada para encauzar los conflictos a través de las leyes. Por eso, esta resolución puede verse como raíz de lo que primero fue la Sociedad de Naciones y posteriormente la organización de las Naciones Unidas.

La Resolución 12 reclama el desarme universal, necesario porque “en los beneficios privados derivados de las grandes fábricas de armamento anida un obstáculo poderoso para la abolición de la guerra” (WILPF, 1915, p.3, traducción propia). El desarme universal ha de asegurarse mediante un acuerdo internacional en el que los países decidan terminar con la producción de armas y municiones de guerra y controlar el tráfico internacional de las mismas. Las armas matan y convierten a la guerra en un negocio. Han transcurrido más de cien años y lo único logrado por la Comunidad Internacional es aprobar en 2013, un tratado regulador del comercio de armas, pero el negocio no solo continúa, sino que se ha agudizado a través de la modernización tecnológica.

En tiempos en los que la libertad de comercio era inexistente, los mares y rutas eran controlados por algunos países lo que a menudo llevaba a confrontaciones. También se observaba que “la inversión por parte de los capitalistas de un país en los recursos de otro” (WILPF, 1915, p.4, traducción propia) era a menudo motivo de amenaza de guerra. Ante esta problemática, la Resolución 13 propone “que se imponga el principio de que tales inversiones se hagan a riesgo del inversor, sin reclamar la protección oficial de su gobierno”.



También la exigencia de democratización de la política internacional y la educación para la paz formaron parte de las resoluciones aprobadas, para lo que reclamaron transparencia, que los tratados secretos entre las naciones fueran considerados nulos y que para la ratificación de los tratados futuros se exigiera la participación del Poder Legislativo de cada estado. La democratización requeriría que se concediera a las mujeres los mismos derechos civiles y políticos que tenían los hombres, que la conferencia de paz que ponga fin a la guerra tuviera una participación democrática de los representantes del pueblo, con las mujeres incluidas⁶ en ellos, y que se educara a niños y niñas en el ideal de la paz (Resolución18).

Entre las acciones que tomar, se propuso que se organizara "un encuentro internacional de mujeres en el mismo lugar y al mismo tiempo que la Conferencia de las potencias que ha de estructurar los términos del acuerdo de paz después de la guerra, con objeto de presentar propuestas prácticas a la Conferencia" (Resolución19), propuesta precursora de las conferencias paralelas que organiza la sociedad civil. Finalmente, se aprobó enviar delegaciones a los gobiernos para comunicarles las Resoluciones del Congreso y convencerles de llevarlas a la práctica (Resolución20). Dos delegaciones visitaron a los líderes de catorce capitales, beligerantes y neutrales, primeros ministros y ministros de Asuntos Exteriores, entre ellos, el Rey de Noruega, el Papa y el Presidente de los Estados Unidos. Jane Addams, Emily G. Balch y Alice Hamilton, que formaron parte de las delegaciones, escribieron una crónica de estas visitas (Addams; Balch; Hamilton, 2003).

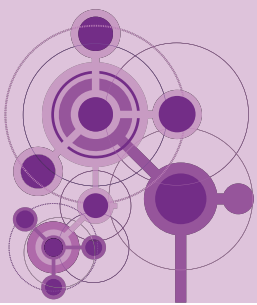
En 1919, el Comité Internacional de Mujeres por una Paz Permanente se reunió de nuevo en Zúrich y decidió adoptar el nombre de Liga Internacional de Mujeres por la Paz y la Libertad (WILPF en sus siglas en inglés), nombre que se mantiene. En sus más de cien años de historia, WILPF ha mantenido su incidencia civilizatoria en los organismos internacionales y reunido a mujeres de todos los continentes comprometidas con el avance de la cultura de paz en sus países y en el mundo (Blasco Lisa; Magallón Portolés, 2020; Bussey; Tims, 1980; Foster, 1989).

CONCLUSIONES

El episodio histórico que recupera el nacimiento del feminismo pacifista muestra que las mujeres no solo somos víctimas, sino que a lo largo del tiempo hemos desarrollado pensamiento y prácticas que transformaron positivamente el mundo, en el ámbito internacional y en el cotidiano. Más allá de la vulnerabilidad y la violencia que se ejerce sobre las mujeres, el feminismo pacifista, además de reivindicar, ofrece enfoques capaces de avanzar en la erradicación de la violencia. Las iniciadoras del feminismo pacifista siguen siendo, más de cien años después, modelo y fuente de inspiración para el trabajo por la paz.

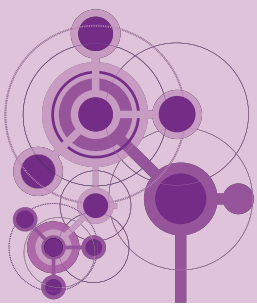
Lo mostrado y puesto a debate apunta que podemos abrirnos paso con mensajes civilizatorios transformadores si tenemos claridad conceptual, si desarrollamos una investigación guiada y comunicada con valores, si rescatamos la experiencia y saberes de las constructoras de paz y sabemos amplificar su sentido y transmitir lo que nos motiva y nos conmueve. Previamente, hemos de hacernos conscientes de que el pasado influye en el presente, que necesitamos modelos que transmitan esperanza y que algunas huellas y episodios del pasado pueden iluminar una realidad que, sin duda, tiene límites, pero también mucho margen para ser construida.

⁶ Esta resolución es precursora de la que muchos años después, en el 2000, aprobaría el Consejo de Seguridad: la resolución 1325 sobre *Mujeres, paz y seguridad*, que se ha convertido en una importante herramienta para potenciar la voz de las mujeres en los procesos y negociaciones de paz.



REFERENCIAS

- ADAMS, David (ed.). *El manifiesto de Sevilla sobre la violencia: preparar el terreno para la construcción de la paz*. Paris: Unesco, 1992. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000094314_spa. Acceso en: 21 dez. 2022.
- ADDAMS, Jane; BALCH, Emily Greene; HAMILTON, Alice. *Women at the Hague: the International Congress of Women and its results*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.
- ALEMANY BRIZ, Jesús María. Paz. In: ORTIZ-OSÉS, Andrés; LANCEROS, Patxi (dir.). *Diccionario de la existencia: asuntos relevantes de la vida humana*. Rubí: Anthropos; México: Unam, 2006. p.448-453.
- ANNAS, Julia. Las mujeres y la calidad de vida: ¿dos normas o una? In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya (comp.). *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p.363-385.
- AURA TRIFU, Liliana. Reflexiones sobre la paz positiva: un diálogo con la paz imperfecta. *Revista de Paz y Conflictos*, Granada, v.11, n.1, p.29-59, 2018. doi:<http://doi.org/10.30827/revpaz.v11i1.5602>.
- BLASCO LISA, Sandra; MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. *Feministas por la paz: la Liga Internacional de Mujeres por la Paz y la Libertad (WILPF) en América Latina y España*. Barcelona: Icaria, 2020.
- BUSSEY, Gertrude Carman; TIMS, Margaret. *Pioneers for peace: Women's International League for Peace and Freedom, 1915-1965*. London: WILPF British Section, 1980.
- FOSTER, Catherine. *Women for all seasons: the story of the Women's International League for Peace and Freedom*. Athens: University of Georgia Press, 1989.
- GALTUNG, Johan. *Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bilbao: Bakeaz, 2003.
- GRAU, Elena. No prescindir de los cuerpos. *En pie de paz*, Bilbao, n.53, p.66-68, 2000.
- HARDING, Sandra G. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- INTERNATIONAL CONGRESS OF WOMEN. *Report of the International Congress of Women*. The Hague: International Congress of Women, 1915. Disponible en: https://archive.org/stream/berichtrapportre45wome/berichtrapportre45wome_djvu.txt. Acceso en: 21 dez. 2022.
- JACOBS, Aletta. *Memories: my life as an international leader in health, suffrage, and peace*. New York: The Feminist Press, 1996.
- KUHN, Thomas S. *La estructura de las revoluciones científicas*. 7.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. Ciencia desde las vidas de las mujeres, ¿mejor ciencia? *Mètode Science Studies Journal*, València, n.91, p.56-63, 2017. doi:<https://doi.org/10.7203/metode.7.8190>.



MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. *Contar en el mundo: una mirada sobre las relaciones internacionales desde las vidas de las mujeres*. Madrid: Horas y Horas, 2012. (Coleção Cuadernos Inacabados, v.64).

MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. Epistemología y violencia. Aproximación a una visión integral sobre la violencia hacia las mujeres. *Feminismo/s*, Alicante, n.6, p.33-47, 2005. doi:<https://doi.org/10.14198/fem.2005.6.03>.

MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. *Mujeres en pie de paz: pensamiento y prácticas*. Madrid: Siglo XXI de España, 2006.

MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. Paz, violencia y conflictos. In: MARCUELLO SERVÓS, Carmen; GARCÍA INDA, Andrés (ed.). *Conceptos para pensar el siglo XXI*. Madrid: Catarata, 2008. p.319-342.

MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. Una voz disidente en la I Guerra Mundial: el Congreso de La Haya y WILPF. *Mientras tanto*, Vilassar de Dalt, n.122/123, p.57-71, 2014.

MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen; BLASCO LISA, Sandra. Mujeres contra la Primera Guerra Mundial: el Comité Internacional de Mujeres por una Paz Permanente (La Haya, 1915). In: GAMARRA CHOPO, Yolanda; FERNÁNDEZ LIESA, Carlos R. (coord.). *Los orígenes del derecho internacional contemporáneo: estudios conmemorativos del Centenario de la Primera Guerra Mundial*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2015. p.157-180.

MUÑOZ, Francisco A. *La paz imperfecta*. Granada: Universidad de Granada, 2001.

NASH, Mary. *Mujeres en el mundo: historia, retos y movimientos*. Madrid: Alianza, 2004.

ROUX, Francisco de. *La audacia de la paz imperfecta*. Bogotá: Ariel Colombia, 2018.

SCHIEBINGER, Londa. *Nature's body: gender in the making of modern science*. Boston: Beacon Press, 1993.

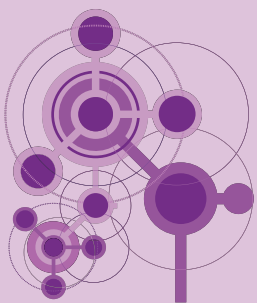
TORRES MARTÍNEZ, Inocencia; GAUDÓ GAUDÓ, Concha. *Para leer a Bertha Von Suttner*. Madrid: WILPF España, 2021. Disponible em: <https://wilpf.es/wp-content/uploads/2021/12/abajo-las-armas.pdf>. Acceso em: 15 set. 2022.

WATZLAWICK, Paul; BAVELAS, Janet Beavin; JACKSON, Don D. *Teoría de la comunicación humana*. Barcelona: Herder, 1991.

WILPF. *WILPF Resolutions, 1st congress*. The Hague: WILPF, 1915. Disponible em: https://www.wilpf.org/wp-content/uploads/2012/08/WILPF_triennial_congress_1915.pdf. Acceso em: 5 set. 2022.

WOOLF, Virginia. *Tres guineas*. Barcelona: Lumen, 1977.

Artículo recibido el 14/12/2022 y aprobado el 02/02/2023.



Mulheres muçulmanas, islamofobia e mídia: desconstruindo estigmas¹

Muslim women, islamophobia, and media:
deconstructing stigmas

Mujeres musulmanas, islamofobia y medios:
desconstrucción de estigmas



Francirosy Campos Barbosa

- Pós-doutorado em Teologia Islâmica pela Universidade de Oxford.
- Livre Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP).
- Coordenadora do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (GRACIAS).
- E-mail: franci@ffclrp.usp.br

¹ Agradeço a Maria Aparecida Ferrari pelo estímulo para escrita deste artigo. Espero que contribua para a formação de outras pesquisadoras interessadas na temática.



Resumo

Este artigo discute dados do primeiro relatório a tratar da islamofobia no Brasil a respeito do preconceito em relação às mulheres revertidas ao Islam. Além disso, traz reflexões sobre a retomada e permanência do Talibã no governo do Afeganistão. Desta forma, busca contribuir para a desconstrução do olhar de jornalistas e pessoas de Comunicação, visando o fim da fala sobre muçulmanas atrelada à perspectiva de “salvá-las”, e a compreensão das diferentes percepções de feminino que nos atravessam e, portanto, que se escrevem e se reproduzem visualmente.

PALAVRAS-CHAVE: MULHERES MUÇULMANAS • ISLAMOFOBIA • MÍDIA • TALIBÃ • REVERSÃO.

Abstract

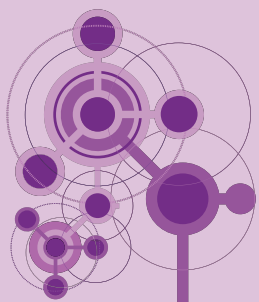
This article discusses the data from the first report to focus on islamophobia in Brazil regarding women reverted to Islam. In addition, it brings reflections about the resumption and permanence of the Taliban in the government of Afghanistan. Thus, it seeks to contribute to the deconstruction of the perception of journalists and Communication professionals, seeking to end the talk about Muslim women tied to the perspective of “saving them”, and to understand the different perceptions of the feminine that crosses us and, therefore, that are written and reproduced visually.

KEYWORDS: MUSLIM WOMEN • ISLAMOPHOBIA • MEDIA • TALIBAN • REVERSAL.

Resumen

Este artículo discute los datos del primer informe sobre islamofobia en Brasil acerca del prejuicio con relación a las mujeres que se convirtieron al Islam. Además, plantea reflexiones sobre la reanudación y permanencia de los talibanes en el gobierno de Afganistán. De esta manera, se espera que la discusión pueda contribuir con la deconstrucción de la mirada de periodistas y personas de la comunicación, relacionada con el tratamiento de las mujeres musulmanas en la perspectiva de “salvarlas”, y que se pueda entender las distintas percepciones de lo femenino que nos toca y que se escriben y se reproducen visualmente.

PALABRAS CLAVE: MUJERES MUSULMANAS • ISLAMOFOBIA • MEDIOS DE COMUNICACIÓN • TALIBANES • REVERSIÓN.



INTRODUÇÃO

Em 2023 completo 25anos de pesquisa em chão de mesquita e dez anos como revertida ao Islam. Há quatro faço uso do *hijab* (véu islâmico). Começo este artigo expressando meu pertencimento ao Islam, pois quando são discutidos temas ligados às mulheres muçulmanas muitos não lhes creditam suas falas e questionamentos, tampouco têm a percepção de que elas podem ser brasileiras e bem resolvidas com sua escolha religiosa, conforme Barbosa e Lima (2020) descreveram o que significa ser mulher muçulmana e acadêmica. Nos últimos anos, venho abordando questões que envolvem o feminino/feminismo islâmico (Barbosa, 2022), os significados do uso do véu (Barbosa, 2013) e os movimentos de mulheres na França e no Brasil (Barbosa; Lima, 2020), bem como estimulando pesquisas sobre recortes variados sobre mulheres muçulmanas, sexualidade, saúde mental, casamento (Barbosa; Paiva, 2017; Paiva; Barbosa, 2021; Pasqualin; Barbosa, 2016) e influenciadoras muçulmanas (Batista *et al.*, 2022).

As questões etnográficas trabalhadas em todos esses artigos levaram-me a refletir com maior cuidado sobre islamofobia de gênero, pois estão para além das questões sobre feminismo islâmico, casamento, sexualidade ou, até mesmo, empoderamento de mulheres nas redes sociais. A islamofobia, a *hijabfobia* (Barbosa *et al.*, 2022), é real no Brasil, e isso merece um olhar mais dedicado ao problema, principalmente por envolver a saúde mental de mulheres muçulmanas (Macedo; Barbosa, 2021). O que a pesquisa sobre islamofobia coordenada por mim entre 2021 e 2022 deixou entrever, entre outras coisas, é que a mídia, de um modo geral, contribui para o *estigma* que existe sobre a mulher muçulmana, e isso coopera sistematicamente para ataques islamofóbicos, do mesmo modo que vimos à difusão errônea, em 2021, de que mulheres muçulmanas afegãs precisavam "ser salvas" do Talibã (Abu-Lughod, 2002), não havendo, como em 2001, questionamento sobre o colonialismo americano e suas violências durante os 20anos de intervenção em território afegão.

Frente a isso é que proponho trazer alguns dados do *Primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil* (Barbosa *et al.*, 2022), que contou com a participação de pesquisadores do GRACIAS¹, assim como de partes dos textos que escrevi em 2021 e 2022 sobre a retomada e permanência do Talibã no governo do Afeganistão. O que dizer sobre mulheres muçulmanas? Falar sobre mulheres perpassa por uma desconstrução profunda sobre um feminismo branco ocidental. Para isso, é preciso compreender aspectos da religiosidade e da cultura em que estão inseridas essas mulheres.

Pensar o Islam é pensar na diversidade cultural, social e econômica que essa comunidade representa nos dias de hoje. Sendo a segunda maior religião do planeta em número de seguidores, é de se esperar a sua multiplicidade, que gera, sobretudo, um pluralismo em entendimentos, leituras e práticas religiosas. O Islam é monoteísta, cujo advento ocorreu no séculoVII, e constitui-se como uma religião pautada pelo equilíbrio nos papéis sociais masculinos e femininos. O que é o Islam desdobra o sentido de religião, civilização e modo de vida, pois todos esses fatores podem, de alguma maneira, "explicar" a religião e orientar os modos como as pessoas praticam a fé islâmica. Talvez devêssemos urgentemente permitir outras leituras que não sejam as colonialistas, orientalistas e arabistas, que são reducionistas quando se trata de compreender esse universo religioso. Não basta também observar as suas tradições sunita e xiita – e, por conseguinte, a experiência mística com o sufismo. A chave de leitura sempre deve ser ampliada, como costume dizer aos/meus/as alunos/as: é necessário descrever o *contexto, as pessoas e as ações*. Essa é a chave metodológica da produção etnográfica e deve ser também para qualquer um que pretenda escrever sobre os muçulmanos e muçulmanas. A experiência impregnada de quem escolheu o Islam como

¹ Felipe Freitas de Souza, Isabella Macedo, Gabriela Correia Rocha, Igor Henrique Bonfim Carlos e Camila Paiva.



religião é diferente de quem nasceu muçulmano (Barbosa; Paiva, 2017), e isso precisa ser esmiuçado, entendido como uma categoria “boa para pensar”.

Neste sentido, destaco ser fundamental olhar para os dados da pesquisa sobre islamofobia no Brasil para que a mídia e a sociedade possam compreender o que passam as mulheres muçulmanas e o estigma que muitas vezes elas carregam, sem que isso seja devidamente questionado. Quando me refiro ao estigma, estou lembrando o que Goffman (2017) bem classificou como algo ou alguém *desacreditado*, como se todos já conhecessem sua real identidade. Para o autor, são três os pontos que delimitam o estigma: o primeiro dele é relacionado ao *corpo* – corpo este depreciado. Aqui insiro o destaque de opressão dado ao *véu islâmico* pelos não muçulmanos, tornando essas mulheres *abjetas* (Butler, 1990). O segundo ponto refere-se ao *caráter individual*: os homens muçulmanos são considerados *terroristas* e mulheres muçulmanas são *oprimidas*. Já como terceiro revela-se o estigma quando há um pertencimento religioso: aqui, o Islam, por muitos, é conhecido como uma religião que “retira” direitos sociais femininos e aplica penas severas atribuídas à *sharia*. Esta, por sua vez, representa todos os tipos de perversidade, tratando-os como valores islâmicos intrínsecos.

Sobre a *sharia* não vou me estender, pois tratei dessa temática em outros textos (Barbosa, 2021; Paiva; Pasqualin, 2022); no entanto, vale dizer que esta corresponde ao livro sagrado dos muçulmanos, Alcorão, palavra de Deus revelada ao Profeta Muhammad, e liga-se aos seus ensinamentos (*sunnah/hadices*). A partir dela muitas leituras são realizadas, às vezes tendendo ao literal, às vezes abrindo oportunidades para um diálogo para além do que é ensinado como eixo estruturante da religião, mas isso a depender do país e da jurisprudência empregada.

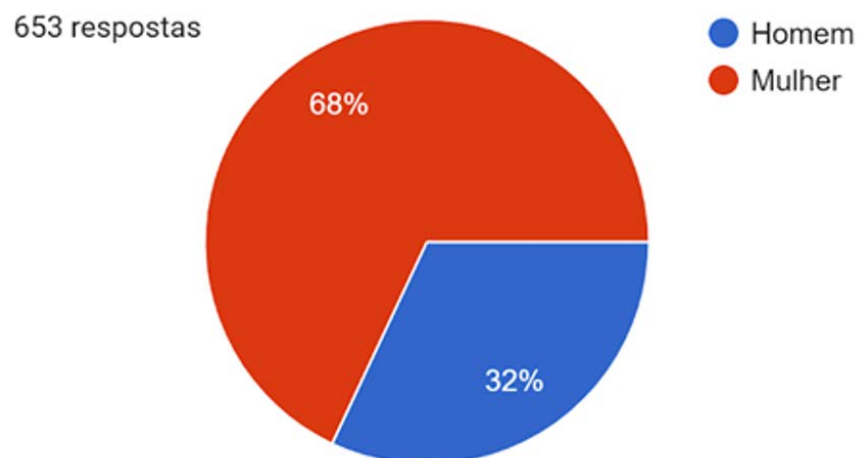
À primeira vista, parece fácil compreender o Islam; no entanto, advirto que os caminhos são longos e não tão fáceis para um leitor de primeira viagem. Penso que posso contribuir para que ocorra a desconstrução do olhar de jornalistas e pessoas de comunicação para que a tendência de falar sobre muçulmanas de forma atrelada à perspectiva de “salvá-las” cesse e seja possível compreender as diferentes percepções de feminino que nos atravessam e, portanto, que se escrevem e se reproduzem visualmente. Aqui destaco dois universos distintos: mulheres brasileiras revertidas ao Islam e mulheres muçulmanas afegãs. As primeiras têm sido cada vez mais presentes na comunidade muçulmana brasileira, principalmente após o 11 de Setembro de 2001, e as últimas são sempre vistas como mulheres sem agência e autonomia, totalmente presas às regras dos seus algozes.

ISLAMOFOBIA NO BRASIL: DADOS DE 2021/2022

Utilizou-se um questionário na plataforma Googleforms, produzido pelos pesquisadores do GRACIAS (Barbosa *et al.*, 2022), com perguntas que visavam a captar as apreensões da comunidade muçulmana brasileira a respeito da islamofobia no Brasil. Para isso, divulgamos o questionário nas redes sociais e em grupos diversos da comunidade islâmica. Ao todo, 653 pessoas responderam ao questionário entre fevereiro de 2021 e o término do Ramadan do mesmo ano, já em maio.



Figura 1: Participantes da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

Em linhas gerais, a pesquisa evidencia que são as mulheres revertidas² as que mais sofrem violência e também as que mais responderam ao questionário. As violências são sofridas em espaço público, na maioria das vezes, e com forte incidência em seus núcleos familiares. Dessas mulheres, 71% usam o *hijab*, em comparação com as nascidas muçulmanas (59%) e relatam sofrer mais preconceito contra a religião do que muçulmanas nascidas. As mulheres narram agressões físicas, sexualização, perda de oportunidades de trabalho e até mesmo a recusa em utilizar o *hijab* por desenvolvimento de transtornos psicológicos, devido aos constrangimentos causados pelo preconceito religioso. No caso de muçulmanas revertidas, é apresentado até mesmo assédio, discriminação, hostilidades etc. por homens com os quais já tiveram contato íntimo e que as constrangem após sua opção pelo Islam.

Em relação aos sentimentos mencionados, tanto homens como mulheres que apresentam ter sofrido a islamofobia relatam que os maiores sentimentos são de raiva, desânimo, inferioridade e tristeza. Entretanto, a maioria não procura serviços de saúde mental para lidar com tais demandas. Em termos de falas a respeito de sofrimento psíquico, tanto de homens quanto mulheres, é perceptível, pelas respostas, essa tendência que Awan e Zempi (2015) já identificaram no Reino Unido. Assim, pode haver o questionamento do porquê não há uma procura extensiva desses serviços nem de procedimentos legais contra os opressores. Será que no Brasil as queixas das pessoas muçulmanas seriam legitimadas por nossas instituições de saúde e de justiça? A maioria não faz Boletim de Ocorrência (B.O.), tampouco procura meios legais para se defender da violência sofrida. Neste sentido, a violência contra essa minoria não aparece institucionalmente, mas toma corpo nos relatos que ineditamente recolhemos.

Destaco algumas falas de mulheres revertidas, presentes no relatório, sobre as dificuldades no início da reversão ao Islam:

Vergonha da família mediante reversão

Situação 1: "*Permaneci a mesma em quase tudo, mas notei que minha mãe fica com vergonha de sair comigo na rua*".

² Não vou tratar aqui sobre o que mobiliza a reversão ao Islam, para isso, sugiro leituras de Marques (2009), Dumovich (2016) e Barbosa e Paiva (2017).



Islamofobia na relação com os seus familiares próximos

O dado que mais chama atenção diz respeito à relação com a família: *41,9% apontaram a dificuldade na relação com a família, sinalizando que mais de 50% dos parentes veem de forma negativa a reversão, bem como 38% dos amigos.* O constrangimento religioso é apontado por 83,2% das participantes.

Situação 1: *"Minha mãe [já falecida] não aceitou muito bem minha reversão".*

Situação 2: *"Minha família, apesar de aceitar, ainda tem um preconceito enorme com isso".*

Situação 3: *"O meu marido também agora também é muçumano! A família dele é descendente de italiano e não aceitou e nunca gostaram de mim. Acredito que por ser descendente de árabe".*

Essas falas destacam a dificuldade que a família tem para aceitar a reversão de uma mulher. Uma delas relatou, em outra pesquisa³, que toda vez que algum programa de telejornal falava sobre o Islam, seja sobre os atentados no 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), seja sobre o Afeganistão/Talibã ou a Al Qaeda, sua família acaba por hostilizá-la e dizer que ela deveria abandonar a religião dos fanáticos e assassinos muçulmanos. Há relatos de jovens que foram colocadas para fora de casa e que retiraram o lenço todas as vezes que foram visitar a família, pois eram constantemente agredidas verbalmente. Uma delas conta que a mãe disse inúmeras vezes que prefere uma filha drogada a uma filha muçulmana. Quando perguntadas se a imprensa tem alguma responsabilidade sobre a imagem construída sobre os muçulmanos, elas acenam que sim.

Medo de falar sobre a reversão

Situação 1: *"Ainda não tive coragem de falar a respeito, por medo do preconceito e da rejeição".*

Situação 2: *"Não mudou, pois de uma certa forma eles não levam a minha reversão a sério e eu me sinto mais confortável assim, pra não ter que enfrentar a rejeição, e de uma certa forma acabo praticando minha religião meio que 'às escondidas".*

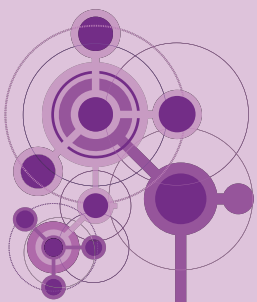
O medo de contar sobre a reversão é muito comum entre a maioria das mulheres revertidas. Muitas escolhem fazer aos poucos essa revelação por considerarem que a rejeição é um fator que pode trazer problemas no dia a dia.

No que diz respeito ao uso das vestimentas islâmicas, as mulheres revertidas restringem o seu uso a rituais religiosos, como ir à mesquita, ou durante as orações. Algumas também explicam que pararam de utilizar as vestes após algum tempo. Nesse sentido, também foi relatado o medo de adotar as vestimentas islâmicas no Brasil, principalmente pelo temor em sofrer discriminações e/ou ataques preconceituosos.

Medo de usar vestimenta islâmica no Brasil

Situação 1: *"Shayla apenas para as orações, entrar na Mesquita e em estabelecimentos islâmicos por respeito. Moro na Inglaterra, retorno ao Brasil em poucas semanas, preocupada em usar a Shayla sempre".*

³ *Narrativas Islamofóbicas no Brasil*, uma pesquisa realizada com Bolsa Produtividade CNPq entre 2000 e 2003.



Situação 2: "Ainda não. Acredito que sou a única muçulmana da minha cidade e meu receio é começar a chamar atenção e sofrer ataques".

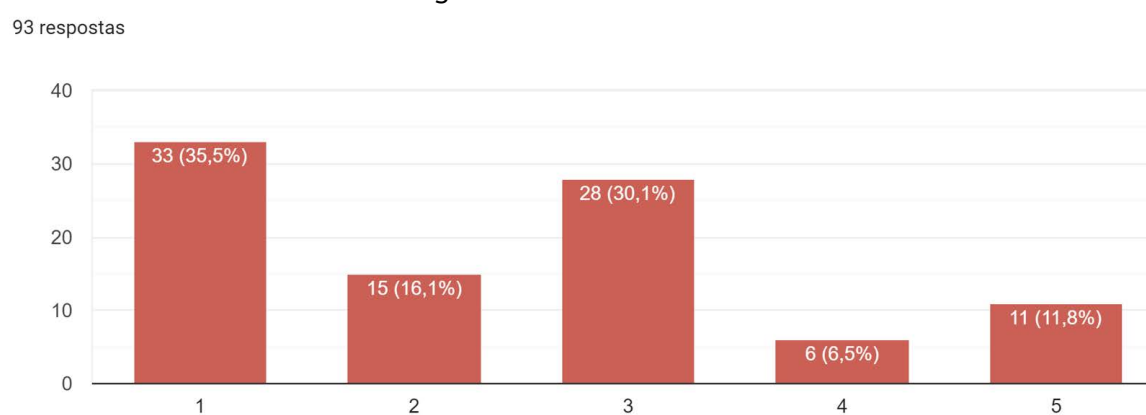
Situação 3: "Mas quando estou no Brasil, por segurança, não uso".

Saliento que 65,5% das mulheres que responderam ao questionário são revertidas, e isso demonstra que o grupo mais atingido é também o grupo que mais se expressa e se preocupa com a realidade vivida, tendo-se em vista que a pesquisa abarcou homens e mulheres – nascidos e revertidos ao Islam. No entanto, chama atenção que a maioria participante é recém-revertida, sendo 38,2% revertida entre 1 e 5anos. Já 22,2% estão no Islam entre 5 e 10anos. Logo, isto significa que não é por não possuírem o conhecimento necessário que não podem se defender de determinadas acusações. As idades encontradas variam entre 18 e 60 anos, mas constatamos que foram sobretudo mulheres de 36 a 40 anos (19,7%) e 18 a 25 anos (18,6%) que responderam à pesquisa. Por se tratar de mulheres recém-revertidas, cabe refletir sobre os mecanismos de defesa e acolhimento que elas recebem durante esse período, a partir de sua própria comunidade, e se elas dispõem de formas de preparo no enfrentamento à rejeição da sua escolha religiosa. Outros dados importantes são: 63,6% são de origem europeia – se identificam como brancas –, seguidas por africana e árabe; a maioria reside na região Sudeste, sendo que 24% têm Ensino Médio completo, 25,9% Ensino Superior completo e 19,7% Pós-Graduação; a faixa salarial de 1 a 3 salários-mínimos corresponde a 33,7% do total, sendo que 26,4% apontam estarem desempregadas.

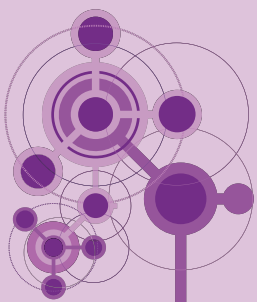
Entre aquelas que sofreram episódios de islamofobia, temos que a maioria os viveu na rua (72,8%) e/ou no ambiente de trabalho (40,1%). Se a resposta jurídica ao primeiro caso seria gerar B.O. e a condução de processo contra pessoa desconhecida, o que dificulta o acesso à Justiça, o segundo é bem mais acessível, considerando-se a natureza de violação trabalhista das obrigações contratadas e existência de judiciário especializado próprio – a Justiça do Trabalho – para tanto. Já os relatos de islamofobia na rua demonstram o quanto a intolerância contra muçulmanos, somada à misoginia e ao machismo, estão normalizadas. As mesmas indicações sobre B.O. e acesso à justiça cabe para mulheres, em referência ao parágrafo específico supracitado. Em comparação aos homens, dados se repetem em relação à religião considerada mais discriminadora: evangélicos (73%).

Foi solicitado às mulheres que utilizassem uma numeração de 1 a 5 para responder se consideram que os brasileiros têm medo dos muçulmanos. Para elas, a questão fica entre 1 e 3 (31,5% e 30%): *A mídia sendo o espaço no qual os muçulmanos e o Islam são mal retratados é apontado por mais de 64%, significando 1.* Sobre se poucos brasileiros têm receio dos muçulmanos e do Islam, as mulheres escolheram o número 5, atribuindo um valor muito pequeno a esse item. Por fim, apontaram 1 quando indagadas sobre uma possível ameaça à cultura pelo Islam. Vale explicar que "1" era o maior valor e "5" o menor.

Figura2: A mídia e o Islam



Fonte: Elaborada pela autora com base em Barbosa *et al.* (2022).



Podemos destacar uma das citações:

Situação 1: “*Eu acho que a mídia incentiva este preconceito (passa a notícia de terrorismo, mas não fala que a religião é contra isto e que os culpados foram presos etc.). Minha tia comentou um dia, assistindo à TV: ‘Ainda matam em nome desse Allah! Não pode falar nada deste Mohamad que já matam! Estes loucos que ficam orando de poupança para cima não valem nada, deviam ser expulsos!’*”.

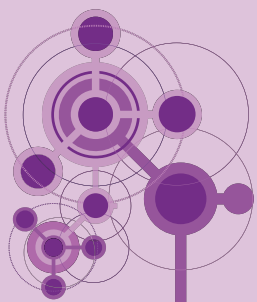
Importante dizer, como deixei entrever no início do artigo, que o papel da imprensa na divulgação sobre o Islam deve ser revisto, no sentido de ultrapassar as fronteiras de um olhar sempre colonizador, que enxerga as comunidades muçulmanas como se não tivessem suas agendas próprias e as mulheres apenas pudessem ter seus movimentos reivindicatórios atrelados ao interesse ocidental de pessoas brancas. Ainda causa espanto a muitos a ideia de movimentos de revivalistas islâmicos, como acontece no Egito (Mahmood, 2019), ou movimentos pelo uso do véu (Barbosa, 2013). O movimento feminista que é acessado pela imprensa, comunicadoras e militantes é atrelado à luta da mulher branca e suas demandas, e não acessam as questões de mulheres marrons, negras e, dentre essas, as mulheres muçulmanas, que seguem sendo estigmatizadas por outro fator: o religioso. A imprensa brasileira constrói pautas sobre Islam e os muçulmanos apenas em períodos de tensão, mas desconhecem suas práticas e valores cotidianos.

O debate Islam e mídia não é recente. Montenegro (2002), em artigo, já havia mostrado os pressupostos ligados às representações jornalísticas e nativas (islâmicas) no que se refere ao Islam no Brasil, mas também globalmente. Aqui, tal religião é sempre algo fora da cultura nacional, uma fé difícil de ser seguida. Muitas vezes leu-se na imprensa, na época do artigo, sobre um Islam “tropical”, que seria um Islam abasileirado, na concepção dos jornalistas, mas visto pelos muçulmanos como algo a dividi-los como *Ummah* (nação islâmica) e, portanto, pejorativo. A falta de familiaridade da imprensa muitas vezes está relacionada à suposta rigidez da religião e, por conseguinte, isso torna-se estigma.

Não é de se estranhar que, passados 20 anos desde a publicação do artigo de Montenegro (2002), tenhamos ainda que ler a respeito da suposta incompreensão sobre o Islam e os/as muçulmanos/as por parte da mídia. Neste período, a comunidade de brasileiros/as que se reverteram ao Islam é pelo menos três vezes maior que no período, do mesmo modo que a própria comunidade está melhor aparelhada para se comunicar com grupos externos e há muito mais pesquisadores de Islam com expertise para esse diálogo.

MULHERES AFEGÃS ENTRE COLONIALISMO E TALIBÃS

Ainda falando de visões distorcidas que acabam por fazer parte do universo das pessoas como realidade apreendida, retomei recentemente para o *Jornal da USP* (Marchiore; Silva, 2022) que a saída dos EUA do Afeganistão foi um avanço do ponto de vista da autonomia governamental do país, mesmo porque não há dúvidas quanto às verdadeiras intenções norte-americanas, que nunca foram de proteger ou contribuir com o desenvolvimento econômico, social e político dos afegãos. O interesse sempre foi colonialista na busca de supostos “terroristas islâmicos”, a fim de impedir que o Afeganistão concedesse proteção para a organização fundamentalista Al Qaeda e inviabilizasse a captura de Osama Bin Laden. No entanto, após 20 anos de intervenção estadunidense em território afegão, constata-se que não houve benfeitoria alguma para o país. O Afeganistão continua subdesenvolvido, com pouca escolaridade e um sistema de saúde precário, e com a retirada dos recursos dos EUA a pobreza se ampliou. É preciso discutir com seriedade o colonialismo que impede qualquer frente de diálogo com sociedades não ocidentais. Se os dados da Anistia Internacional (2022) são alarmantes, isso não significa que esses problemas surgiram agora, mas sim que apenas se intensificaram. Então, em pouco tempo, um país não viria a demonstrar tanta miséria e violência se estas já não estivessem presentes em seu cotidiano.



Consideramos uma das imagens mais vinculadas em 2021, quando o Talibã assumiu o poder: mulheres vestidas de minissaia em contraste com outras de burca:

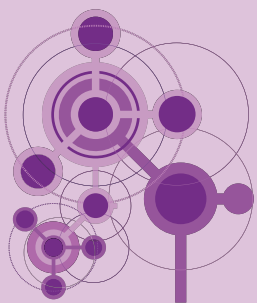
A suposição feita por trás de tal justaposição de imagens é a de que, na primeira foto, vestidas em suas minissaias, as mulheres teriam uma liberdade que, quando vestidas com suas burcas, lhes seria suprimida. Como é costumeiro quando se fala em muçulmanas, há um discurso que usualmente forja uma interconexão entre a forma de se vestir dessas mulheres e uma suposta opressão e repressão. (Barbosa; Paiva; Pasqualin, 2022, p.401)

Há um ano eu escrevia para os *Jornalistas Livres* (2021) o texto “Feminismo ocidental não pode ditar regras para mulheres muçulmanas”. Aquela período era recente para dizer algo sobre essa tal “anistia” dos talibãs em relação às mulheres, mas era possível considerar essa proposição, dar escuta. No entanto, após esse tempo, podemos dizer que são, sim, as mulheres que mais têm sofrido e que é preciso compreender não só a sede de notícia da imprensa, mas também considerar que estamos retomando sempre uma perspectiva mais aprofundada do tema, e não imediatista. Dizer o que seria um governo Talibã era muito incipiente, levando-se em consideração o que conhecemos há 20 anos: era preciso dar tempo e perceber, inclusive, como os segmentos internacionais participariam ou não dessa nova empreitada.

A ideia não pode ser nunca salvacionista ou que promova islamofobia, como é hábito de muitos, mas sim não deixar que o debate adormeça e só reapareça em datas que relembrem os episódios que marcam a história do Afeganistão. As mulheres afegãs merecem respeito pela religião que professam, pelos valores sociais que defendem e, sobretudo, por sua vontade de estudar e trabalhar, contribuindo para uma sociedade mais justa. Não lutamos por elas, lutamos *com* elas, a partir daquilo que elas nos dizem o que são suas lutas, seus desejos e seus sonhos.

A nossa forma de pensamento hegemônico branco e colonialista acaba sempre por promover o epistemicídio dos saberes locais, como diria Boaventura de Sousa Santos (2010), pois este provoca sempre a inferiorização de outras culturas, pessoas e formas de pensamento. Atréadas ao epistemicídio temos a subalternização e a subordinação, por exemplo, de grupos sociais que podem “ameaçar” a ordem e expansão capitalista (Santos, 2010). Mais recentemente, há o entendimento do uso do véu como uma forma de racializar mulheres muçulmanas e o quanto esse uso transforma mulheres em pessoas inferiores, sem autonomia. Na França, a criminalização de mulheres por uso de *niqab* e da burca restringe formas de atuação, isto é, lhes são renegados modos de ser.

Não se trata de dizer que todas as mulheres desejam usar uma cobertura em seus cabelos e corpos, porque isso não seria verdade, mas também não se trata de olhar para todas elas como se fosse. Vale o exercício de alteridade de podermos reconhecer no outro a diferença e as formas de pensamento que são diferentes de nós, mas que podem ser formas de exercícios atréadas ao poder e à dominação cultural. Isso se dá quando essa alteridade não permeia o diálogo com os outros sujeitos envolvidos e a nossa perspectiva sempre parece mais lúcida. No entanto, nem sempre temos em mãos todos os elementos capazes de narrar determinadas histórias, muitas vezes contaminadas pelo nosso conhecimento sobre as coisas, quase sempre, limitado, colonialista e branco. Cabe uma importante reflexão feminista de pensarmos “empoderamento” nos termos da consciência e construção política do que querem as mulheres e não meramente na construção econômica que esse empoderamento pode gerar. O que desejam as mulheres marrons, negras e muçulmanas está para além do fator econômico da sobrevivência: trata-se do conhecimento que irá permitir que lutem e sejam reconhecidas por suas agências, inclusive a religiosa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos são importantes para ampliar nossa compreensão sobre mulheres muçulmanas, islamofobia e mídia. Em primeiro lugar, destaco o modo de comunicação da comunidade islâmica como um eixo sensível. Após o 11 de Setembro de 2001, houve uma abertura significativa ao público externo. Na atualidade, temos muitos/as influenciadores/as (Barbosa *et al.*, 2022) que tomaram conta da “comunicação” do que é ser muçulmano/a, mas sabemos que estar na mídia requer muito mais que ter “engajamento” e seguidores, pois entre estes nem sempre existe a compreensão dos diversos fenômenos que envolvem os/as muçulmanos/as pelo mundo. Constata-se que compreender as múltiplas intersecções entre islamofobia e viver no Brasil demanda mais do que a habilidade de realizar publicações em redes sociais.

Em segundo lugar, a presença da academia, cada vez mais consolidada nos estudos islâmicos e geopolíticos, pode trazer conteúdos geradores de debates e reflexões, como o *Primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil*, e seria importante que famílias de pessoas revertidas compreendessem a dimensão da violência que essas mulheres sofrem dentro de casa. Cabe à academia “traduzir” a um público mais amplo aquilo que investigamos e, neste ponto, a parceria entre profissionais de mídia e pesquisadores é fundamental.

Nunca devemos nos esquecer de ouvir a própria comunidade. As mulheres, sobretudo, precisam se tornar pautas corriqueiras, para que possam ser reconhecidas, admiradas e valorizadas, independente das vestimentas religiosas.

Por fim, este artigo tentou balizar alguns pontos ainda desconhecidos, como o que a pesquisa, parcialmente apresentada, aqui revela: a intolerância intrafamiliar gera islamofobia e a relação da opressão direta de grupos islâmicos e mulheres pode ser uma versão parcial da realidade se não for considerado o contexto construído também por outros grupos não islâmicos. Do mesmo modo que podemos aferir a pluralidade que se apresenta quando se trata de Islam, podemos dizer que essas questões revelam também uma pluralidade de fatores e agentes que precisam ser delineados se quisermos fazer uma comunicação sobre mulheres que não seja a de “coitadinhas”, oprimidas e sem autonomia.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. *American Anthropologist*, [s.l.], v.104, n.3, p.783-790, 2002. doi: <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.3.783>.

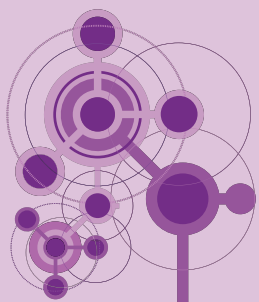
AMNESTY INTERNATIONAL. *Death in slow motion: women and girls under taliban rule*. London: Amnesty International, 2022.

AWAN, Iwan; ZEMPI, Irene. *We fear for our lives: offline and online experiences of antimuslim hostility*. Birmingham: Birmingham City University, 2015.

BARBOSA, Francirosy Campos. Diálogos sobre o uso do véu (hijab): empoderamento, identidade e religiosidade. *Perspectivas*, São Paulo, v.43, p.183-198, 2013.

BARBOSA, Francirosy Campos. Notas sobre Islam e Islam(fobia). In: CHEAITO, Karime Ahmad (org.). *Ahlam wa Sahlan: uma introdução aos mundos árabes*. Marília: Lutas Anticapital, 2021. p.91-111.

BARBOSA, Francirosy Campos; LIMA, Luana Baumann. Empoderamentos múltiplos de mulheres muçulmanas em espaços públicos na França e no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.63, n.1, p.59-82, 2020.



BARBOSA, Francirosy Campos; PAIVA, Camila Motta. Sexo/prazer no Islam é devoção. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v.37, n.3, p.198-223, 2017.

BARBOSA, Francirosy Campos; PAIVA, Camila Motta; PASQUALIN, Flávia Andrea. A caminho de Kandahar: Talibã, Sharia e a falácia da salvação de mulheres muçulmanas. *In: CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça et al. (org.). Comportamento humano em diferentes vertentes: estudos contemporâneos*. São Paulo: Pedro&João, 2022. p.387-414.

BARBOSA, Francirosy Campos *et al.* *Primeiro relatório sobre Islamofobia no Brasil*. São Bernardo do Campo: Ambigrama, 2022.

BATISTA, Maria Rita Galhardo *et al.* Influenciadoras muçulmanas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.31. n.1, p.1-24, 2022.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York: Routledge, 1990.

DUMOVICH, Liza. *Ya habibi: conversão feminina ao Islã no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio: Educam, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MACEDO, Isabella; BARBOSA, Francirosy Campos. Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas. *Revista USP*, São Paulo, v.1, n.131, p.153-161, 2021. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i131p153-161>.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, [s.l.], v.23, n.1, p.135-175, 2019. doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.6431>.

MARCHIORE, Brenda; SILVA, Gustavo Roberto da. Pesquisadores da USP lançam o primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/pesquisadores-da-usp-lancam-o-primeiro-relatorio-sobre-islamofobia-no-brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

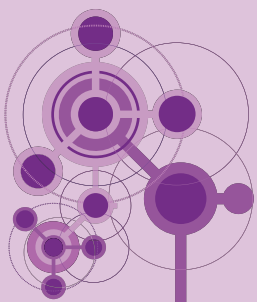
MARQUES, Vera Lúcia Maia. *Sobre práticas religiosas e culturais islâmicas no Brasil e em Portugal: notas e observações de viagem*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MONTENEGRO, Silvia M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.63-91, 2002. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100003>.

PAIVA, Camila Motta; BARBOSA, Francirosy Campos. Decolonizando a sexualidade no Islã: um diálogo com mulheres muçulmanas brasileiras. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v.33, p.1-17, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33240224>.

PASQUALIN, Flávia Andrea; BARBOSA, Francirosy Campos. Casamento intercultural islâmico: quando a internet faz parte da relação. *Revista Último Andar*, São Paulo, n.29, p.64-79, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.31-83.



De como o feminismo modificou a sociedade e a ciência: avanços e impasses

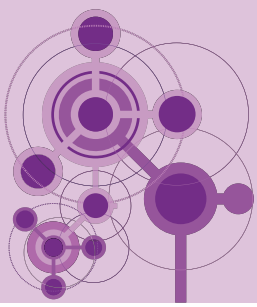
Of how feminism changed society and science: advances and challenges

Sobre cómo el feminismo cambió la sociedad y la ciencia: avances e impasses



Eva Alterman Blay

- Pós-doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, França.
- Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).
- Professora emérita pela USP.
- Senadora da República entre 1992 e 1995.
- Coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero.
- Ex-Coordenadora da Agência USP Mulheres.
- Recebeu o Prêmio Florestan Fernandes pela Sociedade Brasileira de Sociologia.
- E-mail: eblay@usp.br



Resumo

Neste artigo, recupera-se a histórica resistência à incorporação dos conceitos de mulher e gênero pela Sociologia e nas Ciências. Analisa-se a introdução de um novo paradigma com a entrada da mulher e do gênero, seja como pesquisadora, seja no desenho da pesquisa, e alerta-se para a resistência do conservadorismo aos novos conhecimentos e à liberdade científica e política.

PALAVRAS-CHAVE: GÊNERO • MULHER • CIÊNCIA • FEMINISMO • SOCIEDADE.

Abstract

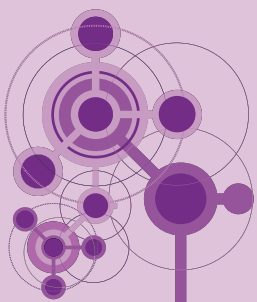
This article recovers the historical resistance to the incorporation of the concepts of woman and gender by Sociology and in the Sciences. It analyzes the introduction of a new paradigm with the entry of woman and gender, be it as researcher, be it in the research design, and alerts to the resistance of conservatism to the new knowledges and to scientific and political freedom.

KEYWORDS: GENDER • WOMAN • SCIENCE • FEMINISM • SOCIETY.

Resumen

Este artículo recupera la histórica resistencia a la incorporación de los conceptos de mujer y género por la Sociología y en las Ciencias. Se analiza la introducción de un nuevo paradigma con la entrada de la mujer y del género, ya sea como investigadora o en el diseño de investigación, para llamar la atención a la resistencia del conservadurismo a los nuevos conocimientos y a la libertad científica y política.

PALABRAS CLAVE: GÉNERO • MUJER • CIENCIA • FEMINISMO • SOCIEDAD.



INTRODUÇÃO

Embora atualmente os temas mulher e gênero estejam fartamente abordados pela mídia, só recentemente passaram a ser objeto da Sociologia e das Ciências em geral. O tema “*sex-roles and social policy*” foi censurado em 1970 no 7º Congresso da Associação Internacional de Sociologia (ISA), realizado em Varna, Bulgária, quando às proponentes pesquisadoras foi negada uma sessão para apresentar seus trabalhos (Boulding, 1979).

Depois de muita insistência, conseguiram um espaço na sessão sobre raça, na qual tiveram que dividir as apresentações com outros pesquisadores. Visivelmente, os dois temas – mulher e raça – eram subqualificados no mundo da Sociologia de então.

Elise Boulding, Andrée Michel e Jean Lipman-Blumen, as proponentes, organizaram-se e, insistentes, conseguiram que, na reunião seguinte da ISA (8º Congresso) em Toronto, Canadá, houvesse um “*research committee*” específico sobre a questão dos “papeis sexuais na sociedade”. Esse histórico consta na introdução escrita por Elise Boulding em um livro de 404 páginas, cuja publicação foi um *mix* internacional editado por Jean Lipman-Blumen e Jessie Bernard em 1979.

Elas procuraram reunir, além das apresentações do 8º Congresso da ISA, outros estudos esporádicos que começavam a ser produzidos na Suécia, Noruega, Jordânia, Índia, França, Europa Oriental¹ e Estados Unidos da América do Norte.

Atualmente, passados mais de 50 anos daquela ruptura acadêmica, será que o tema “mulher/gênero” é aceito pacificamente pelas Ciências e pela sociedade no Brasil e em outras partes do mundo?

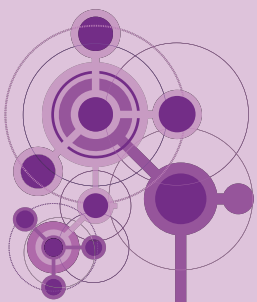
Sem a intenção de responder exaustivamente a esta questão, algumas reflexões no caso brasileiro apontam para três perspectivas: a) houve significativas mudanças legislativas; b) há tensões e conflitos no campo dos valores sociais e costumes; e c) tem crescido a incorporação do feminismo em todas as áreas científicas.

No campo dos avanços legislativos, pode-se afirmar que a mulher na sociedade brasileira só começa a *existir* como cidadã quando ganha um status explícito na lei². São muito recentes as conquistas do direito ao voto, de se eleger e ser eleita; do direito à mulher de poder registrar seus próprios filhos, de trabalhar sem autorização do marido; do direito de usufruir dos próprios ganhos – tudo isso data do século XX e se consolidou com a Constituição de 1988, quando as brasileiras alcançaram a maior parte dos seus direitos e deveres. Ainda assim, elas não têm direito ao próprio corpo, não tem liberdade para decidir sobre a interrupção da gravidez (Jordão; Cabrini, 2017), além de a educação sexual ser proibida (formal ou informalmente) nas escolas públicas, como me relatam professoras e diretoras de escolas.

Com relação às tensões e conflitos no campo dos valores sociais e costumes, na sociedade brasileira e na latino-americana em geral, a família ocupa uma posição privilegiada na estrutura social, desnivelando os direitos dos homens em relação às mulheres. É justamente pela preservação da “tradicional família” que os homens acabam ocupando um lugar preponderante em relação à mulher e aos filhos, o que os leva, com frequência, a usar poder e força. O patriarcado, estruturando uma relação desigual de poder, legitima ações violentas especialmente quando a mulher deseja romper laços afetivos e de

¹ Bulgária, Tchecoslováquia, República Democrática da Alemanha, Hungria, Polônia, Romênia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

² Antes, até o vocabulário cotidiano a ocultava. Tome-se como sintomático o uso dos termos professor e professora. O primeiro, ao longo do tempo, restringia-se aos homens que ocupavam uma posição importante e bem remunerada. Mesmo que as mulheres o exercessem, apenas se usava a forma masculina. O vocábulo aparece no feminino quando a profissão passou a ser exercida majoritariamente pelas mulheres, e se tornou uma profissão menos importante socialmente e menos bem remunerada.



convivência – como se observa nos relatos dos casos de feminicídio (Blay, 2003). A violência de gênero ocorre em todas as classes socioeconômicas e tem crescido ao longo dos anos, atingindo mulheres de todas as idades e grupos étnicos e raciais. A persistência do patriarcado mereceria uma nova série de pesquisas para entendermos como ele persiste mesmo nas camadas da população em que a figura masculina praticamente não convive com a família, pois cerca de 30% destas são compostas apenas pela mãe e seus filhos, predominantemente nas camadas de baixa renda. Os dados mostram, porém, que é nessa camada em que há aumento dos feminicídios, afetando principalmente as mulheres negras.

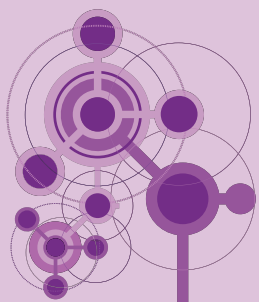
Nos últimos quatro anos (2018-2022), houve um aumento das várias formas de violência, algumas surpreendentes. Acostumados a vivermos numa ordem política organizada, modelada por um comportamento dito civilizado, passamos a ouvir e ver comportamentos que desqualificavam os direitos e a ordem civil, com o uso de uma linguagem que desclassificava os direitos e as pessoas. Quando esse comportamento parte das mais altas autoridades do governo democrático, ele corrói o respeito aos direitos dos homens, mulheres e crianças. Levaremos algum tempo para avaliar os efeitos desse comportamento desrespeitoso aos direitos humanos e o quanto ele provocou uma elevação da violência na vida cotidiana, especialmente em relação às mulheres e meninas.

Finalmente, o aumento da incorporação do feminismo em todas as áreas científicas revelou o papel da mulher na sociedade e provocou uma profunda mudança em toda a ciência. Londa Schiebinger (2001) pergunta: *o feminismo mudou a ciência?* Esse é o título de seu livro pioneiro, no qual analisa os efeitos do feminismo na Medicina, Arqueologia, Biologia, Física, Matemática, entre outras ciências. Nele, a autora mostra as inovações decorrentes quando se incorpora a mulher, seja como objeto de estudo, seja como a própria cientista; e afirma que a entrada desse fator, na Ciência, provoca um novo paradigma, uma verdadeira revolução, ao trazer novos tópicos para o saber científico. Para Schiebinger (2001, p.28) as mulheres são mais "holísticas e integrativas, mais pacientes, persistentes e atentas a detalhes". Ao incorporar as mulheres na ciência, criam-se "conturbações na ordem vigente, pois demandam profundas mudanças estruturais na cultura, nos métodos e no conteúdo da ciência" (Schiebinger, 2011, p.37).

Concorde-se ou não com os fatores apontados pela autora, a entrada do feminismo provoca novas indagações mesmo nas ciências já consagradas (como a Medicina ou a Agricultura) e nos novos campos como a Informática, a Inteligência Artificial e as Políticas Públicas. A entrada das mulheres no mercado de trabalho científico altera o antigo domínio masculino na divisão do trabalho – tema largamente estudado no mercado de trabalho industrial (Blay, 1978) e nos serviços e, agora, na informática, cibernética e demais novos campos. A inclusão da mulher ou do gênero não se dá pacificamente, e as resistências acompanham a concorrência no mercado de trabalho capitalista ou não.

Questionada, atacada ou aceita, a questão da mulher e, especialmente, do gênero tem dividido a sociedade brasileira e boa parte da sociedade latino-americana. De modo geral, há uma tendência a usar gênero como sinônimo de mulher, o que merece uma melhor definição. As médicas Dras. Elizabeth Barr e Sarah Temkin (2022), no artigo *Gender as a social and cultural variable and health*, detalham os avanços decorrentes da incorporação da dimensão de gênero sobre o conhecimento da saúde de homens e mulheres. Inicialmente, apontam que, embora se confunda muitas vezes sexo e gênero, é importante distinguir os conceitos para se avaliar o resultado das análises em que estes são usados. Tomemos as definições que elas elaboram, pois são adequadas para uso em campos além da saúde.

Para as autoras, "sexo é uma construção multidimensional baseada em um conjunto de traços anatômicos e fisiológicos, que incluem genitália externa, características sexuais secundárias, gônadas, cromossomos e hormônios" (Barr; Temkin, 2022). Portanto, sexo não cuida apenas da aparência externa de um indivíduo; sua definição aponta inclusive para os cromossomos, ou seja, nada tem a ver com a aparência de um ser humano, definido como homem ou mulher, pois o que o define é sua



constituição cromossômica. Em consequência dessa definição, decorre o próprio desenho da pesquisa que, para definir seu objeto, não pode se basear nos aspectos exteriores, mas deve levar em conta a variável biológica.

Quanto ao "gênero", a definição de Barr e Temkin (2022) estabelece que: "gênero é uma variável social e cultural que engloba vários domínios, cada um dos quais influencia a saúde: identidade e expressão de gênero, papéis e normas de gênero, relações de gênero, sexismo estrutural, poder, e igualdade e equidade". Portanto, para compreender a importância da condição de gênero na saúde (ou em outros campos), é preciso analisar os comportamentos, as desigualdades que se apresentam no cotidiano. Tomemos um exemplo de nossa vida cotidiana e que reúne expressões e comportamentos diferenciais que "atribuímos" a homens e a mulheres: suponhamos que um homem se apresenta num hospital e diz que está com dor no estômago, um certo mal-estar e uma dor no braço; ele é imediatamente levado à cardiologia sob suspeita de ataque cardíaco. Porém, quando uma mulher chega no mesmo hospital e apresenta as mesmas queixas, é encaminhada à clínica geral, pois se supõe que ela teve dissabores domésticos, brigou com o namorado, ou está tendo um ataque emocional – enquanto, na verdade, estava tendo um ataque cardíaco. Os efeitos nestes diagnósticos tardios por vezes são fatais.

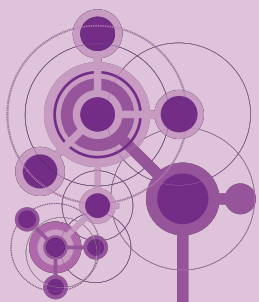
A socialização de gênero e as normas de masculinidade influenciam os comportamentos de busca de saúde de meninos e homens, além de todo o seu comportamento e o modo como são vistos na sociedade. As desigualdades estruturais de gênero limitam o acesso de meninas e mulheres aos serviços de saúde e contribuem para outras iniquidades. Raça, etnia e status socioeconômicos interagem com o gênero, influenciando além da saúde e mostrando que a abordagem deve ser interseccional.

No Brasil e em vários outros países, há uma profunda repulsa ao uso do gênero, ao qual é atribuído um significado perverso, construído a partir de uma ideologia conservadora, por vezes de segmentos religiosos. Corrêa, Alves e Jannuzzi (2006) fizeram uma ampla análise histórica e política dos ataques ao conceito de gênero, na qual revelam o papel do Vaticano na gênese da resistência. A mesma oposição foi seguida por Malta (aliada do Vaticano) e por países muçulmanos, comovimos nas reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). Corrêa (2003), Miskolci (2009) e Blay (2021) mostram a construção da oposição ao gênero baseada num sentimento de "ódio". Gênero passa a ser entendido como pregação da homossexualidade, da pedofilia e como difusão de perversões sexuais em crianças (o que me permito sugerir que só uma análise desse imaginário mereceria um estudo psicológico). Partindo dessa falsa premissa, é elaborado um projeto político de oposição à educação sexual nas escolas, pretendendo-se que a questão da sexualidade deva ser ensinada exclusivamente no próprio grupo familiar – o que a realidade tem mostrado que não ocorre. A moral conservadora se estende à proposta das "escolas sem partido", ao "*home schooling*" e, finalmente, à desconstrução dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM ALERTA ANTES DE TERMINAR

As eleições de 2018 ratificaram essas propostas através de uma campanha eleitoral em que foram usadas todas as mídias para diabolizar o gênero, falsificando produtos governamentais, como a cartilha do Ministério da Educação elaborada para orientação sexual, ou criando fantasmas como o "kit-gay"³. Essa mistificação se expandiu e foi reproduzida por parcela do segmento evangélico, além de pastores de várias religiões, mesclando religião com pregação política ou política partidária. Após a eleição de 2022, mesmo com a mudança de governo, será necessário reavaliar o quadro conservador descrito, pois ele provavelmente perdurará nos próximos anos.

³ Kit gay: equipamento que serviria para ensinar bebês a exercerem a sexualidade.



Do ponto de vista da ciência, o embate entre a incorporação ou exclusão do gênero é determinante para a construção do futuro. Excluída a dimensão do gênero, estaremos fadados a voltar ao passado, a repetir o já conhecido e a eliminar qualquer nova investigação. Prevalecerá o passado conservador. Com a incorporação de gênero, deverá haver avanços para novos campos de investigação, inovadoras perspectivas, discussão de valores, aprofundamento das relações raciais e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BARR, Elizabeth; TEMKIN, Sarah. Gender as a social and cultural variable and health. *In*: NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH. *Director's messages*. Bethesda, 23 ago. 2022. Disponível em: <https://orwh.od.nih.gov/about/director/messages/gender-as-social-and-cultural-variable-and-health>. Acesso em: 12 set. 2022.

BLAY, Eva Alterman. A guerra contra o gênero. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=465659>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n.49, p.87-98, 2003. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>.

BOULDING, Elise. Introduction. *In*: LIPMAN-BLUMEN, Jean; BERNARD, Jessie (ed.). *Sex roles and social policy: a complex social science equation*. London: Sage, 1979. (Sage Studies in International Sociology, v.14).

CORRÊA, Sonia. Abortion is a global political issue. *DAWN Informs Supplement*, Suva, p.1-3, 1 Mar. 2003. Disponível em: <https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2017/12/March-2003.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CORRÊA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz; JANNUZZI, Paulo de Martino. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. *In*: CAVENAGHI, Suzana (org.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: Abep; Brasília, DF: UNFPA, 2006. p.27-62.

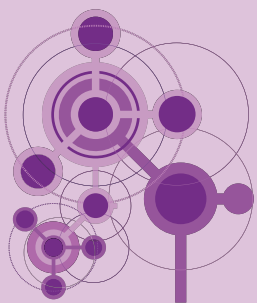
JORDÃO, Fátima Pacheco; CABRINI, Paula. A questão do aborto e as eleições de 2010. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lucia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile – a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Edusp, 2017. p.301-320.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano11, n.21, p.150-182, 2009.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Edusc, 2001.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

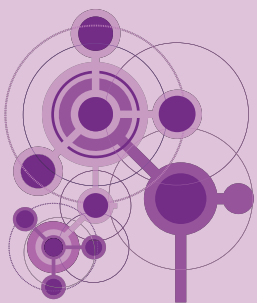
BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lucia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile – a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Edusp, 2017.



LIPMAN-BLUMEN, Jean; BERNARD, Jessie (ed.). *Sex roles and social policy: a complex social science equation*. London: Sage, 1979. (Sage Studies in International Sociology, v.14).

REVISTA USP: Dossiê Feminismos. São Paulo: USP, n.122, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/11276/1662>. Acesso em: 19 dez. 2022.

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 01/02/2023.



La sexualidad masculina como problema político

A sexualidade masculina como problema político

Male sexuality as a political problem



Octavio Salazar Benítez

- Profesor Titular de Derecho Constitucional de la Universidad de Córdoba, España.
- Miembro de la Red Feminista de Derecho Constitucional.
- Colaborador regular de los medios de comunicación *Diario Córdoba* y *El País*, entre otros.
- Autor de más de diez libros, de los cuales ocho tratan del género y la mujer.
- E-mail: octavio@uco.es



Resumen

La sexualidad continúa expresando con mayor radicalidad las asimetrías de género. Las relaciones sexuales, como se reflejan en la pornografía, se apoyan en la erotización del poder masculino y la sumisión femenina. Ante el aumento de las violencias sexuales urge superar la masculinidad hegemónica y plantear una política de la sexualidad basada en empatía, reconocimiento y reciprocidad. Además, es necesario trabajar especialmente con los hombres más jóvenes para superar un mandato de masculinidad que legitima la violencia.

PALABRAS CLAVE: MASCULINIDAD • SEXUALIDAD • PODER • VIOLENCIA • IGUALDAD.

Resumo

A sexualidade continua expressando com maior radicalidade as assimetrias de gênero. As relações sexuais, tal como são refletidas na pornografia, baseiam-se na erotização do poder masculino e da submissão feminina. Diante do aumento das violências sexuais, é urgente superar a masculinidade hegemônica e propor uma política da sexualidade baseada em empatia, reconhecimento e reciprocidade. Além disso, é preciso trabalhar com os homens, principalmente os mais jovens, para superar o mandato de masculinidade que legitima a violência.

PALAVRAS-CHAVE: MASCULINIDADE • SEXUALIDADE • PODER • VIOLÊNCIA • IGUALDADE.

Abstract

Sexuality remains as one of the relational spheres in which gender asymmetries are most radically expressed. Sexual relations, as reflected, for example, in pornography, are based on the eroticisation of male power and female submission. In the face of increasing sexual violence, it is urgent to overcome hegemonic masculinity and to propose a sexuality policy based on empathy, recognition and reciprocity. Furthermore, it is necessary to work with men, especially the younger ones, to overcome a masculinity mandate that legitimises violence.

KEYWORDS: MASCULINITY • SEXUALITY • POWER • VIOLENCE • EQUALITY.



"Es evidente que la masculinidad tiene un problema y hay que afrontarlo. Su problema es la soberanía, la pulsión de poder."
(Llevadot, 2022, p.93)

INTRODUCCIÓN: MOLLY BLOOM DESPUÉS DEL #METOO

En enero de 2022 se estrenó en Madrid la versión teatral que la actriz y directora Magüi Mira ha hecho del último capítulo de *Ulises*, de James Joyce. Un capítulo en el que, en un larguísimo monólogo, el personaje Molly Bloom, la mujer de Leopold, va dando saltos por medio de su memoria, sus emociones y sus deseos. Han pasado cuarenta años de la primera versión que la Magüi Mira interpretó en 1979 y un siglo de la publicación del *Ulises*, pero la voz de Molly continúa siendo contemporánea porque, entre otras cosas, reivindica su condición de sujeto, su autonomía sexual, sus deseos propios frente a un mundo hecho a imagen y semejanza de los hombres. Además de su capacidad de disfrutar y elegir, no de consentir, también en la cama. Liberada al fin de los esquemas patriarcales que la condenaban a moverse entre dos extremos: la buena esposa, sumisa y casta –siguiendo el modelo de la Virgen María– o bien la mala mujer, la mujer pública, la bruja, la Eva que condena a Adán, la "femme fatale" que lleva a los hombres a la perdición. De Salomé a Gilda, las mujeres percibidas como "criaturas excitantes, peligrosas e irresponsables que quieren y necesitan abuso sexual y protección en dosis iguales" (Kennedy, 2016, p.123). Unos esquemas en los que las mujeres siempre han tenido que moverse entre dos extremos: el de las virtudes morales y el del miedo. Y ya sabemos que esto ha sido siempre mecanismo de poder y de control por parte de quienes nos creemos los importantes, o sea, los hombres; los que realmente nos beneficiamos de una revolución sexual, la de los 1970, hecha a nuestra imagen y semejanza. Ese ejercicio, literariamente impecable, pero también políticamente demoledor, lo hace además una mujer de 77 años: Magüi Mira, una actriz y directora que lucha cada día por ser visible, por ser reconocida con el mismo prestigio y autoridad que sus colegas varones que no suelen tener problema en asumir la condición de "genios", la cual, lejos de desaparecer, se acrecienta y consolida con las canas.

Lo terrible es que la vindicación de Molly/Magüi Mira sigue teniendo sentido en 2022. Que las palabras, ásperas y sin filtros que Joyce no pudo publicar en Inglaterra, no nos suenan a memoria, sino que continúan removiendo las tripas en sociedades como la nuestra. Unas sociedades formalmente iguales pero en las que no hemos conseguido liberarnos ni de esa estructura de poder que es el patriarcado, ni de la cultura machista en que se asienta. La Molly de Joyce en la relectura de Magüi multiplica su sentido en el contexto de la "cuarta ola feminista", en esta etapa post #MeToo, en la que el movimiento feminista, más global y vivo que nunca, ha puesto el foco en las múltiples explotaciones que siguen sufriendo las mujeres, de manera singular aquellas que tienen que ver con sus cuerpos y su sexualidad. Aunque no estoy seguro de que los intensos, y a veces tensos, debates que está generando esta ola, incluso con frecuencia dentro del propio feminismo, nos esté permitiendo enfocar adecuadamente el problema central: "La pulsión de poder que constituye a la masculinidad como un mandato" (Llevadot, 2022, p.198) y que se expresa también, de manera muy singular, en el sexo y en el amor.

En el siglo XXI, las servidumbres de las mujeres, lejos de desaparecer, se alimentan y encuentran nuevas expresiones, gracias a las alianzas entre el neoliberalismo y el patriarcado (De Miguel, 2015). Un marco político, económico y geoestratégico que alimenta deseos que algunos, mediante dinero, pretenden convertir en derechos. Por ejemplo, recordemos como la práctica de los vientres de alquiler se justifica desde el que algunos entienden como derecho fundamental a la paternidad, cuando realmente no estaríamos sino ante un deseo o aspiración (Salazar Benítez, 2018). Todo ello en un contexto en el que estamos asistiendo a una enorme visibilidad y presencia política del feminismo, tras un siglo XX en el que en muchos países, como es el caso de España, se dieron pasos muy significativos para la igualdad de género desde el punto de vista jurídico, pero en el que también se está provocando, en contrapartida, una reacción machista. Una reacción –la de los "hombres blancos cabreados" (Kimmel, 2013)– ante la pérdida progresiva de nuestro estatus tradicional, de buena parte de las funciones sociales que dieron



sentido a la masculinidad y, en definitiva, del poder que ostentamos tanto en lo público como en lo privado. Unos hombres que se sienten agraviados, víctimas del feminismo y de sus conquistas, y que están alentando un discurso político reaccionario y conservador, que ya está llegando a los parlamentos y las instituciones; un discurso que se nutre de negacionismo, confusión y exhibicionismo machista. Esta reacción, contemplada de manera optimista, podría ser analizada como el resultado de lo mucho y bueno que ha ido sembrando el feminismo, y que no ha dejado de cuestionar los tres grandes pilares sobre los que se ha sustentado la hegemonía masculina: el poder, la violencia y la negación de las mujeres.

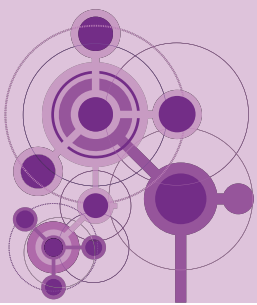
LA MASCULINIDAD, UNA CUESTIÓN DE PODER

El análisis crítico de las masculinidades patriarcales pasa necesariamente por el de un orden de género que es político y que proyecta tanto en lo material como en lo simbólico. Un orden político, articulado por normas, reglas económicas y pautas culturales, que sigue condicionando en el siglo XXI los dos ejes esenciales de los sistemas constitucionales: el poder y la ciudadanía. El primero desde la perspectiva no solo de quién lo ocupa sino de cómo y para qué se ejerce. El segundo en cuanto estatus de derechos que define la posición de los sujetos políticos. En este sentido, el punto de partida no es otro que la desigualdad de estatus que nos coloca a hombres y mujeres en posiciones asimétricas. Es la perspectiva de género la que nos permite desvelar esas relaciones jerárquicas y las dinámicas de dominio/sumisión alimentadas por el patriarcado y la cultura machista. En este sentido, la diferencia tiene que ver con dos posiciones, la masculina y la femenina. Frente a la otredad, la excepcionalidad o lo devaluado que representa lo femenino, “la posición masculina se caracteriza por una pretensión de totalidad, de representatividad absoluta, de traducibilidad universal, de complementariedad, de unidad sin fisura” (Llevadot, 2022, p.187). A su vez, es el feminismo la propuesta ética y política que nos ofrece un proyecto alternativo –emancipador– y que podríamos identificar con el horizonte de una democracia paritaria, cuantitativa y *cualitativamente* paritaria (Salazar Benítez, 2019). Un proyecto que, en cuanto “enmienda a la totalidad” (Llevadot, 2022, p.93), conlleva una propuesta de “abolición” de un mandato de masculinidad ligado al poder y la violencia. Este mandato se inscribe en los cuerpos masculinos y femeninos, de tal manera que los primeros son leídos como instrumentos de potencia y producción –los cuerpos/máquina que hoy se traducen en las redes sociales en exigencias de hipervirilidad–, mientras que los segundos están mediados “por las redes del deseo, la idealización, la sumisión y la explotación” (Llevadot, 2022, p.33). De esta manera, los cuerpos de las mujeres, y también los feminizados, están sobreexpuestos a la violencia¹, son “un campo político disciplinado por dispositivos de subalternidad, complementariedad y objetivización” (Menéndez Menéndez, 2021, p.112).

El objetivo de acabar con esta violencia, que adopta múltiples formas desde su carácter estructural y sistémico, ha de figurar en el horizonte de ese “nuevo” pacto de convivencia mediante el cual superemos las lógicas patriarcales presentes en un contrato social –que se traduce en los sistemas constitucionales contemporáneos– que arrastra todavía buena parte de los fundamentos de un “contrato sexual” que ha hecho que las oprimidas sean educadas para desear e incluso amar a los opresores (Llevadot, 2022). La buena noticia es que todas y todos, también para los hombres, podemos rebelarnos contra esos mandatos impuestos.

Esta propuesta de revisión de nuestro modelo de convivencia, que ha de ir de la mano de una superación de los imaginarios patriarcales y del logos falocéntrico en virtud del cual seguimos todavía hoy interpretando el mundo, implica a su vez la “deconstrucción” de un sujeto político que tiene el rostro de varón y que se ha sostenido durante siglos mediante la consideración de la otra mitad de la ciudadanía, las mujeres, como “el otro” que ha tenido que luchar por alcanzar un estatus de equivalentes

¹ “El segundo sexo lo son entonces todos los cuerpos feminizados que no se atienen a la norma que la masculinidad ha preparado para ellos. Los cuerpos de las mujeres, de los trans, de los niños, de los hombres rebeldes al mandato de masculinidad, los de todos aquellos que no sucumben a la lógica de la dominación y que justamente por ello son sus víctimas privilegiadas” (Llevadot, 2022, p.73).



derechos y oportunidades. Ese sujeto se construyó desde la teoría política y los marcos normativos, identificándose con el sujeto varón adulto, propietario (supuestamente) autónomo e independiente, proveedor, racional, desvinculado del cuerpo y de las emociones, representante de lo universal y lo neutral (el masculino como el género no marcado, lo femenino como lo específico y diferente). En definitiva, un sujeto forjado por el mandato de omnipotencia, frente a la impotencia femenina². Este mandato, que lo sitúa en una posición hegemónica y de dominio, se traduce en una serie de prácticas que vinculan masculinidad, propiedad y violencia³. De esta manera, el hombre acaba siendo un sujeto depredador de pueblos, territorios y cuerpos. En este sentido, hay un estrecho vínculo entre patriarcado y capitalismo, hasta el punto de que se llega a hablar de la masculinidad como un “proyecto político extractivista” (Fabbri, 2021). Esta construcción política y cultural normaliza y legitima la violencia –contra la mujer, contra otros hombres, contra otros seres vivos no humanos–, la cual forma parte de los mandatos de género –ser un hombre de verdad– que configuran la masculinidad (Segato, 2010). De manera singular, la violencia sexual es el principal mecanismo de control y de poder sobre las mujeres. De ahí la necesidad, urgencia diría yo, de reflexionar críticamente sobre la sexualidad masculina y sobre cómo se proyecta en ella los mandatos patriarcales que consolidan y refuerzan la sumisión femenina. Una tarea especialmente compleja porque supone dismantelar privilegios y, para empezar, hacer visible lo invisible, es decir, la desigualdad estructural y la violencia sistémica de la que somos parte y que nos constituye como sujetos. Esa que, como bien apunta Laura Llevadot (2022), con frecuencia hacemos pasar por erotismo o incluso por amor.

LA SEXUALIZACIÓN DE LA DOMINACIÓN MASCULINA⁴

No hay un espacio en el que hoy por hoy la masculinidad, en cuanto mandato de poder, perviva con mayor radicalidad, e incluso se reproduzca y se multiplique con nuevas estrategias, que el de la sexualidad. Es en este contexto relacional en el que vemos reproducirse, incluso con más violencia y rotundidad que en épocas anteriores, unas prácticas y actitudes que reproducen las relaciones jerárquicas de poder que supone el género. Unas prácticas y actitudes de las que además se nutre una poderosísima industria del sexo en la que confluye todos los elementos más perniciosos de la suma patriarcado/neoliberalismo (Cobo Bedía, 2020). No es casualidad por tanto que la prostitución, lejos de desaparecer, se consolide y expanda como esa institución patriarcal en la que sexo y poder se convierten en las dos caras de una moneda con rostro de varón⁵. En este sentido, es evidente que la prostitución continúa siendo la expresión más evidente y dramática del “contrato sexual”, parte de todo un sistema que se mantiene y reproduce por la lógica de quienes explotan los cuerpos de las mujeres –los proxenetas– y de quienes las tienen disponibles para satisfacer sus “necesidades” sexuales –los prostituidores. De la misma manera que la pornografía se ha convertido en núcleo esencial de la narrativa que legitima el orden hecho a imagen y semejanza de los hombres⁶. En este sentido, la prostitución no es solo una práctica, sino también un discurso (Cobo Bedía, 2020), en el que los hombres reafirman su identidad y obtienen placer, y en el que las mujeres “aprenden que es lo que los hombres esperan de ellas” (Alario Gavilán, 2021, p.201).

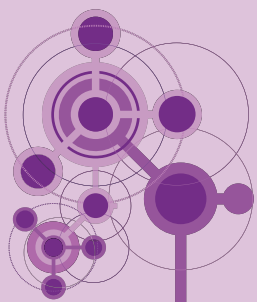
2 “Los discursos tradicionales naturalizan una masculinidad hegemónica sustentada en ideales e imperativos de autonomía, dominio, control y potencia sexual” (Blestcher, 2021, p.111).

3 Incluso durante siglos la misma institución matrimonial, y la familia derivada de ella, se articuló sobre un mandato de omnipotencia del hombre/padre y de sumisión de la mujer/madre, reproduciendo un modelo heteronormativo y generador de violencias.

4 “La sexualización de la dominación masculina funciona para sostener el régimen general del patriarcado” (Kennedy, 2016, p.13).

5 En este contexto de desigualdad/explotación de las mujeres, es evidente que se entrecruzan factores que tienen que ver con la desigualdad económica o con discriminaciones raciales o étnicas.

6 “La pornografía es la forma más ‘veraz’ de ideología patriarcal... Construye de manera sistemática la heterosexualidad masculina para que sea excitada no solo por la dominación masculina y la sumisión femenina, sino por la posibilidad o la realidad de la violencia masculina y la vulnerabilidad femenina a esa violencia” (Kennedy, 2016, p.53). En este sentido, y aunque pudiéramos plantearnos también la dimensión de discurso artístico que hay en la pornografía, actualmente el predominante es el discurso sexista y patriarcal (Valero Heredia, 2022).



Es justamente en el sexo donde muchos hombres encuentran un espacio de mantenimiento y reafirmación de su estatus de dominio, ese que en otros contextos se ha ido precarizando en un mundo en el que las mujeres ya no están dispuestas a ser tratadas como menores de edad⁷. Los hombres que se sienten “mermados” en su masculinidad encuentran en la cama un lugar donde todavía es posible mantener la relación sujeto-objeto. Y es justamente ese imaginario el que de manera brutal e insistente reproduce la pornografía y, en general, la cultura pornificada que nos habita (Favaro; De Miguel, 2016), en la que prima la potencia sobre la vulnerabilidad. En este sentido, recordemos que “la intimidad es imposible si no podemos hacernos vulnerables, y la pornografía es un intento de escapar de la vulnerabilidad, de estar verdaderamente abiertos a la vida en presencia de otra persona” (Jensen, 2021, p.26). En paralelo, el sistema insiste en vendernos el potencial del “capital erótico” e incluso lo que podríamos llamar, de manera muy perversa, “emprendimiento sexual” (Alario Gavilán, 2021, p.107). Estos mandatos disciplinan los cuerpos y las expectativas de las mujeres, pero también de manera más reciente las de los hombres. De ahí una nueva categoría, los “spornosexuales” (Simpson, 2018), que ofrece en redes sociales y en medios de comunicación el modelo de metrosexuales hipermusculados de segunda generación que se cosifican a sí mismos con entusiasmo, adoran el gimnasio y convierten sus cuerpos en objeto de deseo. Se produce así una “nueva rearticulación de la jerarquía patriarcal” en la que se suma al rearme ideológico otras formas de conquista de virilidad (Cobo Bedía, 2020). En definitiva, se vuelve a validar el dominio masculino en su versión más esencialista.

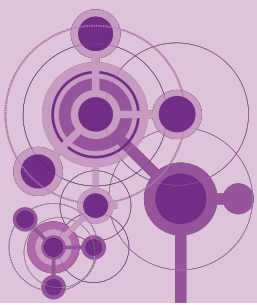
Es en ese territorio en el que todavía muchos hombres se sienten omnipotentes, heroicos y dominantes, y en el que es posible mantener los esquemas y los imaginarios que durante siglos han servido para definir las subjetividades masculina y femenina, así como las relaciones entre ambas: 1^º) Los hombres como individuos, frente a las mujeres como *idénticas* (Amorós Puente, 1987): Nosotros con capacidad para definirnos, mientras que ellas han sido siempre heterodesignadas; 2^º) Los hombres como “seres para sí” frente a las mujeres como “seres para otros”, siempre disponibles para satisfacer nuestros deseos y necesidades, al tiempo que ellas construyen sus deseos en función de los de los otros; 3^º) Los hombres como seres activos y dominantes, frente a las mujeres pasivas, entregadas, expectantes y sumisas, además de marcadas por el imperativo de la belleza y el agrado⁸: La Helena raptada, la Penélope que espera, la Perséfone violada, la Virgen María como madre subrogada del Redentor, las mujeres cautivas de Pedro Almodóvar. En esos esquemas binarios hemos insertado tradicionalmente una sexualidad, la masculina, que ha erotizado la sumisión de las mujeres, incluso el uso de la violencia contra ellas, la cual se invisibiliza y se normaliza como si fuera sexo (Alario Gavilán, 2021). Y para ese goce, los hombres hemos necesitado “deshumanizar” a las mujeres, cosificarlas, negarles su condición de sujetos⁹. Esto nos ha permitido sentir irresponsables frente a ellas, nos ha liberado de cualquier inquietud moral frente a nuestros abusos, nos ha facilitado creer que ellas, libremente, disfrutaban al hacernos disfrutar a nosotros¹⁰. En este sentido, “aprender a ser mujer es aprender a encarnar un patrón de dominación, es aprender a ser un cuerpo sexualmente disponible, como el culo de Bardot, es interiorizar un deseo de opresión” (Llebadot, 2022, p.57). En paralelo, buena parte de los abusos sexuales que sufren las mujeres responden a una lógica disciplinaria, en cuanto que sirven para reforzar las normas sociales del patriarcado (Kennedy, 2016); es decir, para mantener bajo control a las mujeres y, de paso, continuar dividiéndolas entre las que se ajustan a la “norma” y las que se atreven a romperla. Las que de alguna manera deben sentirse protegidas frente a los abusos pero siempre que se ajuste al acuerdo patriarcal: “una mujer ‘de verdad’ es heterosexual, monógama, maternal, sumisa y sexualmente complaciente con el hombre” (Kennedy, 2016, p.51).

7 Todo ello mientras que todavía sigue siendo una cuestión pendiente el reconocimiento y la garantía de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, en un momento en el que incluso asistimos al riesgo cierto de pérdidas de conquistas igualitarias. Sirva como muestra el debate reabierto sobre el aborto en Estados Unidos y el riesgo cierto de retroceso en materia de autonomía de las mujeres.

8 De ahí, la concepción de la masculinidad como negación de la femineidad, y muy especialmente de ese rol pasivo y sumiso. Todo ello se traduce en el terreno de la sexualidad en el “terror” de los hombres a ser penetrados, se proyecta en una evidente homofobia y consagra una perversa virilidad marcada por el equilibrio siempre inestable entre “potencia” e “impotencia” (Sáez; Carrascosa, 2011).

9 Esta “desconexión moral” es evidente en la pornografía: “En una escena heterosexual, por ejemplo, si la conexión es con el hombre, se produce desconexión en relación a la mujer. Las neuronas espejo facilitan, en los grandes consumidores masculinos de porno, esa identificación emocional automática con los hombres. Ese mecanismo permite ignorar relaciones de dominación, y violencia, facilitando una desconexión empática y también moral” (Ballester Brage *et al.*, 2021, p.74).

10 Como bien explica Mónica Alario Gavilán (2021), para que los varones puedan excitarse con videos en que las mujeres sufren y son humilladas, han de pasar por un doble proceso: tienen que haber desactivado la empatía hacia las mujeres, y una vez que han aprendido a no sufrir con el sufrimiento de las mujeres, aprenden a excitarse con él.



La sexualidad sigue siendo un territorio en el que para una mayoría de hombres no caben ni la empatía ni la reciprocidad. Al contrario, no dejan de articularse “relatos desresponsabilizadores” (Cobo Bedía, 2020, p.98) que permiten el distanciamiento moral y la deshumanización. Entre ellos, la libertad de elección o un discurso supuestamente transgresor. El mismo término “consentimiento” que ha centrado buena parte del debate de los últimos años en torno a los delitos sexuales¹¹ implica la reproducción de dinámicas jerárquicas, como si un individuo fuera el destinado a proponer y el otro, la otra para más señas, la que debiera consentir¹². Como apunta Sheila Jeffreys (2021, p.254), “el consentimiento no debería tener nada que ver con el sexo, porque el consentimiento es algo que la persona sin poder tiene que hacer a la persona con poder, cuando quien tiene el poder puede hacerle algo que realmente le dañe”. Se trata de un concepto tan perverso como el de tolerancia. En igualdad de condiciones, en igualdad de derechos, sobran la tolerancia y el consentimiento. Pero esa igualdad de condiciones, esa equipotencia, sigue faltando en gran medida en lo relacionado con el amor y con el sexo. Recordemos la vigencia sorprendente del amor romántico entre los más jóvenes, y de qué manera se conjugan en ese terreno verbos como controlar, dominar o conquistar¹³. En esta concepción del amor todas y todos salimos perdiendo:

Nadie se encuentra con nadie. Los hombres solo se encuentran a sí mismos en su proyección totalizadora y las mujeres se pierden al creerse poderosas cuando en realidad no hacen más que responder al ideal que la masculinidad, en su absoluta desorientación, ha forjado para aplacar su miedo. (Llevadot, 2022, p.143)

En definitiva, el sexo sigue siendo un espacio en el que los hombres sentimos y ejercemos poder, hasta el punto de que Sheila Jeffreys (2021) llega a hablar de un “derecho sexual masculino”. El sexo coitocéntrico y falocéntrico –falonarcista como decía Bourdieu (2002)– es la mejor escenificación de nuestro poder soberano. La centralidad del pene, y de nuestros deseos, en el porno es la metáfora más explícita de los dos presupuestos sobre los que durante siglos hemos construido el orden cultural y político del patriarcado: 1º) Los hombres somos los importantes; 2º) Los hombres somos superiores a las mujeres¹⁴. De ahí que no sea casualidad que las violaciones sean tan habituales en los imaginarios pornográficos que excitan a tantos hombres y que en los últimos años este tipo de agresiones, lejos de desaparecer, están aumentando, con especial incidencia, entre los más jóvenes (Rojas Paz; Rojas Rodríguez, 2019). La denominada “cultura de la violación” está presente en nuestro ethos colectivo y muy singularmente en la definición de una virilidad que usa el sexo para (re)afirmarse, ante las mujeres y ante sus iguales, así como para de alguna manera castigar a los cuerpos que se salen de los territorios marcados. Por todo ello no es de extrañar que sea en estos discursos y en estas prácticas donde encuentran refugio los hombres que se sienten enfadados y agraviados ante la pérdida de privilegios (Alario Gavilán, 2021).

Los dos presupuestos citados son mentiras que provocan que el estatus masculino sea siempre frágil, esté siempre en crisis, necesitado de demostración y de aval público. De ahí la importancia de la fraternidad, del grupo de iguales, en ese reconocimiento, en el eje horizontal de poder que se articula en la violencia sexual contra las mujeres (Segato, 2016). En estos ejercicios de violencia hay una celebración grupal de la cosificación de las mujeres y un intento de consolidar una virilidad que siempre ha de probarse ante uno mismo y los demás. Las manadas son la expresión más dramática de los pactos entre varones en los

¹¹ En España ha entrado recientemente en vigor la Ley Orgánica 10/2022, de 6 de septiembre, de garantía integral de la libertad sexual, en la que, entre otras cuestiones, se elimina la distinción entre “abusos” y “agresiones sexuales”. En concreto, el nuevo artículo 178 del Código Penal establece que “Será castigado con la pena de prisión de uno a cuatro años, como responsable de agresión sexual, el que realice cualquier acto que atente contra la libertad sexual de otra persona sin su consentimiento. Sólo se entenderá que hay consentimiento cuando se haya manifestado libremente mediante actos que, en atención a las circunstancias del caso, expresen de manera clara la voluntad de la persona” (España, 2022).

¹² “Es necesario darle más vueltas al tema del consentimiento con el horizonte de que todas las personas sean capaces de decir ‘sí’ o ‘no’ ante las propuestas de otros. Pero quizás tendríamos que ir un poco más allá, reconociendo todo lo que tiene el juego sexual de situaciones no explícitas, todo aquello que incita nuestro deseo porque se mueve en los límites, porque entronca con lo prohibido” (Garaizábal, 2021, p.129).

¹³ “Aprender a ser mujer es aprender a asumir la posición de otredad y de cuerpo sexuado en un sistema de explotación regido por el dispositivo de la heterosexualidad, aunque ya nadie se lo crea” (Llevadot, 2022, p.58).

¹⁴ “Entre el pene y la cámara se produce una simbiosis que nos devuelve la imagen de la omnipotencia de la masculinidad” (Cobo Bedía, 2020, p.117).



que hoy por hoy se sigue reflejando el “contrato sexual”, mediante el cual se produce “una defensa corporativa del estatus, prestigio e impunidad masculinas” (Fabbri, 2021, p.39).

De todo lo anterior es fácil deducir que, como sentenció Kate Millet (2017), “el sexo es una categoría social impregnada de política”. Y lo es porque produce y reproduce relaciones jerárquicas: “Los hombres tienen el dominio, por lo tanto, erotizan la dominación y las mujeres erotizan la subordinación” (Jeffreys, 2021, p.255). Una posición hegemónica de dominio que se mantiene gracias al uso reiterado de múltiples violencias. Entre ellas, la sexual, que se banaliza y se identifica con el sexo; e incluso se nos vende como algo transgresor, rompedor o moderno. Se establece así una íntima conexión entre una larguísima memoria de relatos culturales que incluso han legitimado el uso y abuso de menores de edad, y las narrativas audiovisuales que ahora insisten en la “feminidad enfatizada” (Connell, 1987) y que nos confirman cómo el género se proyecta en mandatos sobre los cuerpos y se inscribe singularmente en el cuerpo de las mujeres. Unos cuerpos de los que los hombres nos hemos adueñado, como también lo hemos hecho, en cuanto sujetos depredadores, de pueblos, territorios y recursos. La masculinidad como “capacidad de adueñarse”, en palabras de Rita Segato (2016)¹⁵.

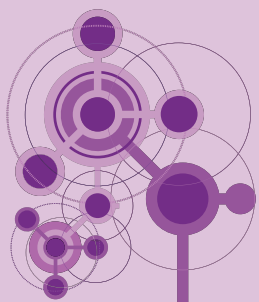
CONCLUSIONES: HACIA *OTRA* POLÍTICA DE LA SEXUALIDAD Y DE LA MASCULINIDAD

“Paradójicamente, la masculinidad se está reproduciendo para extinguirse. En nuestras manos está la dignidad de esa extinción.”
(Rodríguez, 2020, p.143)

Em primer lugar, necesitamos con urgencia una política de la sexualidad que sea de y para la igualdad. Esto nos obliga, lógicamente, a superar una masculinidad que en cuanto orden totalizante sigue marcando las subjetividades y los modelos relacionales. En esta línea, hemos de partir del “cuestionamiento de los pactos sexuales y órdenes de género en que se producen y reproducen las relaciones de opresión, apropiación, explotación y violencias machistas” (Fabbri, 2021, p.34). Todo ello, a su vez, en un contexto sociopolítico y económico en el que se alimentan y prorrogan prácticas que generan dominio y servidumbres. En buena lógica feminista, ese proyecto civilizatorio alternativo implica situarnos contra cualquier práctica que signifique explotación o negación de la autonomía. De ahí que, por ejemplo, ante una institución tan brutalmente patriarcal como la prostitución no quepa otra respuesta que la que implique acabar con el privilegio de los hombres de tener mujeres a su disposición para satisfacer sus deseos y necesidades sexuales. El foco habría que ponerlo en los proxenetas y en los sujetos prostituidores y todos aquellos que, en muchos casos con su silencio cómplice, legitiman y amparan el sistema prostitucional. El presupuesto indiscutible debería ser el reconocimiento de que, para ser plenamente humanos, tenemos que rechazar “lo que el patriarcado nos pide que seamos, lo que incluye rechazar todas las formas en que los hombres compran y venden cuerpos femeninos cosificados para el placer sexual” (Jensen, 2021, p.23). Este compromiso crítico y transformador de las subjetividades, las relaciones y el poder pasa necesariamente por la energía y el aliento del feminismo, y no solo en cuanto proyecto civilizatorio alternativo, sino también en cuanto “práctica micropolítica” (Jones; Blanco, 2021, p.67), que ha de ser la llave para que hagamos saltar por los aires los pactos que nos mantienen a los hombres como mitad privilegiada del planeta. Es decir, tenemos que “fragilizar el ‘pacto de machos’, agrietar el poder del régimen cis-heteropatriarcal [...]” (Colectivo de Varones Antipatriarcales, 2021, p.125). Y para ello debe ser una estrategia politizar las fisuras y tensiones masculinas, incluso “politizar el malestar masculino” (Véliz; Castignani, 2021, p.132).

En segundo lugar, necesitamos políticas de igualdad dirigidas a hombres y que, de manera singular, pongan en el foco en el ámbito educativo, de tal manera que niños y niñas sean educados con una lógica de sujetos equivalentes. Para ello es urgente

¹⁵ En esta línea, Rita Segato (2017) usa el concepto de “dueñidad”, de un “mundo de dueños”.



empezar a trabajar con los varones a partir de una mirada crítica sobre la masculinidad patriarcal. Esta atención específica debería tener como eje principal la educación en cuatro aspectos esenciales: *no violencia, cuidado, cuerpo y emociones, sexualidad*. Todo ello acompañado de una incorporación seria y rigurosa al currículo escolar del feminismo como teoría política y como movimiento social, de tal manera que se haga parte de la “educación para la ciudadanía”. Esta es la mejor herramienta para proteger las conquistas igualitarias hoy en peligro y para desmontar los discursos reaccionarios que acoge y multiplica un amplio sector de la población masculina. Esta educación desde y para la igualdad debería promover no solo los cambios personales, sino también la necesaria concienciación y compromiso con las transformaciones sociales y políticas que erradiquen de una vez por todas las instituciones y las prácticas que generan desigualdad y violencias. En este sentido, estamos hablando de una educación para la ciudadanía entendida en términos de “justicia de género” y en la que será clave que los hombres nos sintamos interpelados como sujetos activos del cambio.

En tercer lugar, es singularmente urgente, debido a las consecuencias que ya está teniendo la incidencia por ejemplo de la pornografía en los comportamientos de los más jóvenes, una educación sexual que parta del reconocimiento de la autonomía de todos los sujetos y de la consiguiente reciprocidad¹⁶. No se trata de introducir censuras morales ni puritanas en torno a la sexualidad¹⁷, sino de plantearnos unas bases éticas que, en definitiva, tienen que ver con el reconocimiento del otro/la otra¹⁸. Como señala Beatriz Gimeno (2018), introducir

la empatía en el follarse (o en cualquier otra relación) quiere decir preocuparse por el otro o la otra, por su bienestar, quiere decir tener la capacidad para ponerse en su lugar, y nada de esto está reñido con ningún tipo de sexo (excepto el sexo machista): el sexo casual, el sexo con muchas o muchos, el sexo con desconocidas/os, el sexo fuerte, el sexo incluso voluntariamente cosificador... el sexo como sea, siempre que se sepa que ahí, al otro lado, hay un ser humano, una mujer, con su propio deseo y con el mismo derecho a que dicho deseo sea atendido y respetado.

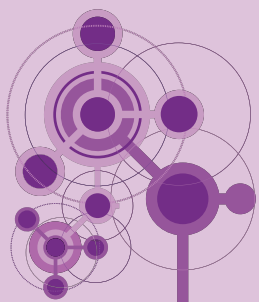
De alguna manera, se trataría de cambiar la lógica del dominio por la de la ternura y la vulnerabilidad, así como de “desmantelar la objetificación sexual y deserotizar el poder” (Kennedy, 2016, p.127)¹⁹. Es decir, justo lo opuesto a lo que habitualmente ofrece la pornografía, ante la que “la percepción distorsionada provoca desconexión moral (‘no me importa lo que te pasa’) y falta de empatía” (Ballester Brage *et al.*, 2021, p.73). La superación de la sexualidad masculina construida sobre la pulsión de poder exige, a su vez, el reconocimiento de los deseos de las mujeres, la ruptura de un imaginario que las convierte en seres pasivos y silenciados, que las reduce a la mera consideración de objetos con los que los hombres obtenemos placer, tal y como vemos habitualmente en la pornografía consumida ahora masivamente por Internet.

¹⁶ Esta necesidad se hace más evidente ante las dificultades jurídicas que plantean los límites a la pornografía y, más singularmente, la limitada eficacia de los controles del acceso de niños y adolescentes a la pornografía on line (Valero Heredia, 2022).

¹⁷ “El feminismo radical es un feminismo profundamente prosexo, partiendo de un concepto de sexo en que las mujeres son humanizadas y no deshumanizadas” (Alario Gavilán, 2021, p.404). De ahí que sea necesario “reconocer a las personas jóvenes como agentes que actúan y transforman la realidad social, en vez de convertirlas en un receptáculo de los pánicos morales sobre lo sexual” (Parra Abaunza, 2021, p.144).

¹⁸ En este sentido, estoy de acuerdo con Mónica Alario Gavilán (2021) cuando concluye que no solo hace falta una educación sexual, sino una educación para la igualdad, es decir, que ofrezca herramientas para relacionarnos de manera igualitaria en todos los contextos de nuestras vidas.

¹⁹ “Del lado de los hombres, desmantelar la objetificación sexual equivale a evitar vivenciar a la mujer como portadora involuntaria de múltiples significados sexuales entramados con múltiples narrativas sexuales e intentar vivenciarla como una ‘persona real’. Del lado de las mujeres, equivale a sacrificar el posible placer, evitar la posible degradación y renunciar al posible poder que podrían resultar de desempeñar el rol de objeto en la fantasía sexual. Deserotizar el poder en el sexo quiere decir buscar la carga sexual, la excitación sexual que a veces está presente cuando el otro es ‘igual’ y al mismo tiempo ‘diferente’, sin que la diferencia implique ninguna clase de jerarquía. También quiere decir ‘desprogramar’ la propia excitación ante las imágenes de dominación y sumisión” (Kennedy, 2016, p.127).



Este desmantelamiento de las lógicas patriarcales supone incorporar al ámbito de la sexualidad una ética de la responsabilidad²⁰, en paralelo a la garantía efectiva de la autonomía sexual de las mujeres²¹. Además, habría que vindicar la lógica del placer compartido, de tal manera que superemos el paradigma del “consentimiento” y en el que la masculinidad sea “compañera, no permanentemente competidora ni avasalladora. Queremos goce, placer, reciprocidad, reconocimiento, no un show de masculinidad proveedora en directo” (Requena Aguilar, 2022, p.109). La ecuación es sencilla de explicar y difícil de asumir: cambiar poder por placer, el eje vertical por el horizontal, el dominio por la reciprocidad, lo normal/normativo por lo real/monstruoso.

En cuarto lugar, todo ello no debería ser sino parte del recorrido hacia ese horizonte utópico –porque la utopía y la imaginación son los motores de transformación social– que nos lleve a una sociedad sin géneros. Es decir, en la que los mandatos de masculinidad y feminidad no condicionen las oportunidades, expectativas y marcos relacionales de los sujetos, de tal manera que eso que la Constitución española identifica como “libre desarrollo de la personalidad” (España, 1978, art.10.1) incorpore también la ruptura de los corsés que durante siglos no han obligado a responder a las expectativas del sistema sexo/género y a las directrices de un marco heteronormativo y binario. En este sentido, una de las claves a aprehender sería justamente que no existen los “cuerpos equivocados” (Missé, 2018) y que el mismo derecho debería tener presente la consolidación de un nuevo paradigma de “sujeto” más complejo y diverso. Por todo ello, no se trataría, en lo que a los hombres se refiere, de encontrar “nuevas masculinidades” ni siquiera de desarmar la masculinidad (Ranea Triviño, 2021), sino más bien de abolirla. *Que se la metan los hombres por el culo*, como nos diría hoy Molly Bloom.

REFERENCIAS

ALARIO GAVILÁN, Mónica. *Política sexual de la pornografía: sexo, desigualdad, violencia*. Madrid: Cátedra, 2021.

AMORÓS PUENTE, Celia. Espacio de los iguales, espacio de las idénticas: notas sobre poder y principio de individuación. *Arbor*, Madrid, v.128, n.503-504, p.113-127, 1987.

BALLESTER BRAGE, Lluís *et al.* Nueva pornografía y desconexión empática. *Atlánticas*, Coruña, v.6, n.1, p.67-105, 2021. doi:<https://doi.org/10.17979/arief.2021.6.1.7075>.

BLESTCHER, Facundo. Masculinidades en cuestión y síntomas de la solución paterna en psicoanálisis: incomodidades de una intensificación. *In: FABBRI, Luciano (comp.). La masculinidad incomodada*. Rosario: UNR: Homo Sapiens, 2021. p.107-120.

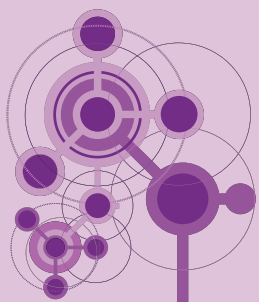
BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2002.

COBO BEDÍA, Rosa. *Pornografía: el placer del poder*. Barcelona: Ediciones B, 2020.

COLECTIVO DE VARONES ANTIPATRIARCALES. Hacia una estrategia feminista interseccional para disputar los cuerpos masculinizados al patriarcado. *In: FABBRI, Luciano (comp.). La masculinidad incomodada*. Rosario: UNR: Homo Sapiens, 2021. p.123-136.

²⁰ Pensemos por ejemplo en la irresponsabilidad mayoritaria de los hombres con respecto a la contracepción y, en paralelo, la carga excesiva que ello supone todavía hoy de manera principal para las mujeres.

²¹ En este sentido, Ana Requena Aguilar (2020, p.126) reclama un “feminismo vibrante” como “alternativa a un discurso donde el terror sexual nos sitúa solo como víctimas y el miedo nos disciplina”. Un feminismo que, es de suponer, sea visto como un peligro por muchos hombres, ya que “la mujer sexualmente autónoma es una amenaza potencial para todos los hombres porque su existencia desafiante deja traslucir que ninguna mujer es ‘de verdad’, como el patriarcado promete que la madona será una mujer de verdad” (Kennedy, 2016, p.122).



CONNELL, Raewyn W. *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Redwood City: Stanford University Press, 1987.

DE MIGUEL, Ana. *Neoliberalismo sexual: el mito de la libre elección*. Madrid: Cátedra, 2015.

ESPAÑA. [(1978)]. Constitución Española. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, n.311, p.29313-29424, 29 dic. 1978.

ESPAÑA. Ley Orgánica 10/2022, de 6 de septiembre, de garantía integral de la libertad sexual. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, n.215, p.124199-124269, 7 sep. 2022.

FABBRI, Luciano. La masculinidad como proyecto político extractivista: una propuesta de re-conceptualización. In: FABBRI, Luciano (comp.). *La masculinidad incomodada*. Rosario: UNR: Homo Sapiens, 2021. p.27-44.

FAVARO, Laura; DE MIGUEL, Ana. ¿Pornografía feminista, pornografía antirracista y pornografía antiglobalización? Para una crítica del proceso de pornificación cultural. *Labrys, Études Féministes/Estudos Feministas*, Brasília, DF, n.29, p.1-20, 2016.

GARIZÁBAL, Cristina. El sexo en disputa: relatos feministas sobre sexualidad. In: SERRA, Clara; GARIZÁBAL, Cristina; MACAYA, Laura (coord.). *Alianzas rebeldes: un feminismo más allá de la identidad*. Barcelona: Bellaterra, 2021. p.123-135.

GIMENO, Beatriz. Sexo y empatía: las bases éticas del follar. *Contexto y acción*, Madrid, 27 mayo 2018. Disponible em: <https://ctxt.es/es/20180523/Firmas/19815/sexo-feminismo-empatia-sexualidad-machista.htm#.Wwr4RCS1d9p.twitter>. Acceso em: 19 maio 2022.

JEFFREYS, Sheila. Entrevista a Sheila Jeffreys. La humillación de las mujeres para la excitación de los hombres. [Entrevista cedida a] Lydia Delicado-Moratalla. *Atlánticas*, Coruña, v.6, n.1, p.247-261, 2021. doi:<https://doi.org/10.17979/arief.2021.6.1.7315>.

JENSEN, Robert. Men and pornography: illusions, delusions, and the struggle for intimacy in patriarchy. *Atlánticas*, Coruña, v.6, n.1, p.15-29, 2021. doi:<https://doi.org/10.17979/arief.2021.6.1.7129>.

JONES, Daniel; BLANCO, Rafael. Varones atravesados por los feminismos. Deconstrucción, distancia y reforzamiento del género. In: FABBRI, Luciano (comp.). *La masculinidad incomodada*. Rosario: UNR: Homo Sapiens, 2021. p.45-60.

KENNEDY, Duncan. *Abuso sexual y vestimenta sexy: cómo disfrutar del erotismo sin reproducir la lógica de la dominación masculina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

KIMMEL, Michael. *Angry white men: american masculinity at the end of an era*. New York: Nation Books, 2013.

LLEVADOT, Laura. *Mi herida existía antes que yo: feminismo y crítica de la diferencia sexual*. Barcelona: Tusquets, 2022.

MENÉNDEZ MENÉNDEZ, María Isabel. Culo prieto, cabeza ausente: una reflexión feminista sobre la pornograficación cultural en las industrias culturales. *Atlánticas*, v.6, n.1, p.106-135, 2021. doi:<https://doi.org/10.17979/arief.2021.6.1.7078>.

MILLET, Kate. *Política sexual*. Madrid: Cátedra, 2017.

MISSÉ, Miquel. *A la conquista del cuerpo equivocado*. Barcelona: Madrid: Egales, 2018.



PARRA ABAUNZA, Noemí. *¿La juventud está perdida? Jóvenes y sexualidad: entre el placer y el peligro*. In: SERRA, Clara; GARAIZÁBAL, Cristina; MACAYA, Laura (coord.). *Alianzas rebeldes: un feminismo más allá de la identidad*. Barcelona: Bellaterra, 2021. p.137-144.

RANEA TRIVIÑO, Beatriz. *Desarmar la masculinidad: los hombres ante la era del feminismo*. Madrid: Catarata, 2021.

REQUENA AGUILAR, Ana. *Feminismo vibrante: si no hay placer, no es nuestra revolución*. Barcelona: Roca, 2020.

RODRÍGUEZ, Antonio J. *La nueva masculinidad de siempre: capitalismo, deseo y falofobias*. Barcelona: Anagrama, 2020.

ROJAS PAZ, Lorena; ROJAS RODRÍGUEZ, Gisella. Los delitos sexuales cometidos por menores crecen un 70% en cuatro años. *El Mundo*, Madrid, 13 oct. 2019. Disponible em: <https://www.elmundo.es/espana/2019/10/13/5d8b8ee4fdddff7e898b4644.html>. Acceso em: 20 maio 2022.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. *Por el culo: políticas anales*. Barcelona: Madrid: Egales, 2011.

SALAZAR BENÍTEZ, Octavio. Democracia paritaria y Estado constitucional: de las cuotas a la ciudadanía "radicalmente" democrática. *IgualdadES*, Madrid, ano1, n.1, p.43-81, 2019.

SALAZAR BENÍTEZ, Octavio. *La gestación para otros: una reflexión jurídico-constitucional sobre el conflicto entre deseos y derechos*. Madrid: Dykinson, 2018.

SEGATO, Rita Laura. "El cuerpo de las mujeres es un lugar en el que se manifiesta el fracaso del Estado". [Entrevista cedida a] Nuria Alabao. *Contexto y Acción*, Madrid, 15 mar. 2017. Disponible em: <https://ctxt.es/es/20170315/Politica/11576/Feminismo-Violencia-de-g%C3%A9nero-Rita-Laura-Segato-La-guerra-contra-las-mujeres-Nuria-Alabao.htm>. Acceso em: 17 maio 2022.

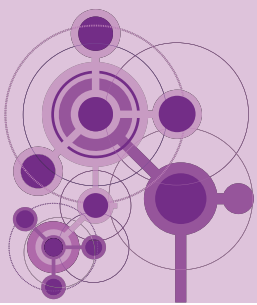
SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. 2.ed. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

SIMPSON, Mark. Spornosexuales: una revolución permanente y espectacular. Sobre la metrosexualidad de segunda generación y su "androginia de los andrógenos". *Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia*, Barcelona, n.34, p.157-176, 2018.

VALERO HEREDIA, Ana. *La libertad de la pornografía*. Sevilla: Athenaica, 2022.

VÉLIZ, Ignacio; CASTIGNANI, Franco. ¿After Chabones? Un intento de diálogo en la desorientación. In: FABBRÍ, Luciano (comp.). *La masculinidad incomodada*. Rosario: UNR: Homo Sapiens, 2021. p.61-70.



Feminismo e Comunicação: uma relação necessária

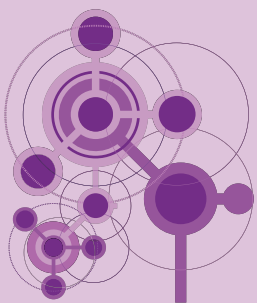
Feminism and Communication: a necessary relationship

Feminismo y Comunicación: una relación necesaria



Claudia Lago

- Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).
- Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Professora da Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP.
- Coordenadora do Grupo de Pesquisa Alteridade, Subjetividades, Estudos de Gênero e Performances nas Comunicações e Artes (AlterGen).
- Coordenadora do projeto de extensão Diversidade na ECA-USP.
- E-mail: claudia.lago07@usp.br



Resumo

Este artigo aborda o feminismo e o campo da Comunicação. Inicia contextualizando a temática e oferece uma conceituação sobre o feminismo e suas origens, indicando dados relativos às pautas que apontam as desigualdades de gênero, para, em seguida, focar a relação com a Comunicação. Indica uma relação ainda muito tímida que esse campo mantém com os estudos feministas e de gênero, e propõe que essa relação se intensifique e passe a nortear pesquisas na área, independentemente dos objetos empíricos.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO • COMUNICAÇÃO • ESTUDOS DE GÊNERO • DESIGUALDADES • NATURALIZAÇÕES.

Abstract

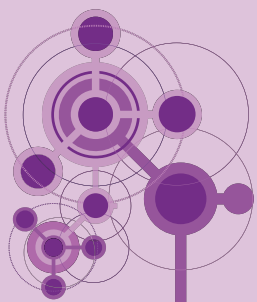
This article addresses feminism and the field of Communication. It begins by contextualizing the theme and offers a conceptualization of feminism and its origins, indicating data related to the guidelines that point to gender inequalities, to then focus on the relationship with Communication. It points to a still very timid relationship that this field maintains with feminist and gender studies and proposes that this relationship be intensified and start to guide research in the area, regardless of empirical objects.

KEYWORDS: FEMINISM • COMMUNICATION • GENDER STUDIES • INEQUALITIES • NATURALIZATIONS.

Resumen

Este artículo aborda el feminismo y el campo de la Comunicación. Primero, expone el tema con una conceptualización del feminismo y sus orígenes, señala datos relacionados con los lineamientos que apuntan a las desigualdades de género, para luego enfocarse en la relación con la Comunicación. Se destaca una relación incipiente que este campo mantiene con los estudios feministas y de género, se propone intensificarla y que guíe la investigación en el área, independientemente de los objetos empíricos.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO • COMUNICACIÓN • ESTUDIOS DE GÉNERO • DESIGUALDADES • NATURALIZACIONES.



FEMINISMO É UMA DITATURA... NÃO ESQUECE DE AVISAR A CAPITÃ ANGELA DAVIS

Os banheiros da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), no prédio central da Escola, há algum tempo receberam pintura nas portas e em algumas paredes, o que permite que as pessoas escrevam com giz, numa tentativa de ampliar, de forma organizada, a livre expressão que, de resto, já se faz nos banheiros públicos à base de canetas indelével. Pois bem, um destes banheiros, destinados às mulheres, ostenta na segunda porta da cabine privada, em letras garrafais e caneta indelével, a inscrição: "FEMINISMO É DITADURA". Toda vez que vou a este banheiro penso em rabiscar a inscrição, colocar algo como "só para as servas do patriarcado", ou algo semelhante. Já tentei apagar com álcool etc., mas em vão. A inscrição me atrai e eu frequentemente vou a esta cabine em particular por conta dela. No retorno das aulas, qual minha surpresa ao encontrar, abaixo da dita cuja, uma resposta bem-humorada, em letra cursiva, também com caneta: "não esquece de avisar a capitã Angela Davis".

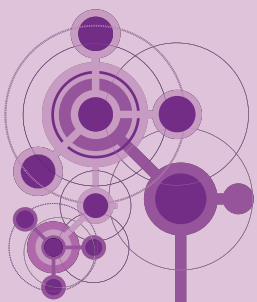
Senti-me contemplada na minha angústia sobre a frase que, para muitas de nós, é ofensiva, e fiquei pensando na particularidade da resposta – irônica, meio sem se contrapor, meio para iniciadas. Talvez pouco efetiva no sentido de convencer ou ampliar o debate com a primeira inscrição, mas, de qualquer forma, algum tipo de resposta.

Este diálogo no banheiro aponta para muitas das questões que podemos levantar quando pensamos na relação entre feminismo e Comunicação. A primeira delas é a disseminação contemporânea da ideia do feminismo, especialmente entre pessoas mais jovens (a maioria mulheres), em inúmeras vertentes e perspectivas. A segunda, correlata a esta, é a reação contrária ao feminismo, pensado justamente enquanto uma "ditadura", que obriga mulheres a não serem o que deveriam ser: femininas, delicadas, cientes de seu papel como cimento das relações – sendo estas heterossexuais. Dentro deste imaginário, feministas são péssimas mães, quando o são; péssimas esposas, quando conseguem marido (algo absolutamente necessário para uma mulher); bravas; feias; e, o que é totalmente absurdo, não se depilam. Claro que estou sendo irônica, mas estes elementos que seleciono para dar conta do imaginário que pensa o feminismo e as feministas a partir de lentes conservadoras (vamos aqui ficar com este termo eufemístico) estão presentes em inúmeros espaços que se dedicam a combater o feminismo e a "ideologia de gênero"¹, com ou sem distinção entre ambos. Assim, em um texto básico e bastante difundido, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015) ilustra como a palavra feminismo tem um peso negativo: "a feminista odeia os homens, odeia sutiã, odeia a cultura africana, acha que as mulheres devem mandar nos homens; ela não se pinta, não se depila, está sempre zangada, não tem senso de humor, não usa desodorante".

Mesmo com diferenças geográficas e culturais, o imaginário é muito semelhante ao pintar como feministas mulheres inadequadas ao que se espera das mulheres e, muito sintomaticamente, aqui também aparece o problema da depilação.

Apesar do tom jocoso desta descrição, e da resposta no banheiro comentada inicialmente, não podemos esquecer que os ataques às feministas são extremamente sérios, fazem parte de uma cruzada fundamentalista para estabelecer modos restritos de vida para toda e qualquer pessoa, agravam-se em sistemas autoritários e se relacionam à propagação de ódio às mulheres. Como lembra Joan Scott (2019), sendo gênero uma forma primeira de significar as relações de poder, estados autoritários começam por conter as mulheres.

¹ "Ideologia de gênero" é o termo cunhado por movimentos reacionários que se articulam de forma múltipla para combater o que entendem como uma tentativa de destruir as famílias, por defender que não há relação essencial entre sexo e identidade de gênero, por exemplo, ou orientação sexual correta e errada. Nasce no papado de Bento XVI e se espalha ecumenicamente junto às igrejas pentecostais, entre outros agentes. Ver Miskolci e Campana (2017).



Estes ataques são a parte expressiva de violências profundas contra determinados grupos sociais – as mulheres, neste caso. Não podemos esquecer que vivemos no país que ostenta o quinto lugar na violência contra mulheres, a ponto de ser considerada uma endemia. E não é sem razão que estados que têm proporcionalmente menos mulheres na política também ostentam os maiores índices de violência contra elas.

Relacionada à violência, portanto, está também a pouca representatividade política, que é um fenômeno brasileiro. Somos atualmente o país que está na lanterna da equidade de gênero nos espaços de poder, se comparado aos outros países latino-americanos, com uma única exceção. Em relatório da entidade da Organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres (ONU Mulheres) sobre a presença destas no parlamento, publicado em 2021, o Brasil está na posição 142, num total de 192 países avaliados. Na América Latina, estamos à frente apenas do Haiti, que não possui mulheres no parlamento, com 15,2% de mulheres na Câmara dos Deputados e 12,4% no Senado (ONU, 2021).

Estes dados vão contra lógicas básicas que entendem que a construção de um mundo melhor para a maioria das pessoas passa por eliminar as desigualdades, entre elas, as de gênero.

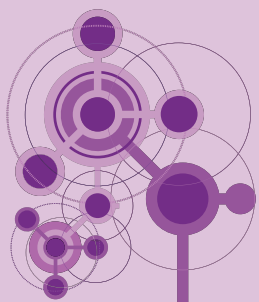
É o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dentre os 17 objetivos, o quinto aponta a necessidade de se atingir a equidade de gênero, em todos os níveis, incluindo o combate à violência e a ampliação da participação política. Importante destacar que o objetivo faz referência a documentos chave, como a plataforma de ação estabelecida pela 4ª Conferência Mundial das Mulheres, a Conferência de Beijing, realizada em 1995. A conferência foi um marco pelo número de participantes e por, especialmente, estabelecer objetivos estratégicos, com ações necessárias para atingi-los, em 12 áreas prioritárias para a equidade de gênero mundialmente. As 12 áreas são:

a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; *o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios*; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina. (Viotti, 2006, p.148-149, grifo meu)

Observe-se que uma das áreas estratégicas diz respeito exatamente aos meios de comunicação; mas a eles voltarei mais à frente. O que desejo enfatizar aqui é a necessidade consensual, aceita pelos países signatários dos documentos, de medidas efetivas que possam combater e modificar a situação das mulheres – metade da população mundial, note-se. Medidas que combatam a pobreza, que cada vez mais atinge mulheres e meninas; que permitam sua participação nas estruturas econômicas e de poder; que promovam seus direitos; que combatam as discriminações. Ou seja, pautas presentes de uma forma ou de outra nas vertentes do feminismo que, paradoxalmente, é violentamente questionado, transformado em “ditadura”, mesmo por algumas daquelas que são beneficiadas por suas ações e continuariam sendo com as mudanças futuras².

O paradoxo, no entanto, desvanece-se quando pensamos que é exatamente por se colocar em um lugar de desnaturalização das estruturas de pensamento, poder e crença que sustentam as desigualdades que o feminismo pode incomodar tanto, criar

² Muito se tem apontado para as mulheres que se dizem barulhentos antifeministas na arena pública que elas só podem fazer isso por conta do feminismo, cujas lutas conquistaram o direito de as mulheres estarem, mesmo que em menor número e em posições geralmente subalternas, na arena pública.



tantos imaginários equivocados, criar reações fundamentalistas entrelaçadas com outras pautas reacionárias – e, ao mesmo tempo, conquistar jovens que se percebem oprimidas em um sistema que lhes dá poucas opções de viver a vida.

Para aprofundar um pouco esta perspectiva, precisamos, antes de tudo, pensar o que é, afinal, esse tal de feminismo.

SEJAMOS TODAS, TODOS E TODES FEMINISTAS

O feminismo não é uma coisa só. São vários feminismos, que se organizam em tempos e espaços diferentes e, simultaneamente, no mesmo tempo-espaço, com propostas e ações muitas vezes distintas, conforme os grupos que dele se apropriam. Isso sem falar nos movimentos de mulheres que lutam por igualdade e não se dizem feministas, mas que estão relacionadas às pautas levantadas pelo feminismo ontem e hoje.

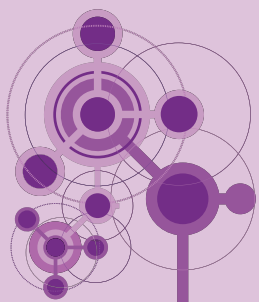
Assim, para começar a delimitar o que é o feminismo, é importante identificar o que ele não é, já que o ódio ao feminismo geralmente se ancora em coisas que ele não prega (mas também a muitas que ele defende, não esqueçamos). O feminismo não é o contrário de machismo, por exemplo. Machismo é um sistema que hierarquiza a relação homem-mulher, atribuindo aos primeiros a superioridade em todos os aspectos da vida, estipulando que mulheres devem se submeter ao domínio masculino. Grosso modo, o feminismo propõe uma sociedade igualitária, em que esta hierarquia seja abolida, ou seja, não propõe o contrário, que as mulheres oprimam os homens. Uma digressão: o grande medo de opressores é virar objeto de opressão. Comparar o feminismo ao machismo é, sem dúvida, um sintoma deste medo.

Outra questão importante ao enunciarmos o feminismo é apontar para suas diferenças, já que o movimento tem sido recorrentemente questionado de dentro por mulheres que apontam a não similaridade das práticas e das pautas de diversos sujeitos feministas, muitas vezes antagônicas. Esta não confluência, que é apontada por detratores do movimento feminista como falha, como indicativo de incapacidade de dar respostas, na verdade é uma consequência de um movimento que, desde a origem, questiona o que é dado como líquido e certo; as caixinhas que colocam as pessoas dentro de um lugar esperado e estabelecem comportamentos, lugares próprios para quem é pensado como “homem” ou como “mulher”³ – mesmo que este questionamento, dependendo do tempo e do espaço, tenha sido limitado. O feminismo, portanto, é plural.

Estes questionamentos de dentro, que hoje em dia não apenas ganham força, mas apontam para a fragmentação do movimento e, por outro lado, sua amplitude, muitas vezes passam despercebidos de olhares iniciais. Assim, é comum falar do feminismo a partir de suas “ondas”, que seriam características do movimento no tempo, tomando como base uma historiografia nascida no Norte global, ou seja, a partir de uma perspectiva eurocêntrica.

Segundo esta narrativa, que tem que ser pensada enquanto metáfora, apontando para fluxos e refluxos dos movimentos de mulheres em sua luta pela igualdade de direitos, a primeira onda seria colocada no tempo no final do século XIX e início do século XX, identificada com a luta das sufragistas pelo direito ao voto e ao trabalho. A segunda onda, cravada nos meados do século XX, marca um período de produção de mulheres sobre os saberes sociais, estando muito relacionada à academia. Um texto paradigmático do período é *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, no qual a autora aponta para a construção social do que se pensa como mulher (e como homem) (Martinez; Lago; Lago, 2016). Importante ressaltar que o texto, já naquele momento, indicava a necessidade de repensar a ideia do masculino e do feminino como ancorados em fatores biológicos, essencialistas. É da segunda onda o olhar para os direitos reprodutivos, para a liberdade sexual,

³ Por uma questão de espaço, neste texto não aprofundarei discussões sobre a binaridade que está contida nessa perspectiva.



com a afirmação do slogan “o pessoal é político”. No Brasil, a segunda onda convive com a ditadura militar e isso implica configurações próprias do movimento. A terceira onda, situada entre as décadas de 1980 e 1990, no século XX, traz o que se convencionou chamar de “feminismos das diferenças”. Neste momento, ganha força a percepção de que não existe um ser mulher, universal (confundido com as mulheres brancas das camadas médias e altas); as mulheres são muitas, e oprimidas também a partir de seus lugares de raça/etnia, classe, origem, geografia, e outros marcadores. Teóricas(os) apontam os textos de Judith Butler como paradigmáticos do período (Cruz; Dias, 2015; Ribeiro, 2018), além dos textos de mulheres que há tempos falavam das diferenças e de como as pautas e slogans começavam e terminavam nas mulheres brancas, caso de Angela Davis (2004)⁴ e, no Brasil, de Lélia Gonzalez (2019), entre outras. Feminismo que é marcado por uma relação importante com a academia e pela adoção, paulatina, do conceito de gênero como operacionalizador de pesquisas – o que permite a abertura para estudos que trazem à tona os condicionantes da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003) e, logo depois, para questionar também a lógica cisgênero normativa (Louro, 2004). É o momento em que, na prática política, as vozes que já falavam há muito sobre isso passam a ter mais visibilidade e fortalecem a multiplicidade inerente ao feminismo, destacando-se, no Brasil, a visibilidade do movimento feminista negro. Lembrando que o brado da feminista negra e abolicionista Sojourner Truth – “E eu não sou uma mulher?” – foi proferido em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio⁵ (Oliveira, 2017), ou seja, estas vozes já gritavam há muito, para além das ondas.

Recentemente têm se falado em uma quarta onda do feminismo, marcada pelo aprofundamento das diferenças, pela juventude das mulheres que dele participam e pelo uso constante das redes e ambiente digitais como forma de mobilização e expressão cultural e artística. Heloisa Buarque de Hollanda (2018) organizou em livro o que chamou de Explosão Feminista, tentando apontar para o caleidoscópio atual de pautas, ações e sujeitos presentes nas novas configurações. Não à toa, o livro reúne textos de várias mulheres, que falam de feminismo negro, feminismo indígena, feminismo asiático, transfeminismo, feminismo lésbico, feminismo radical, feminismo protestante.

Existem diferenças nestes feminismos? Com certeza⁶. Mas prefiro apontar para a ideia de que “feminismo é sobre escolhas e não sobre proibições” (Aronovich, 2016, p.18). Feminismo, em síntese, é sobre liberdade. Real, para todas, todos e todes, e não só para os grupos minoritários da humanidade que já dela desfrutam. Mas querer distribuir a liberdade é algo muito perigoso, já que as estruturas sociais se assentam exatamente nesta divisão desigual de tudo: da liberdade, dos bens econômicos, do direito à vida, da dignidade. E, para conseguir este feito, amparam-se nos dispositivos que constroem a vida e suas representações. O feminismo, ao desnaturalizar estes dispositivos e representações, atrai a ira dos privilegiados e daqueles que, mesmo sem o serem, estão submetidos irrefletidamente a essas naturalizações, como a primeira moça com sua caneta no banheiro. E os sistemas midiáticos, a Comunicação, têm muito a ver com isto.

A COMUNICAÇÃO E OS APONTAMENTOS DO FEMINISMO: UMA HISTÓRIA BEM COMPLICADA

A autora feminista Teresa de Lauretis (2019, p.123), apropriando-se de um conceito de Michel Foucault, pensa os produtos da Comunicação (e não só), como “tecnologias de gênero”. A autora parte da ideia de que “assim como a sexualidade, o gênero

4 A capitã de nossa ditadura, lembremos.

5 Exatamente o fato de existirem estas vozes anteriores que não foram, até então, incorporadas nas discussões do feminismo, com uma historiografia marcada pelo movimento norte centrado, branco, de camadas médias e altas, sustenta as críticas às ondas. O texto de Truth, um marco do feminismo negro, pode ser visto em Oliveira (2017).

6 Essa é uma discussão complexa que não faço aqui. Há feminismos, por exemplo, (dos quais discordo profundamente), que ainda pensam as mulheres como seres essencializados, ancoradas no biológico – para ser mulher é necessário ter uma vagina, o que significa não aceitar outro feminismo, o das mulheres trans, por exemplo. A ideia de que as mulheres, por nascerem mulheres, sofrem opressões distintas que não podem ser vivenciadas por pessoas que nascem homens e depois se tornam mulheres tem valia. No entanto (e aí vai minha opinião pessoal), o que nos une não é o tipo de opressão que sofremos, mas a sociedade opressora. Mulheres trans, em nossa sociedade, são profundamente oprimidas por terem corpos feminilizados e por não se enquadrarem na regra da cisgeneridade. Logo, que bom que muitas delas são feministas.



não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos" (Lauretis, 2019, p.123), mas um conjunto de resultados produzidas nas pessoas, na forma como se comportam e na forma como se relacionam, por meio de tecnologias políticas. A autora, no entanto, propõe-se a ir além de Foucault, pois,

ao pensar o gênero como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos, caminhamos para além de Foucault, cuja compreensão única da tecnologia sexual não levou em consideração os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos, e cuja teoria, ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade, de fato, exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre e gênero. (Lauretis, 2019, p.123)

Importante reter de sua conceituação a ideia de que o gênero⁷, vivido pela maioria das pessoas como a identificação com o masculino ou o feminino⁸, não existe a não ser pela intervenção cotidiana e sistemática de "tecnologias de gênero". Para a autora, o gênero é representação, com efeitos bastante reais na vida das pessoas. Estas representações são construções por meio de vários aparatos, entre eles a arte, os discursos médicos, a mídia etc.; a construção ocorre continuamente e se faz em todos os espaços, inclusive até no feminismo. Como construção, está embutido no gênero a possibilidade de desconstrução, na medida em que é possível perceber sua construção como uma "falsidade ideológica", a exemplo do discurso feminista que questiona os lugares dados e permitidos às mulheres (Lauretis, 2019, p.124).

Na discussão proposta por Lauretis, resalto dois elementos: pensar a mídia como parte deste aparato de construção de uma determinada realidade das relações entre os gêneros e, ao mesmo tempo, a possibilidade de subversão desta construção.

Infelizmente, os produtos midiáticos estão hegemonicamente localizados no lado da construção cotidiana e sistemática de um gênero binário (homem vs. mulher) hierarquizado, privilegiando a orientação sexual heterossexual, pessoas brancas e narrando o mundo a partir da lógica das classes sociais abastadas.

Detendo-me apenas no primeiro ponto, voltemos à Conferência de Beijing e a sua constatação de que a equidade não prescinde da mudança dos sistemas midiáticos, que necessitam parar de promover representações estereotipadas e que precisam também ter seu controle, seus postos de comando, divididos com mulheres⁹.

Esta realidade, no entanto, está longe de ser alcançada, como aponta o levantamento do Global Media Monitoring Report (GMMP), realizado por voluntárias(os) em vários países do mundo a cada cinco anos, desde 1995. A pesquisa avalia indicadores selecionados de gênero na cobertura jornalística, como a presença feminina (como autoras ou como fontes de notícias e, em caso de fontes, de que tipo), preconceito e estereótipos presentes na cobertura midiática, quem são as pessoas entrevistadas, entre diversas outras categorias. O mapeamento é realizado pela World Association for Christian Communication (Waac) em parceria com a ONU Mulheres, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Aliança Global sobre Gênero e Mídia (Gamag)¹⁰. A metodologia de trabalho é revisada a cada edição e pode ser replicada por iniciativas locais.

O último mapeamento foi realizado em 2020, em plena pandemia de covid-19, e, entre os achados, indica que, sem mudanças, a equidade nos meios de comunicação levará 67anos para ser alcançada. Os avanços em relação ao levantamento anterior,

7 Gênero é um conceito e, enquanto tal, precisa ser complexificado. Apoio-me na definição proposta por Joan Scott (2019, p.67), a de que "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder".

8 Lembrando que, a partir dos estudos de gênero, podemos perceber identificações bem mais complexas e diversas na relação masculino-feminino.

9 E não apenas mulheres brancas de camadas abastadas, assim como não apenas homens brancos de camadas abastadas.

10 Disponível em <http://whomakesthenews.org/>. Acesso em: 23 dez. 2022.



de 2015, são tímidos. Apenas 25% das notícias têm mulheres como autoras ou fontes. Apesar do aumento importante do número de notícias devotadas à ciência e saúde, por conta da pandemia, a presença de mulheres nestas notícias caiu cinco pontos¹¹. Os dados levantados referentes ao Brasil, que havia ficado de fora no levantamento anterior, indicam que, das menos de 30%¹² das notícias que trazem a presença das mulheres, estas são majoritariamente ligadas à política (GMMP, 2021). A grande maioria das mulheres que aparecem nas notícias (59%) falam sobre experiências pessoais, e 43% falam sobre algo que viram, ou seja, não são fontes consultadas como especialistas, mas, sim, geralmente circunscritas às experiências privadas, enquanto os homens respondem majoritariamente pela arena pública (GMMP, 2021).

Hoje em dia, existem outros perigos no front. A ambiência digital tem exacerbado os ataques às mulheres contemporaneamente ampliadas no e pelo online. Um dos exemplos emblemáticos deste tipo de ataque, para mulheres em geral e especialmente para feministas, é o da blogueira Lola Aronovich, que, por conta de um dos primeiros blogs feministas com visibilidade, o *Escreva, Lola, Escreva*, lançado em 2008, passou a ser perseguida por um grupo de misóginos encabeçado por um “mascu”, abreviatura de masculinista, que, em dezembro de 2018, foi condenado a 41 anos de prisão por vários crimes, incluindo associação criminosa, racismo e terrorismo. A história de Lola, que acabou gerando a Lei nº13.642/2018, que atribui à Polícia Federal a possibilidade de investigar crimes cibernéticos de misoginia, é um exemplo do maravilhoso mundo novo em que estamos imersas(os). Para quem não conhece os pormenores dos ataques, estes incluem ameaças de morte a ela e à família; difamações; exposição de dados privados; ameaças à Universidade Federal do Ceará, onde é professora; entre outros. Por conta dos ataques que sofre, Lola se deparou com – e passou a denunciar – o sombrio mundo dos homens “mascu” – misóginos, odiadores de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+, que têm como ideia de fim o suicídio antecedido por massacre dos grupos que odeiam. Nas palavras de Lola, referindo-se aos chats destes grupos:

Sempre que algum membro do chan falava em suicídio – algo extremamente comum entre homens fracassados em todas as searas de suas vidas – ouviam o coro “Leve a escória junto”. Em outras palavras, não se mate ainda. Antes vá numa palestra feminista, numa Marcha das Vadias, numa Parada do Orgulho Gay, numa Marcha das Mulheres Negras, e abra fogo. Só então se mate ou seja morto pela polícia, e torne-se um herói. (Aronovich, 2018)¹³

O ódio às mulheres também atinge aquelas que trabalham na mídia e que, por isso, ganham visibilidade. Pesquisas internacionais apontam que a violência digital contra mulheres jornalistas é um problema global e segue vários padrões, como ameaças dirigidas não apenas às jornalistas, mas também a suas famílias; migração da violência online para o mundo offline; violência ampliada por meio de campanhas coordenadas de desinformação, muitas vezes incentivadas e ancoradas em discursos de políticos; discursos misóginos intercalados com racismo e outros marcadores (Posetti *et al.*, 2021); entre outros componentes.

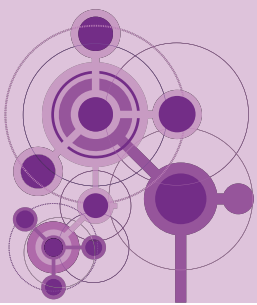
Assim, ao mesmo tempo em que vemos o crescer da visibilidade do feminismo e suas várias possibilidades, também vemos fechar o cerco contra mulheres, com o crescimento em amplitude e em violência dos discursos de ódio e de defesa das opressões. A mesma internet que possibilita a visibilidade e a relação de grupos e pautas feministas também permite o agrupamento de misóginos e alterofóbicos em geral.

É dentro deste contexto que precisamos pensar como o campo da Comunicação, em sua vertente acadêmica, tem se debruçado sobre os estudos feministas e de gênero. Se é consenso que a equidade passa pela transformação dos sistemas midiáticos–

11 Em outro texto (Lago *et al.*, 2020), discutimos como a pandemia tendeu a diminuir ainda mais a presença de mulheres na mídia e, especialmente, em relação à covid-19 que, paradoxalmente, afetou de maneira mais intensa justamente mulheres e meninas, por diversas razões.

12 Os números variam conforme o suporte analisado: 26% no rádio e 31% no Twitter, por exemplo.

13 Em matéria publicada no *The Intercept*, Lola dá detalhes deste submundo e aponta para informações que não foram abordadas pela imprensa, como o fato do responsável pelo massacre da escola no Realengo ter participado desses *chans* e ter matado 10 meninas e dois meninos, com testemunhas indicando que mirava para matar as meninas e machucar os meninos.



como a Comunicação, que olha e pesquisa estes sistemas –, tem pensado/focado, as questões de gênero, os feminismos? Aqui, por ora, a resposta não é totalmente promissora.

PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO: AINDA NÃO CHEGAMOS LÁ

Apesar do crescimento e da visibilidade de pesquisas que se debruçam sobre questões de gênero e/ou feministas, o campo da Comunicação no Brasil ainda engatinha no assunto, por assim dizer.

São vários os levantamentos realizados, em diversos *corpora*, que dão conta dessa aproximação tímida ainda, apesar de contínua.

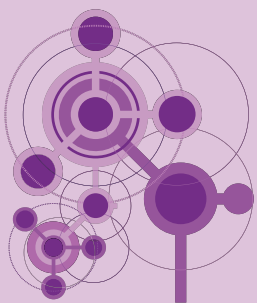
Sem fazer aqui uma apresentação exaustiva dos levantamentos, oriundos do próprio campo, menciono o doutorado de Tainan Pauli Tomazetti (2019), que pesquisou as teses e dissertações defendidas em Comunicação no período de 1972 a 2015. Em 13.265 teses e dissertações encontradas, 316 pesquisas têm alguma interface com os estudos de gênero. Deste universo, o autor constrói duas linhas principais: a dos estudos feministas, que indicam trabalhos que pensam as assimetrias nas representações, o empoderamento e a violência contra as mulheres, e compõem 240 trabalhos; e, na segunda linha, os 62 trabalhos com viés LGBT e/ou *queer*, que problematizam e, segundo suas palavras, “embaralham” a binaridade masculino/feminino. Além desse corte, o autor propõe períodos de produção, que correspondem a perspectivas específicas (Tomazetti, 2019).

Suas conclusões apontam não apenas para a pouca intensidade dos trabalhos (apenas 2,4% da amostra), mas também para o fato dessas pesquisas se organizarem a partir de objetos empíricos e não com uma contribuição verdadeiramente epistemológica, que incorpore conceitos, teorias e métodos. Ou seja, a vasta produção teórico-metodológica do campo de estudos de gênero, incluindo aí as contribuições dos estudos feministas que estão na sua origem, não são apropriadas pelo campo da Comunicação.

Conclusões semelhantes foram apontadas em outros trabalhos, voltados para bases de dados distintas. Assim é que, recentemente (Martinez; Lago; Heidemann, 2022), olhando para os grupos de pesquisa de jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), ao mesmo tempo em que percebemos um aumento do número de pesquisas com interface com o campo de estudos de gênero, também percebemos uma relação tênue na incorporação. O conceito de gênero não é pensado como uma categoria de análise (Scott, 2019) que seja operacionalizada para ajudar a entender o campo do jornalismo, e acredito que esta conclusão possa ser ampliada para outras searas do campo, como a Comunicação Organizacional, por exemplo.

Para qualquer base de dados das pesquisas em Comunicação que olhemos, a partir de qualquer metodologia e mesmo estabelecendo categorias distintas de organização dos trabalhos, chegaremos à conclusão de que estes não incorporam de forma consistente aspectos basilares do campo de estudos de gênero e das pesquisas feministas.

Há uma tendência na área a produzir pesquisas que levem em conta gênero quase como um marcador social tão somente. A não utilização de pressupostos e perspectivas já bastante consolidadas no campo das pesquisas feministas e, posteriormente, de gênero, pouco avança no sentido de indicar como tudo isso atravessa toda e qualquer produção e/ou recepção de produtos da Comunicação. Ao se resumirem ao que chamamos de trabalhos diagnósticos (Martinez; Lago; Heidemann, 2022), se, por um lado, as pesquisas podem evidenciar que os produtos culturais produzem e reproduzem as desigualdades de gênero e sexualidades, por outro lado, não indicam como tudo isto afeta a sociedade em geral, com eles se inserem nessa complexa rede de construção da realidade, como se organizam enquanto tecnologias de gênero. É como se a mídia e os demais produtos culturais que



analisamos só se relacionassem à vida das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ que acabam sendo objetos das pesquisas e das representações – como se o gênero não organizasse as relações sociais como um todo e as relações de poder (Scott, 2019). Some-se a isso o fato de termos poucos trabalhos que incorporam a perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002), ou seja, não pensam as questões de gênero no seu atravessamento e conjunção com outros marcadores, especialmente raça/etnia, que fazem toda a diferença.

É como se as pesquisas em Comunicação, tão céleres em pensar as novas sociabilidades, a relação destas com os meios, ainda não tivessem acordado para o fato de que não há sociabilidade e meio que não esteja atravessado pelo gênero, pela raça/etnia e pela classe social, como os trabalhos sobre racismo algorítmico, por exemplo, têm evidenciado (Silva, 2020). Estamos caminhando, mas talvez muito devagar para o tamanho das tarefas que temos pela frente – e é com elas que finalizo este artigo.

PARA CONCLUIR: SEJAMOS FEMINISTAS E PESQUISADORES(AS) DE GÊNERO E SEXUALIDADES ADOTANDO UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

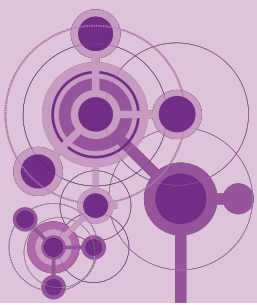
Como mencionei anteriormente neste texto, uma das frases que marcam a segunda onda do feminismo é “o pessoal é político”. Com isto, as feministas chamavam a atenção para o fato de que a esfera privada, aquela à qual as mulheres em geral tendem a ser destinadas, também é um espaço político. O slogan traduz a relação que existe entre as estruturas e as experiências pessoais e coloca em questão dogmas que sustentam estas estruturas, como o da neutralidade. A neutralidade que tem classe, raça, gênero e orientação sexual: são homens brancos de camadas abastadas e heterossexuais que são neutros e, portanto, tudo que não é neutro a eles se refere. O slogan, portanto, acaba por apontar para a inconsistência dessa premissa. O feminismo, mesmo aquele das sufragistas, desde sempre indicou inconsistências e padrões naturalizados. Sempre desafiou aquilo que é tomado como certo e que, por fim, apenas reforça lógicas que privilegiam alguns grupos e oprimem outros (a maioria).

Como mencionado ao longo deste texto, estas lógicas só se estruturam como práticas porque se organizam a partir de sistemas discursivos, que se constituem em relação aos mais diversos dispositivos (família, escola, religiões, sistemas jurídicos, medicina, mídia etc.). O “natural” existe porque assim é constituído, apontando tudo o que seria não natural – e a própria variação desta não naturalidade no tempo e no espaço por si só já indica como é uma construção social. Não nos esqueçamos das celeumas sobre o voto feminino, já que as mulheres eram consideradas incapazes de pensamento racional, só para citar um exemplo corriqueiro.

Vivemos um momento interessante, em que naturalidades se desmancham no ar – para referenciar uma frase famosa. Também por isso, as forças que se sentem ameaçadas organizam-se ferozmente para impor retrocessos, manter o estado das coisas, garantir que as caixinhas das existências continuem ajustadas a sua visão de mundo. Este processo não se refere tão somente às sociabilidades e lugares de gênero; ao contrário, sociabilidades, lugares de gênero, lugares étnico/raciais dizem respeito à manutenção das subalternidades e das desigualdades sociais.

Nosso campo de estudos e pesquisa, a Comunicação, relaciona-se diretamente a esse universo, já que os bens simbólicos que são nossos objetos se organizam nesta arena, seja majoritariamente reforçando as naturalidades, seja desafiando-as – ou ambigualmente ligando-se aos dois polos opostos.

Pensar a Comunicação sem pensar esses movimentos e atravessamentos é não se permitir ter uma ideia ampla e mais acurada sobre os fenômenos que nos propomos a estudar. Pensar a Comunicação hoje exige ter uma sensibilidade que sempre vai colocar em pauta a perspectiva de como nossos objetos se ligam à construção ou desconstrução. Resgatando e ampliando Lauretis: como se organizam enquanto tecnologias de gênero, raça/etnia e classe social.



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. *E-book*.
- ARONOVICH, Lola. O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão. *The Intercept*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- ARONOVICH, Lola. Saia do armário e se assuma feminista. In: QUEIROZ, Nana (org.). *Você já é feminista!* Abra este livro e descubra o porquê. São Paulo: Pólen, 2016. p.18-20.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, n.1, p.33-42, 2015. doi:<https://doi.org/10.32748/revec.v0i01.3651>.
- DAVIS, Angela. *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Akal, 2004.
- GMMP. *GMMP 2020-2021 final report*. [S.l.]: GMMP, 2021. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da *Amefricanidade*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.341-352.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LAGO, Cláudia *et al.* A pandemia não tem rosto de mulher. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v.19, n.35, p.95-107, 2020.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.121-155.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: a relação tênue continua. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.29, n.1, e41919, 2022. doi:<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2022.1.41919>.
- MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.23, n.2, ID22464, 2016. doi:<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22464>.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v.32, n.3, p.725-747, 2017. doi:<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.



OLIVEIRA, Tory. Cinco textos feministas centenários que continuam atuais. *Portal Geledés*, São Paulo, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cinco-textos-feministas-centenarios-que-continuam-atuais/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

ONU. Paridade de gênero em Parlamentos só será alcançada em meio século. *ONU News*, Brasília, DF, 10 mar. 2021. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>. Acesso em: 10 jul. 2022.

POSETTI, Julie *et al.* *The chilling*: global trends in online violence against women journalists. Research discussion paper. Paris: Unesco, 2021. Disponível em <https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

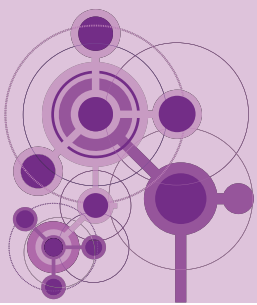
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.49-81.

SILVA, Tarcízio da. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado da máquina. *Revista da ABPN*, Goiânia, v.12, n.31, p.428-448, 2020. doi:<https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.31.p428-448>.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. *Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015)*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193542>. Acesso em: 21 dez. 2022.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim 1995 – Apresentação. In: FROSSARD, Heloisa (org.). *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.147-258. Disponível em https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/SPM_instrumentosinternacionaisdireitosdasmulheres.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.



Mulheres podem ser representantes políticas no Brasil? Gênero, raça e classe na participação e representação política

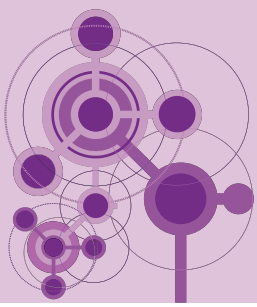
Can women be political representants in Brazil? Gender, race, and class in the political participation and representation

¿Pueden las mujeres ser representantes políticas en Brasil? Género, raza y clase en la participación y representación política



Nailah Neves Veleci

- Doutoranda de Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Feminismo, Relações de Gênero e Raça.
- Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB.
- Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).
- Bacharel em Ciência Política pela UnB.
- Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro (Maré).
- Diretora de pesquisa da organização não governamental Elas no Poder.
- Articuladora do Mulheres Negras Decidem.
- Embaixadora da Juventude do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).
- E-mail: nailah.relgov@gmail.com



Resumo

Neste artigo apresentamos brevemente o histórico do direito ao voto feminino pela perspectiva da interseccionalidade, com objetivo de pontuar como esse direito chegou de formas diferentes para as mulheres a partir de questões de raça, etnia e classe. Abordaremos também os capitais políticos e o comportamento eleitoral para discutir os obstáculos históricos, sociais institucionais para a participação e representação política feminina no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO • INTERSECCIONALIDADE • REPRESENTAÇÃO POLÍTICA • RACISMO • PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

Abstract

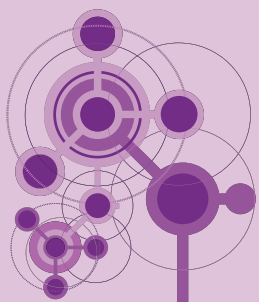
In this paper I briefly present the history of women's right to vote from the perspective of intersectionality, with the aim to highlight how this right arrived in different ways for the women depending on issues of race, ethnicity, and class. I also discuss political capitals and electoral behavior to discuss the historical, social, and institutional obstacles to women's political participation and representation in Brazil.

KEYWORDS: FEMINISM • INTERSECTIONALITY • POLITICAL REPRESENTATION • RACISM • POLITICAL PARTICIPATION.

Resumen

Este artículo presenta una breve historia del derecho al voto de las mujeres desde la perspectiva de la interseccionalidad, con el objetivo de poner de relieve cómo este derecho llegó de forma diferente para las mujeres desde las cuestiones de raza, etnia y clase. También trata de los capitales políticos y del comportamiento electoral para discutir los obstáculos históricos, sociales e institucionales a la participación y representación política de las mujeres en Brasil.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO • INTERSECCIONALIDAD • REPRESENTACIÓN POLÍTICA • RACISMO • PARTICIPACIÓN POLÍTICA.



INTRODUÇÃO

Em 2022, comemoram-se os 90 anos do voto feminino no Brasil. Em 24 de fevereiro de 1932, era sancionado o Código Eleitoral (Brasil, 1932) que, pela primeira vez na história do país, garantiria que mulheres acima de 21 anos de idade tivessem o direito de votar e serem votadas no país. Mas que mulheres de fato ganharam esses direitos em 1932? O que mudou nesses 90 anos para a participação e representação política feminina no Brasil?

Precisamos começar essa discussão destacando que as mulheres são plurais e as aplicações de leis têm tratamentos diferentes para essa diversidade de mulheres. Não podemos falar do direito ao voto feminino no singular; esta discussão precisa ser no plural e levando em consideração a epistemologia e metodologia da interseccionalidade, uma teoria do feminismo negro que instrumentaliza em suas análises as matrizes de dominação e as clivagens estruturais. Em outras palavras, a interseccionalidade analisa os sistemas de opressão como interligados, dando ênfase às clivagens de raça, etnia, classe, gênero, sexualidade e identidade de gênero (Akotirene, 2019).

Percorreremos brevemente o histórico do direito ao voto no Brasil pela perspectiva da interseccionalidade para identificarmos as supressões de voto diretas e veladas nas normas eleitorais que explicam porque nem todas as mulheres foram contempladas pela conquista do direito ao voto em 1932 e porque, até hoje, mulheres e outros grupos minorizados, que estão interseccionados com as mulheres, ainda têm dificuldades para exercerem seus direitos políticos.

Em seguida, trataremos as teorias que abordam os capitais políticos que as mulheres articulam nas disputas eleitorais e as teorias de comportamento eleitoral para compreendermos como os eleitores brasileiros escolhem ou não votar em mulheres.

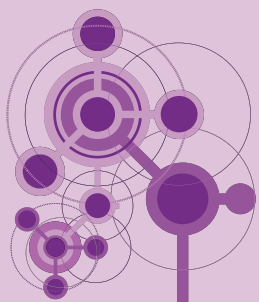
DE (NÃO) ELEITORAS A CANDIDATAS – UM OLHAR INTERSECCIONAL

Pré-República

As primeiras eleições no Brasil ocorreram em 1532 para a Câmara Municipal de São Vicente. As Ordenações Filipinas (Brasil, 1870b), em seu Livro I, Título 67, estipulavam as normas das eleições. Tinham direito ao voto, de acordo com as Ordenações Filipinas, os “homens bons”. Estes deviam ter mais de 25 anos, ser católicos, casados ou emancipados, ter cabedal (ser proprietários de terra) e não possuir “impureza de sangue” (Brasil, 1870b).

No Brasil Colônia, a expressão “homens bons” significava “nobres de linhagem”, os senhores de engenho, os membros da alta burocracia militar e civil e burgueses enriquecidos pelo comércio (Brasil, 2014). O voto dos analfabetos estava incluído (correspondiam a cerca de 70% da população) e era oral. O direito de ser votado incluía os critérios do direito ao voto, mas era dado apenas aos homens nobres que não exerciam trabalhos manuais. Não existiam partidos políticos e as eleições aconteciam apenas no âmbito municipal.

Negros e indígenas, nessa época, não eram considerados seres humanos. Eram vistos como mercadorias do sistema econômico, não tinham direito de possuir terras e, acima de tudo, seu sangue era considerado impuro. As mulheres brancas viviam sob o domínio do sistema patriarcal, ficando subordinadas aos domínios do pai, do marido ou de um convento.



Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, este passou do status de Colônia para Império, tendo suas primeiras eleições gerais em 1821, com o início da inserção das mulheres brancas na sociedade a partir do direito de acesso à educação. Durante o período do Brasil Império (1822-1889), o sistema de voto era majoritário, indireto e obrigatório. De acordo com a Constituição Imperial de 1824 (Brasil, 1824), apenas os estrangeiros naturalizados e os cidadãos brasileiros tinham direito ao voto, mas só eram consideradas cidadãs as pessoas livres que preenchiam alguns critérios censitários e morais.

O processo eleitoral era complexo e possuía quatro graus, sendo que os representantes escolhidos tinham que pertencer ao clero ou à nobreza. No primeiro grau, os votantes eram cidadãos brasileiros do sexo masculino, em sua maioria com 25 anos, e deveriam ter uma renda anual de 100milréis; teoricamente, os libertos (ex-escravizados) e os ingênuos (nascidos do ventre livre de mãe escravizada) poderiam votar apenas no primeiro grau se preenchessem os critérios censitários, assim como os criminosos e os estrangeiros naturalizados (Brasil, 2014).

No segundo grau, exigia-se a renda mínima de 200mil réis para ser qualificado como eleitor, devendo-se cumprir também as exigências para ser votante. De acordo com a Constituição de 1824, excluía-se os libertos e os criminosos do rol de eleitores de segundo grau. Os estrangeiros naturalizados podiam votar em segundo grau, mas não podiam ser eleitos deputados ou senadores. Estes votantes em segundo grau escolhiam os eleitores de comarca do terceiro grau. Estes, por sua vez, escolhiam os deputados no quarto grau.

Para ser deputado, era necessário ser habilitado como eleitor de segundo grau, ter renda mínima de 400mil réis e professar a religião do Estado, o catolicismo. Para ser senador, era necessário ser habilitado como eleitor de segundo grau, ter renda mínima de 800mil réis anuais, ser cidadão brasileiro e ter 40 anos ou mais (exceto os príncipes da Casa Imperial, que tinham assento no Senado aos 25 anos). Havia também critérios morais, como vasto saber e virtudes. Entretanto, quem escolhia os senadores das listas dos mais votados pelos eleitores era o imperador e o cargo era vitalício.

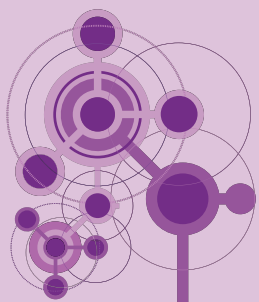
Em 1881, temos uma nova mudança no processo eleitoral, com a instituição da Lei Saraiva (Brasil, 1881), que proibiu o voto dos analfabetos, instituiu o voto secreto, confiou o alistamento eleitoral (registro dos eleitores) à magistratura e instituiu o título de eleitor. Essa lei ocasionou grande decréscimo no eleitorado e, conseqüentemente, no direito de se candidatar, pois um dos critérios de elegibilidade era ter acesso pleno a todos os direitos políticos. De acordo com Carvalho (2002), em 1872, havia mais de um milhão de votantes (cerca de 13% da população livre). Já em 1886, votaram nas eleições cerca de 100mil eleitores, que correspondiam a 0,8% da população total (Carvalho, 2002).

Sete anos após a proibição do voto dos analfabetos, tínhamos a Abolição da Escravatura e, posteriormente, a Proclamação da República.

No Brasil, para compreender os mecanismos de manutenção de poder do Legislativo, Executivo e Judiciário de forma interseccional, é necessário analisar três campos interconectados com as análises das normas eleitorais e políticas: o acesso à terra, o acesso à educação e a política criminal.

A análise do histórico do campo educacional interligado com a proibição do voto dos analfabetos até 1985 é fundamental para compreender a sub-representação da população negra e indígena, principalmente do maior contingente populacional do Brasil mais sub-representado nos cargos de poder: as mulheres negras.

De 1549 até 1789, a educação no Brasil estava nas mãos dos jesuítas, que tinham por missão catequizar, difundir o catolicismo e ensinar a língua portuguesa e espanhola aos povos indígenas e, posteriormente, aos povos africanos. Contudo, a educação para a alfabetização só viria para os filhos brancos dos portugueses no plano de estudos de Manoel da Nóbrega.



Mais tarde, Inácio de Loyola introduziu humanidades, filosofia e teologia no programa educacional. A formação mais especializada era realizada pelos homens em Portugal ou outros países da Europa (Veleci, 2017).

Em 1808, com a instalação da Coroa Portuguesa no Brasil, as aulas passaram a ser seriadas e divididas entre primário-secundário e superior. As primárias eram diferenciadas por gênero e disciplina: os homens brancos tinham aulas de leitura, escrita, cálculos, história do Brasil, princípios morais e doutrina religiosa católica; as mulheres brancas tinham aulas de leitura, escrita, cálculos elementares, prendas domésticas e doutrina religiosa católica. Para frequentar as escolas era necessário ser cidadão brasileiro e os escravizados eram proibidos por lei a frequentá-las, pois, conforme o art.6º, incisol da Constituição de 1824, só eram considerados brasileiros os indivíduos livres que nasciam no país.

Em 1827, as mulheres brancas conquistam o direito de ir além das escolas primárias e, em 1879, conseguem o direito de fazer faculdade no Brasil.

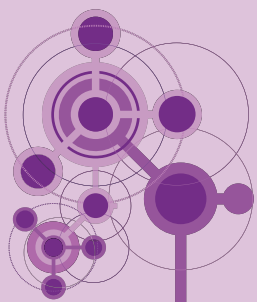
Em 1854, foi instituída a Reforma Couto Ferraz (Brasil, 1854), que previa a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 7 anos, sendo proibidas crianças menores de 5 anos, maiores de 15 anos (art.70), escravos e crianças com doenças contagiosas e não vacinadas (art.69). Essa lei proibia, diretamente, que crianças escravizadas estudassem. Devido às condições históricas e materiais da época, proibia também, ainda que indiretamente, uma boa parte da população negra e indígena adulta livre de estudar, ao vetar a entrada de maiores de 15 anos nas escolas.

Desde o contexto pré-independência, o campo da política de criminalização brasileira se voltava para o controle de corpos indígenas, negros e das mulheres. No Império, foi instituído o Código Criminal de 1830 que previa crimes de conspiração, insurreição, rebelião e resistência no Título IV, referente aos “crimes contra a segurança interna do Império e pública tranquilidade” (Brasil, 1830). Tratava-se de mecanismos de controle diante do medo da Onda Negra advinda da Revolução Haitiana, que reconhecia cidadania plena para toda a população, principalmente a negra. O medo, presente sobretudo nas discussões da Constituinte de 1823, era que a população negra – que já era um dos grandes quantitativos populacionais do povo brasileiro – adquirisse cidadania e poder político, o que desestabilizaria, portanto, o poder até então exercido no país: exclusivamente por homens brancos (Queiroz, 2017).

No Código Penal de 1890 (Brasil, 1890), que foi implementado nos primeiros anos da República, criminalizava-se mendicância (art.391-395), vadiagem (art.399), capoeiragem (art.402), curandeirismo (art.156), espiritismo (art.157), entre outros. Tais artigos nada mais eram do que dispositivos legais para encarcerar, principalmente, pessoas negras e indígenas. No contexto da política de branqueamento, a justificativa era de que estes não faziam nada, por não estarem trabalhando (mendigos), ou utilizavam seus conhecimentos medicinais para tratar sua comunidade (curandeirismo).

Por fim, sobre o acesso à propriedade da terra, com a Lei nº601/1850 (Brasil, 1850), houve a interdição do acesso à terra para a população negra e indígena, alterando-se para o sistema de aquisição onerosa das terras devolutas, com a restrição para forma de compra, especialmente voltada à colonização desses territórios por imigrantes brancos. Cria-se, assim, um estímulo no modelo de política pública para atrair, junto à agenda migratória, uma mão de obra livre e branca.

Analfabetismo, encarceramento em massa da população negra e indígena e comprovação de domicílio eleitoral para pessoas em situação de rua e povos tradicionais em disputas de demarcação de terra: estes são, desde o período colonial até os dias atuais, os maiores obstáculos que grupos vulnerabilizados – principalmente a parcela de mulheres destes grupos – enfrentam para terem acesso a uma cidadania plena, ao direito básico de votar. E estes são fatores que a justiça eleitoral, só em 2021, começou a diagnosticar de forma interseccional.



A República

Com a Proclamação da República e a instituição da República Velha (1889-1930), a partir da Constituição de 1891 (Brasil, 1891) inaugurou-se o sistema presidencialista e o sufrágio universal (masculino), pois foram retirados os critérios econômicos, tanto para eleitores quanto para candidatos. Segundo a nova Constituição, eram considerados brasileiros aqueles nativos e naturalizados no país.

Apesar do sufrágio, ainda eram proibidos de votar os menores de 21 anos, as mulheres, os mendigos¹ (em sua maioria não-brancos, lembrando das condições dos negros e indígenas após a abolição da escravatura e da política de imigração de europeus brancos), os analfabetos (não-brancos em sua maioria), os soldados rasos e integrantes do clero (art.70). Para ser candidato, havia regras de idade para cada cargo definidas pelo Regulamento Alvim (Decreto nº511, de 23 de junho de 1890). Contudo, o mais importante é que a Constituição de 1891 previa, em seu art.26, que quem não tinha o direito ao voto não poderia se candidatar. Também se destaca que os direitos políticos foram suspensos por incapacidade física² (impeditivo para muitas pessoas com deficiência), moral e por condenação criminal, conforme o art.71 (Brasil, 2014).

Com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, há, além da ausência de indenizações e de políticas públicas para a inserção dos negros e dos indígenas na sociedade, um processo de criminalização e implementação da política de branqueamento do país a partir da lógica do racismo científico, que, à época, defendia a teoria do branqueamento e o darwinismo social. Esta política tinha como objetivo reduzir a presença de negros no país, seja por inserção de imigrante brancos, com incentivos a miscigenação visando ao branqueamento da família; seja por encarceramento, extermínio e negação de acesso à saúde.

Retomando a agenda educacional, a Constituição de 1934 (Brasil, 1934) foi a primeira a garantir um ensino primário e gratuito em todo o território nacional (art.150), mas também determinou que a União, estados e municípios deveriam estimular a educação eugênica (art.138), que afastava a população negra e indígena do ambiente escolar, por ser uma teoria que promovia a supremacia branca.

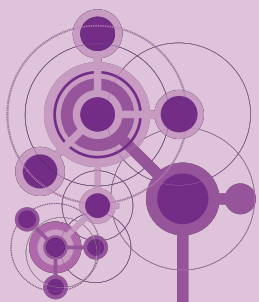
De todos os grupos minorizados, as mulheres foram o primeiro a ganhar atenção do Estado para a problemática de sua exclusão política e o primeiro a conquistar o direito ao voto e a ações afirmativas. Isso ocorre porque as mulheres brancas faziam parte do conjunto *mulheres* e, ao contrário de outras minorias, as brancas tinham acesso à educação e à ascensão social, dois capitais políticos fundamentais para a mobilização de direitos.

Em 1910, Leolinda Daltro, uma professora branca baiana e indigenista criou o Partido Republicano Feminino, que tinha, dentre seus objetivos, a extinção de “toda e qualquer exploração relativa ao sexo” no Brasil (Brasil, 202-). Em 1917, sob a influência dos imigrantes brancos europeus, começam as discussões acerca da regularização do trabalho feminino – em sua maioria branca – nas fábricas. As mulheres são, então, aceitas no serviço público, o que é um fator importante, pois os primeiros votos femininos permitidos eram somente para as funcionárias públicas, em sua maioria mulheres brancas, devido ao acesso à educação limitado das outras mulheres.

Em 1922, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que tinha como principais objetivos o direito ao voto feminino e o livre acesso das mulheres ao campo de trabalho. Em 1927, no Rio Grande do Norte, foi instituída a Lei nº660 (Rio Grande do Norte, 1927), que garantia a todos os cidadãos do estado, sem distinção de sexo, o direito de votar e de ser

¹ A nomenclatura atual mais adequada é “pessoas em situação de rua”, mas manteremos “mendigo”, devido a este ser o termo utilizado nas normas apresentadas.

² A nomenclatura atual mais adequada é “pessoas com deficiência”, mas manteremos o termo “incapacidade física”, devido a este ser o termo utilizado nas normas apresentadas.



votado, permitindo, assim, as primeiras eleitoras e candidatas do Brasil. Vinte³ mulheres tiraram o título de eleitoras e 15 delas votaram pela primeira vez nas eleições de 1928. Seus votos, entretanto, foram rejeitados pela Comissão de Poderes do Senado. Apesar desse resultado, no mesmo ano, o município de Lages, no Rio Grande do Sul, elegeu a primeira prefeita mulher branca do Brasil e da América Latina: Luíza Alzira Soriano Teixeira.

É importante registrarmos que as primeiras mulheres eleitoras do Brasil são do Norte e Nordeste – o que é uma contradição frente à invisibilidade dada, atualmente, às ações e às políticas dessas regiões. O voto feminino em todo o Brasil, por sua vez, só viria na Era Vargas (1930-1937), com a elaboração do Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934, que estipularam o voto feminino facultativo. Contudo, as mulheres puderam votar, de fato, apenas em 1946. Nesta época também foi criada a Justiça Eleitoral (Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932); a definição do voto secreto; a representação proporcional; a regulação em todo país das eleições federais, estaduais e municipais; e a exigência de que partidos e candidatos fossem registrados antes do dia das eleições – candidaturas sem partido ainda eram permitidas.

Com isto, a idade mínima para votar foi reduzida para 18 anos, mas os analfabetos, mendigos e praças continuavam proibidos de votar e, conseqüentemente, de serem eleitos (Brasil, 2014). Novamente, os direitos políticos eram suspensos por incapacidade física (pessoas com deficiência) e/ou por condenação criminal (art.108 e 110).

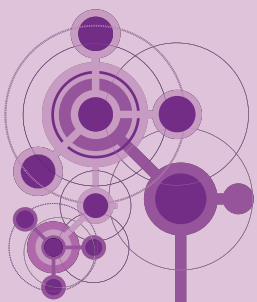
No Estado Novo (1937-1945), Vargas extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes – incluindo o único partido negro que já houve na história do Brasil e que, desde daquela época, defendia o direito das empregadas domésticas, a Frente Negra Brasileira –, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleições indiretas para presidente da República, com mandato de seis anos.

Em 1945, a Justiça Eleitoral é reinstalada no Brasil a partir do Código Eleitoral (Brasil, 1945). Este regulamentou em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições – as majoritárias, referentes à Presidência da República, ao Senado e à Prefeitura Municipal, além das proporcionais para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras.

Sua principal inovação foi a obrigatoriedade de os candidatos estarem vinculados a partidos políticos (Brasil, 2014), ou seja, trouxe o fim das candidaturas avulsas. Ademais, os partidos deveriam ter caráter nacional. Os critérios para o direito ao voto e à elegibilidade permaneceram os mesmos do código eleitoral anterior, sendo obrigatório para os homens e mulheres que exerciam função pública remunerada e proibido para menores de 18 anos, analfabetos e pessoas que não falavam a língua nacional (a maioria indígenas). Os direitos políticos continuavam suspensos por incapacidade física (pessoas com deficiência) e por condenação criminal.

No Regime Militar (1964-1985), foi estabelecido o bipartidarismo no Brasil, com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que representava uma tímida e controlada oposição à ditadura militar, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo. Os critérios de voto e elegibilidade da Constituição de 1946 foram mantidos durante todo o regime. Foi instituído o Código Eleitoral de 1965 (Brasil, 1965b), que está em vigor até hoje. Este inovou com a obrigatoriedade do voto de todas as mulheres. Houve aumento também na rigidez para quem não votasse: seriam vetadas as inscrições em concursos públicos, além de retirados os salários dos funcionários públicos já nomeados. A pessoa que não votasse também seria impedida de obter empréstimos bancários, renovar matrícula em estabelecimentos de ensino e obter passaporte ou carteira de identidade (Azevedo, 2018).

3 Primeiras eleitoras brasileiras: Celina Guimarães Vianna, Júlia Alves Barbosa, Beatriz Leite Moraes, Eliza da Rocha Gurgel, Martha de Medeiros, Maria Salomé Diógenes Pinto, Hilcla Lopes de Oliveira, Concita Câmara, Belém Câmara, Áurea Magalhães, Maria José, Luíza de Oliveira, Maria Leopoldina, Carolina Wanderley, Ermelinda Teixeira de Mello, Joana Cacilda Bessa, Francisca Dantas, Clotilde Correia Ramalho, Carolina Fernandes de Negreiros, Maria de Lourdes Lamartine (Brasil, 202-).



O Ato Institucional nº1 (AI-1) (Brasil, 1964), que perdurou de 1964 a 1966, indicou alterações à Constituição de 1946, estabelecendo eleição direta para o Legislativo e indireta para presidente da República, a ser realizada pelo Congresso Nacional. O AI-1 também permitiu cassar mandatos em qualquer nível e suspender direitos políticos pelo prazo de 10 anos. O Ato Institucional nº2 (AI-2) (Brasil, 1965a), vigente de 1965 a 1967, instituiu a eleição indireta para presidente e vice-presidente da República em votação nominal. Também extinguiu os partidos políticos existentes e cancelou os respectivos registros para a organização de novos partidos. Ampliou, ainda, o período de decretação de estado de sítio (de 30 para 180 dias), a partir do qual o Poder Executivo ficou responsável por legislar sobre todas as matérias previstas na Constituição.

O Ato Institucional nº3 (AI-3) (Brasil, 1966), de 1966, estabeleceu que os governadores fossem eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas estaduais e que nomeassem os prefeitos das capitais. O Ato Institucional nº5 (AI-5) (Brasil, 1968), de 1968, instituiu, dentre outras coisas, que o presidente da República pudesse decretar o recesso parlamentar, só voltando a funcionar quando convocado pelo próprio presidente (Brasil, 2014).

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Brasil, 1965c) foi criada em 1965 e estabeleceu diversas normas. Destaca-se a limitação na participação nos quadros dos partidos aos brasileiros que estivessem no exercício de seus direitos políticos. Nas tentativas de abertura do regime, em 1979, a Lei nº6.767 (Brasil, 1979) permitiu o surgimento de novos partidos e determinou que deveriam incluir a palavra “partido” em suas denominações. Ficou estabelecido também que a designação de partido não poderia ser utilizada com base em crenças religiosas e/ou sentimentos de raça ou classe.

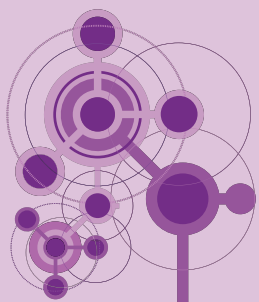
Enquanto ocorria o Regime Militar no Brasil, eclodiu no mundo a discussão sobre os direitos de minorias políticas. Para as mulheres, tivemos três Conferências Mundiais sobre Mulheres (1975, 1980, 1985). Para a população negra, foram os Movimentos dos Direitos Civis nos Estados Unidos (1954-1968) e contra o regime do Apartheid da África do Sul (1948-1994) responsáveis por apontar a discriminação racial. Lideranças do movimento negro brasileiro exiladas entraram em contato com os líderes dessas discussões, assim como participaram da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).

É a partir desta conjuntura que temos a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, por ampliar os direitos sociais e políticos. Fica estipulado nesta o sufrágio universal e direto, além do voto obrigatório e secreto. Sua grande inovação foi a permissão do voto facultativo para os analfabetos e para brasileiros a partir dos 16 anos (obrigatório a partir dos 18) e acima dos 70 anos. Ficaram proibidos de se alistar como eleitores, porém, os estrangeiros e, durante o período de serviço militar obrigatório, os conscritos.

Apesar dessas inovações, o Código Eleitoral em vigor é ainda o de 1965, que estipula que não têm direito ao voto aqueles que não saibam exprimir-se na língua nacional – critério excludente, por exemplo, para os povos indígenas que são alfabetizados em línguas originárias e que, segundo o Censo de 2010, constituem um grupo de cerca de 158mil pessoas (Censo..., 2012) – e os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos (art.4º). Ademais, o direito ao voto se tornou facultativo para os inválidos⁴ e para os brasileiros que se encontram fora do país (art.6º).

Em relação à elegibilidade – direito de se candidatar –, a Constituição de 1988 estipula, no art.14, as seguintes condições: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; e a idade mínima de 35anos para presidente, vice-presidente da República e senador; 30anos para

⁴ A nomenclatura atual mais adequada é “pessoas com deficiência”, mas manteremos o termo “inválidos”, devido a este ser o termo utilizado nas normas apresentadas.



governador, vice-governador de estado e do Distrito Federal; 21, para deputado federal, deputado estadual ou distrital, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz; e 18 anos para vereador. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Soma-se a essas normas a Lei da Ficha Limpa (Brasil, 2010) que estipula a inelegibilidade para: os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência a determinadas normas da Constituição; o governador e o vice-governador de estados e do Distrito Federal e o prefeito e o vice-prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do município; além de outros cargos e normas.

Entretanto, destacamos aqui a inelegibilidade – perda do direito a se candidatar – dos que forem condenados, em decisão transitada em julgado pelos seguintes crimes: contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas e afins; de racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução de alguém à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; e praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Um olhar interseccional para as proibições da Ficha Limpa e o histórico de encarceramento de grupos vulnerabilizados, principalmente a população negra, indígena e quilombola, é de extrema importância, pois cria obstáculos para o recrutamento dos partidos para estes grupos. Indígenas e quilombolas, devido aos conflitos de demarcação de terra e o controle do judiciário local exatamente por aqueles que querem suas terras, são imputados em crimes contra o patrimônio público, privado etc. Ativistas de direitos humanos estão sendo criminalizados como terroristas. E, estruturalmente, a seletividade penal para os casos de tráfico de drogas é totalmente racista. De todos esses grupos, são lideranças femininas os nomes de maior destaque, conseqüentemente, de maiores perseguições e restrições de participação política.

Medidas de inclusão política de grupos minorizados

Em 1997, o Brasil adotou as cotas de candidaturas por gênero, prevendo que cada partido deveria reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo para os cargos proporcionais. A passagem “deverá reservar” gerou controvérsia sobre a obrigatoriedade ou não de preencherem a cota, questão que só foi resolvida em 2009, com a substituição da expressão “deverá reservar” por “preencherá”.

Em 2009, foi estipulado que pelo menos 5% do Fundo Partidário⁵ deveria ser destinado à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Em 2015, criou-se um teto controverso de 15% para o financiamento de candidaturas femininas, posteriormente alterado para “pelo menos” 30%. Em 2017, foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)⁶, que passou a configurar uma das principais fontes de recursos utilizadas nas campanhas eleitorais. Em 2018, deputadas e senadoras conquistaram, por meio de consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o direito de exigirem

5 Trata-se de um fundo financeiro destinado aos partidos políticos, criado em 1965 e regulamentado pela Lei nº9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos). São dotações orçamentárias da União, multas, penalidades, doações e outros recursos financeiros que são repassados mensalmente aos partidos políticos para manutenção e gastos cotidianos.

6 O FEFC, conhecido como Fundo Eleitoral, “é voltado exclusivamente ao financiamento de campanhas eleitorais e é distribuído somente no ano da eleição”, de acordo com o TSE. Sua adoção surge após o STF determinar, em 2015, o fim do financiamento privado de campanhas por parte de pessoas jurídicas (PJs) – algo que contribuía para a desigualdade entre candidaturas políticas, principalmente candidaturas femininas e negras devido à desigualdade racial e de gênero nos salários. Mais informações sobre o Fundo Eleitoral disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-fefc>



dos partidos políticos que destinassem às suas respectivas candidatas pelo menos 30% dos recursos do FEFC, assim como ao menos 30% do tempo destinado à propaganda eleitoral.

Em 2018, também como parte das demandas reivindicadas por parlamentares mulheres, o TSE criou a Comissão Gestora de Políticas de Gênero, denominada TSE Mulheres, para planejar e acompanhar as ações relacionadas ao incentivo à participação feminina na política e na Justiça Eleitoral. Vale destacar que sua aprovação ocorreu quando o TSE era presidido por uma mulher, a ministra Rosa Weber (Supremo Tribunal Federal – STF). Apesar desses avanços, as cotas de candidaturas por gênero enfrentaram e enfrentam muitos problemas que ainda precisam ser resolvidos, como as candidaturas laranja e o monopólio das candidaturas brancas sobre os recursos dos partidos destinados às mulheres.

Em 2020, a deputada federal Benedita da Silva, juntamente com coletivos negros como a Educafro e Coalizão Negra por Direitos, fez uma consulta semelhante realizada pelas mulheres ao TSE, mas, dessa vez, questionando a desigualdade racial na distribuição do financiamento público. O TSE estipulou que os partidos deveriam distribuir, proporcionalmente, os recursos do FEFC e o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão entre brancos e não-brancos.

A partir desta mudança, durante o período eleitoral, houve alterações nas autodeclarações raciais dos candidatos e nenhuma fiscalização. Como resultado, as eleições de 2020 foram as que tiveram, teoricamente, mais negros candidatos e sendo eleitos, ainda que abaixo da representatividade proporcional racial da população.

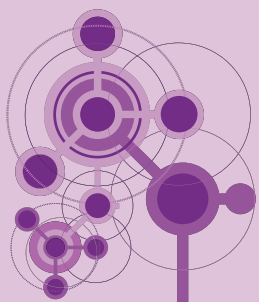
Em 2021, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº28/2021, que determinou que a votação em mulheres e pessoas negras será contada em dobro para efeito da distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral nas eleições de 2022 a 2030 (Brasil, 2021).

Em 2022, por seu turno, o TSE criou a Comissão de Promoção de Igualdade Racial com o objetivo de elaborar estudos e projetos para ampliar a participação da população negra no processo eleitoral.

Por fim, para a comunidade LGBTQIA+, mais especificamente a comunidade trans, também houve mudanças importantes em termos de reconhecimento e visibilidade política. Nas eleições de 2014, a candidata Renata Tenório, que concorria a uma vaga de deputada estadual no Rio de Janeiro, deu início ao uso do nome social para o registro de sua candidatura, aceita pelo Tribunal Regional Eleitoral de sua cidade (TRE-RJ) dentro da cota. Em 2018, o TSE institucionalizou o uso do nome social, sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual, para as candidaturas de todos os cargos, reconhecendo a aplicabilidade das cotas de candidaturas por gênero também para pessoas trans e o alistamento eleitoral de pessoas trans e travestis com o nome social, o que possibilitou o início do registro estatístico do eleitorado e das candidaturas trans no Brasil.

CAPITAIS POLÍTICOS E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Para Bourdieu o conceito de “capital” é fundamental em suas obras, mas a ideia de capital vai além do sentido econômico normalmente trabalhado (Ortiz, 1983). O capital simbólico, conceito cunhado pelo autor, é uma espécie de crédito reconhecido universalmente pela sociedade. O capital político é um tipo de capital simbólico. Trata-se do reconhecimento pelos membros do campo político da legitimidade de um indivíduo para agir na política, devido a um conjunto de competências determinadas pelo campo. O capital político possui várias fontes, dentre as quais se destacam três: “capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política)” (Miguel, 2003, p.121).



Assim como o capital no sentido econômico, o capital político também é desigual e sua distribuição segue uma hierarquia: os eleitores, que escolhem entre as alternativas permitidas pelos partidos, estão na base da pirâmide; no topo, estão os líderes políticos responsáveis por determinar as regras do jogo, os critérios de recrutamento e as alternativas para o eleitorado.

Ao revermos o histórico político e social do direito ao voto e de se candidatar, podemos identificar quais capitais políticos foram ou não disponibilizados para as mulheres em suas pluralidades de identidades sociais.

No período Colonial e Imperial, a grande parte da população negra e indígena não tinha acesso aos capitais políticos – sociais, culturais e econômicos – por serem escravizados e não terem renda e/ou moral. Já as mulheres brancas até tinham acesso aos capitais políticos, mas de maneira subordinada ao patriarcalismo, o que dificultava a aplicação desse capital em forma de direito político.

No período da Primeira República, os obstáculos permaneceram, mas ocultos pela falta de acesso da grande parte da população negra e indígena à educação (capital cultural), a terras e a empregos formais (capital econômico), além da criminalização dos espaços de socialização negra – como as religiões afro-brasileiras e quilombos (capital social). Destaca-se que não se tratava apenas de não acessar um capital social por parte de negros e indígenas, mas, sim, que havia uma criminalização dos capitais sociais desses grupos. Por fim, as mulheres brancas tiveram um acesso maior, em relação ao período anterior, aos capitais culturais (educação), econômicos (serviço público) e sociais.

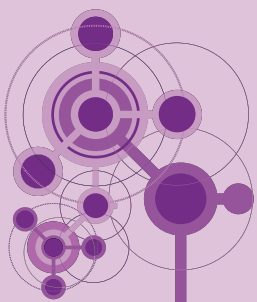
Na literatura de representação política (Miguel; Marques; Machado, 2015), já foi identificado que as mulheres (brancas) na política brasileira acessam os espaços de poder político devido principalmente ao capital político familiar.

O chamado “capital familiar” – a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política – incide sobre ambos os fatores. Em todas as atividades profissionais há um grau de recrutamento endógeno, e com a carreira política não é diferente. A presença de pessoas do círculo íntimo exercendo aquela profissão gera a familiaridade e o interesse que estimulam uma opção similar. Por outro lado, trata-se de um “capital” exatamente porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante e, em especial, uma rede de contatos com outros operadores políticos, de cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas, que podem favorecer sua própria carreira. (Miguel; Marques; Machado, 2015, p.271-272)

Com essa maior articulação de capitais políticos, as mulheres foram as primeiras dos grupos minorizados a conquistar o direito de voto e, posteriormente, a criação de cotas nas listas de candidaturas dos partidos.

Estes capitais políticos são capitais básicos dentro do campo político. Sem estes para pelo menos entrar no campo político como eleitores, boa parte desta população de grupos minorizados não possuía nem poder de barganha com os representantes políticos da época, ficando à margem (senão excluídos) das leis e das políticas públicas.

A industrialização, a urbanização e o direito ao voto dos analfabetos irão permitir um maior acesso dos grupos vulnerabilizados aos capitais políticos, pelo menos para uma barganha com os representantes políticos. Mas são as ações afirmativas que geram o maior capital político para estes grupos. Diretamente, as cotas de 30% para mulheres nas listas de candidaturas fortalecem as mulheres brancas em seus capitais sociais; e, indiretamente, as cotas nas universidades e concursos públicos para negros, indígenas, pobres e pessoas com deficiência irá mobilizar os capitais culturais e econômicos destes grupos, além de abrirem um novo espaço de interação social que possibilita a troca de capitais sociais.



Em 2022, temos mulheres e negros conquistando uma norma que determina peso² no voto em mulheres e negros para o acesso aos financiamentos políticos. Esta é uma conquista de suma importância para o incentivo aos partidos políticos no recrutamento desses grupos minorizados e constitui um tipo de ação afirmativa reparativa pelo atraso estrutural e institucional do acesso desses grupos aos capitais políticos.

Para completar a compreensão dos obstáculos existentes que explicam a sub-representação de mulheres plurais na política, resta falar sobre comportamento eleitoral.

Existem três principais teorias que tratam sobre o comportamento eleitoral: 1) a abordagem sociológica, que defende que o eleitor é influenciado por fatores histórico-estruturais e pelos grupos sociais a que pertence; 2) a abordagem psicossociológica, que pode ser considerada um ramo micro da abordagem sociológica, além dos fatores macro de influência de fatores histórico-estruturais (nesta perspectiva, o eleitor leva em consideração crenças individuais como ideologia política e identificação partidária ou com uma candidatura específica); e 3) a abordagem racional, que defende que o eleitor faz um cálculo de custo-benefício para a escolha do voto (Castro, 1992).

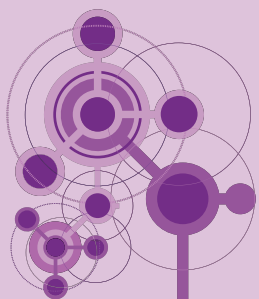
As três abordagens não são excludentes – na verdade, elas se interconectam. Mas é necessário compreender a importância do acesso à informação para se fazerem estas escolhas, levando em consideração as abordagens sociológicas, psicossociológicas e/ou racionais. É difícil para o eleitor ter acesso a informações completas e verídicas para fazer sua escolha; por isso, utiliza atalhos cognitivos que podem incluir desde levar em consideração o posicionamento político de grandes lideranças, influenciadores, organizações não governamentais (ONGs) e grandes jornais, até se basear em estereótipos sociais.

É nos estereótipos misóginos e racistas que as candidatas mulheres perdem tanto apoio político do partido quanto votos dos eleitores. Sabemos que o machismo e o racismo estão estruturados na nossa sociedade há séculos; fomos ensinados na escola, através de literatura, filmes, novelas e até mesmo manchetes de jornal que há um papel na sociedade para mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+... O imaginário construído do que é um perfil de líder é o perfil do homem branco. Mesmo as mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ tendo as mesmas capacidades ou as mesmas propostas que um candidato homem branco, os estereótipos aparecem como prejudiciais para estes grupos minorizados. Nas eleições de 2022, o TSE se comprometeu a fazer propagandas de incentivo e de valorização de candidaturas de mulheres, negros e indígenas, numa tentativa de amenizar e conscientizar sobre os preconceitos historicamente institucionalizados no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostramos neste artigo como as normas eleitorais ao longo da história brasileira excluíram direta e indiretamente grupos vulnerabilizados do direito ao voto. Essa supressão gerou uma estrutura que criou obstáculos existentes até hoje e que explicam a sub-representação de mulheres, principalmente negras e indígenas, nos espaços de poder. Muitas vezes, essa proibição do voto não estava explícita, mas indireta através do não acesso à educação e a uma ascensão social econômica, dois fatores que são essenciais para os capitais políticos.

Mostramos também como os capitais políticos foram articulados ou impedidos de serem articulados por grupos diferentes de mulheres e como isso influenciou o poder de barganha do eleitorado desses grupos com os representantes políticos. Isto gerou um círculo vicioso onde esses grupos minorizados não conseguiam ter políticas públicas que lhe dessem acesso aos capitais políticos básicos e, portanto, não conseguiam ser representantes políticos. É com o advento das cotas – para as mulheres nas listas de candidaturas e para negros, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades – que esse ciclo



começa a ser quebrado e esses grupos conseguem ter um acesso maior aos capitais políticos, de forma a poderem fazer cobranças no campo político para a diminuição das desigualdades de raça e gênero existentes no meio.

Por fim, tratamos da influência dos estereótipos racistas e misóginos que dificultam o recrutamento partidário de mulheres, negros, indígenas e LGBTQA+, assim como dificultam a escolha de voto nestes pelo eleitor.

É preciso destrinchar todo esse processo de participação e representação política das mulheres em suas pluralidades e diversidades para compreender a sub-representação feminina na política. A partir da identificação dos obstáculos podemos pensar em mudanças institucionais, estruturais e, principalmente, normativas, visando fortalecer os incentivos à participação feminina na política e compor formações políticas femininas de maior qualidade, levando em consideração os estereótipos da sociedade e preparando as mulheres que querem ocupar cargos de poder para os obstáculos que irão enfrentar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AZEVEDO, Alvina Gonçalves. *A história do direito ao voto no Brasil*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

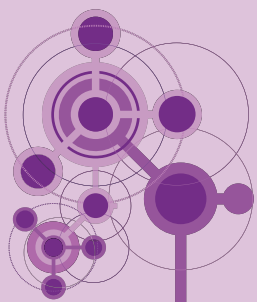
BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n.5, p.193-216, 2011. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BRASIL. Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 out. 1965a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº3, de 5 de fevereiro de 1966. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.



BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, p.523, 24 fev. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1934)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

BRASIL. Decreto nº847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. *In: BRASIL. Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p.2664. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20847%2C%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%201890.&text=Promulga%20o%20Codigo%20Penal.&text=Art.,que%20n%C3%A3o%20estejam%20previamente%20estabelecidas. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. *Decreto nº1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854*. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

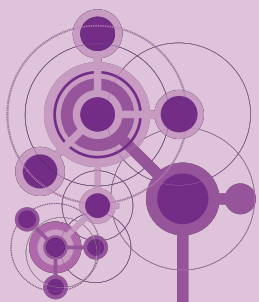
BRASIL. *Decreto nº3.029, de 9 de janeiro de 1881*. Reforma a Legislação eleitoral. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, 1881. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/lei-saraiva>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art.4º da Lei Constitucional nº9, de 28 de fevereiro de 1945. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 maio 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7586.htm. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº111, de 28 de setembro de 2021. Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 set. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc111.htm. Acesso em: 9 jan. 2022.

BRASIL. Lei complementar nº135, de 4 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o §9º do art.14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras



providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jun. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 3 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *In*: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1850. v.1, p.307. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 1965b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 1965c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4740.htm#:~:text=LEI%20No%204.740%2C%20DE%2015%20DE%20JULHO%20DE%201965.&text=Lei%20Org%C3%A2nica%20dos%20Partidos%20Pol%C3%ADticos.&text=Art.,%C3%A0s%20prescri%C3%A7%C3%B5es%20da%20presente%20lei. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm#:~:text=L6767&text=Modifica%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,1977%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Título LXVII: Em que modo se fará a eleição dos Juizes, Vereadores, Almotaces e outros Oficiaes. *In*: BRASIL. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Cândido Mendes de Almeida, 1870b. (Livrol). Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p153.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Justiça Eleitoral. *TSE Mulheres*. Brasília, DF: Justiça Eleitoral, [202-]. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

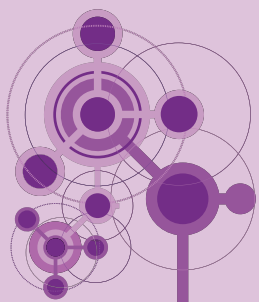
BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.20, p.7-19, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CENSO 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. 2012. *IBGE*, Rio de Janeiro, 10 ago. 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&view=noticia>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.20, p.115-134, 2003. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>.



MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a câmara dos deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v.58, n.3, p.721-747, 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/00115258201557>.

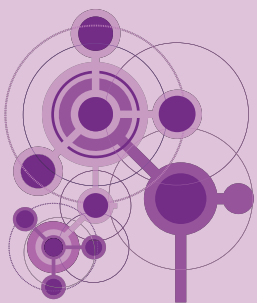
ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Estadual nº660, de 25 de outubro de 1927. In: BRASIL. *Livro de Leis e Decretos*. Natal: TRE-RN, 1927.

VELECI, Nailah Neves. *Cadê Oxum no espelho constitucional? Os obstáculos sócio-político-culturais para o combate às violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 24/01/2022.



Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática

Women, climate crisis, and COP27: the female protagonist role under the lens of the climate justice

Mujeres, crisis climática y COP27: el protagonismo femenino desde la perspectiva de la justicia climática



Maria Daniela de Araújo Vianna

- Pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), no grupo de estudos Saúde Planetária Brasil, com bolsa do Programa USPSusten.
- Doutora em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP (PROCAM/USP).
- Jornalista.
- Comunicadora climática.
- E-mail: daniela.vianna@usp.br



Resumo

A 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas pouco avançou nas metas para redução das emissões de gases de efeito estufa. Sob a lente da justiça climática, este artigo explora como as mulheres, embora tenham sua participação no debate climático global muito aquém da esperada, são as que mais sofrem com os efeitos climáticos. Aponta, também, como o protagonismo feminino pode contribuir com soluções, a partir da revisão de documentos oficiais e de entrevistas com brasileiras que defendem territórios, modos de vida e direitos intergeracionais.

PALAVRAS-CHAVE: MUDANÇAS CLIMÁTICAS • ONU • GÊNERO • JUSTIÇA CLIMÁTICA • ATIVISMO CLIMÁTICO.

Abstract

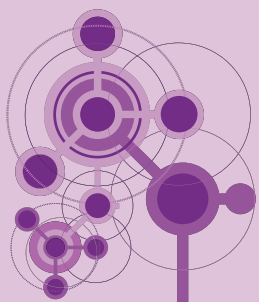
The 27th Climate Conference of the United Nations made little progress in the goals for the reduction of greenhouse gas emissions. Under the lens of climate justice, this article explores how the women, although their participation in the global climate debate is below expectations, are the most impacted with the effects of climate change and how female protagonist role can contribute to solutions, based on the review of official documents and interviewees with Brazilian women who defend territories, ways of life, and intergenerational rights.

KEYWORDS: CLIMATE CHANGE • UN • GENDER • CLIMATE JUSTICE • CLIMATE ACTIVISM.

Resumen

La 27.ª Conferencia del Clima de las Naciones Unidas avanzó poco en las metas de reducción de emisiones de gases de efecto invernadero. Basándose en la perspectiva de la justicia climática, este artículo explora cómo las mujeres, aunque su participación en el debate climático está lejos de lo esperado, son las que más sufren con los efectos climáticos y cómo el protagonismo femenino puede contribuir con soluciones mediante la revisión de documentos oficiales y de entrevistas con brasileñas que defienden territorios, modos de vida y derechos intergeneracionales.

PALABRAS CLAVE: CAMBIO CLIMÁTICO • ONU • GÊNERO • JUSTICIA CLIMÁTICA • ACTIVISMO CLIMÁTICO.



INTRODUÇÃO

Os eventos extremos, que aumentam em intensidade e frequência ano a ano em todos os continentes, não deixam dúvidas de que a crise climática já está em curso, acontecendo aqui, agora, no nosso quintal. O fenômeno vai atingir a todos, mas as populações mais vulneráveis – e que menos contribuíram para a crise climática global na qual estamos todos mergulhados – são e serão desproporcionalmente mais impactadas pelos efeitos dessa emergência que está em curso (IPCC, 2022a).

Não são necessárias lentes especiais para entender que, entre os mais vulneráveis, encontram-se, em sua maioria, mulheres, crianças e idosos. Fome, doenças, destruição decorrente de chuvas torrenciais, migrações em massa por falta de condições de vida e sobrevivência nos territórios, países inteiros correndo o risco de submergir devido ao aumento do nível do mar nas ilhas insulares do Pacífico, quebras de safra de grãos e prejuízos econômicos. Esses são apenas alguns dos efeitos colaterais – a lista é grande.

A mudança do clima é consequência da ação humana, principalmente pela queima de combustíveis fósseis praticada desde o início da revolução industrial, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022). Fomos a única espécie capaz de alterar o clima do planeta. Se somos parte do problema, temos de ser parte da solução.

“Todos nós seremos afetados pelas mudanças climáticas.” A frase, utilizada em algumas campanhas de sensibilização para o tema, omite que, dentro do pronome “nós”, alguns sofrerão muito mais os impactos desse processo do que outros: “a degradação ambiental e os impactos causados pelas mudanças climáticas não são democráticos. Eles têm cor, raça, gênero e classe social certa” (Iacovini; Vieira, 2020, p.2).

Qual o papel das mulheres frente à crise climática? Como está a representatividade de gênero nas esferas internacionais de tomada de decisão na ONU? Essas são algumas das perguntas que buscaremos responder neste artigo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mudanças climáticas

O *Sexto Relatório de Avaliação* do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change), considerado o estado da arte da ciência climática, é taxativo em dizer que a realidade, como conhecemos hoje, está severamente ameaçada (IPCC, 2022b) – isso se medidas urgentes não forem adotadas desde já para reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estabilizar o aumento da temperatura média do planeta em 1,5°C até o fim do século, na comparação com o período pré-industrial (1850). A recomendação do IPCC (2022b) é de que as emissões devem ter uma redução de 43% até 2030 para que a meta seja atingida. Entretanto, caminha-se na direção oposta. Em 169 anos, 240 gigatoneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂) foram emitidas na atmosfera (IPCC, 2022b). De acordo com a ONU, as emissões globais devem aumentar em 10,6% até o final desta década caso os países que ratificaram o Acordo de Paris não ampliem os compromissos de redução das emissões assumidos (UNFCCC, 2022c). Thomas (2022) aponta que “as propostas apresentadas pelos governos para reduzir as emissões até o momento são insuficientes para evitar um aquecimento global ‘catastrófico’”.



Estudos de atribuição elaborados com base em metodologia desenvolvida por pesquisadores do Imperial College of London – correlacionando eventos extremos às mudanças climáticas – demonstram que as chuvas torrenciais que atingiram o estado de Pernambuco entre os dias 27 e 28 de maio de 2022, deixando um rastro de destruição e mortes, com 133 vidas perdidas e 25 mil pessoas desalojadas, foram 20% mais intensas do que seriam se não houvesse o aumento da temperatura média do planeta (Climate change..., 2022b). Outras pesquisas da World Weather Attribution mostram a mesma correlação de causa e efeito em eventos extremos. Uma refere-se à esturricante onda de calor na América do Norte, em junho de 2021, quando os termômetros registraram recorde de 49,6°C no vilarejo de Lytton, no Canadá (Western..., 2021). Outra indica que as mudanças climáticas tornaram 80 vezes mais prováveis as fortes chuvas que mataram mais de 800 pessoas na Nigéria, Níger, Chade e países vizinhos, na África Ocidental, entre junho e outubro de 2022 (Climate change..., 2022a).

Agenda climática internacional

O secretário-geral da ONU, António Guterres, ao avaliar a crise da covid-19, declarou o seu descontentamento com os caminhos da diplomacia internacional:

O covid-19 foi comparado a um raio-x, revelando fraturas no frágil esqueleto das sociedades que construímos. Está expondo falácias falsidades em todos os lugares: a mentira de que o livre mercado pode oferecer assistência médica para todos; a ficção de que o trabalho de cuidado não-remunerado não é trabalho; a ilusão de que vivemos em um mundo pós-racista; o mito de que estamos todos no mesmo barco. Enquanto estamos todos flutuando no mesmo mar, é claro que alguns estão em super iates, enquanto outros se agarram aos destroços à deriva. (Behar, 2021)

Ele possui discurso semelhante ao referir-se à crise climática e cobra urgência, ética e compromisso dos países-membro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change) na adoção de medidas para reduzir as emissões de GEE.

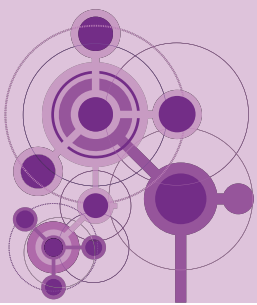
A UNFCCC tem DNA brasileiro. Ela é fruto de um tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecido como Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A constituição da convenção foi aprovada por unanimidade por representantes dos mais de 190 países que participaram daquele encontro multilateral em solo brasileiro.

As Conferências das Partes, ou COPs, como são conhecidas, ocorrem no âmbito da UNFCCC, e são realizadas para avançar na agenda climática global. Desde a COP1, realizada em 1995 em Berlim, na Alemanha, até 2022, já foram realizados 27 encontros de líderes dos países-membro. O mais recente foi a COP27, ocorrida entre os dias 6 e 20 de novembro de 2022 em Sharm El-Sheikh, no Egito.

As decisões diplomáticas são norteadas por relatórios científicos produzidos por pesquisadores ligados ao IPCC. Os cientistas fazem ciclos de avaliação, a partir de revisão bibliográfica de dezenas de milhares de artigos relacionados à ciência climática, estabelecem cenários e fazem sugestões aos tomadores de decisão. O ciclo mais recente de publicações (*Sixth Assessment Report* – AR6) é composto por relatórios produzidos por 743 pesquisadores distribuídos em três grupos de trabalho (IPCC, 2022b).

Baixa representação feminina

As tomadas de decisão da UNFCCC – e da ONU, em geral – são feitas, prioritariamente, por homens brancos. Embora sejam as mais afetadas pela crise climática, as mulheres ainda estão sub-representadas nas delegações dos países e nas esferas decisórias sobre os rumos da política climática global. O *Relatório de composição de gênero* apresentado na COP27



indica que, na COP26, realizada em Glasgow, em 2021, as mulheres representaram apenas 37% das delegações dos países. Considerando-se o tempo de fala nos eventos oficiais, elas tiveram apenas 29% do tempo total (UNFCCC, 2022b).

O próprio IPCC criou uma política de gênero e um plano de implementação com os objetivos de ampliar a igualdade de gênero nos processos do painel, criar um ambiente inclusivo de gênero e promover treinamento e orientação sobre o tema (IPCC, 2020).

Nos países em desenvolvimento, a desigualdade de gênero é ainda maior. A pesquisa *Perfil das prefeitas no Brasil* apontou que, embora as mulheres representem 51% da população, governavam apenas 12% das prefeituras entre 2017 e 2020. As mulheres negras, que perfazem 27% da população, estavam em apenas 3% das prefeituras (Instituto Alziras, 2018). Considerando-se que os agravos da crise climática afetam os territórios no nível local (Santana Filho; Ferreira; Goes, 2022), percebe-se que a maioria das mulheres está alijada de processos de tomada de decisão sobre medidas de adaptação e mitigação climáticas na base, em seus respectivos territórios.

Gênero e clima: impactos desproporcionais

Embora estejam sub-representadas nas esferas de decisão, as mulheres estão na linha de frente e são as mais impactadas diante dos efeitos das mudanças climáticas, sobretudo as que se encontram em condições de maior vulnerabilidade e têm menos acesso a ferramentas e recursos para enfrentar tais mudanças (Olivera et al., 2021). Entre elas, estão as mulheres pobres – 70% de 1,3 bilhão de pessoas em situação de pobreza no mundo são mulheres –, negras, quilombolas, chefes de família, mulheres das periferias, agricultoras familiares e mulheres trans. Para mais detalhes, recomenda-se a observação do infográfico produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) Gênero e Clima, do Observatório do Clima (Gênero e Clima, 2021). Escassez hídrica, insegurança alimentar, agricultura, processos migratórios, maior incidência de doenças e eventos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor, são apenas alguns dos impactos climáticos que podem afetar significativa e desproporcionalmente a vida das mulheres (IPCC, 2022b; Olivera et al., 2021).

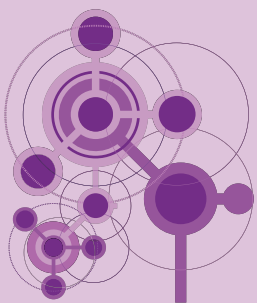
A questão de gênero e clima deve ser observada considerando-se as interseccionalidades (Kimberle Crenshaw..., 2017). Isso “possibilita a compreensão de como diferentes eixos de opressão se somam e se cruzam sobre os corpos das pessoas, especialmente das mulheres negras e indígenas, criando situações únicas de opressão e invisibilidade” (Louback, 2022).

O endereçamento desses desafios está intimamente imbricado à busca por justiça climática, uma abordagem que vincula direitos humanos e desenvolvimento para a

salvaguarda dos direitos das pessoas mais vulneráveis e partilha dos encargos e benefícios da mudança do clima e seus impactos equitativos e justos. Informada pela ciência, responde à ciência e reconhece a necessidade de administração equitativa dos recursos mundiais. (MRFCJ, 2011)

O conceito, ainda em construção, carece de novas perspectivas e experiências do Sul Global. Ele dialoga com as premissas da justiça ambiental (Bullard, 2000) e do racismo ambiental, definido como “qualquer política, prática ou diretiva que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor” (Louback, 2022, p.2).

Falar de justiça climática, então, nos provoca – e convoca – à impossibilidade de discutir uma perspectiva sobre futuro sem a participação periférica, dos homens e mulheres negras, da população quilombola, das comunidades tradicionais e de outros grupos marginalizados e ditos como “vulneráveis”. O paradoxo que vemos hoje é uma composição branca e homogênea



da comunidade climática, ensimesmada em seus debates diplomáticos com mesmos atores, porta-vozes, negociadores, lideranças e clubes excludentes que ousam falar de clima sem falar de desigualdades sociais e raciais. Ousam discutir a elevação da temperatura e tratados internacionais sem a participação de mulheres negras. Ousam à exaltação de temáticas enigmáticas, como “precificação de carbono” e “recuperação econômica verde”, sem ao menos refletir sobre privilégios. (Louback, 2020, p.2)

Protagonismo feminino e ativismo climático

Mesmo sendo minoria nos espaços formais de tomada de decisão, as mulheres estão “criando espaços de organização e resistência” (Olivera et al., 2021, p.8) nos movimentos de base e no ativismo ambiental e climático. O protagonismo feminino é crescente, inclusive, nas Conferências do Clima. “Existe uma relação indissociável entre essas mulheres e a terra, a sua ancestralidade, os saberes, e, nesse sentido, sempre se mostraram mais comprometidas com o cuidado desses bens ‘comuns’ e a sua defesa”, apontam Olivera et al. (2021, p.8). De acordo com o GT Gênero e Clima, “mesmo em situação de crise e escassez, as mulheres são protagonistas, lideram movimentos e promovem ações concretas que melhoram a qualidade de vida e protegem o clima” (Louback, 2022, p.2). O que falta, agora, é avançar na paridade de gênero frente às decisões urgentes que precisam ser adotadas em face à crise climática.

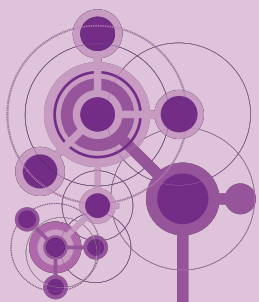
A socióloga e escritora Riane Eisler (CPS, 2021) defende que as mulheres têm papel fundamental para a mudança de um novo paradigma econômico que valorize o cuidado amplo: “temos de reconhecer que a destruição da natureza e o estupro de mulheres são do mesmo tecido dominador: parte de um sistema autoritário e explorador de hierarquias de cima para baixo”, afirma. “Precisamos de uma nova análise cultural e econômica que não mais ignore a maioria da humanidade: mulheres e crianças.” (Eisler apud CPS, 2021). No conceito de “economia do cuidado” (*caring economy*) proposto por Eisler, a sociedade baseada em dominação e violência deve mudar para um sistema de parcerias pautado em relações igualitárias e em uma visão de poder “com” e “para” (CPS, 2021).

METODOLOGIA

Partindo da premissa de que as mulheres estão sub-representadas nas esferas formais de tomada de decisões sobre a política climática global na UNFCCC, mas que têm um papel protagonista e majoritário no ativismo climático, este artigo teve por objetivo, primeiro, verificar como essa representatividade de gênero tem sido abordada pela UNFCCC ao longo dos anos e, segundo, verificar como as mulheres estão se articulando nesses espaços, bem como em seus territórios, para amplificar suas vozes e seu protagonismo no debate climático.

Para isso, foram cruzadas duas metodologias. A primeira envolveu a análise crítica de uma amostra de documentos oficiais da UNFCCC disponíveis em sua plataforma online, visando identificar como a questão de gênero e de sub-representação das mulheres vem sendo tratada pelo organismo internacional. Para isso, iniciou-se pelos documentos mais recentes, resultantes da Conferência do Clima da ONU realizada no Egito em 2022, e, a partir de menções a documentos de anos anteriores – uma praxe nas publicações oficiais da ONU –, investigaram-se posicionamentos diante do tema em conferências prévias. Ao todo, foram examinados 14 documentos, e a análise está disponível em “Resultados e discussão”.

Para verificar como mulheres ativistas de diferentes movimentos sociais percebem o papel de gênero frente à crise climática, adotou-se um segundo método que envolveu, primeiro, a realização de entrevistas semiestruturadas (Triviños, 1987) e, depois, para a análise do discurso, a visão crítica proposta por Patrick Charaudeau (2010).



Os critérios de escolha das entrevistadas foram: 1) ser mulher; 2) participar de um movimento de ativismo climático brasileiro; 3) ter participado presencialmente de pelo menos uma das duas conferências realizadas em 2021 (COP26) e 2022 (COP27). Optou-se pela busca ativa, a partir de contatos da própria pesquisadora com organizações da sociedade civil brasileira envolvidas com a pauta climática, de indicações de possíveis entrevistadas que representassem uma pluralidade no movimento ativista brasileiro.

Definiu-se, então, que seriam procuradas: a) uma ativista do movimento Famílias pelo Clima; b) uma representante da comunidade preta periférica (preferencialmente jovem); c) uma indígena; e d) uma quilombola. Ao todo, foram contactadas oito pessoas com o perfil descrito acima. Quatro aceitaram o convite, uma de cada movimento mencionado. As entrevistas foram agendadas por mensagens de WhatsApp e realizadas por telefone entre os dias 21 e 25 de novembro de 2022, na semana seguinte ao término da Conferência do Clima do Egito, em 20 de novembro. As identidades foram preservadas, optando-se por nominar as organizações que as entrevistadas representam. O resultado das análises está descrito a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Revisão de documentos da UNFCCC sobre gênero

A própria inclusão da palavra “mulheres” na Carta da ONU, resultante da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, em 1945, representou uma luta diplomática árdua. No contexto do período pós-II Guerra Mundial, houve muita resistência, por parte do corpo diplomático dos 51 países representados, em incorporá-las ao texto de constituição da própria ONU. Os diplomatas eram, em sua grande maioria, homens brancos. Mas a incorporação do termo “mulheres” no documento da Conferência de São Francisco, como ficou conhecida, foi bem-sucedida graças à articulação encabeçada por Bertha Lutz, uma ativista feminista, militante sufragista, bióloga, educadora e diplomata brasileira, filha do cientista Adolfo Lutz. Ela foi designada pelo então presidente Getúlio Vargas como integrante da delegação diplomática que representou o Brasil na conferência. Essa saga está reportada no livro *Bertha Lutz e a Carta da ONU* (Kalil; Fonseca, 2022).

Passados 77 anos da criação da ONU, as questões de gênero ainda não estão equacionadas neste organismo multilateral, o que se reflete também nos debates sobre as mudanças climáticas, principalmente a respeito da equidade de gênero entre os tomadores de decisões. Isso tem sido incorporado a passos lentos, conforme veremos a seguir.

A inclusão expressa das questões de desigualdade de gênero nas tomadas de decisões nos documentos oficiais da UNFCCC teve início na COP7 (documento *Decision 36/CP.7*), realizada em Marrakesh, no Marrocos, em 2001, ainda seguindo o Protocolo de Quioto (UNFCCC, 2001). Naquele ano, o documento de referência sobre a questão de gênero na UNFCCC estava relacionado ao conhecimento produzido durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Pequim, na China, em 1995, a partir da qual foi elaborada a Declaração de Beijing (UN Women, 1995). Na ocasião, foram debatidas as seguintes questões: o avanço e o empoderamento da mulher em relação aos direitos humanos; mulher e pobreza; mulher e tomada de decisões; a criança do sexo feminino; e violência contra a mulher.

O avanço foi moroso nos anos seguintes. O Plano de Ação de Bali, por exemplo, firmado na COP13, na Indonésia, em 2007, sequer mencionou as palavras “gênero” e “mulher” no texto final (documento *Decision 1/CP.13*), embora tenha tido alguns avanços significativos, como a inclusão, pela primeira vez, da questão de florestas no texto; o apontamento sobre a necessidade de estratégias de gestão e redução de riscos; e a Autora, favor inserir a página da citação direta para a construção das novas bases para um acordo climático global (UNFCCC, 2007).



No Acordo de Cancun (documento *Decision 1/CP.16*), resultado da COP16, em 2010, houve o reconhecimento de que a igualdade de gênero e “a participação efetiva das mulheres e dos povos indígenas são importantes para uma ação efetiva em todos os aspectos da mudança climática” (UNFCCC, 2011b, p.4). No texto, foi incluída uma recomendação aos países em desenvolvimento de considerar a questão de gênero nas estratégias nacionais ou nos respectivos planos de ação referentes à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, bem como no papel da conservação, do manejo sustentável das florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal. O texto também deixou explícito que, ao se considerarem as consequências econômicas e sociais das respostas às alterações climáticas, estas deveriam ser coordenadas com o desenvolvimento social e econômico e ter plenamente em conta as consequências aos grupos vulneráveis, “em particular mulheres e crianças” (UNFCCC, 2011b, p.15). A palavra “mulheres” esteve presente em duas partes do texto, e “gênero” foi citado cinco vezes no documento (UNFCCC, 2011b).

O documento *Decision 23/CP.18*, resultante da COP18, realizada em Doha, no Qatar, no final de 2012, “observou” que, apesar dos esforços empreendidos desde a COP do Marrocos, em 2001, as mulheres continuavam sub-representadas nos órgãos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto. Reconheceu-se a importância do equilíbrio entre a participação das mulheres dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nos espaços de tomada de decisões e a importância da paridade de gênero em posições de liderança. Houve, então, uma decisão de se aprimorar o documento da COP18 a partir da adoção de uma meta de equilíbrio de gênero na UNFCCC e no Protocolo de Quioto “a fim de melhorar a participação das mulheres e informar uma política de mudança climática mais efetiva que enderece as necessidades de mulheres e homens igualmente” (UNFCCC, 2012, p. 48).

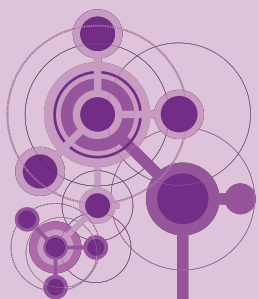
Novos ares da mudança

No contexto mais amplo, a política climática global patinava. O Protocolo de Quioto – tratado internacional que havia sido assinado pelas partes em dezembro de 1997, no Japão, na COP3, como primeira tentativa de comprometimento por parte dos países desenvolvidos para a redução das respectivas emissões de GEE – havia falhado, pois não foi ratificado pelos Estados Unidos, o maior emissor global de GEE (UNFCCC, 2011a). A decisão ocorreu porque outros grandes emissores, como a China e a Índia, estavam incluídos na categoria de “países em desenvolvimento” e, por isso, estavam desobrigados a reduzir suas emissões (O que é..., 2015). Ainda no contexto amplo, novos ventos começaram a soprar na COP20, realizada em Lima, no Peru, quando 195 países-membro da UNFCCC assinaram um documento intitulado *Chamado de Lima para a Ação Climática*. Ele ficou conhecido como o “rascunho zero” de um novo acordo global para a redução de emissões de GEE, e serviu de base para a aprovação, em 2015, do Acordo de Paris, ratificado na histórica COP21, na França.

Especificamente sobre gênero, a determinação da COP18, do estabelecimento da meta de balanço de participação de homens e mulheres, bem como o monitoramento da implementação da meta na UNFCCC, foi uma abertura de portas para que, finalmente, medidas mais concretas começassem a ser adotadas para ampliar a participação delas nas decisões sobre os rumos da política climática global (UNFCCC, 2012). Isso ocorreu a partir de 2014, também na conferência realizada no Peru: a decisão 18/CP.20 estabeleceu o primeiro programa de trabalho de Lima sobre gênero (LWPG – *Lima work programme on gender*), visando promover o equilíbrio e integrar considerações de gênero no trabalho das partes e do secretariado na implementação da Convenção e do Acordo de Paris, de modo a alcançar políticas e ações climáticas sensíveis ao tema (UNFCCC, 2015).

Os debates avançaram nas conferências seguintes. Na COP22, realizada em Marrakesh, no Marrocos, em 2016, foi definida a extensão, por mais três anos, do LWPG, com revisão marcada para a COP25, realizada em Madri, em 2019. Na Espanha, os países-membro ratificaram o Programa de Trabalho de Lima, aprimorado de cinco anos sobre gênero, e seu plano de ação de gênero, por meio da decisão 2/CP.25. O texto propôs ações em cinco áreas prioritárias de atuação (UNFCCC, 2020):

1. *Capacitação, gestão de conhecimento e comunicação*, visando melhorar a integração sistemática de considerações de gênero na política climática;



2. *Equilíbrio de gênero, participação e liderança feminina*, com o objetivo de alcançar e sustentar a participação plena, igualitária e significativa das mulheres nos processos da UNFCCC;
3. *Coerência*, para o fortalecimento da integração das considerações de gênero no trabalho da UNFCCC (em um aspecto amplo envolvendo não só o secretariado, mas também outros, como outras entidades e partes interessadas da ONU) e para implementação consistente de mandatos e atividades relacionados a gênero;
4. *Implementação gênero-responsiva e meios de implementação*, assegurando o respeito, promoção e consideração da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na implementação da Convenção e do Acordo de Paris;
5. *Monitoramento e relatórios*, visando melhorar o monitoramento das ações e a produção de relatórios sobre questões relacionadas a gênero do Programa de Trabalho de Lima e do Plano de Ações de Gênero.

Pós-Acordo de Paris

O Acordo de Paris representou um marco histórico na política climática global. Ele foi aprovado por 195 países-membro da UNFCCC durante a COP21, realizada na capital francesa no final de 2015, incluindo Estados Unidos e Brasil. Corrigindo o imbróglio que tinha sido responsável pela falha do Protocolo de Quioto, o acordo definiu que todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – deveriam se mobilizar em torno de uma ampla cooperação e se comprometer, por meio de Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (NDCs – *Nationally Determined Contributions*), com suas respectivas parcelas de redução de emissões de gases de efeito estufa visando à estabilização do aumento da temperatura média do planeta abaixo dos 2,0°C (com relação ao período pré-industrial), com esforços para mantê-lo abaixo de 1,5°C.

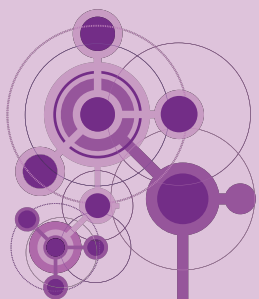
O senso de urgência no combate às mudanças climáticas foi enfatizado no novo tratado internacional, bem como a necessidade de respeito, promoção e consideração das obrigações comuns dos países em matéria de direitos humanos:

o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade, o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e a igualdade intergeracional. (ONU, 2015)

Desde então, os esforços multilaterais das Conferências das Partes ocorreram no sentido de refinar e consolidar o livro de regras do Acordo de Paris – aprovado pelo Pacto Climático de Glasgow, resultante da COP26, realizada na Escócia, em 2021 (UNFCCC, 2022d) –, e, finalmente, implementar o acordo, entrando em curso após a aprovação do Plano de Implementação de Sharm Em-Sheikh, resultado da COP27, de 2022. No documento mais recente, o conceito de justiça climática é mencionado, bem como a interconexão da “crise climática global” com a questão da biodiversidade. O texto aponta a obrigação dos países com os direitos humanos e reafirma

o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, das comunidades locais, dos imigrantes, das crianças, das pessoas com deficiência e das pessoas em situação vulnerável, e o direito ao desenvolvimento, assim como equidade de gênero, empoderamento das mulheres e equidade intergeracional (UNFCCC, 2022a)

Outro marco histórico do Plano foi a proposição de criação de um mecanismo de financiamento internacional para perdas e danos, em apoio aos países vulneráveis mais impactados pela crise climática. Será criado, em 2023, um grupo de trabalho, composto por 24 países, para a definição de como o mecanismo irá funcionar (Leone; Hisamoto; Vianna, 2022; UNFCCC, 2022a).



Nas últimas conferências, a questão de gênero tem sido incorporada na agenda da presidência da COP para ser debatida em dias específicos. Na COP26, por exemplo, o tema foi debatido em um dia também destinado aos debates sobre ciência. Já na COP27, em 2022, o dia temático de gênero ocorreu em 14 de novembro, abrangendo 11 eventos, ainda destacando “os esforços necessários para garantir a inclusão das mulheres na transição para um futuro resiliente ao clima” (COP27, 2022).

Na abertura dos debates, Maya Morsi, presidente do Conselho Nacional para Mulheres do Egito, lançou a iniciativa Prioridades de Adaptação Climática das Mulheres Africanas (AWCAP – African Women's Climate Adaptive Priorities), dizendo que, após os desastres, mulheres e crianças representam 80% das pessoas que precisam de assistência, além de as mulheres pobres em áreas rurais terem 14 vezes mais chances de morrerem durante um desastre natural. Afirmou que:

As mulheres não são apenas vítimas das mudanças climáticas, elas são poderosos agentes de mudança, e a liderança delas é crítica. Uma abordagem de baixo para cima [em contraposição às decisões *top-down*] é significativa para entender as mulheres nas suas comunidades, nas suas preocupações ambientais, realidades e experiência. (COP27, 2022)

Em termos concretos, a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisões ainda está muito longe da paridade ambicionada pela UNFCCC. Elas continuam sub-representadas. O *Relatório de Composição de Gênero*, ao analisar relatórios e comunicações oficiais dos países submetidos à UNFCCC entre outubro de 2021 e julho de 2022, mostrou que a questão de gênero foi mencionada em 76% deles, com “menção significativa a considerações de gênero e políticas climáticas sensíveis a gênero em 63% dos estudos analisados” (UNFCCC, 2022b, p. 10), o que demonstra uma intenção, mas ainda não a prática para a inclusão efetiva das mulheres tanto nas políticas de proteção, por parte dos países, quanto na inclusão em delegações oficiais e nas esferas de tomadas de decisões no organismo multilateral.

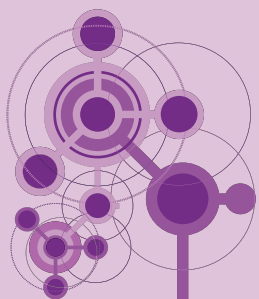
Foi apresentado também o Grupo Constituinte de Mulheres e Gênero (WGC – Women/ and Gender Constituency), que visa “formalizar a voz das organizações da sociedade civil de mulheres e gênero presentes e regularmente ativas nos processos da UNFCCC e desenvolver, simplificar e defender posições comuns” (WGC, 2022). O grupo é formado por 34 organizações acreditadas e afiliadas à UNFCCC e mobiliza uma rede de mais de 600 organizações da sociedade civil e movimentos sociais que atuam para avançar no debate sobre direitos das mulheres, equidade de gênero e justiça climática ao redor do mundo (WGC, 2022).

Vozes de lideranças femininas brasileiras

Embora ainda haja espaço para a ampliação das articulações internacionais do ativismo climático brasileiro com movimentos globais de gênero, como o do WCG, as conexões intergrupos estão sendo fortalecidas ano a ano nos debates envolvendo as Conferências do Clima. Tem crescido o número de mulheres que representam organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros nas COPs nos últimos anos; são representantes de movimentos negros, quilombolas, ribeirinhos, das periferias, das juventudes e de famílias pelo clima, só para citar alguns.

Em geral, elas comparecem credenciadas como “observadoras” das conferências, sem de fato atuar nas tomadas de decisão que constam nos documentos oficiais. Porém, estão marcando a presença do Brasil nos debates e em eventos paralelos realizados durante as cúpulas do clima. Além disso, a pressão pelo ativismo também influencia no avanço da agenda climática, mesmo que indiretamente.

Nas últimas três conferências – COP25, em Madri (2019); COP26, em Glasgow (2021); e COP27, em Sharm El-Sheikh (2022) –, pode-se observar o aumento crescente da participação de mulheres brasileiras no Brazil Climate Action Hub, o espaço da sociedade brasileira nas COPs, no qual se realiza uma série de eventos para debater os caminhos e os desafios do país frente à crise climática. Foi criado quando o então presidente Jair Bolsonaro decidiu, em 2019, que o Brasil não teria um estande



oficial durante a COP25. Nas conferências de 2021 e 2022, mesmo o Brasil tendo estandes oficiais, decidiu-se por manter o Brazil Hub, diante da impossibilidade de diálogo entre a sociedade civil e o governo federal.

Para esta pesquisa, foram entrevistadas quatro mulheres ativistas – uma “mãe pelo clima”, uma defensora dos quilombolas, uma indígena e uma jovem preta da periferia – que participaram em pelo menos uma das Conferências do Clima realizadas nos últimos dois anos. Elas integram, entre outras instâncias de atuação, os seguintes movimentos: Famílias pelo Clima (Parents for Future); Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq); Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga); e Instituto Perifa Sustentável, integrante da Coalizão Negra por Direitos. As identidades foram preservadas nesta pesquisa. Visando coletar as percepções das entrevistadas sobre temas afins, a elas foram feitas as mesmas perguntas, e o resultado será apresentado a seguir.

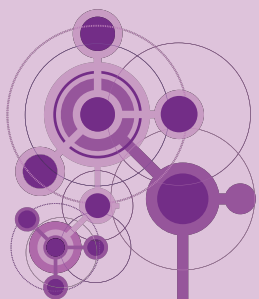
Questão 1: Como você vê a participação das mulheres nas Conferências do Clima?

Todas as entrevistadas mencionaram a baixa representatividade na tomada de decisões das Conferências do Clima como um desafio a ser superado e reconheceram que as mulheres são e serão as mais afetadas pela crise climática. As quatro entrevistadas também citaram que as mulheres estão ocupando os espaços das conferências de maneira mais efetiva e crescente ao longo das Cúpulas do Clima, pela via do ativismo. As falas também sinalizaram que as tomadas de decisão nas Conferências estão acontecendo em um ritmo muito mais lento do que o necessário para o real enfrentamento da crise climática. Confira no Quadro 1 algumas frases.

Quadro 1: Respostas para a Questão 1 – Como você vê a participação das mulheres nas Conferências do Clima?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Não sei por que é tão difícil [ter mais mulheres representadas nas tomadas de decisões]. Apesar de [as mulheres] não estarem à frente das decisões, estão ocupando espaços no ativismo climático. Já que não abrem as portas para a gente, estamos ocupando esses espaços.”
	“O movimento Famílias pelo Clima é essencialmente feminino, apesar de termos homens também representados. Quando olhamos os movimentos dos jovens pelo clima, vemos meninas liderando essas articulações.”
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“Historicamente há um desequilíbrio de gênero nas conferências. Basta ver as fotos oficiais das delegações para perceber a pouca presença das mulheres, e menos ainda de mulheres pretas.”
	“Vejo um avanço da participação das mulheres na sociedade civil, principalmente no Brazil Hub, mas quando olhamos para espaços empresariais e para as delegações oficiais, nos perguntamos o que as mulheres precisam para estar nestes ambientes. Qual o papel da sociedade patriarcal [nessa desigualdade de participação]? [A mulher] não pode ter participação só figurativa.”
Anmiga	“A luta das mulheres nunca foi fácil, sempre foi com muita luta. Nossa participação na COP do Egito foi muito grande, poderosa, potente e ampla. Nós, mulheres indígenas, abalamos o Egito, com nosso canto e nossa espiritualidade.”

Continuará...



Quadro 1: Continuação

Entidade	Respostas
Anmiga	“Produzimos conteúdos todos os dias para mostrar que precisamos ser respeitadas em todas as discussões que envolvem o território. Vimos muitas propostas, mas nenhuma ação imediata.”
	“Nunca vi tanto homem na minha vida.”
Conaq	“As mulheres têm protagonismo, mas, de fato, as deliberações ainda são feitas por homens. [...] Temos de parar com a hipocrisia do discurso. Querem mulheres representadas, mas não asseguram o protagonismo delas.”
	“Quem é realmente impactada [mulheres afetadas pela crise climática] precisa ser ouvida.”

Fonte: Elaborado pela autora.

Questão 2: Como foi a sua experiência pessoal?

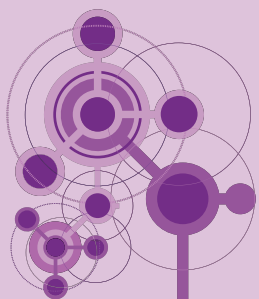
Essa pergunta foi colocada com o intuito de colher percepções das entrevistadas sobre o quanto essas mulheres ativistas sentiram, em suas experiências pessoais, a força do empoderamento feminino. As falas mostram que a experiência de participação nas conferências traz um processo pessoal de aprendizagem, contribui para ampliar a consciência sobre as próprias causas defendidas pelas ativistas, desperta *insights* sobre como proceder nesses espaços internacionais de debate no futuro e amplia os questionamentos sobre o papel das mulheres no ativismo climático.

Quadro 2: Respostas para a Questão 2 – Como foi a sua experiência pessoal?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Foi muito legal [a participação na COP26]. Na ocasião nos reunimos com o presidente da COP[26], Alok Sharma. Acompanhei a COP27 de longe, e estou entendendo mais a dinâmica do encontro, e o que temos de fazer para levar nossa voz dentro desses espaços.”
	“Vejo um amadurecimento do movimento de mães se colocando como uma voz relevante. Esse é o trabalho. Ir a primeira vez, se organizar, entender como funciona e, a cada ano, ocupar mais espaços.”
Instituto Perifa Sustentável ¹ e Coalizão Negra por Direitos	“Nessa conferência [COP27], percebi que temas que para mim são óbvios ainda estão na bolha. Contudo, não podemos aceitar isso! Se não tiver gente preta e de quebrada pautando o tema, como vamos ‘territorializar’ a agenda climática? Chega de ter gente da bolha, falando para a bolha e sendo aplaudido pela própria bolha.”
	“Essa COP me chacoalhou e me fez refletir sobre bastante coisa. [...] Se não mexermos na estrutura, não vamos ver uma transformação real, mas sim a reprodução da lógica patriarcal heteronormativa de supremacia branca, onde a figura do homem branco hétero cis gênero rico e muito experiente está sempre no topo, e atores como eu, mulheres pretas e periféricas, ocuparão sempre a base da pirâmide social.”

Continuará...

¹ Ao ser questionada sobre sua experiência, a entrevistada, que também é comunicadora, indicou o artigo que escreveu sobre o tema para uma revista brasileira. As frases foram extraídas do referido texto, com autorização verbal da autora. Ela já participou de quatro Conferências do Clima da ONU.



Quadro 2: Continuação

Entidade	Respostas
Anmiga	"Me senti marcando e demarcando território. Isso é potência. A Terra ecoa em mim. Eles [homens brancos] não têm o entendimento do que estão discutindo, por que não têm o entendimento de quem são."
	"Temos de estar onde sentimos que devemos estar. O fato de estar [na COP27] com cocar, com pinturas, essa é a base da nossa proteção sagrada. [...] Nosso corpo é uma arte, mostramos para o mundo que a Terra está falando, está viva. A arte faz parte desse movimento sagrado de proteção da Terra."
	"Acreditamos muito na potência do cantar. Acreditamos que nossa conexão entre o céu e a terra está na biodiversidade ao nosso redor. Entramos em potência e força e ecoamos através do canto."
Conaq	"Gostei muito. [...] [A COP27] foi a minha primeira [conferência]. Acho que é um espaço para nos organizarmos, precisamos estar em grupo grande. A questão do idioma atrapalha na independência, perde-se muito tempo [com as traduções]."
	"Foi um espaço de crescimento, tivemos uma troca muito boa com o pessoal de Gana, foi muito importante, e vamos seguir para uma participação mais efetiva a partir da COP28."

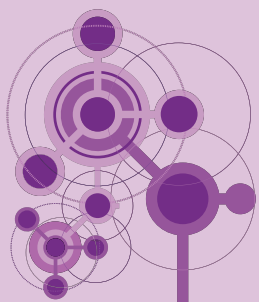
Fonte: Elaborado pela autora.

Questão 3: Qual é o papel das mulheres no movimento do qual você faz parte?

Essa pergunta, colocada de forma aberta, sem especificar se isso referia-se à atuação climática ou não, possibilitou que, nas respostas, algumas questões menos explícitas emergissem. A primeira é de que, no ativismo climático, as mulheres, além de lidar com a crise climática em si, ainda têm de reafirmar o seu protagonismo feminino e conquistar espaços em movimentos sociais antes ocupados prioritariamente por homens. Palavras como "patriarcado" e "machismo", relacionadas ao cotidiano de atuação no Brasil, surgiram em três das quatro entrevistas. Metade das entrevistadas apontou que a participação das mulheres nos movimentos foi "conquistada" e exaltou que estruturas de governança, como aquela criada pelo Perifa Sustentável, devem ser elaboradas de forma consciente para assegurar a paridade de gênero e ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão em suas organizações.

A representante indígena e a quilombola fizeram questão de dizer que não se trata de uma disputa entre homens e mulheres. Palavras como "construir junto", "renovar", "respeito" e "abrir espaço" foram algumas das expressões para explicar a necessidade de ampliação da participação das mulheres nos movimentos sociais brasileiros, em acordo ao que diz Riane Eisler em sua proposta de migração de um sistema de dominação para um sistema de parceria. Como disse a representante indígena:

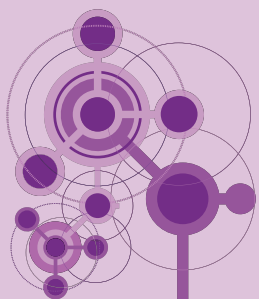
Seu corpo é terra, e o que corre em você é água. Tudo o que come é terra. A sociedade perdeu a consciência da própria essência, que vem da ancestralidade. Para salvar e proteger o meio ambiente temos de fazer o RE [reconhecimento de tudo que perdeu, reformulação, reconstrução, reconexão], tudo o que é RE é comunitário.



Quadro 3: Respostas para a Questão 3 – Qual é o papel das mulheres no movimento do qual você faz parte?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Temos um papel duplo no movimento. Por um lado, representamos nossos filhos e levamos a preocupação com o futuro deles para o debate climático atual. Por outro lado, somos também mulheres afetadas [pela crise climática e pelas desigualdades]. Também estamos nos representando nessas esferas.”
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Eu não consigo entender por que os homens não estão engajados nessa causa com a gente, no combate à desigualdade. Quem fica, quem se dedica a essa ação voluntária [do Famílias pelo Clima] são mulheres. Nós estamos nos mobilizando, fazendo isso em nome dos nossos filhos.”
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“No Perifa, temos uma governança. As diretorias são ocupadas por mulheres não brancas. Para construir um novo modelo temos de ter uma nova visão feminista, antirracista, afro-diaspórica. Para territorializar a questão climática, é fundamental entender que o modelo atual não é sustentável, gerou crises sociais, ambientais, econômicas, políticas e é fundamentado no patriarcado. Não é mais possível que as mulheres negras sejam relegadas à execução de tarefas e à subalternidade. O Perifa coloca outra narrativa, do bem viver, do bom, do belo e do justo, com valorização dos ancestrais.”
Anmiga	“As mulheres são bem potentes nas decisões da nossa comunidade. O homem têm potência, mas quando uma decisão não tem reconhecimento entre as mulheres, muda tudo.”
	“A Anmiga, por meio da Jornada das Mulheres Indígenas, está fazendo um levantamento amplo com as parentas em todos os biomas, em todos os estados, para levantar os problemas das comunidades, em uma consulta prévia. Isso vai ajudar para podermos reforçar e criar políticas públicas para tratar dessas questões.”
	“Com a morte do rio [Doce, que atravessa a comunidade Krenak em Minas Gerais, após o acidente da Vale], as mulheres também estão buscando outras formas para que a essência do rio não suma do corpo das nossas crianças. Estão lutando para não deixar morrer o sagrado do rio que corre dentro da gente [mães que antes se banhavam com seus filhos no rio Doce, agora fazem isso em caixas d'água]. As professoras que trabalham a educação com as crianças falam do rio [Watu, na etnia Krenak] no passado. É muito triste, um crime feito pela mão humana.”
Conaq	“A Coordenação Nacional da Conaq é composta em 60% por mulheres. É um diferencial que foi conquistado aos poucos, com muito diálogo, até para os homens entenderem a importância de dividir o protagonismo, de todas as vozes serem ouvidas. [...] Agora não tem mais volta [risos].”
	“O movimento do campo já é machista por si só, então, a gente precisa quebrar barreiras a todo o momento. Quando a gente chega em um quilombo e marca uma reunião, mais de 70% das pessoas que participam são mulheres, porque elas são a grande maioria de pessoas que compõe aquele espaço.”

Continuará...



Quadro 3: Continuação

Entidade	Respostas
Conaq	“Percebemos que a juventude feminina chegou com um gás maior, enfrentando mais e fomos indo junto. Essa ousadia de conquistar e questionar encoraja o grupo maior a fazer o que tem de ser feito.”
	“Existe um pensamento equivocado de que os homens preservam o meio ambiente. Isso é equivocado, é machista. Não é assim. É só ver as quebradeiras de coco, as extrativistas, a bancada do cocar.”

Fonte: Elaborado pela autora.

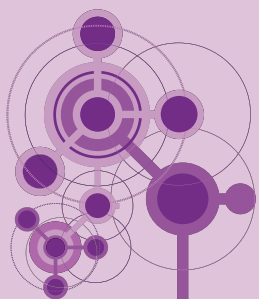
Questão 4: Como as mudanças climáticas já afetam a sua vida, a sua comunidade e/ou a sua atuação no ativismo?

Os efeitos das mudanças climáticas já são percebidos por todas as entrevistadas. No caso das representantes indígena, quilombola e preta da periferia, a crise climática é percebida como um impacto adicional a outras crises, como a de falta de acesso a recursos básicos e outros impactos nas comunidades por elas representadas, denotando que os conceitos de interseccionalidade, racismo ambiental e justiça climática estão diretamente associados às respectivas realidades e ao agravamento da situação em decorrência dos fenômenos climáticos. “Existe uma sobreposição de crises, é muito difícil”, resumiu a ativista quilombola.

Quadro 4: Respostas para a Questão 4 – Como as mudanças climáticas já afetam a sua vida, a sua comunidade e/ou a sua atuação no ativismo?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Minha principal preocupação é com o futuro, as migrações, pessoas que estão morrendo, os relatórios do IPCC. [...] Tem uma tristeza de ver que as crianças que estão nascendo não vão conhecer e ver o mundo bonito que nós tivemos a oportunidade de ver. Uma sensação de injustiça com os mais vulneráveis, hoje e no futuro.”
	“Eu já me sinto impactada [pelas mudanças climáticas], mas tenho um colete salva-vidas. Não vou perder tudo se meu telhado voar. Me sinto em um espaço de privilégio, tenho resiliência [financeira] para lidar com situações mais graves. Mas a quantas enchentes você é capaz de sobreviver? Quanto de aumento de preços dos alimentos somos capazes de suportar?”
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“A Brasilândia é um complexo de bairros com 300 mil moradores em São Paulo. O principal impacto está relacionado às chuvas. Quando chove, inunda. Já tive de ficar presa no transporte público esperando a água abaixar. Outra coisa é a falta de verde urbano na periferia. O bairro já é 2°C mais quente do que as regiões mais arborizadas devido ao microclima. Os idosos da minha quebrada sofrem mais. Quem vai morrer primeiro com o aquecimento global?”

Continuará...



Quadro 4: Continuação

Entidade	Respostas
Anmiga	“Nós chamamos a atenção para os impactos da mineração há 300anos. Já sentimos as mudanças provocadas pela destruição da Mata Atlântica, que hoje tem só 3% de originalidade. Nossos ancestrais já diziam que um dia o rio [Watu, ou rio Doce] iria chorar sangue, e que a natureza, quando cobra, cobra de todo mundo.”
Conaq	“Tem coisas que já acontecem há muito tempo. A falta de água foi o primeiro problema [no Espírito Santo]. Todas as minhas comunidades têm nomes de rios, mas hoje nenhum rio tem água suficiente para abastecer a população do entorno. Tem a desertificação também.”
	“A mudança do regime de chuvas, a cada nove meses, altera a forma de plantar. Se a chuva não vem, impacta a agricultura. [...] Agora estamos nominando isso, mas a escassez de água já vem desde a década de 1960. [...] Agora está no grito mortal, mas já vinha o sinal.”

Fonte: Elaborado pela autora.

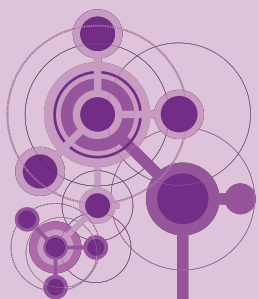
Questão 5: Como as mulheres podem contribuir com soluções para a crise climática, na sua opinião?

A percepção geral das entrevistadas é de que as mulheres já estão contribuindo com soluções para a crise climática, mas o que falta é que sejam ouvidas. A “resiliência” foi apontada nas falas como uma característica das mulheres; assim como o “conhecimento”, a “vivência” e a “experiência” delas em suas relações familiares e com seus respectivos territórios foram mencionadas como pontos fortes na busca por soluções para a crise climática.

Quadro 5: Respostas para a Questão 5 – Como as mulheres podem contribuir com soluções para a crise climática, na sua opinião?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“As mulheres estão totalmente à frente inclusive das soluções. Elas são responsáveis por casas, famílias, produção de alimentos não só para elas, mas para todas as vidas que elas conectam, crianças, idosos, estão à frente na busca por soluções. [...] A resiliência está muito na mão das mulheres.”
	“A ideia é retomar a litigância climática em 2023, e a maioria dos casos tem mulheres à frente. Não é uma ação imediata, mas tem um componente do que representa, que é dizer aos homens que esse jeito de governar e pensar o desenvolvimento não é mais aceito em 2022. É uma forma de dizer que essa visão de desenvolvimento [poluidora e com altas emissões de GEE] tem de ser ilegal em 2022, porque compromete o futuro das crianças.”

Continuará...



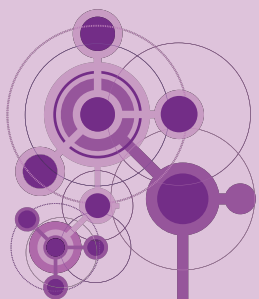
Quadro 5: Continuação

Entidade	Respostas
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“As mulheres são centrais na discussão das mudanças climáticas. Mulheres jovens, representantes de grupos vulnerabilizados, que já estão sofrendo os principais impactos. Elas reúnem conhecimento, vivência e experiência do dia a dia. Quando recebem apoio, quando esses saberes são potencializados pelo conhecimento técnico-científico, podem apresentar soluções concretas e efetivas.”
	“Não podemos mais seguir com lógicas machistas, racistas e velhas. Estruturas de poder que trazem a figura do homem branco. Não dá mais. Isso nos trouxe até aqui. [...] É preciso pensar em uma agenda de desenvolvimento sustentável, ver demandas e ter sensibilidade para apresentar uma nova estrutura realmente inclusiva, sem silenciamento. Quais mulheres estão sendo preparadas de fato para incidir nas tomadas de decisão?”
Anmiga	“O problema do sistema político falseado é que tudo vem de cima para baixo, as comunidades recebem projetos que não condizem com a realidade. Estamos escutando a base para, aí sim, ter o entendimento da potência de cada bioma para trabalhar em propostas de reconexão e recuperação.”
	“Existe um racismo institucional, com instituições viciadas e individualistas, que querem trabalhar um único bioma [Amazônia] para ganhar dinheiro mais rápido, porque o mundo está vendo ali. Mas todos os biomas são importantes para manter o equilíbrio da vida. O Fundo Amazônia deveria ser um Fundo Biomas, com medidas equivalentes à recuperação de todos os biomas.”
Conaq	“As mulheres sempre contribuíram. O resgate da floresta em pé se deve ao que as mulheres fazem. Quando as comunidades ficam esvaziadas [pelo êxodo rural], quem fica são as mulheres. Elas criaram a agricultura, vêm fazendo há muito tempo, com conhecimento, ancestralidade e espaço de pertença. Quem está destruindo não somos nós. O que é necessário é ouvir as mulheres.”
	“Você não vai ver nenhuma mulher decretando guerra contra os outros. São nossos filhos que vão para a guerra. É preciso descolonizar a educação, romper formas de pensamento e o jeito que está indo [a humanidade].”

Fonte: Elaborado pela autora.

CONCLUSÃO

Este artigo promoveu uma breve reflexão sobre a questão de gênero na discussão das políticas climáticas globais na UNFCCC. Também entrevistou quatro mulheres ativistas brasileiras, representantes de movimentos pretos periféricos, de mães em defesa do clima, de indígenas e de quilombolas que participaram de pelo menos uma COP entre 2021 e 2022.



É importante ressaltar que os documentos analisados, perfazendo 14 ao todo, representam uma amostra da totalidade de documentos oficiais produzidos na UNFCCC sobre a questão de gênero ao longo de 20 anos de criação da Convenção. Mesmo com limitações de escopo, o presente artigo é capaz de indicar que, embora existam esforços e avanços para a inclusão das mulheres nas tomadas de decisão sobre os rumos da política climática global adotadas nas Conferências do Clima, a paridade de gênero ainda está longe de ser uma realidade. Tal desigualdade, além de estar nos números oficiais, é também percebida por 100% das entrevistadas para esta pesquisa. Elas reconhecem que a participação feminina está crescendo nas conferências, mesmo que nos espaços alternativos, e acreditam que o ativismo climático é um caminho possível para que possam ser ouvidas de forma mais efetiva no futuro.

Ao se verificarem os relatos das entrevistadas sobre as experiências pessoais de participação em Conferências do Clima, a partir de uma análise crítica, é possível perceber que tais vivências contribuem tanto para uma ampliação da própria consciência individual quanto para o entendimento sobre o papel do ativismo climático nessas esferas de debates internacionais. A experiência também contribui para que as participantes ampliem os respectivos leques de opções sobre como se posicionar, enquanto lideranças de movimentos sociais, em futuras conferências da ONU.

Tanto a partir da análise de documentos quanto das entrevistas, é possível verificar que a questão envolvendo gênero e clima, bem como o avanço da implementação de conceitos de justiça climática, justiça intergeracional, protagonismo feminino e paridade de gênero fazem parte das discussões internacionais sobre clima e das percepções das entrevistadas. As consequências de um modelo baseado na dominação (de mulheres e da natureza), conforme Riane Eisler (CPS, 2021), também começam a ser questionadas.

O fato de o artigo ter sido escrito em um curto espaço de tempo, contemplando as informações da recém-encerrada Conferência do Clima do Egito (COP27), pode ter influenciado os resultados. Isso também se dá em relação à percepção das entrevistadas acerca da última conferência, encerrada uma semana antes da finalização deste artigo. Por isso, para avançar nas análises das questões de gênero na UNFCCC, bem como nas percepções de mulheres ativistas climáticas, recomendam-se mais estudos.

REFERÊNCIAS

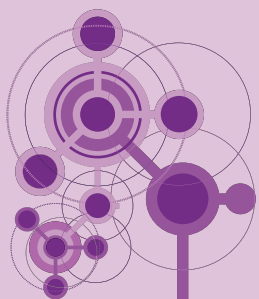
BEHAR, Amitabh. We're not all in the same boat. *The Hindu*, Chennai, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://www.thehindu.com/opinion/op-ed/were-not-all-in-the-same-boat/article33669638.ece>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BULLARD, Robert D. *Dumping in dixie: race, class, and environmental quality*. 3.ed. Boulder: Westview Press, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CLIMATE CHANGE exacerbated heavy rainfall leading to large scale flooding in highly vulnerable communities in West Africa. *World Weather Attribution*, [s.l.], 16 nov. 2022a. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-exacerbated-heavy-rainfall-leading-to-large-scale-flooding-in-highly-vulnerable-communities-in-west-africa/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CLIMATE CHANGE increased heavy rainfall, hitting vulnerable communities in Eastern Northeast Brazil. *World Weather Attribution*, [s.l.], 4 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-increased-heavy-rainfall-hitting-vulnerable-communities-in-eastern-northeast-brazil/>. Acesso em: 20 nov. 2022.



COP27. *COP27 thematic press release: COP27 thematic gender day urges institution and individuals to act for implementation.* Sharm El-Sheikh: COP27, 2022. Disponível em: <https://cop27.eg/assets/files/thematic-days/gender-day/COP27%20THEMATIC%20GENDER%20DAY%20PRESS%20RELEASE-DOC-01-EGY-11-22-EN.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CPS. Riane Eisler – A life's work that inspired a movement. [S.l.]: Center for Partnership Systems, 2021. Disponível em: <https://centerforpartnership.org/partnerism-partnership-systems/>. Acesso em: 20 out. 2022.

GÊNERO E CLIMA. *Por que gênero e clima?* Brasília, DF: Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/infografico-porque-genero-e-clima/#>. Acesso em: 16 jan. 2023.

IACOVINI, Rodrigo; VIEIRA, Victor. No mesmo mar, sim, mas não no mesmo barco: desigualdades e mudanças climáticas. *Nexo Jornal*, São Paulo, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2020/No-mesmo-mar-sim-mas-n%C3%A3o-no-mesmo-barco-desigualdades-e-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO ALZIRAS (org.). *Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020*. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

IPCC. *52nd Session of the IPCC – Decisions adopted by the Panel*. Paris: IPCC, 2020. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2021/12/IPCC-52_decisions-adopted-by-the-Panel.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

IPCC. *Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022a. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Acesso em: 30 set. de 2022.

IPCC. *Sixth Assessment Report*. Geneva: IPCC, 2022b. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

KALIL, Angélica; FONSECA, Mariamma. *Bertha Lutz e a Carta da ONU*. São Paulo: Veneta, 2022.

KIMBERLE CRENSHAW – A urgência da interseccionalidade. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (18 min). Publicado pelo canal NegraSoul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LEONE, Cinthia; HISAMOTO, Bruno Toledo; VIANNA, Daniela. Confira avaliações sobre os resultados da Conferência do Clima do Egito. *Brazil Climate Action Hub*, [s.l.], 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brazilclimatehub.org/confira-avaliacoes-sobre-os-resultados-da-cop27/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

LOUBACK, Andréia Coutinho. O paradoxo da justiça climática no Brasil: o que é e para quem? *Portal Geledés*, São Paulo, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-paradoxo-da-justica-climatica-no-brasil-o-que-e-e-para-quem/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LOUBACK, Andréia Coutinho (coord.). *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* Brasília, DF: Gênero e Clima: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2022.

MRFCJ. *Principles of Climate Justice*. Dublin: Mary Robinson Foundation – Climate Justice, 2011. Disponível em: <https://www.mrfcj.org/principles-of-climate-justice/>. Acesso em: 20 nov. 2022.



O QUE É o Protocolo de Quioto. *O Eco*, [s.l.], 26 fev. 2015. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28947-o-que-e-o-protocolo-de-quioto/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

OLIVERA, Margarita; PODCAMENI, Maria Gabriela; LUSTOSA, Maria Cecília; e GRAÇA, Letícia. *A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira*. Santiago: CEPAL; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925_pt.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

ONU. *Acordo de Paris sobre o Clima*. Brasília, DF: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/node/88191>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ONU. *Causas e efeitos das mudanças climáticas*. Brasília, DF: ONU, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTANA FILHO, Diosmar M.; FERREIRA, Andréa J.; GOES, Emanuelle F. *Sumário estratégias para planos nacionais de adaptação: um caso Brasil*. Salvador: Iyaleta, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1n7mp-6dgl4vitdyP68zH6B4GiYliAzgt/view>. Acesso em: 21 nov. 2022.

THOMAS, Jennifer Ann. O duro recado da ONU às vésperas da COP27. *Veja*, São Paulo, 26 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/agenda-verde/o-duro-recado-da-onu-as-vesperas-da-cop27/>. Acesso em: 29 out. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UN WOMEN. *Beijing Declaration and Platform for Action*. Geneva: UN WOMEN, 1995. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

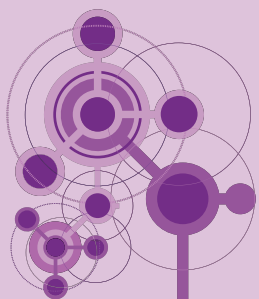
UNFCCC. *Decision 1/CP.13: Bali Action Plan*. Bonn: UNFCCC, 2007. Disponível em: http://www.ciesin.columbia.edu/repository/entri/docs/cop/FCCC_COP13_dec001.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

UNFCCC. *Decision 23/CP.18: promoting gender balance and improving the participation of women in UNFCCC negotiations and in the representation of Parties in bodies established pursuant to the Convention or the Kyoto Protocol*. Bonn: UNFCCC, 2012. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/cop18_gender_balance.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNFCCC. *Decision 36/CP.7: improving the participation of women in the representation of Parties in bodies established under the United Nations Framework Convention on Climate Change or the Kyoto Protocol*. Bonn: UNFCCC, 2001. Disponível em: https://unfccc.int/files/bodies/election_and_membership/application/pdf/decision_36_cp7.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNFCCC. *Decision -/CP.27: Sharm el-Sheikh implementation plan*. Bonn: UNFCCC, 2022a. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop27_auv_2_cover%20decision.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNFCCC. *Fact sheet: the Kyoto Protocol*. Bonn: UNFCCC, 2011a. Disponível em: https://unfccc.int/files/press/backgrounders/application/pdf/fact_sheet_the_kyoto_protocol.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.



UNFCCC. *Gender composition and progress on implementation* – report by the secretariat. Bonn: UNFCCC, 2022b. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2022_03E.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNFCCC. *Nationally determined contributions under the Paris Agreement* – synthesis report by the secretariat. Bonn: UNFCCC, 2022c. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2022_04.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its sixteenth session, held in Cancun from 29 November to 10 December 2010*. Addendum. Part two: action taken by the Conference of the Parties at its sixteenth session. Bonn: UNFCCC, 2011b. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf#page=7>. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its twentieth session, held in Lima from 1 to 14 December 2014*. Addendum. Part two: Action taken by the Conference of the Parties at its twentieth session. Bonn: UNFCCC, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/8613>. Acesso em: 20 nov. 2022.

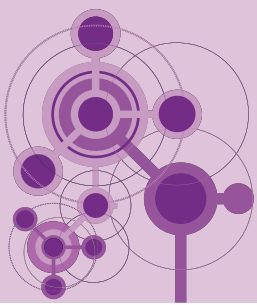
UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its twenty-fifth session, held in Madrid from 2 to 15 December 2019*. Addendum. Part two: action taken by the Conference of the Parties at its twenty-fifth session. Bonn: UNFCCC, 2020. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2019_13a01E.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on its third session, held in Glasgow from 31 October to 13 November 2021*. Addendum. Part two: action taken by the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement at its third session. Bonn: UNFCCC, 2022d. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_10_add1_adv.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

WESTERN North American extreme heat virtually impossible without human-caused climate change. *World Weather Attribution*, [s.l.], 7 jul. 2021. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/western-north-american-extreme-heat-virtually-impossible-without-human-caused-climate-change/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

WGC. *About us*. [S.l.]: WGC, [201-?]. Disponível em: <https://womensgenderclimate.org/about-us/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Artigo recebido em 10/01/2023 e aprovado em 24/02/2023.



Mulheres e Homens na USP e na Escola de Comunicações e Artes, entre 2000 e 2019

Women and Men at USP and at the School of Communication and Arts, between 200 and 2019

Mujeres y Hombres en la Universidad de São Paulo y en la Escuela de Comunicaciones y Artes entre 2000 y 2019



Rodrigo Correia do Amaral

- Cientista social e doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).
- Ex-coordenador de pesquisas do Escritório USP Mulheres.
- E-mail: rodrigo.amaral@usp.br.



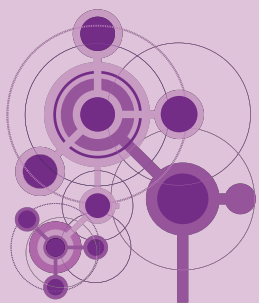
Rennan Valeriano Silva Lima

- Aluno de graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).
- Ex-estagiário da área de pesquisas do Escritório USP Mulheres.
- E-mail: rennanvaleriano@usp.br.



Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

- Aluna de graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).
- Ex-estagiária da área de pesquisas do Escritório USP Mulheres.
- E-mail: dudahist@usp.br.



Resumo

Este artigo apresenta um recorte direcionado à Escola de Comunicações e Artes do projeto *Mulheres e Homens da USP*, que traçou um panorama inédito da população uspiana entre 2000 e 2019 sob a perspectiva de gênero. A partir dos dados disponíveis nos Anuários Estatísticos da Universidade de São Paulo (USP) de 2001 a 2020 e da análise descritiva das proporções de mulheres e homens na instituição, este levantamento permite ver uma relativa igualdade de gênero entre os estudantes, mas uma desigualdade persistente na carreira docente.

PALAVRAS-CHAVE: GÊNERO • POPULAÇÃO USPIANA • IGUALDADE • ECA • HOMENS • MULHERES.

Abstract

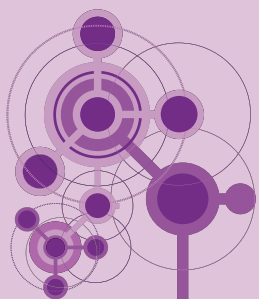
This article presents an excerpt directed to the School of Communication and Arts from the *USP Women and Men* project, which outlined an unprecedented panorama of the USP population between the years 2000 and 2019 from a gender perspective. Based on data available in the University of São Paulo's (USP) Statistical Yearbooks from 2001 to 2020 and the descriptive analysis of the proportions of women and men in the institution, this survey allows us to see a relative gender equality among students, but a persistent inequality in the teaching career.

KEYWORDS: GENDER • USP POPULATION • EQUALITY • ECA • MEN • WOMEN.

Resumen

Este artículo presenta un análisis del proyecto de la Escuela de Comunicaciones y Artes *Mujeres y Hombres de la USP*, que trazó un panorama inédito de la población de la USP entre los años 2000 y 2019, desde una perspectiva de género. Con base en los datos disponibles en los Informes Estadísticos de la Universidad de São Paulo (USP) de 2001 a 2020 y del análisis descriptivo de la proporción entre mujeres y hombres en la institución, este estudio constata una relativa igualdad de género entre los estudiantes, pero sigue la desigualdad en la carrera docente.

PALABRAS CLAVE: GÊNERO • POBLACIÓN DE LA USP • IGUALDAD • ECA • HOMBRES • MUJERES.



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um extrato dos dados obtidos pela primeira edição do projeto *Mulheres e Homens da USP*, realizado pela área de pesquisas do extinto Escritório USP Mulheres¹. As informações aqui descritas resultam do levantamento, da sistematização e da análise de dados demográficos pré-existent, com o objetivo de produzir um panorama sobre a distribuição de mulheres e homens na comunidade uspiana ao longo das últimas duas décadas. Com este trabalho, pretendeu-se colocar à disposição de diferentes públicos um material que, por um lado, auxilie a reflexão crítica sobre a desigualdade de gênero na Universidade de São Paulo (USP) e na ciência brasileira e, por outro, subsidie a formulação de políticas de equiparação de oportunidades entre mulheres e homens em seus diferentes vínculos junto à USP. Este artigo também traz um recorte da divisão dos postos entre mulheres e homens no âmbito da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP).

Além desta introdução, o texto tem uma seção dedicada à reflexão sobre como interpretar os dados levantados por este projeto à luz da agenda de estudos da igualdade de gênero. Esta seção discute como a proporção de mulheres e homens em determinadas posições pode ser indicativa da presença de esquemas de dominação e exclusão mais amplos, mobilizando os exemplos fornecidos por estudos que investigam a desigualdade de gênero no funcionalismo público e reflexões sobre as dinâmicas da *divisão sexual do trabalho*, que circunscreve as mulheres em determinadas posições e as exclui de outras. Ao final dessa seção, o artigo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento dos dados.

Em seguida, o artigo apresenta e discute os dados relativos à distribuição de mulheres e homens na USP e na ECA-USP, entre os anos 2000 e 2019. Essa seção descreve, através de gráficos e tabelas, as proporções de cada um dos gêneros com relação às populações de alunos de graduação, alunos de pós-graduação, pesquisadores de pós-doutorado, docentes e servidores técnico-administrativos. O artigo apresenta as considerações finais a respeito deste levantamento, destacando a importância de serem empreendidos novos esforços para a atualização e a ampliação deste primeiro panorama.

O SENTIDO DOS DADOS

Mesmo atendo-se à descrição das principais frequências, os dados apresentados neste artigo permitirão aos olhares mais familiarizados com a agenda da igualdade de gênero identificar a materialização de questões desse universo no contexto uspiano. Por exemplo, a taxa elevada de mulheres nos cursos de pós-graduação – sendo em alguns anos ligeiramente superior à proporção de homens –, além da importância *per se*, também permite vislumbrar como a USP é depositária da aspiração feminina por mobilidade social através do estudo. Na face contrária do mesmo fenômeno, as baixas proporções de mulheres docentes confirmam como a mesma universidade frustra o investimento feminino na educação, dificultando o acesso das mulheres ao magistério superior ou, àquelas que conseguem tornar-se docentes, restringindo a progressão interna e o acesso às posições de liderança.

Os dados oficiais, coletados em âmbito nacional dimensionam com clareza como as mulheres brasileiras acumulam mais anos de escolaridade do que os homens, mas possuem acesso reduzido aos cargos gerenciais e de direção. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (PNAD Contínua), 29,7% das mulheres informaram possuir o ensino superior,

¹ Criado em 2016, o Escritório USP Mulheres foi um órgão de assessoramento à Reitoria da Universidade de São Paulo e de realização de projetos relacionados à agenda da igualdade de gênero no âmbito da comunidade universitária. Com a criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP-USP) em 2022, suas atividades foram absorvidas pela Diretoria de Gênero, Relações Étnico-Raciais e Diversidades desta Pró-Reitoria. Mais informações em: <https://prip.usp.br/apresentacao-diversidades/>. Acesso em: 1 out. 2022.



contra 21,5% dos homens. Dessas, somente 37,4% informaram ocupar cargos gerenciais, contra 62,6% dos homens (IBGE, 2021). No contexto das universidades públicas, em que pesem a sobrecarga burocrática, a interação com chefias de departamento, programa e coordenação e com colegas em funções de direção, o acesso à docência corresponde a uma posição profissional de relativa autonomia. Esta autonomia tende a ampliar-se à medida que esta(e) docente progride internamente. Na USP, somente 30,6% das docentes mulheres conseguiram chegar à titularidade ao longo de duas décadas².

Defasagens como essas duas últimas também aumentam a diferença entre a remuneração dos homens e a das mulheres, que tendem a receber menos. O fenômeno conhecido como *gender pay gap*, ou *gender wage gap*, ocorre em contextos diversos, e tornou-se objeto de um debate permanente entre academia, governo, organizações não governamentais (ONG), órgãos multilaterais e empresas³. Como observa Daniela Verzola Vaz (2013), no funcionalismo público e nas instituições de ensino e pesquisa, esse hiato tende a assumir uma forma particular, na qual se combinam segregações ocupacionais e hierárquicas. No primeiro caso, as mulheres tendem a se concentrar em maior proporção nas posições de menor prestígio social e baixa remuneração, como as funções auxiliares da área da saúde, da assistência social ou do ensino regular. No segundo tipo, as mulheres que conquistam posições de maior prestígio e melhor remuneração, como docentes, pesquisadoras, funcionárias de média e alta burocracia, tendem a ser bloqueadas no acesso às funções de liderança no interior dessas estruturas (Vaz, 2013; World Bank, 2021).

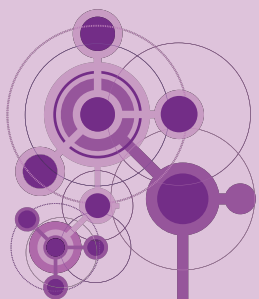
Corroborando essas premissas, o *Atlas do Estado Brasileiro* (2020) apresenta o funcionalismo como uma importante via de inclusão produtiva das mulheres nas últimas três décadas, na qual a remuneração média geral manteve-se favorável a elas. Em 1985, as mulheres representavam 39,9% da força de trabalho, e em 2019 elas correspondiam a 57,4%. A mesma tendência se observa no funcionalismo dos estados. A remuneração média das mulheres em 1986, convertida em valores atuais (R\$5mil), é ligeiramente maior do que a dos homens (R\$4,8mil). Em 2019, essa diferença se amplia, correspondendo a remuneração masculina a 90% da média feminina. Esta tendência é invertida nos orçamentos estaduais, sendo os homens mais bem remunerados por toda a série analisada. No entanto, o hiato entre mulheres e homens surge precisamente na ocupação dos cargos de gerência ou direção, com a discriminação se revelando com mais força na distribuição das nomeações para “direção e assessoramento superior” (DAS). Em 2020, mulheres e homens brancos mantinham proporções aproximadas (26,6% contra 29,4%, respectivamente) no DAS-1. Homens negros figuram com 20,9% e mulheres negras com 14,7% dessas nomeações. Quando avançamos sobre os casos de DAS-6 – posição máxima analisada pelo estudo –, os homens brancos representam 65% das nomeações, enquanto mulheres brancas e homens negros são reduzidos a 15,4% e 13,3%, respectivamente, e as mulheres negras a somente 1,2% dessas nomeações⁴.

A distribuição dos gêneros nos cursos de graduação observada por este trabalho também enseja reflexões sobre os estímulos e os estrangulamentos atuantes nas escolhas realizadas por alunas e alunos. A partir dos padrões identificados, novos estudos poderão investigar as *dinâmicas de reprodução* que levaram à concentração de cada gênero em determinadas áreas e à pouca alteração dessa distribuição no curso de 20 anos. A própria estagnação de certas distribuições é informativa da não alteração, ou da transformação apenas marginal, de uma noção de divisão sexual do trabalho que define, na esfera das famílias, do sistema escolar e do mercado de trabalho, as carreiras consideradas masculinas e aquelas consideradas femininas

2 Sobre a disparidade entre escolaridade e ocupação de funções gerenciais entre mulheres e homens, ver *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* (IBGE, 2021). Sobre o caso da USP, ver “Construir a igualdade”, de Maria Armanda do Nascimento Arruda e Vahan Agopyan (2020). No que diz respeito ainda ao desempenho das funções gerenciais, o Escritório USP Mulheres monitorou entre 2016 e 2020 a proporção de mulheres em posições de liderança (direções, coordenações etc.), a partir dos dados compilados da base Urânia Web. No quinquênio observado, o percentual nunca ultrapassou 27%.

3 O rendimento médio mensal registrado pela PNAD Contínua entre os anos de 2012 e 2018 situa-se em R\$2.152,00 para os homens e R\$1.642,00 para as mulheres. No âmbito internacional, painéis foram criados para o monitoramento e indicadores começaram a levar em consideração a redução deste tipo de diferença como uma variável do desenvolvimento econômico e social. Ver OECD (2022)..

4 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>. Acesso em: 1 mar. 2022. Para a concentração das mulheres em poucas áreas, ver *Worldwide bureaucracy indicators* (World Bank, 2022).



(Hirata, 2016). Por outro lado, a variação interna na população de cada um dos gêneros permite ver como, em determinadas áreas, as mulheres cresceram em valores absolutos, ainda que proporcionalmente mantendo-se em minoria. Esta segunda análise dos dados também abre espaço para novas investigações sobre os *princípios de ruptura* que ocorrem de forma marginal no interior das configurações vigentes, onde é possível observar a intensificação da presença feminina nas áreas em que são sub-representadas – chegando, por vezes, a duplicarem sua população –, mas em escala insuficiente para alterar as disparidades de gênero existentes.

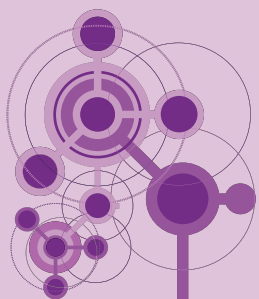
Mesmo a inclusão no ensino superior dos estratos mais empobrecidos da população, através de políticas destinadas ao aumento da escolarização, à conclusão do ensino médio e à admissão diferenciada de grupos sociais historicamente marginalizados⁵, não deixou de reproduzir essa segregação por gênero. Os dados apresentados por este trabalho também permitem discutir como essas iniciativas, ao mesmo tempo que produziram uma ampliação numérica expressiva, não dedicaram maior atenção à revisão da pré-existente mentalidade dominante acerca da divisão sexual do trabalho. Portanto, essas políticas de inclusão educacional preservaram tendências, como a sobrerrepresentação masculina nos cursos de exatas e a feminina nas áreas ligadas ao cuidado, investindo pouco na diversificação dos gêneros no interior das carreiras.

Por fim, os dados sobre os servidores da USP, mulheres e homens, trazem à luz padrões deste grupo que não costumam ser debatidos. Merece destaque o *isomorfismo* entre o gênero desses profissionais e o gênero preponderante da área do conhecimento onde atuam. Com isso, as servidoras tendem a ser maioria nas ciências biológicas e os servidores homens na área das exatas. Esta dinâmica evidencia como a divisão sexual das carreiras é legitimada e reproduzida por outros estratos sociais, não se atendo ao universo de alunos e docentes. A análise deste segmento por gênero também permite observar como as mulheres foram as mais afetadas pelas políticas de demissão incentivada adotadas em meados da década passada.

Os levantamentos consolidados neste relatório começaram a ser realizados de maneira gradual, a partir da obtenção de dados sobre frações específicas da comunidade uspiana para a produção de artigos e a apresentação em eventos organizados pelo Escritório USP Mulheres, ou que contaram com sua participação⁶. Por esta razão, também foram levantados dados cruzados que não se encontram nos anuários estatísticos analisados, como a progressão na carreira docente, a distribuição da comunidade uspiana por cor e os perfis de usuárias e usuários de licença parental.

5 A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assistiu-se a uma sequência de iniciativas voltadas ao aumento da escolaridade no ensino regular, compreendendo desde a introdução do controverso modelo de *progressão continuada* no ensino público, em 1998 (Viégas; Souza, 2006) até a adoção de políticas de transferência de renda condicionada à frequência escolar. Ferro e Kassouf (2005) rememoram que iniciativas como o Programa Bolsa Escola surgiram em 2001 para o enfrentamento de desafios agudos à época, como o trabalho infantil. Em uma revisão sistemática da literatura sobre os impactos do Programa Bolsa Família na redução da evasão escolar, Santos *et al.* (2019) identificam na maioria das análises uma conclusão positiva sobre o papel do programa na redução da evasão escolar, mas menos eficaz na melhoria do desempenho. Nos anos 2000, surgiram iniciativas de facilitação do ingresso no ensino superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Sistema de Seleção Unificada, que passaram a usar o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, como referência. Por fim, a instituição de cotas de acesso ao ensino superior para alunos egressos do ensino público e para pessoas negras, em 2012, unificou as ações já desenvolvidas por 44% das instituições federais de ensino superior (Lima Júnior *et al.*, 2015), acelerando a inclusão deste último grupo social (Silva, 2020). Na USP, as cotas para o ensino público e raciais foram instituídas em 2017, e em 2021 a universidade registrou 51,7% de alunos matriculados oriundos das escolas públicas, sendo 44% desses autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI).

6 O primeiro levantamento de séries históricas sobre a posição das mulheres na USP encontra-se no artigo “Construir a igualdade”, de março de 2020. Um levantamento comparativo de mulheres e homens da USP nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática (popularmente conhecidas pelo acrônimo inglês STEM) foi apresentado no segundo seminário *Australia-Brazil Women's Research Engineers Network* (WREN), com o título *Fostering success for women in Engineering: striving for gender equity*. Os dados ali apresentados foram publicados em 15 de setembro de 2021 no *Jornal da USP*, sob o título “Mulheres nas áreas STEM da USP e a busca pela equidade” (Arruda, 2021). Por fim, dados sobre a proporção de mulheres e homens na USP e sobre a produtividade de cada gênero nos últimos dois anos foram apresentados pela professora Marcia Thereza Couto na *Escuela UIU de Género y Feminismos* na seção *Investigación en perspectiva de género*, em 9 de novembro de 2021. Sobre o evento, ver: USP Mulheres (2021).



DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS: DADOS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS

O projeto *Mulheres e Homens da USP* pretendeu ser a primeira iniciativa de uma plataforma que teria por objetivo criar uma referência no armazenamento, na organização e na disponibilização de dados existentes e de conteúdos próprios a respeito da situação das mulheres na USP e no Brasil. Com esta característica, a iniciativa colocaria à disposição de pesquisadores(as), jornalistas, formuladores(as) de políticas públicas e interessados(as) em geral um conteúdo interativo e fácil de ser acessado sobre este tema. De forma complementar, a plataforma buscava oferecer subsídios adicionais às pesquisas e reflexões conduzidas pelos núcleos de estudo sobre gênero existentes na USP.

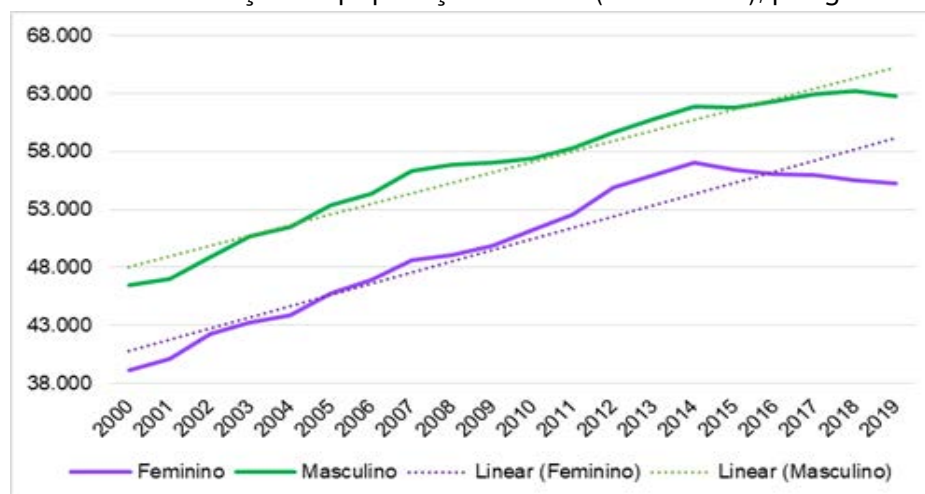
Os resultados deste projeto são apresentados a partir do desempenho da população de mulheres e homens da USP em cada um dos tipos de vínculo mantidos junto à universidade, quais sejam: a) alunos de graduação; b) alunos de pós-graduação; c) pesquisadores de pós-doutorado; d) docentes; e e) servidores técnico-administrativos. Cada um desses cinco tipos de vínculo é analisado no seu total e de forma desagregada, segmentado pelas grandes áreas do conhecimento (humanas ou humanidades, exatas e biológicas) e pelas áreas reunidas no acrônimo STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*). Em cada uma dessas fragmentações, é analisado o crescimento ou a diminuição geral da população entre os anos 2000 e 2019, a distribuição proporcional dessa população entre mulheres e homens ao longo desse período e o crescimento ou a diminuição de cada um dos gêneros ao longo do tempo, tendo por referência o seu próprio tamanho no início da série.

Neste artigo, esses dados foram ajustados, sendo excluídas as descrições relativas às grandes áreas do conhecimento de exatas e biológicas, assim como os dados relativos às áreas STEM. A única desagregação analisada é relacionada à área de humanidades, seguida pela análise do mesmo conjunto de dados no âmbito da ECA-USP.

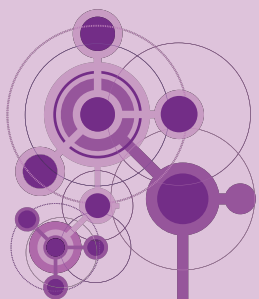
A POPULAÇÃO TOTAL DA USP E DA ECA NO PERÍODO ANALISADO

Entre os anos 2000 e 2019, a população da USP registrou um crescimento geral de 38%, com uma variação média anual de 2% (Gráfico 1) – um salto de 85,5mil para 118mil. Na comparação entre os gêneros, os homens mantiveram-se como maioria, ainda que tenham diminuído sua presença em 1,1 ponto percentual, passando de 54,3% no ano 2000 para 53,2% em 2019, enquanto as mulheres cresceram na mesma proporção, passando de 45,7% para 46,8%. Esse crescimento se refere ao desempenho de cada gênero em relação ao seu próprio histórico, tendo as mulheres ampliado a sua presença em 41,3% no período, enquanto os homens o fizeram em 35,3%.

Gráfico 1: Evolução da população da USP (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.



Entre 2000 e 2019, a população da ECA cresceu cerca de 14,9%, passando de 3.473 para 3.991 pessoas. Em termos gerais, as mulheres apresentaram um desempenho interno superior aos dos homens – enquanto elas cresceram 17,5%, a população masculina cresceu 11,9%. Esse melhor desempenho feminino resultou num avanço numérico das mulheres em termos de distribuição proporcional da população da ECA: passaram de 53,7% no início da série para 54,9% em 2019. Esse desempenho geral está no mesmo sentido daquele registrado pela população geral da USP – a despeito do crescimento interno feminino uspiano ter sido de 41,2% contra 35,1% do masculino. A Tabela 1 descreve essa comparação. Entretanto, essa relativa igualdade entre os gêneros esconde, tanto na USP como na ECA, severas desigualdades entre mulheres e homens, perceptíveis a partir do momento em que a análise é desagregada pelos vínculos institucionais.

Tabela 1: Distribuição entre a população feminina e masculina da ECA e da USP, em 2000 e em 2019, e sua respectiva variação interna

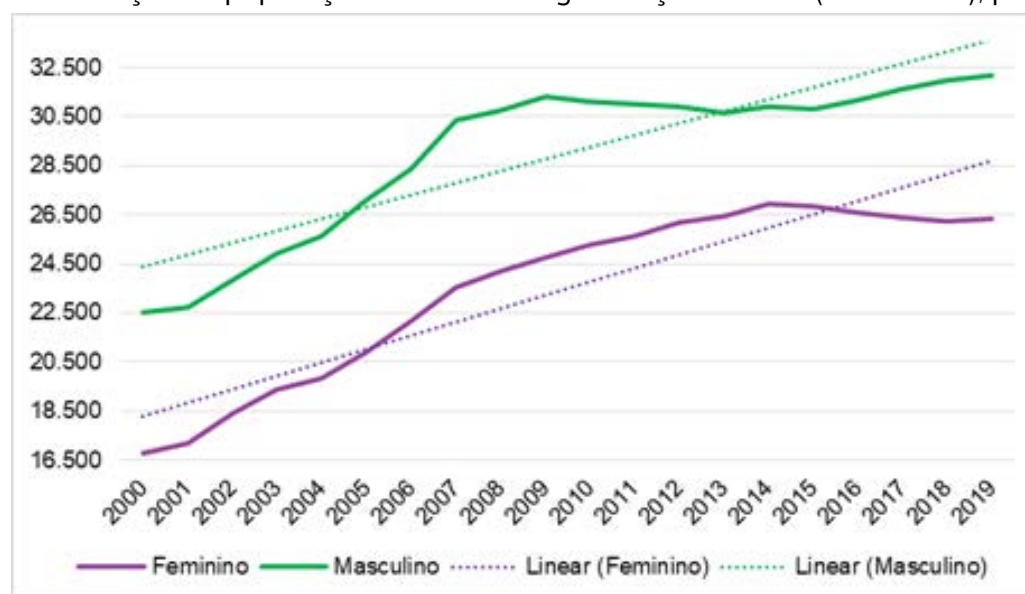
Unidade	Gênero	2000	2019	Varição
ECA	Feminino	53,7%	54,9%	1,2%
	Masculino	46,3%	45,1%	-1,2%
	Total	100%	100%	
USP	Feminino	45,7%	46,8%	1,1%
	Masculino	54,3%	53,2%	-1,1%
	Total	100%	100%	

Fonte: USP MulheresPró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (-).

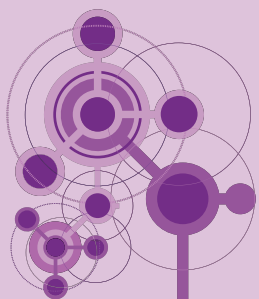
Distribuição de gênero na graduação da USP e da ECA

Entre os anos 2000 e 2019, a população de estudantes de graduação na USP registrou um crescimento geral de 48,9% (Gráfico 2). Proporcionalmente, os homens constituem a maioria dos alunos, oscilando negativamente de 57,3%, no início da série, para 55% ao término dela, ao passo que as mulheres oscilaram positivamente de 42,7% para 45%. Esse crescimento proporcional feminino dentro do período analisado é explicado pelo crescimento interno das mulheres superior ao dos homens – 57,3% contra 42,8%, respectivamente.

Gráfico 2: Evolução da população de alunos da graduação da USP (2000-2019), por gênero



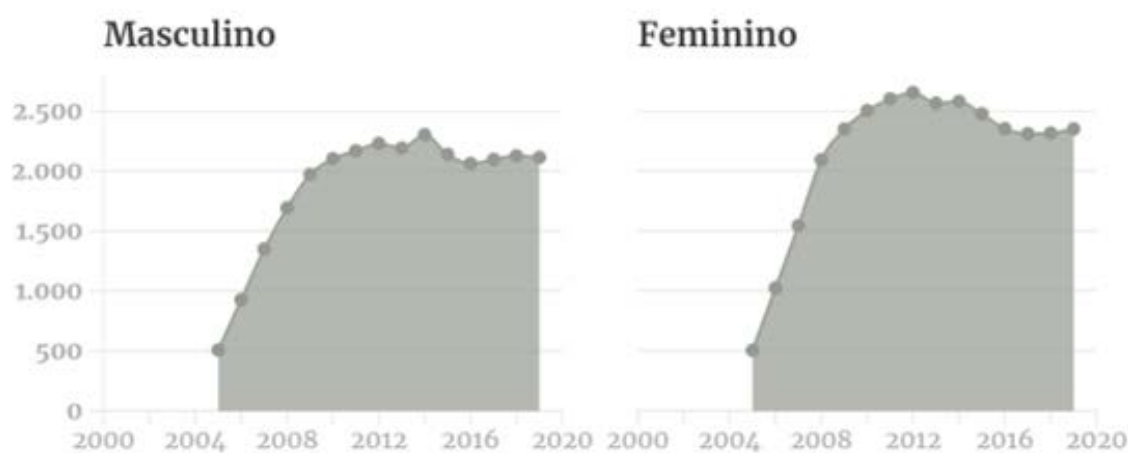
Fonte: USP Mulheres.



Os cursos de graduação das áreas de humanidades registraram um crescimento geral de 44%. Entre 2000 e 2019, mulheres e homens apresentaram proporções idênticas, com discretas oscilações. No início do período analisado, os homens constituíam 50,3% desta população e as mulheres, 49,7%. Em 2019, esta ordem é invertida, passando as mulheres a representar 50,1% e os homens, 49,9%. Esta oscilação ocorre pela diferença no crescimento interno de cada gênero. As mulheres aumentaram a sua população em 45% e os homens em 42%.

Na ECA, tanto as mulheres quanto os homens apresentaram variação interna positiva, com as mulheres registrando um desempenho interno superior ao masculino – 43% contra 14,6%. Assim, a ECA, que já era majoritariamente feminina no início da série (52,2% do corpo discente), consolidou ainda mais essa tendência (57,7% em 2019). Este predomínio das mulheres nos cursos de graduação confirma outros estudos que também retratam o predomínio das mulheres nos diferentes segmentos da comunicação (Rádio, TV, audiovisual), bem como no trabalho artístico, com produção e gestão cultural (AMARAL, 2019). Essa tendência de crescimento do corpo discente feminino e retração do masculino, descrita no Gráfico 3 e na Tabela 2, assemelha-se a tendência geral registrada para a população da USP como um todo, com a diferença de as graduandas já serem maioria no início da série e crescerem ainda mais.

Gráfico 3: Evolução da população de alunos da graduação da ECA (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

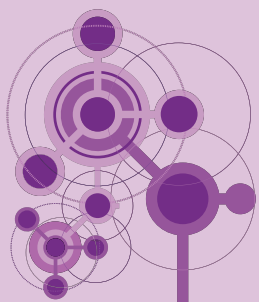
Tabela 2: Distribuição da população feminina e masculina da ECA e da USP, na graduação, em 2000 e em 2019, e sua respectiva variação interna

Unidade	Gênero	2000	2019	Variação
ECA	Feminino	52,2%	57,7%	5,5%
	Masculino	47,8%	42,3%	-5,5%
	Total	100%	100%	
USP	Feminino	42,7%	45,0%	2,3%
	Masculino	57,3%	55,0%	-2,3%
	Total	100%	100%	

Fonte: USP Mulheres.

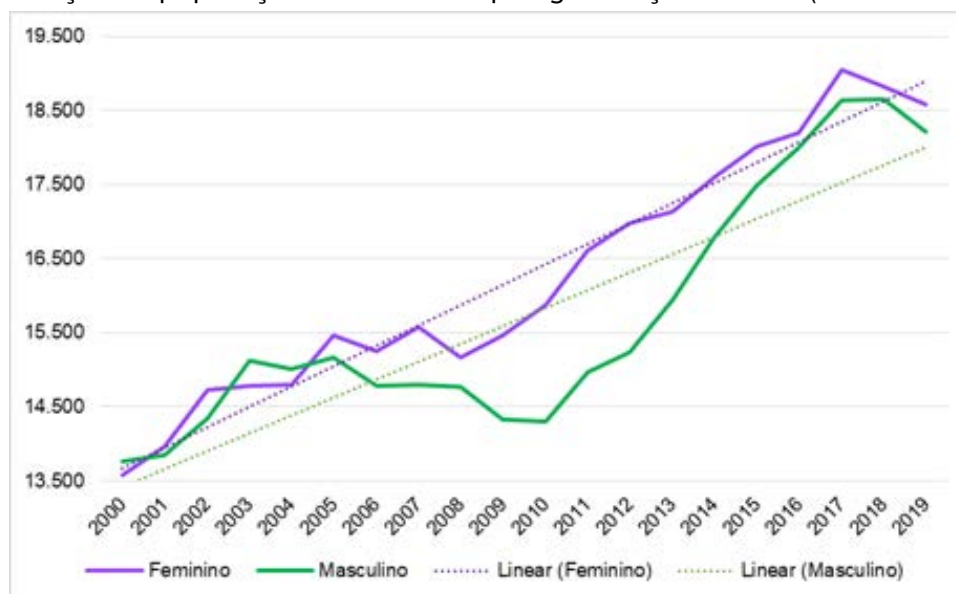
Distribuição de gênero na pós-graduação da USP e da ECA

A pós-graduação, por sua vez, revelou-se mais equilibrada na proporção de mulheres e homens, tendo, em 85% do período analisado, a proporção de mulheres ultrapassado a de homens (Gráfico4). O conjunto da pós-graduação registrou um crescimento



de 35% entre 2000 e 2019. A distribuição entre homens e mulheres manteve-se igualitária, com 50% cada, tendo os homens aumentado a sua participação a partir de 2010. Com relação ao seu próprio histórico, as mulheres apresentaram, entre 2000 e 2019, um crescimento de 36,9% contra 32% dos homens.

Gráfico 4: Evolução da população de alunos da pós-graduação da USP (2000-2019), por gênero

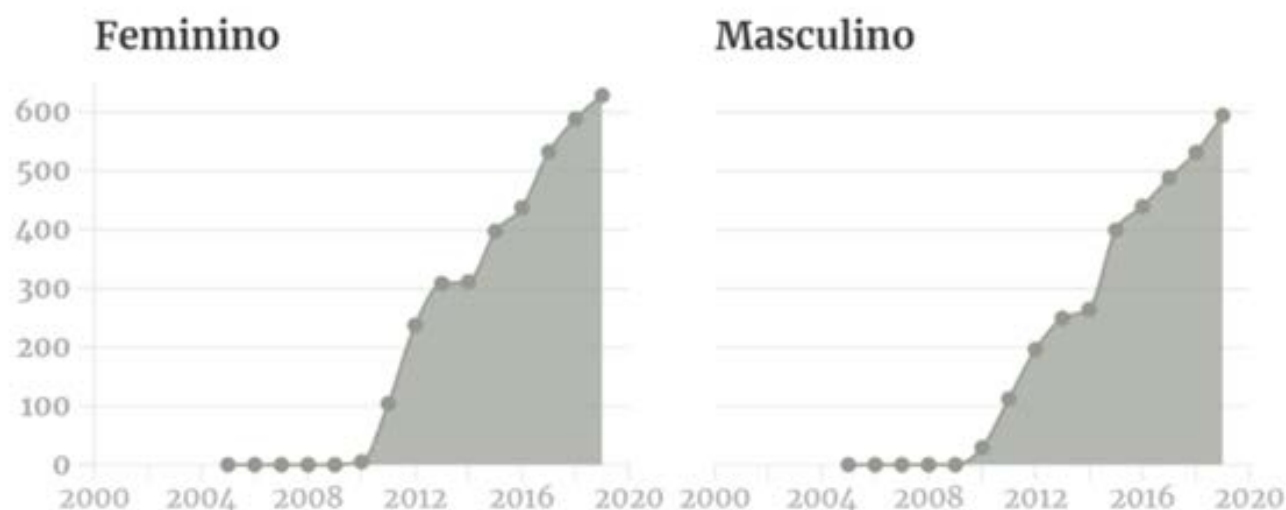


Fonte: USP Mulheres.

A pós-graduação em humanidades registrou um crescimento geral de 48%. As mulheres constituem a maioria, representando 55% dos estudantes desta modalidade no ano 2000, e 51% em 2019. Os homens representaram 45% e 49% dessa população nos mesmos anos. As mulheres registraram crescimento interno de 39%, contra 59% dos homens.

Na ECA, as pós-graduandas já eram maioria desde o início da série (58,9%). Porém, ao longo das duas décadas, a população feminina registrou uma variação negativa de 9,2%. Já a população masculina registrou variação positiva de 5,9%. Essa tendência da ECA não corresponde à tendência da USP, em que mulheres e homens variaram positivamente – 36,9% e 32,4%, respectivamente. Entretanto, apesar do desempenho interno negativo, as mulheres da ECA continuaram a ser maioria na pós-graduação, compondo 55,2% do corpo discente em 2019 (Gráfico 5), enquanto na USP o cenário se manteve estável – com oscilação positiva de apenas 0,8% para as mulheres (Tabela 3). Mesmo sendo as mulheres maioria no universo da graduação, na pós-graduação, onde ainda são maioria, elas têm diminuído ao longo do período observado, em termos de distribuição da população total.

Gráfico 5: Evolução da população de alunos da pós-graduação da ECA (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

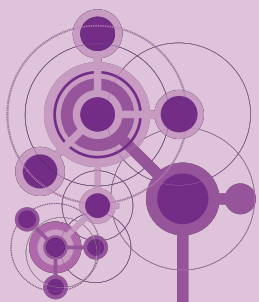


Tabela 3: Distribuição da população feminina e masculina da ECA e da USP na pós-graduação, em 2000 e em 2019, e sua respectiva variação interna

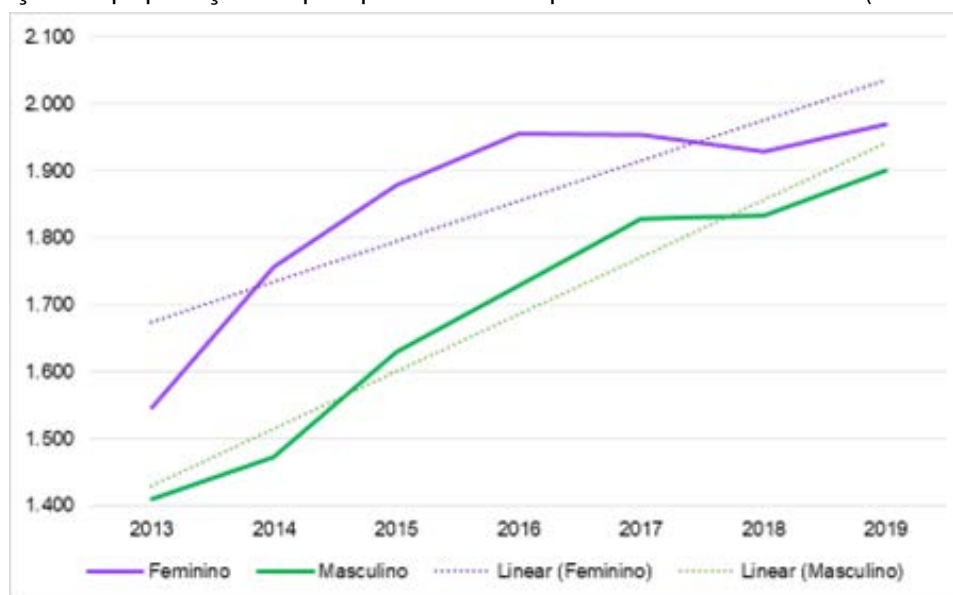
Unidade	Gênero	2000	2019	Variação
ECA	Feminino	58,9%	55,2%	-3,8%
	Masculino	41,1%	44,8%	3,8%
	Total	100%	100%	
USP	Feminino	49,7%	50,5%	0,8%
	Masculino	50,3%	49,5%	-0,8%
	Total	100%	100%	

Fonte: USP Mulheres.

Distribuição de gênero no pós-doutorado da USP e da ECA

O crescimento geral da população de pós-doutorado foi de 30,9%. Proporcionalmente, as mulheres também são a maioria nesta modalidade, registrando 52,3% no ano 2000 e 50,9% em 2019, enquanto os homens registram 47,7% e 49,1% no mesmo período (Gráfico 6). Por outro lado, os homens registram maior crescimento interno (34,8%) em comparação com as mulheres (27,3%).

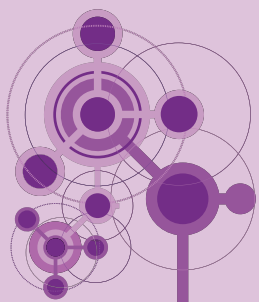
Gráfico 6: Evolução da população de pesquisadores de pós-doutorado da USP (2013-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

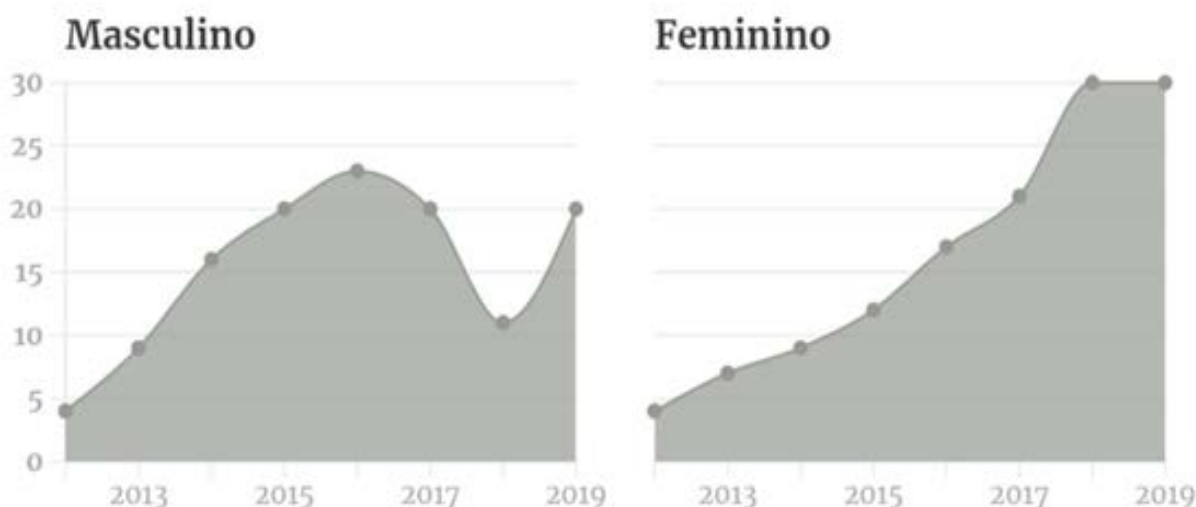
A população de pós-doutorado na área de humanidades registrou um crescimento de 42% entre 2013 e 2019. Neste período, as mulheres apresentaram um crescimento menor em comparação aos homens. Em 2013, elas representavam 53% deste grupo, mas foram superadas a partir de 2015, decrescendo, em 2019, para 49%, enquanto os homens representavam 47% e depois 51%. Entre si, as mulheres ampliaram em 31% o seu total na área, contra 53% registrado pelos homens.

Na ECA, tanto as mulheres quanto os homens apresentaram variação interna positiva no pós-doutorado, com estes últimos registrando um crescimento interno de 44,8%, em detrimento de somente 12,5% por parte das mulheres. Esse melhor desempenho interno masculino resultou em uma distribuição mais igualitária entre os gêneros ao longo do período analisado, passando a distribuição da população de 58% de mulheres, em 2000, para 51,7% em 2019 (Gráfico 7). Essa tendência de equalização numérica entre mulheres e homens no pós-doutorado da ECA assemelha-se à tendência registrada para a população de pós-doutorado da USP em geral, porém, com maior intensidade. O pós-doutorado da ECA segue a tendência



da pós-graduação, em que as mulheres, apesar de serem proporcionalmente maiores, veem a população masculina cada vez mais próxima (Tabela 4).

Gráfico 7:– Evolução da população de pós-doutorado da ECA (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

Tabela 4: Distribuição da população feminina e masculina da ECA e da USP no pós-doutorado, em 2000 e em 2019, e sua respectiva variação interna

Unidade	Gênero	2013	2019	Variação
ECA	Feminino	58,0%	51,7%	-6,2%
	Masculino	42,0%	48,3%	6,2%
	Total	100%	100%	
USP	Feminino	52,3%	50,9%	-1,4%
	Masculino	47,7%	49,1%	1,4%
	Total	100%	100%	

Fonte: USP Mulheres-.

Distribuição de gênero na docência da USP e da ECA

A população de docentes na USP registrou crescimento total de 14,7%. Se os vínculos discentes (graduação e pós-graduação) e de pós-doutorado tendem a ser mais equilibrados na distribuição entre os gêneros, o mesmo não se verifica na docência. Em termos proporcionais, as mulheres nunca diminuíram a sua defasagem em relação aos homens. Em 2000, elas representavam 32,9% do corpo docente e, quase duas décadas depois, oscilaram positivamente para 37,1%. Os homens, predominantes, correspondiam a 67,1% no início da série, mas diminuíram para 62,9% em 2019 (Gráfico 8). Por outro lado, o desempenho de cada gênero com relação ao próprio histórico apresenta um maior crescimento das mulheres (29,2%) em relação aos homens (7,5%). Este baixo crescimento total dos homens diz respeito à retração que esses sofreram a partir de 2015.

Neste período, somente 30,6% das mulheres docentes progrediram para a posição de professoras titulares, ao passo que os homens concentraram 69,4% das promoções ao topo da carreira universitária⁷.

⁷ Ver Arruda (2021).

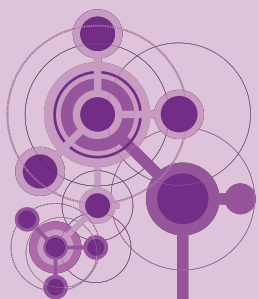
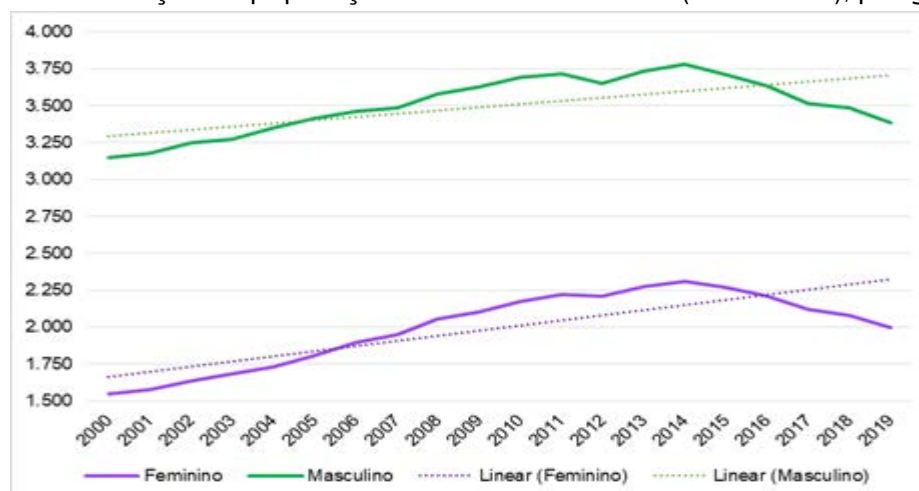


Gráfico 8: Evolução da população de docentes da USP (2000-2019), por gênero

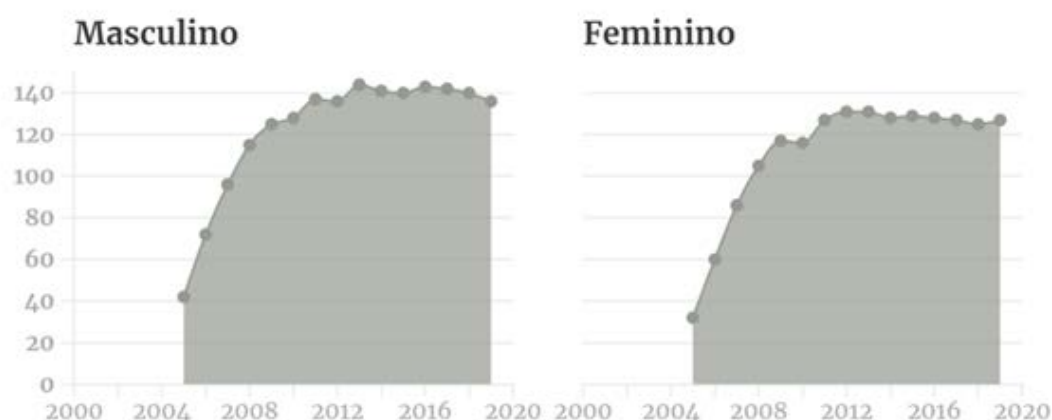


Fonte: USP Mulheres.

A docência na área das humanidades apresentou um crescimento geral de 39%, entre 2000 e 2019. Os homens também são a maioria nesta área, com a sua presença oscilando de 62%, no ano 2000, para 60%, em 2019. As mulheres oscilaram positivamente de 38% para 40% no mesmo período. Tal resultado se deve ao crescimento interno das docentes mulheres dentro do período analisado, na ordem de 47%. O crescimento interno entre os homens foi menor, de 35%. Aqui, observa-se um princípio de ruptura do padrão vigente, com um aumento expressivo das mulheres na docência, comparativamente à sua própria situação no início do período observado. Por um lado, fenômenos como a criação de novas escolas e cursos contribuíram para a ampliação do quadro geral de postos⁸. Por outro lado, seria necessário observar a dinâmica de reposição dos quadros aposentados para contabilizar quantas mulheres foram contratadas para vagas anteriormente ocupadas por docentes homens.

Na ECA, seguindo a tendência da USP, as mulheres constituíam 36,6% do corpo docente no início da série (Gráfico 9), mas, diferentemente da USP, não registraram um crescimento interno positivo. Se, na USP, o corpo docente feminino cresceu 29,2% internamente, na ECA houve uma retração de 14,3%. Essa retração também ocorreu no corpo docente masculino da ECA (3,7%), também na contramão da tendência geral da USP, em que os docentes homens cresceram internamente 7,5%. Assim, ao término das duas décadas, enquanto as docentes mulheres da ECA passaram de 36,6% para 34%, o percentual de mulheres na docência da USP chegou a 37,1%, 4,2% a mais do que o registrado no início da série (Tabela 5). Apesar de serem maioria na graduação, na pós-graduação e no pós-doutorado, e a despeito da tendência registrada de retração na pós-graduação e no pós-doutorado, em 2019, as mulheres eram apenas 34% do corpo docente da ECA – com uma retração acumulada de 2,7% desde 2000.

Gráfico 9: Evolução da população docente da ECA (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

⁸ Merece destaque a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, em 2005 (Resolução USP 5231).

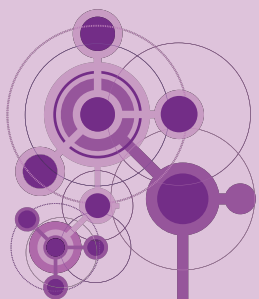


Tabela 5: Distribuição da população feminina e masculina da ECA e da USP na docência, em 2000 e em 2019, e sua respectiva variação interna

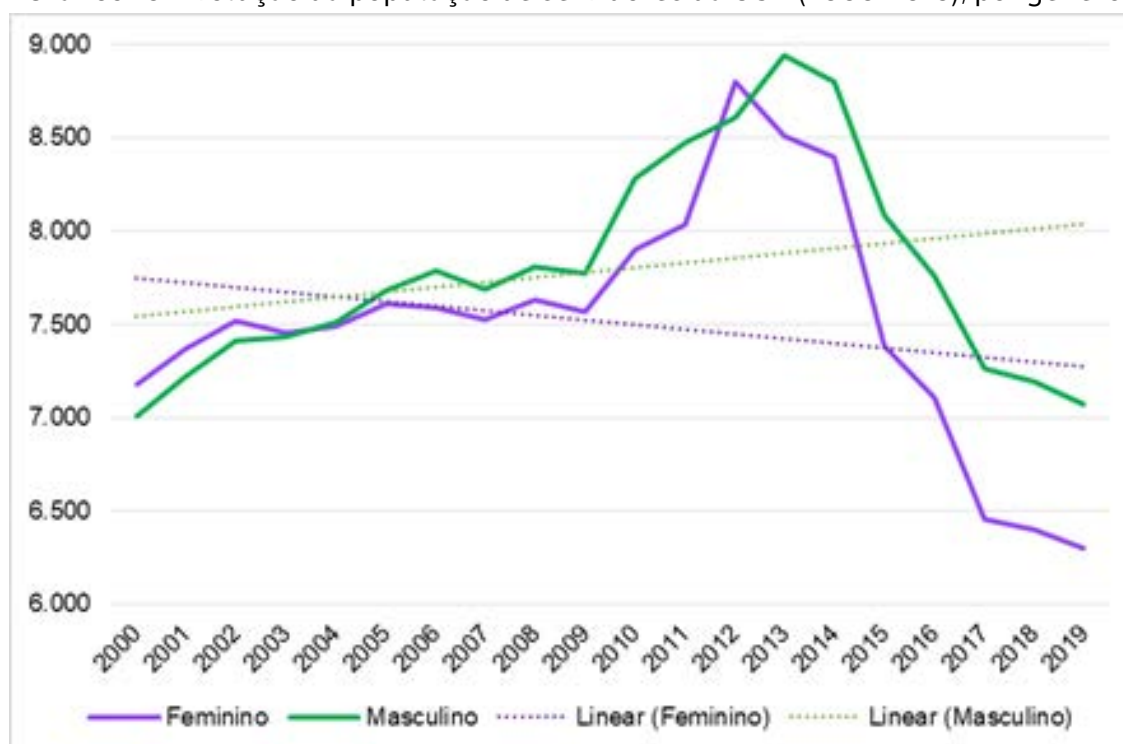
Unidade	Gênero	2000	2019	Variação
ECA	Feminino	36,6%	34,0%	-2,7%
	Masculino	63,4%	66,0%	2,7%
	Total	100%	100%	
USP	Feminino	32,9%	37,1%	4,2%
	Masculino	67,1%	62,9%	-4,2%
	Total	100%	100%	

Fonte: USP Mulheres.

Distribuição de gênero no serviço técnico-administrativo da USP e da ECA

No segmento dos servidores técnico-administrativos, o estudo observou três movimentos: a) um crescimento moderado entre 2000 e 2008 (8,8%); b) uma ampliação acentuada entre 2009 e 2013 (13,7%); e c) uma retração de 23,4% no período restante (Gráfico 10). Com isso, os servidores técnico-administrativos da USP apresentaram uma retração de 4,9% em todo o período observado. As mulheres, que representavam 50,6% do corpo de servidores não-docentes em 2000, deixaram de ser a maioria absoluta em 2004, voltando a ser maioria somente no ano de 2012, e tornando a declinar nos anos subsequentes. Em 2019, elas representavam 47% dessa população. Com isso, as mulheres invertem a posição com os homens, que em 2000 representavam 49,4% do quadro de servidores e, em 2019, tornaram-se 53% do total. Com relação ao crescimento interno de cada gênero, entre 2000 e 2019, as mulheres apresentaram uma variação negativa de 11,8%, enquanto os homens apresentaram um aumento discreto de 2,1%. As linhas de tendência observadas no Gráfico 10 ilustram a tendência positiva para a variação masculina, e negativa para a variação feminina.

Gráfico 10: Evolução da população de servidores da USP (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

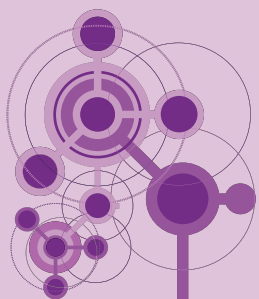
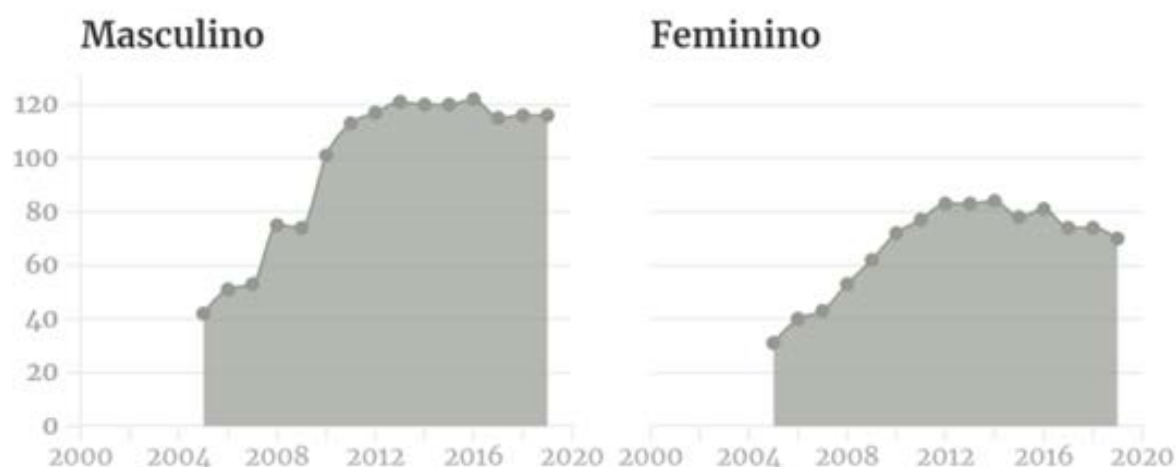


Gráfico 11: Evolução da população de servidores técnico-administrativos da ECA (2000-2019), por gênero



Fonte: USP Mulheres.

Nas humanidades, houve um crescimento geral de 9,8% na quantidade de servidores. Entretanto, as mulheres registraram declínio, oscilando de uma proporção de 54% em 2000, para 47,7%, em 2019, ao passo que os homens aumentaram sua presença de 46% para 52,3% no mesmo período. As mulheres das humanidades apresentaram desempenho interno negativo de 3%, passando de 1.064, em 2000, para 1.032, em 2019. Por outro lado, os homens registraram um crescimento interno de 24,8% no período, oscilando positivamente de 908 para 1.133 servidores.

Na ECA, os servidores homens terminaram o ano de 2019 com a mesma população registrada no ano 2000: 121 servidores. Já as servidoras registraram uma retração de 26,85%. Em termos proporcionais da população, o corpo de servidores se tornou desigual (Gráfico 11). No início da série, a proporção era de 47,2% de servidoras e 52,8% de servidores. Já ao final da série, as servidoras passaram a compor apenas 39,5% da população total, enquanto os servidores do sexo masculino representaram 60,5% (Tabela 6). Essa tendência da ECA assemelha-se, de maneira intensificada, à tendência registrada para a população da USP em geral. O corpo de servidores técnico-administrativos está retraindo., Entretanto, essa retração só é registrada para a população feminina, enquanto a população masculina se mantém imune a essa dinâmica.

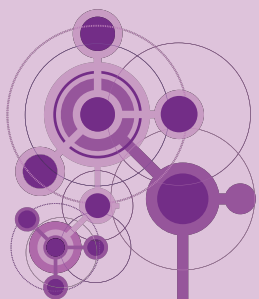
Tabela 6: Distribuição da população feminina e masculina da ECA e da USP entre os servidores técnico-administrativos, em 2000 e em 2019, e sua respectiva variação interna

Unidade	Gênero	2000	2019	Variação
ECA	Feminino	47,2%	39,5%	-7,7%
	Masculino	52,8%	60,5%	7,7%
	Total	100%	100%	
USP	Feminino	50,6%	47,1%	-3,5%
	Masculino	49,4%	52,9%	3,5%
	Total	100%	100%	

Fonte: USP Mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro, do escopo proposto por este artigo, os dados aqui descritos permitem destacar três pontos:



a) No plano geral, a população da USP como um todo já apresentava uma relativa igualdade de gênero, com uma pequena progressão de 1,1% no percentual de mulheres: essas representavam 45,7% da população da USP em 2000 e passaram a representar 46,8% em 2019. Além disso, também no plano geral, as mulheres tiveram um desempenho proporcional interno melhor em relação aos homens, registrando um crescimento de 41,3% contra 35,3% desses. Porém, essa igualdade no plano geral se desfaz quando o estudo desagrega a análise pelos diferentes tipos de vínculo mantidos com a USP.

b) A população das unidades da área das ciências humanas tende a ser mais igualitária em termos da proporção entre os gêneros. Por outro lado, a diferença percentual entre mulheres e homens é maior na docência, atingindo uma diferença de 16 pontos percentuais, na qual os homens são a maioria (cerca de 58%). Os servidores das unidades dessa área observaram um crescimento geral de quase 10%. Todavia, esse crescimento se deu exclusivamente na população masculina dos servidores, que registraram uma variação positiva de cerca de 25% da sua população, enquanto a população feminina oscilou negativamente em 3 pontos percentuais. Isso fez com que as mulheres passassem de 54% do total de servidores da área nos anos 2000 para 47,7% em 2019.

c) Os dados relacionados à ECA permitem observar uma *feminização* crescente desta unidade com relação à sua população discente na graduação e na pós-graduação. Por outro lado, depreende-se que as mulheres mantêm com a ECA uma relação mais profissionalizante - com a busca pela graduação nos seus diferentes cursos, e menos científica. O magistério superior na ECA tem sido compreendido como uma atribuição, sobretudo, para os homens. Assim como o conjunto da USP, trata-se de uma escola altamente masculinizada em seu corpo docente e entre seus servidores técnico-administrativos.

Este é um primeiro estudo quantitativo sobre a distribuição de mulheres e homens na Universidade de São Paulo e nas suas unidades de ensino e pesquisa. Em que pese a contribuição oferecida no entendimento da distribuição de cada gênero nos diferentes tipos de vínculos internos à USP, faz-se necessário o prosseguimento dos estudos, com a mobilização de novas informações que permitam compreender as diferenças existentes entre os cursos de uma mesma unidade, de forma a identificar aqueles em que a desigualdade de gênero se concentra com mais força. Da mesma forma, são necessários estudos complementares, de ordem qualitativa, que permitam perscrutar tanto as razões dessas proporções identificadas como o sentido social dos arranjos identificados, tendo em perspectiva o debate sobre a divisão sexual do trabalho comentado no início deste artigo.

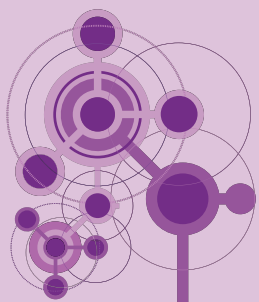
REFERÊNCIAS

AMARAL, R. C. Sob o jugo da musa: profissionalização e distinção entre os produtores e gestores culturais no Brasil. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19022020-174708/pt-br.php>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ATLAS DO ESTADO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mulheres nas áreas STEM da USP e a busca pela equidade. *Jornal da USP*, São Paulo, 15 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/mulheres-nas-areas-stem-da-usp-e-a-busca-pela-equidade/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; AGOPYAN, Vahan. Construir a igualdade. *Jornal da USP*, São Paulo, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/construir-a-igualdade/>. Acesso em: 2 fev. 2022.



FERRO, Andrea Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia "Avaliação do Impacto dos programas Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil". *Pesquisa e planejamento econômico*, v.35, n.3, dez 2005.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. *SUR*, São Paulo, v.13, n.24, p.53-64, 2016.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 6 fev. 2022.

LIMA JUNIOR, Antônio Teixeira *et al.* *Igualdade racial*. Brasília, DF: Ipea, 2015. (Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n.23).

OECD. *Gender wage gap*. Paris: OECD, 2022. Disponível em: <https://data.oecd.org/earnwage/gender-wage-gap.htm#:~:text=The%20gender%20wage%20gap%20is,self%20employed%20on%20the%20other>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SANTOS, Maria Cristina Silva *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>.

SILVA, Tatiana Dias. *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente*. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

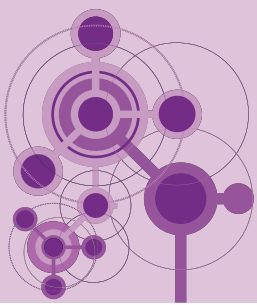
USP MULHERES. Representantes da USP participam de evento sobre gênero da Unión Iberoamericana de Universidades (UIU). *USP Mulheres*, São Paulo, 30 nov. 2021. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/representantes-da-usp-participam-de-evento-sobre-genero-da-union-iberoamericana-de-universidades-uiu/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.22, n.3 (49), p.765-790, 2013. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007>.

VIÉGAS, Lygia Viégas; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. A progressão continuada no estado de São Paulo: considerações a partir da perspectiva de educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v.10, n.2, p.247-262, 2006. doi:<https://doi.org/10.1590/S1413-85572006000200008>.

WORLD BANK. *Worldwide bureaucracy indicators*. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://datacatalog.worldbank.org/search/dataset/0038132>. Acesso em: 1 mar. 2022.

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 23/02/2023.



Mulheres, ambulantes e produtoras culturais: as alianças em torno da Garagem das Ambulantes

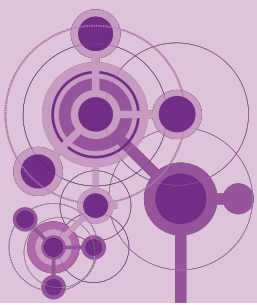
Women, street vendors, and cultural producers: the alliances surrounding the *Garagem das Ambulantes*

Mujeres, ambulantes y productoras culturales: las alianzas en torno al Garagem das Ambulantes



Flávia Barroso

- Doutora e mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- E-mail: flavinhamagalhaes@hotmail.com



Resumo

O artigo investiga as alianças urbanas entre mulheres ambulantes e coletivos culturais constituídas nos últimos anos para a elaboração do espaço festivo Garagem das Ambulantes, no centro do Rio de Janeiro. A constituição do espaço vem sendo acompanhada pela pesquisadora desde 2018, a partir de cartografias de espaços musicais independentes na região. Com base no pensamento de Judith Butler, analisamos o processo de formação de alianças entre grupos na produção de espaços de visibilidade, expressão e renda para mulheres ambulantes.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO • ALIANÇA • ATIVISMO • CULTURA E COMUNICAÇÃO.

Abstract

The article investigates the urban alliances between street vendors and cultural collectives constituted in recent years in the city to elaborate the festive space Garagem das Ambulantes, in downtown Rio de Janeiro. The constitution of the space has been monitored by the researcher since 2018, based on cartographies of independent musical spaces in the region. Based on the thoughts of Judith Butler, we analyze the alliance formation process between the groups in the production of spaces of visibility, expression and income for street vendor women.

KEYWORDS: FEMINISM • ALLIANCE • ACTIVISM • CULTURE AND COMMUNICATION.

Resumen

Este artículo investiga las alianzas urbanas entre los vendedores ambulantes y los colectivos culturales, que se constituyeron en los últimos años para crear el espacio festivo Garagem das Ambulantes en el centro de Río de Janeiro. La constitución del espacio es monitoreada por la investigadora desde 2018, a partir de cartografías de espacios musicales independientes de la región. Desde Butler, analizamos el proceso de alianza entre los grupos en la producción de espacios de visibilidad, expresión y renta para las mujeres ambulantes.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO • ALIANZA • ACTIVISMO • CULTURA Y COMUNICACIÓN.



INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe investigar o processo de aliança que se estabelece entre mulheres ambulantes e produtores culturais na formulação do espaço festivo Garagem das Ambulantes, localizado no centro do Rio de Janeiro. O espaço, inaugurado em 2018, é uma iniciativa capitaneada por três mulheres ambulantes na produção de eventos semanais como rodas de samba, apresentação de blocos de carnaval e bandas independentes. A Garagem das Ambulantes foi utilizada durante anos para estoque de bebidas, isopores, carrinhos, bicicletas e triciclos utilizados pelas ambulantes¹. As constantes interações entre elas, produtores culturais e músicos em eventos, festas e no carnaval passaram a configurar uma aliança que possibilitou a construção do espaço. Atualmente, a Garagem possui programação semanal com três a quatro eventos por semana.

A análise faz parte de uma pesquisa ampla em curso, coordenada pelos grupos de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CAC Uerj) e Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nepcom UFRJ), que investiga particularmente os espaços musicais e festivos situados nas bordas dos processos de revitalização e visibilidade do Centro. Neste estudo, apontamos a existência de alianças (Butler, 2018), ativismos musicais (Herschmann; Fernandes, 2014) e dinâmicas interculturais (Canclini, 2012) entre produtores de cultura, vendedores informais, músicos e frequentadores mediante diferentes políticas de repressão nas últimas gestões da cidade (Barroso; Fernandes, 2018).

Investigamos especificamente a Garagem das Ambulantes com o intuito de analisar a participação das ambulantes que produzem microeventos. Compreendemos que elas assimilam, ao mesmo tempo, a posição de comerciante informal, tradicionalmente enxergada como ameaça ao que se entende por “ordem pública”, e a posição de gênero, altamente condicionada a vulnerabilidades nos contextos noturnos e festivos e de pouca participação no setor de produção cultural. Buscamos compreender, neste artigo, de que forma a aliança entre diferentes grupos ressignifica as posições de precariedade às quais as ambulantes estão historicamente submetidas.

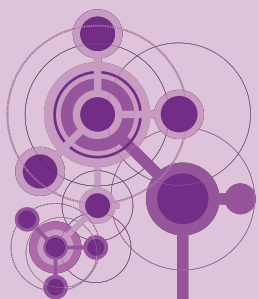
Figura 1: A Garagem das Ambulantes



Fonte: Instagram Garagem Delas, 2018².

¹ Os depósitos vinculados ao armazenamento de materiais de ambulantes são comuns na região do centro da cidade. Esses espaços normalmente são compartilhados entre ambulantes e pagos com uma contribuição mensal. Eles facilitam o trânsito de mercadorias e dos suportes de locomoção, visto que a maioria dos vendedores informais residem em regiões distantes do centro e não conseguem locomover seus materiais de trabalho diariamente.

² Disponível em: <https://www.instagram.com/agaragemdelas>. Acesso em: 29 nov. 2022.



Inspiramo-nos na perspectiva de Butler (2018), para quem a abertura da noção do “ser mulher” viabiliza, entre outras questões, a investigação das políticas de alianças cotidianas agenciadoras de coletividades relevantes, as quais, em associação, performam e publicizam suas demandas e distintas posições de precariedade. A autora salienta que a identificação de gênero, bem como outras identificações e condições sociais, produzem situações variadas de precariedade que, por vezes, encontram-se aliançadas na cidade. Conceber, especificamente, o constructo “mulher” como campo aberto latente e de permanente ressignificação, em contraponto a uma categoria identitária descritiva, trata-se de uma chave de abertura adequada para entender as práticas festivas revestidas de um forte investimento político de mulheres ambulantes e suas associações com blocos, músicos e produtores culturais. Propomos, dessa forma, o aprofundamento da investigação das políticas de aliança que “expandem aquilo que nos referimos quando falamos de nós” (Butler, 2018, p.42) como resposta à complexidade das tecnologias de vigilância, controle e precariedade a que ambulantes, músicos e produtores da cena musical independente são expostos.

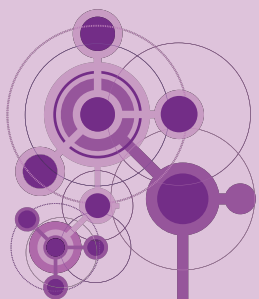
O rastreamento das festas e práticas festivas foi realizado através da aproximação com os atores culturais e suas indicações a partir de um processo cartográfico (Latour, 2012) em que criamos uma rede de investigação que foi se construindo durante a própria pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiabertas com as produtoras, frequentadores, DJs, seguranças, lideranças do Movimento Unido dos Camelôs (Muca) e vizinhanças das festividades. Foram realizados trabalhos de campo antes, durante e após os eventos, de 2018 a 2022, totalizando 15 incursões de campo. Buscamos identificar a rede de atores composta: 1) pelo produtor cultural; 2) pelos frequentadores; 3) pelo músico/banda/artista/DJ; 4) pelos ambulantes e expositores de comida; e 5) pela vizinhança das festas. Referencia-se assim enquanto ponto de partida das estratégias metodológicas empregadas o necessário acompanhamento dos atores e das cenas musicais num contínuo “abrir de caixas pretas” possibilitado pelo movimento do “pesquisador-formiga”, processo referenciado pela teoria ator-rede (Latour, 2012).

POLÍTICAS DE REPRESSÃO, ESPAÇOS DE SUBVERSÃO

A idealização do projeto é consequência de uma rede colaborativa formulada nos últimos anos entre produtores culturais, blocos de carnaval e vendedores informais de bebidas diante do acirramento de diferentes dinâmicas de controle do comércio informal e da autorização de festas e eventos de cultura nas últimas duas gestões da prefeitura do Rio de Janeiro. Durante a gestão de Eduardo Paes (2009-2016), assinalamos a criação da Secretaria de Ordem Pública (Seop), responsável pela repressão intensa aos ambulantes da cidade; a ostensiva fiscalização do comércio informal e dos ambulantes, sobretudo durante o carnaval; a revisão e ampliação de normas para autorização de microeventos de rua; e o recrudescimento da regulação das atividades culturais em regiões turísticas.

Tratando especificamente do comércio ambulante, o prefeito Eduardo Paes, em 2009, inspira-se em sua atuação como subprefeito da Barra da Tijuca na promoção das “Caravanas da Legalidade”, que buscava regularizar a atividade do comércio informal. A Seop, criada em abril de 2009, era a secretaria responsável tanto pelo cadastramento dos ambulantes e camelôs, quanto pela instituição dos zoneamentos de comércio e sua fiscalização. Todos os ambulantes deveriam realizar o chamado Cadastro Único do Camelô e Ambulante (Cuca) até setembro do mesmo ano, caso contrário, todos os licenciamentos anteriores seriam automaticamente cancelados. Na primeira fase do recadastramento, foram contabilizados 18.400 trabalhadores licenciados. O número, contudo, estava bem abaixo das estimativas do quadro do trabalho informal na cidade. O Muca estima que, no período, em todo o município, havia 60.000 trabalhadores. Ou seja, o recadastramento não alcançou grande parte dos camelôs e ambulantes da cidade.

Ao fim do recadastramento, a Prefeitura lançou a operação Choque de Ordem, que prometia pôr fim à desordem urbana, identificando-a como “grande catalisadora da sensação de insegurança e geradora das condições propiciadoras à prática



de crime" (Choque..., 2009). Segundo o documento, as prioridades iniciais da operação eram a retirada de crianças abandonadas das ruas e a fiscalização do comércio informal irregular e das ocupações urbanas. Tendo em vista o grande excedente de trabalhadores informais sem o recente licenciamento, muitos ambulantes e camelôs foram impactados pela operação.

No carnaval de rua de 2013, as cotas de patrocínio da Ambev exigiam que somente a marca de cerveja Antártica fosse vendida durante o carnaval. Apenas ambulantes cadastrados pela empresa poderiam comercializar as bebidas, com preços tabelados e adquiridos em postos autorizados ou em supermercados. Os ambulantes já cadastrados pela Prefeitura passaram por um novo processo de cadastramento específico para trabalhar "legalmente" durante o carnaval. Segundo o relatório do Muca, apenas 5mil ambulantes conseguiram a retirada das autorizações. A parceria público-privada, modelo pelo qual muitos outros projetos foram implantados na cidade, também se estendeu à fiscalização da venda dos produtos. Agentes privados da Ambev circulavam nos blocos para garantir que as regras estavam sendo cumpridas. A Guarda Municipal, por sua vez, era a responsável por apreender mercadorias caso alguma das regras estivesse sendo descumprida.

Ou seja, os ambulantes que haviam passado por cadastramento pela Prefeitura precisaram realizar um novo cadastro, agora na cervejaria, para serem autorizados a vender suas mercadorias nas ruas do Rio de Janeiro. Transformaram-se em funcionários da empresa, a partir das políticas do estado, sendo obrigados a vender uma única marca de cerveja, comprar em postos autorizados, utilizando materiais específicos da empresa (uniforme e isopor) e com preço tabelado. Essa política de ordenação e impedimento do comércio informal durante o carnaval se deu sem que fosse criado nenhum vínculo empregatício, tendo os ambulantes que receber por produção (compra e venda próprias) e absorver possíveis prejuízos de produtos não vendidos e até o risco de recolhimento da mercadoria pela Guarda Municipal. Adiciona-se a esse cenário o estabelecimento de políticas de fiscalização a serem realizados por agentes privados em espaço público. O reforço do contingente, bem como das atribuições da Guarda Municipal, também foram marcas desse período³.

O pretense "ordenamento" do comércio informal, pelo qual justificam-se projetos como os camelódromos formais e as restrições à venda de bebidas durante o carnaval, impõe a exclusão de grande parte dos ambulantes num processo de "limpeza" e gentrificação das áreas centrais da cidade:

As ações vêm no sentido de cadastrar um número determinado de vendedores informais no bairro e no centro, institucionalizar e padronizar feiras através de parcerias público-privadas além de estabelecer um camelódromo na região central. Tudo isso sob a ótica de formar Empreendedores Individuais e de garantir, após regularização de um número restrito de vendedores, a limpeza do espaço urbano, com reforço a fiscalização e repressão aos comerciais excluídos do processo de legalização. (StreetNet International, 2012, p.6)

Após o período dos megaeventos, a gestão de Marcelo Crivella (2017-2020) – prefeito eleito após a gestão de Eduardo Paes – constitui outros modos de operação da regulação dos microeventos que se somam à grave recessão econômica na cidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2014 e 2017, a capital fluminense passou a ter cerca de 25mil vendedores ambulantes a mais nas ruas (Costa, 2018). Empurrados pelo desemprego, passaram a ocupar os mais diversos espaços públicos da cidade. Impulsionada pela pressão e demanda desse período, a Prefeitura criou, em 2018, o projeto "Ambulante Legal", com vistas a formalizar a prática em diversos pontos, somando a isso a intensificação da repressão aos profissionais fora das normas (Prefeitura..., 2018).

³ Em 2009, foi extinguida a empresa contratada para realizar a fiscalização do comércio e, em 2011, foi realizado concurso público para a contratação de novos postos da Guarda Municipal. Importante salientar que o exercício da fiscalização do comércio não está dentro das atribuições da Guarda, tendo em vista que exige treinamento e conhecimento específicos. Em 2014, foi aprovado o projeto de lei que permite à Guarda utilizar armas *não letais* como spray de pimenta e armas de choque.



Nota-se ainda o esvaziamento de editais de subsídios aos eventos de cultura e constantes embargos a eventos já tradicionais na cidade (Altino, 2017; Antunes, 2017b; Boere, 2017; Lacerda, 2017; Pedra..., 2017). Carlos Thiago Cesário, presidente do Polo Novo Rio Antigo, associação que reúne empresários de restaurantes e casas de samba do centro da cidade, destaca em entrevista a necessidade de uma relação sintonizada entre a iniciativa privada e a Prefeitura para a contenção e regulação da atividade ambulante e dos microeventos de rua que, segundo ele, seriam responsáveis por uma série de transtornos na cidade:

A atração, que parece agregar valor à região, acaba incentivando a concentração e permanência de ambulantes que concorrem de maneira desleal, além de afastar os visitantes das casas e perturbar quem reside no entorno, sem respeitar os horários e as regras sobre barulho em áreas públicas após as 22h, além de espalhar sujeira pelas ruas. [...] Situação que se resume, basicamente, no afrouxamento do poder público frente à atividade ilegal dos ambulantes, que representam concorrência desleal ao suado trabalho das casas regularizadas e ainda ameaçam a ordem pública, gerando insegurança e afastando cariocas e turistas de nossos negócios. Não queremos deixar o samba morrer. Lutamos, sim, para que a melodia esteja afinada com o empresariado e o poder público, gerando melhorias para nossa cidade. (Antunes, 2017a)

Espaços divulgados como plurais, que promoverão o aumento de circulação de pessoas, que serão “devolvidos” às cidades, ou que serão finalmente “abertos para a cidade”, são parte de muitos dos projetos de revitalização das regiões centrais das cidades. São espaços construídos, na maioria das vezes, para circulação e usufruto de um grupo de cidadãos moralmente selecionados para o usufruto dos equipamentos e opções de compras e lazer oferecidos pela nova reforma – vidas elegidas para ocupar o ambiente revitalizado (Jacques, 2012). Ao observar a dinâmica que move a revitalização ou reordenamento de espaços na região central, faz-se relevante observar aquilo que é coproduzido pelo empreendimento principal, conforme a sugestão de Butler (2003, p.24): é necessário “enquadrar o marco”, buscando demonstrar o que é escolhido para ser incluído no lado interior e o que resta no lado exterior da moldura. Ou seja, o que fica de fora do planejamento urbano. Portanto, temos olhado para esses “restos”, lugares que apresentam “ruídos”, “dissensos” e “controvérsias”, concomitantemente às obras de revitalização e reordenamento urbano, como as pequenas inscrições da trajetória de aliança entre ambulantes e músicos independentes concretizadas pela organização do espaço festivo Garagem das Ambulantes no centro do Rio de Janeiro.

ÉTICAS DA COABITAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

A idealização do projeto Garagem das Ambulantes é consequência de uma rede colaborativa formulada nos últimos anos entre produtores culturais, blocos de carnaval e vendedores informais de bebidas. Nos cenários marcados tanto pelo reordenamento urbano quanto pela crise econômica nas últimas duas gestões da Prefeitura, notamos que as relações entre produtores culturais de rua e ambulantes se intensificou. A realização de festas em formato de cortejos, por exemplo, capitaneada por blocos de carnaval não-oficiais, intensificou-se fortemente nos anos de 2018 e 2019 como reflexo do estrangulamento da repressão aos eventos culturais de rua. Eventos e festas públicas em becos e ruelas afastadas da visibilidade policial passaram a se espalhar pelo centro da cidade.

A partir do convívio e circulação com festas e concertos musicais, coletivos culturais, blocos de carnaval e ambulantes passaram a assumir novos papéis e novos protagonismos, constituindo uma rede de interação e colaboração. Foram sendo construídos, por exemplo, grupos e reuniões – acompanhadas pela pesquisa – para debates sobre a produção de festas, onde, de forma conjunta, músicos, produtores e ambulantes forjam táticas para a realização de eventos, realizam mapeamento dos ambulantes e trocam informações sobre possíveis intervenções policiais. É comum presenciar, nestas situações, que os atores contribuem e intercambiam os saberes nômades específicos de cada atividade. Enquanto ambulantes conhecem roteiros e práticas de fiscalização, os músicos e produtores de cultura conhecem espaços escondidos da vigilância e, desta forma, constroem, ainda que de forma precária, modos de produzir microeventos.



O amadurecimento das redes e táticas entre as comerciantes informais e coletivos culturais viabilizou a construção do espaço Garagem das Ambulantes, possibilitando alternativas de renda e visibilidade para ambos os grupos, de modo que “as interações afetivas e sociabilidades das cenas musicais constroem, em alguma medida, um tipo de elo” (Herschmann; Fernandes, 2014). A idealização e amadurecimento das experiências de aliança entre os grupos de ambulantes e músicos produzem efeitos de coexistência cultural ou interculturalidade abordados por Canclini (2012, p.106) como uma “confrontação e mescla no interior das sociedades, no qual grupos travam relações e trocas, implicando que os diferentes se encontrem em um mesmo mundo e que devem conviver em relações de negociação e conflitos”.

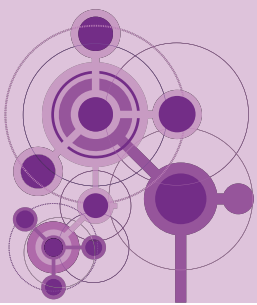
É interessante notar que a ética da coabitação forjada a partir do processo de aliança mobiliza as diferentes posições de precariedade que ambulantes e produtores culturais ocupam. Enquanto as ambulantes assinalam os históricos cerceamentos e violências aos vendedores informais e o aumento exponencial do comércio informal frente à perda de direitos trabalhistas e do desemprego, músicos e produtores destacam os constantes processos de gentrificação e privatização dos espaços públicos e as interdições de eventos e práticas culturais nos locais públicos da cidade. Frente a estas dinâmicas de precarização que empurram ambulantes, músicos e produtores de cultura para a clandestinidade e para a condição precária de vida, articulam-se dinâmicas de coabitação que claramente não substituem os aparatos de seguridade social, mas alavancam o compartilhamento e a visibilidade de seus desafios cotidianos na cidade.

Os caminhos percorridos pelas obras de Butler no estudo das alianças nos inspiram no sentido de buscar alargar as discussões da identidade ao conceber que esta “nunca é dada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmagórico, da identificação” (Butler, 2018, p.75). Essa discussão se faz permanentemente decisiva para a pesquisa, visto que lidamos com o processo de subversão de identidades e performatividades imputadas às mulheres ambulantes e vendedoras informais em direção a outras viabilizadas pelos processos de aliança na cidade, como na produção cultural e festiva de rua.

Durante a pesquisa, constatamos que a aproximação entre as ambulantes e os movimentos carnavalescos, produtores culturais, artistas e frequentadores da Garagem potencializa diversos processos de identificação. Com a inserção nos agrupamentos de blocos e festas independentes, as produtoras ambulantes relacionam-se mutuamente com as discussões e pautas do feminismo colocadas tanto pelas vendedoras informais quanto por bandas e blocos de carnaval compostos por mulheres que passam a buscar o espaço para apresentações. Essa aproximação não se insere apenas sob a forma de uma identificação pacífica, mas, sobretudo, a partir dos debates sobre a sustentabilidade financeira de mulheres que trabalham com produção cultural e com o trabalho ambulante.

O intercâmbio de saberes e vivências iniciado nas discussões acerca das produções de eventos arquitetou relações mais profícuas entre os grupos, assinalando as diferentes posições, histórias de vida e processos de identificação dos sujeitos na cidade. Ao nos depararmos com a construção da Garagem das Ambulantes, que reúne actantes (ambulantes, músicos, técnicos de som, bailarinas, pernaltas, seguranças, público) de diferentes espaços da cidade, com diferentes histórias de vida, de distintas raças e classes que se entrelaçam por diferentes percursos da experiência urbana, percorremos o caminho das alianças proposto por Butler (2018). Esse caminho propõe o processo de desconstrução de uma categoria fixa que designa o que é ser mulher – mas também de outras, como a categoria de “povo” – para compreensão desse processo “aliançoso”.

Butler, nesse sentido, esforça-se em responder ao dilema específico do feminino que se impõe nas suas obras: se devemos desconstruir a categoria fixa do que é ser mulher, “afinal, quem constituiria o ‘quem’, o sujeito para o qual o feminismo busca libertação? Se não existe sujeito, a quem vamos emancipar?” (Butler, 2003, p.78). O ato de desconstruir, conforme aponta Derrida (2001), não significa negar ou rechaçar a existência de uma ideia, nem mesmo inverter as posições. Desconstruir a unicidade das identidades faz parte de um esforço em encará-las como relações de reciprocidade – obviamente, não como um dado pacífico, conciliador e ordeiro, mas na consideração da existência de linhas de transgressão, de ação e de tomada de posição nessas relações.



Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. (Butler, 1992, p.213)

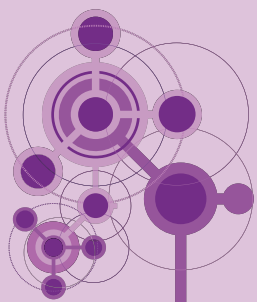
No contínuo trabalho de campo, verificamos que as alianças entre as vendedoras ambulantes, produtores culturais e músicos provocam a reflexão das distintas posições de precariedade em que pesa a exposição à insegurança, à força policial, à raça, às condições financeiras e à própria distribuição demográfica da condição precária. São dinamizados, em paralelo, os diferentes saberes em relação às dinâmicas policiais, às formas de autorização dos eventos, à sustentabilidade das festas e, conseqüentemente, emergem estratégias conjuntas para burlar as fiscalizações e para apoio mútuo entre esses grupos.

As questões de gênero são continuamente reafirmadas na história do comércio informal da cidade e do ambiente noturno-festivo, e, mais especificamente, na trajetória das produtoras. Essas questões, contudo, embaralham-se e são costuradas continuamente por outras linhas que constituem as posições de precariedade das ambulantes e suas alianças. A ocupação, a raça, a história familiar, a vivência no carnaval de rua e as relações construídas com músicos são linhas pelas quais os terrenos coabitativos – como o espaço da Garagem – vão sendo tecidos. Esse paradigma está presente na construção do pensamento de Butler (2018), sobretudo em suas obras mais recentes.

Como transitar de uma teoria da performatividade de gênero para uma consideração sobre as vidas precárias? [...] Parece que eu estava preocupada com a teoria queer e com os direitos das minorias sexuais e de gênero, e agora estou escrevendo de modo mais geral sobre as maneiras pelas quais a guerra ou outras condições sociais designam determinadas populações como não passíveis de luto [...]. Agora estou trabalhando a questão das alianças entre várias minorias ou populações consideradas descartáveis; mais especificamente, estou preocupada com a maneira pela qual a precariedade – esse termo médio e, de algumas formas, esse termo mediador – pode operar, ou está operando, como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam muito em comum e entre os quais algumas vezes existe até mesmo desconfiança e antagonismo. É provável que uma questão política tenha permanecido praticamente a mesma, ainda que o meu foco tenha mudado, e essa questão é que a política de identidade não é capaz de fornecer uma concepção mais ampla do que significa, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças, algumas vezes em modos de proximidade não escolhida, especialmente quando viver juntos, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político. Além disso, a liberdade é mais frequentemente exercitada com outros, não necessariamente de uma maneira unificada e conformista. Ela não exatamente presume ou produz uma identidade coletiva, mas um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade. (Butler, 2018, p.78)

A reflexão de Butler nos fornece material filosófico para lidar com as questões de ordem epistemológica que surgem no campo. Destacamos, entre elas, a inviabilidade de questionar se os sujeitos devem ser mais ou menos interpretados pelo seu gênero, sua raça ou sua regionalidade. Butler (2018) nos convoca a refletir que, para combater os processos de violência e opressão de gênero, é fundamental compreender localmente como esses mecanismos operam. Ao propor a unicidade de um inimigo em comum, esvazia-se a complexidade das estruturas de dominação e vigilância que impele às mulheres, cotidianamente, de formas distintas, a experiência da subjugação. Essa perspectiva se faz presente na investigação da Garagem das Ambulantes, tendo em vista que as actantes operam reflexões sobre as diferentes linhas que compõem precariedades distintas entre as mulheres, músicos e produtores que compõem esse circuito.

Nas mais banais ações da produção dos eventos, as tensões inerentes às diferentes posições de precariedade se revelam. É comum que nas apresentações, especialmente de grupos de mulheres, na Garagem, sejam entoadas palavras de ordem que destacam as diferentes posições ocupadas por frequentadoras e trabalhadoras da cultura e do comércio informal que coabitam o espaço.



Existiriam traços comuns entre as mulheres, preexistentes a sua opressão, ou estariam as mulheres ligadas em virtude somente da sua opressão? Há uma especificidade das culturas das mulheres independente da sua subordinação pelas culturas masculinistas hegemônicas? Caracterizam-se sempre a especificidade e a integridade das práticas culturais ou linguísticas das mulheres por oposição e, portanto, nos termos de alguma outra formação cultural dominante? (Butler, 2018, p.17)

DISCUSSÕES SOBRE IDENTIDADE EM JUDITH BUTLER: O CAMINHO DAS ALIANÇAS

A crítica de Butler em relação à cristalização da identidade sob quaisquer de suas formas não impõe o abandono da categoria “mulher”, mas imputa-lhe uma inerente processualidade potencialmente subversiva. As críticas às reflexões de Butler recaem normalmente na constatação de que a abertura do termo “mulher” viria a provocar o abandono da categoria do sujeito. Indaga-se, portanto: se as reivindicações feministas sempre estiveram atreladas à concepção de que a mulher é um sujeito com direito a sexualidade, trabalho e voto, como reivindicar uma emancipação sem o sujeito designado? Em resposta, Butler compreende que a emancipação do sujeito deve ser construída fora das categorias descritivas.

Se alguém “é” mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídos. Se tornou impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que ela é produzida e mantida. (Butler, 2003, p.21)

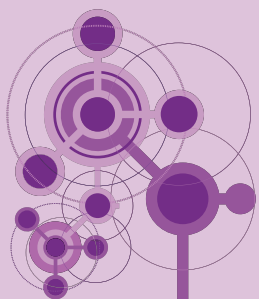
Para Butler (2003, p.213), sugerir a perspectiva de desconstrução da identidade não significa abandonar a política feminista, como é comumente interpretado, mas “ao invés disso, estabelecer como políticos os termos pelos quais a identidade é articulada”, ampliando, portanto, a própria caracterização das diversas práticas que estão associadas ao feminismo.

Notadamente, o grupo de mulheres ambulantes envolvidas na construção de festas na Garagem formula, há gerações, práticas altamente vinculadas ao que chamamos de feminismo. A rede de apoio entre elas está constituída na passagem do ofício ambulante, formulando, conseqüentemente, redes de proteção ativadas de forma recorrente no cotidiano. Citamos aqui o apoio financeiro, a proteção à violência policial, a ajuda nos cuidados domésticos e com filhos e netos e a relação afetiva entre elas.

Nas diversas produções culturais na Garagem, as produtoras privilegiaram bandas, rodas de samba e blocos de mulheres. Ao mesmo tempo, essas bandas, rodas de samba e blocos de mulheres surgiram de dentro de grupos culturais que ocuparam ruas, praças e vielas no início da década de 2010, como resposta ao reordenamento da cidade. Os grupos culturais que inicialmente articularam-se em torno da ocupação dos espaços passaram a assimilar outras complexidades urbanas, como as pautas feministas, de classe e de raça. Essa assimilação, por sua vez, transforma as associações e opera novos formatos, musicalidades e territorialidades, a exemplo da Garagem das Ambulantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do espaço da Garagem advém dos movimentos culturais da urbanidade e, portanto, apresenta-se como ambiente festivo conectado às questões mais amplas da cidade, onde se incluem a causa feminista, o trabalho ambulante, o direito à cultura etc. As condições de aliança em que se forjou a Garagem das Ambulantes são também o meio pelo qual esse ambiente se perpetua e configura seu caráter público, ou seja, através de uma conexão cotidiana com os problemas da cidade.



Estudos relacionados aos mapeamentos e cartografias culturais e festivas têm revelado contribuições significativa no campo da comunicação (Amaral, 2008; Herschmann; Fernandes, 2014; Monteiro, 2011; Pereira; Santiago, 2014; Sá, 2014), enfatizando a abertura dos vetores do campo em direção às sociabilidades e identidades, à produção material, às políticas institucionais, aos círculos de informação, às matrizes culturais, aos modos de organização político-econômica e a todas as “mediações” que emergem dessas relações complexas (Martín-Barbero, 2003). As organizações ético-estéticas das festas nas cidades participam, nesse caminho, da produção de comunicabilidades particulares vinculadas ao território e ao tempo histórico – enfatizando modos de expressão, organização e gestão da cultura.

As táticas de atuação das produtoras-ambulantes, na contramão da racionalidade neoliberal, configuram-se pela interdependência e pela heterogeneidade e organizam-se em redes de compra e venda informal, de pequena escala, de modo errante e arquitetando os mais diversos acordos locais para atuação. A presença deste arranjo festivo particular é uma expressão cultural que visibiliza novos modos organizacionais de produção e gestão de cultura, de modo a apresentar contribuições relevantes para o campo das Relações Públicas, pois interseccionam problemáticas urbanas e soluções no campo da cultura dos eventos.

Argumentamos que os mais diversos agenciamentos de alianças (músicos, produtores independentes, mulheres, ambulantes) fazem emergir na assembleia pública questionamentos acerca da distribuição desigual das condições de precariedade. Os meios pelos quais as condições precárias são expostas no espaço público devem ser ampliados e necessariamente desconectados, na essência, dos parâmetros formais da política, liberando novas formas de atuação ativista na cidade. Apostamos que as alianças urbanas como as que investigamos incorporam a percepção de que essa é uma condição social compartilhada e diferentemente distribuída; composta, entre outras questões, pelas diversas formas de expressão do feminino e das diferentes posições de precariedades às quais mulheres são submetidas. Os acontecimentos festivos da Garagem colocam em visibilidade um processo anterior de interação e colaboração que acontece nas brechas da cidade, substituindo, ainda que provisoriamente, o processo moralizante da responsabilização, próprio da racionalidade neoliberal, por uma ética da coabitação. É, portanto, fora dos eixos políticos tradicionais que podem apresentar-se formas de exposição e persistência deliberadas na reivindicação corporificada da pluralidade dos feminismos urbanos por uma vida possível de ser vivida.

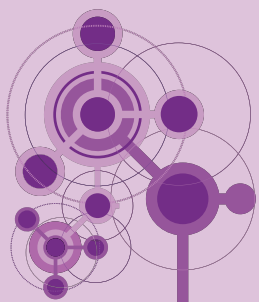
Buscamos, com este artigo, argumentar que as políticas urbanas de aliança entre mulheres e outros agrupamentos são arquiteturas complexas que realçam a inevitável avaliação das diferentes posições de precariedade ocupadas por mulheres. Consideramos esta uma chave para a abertura de perspectivas dogmáticas nas reivindicações de gênero. Propomos, dessa forma, o aprofundamento da investigação das políticas de aliança que “expandem aquilo que nos referimos quando falamos de nós” (Butler, 2018, p.42) como resposta à complexidade das tecnologias de vigilância, controle e precariedade.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Lucas. Bloco Tambores de Olokun é impedido pela Prefeitura de realizar ensaio no Aterro do Flamengo. *O Dia*, Rio de Janeiro, 22 out. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2zuy7Gx>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AMARAL, Adriana. Subculturas e cibercultura(s): para uma genealogia das identidades de um campo. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.15, n.37, p.38-44, 2008.

ANTUNES, Thiago. Carlos Thiago Cesário Alvim: atravessaram o samba. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 nov. 2017a. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/opiniaio/2017-11-30/carlos-thiago-cesario-alvim-atravessaram-o-samba.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.



ANTUNES, Thiago. Polícia Militar impede realização da roda de samba Pede Teresa. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 jul. 2017b. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-29/policia-militar-impede-realizacao-da-roda-de-samba-pede-teresa.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BARROSO, Flávia Magalhães; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. Os limites da rua: uma discussão sobre regulação, tensão e dissidência das atividades culturais nos espaços públicos do Rio de Janeiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v.11, n.1, p.100-121, 2018. doi:<https://doi.org/10.9771/pcr.v11i1.26706>.

BOERE, Natalia. Cultura vai ganhar cinco quadriláteros para eventos em locais públicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 out. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2H6yrUL>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico. In: NICHOLSON, Linda J. (org.). *Feminismo-posmodernismo*. Buenos Aires: Feminaria, 1992. p.22-49.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2012.

CHOQUE de Ordem. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 2009. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Acesso em: 24 nov. 2022.

COSTA, Daiane. Crise empurra mais 200mil pessoas para o trabalho na rua. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-empurra-mais-200-mil-pessoas-para-trabalho-na-rua-22678103>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Intercom, 2014.

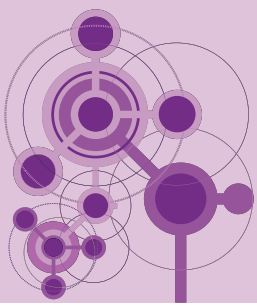
JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.

LACERDA, Paula. Prefeitura interdita parcialmente a festa na rua do Rivalzinho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/prefeitura-interdita-parcialmente-festa-na-rua-do-rivalzinho-21972759>. Acesso em: 26 abr. 2022.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MONTEIRO, Tiago José Lemos. Alfama "chorou": elementos para uma cartografia da presença musical brasileira em Portugal. *Logos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.55-71, 2011. doi:<https://doi.org/10.12957/logos.2011.2256>.



PEDRA do Sal cancela roda de samba e responsabiliza Guarda Municipal, que nega intervenção. *Extra*, Rio de Janeiro, 3 jul. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pedra-do-sal-cancela-roda-de-samba-responsabiliza-guarda-municipal-que-nega-intervencao-21549816.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.

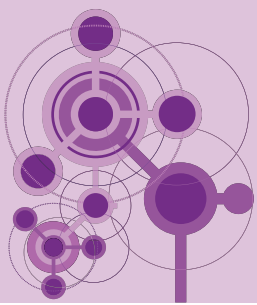
PEREIRA, Simone Luci; SANTIAGO, Sabrina. Circuitos, cenas, cosmopolitismos: cartografias da latinidade em São Paulo. *In: COMUNICON*, 4., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PPGCOM/ESPM, 2014. p.1-16.

PREFEITURA do Rio cria programa Ambulante Legal. *G1*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/06/prefeitura-do-rio-cria-programa-ambulante-legal.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SÁ, Simone Pereira de. Contribuições da teoria ator-rede para a ecologia midiática da música. *Contemporânea*, Salvador, v.12, n.3, p.537-555, 2014.

STREETNET INTERNATIONAL. *Copa do Mundo para todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014*. Durban: StreetNet International, 2012. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

Artigo recebido em 10/08/2022 e aprovado em 23/11/2022.



El doble techo de cristal: llegaron, pero tienen que demostrar que la comunicación es estratégica

O teto de vidro duplo: eles chegaram, mas precisam provar que a comunicação é estratégica

The double glass ceiling: the women arrived, but they have to prove that communication is strategic



Ana Inés Pepe Arias

- Magíster en Estudios Organizacionales de Universidad de San Andrés (UDESA; Bs.As. Argentina).
- Profesora del Departamento de Estudios Organizacionales de Universidad Católica del Uruguay (UCU).
- E-mail: anpepe@ucu.edu.uy



Mónica Arzuaga-Williams

- Doctora en Comunicación, Programa Interuniversitario de Doctorado en Comunicación de las universidades de Sevilla, Málaga, Huelva y Cádiz (España).
- Profesora del Departamento de Estudios Organizacionales de Universidad Católica del Uruguay (UCU).
- E-mail: marzuaga@ucu.edu.uy



Matías Balarini Gómez

- Magíster en Estudios Organizacionales de Universidad Católica del Uruguay (UCU).
- Profesor del Departamento de Estudios Organizacionales de UCU.
- E-mail: matias.gomez@ucu.edu.uy



Resumen

Aunque el campo de la comunicación organizacional en Uruguay está constituido por mujeres en abrumadora mayoría, la mitad de las unidades de comunicación están lideradas por hombres. Las profesionales encuestadas en el Latin American Communication Monitor del 2020 indicaron que el techo de cristal les afecta directamente. Entrevistamos a profesionales de ambos sexos para conocer su percepción y encontramos que la legitimidad del rol, la homofilia y la cultura social y organizacional son las principales causas de este problema.

PALABRAS CLAVE: TECHO DE CRISTAL • EQUIDAD DE GÉNERO • COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL • PROFESIONALES • URUGUAY.

Resumo

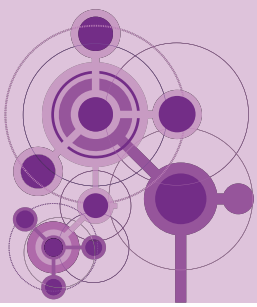
Embora o campo da comunicação organizacional no Uruguai seja composto por uma esmagadora maioria de mulheres, metade das unidades de comunicação são lideradas por homens. Os profissionais entrevistados no Monitor de Comunicação da América Latina 2020 indicaram que o teto de vidro os afeta diretamente. Entrevistamos profissionais de ambos os sexos para saber sua percepção e constatamos que a legitimidade do cargo, a homofilia e a cultura social e organizacional são as principais causas desse problema.

PALAVRAS-CHAVE: TETO DE VIDRO • EQUIDADE DE GÊNERO • COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL • PROFISSIONAIS • URUGUAI.

Abstract

Although the field of organizational communication in Uruguay is made up of an overwhelming majority of women, half of the communication units are led by men. The professionals surveyed in the 2020 Latin American Communication Monitor indicated that the glass ceiling directly affects them. We interviewed professionals of both sexes to find out their perception and found that the legitimacy of the role, homophily, and the social and organizational culture are the main causes of this problem.

KEYWORDS: GLASS CEILING • GENDER EQUITY • ORGANIZATIONAL COMMUNICATION • PROFESSIONALS • URUGUAY.



INTRODUCCIÓN

La encuesta del Latin American Communication Monitor (LCM) presentada en 2021 muestra que en Uruguay el 49% de las mujeres opinaron que el techo de cristal las afectaba personalmente y un 24% de los hombres consideraba que el fenómeno afectaba a su unidad de comunicación. El 67% de los encuestados consideraban que eran las organizaciones las que podían cambiar esta situación y un 25% opinó que las redes profesionales podían influir en este asunto. Aun cuando el 76% de los profesionales que respondieron el LCM eran mujeres, el 49% de las unidades de comunicación estaban lideradas por hombres (Álvarez-Nobell *et al.*, 2021).

Este último dato confirma los resultados de la investigación realizada en 2019 sobre las tareas que desempeñan los profesionales uruguayos:

los profesionales varones de la comunicación organizacional en Uruguay, más que las profesionales mujeres, deciden sobre políticas o planes de largo plazo, toman decisiones que implican recursos muy variados (económicos, humanos, tecnológicos) que pueden afectar varios sectores de la organización, y son los responsables de los resultados de la comunicación, sean positivos o negativos. Es decir, los varones desempeñan el rol decisor en comunicación organizacional en mayor proporción que las mujeres. (Arzuaga-Williams, 2020, p.6)

Teniendo en cuenta este contexto, el objetivo de esta investigación fue recoger opiniones, percepciones y experiencias personales de los profesionales sobre los resultados destacados del LCM para comprender por qué las comunicadoras organizacionales uruguayas continúan afectadas por esta problemática.

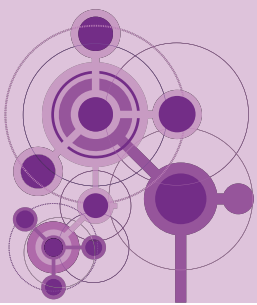
MARCO TEÓRICO

Otra profesión feminizada

A partir de los años 1970 el campo profesional de las Relaciones Públicas, originalmente dominado por hombres, comienza a mostrar creciente presencia de mujeres profesionales. Esto generó preocupación en líderes tradicionales de las asociaciones profesionales de Estados Unidos (Grunig; Toth; Hon, 2001) quienes suponían que el ingreso masivo de las mujeres en las relaciones públicas la convertiría en una profesión de "segunda clase" al igual que otras dedicadas al cuidado como Enfermería, Trabajo social o Educación.

En 1986 una investigación de la International Association of Business Communication de Estados Unidos posiciona como asunto de interés la desigualdad entre hombres y mujeres profesionales. Esta fue comprobada con las diferencias salariales, en igualdad de condiciones, entre hombres y mujeres, y con el dato de que las mujeres se autopercebían poseedoras de habilidades para roles técnicos, pero no para gerenciales. La investigación confirmó que los profesionales opinaban que los salarios tendían a bajar en la medida que más mujeres ingresaban a la profesión (Cline *et al.*, 1986).

Con respecto a estos resultados, Toth (1988) argumenta que el aumento de las mujeres profesionales es un fenómeno que trasciende a las relaciones públicas, al igual que la inequidad entre hombres y mujeres, tanto en el trabajo profesional como en el no profesional. En esta misma obra la autora sienta bases iniciales para los estudios de género en la profesión, al afirmar que la inequidad se vincula con aspectos contextuales y sistémicos de la sociedad, las políticas, la educación y la



cultura, que se materializan en las organizaciones y sobre los que es necesario investigar y trabajar desde la formación de los profesionales.

El techo de cristal

A partir de este puntapié inicial surgen investigaciones y teorías feministas, resultado de diferentes momentos históricos y contextos geopolíticos de países y regiones, y por lo tanto con diferentes focos y prioridades (Buzzanell, 2021).

Algunas de estas teorías se ocupan de generar evidencia sobre inequidades salariales y en la promoción, sobre diferencias en el estilo de liderazgo, la satisfacción laboral y la exploración de la presencia del acoso. Otras se enfocan en explicar las causas sistémicas, estructurales y culturales que subyacen a estas diferencias y muestran que es un problema complejo que requiere abordaje holístico. Finalmente, las teorías de perfil crítico proponen la transformación de los sistemas institucionales que sostienen las diferencias.

Estas teorías e investigaciones parten de la concepción de género como una construcción simbólica y social, que condiciona descripciones y prescripciones de los roles de las personas, determina la valoración social de ellos y define los discursos y las formas de interactuar de hombres y mujeres. Por esto último, Aldoory (2005) propone que el estudio de género en comunicación organizacional, así como el estudio de roles profesionales, se complete con el análisis de los discursos, en especial de los discursos de legitimación.

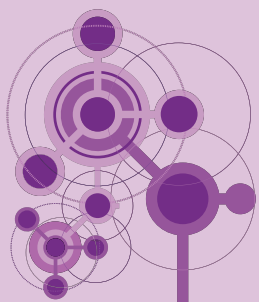
En 1991 la Fundación de la Public Relations Society of America publica resultados de una investigación sobre el trabajo de hombres y mujeres profesionales y lo encuadra en lo que desde los 1980 se estudiaba como "techo de cristal" (Wright *et al.*, 1991). Desde entonces este fenómeno no se ha dejado de investigar en la profesión.

Los enfoques más extendidos sobre el techo de cristal se centran en cuestiones sobre la jerarquía de las mujeres en la profesión, medida por el número de mujeres que ocupan niveles altos de decisión y también en los sesgos en la promoción y en oportunidades de carrera profesional (Aldoory, 2005; Buzzanell, 1995).

Los argumentos que llevan a que las organizaciones sostengan esa desigualdad y hagan mayores esfuerzos para reclutar y retener a "los pocos" hombres en la profesión se basan en las habilidades diferentes entre hombres y mujeres, en particular la habilidad para negociar y en la socialización de hombres y mujeres (Aldoory; Toth, 2002). A esto se agrega el impacto en la carrera de las mujeres del determinismo biológico de la maternidad y la necesidad de lograr un balance entre trabajo y familia. Esto último, en ocasiones, lleva a las mujeres a generar emprendimientos para lograr cierta conciliación (Ferrari; Restrepo, 2022).

Ante las evidencias del techo de cristal, en ocasiones se proponen estrategias para contrarrestar los argumentos y acciones para promover el desarrollo de la mujer. La necesidad de estas acciones aún se muestra en una investigación que concluye que en organizaciones con paridad en sus niveles más altos de decisión hay menos inequidades salariales y de promoción entre hombres y mujeres (Choi; Hon, 2002).

Pero estas acciones implementadas en forma aislada pueden crear la ilusión de cambio, de que con la paridad se logra corregir una situación de inequidad y se mejoran las oportunidades para las mujeres. Según Buzzanell (1995), este falso cambio elude que el techo de cristal es un proceso socialmente construido, que genera estructuras y culturas organizacionales en las que las normas son masculinas, el poder se entiende como propiedad del cargo y se desconocen "las múltiples formas de subordinación entre las personas dentro de las organizaciones" (Aldoory, 2005, p.673).



Las diferencias entre pares

El análisis de las diferencias entre hombres y mujeres es de larga data y va desde las diferencias biológicas, las socioafectivas hasta las neurocognitivas. En particular, la investigación sobre género en la profesión identifica que hombres y mujeres le dan diferente sentido a los sacrificios personales que realizan por el trabajo, perciben de diferente forma sus oportunidades de carrera, tienen diferentes expectativas sobre el trabajo y muestran actitudes diferentes ante la expresión de las emociones, la creación de redes y ante el valor de las diferencias (Toth; Cline, 1991).

Pompper (2012) realizó un estudio cualitativo sobre la particular relación entre mujeres de la profesión cuando trabajan con otras mujeres y encontró el compromiso tácito de las mujeres en ayudar a otras mujeres a crecer en la profesión, por lo que crean lazos fuertes entre ellas. Por otra parte, la autora observa que las mujeres admiran modelos de mujeres profesionales que suelen destacar por su capacidad de escucha, por compartir información, porque enseñan, dan *feedback* constructivo y facilitan la integración de la diversidad y la minimización de los conflictos.

Hasta hace pocos años, la investigación en género y relaciones públicas estuvo centrada en las mujeres heterosexuales, blancas, y con perspectiva eurocéntrica. Vardeman-Winter y Place (2017) sostienen que hay mucho por investigar sobre otros aspectos de la diversidad e inclusión como la intersección con la etnicidad y la raza de las mujeres profesionales.

En las últimas ediciones del European Communication Monitor (ECM), Topic y Tench (2020) encuentran nuevas derivaciones del entorno de las mujeres en la profesión, como el incremento en el estrés por el trabajo, la pesada carga de trabajo, la falta de recursos para el trabajo y la falta de influencia y poder en la organización, además del aumento de la insatisfacción laboral (Moreno; Fuente-Lara; Khalil, 2022). En América Latina, también se agrega la sobrecarga por la responsabilidad de la mujer en el cuidado de dependientes (Moreno; Khalil; Tench, 2021), la matriz cultural del machismo y el patriarcado, y la fragilidad institucional de apoyo en el cuidado de la familia (Ferrari, 2021).

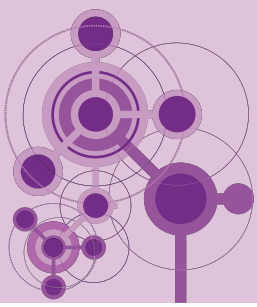
El papel de las organizaciones

Aldoory *et al.* (2008) se preguntan qué discurso usan hombres y mujeres para generar cambios en las organizaciones y en las personas, cómo se expresan sobre las decisiones que consideran inapropiadas, cuál es la definición de poder e influencia que tienen hombres y mujeres, qué recursos de poder reconocen y ponen en práctica en la organización. Place (2012), en un estudio cualitativo, observa que las mujeres en la profesión entienden el poder como capacidad para influir, crear relaciones, empoderar, un poder que deriva de la credibilidad y no es solo control o un bien que deriva del cargo.

Para lograr cambios de discurso y cultura en las organizaciones, Meng y Neill (2021) consideran necesario desarrollar el liderazgo inclusivo que enfatiza en los procesos sociales, la escucha, facilita la apertura y la accesibilidad, comprende las necesidades de sus equipos y crea entornos seguros para los trabajadores.

En estos procesos el papel de los profesionales, hombres y mujeres es clave. Sus decisiones, acciones y discursos pueden reforzar las políticas y condiciones de sus empleadores o las pueden transformar para que el sentido del trabajo y la vida, además de los temas de género, no solo sean otros temas que estudiar, sino temas críticos en el desarrollo de la profesión (Sha; Toth, 2005).

Uruguay es un país pequeño, que se destaca en la región por una temprana modernización como estado democrático con leyes igualitarias de los derechos civiles de la mujer, algunas desde la primera década del siglo XX, como el descanso obligatorio por maternidad, el divorcio por sola voluntad de la mujer, las ayudas económicas a las madres, entre otras. Más recientemente,



en la última década del siglo pasado y primera de este, se decretan leyes que profundizan los derechos de la mujer como la interrupción voluntaria del embarazo, el sistema de cuidados, la igualdad de oportunidades, el acoso sexual, las cuotas políticas, contra la violencia de género, de licencias parentales, entre otras.

Aun así, con una estructura legislativa e institucional dirigida a preservar los derechos de la mujer y alta movilización feminista, este país tiene dificultades para aumentar su participación en cargos de representación política y cargos jerárquicos, disminuir la brecha en las remuneraciones y resolver la violencia de género.

Un estudio sobre cuidados postnatales muestra la distancia entre los incentivos legales que tiene el país y las prácticas reales. Los padres o las madres reciben un subsidio de medio horario hasta los 6 meses del hijo, pero solo el 3% de los varones lo utiliza, también existe licencia parental por el nacimiento de un hijo, pero el 17% de los hombres no la toman. El estudio, además, muestra que el 66% de los encuestados considera que se discrimina a las mujeres que usan su licencia maternal (Batthyány; Genta; Perrotta, 2018).

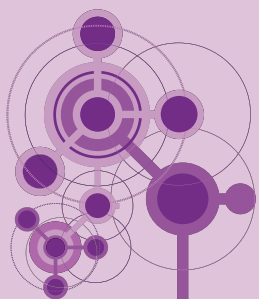
METODOLOGÍA

Se realizaron 12 entrevistas semiestructuradas, de promedio 50 minutos, a una muestra intencional de profesionales, hombres y mujeres, responsables de la comunicación en organizaciones públicas y privadas, que tienen entre los 30 y 45 años de edad. La decisión de acotar a este rango etario se basó en un triple criterio: que todos los entrevistados tuviesen suficiente trayectoria laboral como para ser elegibles para cargos de responsabilidad; que todos estuvieran lo más cerca posible a la decisión de la maternidad o paternidad; y que pertenecieran a la misma generación (en sentido amplio) para que compartieran procesos de socialización secundaria y cultural similares. Cumplir con los tres criterios a la vez, permitió controlar de manera muestral la dispersión que el ciclo de vida imprime en la construcción de las opiniones de las personas. La muestra quedó compuesta, además, por profesionales que integran equipos que van de cuatro a veinte personas.

Para la elaboración de la pauta de entrevista, se tomó como punto de partida los resultados del LCM 2020 sobre el fenómeno del techo de cristal y la equidad de género en la profesión en Uruguay, específicamente el liderazgo de unidades de comunicación, el impacto del techo de cristal en las personas y el trabajo, el papel de las organizaciones y las redes profesionales en las acciones de cambio. La pauta se completó con preguntas que derivan del marco conceptual, en particular las diferencias entre hombres y mujeres (habilidades, actitudes, etc.), los espacios para expresar, conversar y reclamar sobre el problema y la condición de paridad en el liderazgo organizacional.

Al finalizar la entrevista se les presentó a los entrevistados una tarjeta con tres opciones de cargos hipotéticos de comunicación, y los entrevistados tenían que elegir una. Todas las opciones presentaban un factor "de beneficio" y uno "de costo". El primer cargo ofrecía más influencia y poder de decisión en la organización, pero con una remuneración no destacada; el segundo ofrecía un salario destacado, pero con menor disponibilidad para dedicar a intereses personales, y el tercero ofrecía mayor flexibilidad para conciliar vida personal y laboral, pero con remuneración no destacada. Esa tarjeta se desarrolló con el objetivo de evaluar las percepciones acerca de los intereses y la ambición de las mujeres en relación con la de los hombres, en el LCM se incluía una pregunta al respecto, pero sin especificar los contenidos de la ambición.

Los resultados de las entrevistas se tematizaron, para ello los investigadores consensuaron previamente una estructura temática. El registro de la tematización permitió hallar categorías no previstas inicialmente.



RESULTADOS

Demostrar que se ocupa legítimamente un lugar

Todos los entrevistados coincidieron en que la comunicación organizacional es un campo profesional compuesto, en su amplia mayoría, por mujeres en Uruguay. Sin embargo, la mitad de las unidades de comunicación están lideradas por hombres. Y, una vez que las mujeres alcanzan puestos de dirección en unidades de comunicación, cuando llegan a ese lugar y miran al costado, todo lo que ven son hombres.

Es decir, en la mesa de directorio, la principal autoridad generalmente es hombre, y los otros gerentes o directores, salvo en gestión humana, son hombres. Allí empiezan una nueva etapa en la que sienten que deben hacerse escuchar y probar que la comunicación tiene un aporte de valor y un rol estratégico para lograr la misión o las metas de negocio y que merece ser considerada a la par que otras profesiones como finanzas o ventas. Si bien la batalla por el valor estratégico de la comunicación también la planteó algún hombre entrevistado, no aparece en la mayoría de los relatos masculinos.

Las directoras de comunicación entrevistadas opinan que seguramente ganan menos que los directores o gerentes de finanzas u operaciones. ¿Es porque la comunicación no es tan valorada?, ¿es porque son mujeres?, ¿si un hombre fuera director de comunicación ganaría menos que otros directores? son preguntas que estas mujeres se plantean.

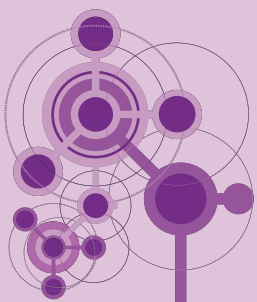
La mayoría de los entrevistados de ambos sexos señalan que las autoridades más altas en las organizaciones son hombres, salvo alguna excepción y tienden a elegir a otros hombres para que ocupen los cargos de responsabilidad vacantes. Las razones que surgen para esta decisión son dos. La primera es la homofilia, la afinidad por individuos con los que se comparten características, la concepción de que entre hombres comparten el mismo código, un mismo imaginario. Con otro hombre están en “zona de confort”.

Los entrevistados hombres señalan: *“Hay códigos comunes por los que hombres accedan más fácilmente a ciertos lugares. Muchas veces son simpatías que se generan, sea por cuestiones futboleras o rasgos identitarios de la comunidad masculina”*. Incluso el humor juega un papel en la sensación de afinidad: sobre qué se bromea y cómo se bromea es diferente entre ambos sexos. Un entrevistado comentó: *“La mujer en el trabajo tiende a no ser graciosa con los hombres, en una situación tensa no es la que hace un chiste que distiende. Quizás las mujeres temen ser vistas como tontas, o no ser tomadas en serio, si se hacen las graciosas”*. Uno de los entrevistados reflexionó que en determinados niveles de responsabilidad –por ejemplo, una dirección de comunicación– se está en un lugar de confianza con las autoridades: *“El gerente quiere sentirse cómodo para ventilar todo y, seguramente, si es hombre, no se sienta así con una mujer, por sus propios machismos o por las dinámicas de relacionamiento con el otro género”*.

La segunda razón que surge como obstáculo para que sean elegidas mujeres para ciertos cargos es la posibilidad de la maternidad.

Disponibilidad vs. flexibilidad

La maternidad es el principal punto de inflexión para las mujeres profesionales. La decisión de ser madres para todas las entrevistadas está ligada a una reorganización de prioridades y de agenda. Todas consideran que, si bien tener hijos no las hará menos capaces y comprometidas, inevitablemente las hará menos disponibles. Parir, amamantar, cuidar a los hijos enfermos o simplemente estar presente para ellos son actividades impostergables y algunas indelegables. Aunque coinciden en que los padres tienen un rol mucho más activo que el de los padres del pasado, *“el padre sigue siendo el*



teléfono número dos", como dice una entrevistada *"del colegio llaman primero a la madre cuando pasa algo, si no la encuentran, recién llaman al padre"*.

Al consultarles a los hombres por qué los puestos de autoridad están masculinizados, señalaron que puede darse por la creencia arraigada en la cultura de que el hombre, al no cuidar de sus hijos o de otros familiares –por ejemplo, de sus padres–, tiene mayor disponibilidad horaria incluso los fines de semana. *"En cargos de responsabilidad hay horario de entrada, pero no de salida, y se cree que con el hombre se puede contar, porque va a tener dedicación total, va a poder trabajar los fines de semana"*, señaló un entrevistado.

En los relatos sobre la maternidad de las mujeres entrevistadas aparecieron el miedo a decepcionar a un jefe por quedar embarazadas, la idea de no merecer determinados cargos porque se ha pasado mucho tiempo dedicada al cuidado de los hijos pequeño y la resignación a perder la oportunidad de una promoción o mejorar los ingresos. La maternidad está asociada a poner en suspenso la carrera profesional.

La flexibilidad de entrar o salir con libertad de la empresa, que puede incluir el trabajo remoto, es la posibilidad de compatibilizar roles de alta dedicación y responsabilidad con la maternidad. Esta flexibilidad algunas veces solo se gana con el emprendimiento propio en comunicación, según señalaron los entrevistados.

Al finalizar la entrevista se les presentó a los entrevistados una tarjeta con tres opciones de cargos hipotéticos de comunicación, quienes tenían que elegir una. El primer cargo ofrecía más poder de decisión e influencia, el segundo más salario y el tercero mayor flexibilidad. Las mujeres sin hijos eligieron mayor poder de decisión, y las mujeres con hijos mayor flexibilidad. Los hombres entrevistados tuvieron un comportamiento similar: aquellos con hijos pequeños eligieron la flexibilidad, mientras que aquellos sin hijos o con hijos adolescentes se inclinaron por mayor poder de decisión.

Cambiar las prácticas y los paradigmas

Los entrevistados coinciden en que es necesario un cambio en la cultura de las organizaciones que acompañe discursos y reglamentaciones que buscan eliminar las desigualdades salariales y de oportunidades. Algunos de los entrevistados señalaron que ven cambios, pero muy lentamente: *"Todavía no están permeando todo lo que deberían"*. *"No hace tanto mi jefe me presentaba a los visitantes de la organización como 'la más bonita de la empresa', cuando yo era gerenta"*. Las entrevistadas relatan inequidades vividas que van desde situaciones de acoso hasta no ser incluidas en imágenes de prensa, porque los fotógrafos no consideraban la posibilidad de que esa mujer presente en un evento corporativo tuviese un cargo de autoridad y correspondía que se la fotografiara como tal.

Los hombres consultados consideran que es fundamental trabajar por la equidad entre hombres y mujeres, ya que conviven en sus organizaciones tres realidades diferentes.

Por un lado, estos hombres –de entre 30 y 45 años– declaran estar a favor del liderazgo femenino, aunque algunos dicen estar *"seteados"* en otro modelo: *"Nosotros fuimos criados para que el hombre lidere"* señaló uno de los entrevistados. *"Mi hermana y yo tenemos los mismos padres, pero nos criaron de manera diferente"*. Estos patrones culturales reproducen conductas de modo automático, a menos que en algún momento alguien les ayude a desnaturalizarlas, hacerlas conscientes y cuestionarlas.

Por otra parte, estos hombres ven a compañeros mayores, *"los veteranos"*, como menos sensibles ante esta problemática: *"Algunos añoran el pasado, cuando un piropo a una compañera no era mal visto"*, y algunas mujeres mayores consideran que determinadas tareas, por ejemplo, que implican fuerza, solo pueden o deben ser realizadas por hombres.



Por último, están los jóvenes, que "*tienen otra cabeza, más actual*" y "*menos tolerancia a las discriminaciones*", no solo por género, sino por orientación sexual por ejemplo. Un entrevistado dijo que sus compañeras jóvenes "*educan a los demás, tanto a hombres como a compañeras mayores, les ayudan a deconstruir cuestiones como el micromachismo, más allá de las cuestiones grandes en las que todos coincidimos están mal* (como la violencia)".

Son estas "*nuevas generaciones*" las que proponen la discusión de temas de género. Pero, casi todos los entrevistados hombres señalaron que en sus organizaciones no se habla regularmente sobre estos temas, incluso en un caso las autoridades "*no abren la cancha*" para hacerlo. "*Solo hablamos cuando pasa algo grave vinculado a temas de violencia de género en la sociedad, pero no de lo que ocurre en la cotidiana de la oficina*".

Cuando preguntamos sobre qué competencias caracterizan a unos y a otros en el rol de comunicación, ellas señalaron que los hombres aparecen asociados a estrategias, lobistas, negociadores, con capacidad de simplificar problemas, tomar decisiones, manejar presupuesto. Y las mujeres aparecen asociadas al cuidado de las relaciones, a la resolución de conflictos, al cuidado de la estética y de los detalles, a la planificación, al análisis y a la organización.

Los hombres dicen que las mujeres en el rol de comunicadoras tienen "*sensibilidad*" diferente, que tienen más desarrollada la escucha, el orden, el procedimiento, "*tienen una parte más analítica, planificada*". De esa manera, son vistas como más empáticas. Mientras que los hombres se ven con virtudes para negociar y las relaciones de poder, en la "*pelea por un presupuesto*". "*Los hombres fuimos educados para la estrategia, lo más duro y los números*", señaló un entrevistado.

En las entrevistas se reflejan diferencias por tipo de organización. En las organizaciones públicas, sus políticas y reglamentos favorecen la igualdad de oportunidades. "*Los cargos se obtienen por concurso, son procesos transparentes*", señaló un entrevistado. Estas organizaciones cuentan con comisiones de género.

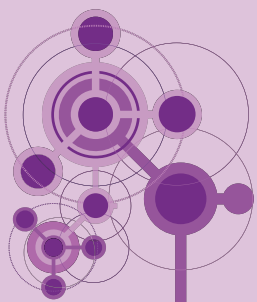
En las organizaciones privadas hay situaciones variadas. Las multinacionales tienen el tema en su agenda, pero en otras no existen políticas orientadas a la igualdad de género y solo se actúa si hay un incidente grave. En las organizaciones privadas, en las que los cargos de mayor autoridad los ocupan mujeres, los entrevistados observan mayor equidad en el salario y en el acceso a promociones.

No obstante, en casi todas las organizaciones se realizan o realizaron campañas de sensibilización o talleres específicos sobre género e inclusión, en ocasión del 8 de Marzo o como reacción a situaciones de acoso vividas en la organización.

DISCUSIÓN Y CONCLUSIÓN

Los entrevistados hombres concuerdan que se deben hacer mayores esfuerzos para lograr las mismas "reglas de juego" entre hombres y mujeres. En esto Uruguay, más allá de su legislación, no se escapa al contexto de América Latina en donde la mujer sigue asumiendo la responsabilidad del cuidado de los dependientes (Ferrari, 2021; Moreno; Khalil; Tench, 2021)

Implementar políticas de flexibilidad y de apoyo en los cuidados, para mujeres y hombres, son herramientas poderosas de las organizaciones para cambiar las situaciones de inequidad. También las definiciones reglamentarias, como paridad en los cargos y roles de jerarquía, o implementar prácticas afirmativas de recursos humanos, como seleccionar talento femenino para desarrollar su liderazgo.



¿Qué liderazgo y qué cultura queremos? es una pregunta que está sobre la mesa en cuanto a equidad entre hombres y mujeres, pero también al respecto de inclusión y balance entre vida y trabajo. Los equipos autoorganizados, remotos y multiculturales de muchas de las organizaciones actuales requieren otras competencias y dan lugar a conversaciones que antes no se planteaban. En este entorno, las diferencias entre hombres y mujeres en habilidades y discursos, en gestión de conflictos y emociones, la integración de diversas etnias, capacidades, orientaciones y edades tienen implicancias diferentes a las que tenían en organizaciones del siglo pasado, tal como señala la literatura (Aldoory; Toth, 2002; Toth; Cline, 1991; Vardeman-Winter; Place, 2017).

En concordancia con el estudio de Place (2012), las mujeres entrevistadas sí aspiran a tener capacidad de influencia, por lo que no sería la falta de ambición o aspiración a posiciones de responsabilidad lo que las excluye de los cargos de autoridad.

Para combatir la inequidad de género en la profesión es clave poner el tema en las conversaciones y la agenda cotidiana de las organizaciones. Algunos entrevistados reconocen que estas conversaciones son poco frecuentes en sus organizaciones y que se dan cuando ocurre alguna situación de violencia de género en el país o alguna situación inapropiada en la organización. En cambio, el tema está en las conversaciones cotidianas en las organizaciones con políticas organizacionales sobre diversidad (no solo de género) o como resultado de la paridad en cargos gerenciales, como señala el estudio de Choi y Hon (2002). También las entrevistas reflejan el riesgo de caer en el falso cambio señalado por Buzzanell (1995). La paridad asignada por mandato ayuda, pero por sí sola no logra un cambio real en las inequidades, en los sesgos inconscientes y en patrones culturales y de relacionamiento profundamente arraigados.

La comunicación interna tiene un rol determinante para configurar discursos de legitimación, como señala Aldoory (2005), ya que aún las mujeres que llegan a cargos directivos deben continuar demostrando que su función es relevante. Los entrevistados hombres indicaron que son las mujeres quienes tienen que liderar el debate de la equidad de género, pero "*incluyendo a los hombres*" en ese debate. Para poner el tema en agenda no solo son necesarios los talleres y campañas, sino también hacer uso de todas las acciones y medios organizacionales: redes, comisiones, grupos de discusión, toda acción que pueda hacer evidente los sesgos inconscientes, los valores culturales arraigados, los prejuicios y los obstáculos concretos, que hacen que todavía no haya paridad en los equipos gerenciales.

Finalmente, las redes profesionales, de acuerdo con los entrevistados, también pueden tomar cartas en el asunto. Posicionar al área de comunicación como estratégica para las organizaciones, a la par de otras ya legitimadas, y no como una profesión de segunda clase como se analiza desde el siglo pasado (Cline *et al.*, 1986; Grunig; Toth; Hon, 2001) es un propósito clave de estas gremiales.

Visibilizar a las mujeres que ocupan cargos de dirección de comunicación y los logros que obtienen es otra acción planteada por los entrevistados de ambos sexos como una buena práctica de estas redes para instalar nuevas imágenes asociadas a los roles de liderazgo de las mujeres. Algunos varones, además, consideraron que una medida simbólica para reconfigurar el papel relevante de la mujer en la profesión es que estas asociaciones estén presididas por mujeres.

Los resultados de esta investigación están acotados a las decisiones metodológicas tomadas para el estudio, en particular al rango de edad de los entrevistados y al tipo de organizaciones en el que trabajan, y, por otra parte, al contexto uruguayo. Otras investigaciones podrán enfocarse en otros tipos de organizaciones, por ejemplo, de la sociedad civil, organismos internacionales y agencias de comunicación, o incluir a responsables de comunicación de otras edades.

Sin duda se ha avanzado en el camino hacia la equidad de género, pero queda aún trecho por recorrer. En Uruguay existe una base de condiciones políticas y legales adecuada para que las organizaciones y la comunidad profesional trabajen



en las transformaciones que faltan. Mucho de ese trabajo pasa por acciones de comunicación que posicionen a la profesión y a este tema en la agenda y contribuyan al diálogo entre todos los actores implicados.

REFERENCIAS

ÁLVAREZ-NOBELL, Alejandro *et al.* *Latin American Communication Monitor 2020-2021: comunicación estratégica y relaciones públicas en América Latina: crisis del COVID-19 en la gestión de comunicación, ciberseguridad, situación de las mujeres, retos éticos y nuevas competencias: resultados de una encuesta en 20 países.* Bruselas: Euprera; 2021.

ALDOORY, L. A (re)conceived feminist paradigm for public relations: a case for substantial improvement. *Journal of Communication*, Oxford, v.55, n.4, p.668-684, 2005. doi:<https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2005.tb03016.x>.

ALDOORY, Linda; TOTH, Elizabeth L. Gender discrepancies in a gendered profession: a developing theory for public relations. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v.14, n.2, p.103-126, 2002. doi:https://doi.org/10.1207/S1532754XJPRR1402_2.

ALDOORY, Linda *et al.* Is it still just a women's issue? A study of work-life balance among men and women in public relations. *Public Relations Journal*, Gainesville, v.2, n.4, p.1-20, 2008.

ARZUAGA-WILLIAMS, Mónica. Rol del comunicador organizacional en Uruguay: tareas y funciones. *Profesional de la Información*, León, v.29, n.3, e290326, 2020. doi:<https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.26>.

BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; PERROTTA, Valentina. *Uso de licencia parentales y roles de género en el cuidado.* Montevideo: Sistema de Cuidados de Uruguay, 2018.

BUZZANELL, Patrice M. Reflections on feminist organizational communication. *Management Communication Quarterly*, Thousand Oaks, v.35, n.1, p.127-141, 2021. doi:<https://doi.org/10.1177/0893318920975211>.

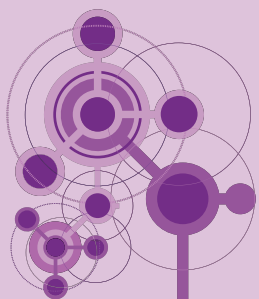
BUZZANELL, Patrice M. Reframing the glass ceiling as a socially constructed process: implications for understanding and change. *Communication Monographs*, Abingdon, v.62, n.4, p.327-354, 1995. doi:<https://doi.org/10.1080/03637759509376366>.

CHOI, Youjin; HON, Linda Childers. The influence of gender composition in powerful positions on public relations practitioners' gender-related perceptions. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v.14, n.3, p.229-263, 2002. doi:https://doi.org/10.1207/S1532754XJPRR1403_4.

CLINE, Carolyn G. *et al.* *The velvet ghetto: the impact of the increasing percentage of women in public relations and business communication.* San Francisco: IABC Foundation; 1986.

FERRARI, Maria Aparecida. Reflexões sobre comunicação organizacional na América Latina: ventos da mudança na gestão da diversidade. *Organicom*, São Paulo, v.18, n.37, p.23-35, 2021. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.188608>.

FERRARI, Maria Aparecida; RESTREPO, Sandra Milena Ortega. Historias de vida de relacionistas públicas: maternidad y emprendimiento como opción de trabajo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v.21, n.39, p.208-220, 2022.



GRUNIG, Larissa A.; TOTH, Elizabeth L.; HON, Linda Childers. *Women in public relations: how gender influences practice*. New York: Guilford Press, 2001.

MENG, Juan; NEILL, Marlene S. Inclusive leadership and women in public relations: defining the meaning, functions, and relationships. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v.33, n.3, p.150-167, 2021. doi:<https://doi.org/10.1080/1062726X.2021.2010556>.

MORENO, Ángeles; FUENTES-LARA, Cristina; KHALIL, Nadia. Brechas y oportunidades de género en la dirección de la comunicación en España. *Palabra Clave*, Bogotá, v.25, n.3, e2535, 2022. doi:<https://doi.org/10.5294/pacla.2022.25.3.5>.

MORENO, Ángeles; KHALIL, Nadia; TENCH, Ralph. Enemy at the (house) gates: permanence of gender discrimination in public relations career promotion in Latin American. *Communication & Society*, Pamplona, v.34, n.3, p.169-183, 2021. doi:<https://doi.org/10.15581/003.34.3.169-183>.

PLACE, Katie R. Power-control or empowerment? How women public relations practitioners make meaning of power. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v.24, n.5, p.435-450, 2012. doi:<https://doi.org/10.1080/1062726X.2012.723278>.

POMPPER, Donnalyn. On social capital and diversity in a feminized industry: further developing a theory of internal public relations. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v.24, n.1, p.86-103, 2012. doi:<https://doi.org/10.1080/1062726X.2012.626137>.

SHA, Bey-Ling; TOTH, Elizabeth L. Future professionals' perceptions of work, life, and gender issues in public relations. *Public Relations Review*, Amsterdam, v.31, n.1, p.93-99, 2005. doi:<https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2004.09.004>.

TOPIC, Martina; TENCH, Ralph. Women in public relations: a thematic analysis of ECM data (2009-2019). In: THEOFILOU, Anastasios (ed.). *Women in PR history*. London: Routledge, 2020. p.18-30.

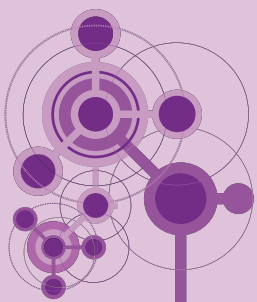
TOTH, Elizabeth L. Making peace with gender issues in public relations. *Public Relations Review*, Amsterdam, v.14, n.3, p.36-47, 1988. doi:[https://doi.org/10.1016/S0363-8111\(88\)80046-8](https://doi.org/10.1016/S0363-8111(88)80046-8).

TOTH, Elizabeth L.; CLINE, Carolyn G. Public relations practitioner attitudes toward gender issues: a benchmark study. *Public Relations Review*, Amsterdam, v.17, n.2, p.161-174, 1991. doi:[https://doi.org/10.1016/0363-8111\(91\)90053-N](https://doi.org/10.1016/0363-8111(91)90053-N).

VARDEMAN-WINTER, Jennifer; PLACE, Katie R. Still a lily-white field of women: the state of workforce diversity in public relations practice and research. *Public Relations Review*, Amsterdam, v.43, n.2, p.326-336, 2017. doi:<https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.01.004>.

WRIGHT, Donald K. *et al.* *Under the glass ceiling: an analysis of gender issues in American public relations*. New York: Public Relations Society of America Foundation, 1991. (Monograph Series, v.1, n.2).

Artículo recibido el 19/08/2022 y aprobado el 01/12/2022.



Análise do perfil de ouvintes e dos módulos mais populares do curso online “feminismos: algumas verdades inconvenientes”

Analysis of the spectators' profile and of the most popular modules of the online course “Feminisms: some inconvenient truths”

Análisis del perfil de los oyentes y los módulos más populares del curso en línea “Feminismos: algunas verdades incómodas”



Carolina Brito

- Doutora, mestra e bacharel em Física pelo Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Professora associada do Instituto de Física da UFRGS.
- E-mail: carolina.brito@ufrgs.br



Gabriela Trindade Perry

- Doutora em Informática de Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Mestra em Engenharia da Produção pela UFRGS.
- Bacharel em Design pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).
- Vice-coordenadora da Pós-Graduação em Informática na Educação (PGIE) da UFRGS.
- E-mail: gabriela.perry@ufrgs.br



Marlise Bock Santos

- Doutora em Informática da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
- Especialização em Informática da Educação pela PUCRS.
- Graduação em Pedagogia pela UFRGS.
- Coordenação do Núcleo de Produção Multimídia para a Educação (NAPEAD) da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) da UFRGS.
- E-mail: marlise.santos@sead.ufrgs.br



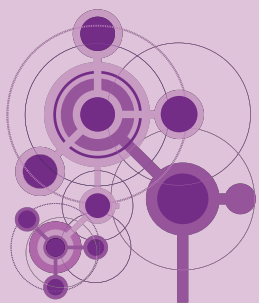
Carolina Nodari

- Especialização em Gestão Estratégica nas Organizações Públicas pela Faculdade Projeção.
- Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Assistente em Ciência e Tecnologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- Brasília, DF, Brasil.
- E-mail: carolina.nodari@capes.gov.br



Marcia C. Barbosa

- Doutora, mestra e bacharel em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Docente no Instituto de Física da UFRGS.
- E-mail: marcia.barbosa@ufrgs.br



Resumo

Neste artigo, analisamos o impacto do curso “Feminismos: algumas verdades inconvenientes”, apresentado como videoaulas na plataforma Lúmina e em formato de podcast. O alcance do curso é avaliado através de métricas quantitativas do número de acessos e dos perfis de estudantes do curso. Com base nestes dados, analisamos se o público se interessa mais por temas mais transversais do feminismo ou se assiste igualmente às aulas sobre tópicos que atingem grupos específicos.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO • GÊNERO • CIÊNCIA.

Abstract

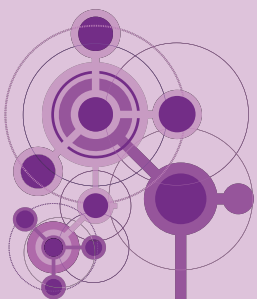
In this article, we analyze the impact of the course “Feminisms: some inconvenient truths,” presented as video classes in the Lúmina platform and in podcast format. The reach of the course is evaluated by quantitative metrics of the number of accesses and of the profile of the course students. Based on this data, we analyzed if the public is more interested in cross-sectional feminism themes or if they watch equally to the classes about topics reaching specific groups.

KEYWORDS: FEMINISM • GENDER • SCIENCE.

Resumen

En este artículo analizamos el impacto del curso “Feminismos: algunas verdades incómodas”, presentado mediante videoclases en la plataforma Lúmina y en formato podcast. El alcance del curso se evalúa por métricas cuantitativas del número de accesos y de perfiles de los estudiantes en el curso. Con estos datos examinamos si el público está más interesado por temas más transversales del feminismo o por temas que llegan a grupos específicos.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO • GÉNERO • CIENCIA.



INTRODUÇÃO

A pesar de diversos estudos reconhecerem o papel de um ambiente diverso no avanço do conhecimento, na excelência da ciência e no aumento dos lucros das empresas (Dezsó; Ross, 2012; Guterl, 2014; Hunt; Layton; Prince, 2015), observa-se que a evolução na busca de espaços mais diversos é lenta. As mulheres são minoria em cargos de liderança em todas as carreiras e em todos os países que temos essa medida (Arêas *et al.*, 2022; Elsevier, 2020; European Commission, 2000; Ferrari *et al.*, 2018).

A diversidade étnico-racial é uma questão ainda mais dramática, evidenciada pelos dados que apontam um racismo estrutural (Ipea; FBSP, 2019). O Brasil é um dos países mais violentos do mundo com a população trans (Antra, 2018). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), as mulheres ainda ocupam o dobro do seu tempo com o cuidado da casa e da família comparadas aos homens, além de terem salários mais baixos quando possuem uma ocupação remunerada (Indicadores..., [2018]). Dados sobre o aborto legal indicam que mulheres têm seus direitos sexuais violados inclusive pelo Estado, que deveria protegê-las (Giugliani *et al.*, 2021). O Brasil é um dos países mais desiguais em termos de equidade das mulheres na política (Tavares, 2022). Apesar das particularidades existentes em cada um dos fatos citados, eles são elementos de uma mesma realidade que se interseccionam e têm como consequência várias pautas em comum.

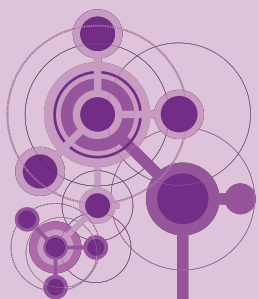
Quais são os problemas e as reivindicações de cada grupo? O que os dados estatísticos nos ensinam? Em que aspectos as lutas das mulheres brancas são diferentes das lutas das mulheres negras? Em quais aspectos se assemelham? Como essas questões se intensificam quando a vulnerabilidade social é levada em conta? Quais são os mecanismos de exclusão das diferentes mulheres? Quais ações podem ser feitas para avançar neste cenário de exclusões? Os feminismos são visões de mundo e o objetivo principal do curso “Feminismos: algumas verdades inconvenientes” é produzir um material que contenha a pluralidade destas visões e, ao mesmo tempo, trazer um olhar de unidade por serem estes os grupos que sofrem exclusão na vida pública.

O curso é composto por onze módulos, que obviamente não esgotam o tema. Uma preocupação da equipe que produziu o curso foi a escolha das professoras, para garantir excelência e uma visão dos temas abordados baseada em evidências. A estrutura física e humana do Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Napead-UFRGS) foi utilizada para elaborar e produzir o curso com grande qualidade técnica. A plataforma Lúmina da UFRGS foi utilizada para disponibilizá-lo de maneira gratuita e servirá como acervo para pesquisas futuras. Foi também produzido um episódio de podcast para cada módulo do curso, trazendo uma entrevista com as professoras e apresentando sucintamente sua temática.

Neste artigo analisamos de forma quantitativa o público que acessou o curso, procurando identificar se temáticas mais específicas atraem tanto quanto as mais gerais. Na metodologia, explicamos a análise quantitativa empregada para as videoaulas e para o podcast. Nos resultados, apresentamos o perfil dos estudantes que assistiram ao curso e/ou ouviram o podcast, bem como o número de visualizações de cada módulo. Discutimos também como este curso foi recebido comparado aos demais cursos disponíveis no Lúmina. Encerra este artigo com a discussão, conclusões e perspectivas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os feminismos apresentados são movimentos que ocorrem em paralelo e que evoluem ao longo do tempo, com a perspectiva de construir uma sociedade de equidade entre os indivíduos. Eles partem de um olhar de direitos humanos fundamentais, mas se ampliam para o direito humano pleno.



É possível identificar os primeiros passos dos feminismos com requisitos mínimos de direitos humanos como a educação, como reivindica Mary Wollstonecraft (2021) em sua obra publicada inicialmente em 1791. No entanto, o direito pelo qual as mulheres lutavam variava dependendo se eram mulheres da elite, como Mary Wollstonecraft, trabalhadoras com demandas por creches, como as revolucionárias russas, ou mulheres escravizadas/que herdaram as sequelas da escravidão ansiando por liberdade, como Sojourner Truth. Em uma convenção feminista, ela expressa o distanciamento entre o discurso das elites e o dela quando clama "E eu não sou mulher?" (Truth, 2020, p.17).

A transição de uma luta por direitos fundamentais para uma conceitualização estrutural do problema pode ser identificada n' *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1970), que critica a visão difundida na época da mulher como o *Outro*, numa visão androcêntrica centrada no homem como ser protagonista. Ela denuncia a opressão do projeto de Rousseau, que pensa na mulher formada para a passividade.

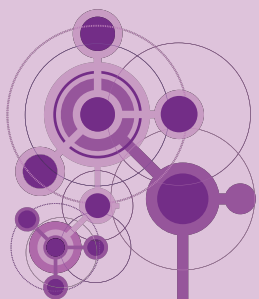
A tese central de Beauvoir (1970) é que existe uma ideologia que não somente naturaliza a dominação da mulher, mas que a impõe como um elemento social de eficiência. O processo identificado pela autora se estrutura em uma ideologia central, em que o androcentrismo é um instrumento que naturaliza a dominação como algo necessário e fundamental para a eficiência e funcionalidade da sociedade. A ideologia do androcentrismo, para se consolidar e se manter sustentável, faz uso de instrumentos sociais de longo prazo, como a violência física e simbólica, que resulta na imposição sutil de sistemas dotados de sentido. Bourdieu (2012) identifica estes instrumentos de dominação e os processos pelos quais a ordem social estabelecida mascara as arbitrariedades e se perpetua pela aceitação de suas hierarquias sociais. Sua estrutura teórica tem sido utilizada na literatura para explorar a natureza multidimensional do poder e da liderança inclusive em ambientes de ensino superior (Beattie, 2018). Ao publicar *A dominação masculina*, em 1998, Bourdieu (2012) trabalhou os mecanismos de violência simbólica que estão na origem da hegemonia masculina e as implicações analíticas e políticas dessa dominação baseada em uma teoria materialista da economia de bens simbólicos (Bourdieu, 2012).

Analogamente Arêas, Santana e Barbosa (2020) propuseram o conceito de discriminação da inteligência para descrever o mecanismo de exclusão que as mulheres sofrem para ascender às posições de liderança no campo científico brasileiro, no qual as atividades de mulheres continuam submetidas aos interesses dos grupos dominantes, que são, em sua maioria, formados e liderados por homens.

Beauvoir identifica o esquema da criação do mito da mulher como um ser inferior e menor, o *Outro*, e Bourdieu, os mecanismos de capital social que permitem a esta teoria se consolidar e ser estável ao longo dos anos. Apesar de mirar nas mulheres, esta estratégia de dominação acaba afetando homens negros, transsexuais e outras categorias da sociedade que se distanciam da visão do homem central. Como poderia este engendrado esquema de poder ser desconstruído? Quem traz a resposta a estas questões é Judith Butler (2019).

Butler (2019) traz a compreensão da performatividade não como um ato em que um sujeito traz à existência o que o nomeia – como homem ou mulher –, mas como este poder reiterativo do discurso de produzir os fenômenos que regula e impõe. Ela argumenta que nascer homem ou mulher não determina o comportamento, mas, ao invés disso, as pessoas aprendem a se comportar de maneiras específicas justamente para se encaixarem nos padrões e normas estabelecidos pela sociedade. Butler considera essas categorias de identificação como normativas na medida em que elas são previamente definidas e que os sujeitos que não se enquadram nas definições não podem ser representados pela identidade definida (Brosin; Tokarski, 2017; Butler; Miguens; Rodrigues, 2021).

Neste sentido, somente a partir da visão de que estes diversos *Outros* estão sob o mesmo processo de dominação que pode ser criada a equidade. O curso "Feminismos: algumas verdades inconvenientes" ilustra este ponto com uma amostra destes



Outros, com o fim de permitir que eles se percebam e construam pontes. Neste artigo, avaliamos o quanto as pessoas que assistem ao curso se integram nesta percepção, através de uma avaliação quantitativa da participação nas aulas.

METODOLOGIA

O curso "Feminismos: algumas verdades inconvenientes" surgiu da prospecção de novos projetos realizada pelo Napead. Um projeto embrionário do tema já havia sido produzido no Napead: os vídeos de um esquete teatral do projeto "Meninas na Ciência", chamado "A Ciência como ela é". A partir desse contato com as duas protagonistas do teatro, o Napead pensou em expandir a temática para abordar outros aspectos desse grande tópico chamado Feminismos. Toda a equipe de coordenação do curso é composta por servidores da UFRGS: duas professoras do curso de Física, uma pedagoga e um programador visual do Napead.

Neste trabalho analisamos os perfis das pessoas que assistiram ao curso "Feminismos: algumas verdades inconvenientes", usando relatórios de navegação da plataforma de cursos online institucional da UFRGS, Lúmina, e do YouTube Studio, pois os relatórios da Lúmina não contêm informações sobre as ações de interação com os vídeos (tais como: duração da visualização, likes/dislikes e pontos de entrada e saída). Junto a cada módulo do curso, foi disponibilizado um episódio de podcast com uma conversa com a(s) professora(s) do respectivo módulo. Os podcasts estão disponíveis em diversas plataformas, e sua audiência foi analisada por meio dos relatórios do Anchor. No caso dos relatórios de navegação da Lúmina, as identidades dos estudantes foram anonimizadas antes da tabulação dos dados, usando um algoritmo de embaralhamento que permite a união de tabelas do banco de dados enquanto protege a identidade das pessoas. É importante ressaltar que a coleta de dados de navegação foi consentida pelos estudantes quando se cadastram na plataforma. Os relatórios do YouTube e do Anchor são agregados, não apresentando dados de usuários específicos. Todas as análises foram feitas usando a linguagem R.

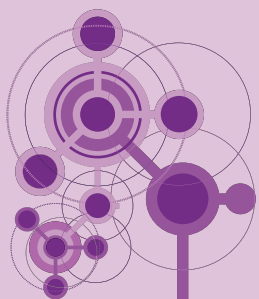
Os dados analisados da plataforma Lúmina e do YouTube compreendem o período de março de 2020, quando o curso foi lançado, a agosto de 2022, quando foram coletados para análise. Nosso estudo se restringe a aspectos quantitativos, uma vez que associar a questões qualitativas necessitaria uma descrição da comunidade científica, o que vai além do objetivo deste trabalho.

O curso "Feminismos: algumas verdades inconvenientes" foi dividido em 40 videoaulas distribuídas ao longo de 11 módulos. O Quadro 1 apresenta o número do módulo, os nomes das professoras, o título, a quantidade de videoaulas e uma listagem dos principais temas abordados em cada um deles.

Quadro 1: Descrição dos módulos do curso

Módulo	Professora(s)	Título	# de videoaulas	Temas abordados
1	Russel Teresinha Dutra da Rosa (Faculdade de Educação – Faced-UFRGS)	Educação em Direitos Humanos	5	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Marcos históricos dos direitos humanos, movimentos sociais, educação em direitos fundamentais e censura ao conhecimento. ◆ Da garantia aos direitos individuais aos direitos sociais básicos, que incluem o direito a um futuro da raça humana por meio da ecologia. ◆ Os direitos da mulher na perspectiva dos Direitos Humanos.

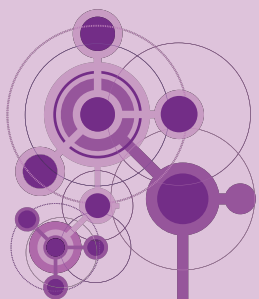
Continuará...



Quadro 1: Continuação

Módulo	Professora(s)	Título	# de videoaulas	Temas abordados
2	Joanna Burigo (jornalista, fundadora da Casa da Mãe Joanna e mestre em Gênero, Mídia e Cultura pela London School of Economics and Political Science – LSE)	Históricos e histórias dos feminismos	4	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Marcos históricos do feminismo e duas visões sobre o feminismo: uma com uma mulher branca e da elite inglesa, Mary Wollstonecraft, e outra com uma mulher negra escravizada no Brasil, Esperança Garcia. ◆ A primeira onda do feminismo, centrada no sufrágio, sendo excludente em relação às mulheres negras. Destaque para dois nomes no Brasil: Bertha Lutz e Antonieta de Barros. ◆ A segunda onda do feminismo, que abrange direitos sociais como divórcio, igualdade salarial, aborto, entre outros; o crescimento da interseccionalidade entre gênero e raça; o movimento da segunda onda no Brasil, que se confunde com o movimento contra a ditadura militar. Destaque para Hildete Pereira de Melo e Sueli Carneiro. ◆ A terceira onda do feminismo, que amplia a discussão para além de homem e mulher, trazendo o conceito de gênero que inclui uma visão não binária.
3	Camila Giugliani, Daniela Knauth (Faculda de Medicina – Famed-UFRGS) e integrantes do Projeto Cravinas da Universidade de Brasília (UnB)	Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres	10	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Aspectos históricos de decisões privadas, natalidade, sexualidade, mas que sofrem uma intervenção do estado através do controle de natalidade e de políticas de saúde pública. ◆ Aborto como uma questão de saúde pública. ◆ Violações de direitos sexuais como homofobia, violência sexual contra as mulheres, negação do prazer sexual das mulheres e violência obstétrica. ◆ Importância do acesso ao conhecimento sobre métodos contraceptivos e seus efeitos, incluindo o aborto e suas opções legalizadas.
4	Katemari Rosa (Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia – IF-UFBA)	Feminismos negros	3	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Como os feminismos negros incorporam o tema da raça. ◆ Evolução histórica dos direitos das mulheres, particularmente das mulheres negras no contexto do mundo do trabalho. ◆ A evolução mais recente dos movimentos feministas, com a discussão sobre cotas nas universidades e concursos.

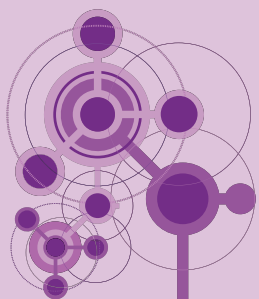
Continuará...



Quadro 1: Continuação

Módulo	Professora(s)	Título	# de videoaulas	Temas abordados
5	Atena Beauvoir Roveda (escritora e filósofa), Sofia Favero (doutoranda em psicologia pela UFRGS) e Fran Demétrio (docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, falecida em 2021)	Feminismos trans	5	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O que é ser trans: problematizando definições e conceitos em torno deste tema. ◆ Marginalidade das mulheres trans. ◆ Definição de transfeminismo e como ele emerge dentro dos movimentos feministas mais históricos, visto como uma quarta onda do feminismo. ◆ Como, a partir da medicina, se formata o gênero das pessoas e se cria uma caricatura para as pessoas que não seguem a norma imposta.
6	Daniela Dell'Aglio (Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – Fadergs)	Diversidade de gênero e orientação sexual	1	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Discussões em torno dos conceitos gerais de sexo biológico, gênero e orientação sexual.
7	Marcia Barbosa e Carolina Brito (Instituto de Física – IF-UFRGS)	Mulheres na Ciência	3	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Dados estatísticos sobre a presença de mulheres nas áreas científicas no Brasil e no mundo. ◆ Importância da diversidade na Ciência. ◆ Mecanismos socialmente construídos que afastam as mulheres da Ciência e de posições de poder. ◆ Ações para desconstruir os obstáculos e ampliar a participação das mulheres nas Ciências.
8	Margareth Goldenberg (Movimento Mulher 360)	Mulheres no mundo dos negócios	3	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Dados estatísticos sobre a presença das mulheres nas empresas. ◆ Importância da diversidade no mundo dos negócios. ◆ Diferenças salariais e mitos sobre mulheres nos negócios. ◆ Empresas em busca de maior equidade de gênero em cargos de liderança.
9	Débora do Carmo Vicente (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS)	Mulheres na política	2	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Dados estatísticos sobre a baixíssima participação das mulheres na política, comparando a situação do Brasil com outros países. ◆ Razões para a baixa representatividade feminina. ◆ Ações para mudar este cenário.

Continuará...



Quadro 1: Continuação

Módulo	Professora(s)	Título	# de videoaulas	Temas abordados
10	Daniela Kern (Instituto de Artes – IA-UFRGS)	Feminismo e História da Arte	3	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Dados sobre a presença das mulheres no mundo das artes e sua sub-representação em acervos de museus e cargos de prestígio. ◆ Resgate de nomes e obras de artistas mulheres desde o Renascimento. ◆ Discussão sobre a ausência de tradução de obras relevantes sobre História da Arte feita por mulheres no Brasil.
11	Fernanda Staniscuaski (Instituto de Biociência – IB-UFRGS)	Carreira e família	1	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Os impactos da família e, em particular, dos filhos na carreira das mulheres. ◆ A criação do movimento Parent in Science e a condução de estudos que identificam os mecanismos que explicam estes impactos. ◆ Demanda por políticas públicas que viabilizem conciliar carreira e o cuidado dos filhos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

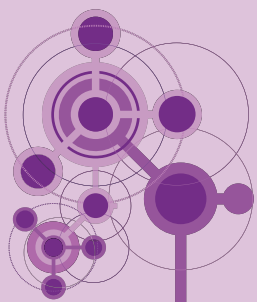
RESULTADOS

Nesta seção apresentamos o perfil das pessoas inscritas no curso e ouvintes do podcast, avaliamos os módulos mais populares e comparamos a aceitação deste curso a dos demais que estão disponíveis na Plataforma Lúmina.

Perfil dos inscritos na plataforma Lúmina e audiência do podcast

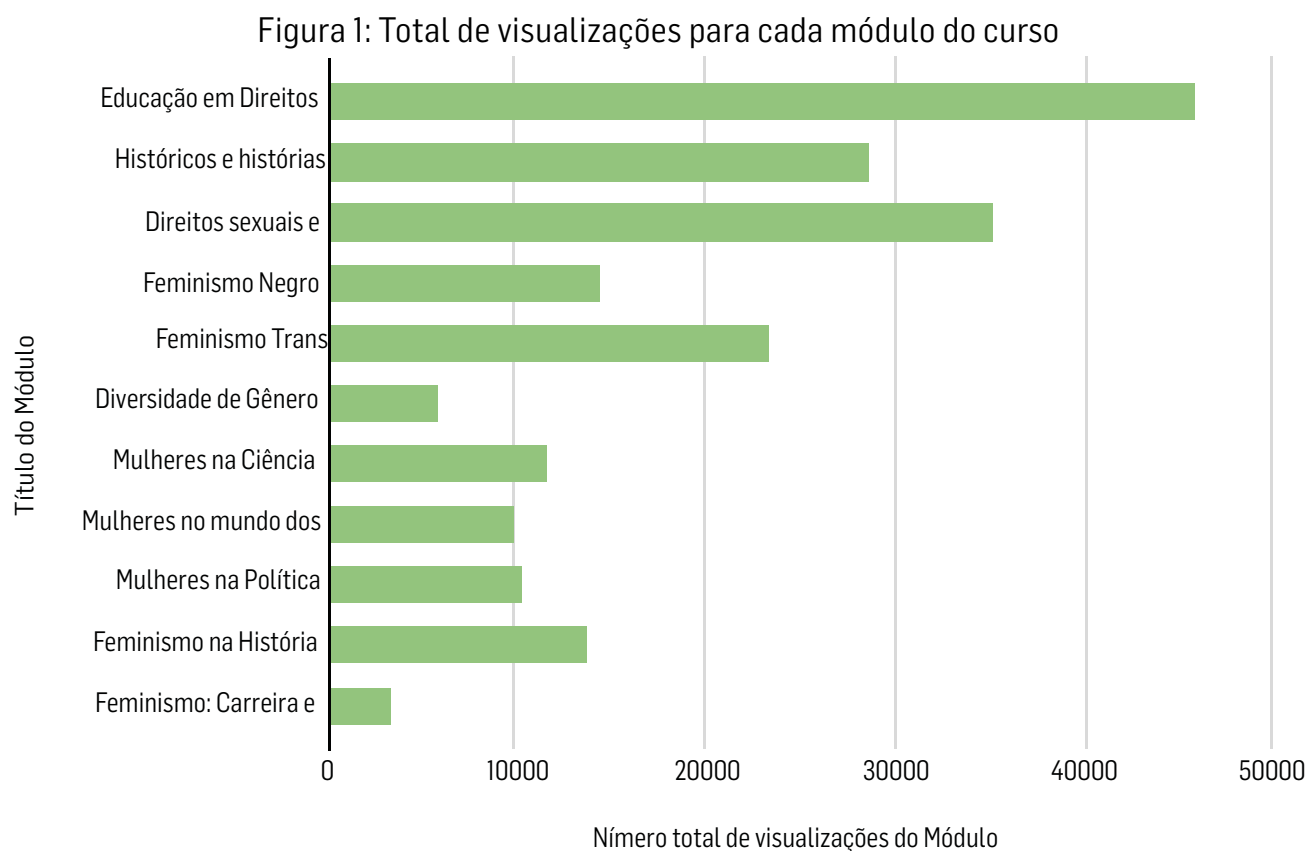
De março de 2020 até agosto de 2022, o curso tinha cerca de 12.500 estudantes inscritos, dos quais quase 4.700 haviam obtido o certificado. O questionário indica que 87% dos inscritos é do sexo feminino, 12% masculino e menos de 1% identificara-se como “Outro”. Em relação à escolaridade, pouco mais de 18% estão no nível fundamental ou médio, enquanto cerca de 58% estão no ensino superior e quase 24% na pós-graduação. Em relação à obtenção de certificados, cerca de 61% dos homens o obtiveram, enquanto cerca de 35% das mulheres fizeram o mesmo.

O número total de downloads do podcast é contabilizado pela plataforma Anchor e indica que, até agosto de 2022, todos os episódios do podcast foram baixados 47.917 vezes. O perfil da audiência do podcast é menos conhecido do que o do curso. A razão para isso é que o podcast está disponível também em outras plataformas além da Lúmina, que não exigem o preenchimento do perfil de ouvinte. Na plataforma Anchor, onde o número de downloads é contabilizado, podemos obter apenas o perfil dos ouvintes que escutam o podcast pelo Spotify. No curso online, o público é mais jovem que no podcast: 67% das pessoas inscritas na Lúmina têm menos de 30 anos, sendo que 51% têm menos de 24 anos. No caso do podcast, 73% dos ouvintes têm entre 23 e 44 anos, sendo que 54% têm entre 28 e 44 anos.



Estatísticas de acesso às videoaulas e ao podcast do curso

A Figura 1 apresenta o total de visualizações de cada módulo do curso. No eixo vertical são exibidos os títulos de cada módulo na ordem do curso. Lembramos que cada módulo pode ter mais que uma videoaula, conforme está explicitado no Quadro 1. Nesta figura estão somadas as visualizações de todas as videoaulas de cada módulo. Observa-se que os primeiros módulos do curso tendem a ser mais visualizados, mas a ordem de maior visualização se inverte em alguns casos.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Porque o número de videoaulas difere entre os módulos, na Figura 2 apresentamos a média de visualizações de cada uma. Ou seja, é o número de visualizações total por módulo dividido pelo número de videoaulas. Comparamos esta média de visualizações por videoaula com o número de vezes que cada episódio do podcast foi acessado, referido como “Audições” na figura. De maneira geral, observa-se que a audiência das videoaulas é maior que a do podcast e que os módulos mais assistidos são também os mais ouvidos. Há, no entanto, duas exceções: “Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres” e “Carreira e família” são mais procurados no podcast que nas videoaulas.

Uma hipótese para explicar esta diferença no caso do tema “Carreira e família” é o perfil etário do público do podcast com relação ao das videoaulas. No caso do podcast, a audiência é maior na faixa das pessoas acima de 30 anos, enquanto no da videoaula mais de 50% do público tem menos de 25 anos. A preocupação com a formação de uma família e sua interferência na carreira possivelmente ocorre um pouco depois dos 25 anos. No caso da temática “Direitos sexuais e reprodutivos”, a explicação é que este módulo é o que tem maior número de videoaulas (são 10). A primeira tem mais de 9mil visualizações, o que é quase três vezes maior do que a média de 3.500 que vemos na Figura 1. Assim, possivelmente a média baixa tem mais relação com o elevado número de videoaulas do que com o interesse geral do público pelo tema.

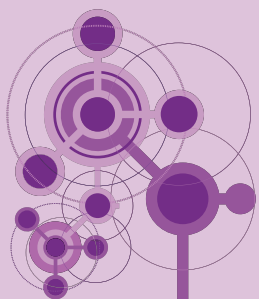
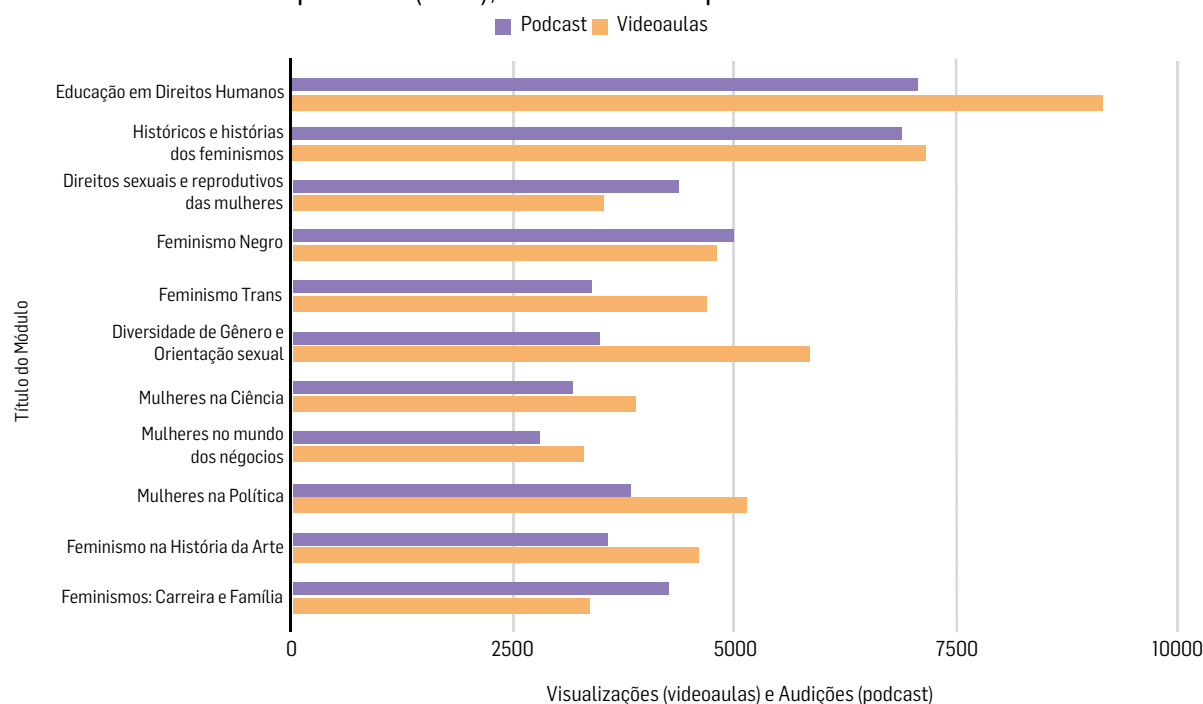


Figura 2: Média de visualizações por videoaulas (laranja) comparado ao número de acessos ao podcast (lilás), discriminados para cada módulo do curso



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Comparação com os demais cursos disponíveis na plataforma Lúmina

Para melhor entender como foi a aceitação do curso “Feminismos: algumas verdades inconvenientes”, nesta seção comparamos algumas medidas dele com as dos demais cursos disponíveis na Plataforma Lúmina.

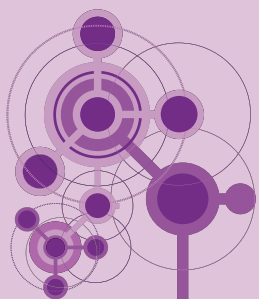
Primeiramente, medimos o engajamento dos estudantes nos cursos de maneira geral. Para isto, focamos nas variáveis “dias ativos” e “persistência”, que foram extraídas a partir dos relatórios de navegação. “Dias ativos” considera a contagem de dias únicos em que houve atividade no curso, desconsiderando a quantidade de horas em que o estudante permaneceu logado e quais atividades foram realizadas. “Persistência” é uma métrica de engajamento com os materiais do curso e indica a porcentagem de materiais acessados. Tanto no curso de “Feminismos” como nos demais cursos oferecidos na Lúmina, o perfil de acesso dos usuários é muito parecido: observa-se que a maior parte das pessoas realiza em torno de 25% das atividades do curso e que acessa o curso em apenas um ou dois dias.

As videoaulas de todos os cursos ficam disponíveis no YouTube. Os vídeos do YouTube podem ser acessados de fora da plataforma Lúmina, podendo ser encontrados numa busca, compartilhados ou recomendados pelo site. Contudo, a maior parte dos acessos tem origem externa, que provavelmente oriundos do Lúmina (não há como ter certeza, pois o YouTube não indica a origem do tráfego).

Para medir o grau de interesse dos estudantes pelo curso de feminismos, comparamos alguns de seus índices quantitativos com os vídeos mais populares no Canal Lúmina. Usaremos as variáveis “visualizações” e “porcentagem da visualização”, obtidas no Creator Studio do canal do Lúmina, que hospeda os vídeos de todos os cursos da plataforma.

No total, o canal do Lúmina tem 500 vídeos e aqui focaremos aqueles que têm pelo menos 150 likes e 7 mil visualizações¹, o que resultou em apenas 48 vídeos, que correspondem a 10% do total que a plataforma oferece. É importante notar que a plataforma Lúmina existe desde 2016 e que, desde então, os cursos são disponibilizados no canal, de forma que os cursos

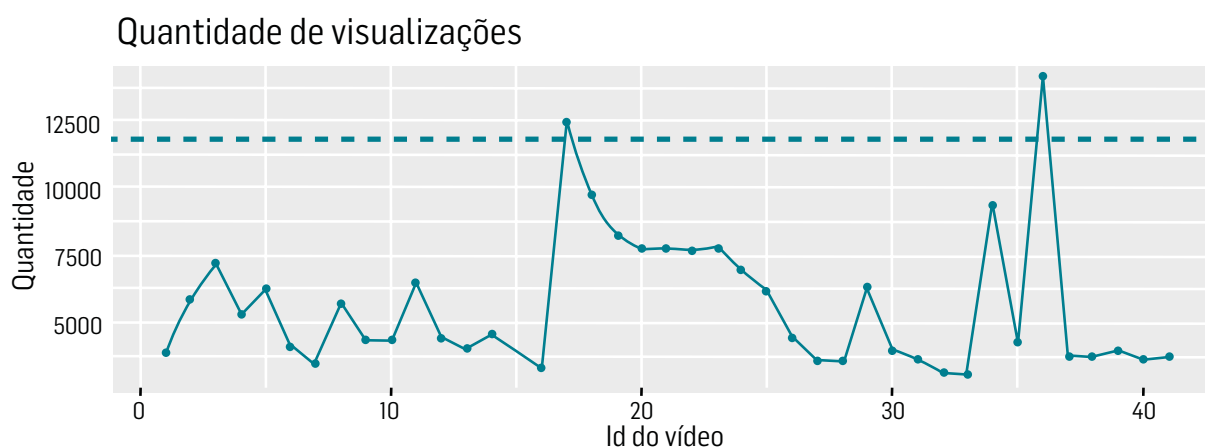
¹ Estes valores foram definidos a partir da inspeção da distribuição de likes e visualizações dos vídeos do canal, de forma a gerar um conjunto dos vídeos mais populares.



têm diferentes tempos de existência. É natural pensar que os cursos mais antigos tendem a ter mais visualizações e likes/dislikes. Para comparar todos os cursos independentemente do seu tempo após o lançamento, a hipótese é que a maior parte das pessoas se inscreve e segue o curso nos primeiros seis meses após o seu lançamento.

O percentual de visualizações – que é uma métrica de engajamento, cuja figura não está apresentada – de cada videoaula do curso de feminismos variou em torno de 40% e 60%, sendo que a média dos vídeos mais populares do canal é de 51%. Isso sugere um bom engajamento dos alunos com as videoaulas do curso de feminismos.

Figura 3: Número de visualizações de cada vídeo do curso comparado à média dos vídeos mais populares do canal (linha pontilhada)



Em função da legibilidade, no eixo horizontal os títulos dos vídeos foram substituídos por um índice (Id do vídeo).

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A Figura 3 mostra a quantidade de visualizações – uma métrica que mede o alcance – de cada um dos 41 vídeos do curso (são 40 videoaulas mais o vídeo de apresentação do curso), e a linha horizontal mostra a média de visualizações dos vídeos mais populares do canal, que é de cerca de 11.700. Pode-se ver que dois vídeos do curso superam esta linha: “Por que um curso sobre Feminismos?” e “Feminismos: Direitos Humanos – parte 1”. O primeiro é um vídeo de apresentação do curso e o segundo é a primeira videoaula do módulo 1. Em seguida, os vídeos “Feminismos: Direitos Humanos – parte 2” e “O que são direitos sexuais e reprodutivos?” contabilizam cerca de 9.700 e 9.300 visualizações, indicando grande interesse nestas temáticas. Os vídeos com menos visualizações – cerca de 3.100 – são “Mulheres no mundo dos negócios – parte 3” e “Mulheres no mundo dos negócios – parte 2”. Há duas hipóteses para explicar o baixo interesse no tema: a primeira é que o curso está hospedado em uma instituição acadêmica, onde a temática negócios não é o foco. A segunda é que, mesmo que o curso alcance pessoas interessadas no mundo corporativo, nesta comunidade a equidade entre os gêneros não é um tema popular.

Por fim, comparamos o número de pessoas inscritas no curso de feminismos com a média de inscrições nos demais cursos do Lúmina. Na Tabela 1, mostramos o número de cursos que existem disponíveis no Lúmina por categoria, bem como número de inscritos no total de cursos da categoria e a média de inscritos por curso. O curso de feminismos está classificado na temática “Ciências Humanas e Sociais”, na qual o número médio de inscritos por cursos é 7.200 e é a maior média das cinco categorias. O curso de feminismos tinha, até agosto de 2022, mais de 12mil pessoas inscritas. Isso sugere que a temática é de interesse acima da média para os usuários da plataforma.

Tabela 1: Dados numéricos dos cursos

Categoria do curso	Número de cursos	Número total de inscritos	Média de inscritos por curso
Linguística, Letras e Artes	17	90.667	5.333
Ciências Exatas e da Terra	12	53.286	4.440

Continuará...

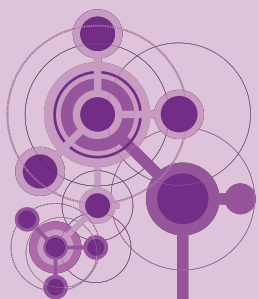


Tabela 1: Continuação

Categoria do curso	Número de cursos	Número total de inscritos	Média de inscritos por curso
Ciências da Saúde e Biológicas	32	144.607	4.518
Tecnológicas	28	8.024	3.143
Ciências Humanas e Sociais	14	101.129	7.233

Fonte: Elaborada pelas autoras.

DISCUSSÕES, CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Neste trabalho, apresentamos uma análise do curso “Feminismos: algumas verdades inconvenientes” em seus dois formatos: videoaulas e podcast. O curso aborda as diversas formas de misoginia em uma tentativa de mostrar que a luta das mulheres em suas distinções de raça, gênero, campo de atuação, maternidade, entre outros, tem um objetivo comum de construir um mundo com equidade. Somos todos o *Outro* de Beauvoir e precisamos reconhecer isso, como provoca Butler (2019).

A quantidade de visualizações das videoaulas e de audições dos episódios do podcast mostra que atingimos parcialmente o objetivo agregador do curso. As videoaulas com o maior número de visualizações são as que tratam de questões transversais: direitos humanos e história dos feminismos. Seguem-se as que atingem os temas mais sensíveis, ou seja, raça, direitos reprodutivos e carreira e família. O público do podcast teve mais interesse no tema de carreira e família do que o das videoaulas. Interpretamos que isso se deve à faixa etária mais elevada dos ouvintes do podcast.

Finalmente, observamos que, comparado aos vídeos mais populares da plataforma, este curso teve um número bom de visualizações, bem como o apresentou um número maior de pessoas inscritas do que os demais cursos disponíveis na Lúmina.

Como perspectivas, faz-se necessária uma análise qualitativa das pessoas que assistiram ao curso através de um estudo dos comentários apresentados nos vídeos.

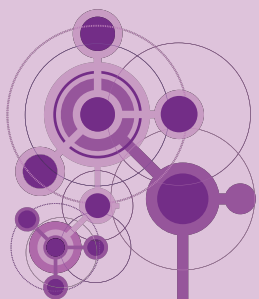
REFERÊNCIAS

ANTRA. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasília, DF: Antra, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

ARÊAS, Roberta; SANTANA, Ademir E.; BARBOSA, Marcia C. A discriminação da inteligência no campo científico brasileiro. *Educação, Cultura e Sociedade*, Cáceres, v.10, n.3, p.2-18, 2020.

ARÊAS, Roberta *et al.* *Gender and the scissors graph of Brazilian science: from equality to invisibility*. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://osf.io/m6eb4/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BEATTIE, Liana. Educational leadership: a nirvana or a battlefield? A glance into the higher education in the UK using Bourdieu. *International Journal of Leadership in Education*, Abingdon, v.21, n.5, p.608-620, 2018. doi:<https://doi.org/10.1080/13603124.2017.1330490>.



BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BROSIN, Danuska; TOKARSKI, Maine Laís. Do gênero à norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. *Gênero*, Niterói, v.18, n.º1, p.98-118, 2017. doi:<https://doi.org/10.22409/rg.v18i1.1036>.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith; MIGUENS, Fernanda; RODRIGUES, Carla. Gênero em tradução: além do monolinguismo, de Judith Butler. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, v.39, n.2, p.364-387, 2021.

DEZSÓ Cristian L.; ROSS, David G. Does female representation in top management improve firm performance? A panel data investigation. *Strategic Management Journal*, Chicago, v.33, n.9, p.1072-1089, 2012.

ELSEVIER. *Gender report 2020: the researcher journey through a gender lens*. Amsterdam: Elsevier, 2020. Disponível em: https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0011/1083971/Elsevier-gender-report-2020.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

EUROPEAN COMMISSION. *Science policies in the European Union: promoting excellence through mainstreaming gender equality: a report from the ETAN expert working group on women and science*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2000. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/4d456ad0-abb8-41a2-9d21-dbd5381f1f4c/language-en>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FERRARI, Nathália C. *et al.* Geographic and gender diversity in the Brazilian Academy of Sciences. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v.90, n.2, supl.1, p.2243, 2018. doi:<https://doi.org/10.1590/0001-3765201820170107>.

GIUGLIANI, Camila *et al.* *Violência sexual e direito ao aborto legal no Brasil: fatos e reflexões*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

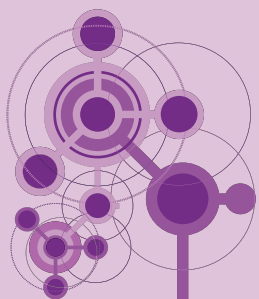
GUTERL, Fred. Diversity in science: why it is essential for excellence. *Scientific American*, New York, v.311, p.38-41, 2014. doi:<https://doi.org/10.1038/scientificamerican1014-38>.

HUNT, Vivian Dame; LAYTON, Dennis; PRINCE, Sara. *Diversity matters*. McKinsey and Company Report. [S.l.]: McKinsey and Company, 2015. Disponível em: www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/why-diversity-matters. Acesso em: 21 dez. 2022.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

INDICADORES sociais das mulheres no Brasil. *IBGE-Educa*, Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 21 dez. 2022.

IPEA; FBSP. *Atlas da violência 2019*. Brasília, DF: Ipea; São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

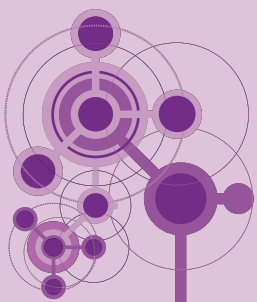


TAVARES, Paula. Pouco progresso para as mulheres na política no Brasil. *The World Bank Brasil*, Washington, DC, 5 maio 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2022/05/05/pouco-progresso-para-as-mulheres-na-politica-no-brasil>. Acesso em: 21 dez. 2022.

TRUTH, Sojourner. *E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth*. Rio de Janeiro: Ímã Editorial, 2020.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.

Artigo recebido em 21/08/2022 e aprovado em 08/12/2022.



Guia bibliográfico sobre mulheres e feminismos: novas perspectivas para o campo da comunicação

Bibliographic guide on women and feminisms: new perspectives for the field of communication

Guía bibliográfica sobre mujeres y feminismos: nuevas perspectivas para el campo de la comunicación



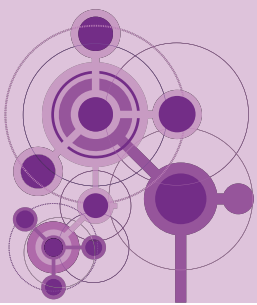
Milene Rocha Lourenço Leitzke

- Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Mestra em Gestão e Sustentabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
- Especialista em Assessoria de Comunicação.
- Graduada em Relações Públicas pela UEL.
- Relações Públicas e Chefe do Departamento de Culturas e Comunicação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila).
- E-mail: milene.rrpp@gmail.com



Maria Aparecida Ferrari

- Professora Associada II da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
- Livre-Docente em Relações Públicas pela ECA-USP.
- Doutora em Ciência da Comunicação pela USP, com período de estudos na Universidade de Maryland, Estados Unidos.
- Mestra em Ciências da Comunicação pela USP.
- Graduada em Ciências Sociais pela USP e em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi.
- E-mail: maferrar@usp.br



Resumo

Gênero e feminismo são temáticas que precisam ser discutidas de forma transversal em todas as áreas do conhecimento. Pensando nisso, este estudo apresenta um "guia bibliográfico", que traz referências de autoras e autores do pensamento feminista, visando contribuir para a ampliação das discussões sobre os pontos de intersecção e tensionamentos com o campo das relações públicas e comunicação organizacional, os quais carecem de estudos sobre os processos comunicacionais a partir de lentes que questionem a heteronormatividade e a hegemonia eurocêntrica.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMOS • DECOLONIALISMO • COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL • RELAÇÕES PÚBLICAS.

Abstract

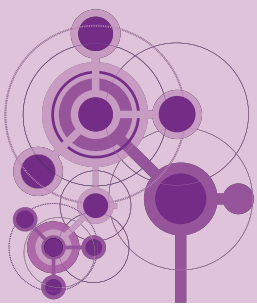
Gender and feminism are themes that need to be discussed transversally in all areas of knowledge. In that regard, this study presents a "bibliographic guide" that brings references of authors of feminist thought, aiming to contribute to the expansion of discussions about the points of intersection and tension with the field of public relations and organizational communication, which lack studies on communication processes from lenses that question the heteronormativity and Eurocentric hegemony.

KEYWORDS: FEMINISMS • DECOLONIALISM • ORGANIZATIONAL COMMUNICATION • PUBLIC RELATIONS.

Resumen

El género y el feminismo son temas que deben debatirse de forma transversal en todas las áreas del conocimiento. Así este estudio presenta una "guía bibliográfica", que trae referencias de autoras y autores del pensamiento feminista, con el objetivo de contribuir a la ampliación de las discusiones sobre los puntos de intersección y tensión con el campo de las relaciones públicas y la comunicación organizacional, que carecen de estudios sobre los procesos de comunicación a partir de lentes que cuestionen la heteronormatividad y la hegemonía eurocéntrica.

PALABRAS CLAVE: MUJERES • FEMINISMOS • DECOLONIALISMO • COMUNICACIÓN ORGANIZATIVA • RELACIONES PÚBLICAS.



INTRODUÇÃO

Pensar as relações públicas e a comunicação organizacional a partir de uma perspectiva feminista suscita reflexões sobre o longo caminho que ainda existe para que a igualdade de gênero seja alcançada, tanto em relação aos direitos trabalhistas e educação, quanto à participação na política.

Mesmo com avanços ocorridos nas últimas décadas, as mulheres continuam enfrentando múltiplas opressões, que se intensificam conforme a influência dos marcadores sociais da diferença, como raça, etnia, origem, sexualidade e classe social. De acordo com Helena Hirata (2002), com o aumento da participação feminina no mundo do trabalho, foi se estabelecendo um processo denominado de bipolarização, que passou a separar o trabalho das mulheres de acordo com os níveis de estudo e novas construções implicadas à ideia de qualificação.

Deste modo, de um lado extremo encontramos profissionais altamente qualificadas, com salários equivalentes aos dos homens, no conjunto da mão de obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.) e, no outro extremo, estão as trabalhadoras de “baixa qualificação”, com salários ínfimos e que executam tarefas sem reconhecimento nem valorização social (Hirata, 2002).

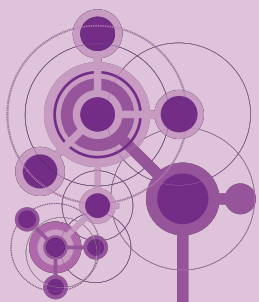
Vale destacar que a presença feminina na trajetória das relações públicas no Brasil começou em 1971 com a publicação da obra *Relações públicas: teoria e processo*, de Martha Alves D’Azevedo, seguida, na década de 1980, pelas obras de Hebe Wey (*O processo de relações públicas*), de 1983, e de Margarida Kunsch (*Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*) e Círcia Peruzzo (*Relações públicas no modo de produção capitalista*), ambas de 1986.

Segundo James Grunig (2003, p.71), nos Estados Unidos “aproximadamente 75% dos estudantes de Relações Públicas e 60% dos profissionais ativos são mulheres”. Tal resultado se repete no Brasil, de acordo com Ferrari (2011, 2017). Porém, a maior parte delas, embora sejam graduadas e especialistas na área, enfrentam desigualdade salarial e não ocupam os mesmos postos e funções em comparação aos homens; além disso, sofrem discriminação pelo fato de serem mulheres e são vítimas de violência simbólica e cultural (Galtung, 2003). Essas desigualdades impactam a ocupação de cargos de carreira, salário, promoção, oportunidades, discriminação e assédio sexual (Aldoory; Toth, 2002).

Larissa Grunig, Elizabeth Toth e Linda Hon (2001) comentam que a feminização da profissão e a crença de que a atividade de relações públicas seja “trabalho para mulheres” podem ter sido o fato que impactou a imagem pública da profissão e o modo como as mulheres são tratadas no mundo do trabalho. As autoras revelam que, mesmo quando as mulheres ocupam funções gerenciais, suas atividades ficam muitas vezes restritas a funções técnicas, enquanto os homens, em funções gerenciais, são condicionados a assumir posições estratégicas nas organizações (Grunig; Toth; Hon, 2001).

Diante das reflexões apresentadas, este artigo busca sublinhar a necessidade de se intensificarem as discussões sobre as distintas correntes dos feminismos no campo da comunicação organizacional e relações públicas no Brasil, pois trata-se de questões transversais que não podem ser entendidas separadamente, especialmente pela inter-relação que estabelecem uma com a outra.

Mediante este entendimento, esse texto apresenta um “guia bibliográfico” que traz referências de autoras e autores que trabalham com distintas correntes feministas, a fim de facilitar a compreensão do pensamento feminino e contribuir para



a construção de uma agenda que possibilite gerar reflexões sobre os pontos de intersecção e tensionamentos com o campo da comunicação organizacional.

Para a realização deste artigo, foram selecionados materiais que contemplam as teorias feministas nas suas diferentes vertentes. A seleção dos trabalhos aqui apresentados foi feita com base nas bibliografias utilizadas pelas obras clássicas do pensamento feminista. Em um primeiro momento, foi feito um levantamento de livros e artigos clássicos sobre o assunto; em seguida, realizou-se uma análise atenta dos autores e autoras referenciados publicados nos últimos anos. A partir disso, foram compilados os estudos que passaram, então, a compor o guia proposto por este artigo, buscando trazer obras brasileiras, ainda que não em quantidade expressiva. Os materiais encontrados foram divididos e subdivididos em sete categorias que servem de base e conhecimento transversal aos estudos da comunicação, a saber: a) Decolonialismo e feminismos; b) Gênero, feminismos e patriarcado; c) Feminismo Negro; d) Feminismo e as mulheres da fronteira (mestiças e indígenas latino-americanas); e) Feminismo e a pessoa com deficiência; f) Feminismo e maternidade; e g) Transexualidade e o transfeminismo.

DECOLONIALISMO E FEMINISMOS

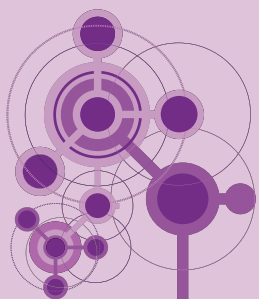
Os estudos acadêmicos decorrentes da luta feminista, intitulados inicialmente de “estudo de mulheres” ou “estudos feministas” – mais tarde de “estudos de gênero”, e, recentemente, “estudos do campo feminista de gênero” (Matos, 2010) –, têm demonstrado cumprir um papel importante na transformação de um panorama científico, até então marcado por um protagonismo essencialmente masculino. Por meio da introdução de novos conceitos e do questionamento de pressupostos, tais estudos puderam efetivamente revisitar e atualizar arcaísmos teóricos de diversas áreas do conhecimento humano em termos de gênero (Matos, 2010).

A historiografia dos estudos de gênero localiza os primeiros “estudos de mulheres” (“*women's studies*”) no início dos anos 1970 nos Estados Unidos, como uma consequência do clima político no país desde o final dos 1960, com os movimentos pelas liberdades civis (Crouch, 2012). As limitações desses estudos em termos de raça, origem, localização geográfica, entre outros marcadores, logo foram apontadas por feministas negras, asiáticas, latino-americanas e africanas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (Crouch, 2012). Ainda que com muita resistência e enfrentando muitas críticas, a teoria política feminista branca e anglo-saxã segue tomando o protagonismo na ciência ao redor do mundo. Assim, novas propostas teóricas, especialmente do Sul Global, têm tensionado esse debate e caracterizado uma luta por maior espaço e representação no campo da produção de conhecimento, à medida que ativamente negam a incorporação acrítica de teorias importadas. O feminismo decolonial é uma dessas propostas. O Quadro 1 traz as sugestões de artigos e o Quadro 2 apresenta sugestões de livros que discutem a relação entre feminismo e decolonialismo.

Quadro 1: Artigos publicados

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
ARAUJO, Cibele de Guadalupe Sousa; SILVA-REIS, Dennys	Traduzir o feminismo: um subsídio decolonizador	Revista Água Viva, v.6, n.3	2022
BALLESTRIN, Luciana	América Latina e o giro decolonial	Revista Brasileira de Ciência Política, n.11	2013
GROSGOUEL, Ramón	Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global	Revista Crítica de Ciências Sociais, n.80	2008

Continuará...



Quadro 1: Continuação

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
MIGNOLO, Walter D.	Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade	Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n.94	2017
PULIDO, Elena Margarita Cacheux	Feminismo chicano: raíces, pensamiento político e identidad de las mujeres	Reencuentro, n.37	2003
SEGATO, Rita Laura	Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial	e-cadernos CES, n.18	2012

Quadro 2: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
CÉSAIRE, Aimé	Discurso sobre el colonialismo	Madrid: Akal	2006
CURIEL, Ochy	Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2020
FANON, Frantz	Os condenados da terra	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	1961
HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.)	Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2020
LAZREG, Marnia	Decolonizando o feminismo (mulheres argelinas em questão). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2020
LUGONES, María	Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2020
LUGONES, María	Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2019
MALDONADO-TORRES, Nelson	Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico	Belo Horizonte: Autêntica	2018
QUIJANO, Aníbal	Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas	Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso)	2005
RESENDE, Ana Catarina Zema de (tradução)	Não à "união nacional" por trás dos imperialistas! Sim à "união política", antiracista e anti-imperialista!	Paris: Groupe Décolonial de Traduction	2015
VERGÈS, Françoise	Um feminismo decolonial	São Paulo: Ubu	2020



GÊNERO, FEMINISMOS E PATRIARCADO

A antropóloga Rita Segato (2012) considera que a categoria gênero existe desde os contextos pré-coloniais, mas de forma diferente da que assume na modernidade colonial. Ela sugere que, quando o colonizador penetra os tecidos locais, ao deparar-se com o gênero, transforma-o perigosamente. Segato (2012) descreve, então, um processo de intervenção nas estruturas sociais da aldeia, seguido da apreensão de seus marcadores sociais e, por fim, do rearranjo das relações de poder a partir de dentro, mantendo uma aparência de continuidade pela linguagem (as mesmas nomenclaturas passam a descrever fenômenos sociais novos), modificando os sentidos, ao estabelecerem normas diferentes, impostas.

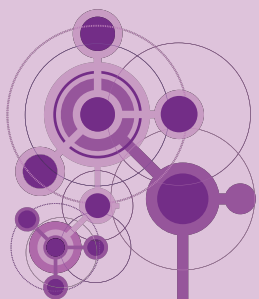
Lugones (2014) explica que a intromissão colonial levou a uma reconstrução do conceito ocidental de gênero, agora interseccionado com o novo conceito de raça. Para a autora, a meta civilizatória de desumanização, subjugação e bestialização do “outro” colonial transformou o dimorfismo sexual como base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana (Lugones, 2014).

Na prática, esse processo desdobra-se em dois fenômenos paralelos: a emasculação e a hipervirilização dos homens racializados em diferentes contextos. No primeiro, que se dá no ambiente extracomunitário, o homem não-branco é emasculado frente ao colonizador branco e seu poder usurpador. Concomitantemente, tais homens colonizados, agora portadores de masculinidades racializadas, são cooptados pelo colonizador como seus interlocutores políticos: é com os homens que os colonizadores negociam, não com as mulheres. Assim, realiza-se o segundo processo: a superinflação do ego do homem racializado perante as mulheres racializadas. Esse segundo processo conclui-se dentro da aldeia, no ambiente comunitário. Por fim, a esfera pública é, junto da categoria “homem”, superinflada e universalizada em detrimento da esfera doméstica, privatizada e colapsada, como a categoria “mulher”. A binarização é, dessa forma, efetivamente alcançada.

Segato (2012) caracteriza esse processo como “violentogênico” porque, de um lado, oprime e, de outro, empodera as masculinidades racializadas, obrigando-as a reproduzir os papéis de controle inerentes ao sujeito masculino no único ambiente em que se torna possível restaurar sua virilidade: na aldeia, frente às mulheres, agora domesticadas e desprovidas de poder político. A elas também foi conferido o acesso privilegiado a recursos e conhecimentos sobre o mundo do poder, enquanto elas viram seu próprio espaço de poder, o doméstico, expropriado de tudo que nele fosse político (Segato, 2012).

Como consequência do processo de binarização, a sexualidade também foi transformada, sendo nela injetada uma moralidade que antes não existia no mundo-aldeia. Essa nova moralidade, moderna e ocidental, reduz o corpo das mulheres a objeto, isto é, passível de ser instrumentalizado pelos homens a depender de suas vontades, ao passo que também introduz uma noção de pecado nefasto, crime hediondo e outras noções correlatas ao corpo das mulheres e à sexualidade no geral. Essa objetificação e exteriorização da sexualidade fazem parte do que Segato (2012, p.120) denomina “olhar pornográfico”, o olhar colonizador derivado da exterioridade colonial moderna: “exterioridade da racionalidade científica, exterioridade administradora, exterioridade expurgadora do outro e da diferença”.

Sobre isso, apresentam-se algumas referências, divididas entre artigos publicados em revistas (Quadro3) e livros (Quadro4), que podem contribuir para discorrer sobre este tema e potencializar as discussões sobre as consequências do patriarcado na sociedade contemporânea.



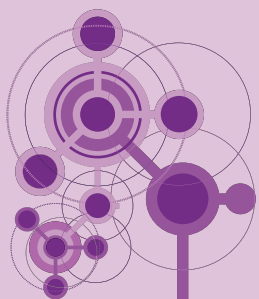
Quadro 3: Artigos publicados

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
BUTLER, Judith	Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista	Caderno de Leituras, n.78	2018
FRASER, Nancy	Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação	Revista Estudos Feministas, v.15, n.2	2007
FRASER, Nancy	O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história	Mediações, v.14, n.2	2009
HIRATA, Helena	Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais	Tempo Social, v.26, n.1	2014
HIRATA, Helena	Gênero, patriarcado, trabalho e classe	Trabalho Necessário, v.16, n.29	2018
HIRATA, Helena	Mulheres brasileiras: relações de classe, de "raça" e de gênero no mundo do trabalho	Confins, n.26	2016
HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle	A classe operária tem dois sexos	Revista Estudos Feministas, v.2, n.3	1994
SCOTT, Joan	Gênero: uma categoria útil de análise histórica	Educação & Realidade, v.20, n.16	1995
WINTER, Sylvia	No humans involved: an open letter to my colleagues	Knowledge on Trial, v.1, n.1	1994

Quadro 4: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
ADICHIE, Chimamanda Ngozi	Todos deberíamos ser feministas	Barcelona: Literatura Random House.	2016
AHMED, Sara	Viver uma vida feminista	São Paulo: Ubu	2022
AKOTIRENE, Carla	Interseccionalidade	São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen	2019
ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline.	O que é feminismo	São Paulo: Brasiliense	1991
ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy.	Feminismo para os 99%: um manifesto	São Paulo: Boitempo	2019
BARRANCOS, Dora.	História dos feminismos na América Latina	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2022
BIROLI, Flávia	Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil	São Paulo: Boitempo	2018
BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco	Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina	São Paulo: Boitempo	2020
BORGES, Juliana	Encarceramento em massa	São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen	2019

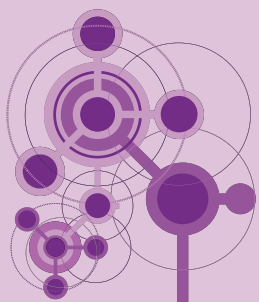
Continuará...



Quadro 4: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
BUENNO, Winnie et al. (org.)	Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil	Porto Alegre: Zouk	2017
BUTLER, Judith	Críticamente subversiva. In: MÉRIDA JIMÉNEZ, Rafael M. Sexualidades transgresoras: uma antologia de estudios queer	Barcelona: Icaria	2002
BUTLER, Judith	Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría performativa de la asamblea	Buenos Aires: Paidós	2017
BUTLER, Judith	Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"	Buenos Aires: Paidós	2008
BUTLER, Judith	Marcos de guerra: las vidas lloradas	Barcelona: Paidós	2010
BUTLER, Judith	Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade	Rio de Janeiro, Civilização Brasileira	2003
BUTLER, Judith	Vida precaria: el poder del duelo y la violencia	Buenos Aires: Paidós	2006
COLLINS, Patricia Hill	Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista	São Paulo: SOF	2015
DAVIS, Angela	Estarão as prisões obsoletas?	Rio de Janeiro: Difel	2018
DAVIS, Angela	Mulheres, cultura e política	São Paulo: Boitempo	2017
DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi	Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia	São Paulo: Boitempo	2020
DE BEAUVOIR, Simone	O segundo sexo	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	2019
DELAP, Lucy	Feminismos: uma história global	São Paulo: Companhia das Letras	2022
DÍEZ Jorge, María Elena	Género y paz a través del arte: memorias y silencios construidos. In: DÍEZ JORGE, María Elena; SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (org.). Género y paz	Barcelona: Icaria	2010
EVARISTO, Conceição	Olhos d'água	Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional	2016
EVARISTO, Conceição	Ponciá Vicêncio	Belo Horizonte: Mazza	2003
FEDERICI, Silvia	Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva	São Paulo: Elefante	2019
FEDERICI, Silvia	Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais	São Paulo: Boitempo	2019
FEDERICI, Silvia	O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo	São Paulo: Boitempo	2021

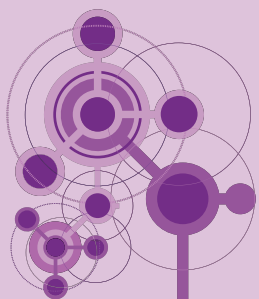
Continuará...



Quadro 4: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
FEDERICI, Silvia	O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista	São Paulo: Elefante	2019
FERREIRA, Verônica et al.	O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu	Recife: SOS Corpo	2014
FRASER, Nancy	Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el estado a la crisis neoliberal	Madrid: Traficantes de Sueños	2015
GAGO, Verónica	A potência feminista – ou o desejo de transformar tudo	São Paulo: Elefante	2020
HIRATA, Helena	O cuidado: teorias e práticas	São Paulo: Boitempo	2022
HIRATA, Helena	Pesquisas sociológicas sobre relações de gênero na França. In: DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA; NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO. Relações sociais de gênero e relações de sexo	São Paulo: CODAC-USP	1989
HOOKS, bell	O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras	Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos	2018
KENDALL, Mikki	Feminismo de barrio: lo que olvida el feminismo blanco	Madrid: Capitán Swing	2022
LERNER, Gerda	A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens	São Paulo: Cultrix	2019
LOURO, Guacira Lopes	Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista	Petrópolis: Vozes	1998
MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen	Mujeres en pie de paz: pensamiento y prácticas	Madrid: Siglo XXI	2006
MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia	Feminismo e política: uma introdução	São Paulo: Boitempo	2014
NOGUEIRA, Conceição	Interseccionalidade e psicologia feminista	Simões Filho: Devires	2017
OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa	Histórias de morte matada contadas feito morte morrida	São Paulo: Drops	2022
PINTO, Céli Regina Jardim	Uma história do feminismo no Brasil	São Paulo: Fundação Perseu Abramo	2003
PRECIADO, Beatriz	Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual	Madrid: Opera Prima	2002
SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani	Gênero, patriarcado, violência	São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo	2011

Continuará...



Quadro 4: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
SCHRUPP, Antje	Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano	São Paulo: Blucher	2019
SCOTT, Joan	História das mulheres. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas	São Paulo: Unesp	1992
SOLANO, Esther; COSTA, Beatriz Della; ROCHA, Camila (org.)	Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras	São Paulo: Boitempo	2022
SPIVAK, Gayatri Chakravorty	Pode o subalterno falar?	Belo Horizonte: UFMG	2010
TERRA, Bibiana (org.)	Dicionário feminista brasileiro: conceitos para a compreensão dos feminismos	São Paulo: Dialética	2022
VARELA, Nuria	Feminismo 4.0: la cuarta ola	Barcelona: Penguin Random House	2019
VARELA, Nuria	Feminismo para principiantes	Barcelona: Ediciones B	2008

FEMINISMO NEGRO

As experiências das mulheres negras, que, desde o período colonial brasileiro, não aceitaram com passividade a condição de escravidão, abriram caminhos para que fosse possível tratar teórica e metodologicamente dessas questões no tempo presente. Mesmo diante disso, sabendo que vivemos em um mundo imerso no racismo estrutural, ainda há muito a ser conquistado pela luta antirracista.

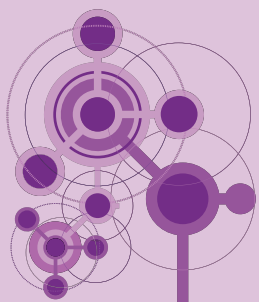
As correntes teóricas do feminismo negro no Brasil ganharam forças ao longo das décadas de 1970 e 1980. Intelectuais negras se dedicaram ao estudo da situação socioeconômica de mulheres negras e buscaram recontar histórias de luta e de conquistas do povo negro desde o período colonial.

Nos Estados Unidos, as intelectuais feministas negras também intensificaram suas produções a partir das décadas de 1970 e 1980 e são importantes referências nesses estudos, conforme poderá ser observado nos Quadros 5 e 6.

Quadro 5: Artigos publicados

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de et al.	Feminismos negros: mães de corpos marginais	Descolonizar o feminismo – Anais do VII Sernegra	2019
ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de et al.	História, memória e ressentimento: revisitando a trajetória de exclusão da população negra no Brasil	RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v.6, edição especial	2020
CARNEIRO, Sueli	Mulheres em movimento	Estudos Avançados, v.17, n.49	2003
CRENSHAW, Kimberlé	Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics	The University of Chicago Legal Forum, n.1	1989

Continuará...



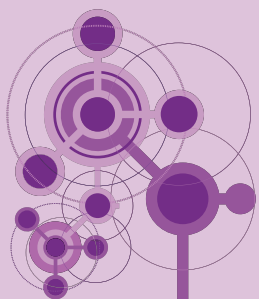
Quadro 5: Continuação

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
CRENSHAW, Kimberlé	Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero	Revista Estudos Feministas, v.10, n.1	2002
DOVE, Nah	Mulherisma africana: uma teoria afrocêntrica	Jornal de Estudos Negros, v.28, n.5	1998
GONZALEZ, Lélia	Racismo e sexismo na cultura brasileira	Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs	1984
MOUTINHO, Laura; ALVES, Valéria; CARMO, Milena Mateuzi	"Quanto mais você me nega, mais eu me reafirmo": visibilidade e afetos na cena negra periférica paulistana	Revista Tomo, n.28	2016
PEREIRA, Bergman de Paula	De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição	Anais do XXVI Simpósio Nacional de História	2011
TOSOLD, Léa	Por uma vida sem barragens: corpos, território e o papel da autodeterminação na desnaturalização da violência	Revista de Antropologia, v.63, n.3	2020

Quadro 6: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
ADICHIE, Chimamanda Ngozi	O perigo de uma história única	São Paulo: Companhia das Letras	2019
ALMEIDA, Silvio	Racismo estrutural	São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen	2019
ALVES, Claudete	Virou regra?	São Paulo: Scortecci	2011
BENTO, Maria Aparecida da Silva	Pacto da branquitude	São Paulo: Companhia das Letras	2022
BENTO, Maria Aparecida Silva	Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público (Tese de doutorado em Psicologia)	São Paulo: Universidade de São Paulo	2002
BUENO, Winnie	Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins	Porto Alegre: Zouk	2020
CARNEIRO, Sueli	A construção do outro como não-ser como fundamento do ser (Tese de doutorado em Educação)	São Paulo: Universidade de São Paulo	2005
CARNEIRO, Sueli	Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ORGANIZAÇÃO ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. Racismos contemporâneos	Rio de Janeiro: Takano	2003
CARNEIRO, Sueli	Escritos de uma vida	Belo Horizonte: Letramento	2018
COLLINS, Patricia Hill	Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment	London: Routledge	1991

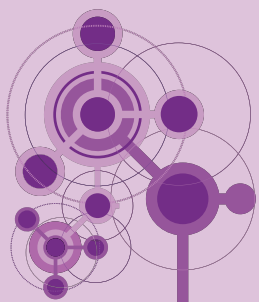
Continuará...



Quadro 6: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
COLLINS, Patricia Hill	Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento	São Paulo: Boitempo	2019
CRENSHAW, Kimberlé	A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero	Brasília, DF: Unifem	2004
DAVIS, Angela	Mulheres, raça e classe	São Paulo: Boitempo	2016
EVARISTO, Conceição	Olhos d'água	Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional	2016
FANON, Frantz	Os condenados da terra	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	1961
FANON, Frantz	Pele negra, máscaras brancas	Salvador: UFBA	2008
FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro	Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro (Dissertação de mestrado em Direito)	Brasília, DF: Universidade de Brasília	2006
GONZALEZ, Lélia	A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais	Rio de Janeiro: Bazar do Tempo	2019
GONZALEZ, Lélia	Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos	Rio Janeiro: Zahar	2020
GONZALEZ, Lélia	Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa	São Paulo: Diáspora Africana	2018
GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos	Lugar de negro	Rio de Janeiro: Marco Zero	1982
HOOKS, bell	Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra	São Paulo: Elefante	2019
LIMA, Emanuel Fonseca et al. (org.)	Ensaio sobre racismo: pensamentos de fronteira	São José do Rio Preto: Balão Editorial	2019
MATTOS, Wilson Roberto de	Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)	Salvador: EDUNEB: EDUFBA	2008
MBEMBE, Achille	Crítica da razão negra	São Paulo: n-1 edições	2018
NASCIMENTO, Maria Beatriz	Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição	São Paulo: Filhos da África	2018
RATTS, Alex	Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento	São Paulo: Instituto Kuanza: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2007
RIBEIRO, Djamila	O que é lugar de fala?	Belo Horizonte: Letramento: Justificando	2017
RIBEIRO, Djamila	Pequeno manual antirracista	São Paulo: Companhia das Letras	2019
RIBEIRO, Djamila	Quem tem medo do feminismo negro?	São Paulo: Companhia das Letras	2018
SANTANA, Bianca	Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro	São Paulo: Companhia das Letras	2021

Continuará...



Quadro 6: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
SANTOS, Gislene Aparecida dos	A invenção do "ser negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros	São Paulo: Educ: Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas	2002
SANTOS, Gislene Aparecida dos	Mulher negra, homem branco: um breve estudo do feminino negro	Rio de Janeiro: Pallas	2004
SCHWARCZ, Lilia Moritz	O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930	São Paulo: Companhia das Letras	1993
SILVA, Denise Ferreira da	Para uma poética negra feminista: a busca/questão da negridade para o (fim do) mundo. In: SILVA, Denise Ferreira da. A dívida impagável.	São Paulo: Oficina de Imagem Política e Living Commons	2019
SOUZA, Neusa Santos	Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social	Rio de Janeiro: Zahar	2021
WERNECK, Jurema	Políticas públicas para as mulheres negras	Rio de Janeiro: Criola	2010
WERNECK, Jurema	Saúde da população negra	Rio de Janeiro, Criola	2010
WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone	Mulheres negras na primeira pessoa	Porto Alegre: Redes	2012

FEMINISMO E AS MULHERES DA FRONTEIRA (MISTIÇAS E INDÍGENAS LATINO-AMERICANAS)

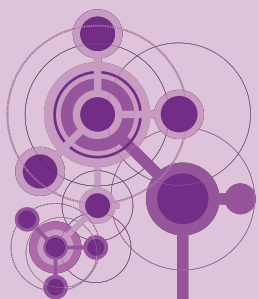
As teorias que discutem gênero e, posteriormente, os estudos sobre interseccionalidades colocam em evidência a importância de considerar marcadores sociais da diferença na produção de conhecimento e no auxílio às reflexões sobre os processos de (re)construção das identidades e de novas subjetividades que afloram dos sujeitos femininos emergentes dos entre-lugares e dos discursos fronteiriços.

A fronteira, segundo Gloria Anzaldúa (2005) é um espaço conflituoso e híbrido ocupado por indígenas, *chicanos* e imigrantes. O sujeito da fronteira¹ – especialmente o sujeito feminino – vive em constante defesa de sua identidade étnica e de sua reconstrução identitária, pois as mulheres da "fronteira", as "mestiças" ("*mestizas*"), têm suas subjetividades invisibilizadas em função das relações de poder existentes nesse espaço.

Sobre isso, Rita Segato (2012) descreve como a intrusão colonial destrói os tecidos sociais locais por meio da efetiva troca da dualidade, já existente nesses contextos pré-coloniais, pelo binarismo, característico do *ethos* europeu. Para a autora, a organização social de muitos grupos humanos era estruturada, antes da colonização, sobre uma dualidade hierárquica, assinalada por uma relação de complementaridade e reciprocidade. Esse fenômeno é evidente quando tratamos dos marcadores sociais de gênero.

De acordo com Segato (2012), antes da violência colonial, as categorias duais opostas "homem" e "mulher", ainda que estabelecidas de maneira hierárquica e assimétrica, eram política e ontologicamente plenas, completas. Essa relação de complementaridade explica a possibilidade de existências múltiplas entre os dois lados da dualidade: as duas categorias opostas iniciais são apenas duas possibilidades de existência em uma continuidade infinita entre elas. Assim, a fluidez entre cada polo cria um amplo espaço para o surgimento e trânsito de múltiplas categorias não-binárias, também ontologicamente íntegras.

¹ O conceito de fronteira é utilizado neste estudo como metáfora de um espaço de travessias, de hibridismos e de incessantes trocas e negociações identitárias.



As referências apontadas nos Quadros 7 e 8 buscam elucidar esses conceitos e dar luz à invisibilidade das subjetividades das mulheres indígenas, *chicanas*, latino-americanas, quilombolas e imigrantes.

Quadro 7: Artigos publicados

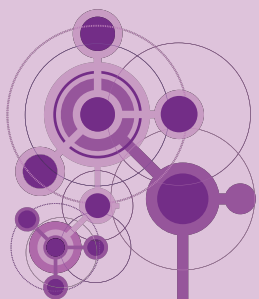
Autor/atores	Título	Periódico	Ano
ANZALDÚA, Gloria	Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo	Revista Estudos Feministas, v.8, n.1	2000
ANZALDÚA, Gloria	La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência	Revista Estudos Feministas, v.13, n.3	2005
COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana	Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença"	Revista Estudos Feministas, v.13, n.3	2005
GUIZARDI, Menara Lube	Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas: moviidades, violencias y agencias	Nueva Sociedad, nº 289	2020
NASCIMENTO, Silvana de Souza	O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima	Revista de Antropologia, v.62, n.2	2019

Quadro 8: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
ANZALDÚA, Gloria	Cómo domar una lengua salvaje. In: GARCÍA, Cristina. Voces sin fronteras: antología vintage español de literatura mexicana y chicana contemporánea	New York: Vintage books	2007
FLORES, Juan; YUDICE, Jorge	Fronteiras vivas/Buscando América: as línguas da formação latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). ¿Y nosotras latinoamericanas?: estudos sobre gênero e raça	São Paulo: Memorial	1992
KILOMBA, Grada	Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano	Rio de Janeiro: Cobogó	2019
LOBO, Patrícia Alves de Carvalho	Chicanas em busca de território: a herança de Gloria Anzaldúa (Tese de doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura)	Lisboa: Universidade de Lisboa	2015
MIGNOLO, Walter D.	Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar	Belo Horizonte: UFMG	2003
NIEMANN, Yolanda Flores et al. (ed.)	Chicana Leadership: The <i>Frontiers</i> Reader	Lincoln: University of Nebraska Press	2002
WALSH, Catherine (ed.)	Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas	Quito: Universidad Andina Simón Bolívar: Abya-Yala	2005

FEMINISMO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os movimentos feministas, de maneira geral, buscam a equidade plena entre gêneros e o combate ao patriarcado dentro das particularidades de cada mulher. Os estudos, na perspectiva feminista e de gênero têm apresentado grandes avanços enquanto discutem as questões que envolvem raça/etnia, orientação sexual, classe social, religião, entre outros.



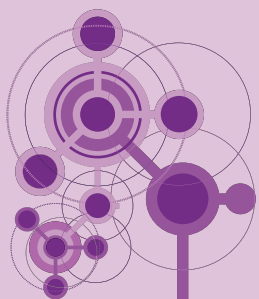
Dentre essas interseccionalidades, estão as mulheres com deficiência. Essas mulheres sofrem com o machismo mas também com o capacitismo (preconceito contra pessoas com deficiência), inclusive de outras mulheres, sem deficiência.

Pensando nisso, os Quadros 9 e 10 trazem uma relação de artigos e pesquisas acadêmicas sobre a intersecção entre gênero e deficiência. Essas produções científicas nos levam a pensar em questões como a corporeidade, a sexualidade, o cuidado e a interdependência, deixando clara a importância de se apontar a inclusão da deficiência como categoria de análise a ser considerada nos estudos e práticas sociais.

Quadro 9: Artigos publicados

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
ALMEIDA, Luciana Alves Drumond; VILELA, Elaine Meire	Realmente falta escolaridade? Estudo sobre as chances de ter um emprego formal (celetista ou estatutário) ou informal entre pessoas com e sem deficiência, por gênero	Contemporânea, v.11, n.2	2021
ALMEIDA, Welita Gomes de	Gênero e deficiência: a exclusão social de mulheres deficientes	Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Culturas, Leituras e Representações	2009
ARAÚJO, Elizabeth Alice Barbosa Silva de; FERRAZ, Fernando Basto	O conceito de pessoa com deficiência e seu impacto nas ações afirmativas brasileiras no mercado de trabalho	Anais do XIX Encontro Nacional	2010
CAMARGO, Roberta	Quilombo PcD: coletivo une luta antirracista à anticapacitista	Alma Preta Jornalismo, 3 mar. 2021	2021
DAVY, Laura	Philosophical inclusive design: intellectual disability and the limits of individual autonomy in moral and political theory	Hypatia, v.30, n.1	2015
DE BOER, Tracy	Disability and sexual inclusion	Hypatia, v.30, n.1	2015
DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos	Deficiência, direitos humanos e justiça	Sur, v.6, n.11	2009
EUGÊNIO, Josiane; SILVA, Alex Sander da	“Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência	Educação em Revista, v.23, n.1	2022
FONTES, Maria	Mídia, mulheres deficientes e cultura: uma análise dos processos de afirmação cultural do corpo feminino ideal e de rejeição ao corpo deficiente	Anais do XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação	2002
GARCÍA, Vinicius Gaspar	Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil	Trabalho, Educação e Saúde, v.12, n.1	2014
GARLAND-THOMSON, Rosemarie	Feminist disability studies	Signs, v.30, n.2	2005
GOMES, Ruthie Bonan et al.	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	Revista Estudos Feministas, v.27, n.1	2019

Continuará...



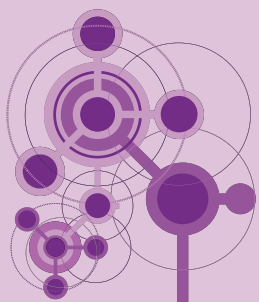
Quadro 9: Continuação

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
HALL, Kim Q.	New conversations in feminist disability studies: feminism, philosophy, and borders	Hypatia, v.30, n.1	2015
MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al.	A importância das relações familiares para a sexualidade e a autoestima de pessoas com deficiência física	Portal dos Psicólogos, 6 fev. 2010	2010
MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique	Gênero e deficiência: interseções e perspectivas	Revista Estudos Feministas, v.20, n.3	2012
NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita	Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde	Ciência & Saúde Coletiva, v.18, n.3	2013
ROSA, Natália	A invisibilidade da mulher com deficiência no movimento feminista.	Brasil Escola	2018
SANTOS, Mônica Pereira dos; SANTIAGO, Mylene Cristina	Com deficiência, mulher e refugiada: uma tríade omnileticamente interseccional	Revista Educação Especial, v.34	2021
VERONEZI, Daniela Priscila de Oliveira; RIBEIRO, Geisa Müller de Campos; GOMES, Suely Henrique de Aquino	Mulheres com deficiência na docência brasileira	Em Questão, v.28, n.2.	2022
VIDAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA IMPORTAM	Racismo e capacitismo!	Vidas Negras com Deficiência Importam, 28 fev. 2021	2021
VIÑUELA SUÁREZ, Laura	Mujeres con discapacidad: un reto para la teoría feminista	Feminismo/s, n.13	2009

Quadro 10: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
BUTLER, Judith	Precarious life: the powers of mourning and violence	London: Verso	2004
CARDOSO, Flávia Pieretti; PINTO, Maria Leda; LACERDA, Léia Teixeira	Memória discursiva sobre a violência de gênero na voz de mulheres com deficiência	Curitiba.: Brazil Publishing	2021
DAVIS, Lennard J.	Constructing normalcy: the bell curve, the novel, and the invention of the disabled body in the nineteenth century. In: OBASOGIE, Osagie K.; DARNOVSKY, Marcy (ed.). Beyond bioethics: toward a new biopolitics	Berkeley: University of California Press	2018
DINIZ, Debora	O que é deficiência	São Paulo: Brasiliense	2007
FIGUEIRA, Emílio	As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncio e gritos!	Rio de Janeiro: Wak	2021

Continuará...



Quadro 10: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
GARCIA, Vinicius Gaspar	Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e contexto contemporâneo (Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico)	Campinas: Universidade Estadual de Campinas	2010
GESSER, Marivete	Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades. In: VEIGA, Ana Maria et al. (org.). Mundos de mulheres no Brasil	Curitiba: CRV	2019
GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.)	Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social	Curitiba: CRV	2020
KELLER, Helen	A história da minha vida	Rio de Janeiro: Jose Olympio	2008
LOBO, Lilia Ferreira	Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil	Rio de Janeiro: Lamparina	2009
LOPES, Stefano Máximo	A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho: um estudo na microrregião de Itajubá-MG (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade)	Itajubá: Universidade Federal de Itajubá	2019
NUNES, Jô; LODDI, Cristina	Mãe Coragem – Convivendo com a Síndrome de Williams	São Paulo: Scortecci	2014
SATOW, Suely Harumi	Paralisado cerebral: construção da identidade na exclusão	Taubaté: Cabral	2010
SILVA, Neidi Liziane Copetti da (org.)	Reflexões sobre o protagonismo da pessoa com deficiência em diferentes contextos	Campo Grande: Inovar	2020
TEIXEIRA, Lelei	E fomos ser <i>guache</i> na vida	Porto Alegre. Publicato	2020

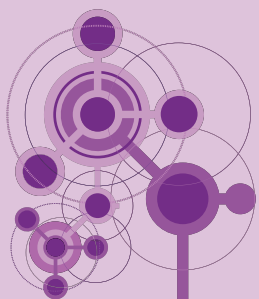
FEMINISMO E MATERNIDADE

Uma das principais pautas do feminismo é a quebra de estereótipos. A maternidade, tal como formatada pelo patriarcado, chega para as mulheres carregada de estereótipos e supostas “dificuldades” que muitas vezes as impedem de ocupar os mesmos lugares que os homens, ou de concorrer às mesmas posições hierárquicas, por exemplo. Aos homens, mesmo os pais, cabe a responsabilidade de prover o lar, sem maiores preocupações em deixar de realizar suas atividades para cuidar de seus filhos (Biroli, 2018).

Falar em feminismos e maternidade representa um desafio político e emancipatório. Por isso, trata-se de reconhecer o valor social das mulheres mães, além de seus valores políticos e econômicos, que têm sido historicamente negados a elas.

Os movimentos feministas colocam em pauta estas questões e buscam reformular o conceito de maternidade, reivindicando a possibilidade de as mulheres poderem viver suas experiências com a maternidade fora das restrições de um sistema patriarcal e capitalista, que oprime e submete a experiência materna à exclusiva função do cuidado com os filhos e com o lar (Vivas, 2021).

Para Esther Vivas (2021) a maternidade não é apenas uma responsabilidade que a sociedade julga como sendo individual, mas, sim, uma atividade coletiva, que colabora para o constante desenvolvimento da sociedade. A autora questiona os ideais



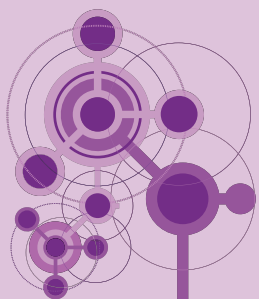
que foram socialmente estabelecidos sobre uma “maternidade inatingível”, que vive exclusivamente a serviço do patriarcado e do neoliberalismo. A proposta desta autora, de tantas outras feministas e de autores que discutem essa questão é olhar para as experiências maternas a partir de uma lente feminista e igualitária. As referências apresentadas nos Quadros 11 e 12 corroboram os pontos apresentados neste tópico e enriquecem a discussão sobre o tema.

Quadro 11: Artigos publicados

Autor/atores	Título	Periódico	Ano
GIRARDI, Giovana.	Produção científica de mulheres e mães despenca em meio à pandemia de coronavírus	Byte, 18 maio 2020	2020
MENDONÇA, Maria Collier de	O feminismo matricêntrico e o ativismo feminista no Motherhood Initiative for Research and Community Involvement (MIRCI), liderado por Andrea O'Reilly	Anais da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia	2018

Quadro 12: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
ADICHIE, Chimamanda Ngozi.	Para educar crianças feministas: um manifesto	São Paulo: Companhia das Letras	2017
ANGELOU, Maya	Mamãe & eu & mamãe	Rio de Janeiro: Roda dos Tempos	2018
BADINTER, Elisabeth	O conflito: a mulher e a mãe	Rio de Janeiro: Record	2011
BADINTER, Elisabeth	Um amor conquistado: o mito do amor materno	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	1985
DOUCET, Andrea	Do men mother? Fathering, care, and domestic responsibility	Toronto: University of Toronto Press	2006
EMECHETA, Buchi	As alegrias da maternidade	Porto Alegre: Dublinense	2018
FIRESTONE, Shulamith	A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista	Rio de Janeiro: Labor	1976
HETI, Sheila	Maternidade	São Paulo: Companhia das Letras	2019
LEITE, Tayná	Gestar, parir, amar: não é só começar: O que você sabe – e o que você <i>realmente</i> deveria saber sobre maternidade	Belo Horizonte: Letramento	2019
HALLSTEIN, Lynn O'Brien; O'REILLY, Andrea (ed.)	Academic motherhood in a post-second wave context: challenges, strategies and possibilities	Bradford: Demeter Press	2012
MENDONÇA, Maria Collier de	Grávidas, mães e a comunicação publicitária: uma análise semiótica das representações da gravidez e maternidade na publicidade (Dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica)	São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2010
O'REILLY, Andrea	Matricentric feminism: theory, activism, practice	Bradford: Demeter Press	2016
VILAINE, Anne-Marie de; GAVARINI, Laurence; LE COADIC, Michèle	Maternité en mouvement: les femmes, la re/production et les hommes de science	Grenoble: PUG; Montreal: ESM	1986
VIVAS, Esther	Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade	São Paulo: Timo	2021
SLIMANI, Leïla	Canção de ninar	São Paulo: Planeta	2018



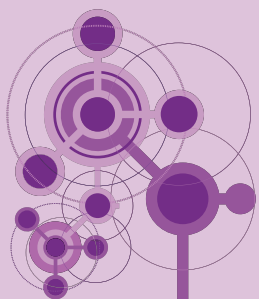
TRANSFEMINISMOS

Ainda no que diz respeito à sexualidade, no binarismo do “um” (universal, canônico, neutro) e seu “outro” (resto, sobra, resíduo, deformação, margem), os trânsitos – antes tidos como naturais pela realidade múltipla da dualidade – passam a ser violentamente colonizados. São, pois, encerradas as circulações entre as posições e o gênero é, efetivamente, revestido pela heteronormatividade ocidental. Na modernidade, passam a ser necessários direitos de proteção contra LGBTQIA+fobia e políticas de promoção de igualdade e liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, como o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo, proibido na realidade colonial moderna e aceito e celebrado em inúmeros e diversos povos indígenas (Segato, 2012). Nesse contexto de resistência, as teorias feministas se voltam a discutir questões relacionadas à transgeneridade e à transexualidade como forma de combater o machismo vivenciado dentro dessas comunidades. Os Quadros 13 e 14 expõem algumas obras que contemplam essas questões.

Quadro 13: Artigos publicados

Autor/atores	Título	Periódico	Ano
ARÁN, Márcia	A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero	Ágora, v.9, n.1	2006
BARBOSA, Bruno Cesar	“Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual	Sexualidad, Salud y Sociedad, n.14	2013
BUTLER, Judith	Desdiagnosticando o gênero	Physis, v.19, n.1	2009
COACCI, Thiago.	Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão	História Agora, v. 1	2014
COSTA, Claudia de Lima	O sujeito no feminismo: revisitando os debates	Cadernos Pagu, n.19	2002
FERREIRA, Leda	O que o transfeminismo significa pra mim	Transfeminismo, 30 jan. 2013	2013
JESUS, Jaqueline Gomes de	Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista	Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10	2013
JESUS, Jaqueline Gomes de	Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo	Universitas Humanística, n.78	2014
JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey	Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais	Revista Cronos, v.11, n.2	2010
LAURETIS, Teresa de	Feminism and its differences	Pacific Coast Philology, v.25, n.1/2	1990
MISKOLCI, Richard	A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização	Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil	2007
PELÚCIO, Larissa	Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids	Saúde e Sociedade, v.20, n.1	2011
PELÚCIO, Larissa	“Mulheres com algo mais” – corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti	Revista Versões, v.3	2007

Continuará...



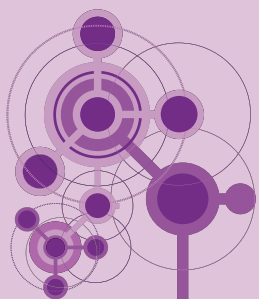
Quadro 13: Continuação

Autor/autores	Título	Periódico	Ano
PELÚCIO, Larissa	Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer	Contemporânea, v.2, n.2.	2012
SIMAKAWA, Viviane V.	Pela descolonização das identidades trans	Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH	2012

Quadro 14: Livros e trabalhos publicados

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
AZERÊDO, Sandra	Preconceito contra a "mulher": diferença, poemas e corpos	São Paulo: Cortez	2011
BAGAGLI, Beatriz P.	Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo (Dissertação de mestrado em Linguística)	Campinas: Universidade Estadual de Campinas	2019
BENTO, Berenice	A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual	Rio de Janeiro, Garamond	2006
BENTO, Berenice	Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica? In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thais; PISANESCHI, Tatiane (org.). Transexualidade, travestilidade e direito à saúde	São Paulo: Oficina	2010
BENTO, Berenice	Homem não tece dor: queixas e perplexidades masculinas	Natal: EDUFRN	2012
BENTO, Berenice	O que é transexualidade	São Paulo: Brasiliense	2008
BENTO, Berenice	Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos	Salvador: Edufba	2017
BUTLER, Judith	Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade	Rio de Janeiro, Civilização Brasileira	2003
FEINBERG, Leslie	Transgender liberation: a movement whose time has come. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. The transgender studies reader	New York: Routledge	2006
JESUS, Jaqueline Gomes de	Femicídio de mulheres trans e travestis: o caso de Laura Vermont. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (org.-. Femicídio: #InvisibilidadeMata	São Paulo: Instituto Patrícia Galvão	2017
JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey	Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. (org.). Transfeminismo: teorias e práticas	Rio de Janeiro: Metanoia	2014
KOYAMA, Emi	Transfeminist Manifesto. In: DICKER, Rory; PIEPMEIER, Alison (ed.). Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st century	Boston: Northeastern University Press	2003
LEITE JÚNIOR, Jorge	Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico	São Paulo: Annablume	2011

Continuará...



Quadro 14: Continuação

Autor	Capítulo e/ou livro	Local e editora	Ano
LOURO, Guacira Lopes	Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer	Belo Horizonte: Autêntica	2015
NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do	Transfeminismo	São Paulo: Jandaíra	2021
SALIH, Sara	Judith Butler e a teoria queer	Belo Horizonte: Autêntica	2012
SERANO, Julia	Whipping girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity	New York: Seal Press	2007
TEIXEIRA, Flávia	Dispositivos de dor: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades	São Paulo: Annablume: Fapesp	2013
VIEIRA, Helena; BAGAGLI, Beatriz Pagliarini	Transfeminismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Explosão feminista	São Paulo: Companhia das Letras	2018
WITTIG, Monique	El pensamiento heterossexual y otros ensayos	Barcelona: Egales	2006

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema binário, constituído a partir de um modelo colonial, de um lado, oprime e, de outro, empodera as masculinidades racializadas, obrigando-as a reproduzir os papéis de controle inerentes ao sujeito masculino no único ambiente em que se torna possível restaurar sua virilidade: na aldeia, frente às mulheres, agora domesticadas e desprovidas de poder político. A elas também foi conferido o acesso privilegiado a recursos e conhecimentos sobre o mundo do poder, enquanto elas viram seu espaço de poder, o doméstico, expropriado de tudo que nele fosse político (Segato, 2012).

Como consequência do processo de binarização, a sexualidade também foi transformada, sendo nela injetada uma moralidade que antes não existia no mundo-aldeia. Essa nova moralidade, moderna e ocidental, reduz o corpo das mulheres a objeto, isto é, passível de ser instrumentalizado pelos homens a depender de suas vontades, ao passo que também introduz uma noção de pecado nefasto, crime hediondo e outras noções correlatas ao corpo das mulheres e à sexualidade no geral. Essa objetificação e exteriorização da sexualidade fazem parte do que Segato (2012, p.120) denomina “olhar pornográfico”, o olhar colonizador derivado da exterioridade colonial moderna: “exterioridade da racionalidade científica, exterioridade administradora, exterioridade expurgadora do outro e da diferença”.

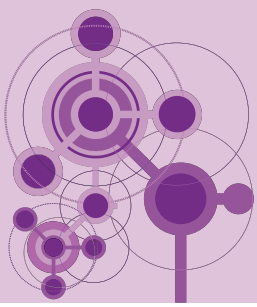
Fica evidente, assim, que a lógica ocidental de categorização binária não suporta o que existe nas intersecções (Lugones, 2008). Como resultado, categorias como mulheres, negras(os), indígenas, *mestizas(os)*, *chicanas(os)*, asiáticas(os), intersexuais, transexuais, pessoas com deficiência e suas múltiplas intersecções são marginalizadas, e a elas é atribuída uma existência residual subalternizada, outrificada, objetificada.

Diante disso, este “guia bibliográfico” é um aporte sobre as distintas correntes feministas, deixando claro seu caráter limitado sobre o assunto. Sua relevância está na transversalidade com a área da comunicação, a qual carece destas discussões e urge por estudos que compreendam os processos comunicacionais a partir de outras lentes e outros paradigmas, bem como para elaboração de novas metodologias, análises e, conseqüentemente, resultados que construam pensamentos que transcendam as discussões restritas ao campo da comunicação.



REFERÊNCIAS

- ALDOORY, Linda; TOTH, Elizabeth Lance. Gender discrepancies in a gendered profession: a developing theory for public relations. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v.14, n.2, p.103-126, 2002. doi:https://doi.org/10.1207/S1532754XJPRR1402_2.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n.3, p.704-719, 2005. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CROUCH, Betsy. Finding a voice in the academy: the history of women's studies in higher education. *The Vermont Connection*, Vermont, v.33, n.1, p.16-23, 2012.
- D'AZEVEDO, Martha Aalves. *Relações públicas: teoria e processo*. Porto Alegre: Sulina, 1971.
- FERRARI, Maria Aparecida. A prática das relações públicas no cenário brasileiro e latino-americano. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. 2.ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p.197-246.
- FERRARI, Maria Aparecida. *Perfil dos cursos de relações públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem*. 2017. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GALTUNG, Johan. *Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Gernika-Lumo: Bakeaz, 2003.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17-18, p.139-156, 2002. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>.
- GRUNIG, James E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano24, n.39, p.67-92, 2003. doi:<https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v24n39p67-92>.
- GRUNIG, Larissa A.; TOTH, Elizabeth Lance; HON, Linda Childers. *Women in public relations: how gender influences practice*. New York: Guilford Press, 2001.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 1986.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.9, p.73-101, 2008.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.22, n.3, p.935-952, 2014. doi:<https://doi.org/10.1590/%25x>.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n.36, p.67-92, 2010.



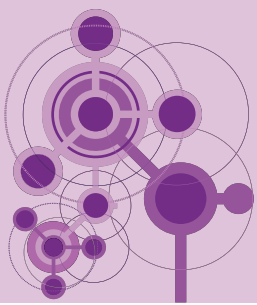
PERUZZO, Cicilia Krohling. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1986.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, Coimbra, n.18, p.106-131, 2012. doi:<https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

VIVAS, Esther. *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade*. São Paulo: Timo, 2021.

WEY, Hebe. *O processo de relações públicas*. São Paulo: Summus, 1983.

Artigo recebido em 30.01.2023 e aprovado em 15.02.2023.



Encarceramento feminino e violência simbólica em uma penitenciária na Paraíba em tempos de pandemia

Female incarceration and symbolic violence in a prison of Paraíba during the pandemic

Encarcelamiento femenino y violencia simbólica en un centro penitenciario de Paraíba en tiempos de pandemia



Josilene Ribeiro de Oliveira

- Professora associada do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
- Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Université de Franche-Comté.
- E-mail: josilene.ribeiro@academico.ufpb.br



Resumo

Este trabalho objetiva discutir como a dimensão de gênero é incorporada às práticas comunicativas e de interação no sistema prisional, especialmente durante a pandemia de covid-19. O estudo qualitativo privilegia dados bibliográficos e documentais e a observação direta em uma penitenciária feminina na Paraíba, tendo como eixo norteador a abordagem interseccional. Suportados pelo método da Análise do Discurso, os resultados parciais sugerem que o sistema de comunicação é parte estruturante das violências simbólicas (re)produzidas pelos sistemas carcerário e judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO • MULHERES ENCARCERADAS • INTERSECCIONALIDADES • PODER SIMBÓLICO • DIREITO À COMUNICAÇÃO.

Abstract

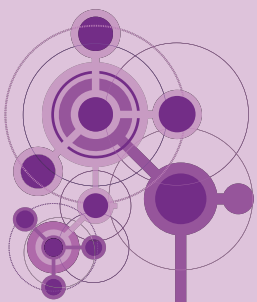
This work aims to discuss how the gender dimension is incorporated into communicative and interaction practices in the prison system, especially during the COVID-19 pandemic. The qualitative study uses bibliographic and documentary data and direct observation in a female prison in Paraíba, following the intersectional approach. Supported by the Discourse Analysis method, the partial results suggest that the communication system is a structuring element of the symbolic violence (re)produced by the prison and judicial systems.

KEYWORDS: GENDER VIOLENCE • INCARCERATED WOMEN • INTERSECTIONALITIES • SYMBOLIC POWER • RIGHT TO COMMUNICATION.

Resumen

Este trabajo tiene por objetivo discutir cómo se incorpora la dimensión de género en las prácticas comunicativas y de interacción en el sistema penitenciario, especialmente durante la pandemia del covid-19. Este es un estudio cualitativo que utiliza datos bibliográficos, documentales y observación directa en una penitenciaría femenina de Paraíba, desde un enfoque interseccional. Con base en el método de análisis del discurso, los resultados parciales muestran que el sistema de comunicación es un elemento estructurante de la violencia simbólica (re)producida por los sistemas penitenciario y judicial.

PALABRAS CLAVE: VIOLENCIA DE GÉNERO • MUJERES ENCARCELADAS • INTERSECCIONALIDADES • PODER SIMBÓLICO • DERECHO A LA COMUNICACIÓN.



INTRODUÇÃO

A cultura patriarcal, ainda enraizada na sociedade contemporânea, contribui para a perpetuação das violências de gênero (re)produzidas inclusive pelo próprio Estado, especialmente no que tange à forma como as diferenças são mobilizadas, normatizadas pelas leis, afirmadas, negadas ou mesmo negligenciadas, desvelando a interação entre os marcadores sociais de gênero, classe e étnico-raciais, impondo-se como sistema de poder que gera desigualdades. Poder este que está presente nas práticas cotidianas tanto dos agentes do sistema carcerário quanto dos agentes de segurança pública e do sistema judiciário, seja por meio de atos administrativos discricionários, seja pela restrição de acesso aos direitos humanos fundamentais, entre eles o direito à comunicação e à saúde, entendidos como fatores essenciais para o desenvolvimento da cidadania plena (Stevanim; Murtinho, 2021).

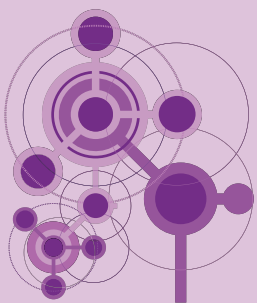
A privação de informação e contato com o mundo exterior e de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à justiça pela população carcerária agravou-se ainda mais com a pandemia de covid-19, quando as visitas de advogados e familiares foram suspensas como medida preventiva à propagação do coronavírus no ambiente socioprisional. Nesse contexto, o direito à comunicação e à saúde foi fortemente afetado pela situação de superisolamento e de endurecimento da pena à qual foi submetida a população encarcerada, sob o argumento de salvaguardar vidas (Pimentel, 2020).

As restrições impostas pela pandemia somam-se aos gargalos históricos da realidade da população carcerária brasileira: condições precárias das unidades prisionais, superlotação das celas, má qualidade e/ou falta de comida, insuficiência de profissionais de assistência à saúde, falhas na aplicação da legislação e da política prisional nacional. Com efeito, a situação de precariedade do sistema penitenciário brasileiro foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 (ADPF nº347/DF), na qual a Suprema Corte entendeu que se configura no Brasil um “estado de coisas inconstitucional”, devido à violação dos direitos fundamentais dos presos (Brasil, 2015). Entre eles, o direito à comunicação, embora este não seja discutido enquanto tal na referida arguição.

Diante disso, amparados pela revisão bibliográfica, trazemos uma breve contextualização da prisão como instrumento de controle social do Estado, especialmente aplicado sobre grupos mais vulneráveis. Em seguida, tomando como pilar a abordagem interseccional, descrevemos alguns aspectos que confluem para que o aprisionamento de mulheres seja o resultado de problemas estruturais históricos em nosso país. Na sequência, sustentados pelo método de Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, detemo-nos sobre parte dos dados de campo e, a partir destes, tecemos algumas reflexões iniciais sobre as intersecções entre o funcionamento do sistema de comunicação e a implementação de estratégias de dominação e violências simbólicas às quais são submetidas mulheres privadas de liberdade dentro de uma unidade penal. Nosso objetivo é entender como a dimensão de gênero é incorporada às práticas comunicativas e de interação social no sistema prisional, considerando especialmente o período da pandemia de covid-19 e seus efeitos na vivência da pena por mulheres encarceradas.

Destacamos que se trata de um recorte de uma pesquisa empírica mais ampla, iniciada em 2021 e realizada no Presídio das Flores¹, o qual foi escolhido por ser aquele que abriga o maior contingente de mulheres privadas de liberdade na Paraíba, estado onde trabalha e mora a autora. Porém, neste trabalho nos servimos dos dados da observação direta conduzida na unidade penal em questão e de dados secundários oriundos de relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e de outras publicações da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba (Seap-PB).

¹ O nome fictício visa preservar a identidade dos pesquisados e se relaciona com observações de campo mais bem descritas neste trabalho.



Esclarecemos que, devido às restrições impostas, as entrevistas com as mulheres encarceradas foram realizadas entre junho e julho de 2022, encontrando-se em fase de tratamento, razão pela qual não as utilizamos neste artigo, privilegiando dados da observação e relatos registrados em diário de bordo.

DESENVOLVIMENTO DO ESTADO PENAL E PRECARIEDADE NAS PRISÕES BRASILEIRAS

Distante da ilusão de que a prisão seja exclusivamente uma maneira de reprimir os delinquentes, com Foucault (1987) reconhecemos que, em sua materialidade, o cárcere é um instrumento de poder que se originou de uma tecnologia política do corpo, ao passo que o submete e o violenta pela separação, exclusão, silenciamento e abandono. Como argumenta Borges (2019, p.19), “a prisão, como entendemos hoje, surge como espaço de correção. Porém, mais distorce do que corrige”, se é que alguma vez corrigiu. A referida autora nos lembra ainda que “os resquícios de tortura, como pena, permanecem; apesar de, segundo a tradição, a privação da liberdade é que seria o foco punitivo” (Borges, 2019, p.19).

De certo, o cárcere implica, de um lado, isolamento social; e do outro, o convívio forçado entre pessoas, em geral, com trajetórias e experiências de vida marcadas pela marginalização, pobreza e discriminação, ou seja, pela violência estrutural sobre e em função do gênero, da cor da pele, do corpo e da origem social. Ressaltamos que, entre as pessoas privadas de liberdade no Brasil, 68,2% são pretas ou pardas e apenas 31,09% são brancas, conforme dados informados pelo Depen (Brasil, 2021a).

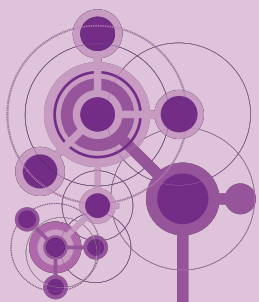
Nesse sentido, o encarceramento cotidiano de pessoas pretas, pardas e pobres é uma expressão clara das desigualdades e de como a diferença é tratada no Brasil. Grades e muros reproduzem, reforçam e constituem fronteiras, em sentido processual e relacional e de ordem simbólica, que têm como marcadores e ponto de clivagem a classe social, o gênero e a noção de “raça”. Em outras palavras, o encarceramento se constitui em instrumento legal de silenciamento e apagamento pela exclusão do convívio social de pessoas que já são socialmente marginalizadas e excluídas do mercado consumidor e de trabalho.

Os estudos de Wacquant (2011) têm contribuído para compreendermos o desenvolvimento na contemporaneidade de um “Estado Penal” e os processos de marginalização, construção de estigmas e consequente exclusão de determinados perfis de pessoas nas dinâmicas de cada sociedade. Em seus estudos, o autor destaca a diminuição do Estado social e o crescimento do Estado carcerário, que parte dos Estados Unidos e se dissemina para outros países e continentes. Seguindo tal abordagem, percebe-se que não é fruto do acaso o Brasil ter hoje a terceira maior população carcerária do mundo: 833.176 pessoas cumprindo pena privativa de liberdade (considerando-se todos os regimes²), em presídio estaduais e federais, até dezembro de 2021 (Brasil, 2021a). Esses números colocam o país abaixo apenas dos Estados Unidos e da China, que mantêm, respectivamente, 2,1 milhões e 1,7 milhão de pessoas privadas de liberdade.

Entendido como agente de efetivação e garantia dos direitos de cidadãos e cidadãs, o Estado colabora diretamente para a manutenção do atual estado de coisas inconstitucionais, tendo em vista que suas leis e suas políticas são sempre a expressão do poder presente nas formas sociais que se apropriam dele.

Vale salientar que, até junho de 2021, 30,28% das pessoas presas no Brasil estavam encarceradas com base na Lei de Drogas, a qual não traz uma delimitação explícita sequer do conceito do termo “drogas”, tampouco da quantidade de substâncias classificadas como ilícitas que permite separar as categorias usuário e traficante. Na prática, as decisões acerca das prisões

2 A Lei de Execução Penal, nº7.210 de 1984, define os regimes prisionais em: aberto, em que o condenado cumpre a pena de reclusão em sua casa; semiaberto, caracterizado pela permissão dada ao preso para sair durante o dia e retornar à noite para unidade penal; e fechado, cuja execução da pena acontece em estabelecimento de segurança máxima ou média.



e mesmo dos julgamentos de pessoas presas sob tal legislação implicam crivos de subjetividade por parte dos sujeitos envolvidos no processo, sejam estes agentes da Segurança Pública ou operadores do Sistema de Justiça.

Nas últimas décadas observa-se, por exemplo, que o avanço das medidas por parte do poder público sob retórica da "*guerra às drogas*" aumentou significativamente o encarceramento de homens e mulheres, chegando à cifra de 707% de aumento no período compreendido entre 1990 e 2016, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Vale salientar que o tráfico de drogas é a maior causa associada ao aprisionamento de mulheres no Brasil atualmente (Silva, A. D., 2015; Varella, 2017), sendo responsável por 57,13% das prisões de mulheres, até junho de 2021 (Brasil, 2021b).

ENCARCERAMENTO DE MULHERES SOB A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

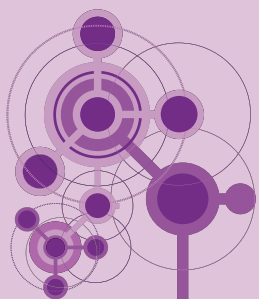
Em certo sentido, o cárcere corresponde a uma "encruzilhada" para as mulheres justamente porque aquelas que nele chegam o fazem em função de suas diferenças e da desigualdade (entendidas como categorias distintas) na forma como são tratadas pela sociedade em geral. Portanto, o encarceramento representa uma encruzilhada para qual convergem determinados perfis de mulheres marcadas por múltiplas formas de subordinação e exclusão: com baixa escolaridade, desempregadas ou exercendo atividades de trabalho precário (sem direitos trabalhistas), negras/pardas, pobres, em situação de rua etc. Esse é o perfil predominante entre as mulheres pesquisadas no Presídio das Flores.

Nesse contexto, entendemos que as prisões femininas são um espaço onde as interseccionalidades das formas de subordinação, opressão, exploração e controle são claramente perceptíveis, revelando a maior exposição das mulheres a variados tipos de violência. Desse modo, a abordagem interseccional é uma ferramenta analítica importante para discutir o aprisionamento de mulheres, posto que permite apreender a articulação entre múltiplas diferenças e desigualdades (Piscitelli, 2008), que são traduzidas em práticas discriminatórias de gênero, por exemplo.

As mulheres têm suas trajetórias de vida transpassadas pelas concepções sociais de gênero até mesmo nos papéis que lhes são designados no chamado "mundo do crime". Ao analisarem a atuação de mulheres em organizações criminosas, Barcinski e Souza (2009 *apud* Silva, A. D., 2015) salientam que elas ocupam posições inferiores e subordinadas em relação aos homens no tráfico de drogas, por exemplo, e por isso estariam mais expostas a ações policiais e conseqüente aprisionamento, sendo usadas como "bode expiatório" para acobertar ou impedir a prisão de um homem posicionado em escalas superiores na hierarquia criminal. Ilustrativamente, considerando o impacto de classe e raça, segundo Davis (2018), o "desvio de conduta" das mulheres brancas e ricas costuma ser relacionado a transtornos emocionais e/ou mentais, enquanto das mulheres negras e pobres é associado à criminalidade.

Diferente do que ocorre com os homens, para as mulheres a prisão tem um caráter duplamente punitivo: penaliza a mulher pelo crime cometido e por não corresponder ao papel que lhe é socialmente imputado. Acrescenta-se a isso o fato de que a tipificação penal relativa ao tráfico de drogas, que é considerado crime hediondo, faz com que as penas imputadas às mulheres sejam "mais severas" em comparação às imputadas aos homens, uma vez que o tipo de crime mais cometido por eles (39,34%) é contra o patrimônio (furto e roubo), sendo sentenciados a penas mais leves (Brasil, 2021b).

Para Crenshaw (2002), embora aspirando à universalidade, o regime de direitos humanos fundamenta-se na experiência de homens, que tratam os direitos das mulheres de forma marginal. No Brasil, casos de assédio, violência sexual e doméstica, por exemplo, apesar dos avanços normativos, ainda hoje são tratados de forma periférica pelos operadores do direito. Nesses casos, não raro, as mulheres, de vítimas, passam a ser rotuladas "culpadas", tendo sua intimidade e imagem expostas. E quando



são autoras dos crimes, o cárcere assume um viés moralizante que faz com que suas penas sejam mais cruéis; enquanto para os homens a criminalidade sempre foi considerada algo da normalidade (Artur, 2009; Borges, 2019; Lemgruber, 1999).

Vale lembrar que as primeiras “casas de correção” estiveram a cargo de congregações religiosas, que, baseadas em formulações distorcidas de gênero, buscavam desabrochar nessas mulheres a inofensividade e a submissão (Artur, 2009). Visão atualizada e traduzida hoje em uma perspectiva de maior vigilância e tutela do Estado sobre os corpos das apenadas.

Geralmente, nos estabelecimentos penais femininos mantém-se um controle extremamente excessivo quanto à continuidade do relacionamento que as detentas tinham antes da reclusão e dos que se iniciaram após o aprisionamento (Silva, A. D., 2015). Tome-se o caso das visitas íntimas para mulheres, cuja taxa é muito menor em comparação ao quantitativo de visitas recebidas pelos homens. A despeito do disposto na Lei nº7.210/1984, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), em seu art.41, que prevê as visitas de cônjuges, companheiros(as) e parentes das pessoas presas (Brasil, 1984), apenas 9,68% das mulheres presas recebem visita íntimas, ao passo que “80% dos homens são regularmente visitados” (Machado, 2017, p.49).

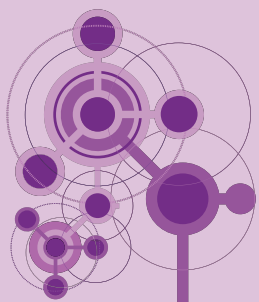
Além disso, conforme Varella (2017), a entrada delas no cárcere é motivo de vergonha e desonra para suas famílias, que em muitos casos as abandonam e deixam de visitá-las no presídio, diferente do caso dos homens, para os quais há sempre uma mãe, uma irmã ou uma esposa/companheira que o visita regularmente. Ocorre que “a sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira” (Varella, 2017, p.38). Assim, vários estudiosos apontam que as mulheres presas enfrentam mais desafios que os homens, tanto em razão do abandono da família como do estigma social de “mulher bandida” e da insalubridade dos presídios – não planejados para elas, sendo apenas adaptações de prisões masculinas (Pimentel, 2020; Queiroz, 2015; Varella, 2017).

INTERSECÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, DOMINAÇÃO E VIOLÊNCIA NO ENCARCERAMENTO FEMININO

O entendimento da comunicação como um direito humano essencial para o desenvolvimento da cidadania plena ainda é um desafio (Silva, W. A., 2017), sobretudo no sistema prisional, no qual a interdição à comunicação ainda hoje é parte integrante da pena privativa de liberdade. E mesmo sendo reconhecida internacionalmente como um direito da pessoa presa, tanto pelas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos como pela LEP, em âmbito nacional, a comunicação com a família é permitida em dias e horários restritos, por exemplo. Na prática, a prisão não apenas priva as pessoas de liberdade, as priva também de relações interpessoais e afetividade (Ferreira, 2022). Não por acaso, mantém-se vigilância constante e, quase sempre, se emprega a arquitetura panóptica nas prisões com vista a inibir o fluxo comunicacional entre os encarcerados (Foucault, 1987).

Ao discutirem o direito à comunicação e o acesso dos presos à internet, Rudnicki e Veeck (2018) sugerem que a limitada rede social do apenado dentro da prisão – restrita ao convívio com os demais apenados, agentes penitenciários e eventuais visitas de familiares e advogados – acarreta sequelas que vão influenciar sua vida durante e após o encarceramento. Algo designado por pesquisadores do tema como efeito da “prisonização”, fenômeno que atinge tanto as pessoas presas como aquelas que trabalham no espaço socioprisional (Silveira, 2009).

A análise da legislação vigente e a observação direta conduzida no Presídio das Flores sugerem que, na rotina das prisões, os esforços de comunicação dos gestores são meramente administrativos, pois se voltam à viabilização do sistema organizacional, em que os fluxos são essencialmente verticalizados e unidirecionais (Kunsch, 2003) e, quando dirigido aos encarcerados, servem basicamente como técnica de disciplinamento e correção. Entretanto, ouvimos relatos de atitudes de aconselhamento



às mulheres presas por parte de algumas policiais penais no Presídio das Flores, assim como de ações pontuais de empatia e solidariedade, a exemplo da compra de remédio para um bebê febril – conforme o art.83 da LEP, §2, bebês podem permanecer com suas mães presas até os 6 meses de idade (Brasil, 1984).

Não obstante, o sistema de comunicação é bastante eficaz em seu objetivo principal: disciplinar os corpos e as mentes, produzindo sujeitos assujeitados. A eficácia do sistema de comunicação intramuros reside em grande parte no seu funcionamento operacional, que é regulado e submetido a um conjunto de leis, códigos e normas que centralizam o poder nas mãos do Estado e de seus operadores. Por outro lado, parece existir um constante conflito entre as regras formais e as práticas rotineiras. Assim, o sistema de comunicação caracteriza-se pela opacidade, sendo praticamente incompreensível para quem não faz parte do ambiente prisional, resguardado por ritos e linguagens próprios e atravessado pela violência simbólica que produz um “eu institucionalizado” (Santos, 2021). Isso ficou evidente a partir da observação das interações dentro do Presídio das Flores e da análise dos impactos das medidas para combater o coronavírus na rotina dessa unidade prisional.

As medidas preventivas foram pensadas por diferentes reguladores do sistema carcerário, entre eles: o CNJ, por meio da Recomendação nº62/2020, cujo teor das medidas sugeridas visa a proteção da vida e da saúde de reeducandos, magistrados e agentes penitenciários; o estado da Paraíba, por meio do “Plano de Contingência para o novo coronavírus (covid-19) no sistema penitenciário da Paraíba”, o qual contém orientações quanto à padronização das ações dos profissionais da saúde na notificação, registro, investigação, manejo e resposta à crise sanitária (Paraíba, 2020).

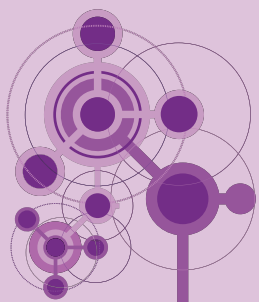
De acordo com as análises dos referidos documentos, Araujo e Oliveira (2022) sugerem que o Estado exerceu seu poder centralizador de produzir e divulgar informações sobre o coronavírus seguindo um modelo “campanhista de saúde”, na tentativa de mitigar informações dissonantes e uniformizar o discurso. No entanto, esses autores sustentam que “tal postura não é garantia de planejamento e ou criação de espaços de fala e escuta, isto é, de diálogo, que, por sua vez, proporcionem a apropriação da mensagem” (Araujo; Oliveira, 2022) e o acolhimento às questões subjetivas.

Em março de 2022 havia 138 mulheres em cumprimento de pena em regime fechado no Presídio das Flores, as quais eram distribuídas em duas alas isoladas por muros altos: 1) no “Castelo de Bonecas” são alocadas de 12 a 15 mulheres que gozam do privilégio de passar o dia fora de suas celas, trabalhando no ateliê de costura, onde elas, normalmente, costumam bonecas de tecido, bolsas e panos de pratos e, durante a pandemia, dedicaram-se à produção de máscaras. Nessa ala observamos a presença de mulheres menos retintas e, geralmente, mais escolarizadas que as que ficam na outra ala; 2) o pavilhão principal, também chamado de “corredor”, é destinado a todas as outras mulheres presas, as quais passam o dia fechadas em suas celas, exceto no horário de banho de sol diário, que dura uma hora. Vale destacar que 85% desse grupo de mulheres se autodeclara parda ou negra e 52% não concluiu o ensino fundamental, conforme dados levantados³ por Alves, Brito e Oliveira (2022).

Em obediência às regras contidas no Plano de Contingência, antes da vacinação – que se iniciou apenas em julho de 2021 –, as mulheres recém-ingressadas no sistema prisional chegavam a passar 14 dias em quarentena, isoladas, mesmo que não apresentassem sintomas gripais. Porém, dentro das celas não era possível evitar o contato ou fazer o distanciamento físico, tampouco higienizar as mãos, já que não havia álcool disponível.

Mas foi a medida de suspensão das visitas na referida unidade prisional que causou maior impacto: o adoecimento psíquico das encarceradas, posto que 81% das respondentes de um questionário aplicado em março de 2022 disseram ter experienciado crises de ansiedade, choro ou nervosismo na pandemia (Alves; Brito; Oliveira, 2022), em razão do medo e da falta de notícias

3 Adotando o critério de acessibilidade, a amostra da pesquisa constituiu-se de 21 respondentes, o que corresponde a 15,2% do universo (138 mulheres), em março de 2022. Lembramos que a população carcerária é flutuante, pois todos os dias ocorrem detenções, prisões e solturas.



da família. Tais informações foram corroboradas por profissionais de saúde que trabalham no sistema prisional paraibano, os quais destacaram a maior procura por atendimento psicológico e médico por presos e presas, sendo muitos medicados com psicofármacos.

Para minimizar o risco de motins e rebeliões na pandemia, a Seap-PB, seguindo as recomendações do CNJ, implementou “visitas virtuais”, realizadas por chamada de vídeo, com duração de cinco minutos, a cada 15 dias entre as presas e seus familiares. Entretanto, segundo depoimentos das encarceradas, tais chamadas nem sempre se concretizavam, pois muitas vezes seu(s) familiar(es) estava(m) sem acesso à internet, impossibilitando o contato.

Quanto à movimentação dentro da unidade prisional, o protocolo interno define que nenhuma presa pode transitar sem prévia autorização e escolta feita por um policial penal entre seu pavilhão e a área administrativa. Observamos que, dentro do Presídio das Flores, os visitantes também são acompanhados/escoltados e, quando não são, a chegada e a saída entre a parte administrativa e os pavilhões é comunicada via rádio. O WhatsApp também é um instrumento de comunicação interna usado com frequência entre os servidores públicos de plantão na unidade penal, conforme observamos *in loco*.

Devido à existência de uma economia da escassez (de interação com o mundo, de comida, de afetos etc.) e ao veto à circulação de moeda no ambiente socioprisional, a movimentação e a disposição das pessoas no espaço são símbolos distintivos importantes da hierarquia interna, a partir dos quais se compreendem as estratégias de dominação e quem são os dominantes e os dominados.

No Presídio das Flores, a dominação masculina se impõe no ambiente como um todo, pois ao longo da pesquisa ficou claro que, exceto pela presença das profissionais de saúde (médica, enfermeira, psicóloga e assistente social), que costumam se dirigir cada uma a sua sala de atendimento, e da diretora da unidade, a parte administrativa do presídio é marcadamente masculina. Para os visitantes, o hall de entrada é concebido como espaço de passagem, porém esse é um território de domínio dos servidores homens, que têm o privilégio de permanecer a maior parte do tempo no local, vigiando o presídio por câmeras.

Por contraste, nos pavilhões trabalham apenas policiais penais do sexo feminino, sob o argumento de preservar a intimidade das presas, que costumam “ficar à vontade dentro das celas” como disseram alguns policiais penais. Com efeito, trata-se do cumprimento do previsto na LEP, em seu §2º, art.77, que define que nos estabelecimentos penais femininos se permitirá somente o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado (Brasil, 1984).

A oposição entre a área administrativa e o ambiente dos pavilhões é explícito também na linguagem: a parte administrativa é designada como “em cima”, razão pela qual tanto as presas como as policiais penais usam o termo “subir” para dizer que estão indo para a área administrativa; por oposição, quando alguém (incluindo visitantes) se dirige a um dos dois pavilhões, os homens costumam dizer: “vai descer”. A forma como trabalhadores e presas designam os espaços e suas posições na linguagem cotidiana é bastante elucidativa sobre a distribuição de poder interna do presídio. Vale ressaltar que a direção do presídio é ocupada por uma mulher, em cumprimento às normativas da legislação penal, mas dois homens ocupam os cargos de diretores adjuntos.

Outro aspecto constituinte da dinâmica de interação dentro da penitenciária diz respeito ao uso de uniformes, pois são eles que, à primeira vista, diferenciam agentes de segurança e presidiários, conferindo-lhes a identidade de agentes de segurança ou de infrator da lei (Silveira, 2009). Os e as policiais penais, em sua maioria, usam calças na cor caqui ou preta, camisetas preta e coturnos. Cabe destacar que a cor preta é usada como elemento simbólico de distinção das forças de segurança, constituindo um dos códigos de comunicação não verbal cujo uso e sentido transcendem o ambiente prisional.



Por sua vez, as presas usam obrigatoriamente camisetas na cor branca, com logotipo da Seap-PB, sandálias estilo japonês e bermuda cor de rosa, sendo os tipos e as cores das roupas das presas objeto de regulamentação – motivo pelo qual sair da cela sem uniforme está sujeito à penalidade. Em resistência à uniformização, muitas encarceradas costumam remarcar o contorno dos lábios com batom vermelho e manter unhas e cabelos pintados também com tinta dessa cor, lembrando a cor das flores de amélia⁴, o que dá um ar festivo ao horário do banho de sol e ao dia de visita presencial, quando lençóis são usados para criar ilhas e dar um pouco de privacidade a cada família, segundo os estudos de Ferreira (2022). Desse modo, concluímos que tais comportamentos e vestimentas constroem por contraste a identidade das presas e dos policiais penais.

Entre outras tarefas, as policiais penais dedicam-se a observar e controlar o tempo e o comportamento das presas. Para isso, as estratégias são, por vezes, sutis, tais como não permitir o uso de relógio: nenhuma detenta do Presídio das Flores porta relógio, nem mesmo analógico. Em conversas informais uma agente de segurança disse que a justificativa para a proibição (extensiva aos familiares durante a visita) é: “Com relógio elas podem controlar o tempo, para qualquer coisa que possam precisar”.

Conforme Bourdieu (2001), a dominação possui sempre uma dimensão simbólica, até mesmo quando repousa sobre a força das armas ou do dinheiro. Assim, acreditamos que o controle sobre o usufruto do tempo seja um dos principais instrumentos de dominação na prisão. No caso, a posse ou a falta do relógio representa quem tem poder sobre quem. O relógio é, portanto, um símbolo do controle que os agentes de segurança e o sistema prisional exercem sobre a vida das pessoas encarceradas.

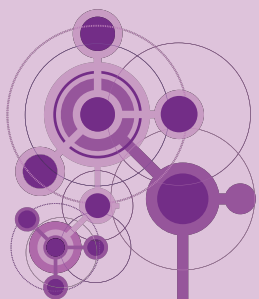
Nessa perspectiva, Bourdieu (2004, p.11) nos lembra que “é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação [...] de uma classe sobre a outra”. Para o referido autor, as disputas e lutas entre os grupos no espaço social focalizam o poder de controlar os sistemas simbólicos de classificação e hierarquização, não estando reduzidas aos aspectos meramente econômicos.

Ao analisar as dinâmicas nos ambientes socioprisionais sob os critérios da teoria da violência simbólica, Chies (2011, p.402) aponta que o tempo também “é um capital simbólico que se insere tanto nas relações de uma economia especial de trocas, como também nas estratégias de dominação e violência”, refletindo-se nas dores do encarceramento. Vale lembrar que a pena privativa de liberdade é contabilizada em dias, meses e anos; e os dias passados na prisão são contados pelas presas por uma operação de subtração, como numa contagem regressiva para sair daquele lugar. Nesse contexto é possível compreender por que “o tempo na prisão não passa”, segundo algumas presas com quem conversamos.

Observamos, desse modo, uma violência subjetiva, sutil, a qual se pode denominar violência simbólica, tendo em vista que a retirada da noção de tempo objetivo (do relógio) exacerba o sentimento de perda e falta de controle do próprio tempo, causando sofrimento psíquico, podendo gerar depressão, apatia e a reconfiguração do sentido de viver.

No cárcere, as mulheres vivenciam a substituição do convívio familiar e a ausência de autonomia, sendo punidas duplamente. Tal desfecho é, portanto, resultado de uma violência simbólica em sentido bourdieusiano, exercida de modo invisível, sendo impetrada simultânea e sistematicamente pelo Estado e pela sociedade, que legitimam a dominação masculina e, conseqüentemente, a inferiorização da mulher, inclusive dentro do cárcere. Para Bourdieu (2014), a dominação masculina baseia-se na natureza biológica da divisão sexual, ignorando ser esta divisão uma construção social.

4 Amélia é o nome popular da planta *Hamelia patens*, uma parente do cafeeiro, que é considerada forte e resistente, adaptando-se a diversos ambientes. Nativa da mata atlântica, suas flores em formato de tuba são presentes na cor laranja berrante e vermelho.



De acordo com Bourdieu (2001, p.206), "a violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante". Em outras palavras, a violência simbólica resulta do reconhecimento da legitimidade do discurso dominante, que só é reconhecido como tal em razão da força/poder (econômico, social ou simbólico) do grupo dominante para coagir as percepções dos dominados.

Destarte, a partir das ideias de Bourdieu, é possível pensar que as mulheres acabam por ratificar a inferiorização, por meio de atos frequentemente impensados de reconhecimento e adesão à dominação masculina (Matos; Azevedo, 2019). Dessa maneira, seja no trabalho de policiais penais, seja na vivência das encarceradas, observa-se a reafirmação do papel atribuído pelo Estado e pela sociedade às mulheres.

As mulheres presas tornam-se, pois, mães desautorizadas, "criminosas", "bandidas", sendo frequentemente abandonadas pelos companheiros e maridos, e a partir de então marcadas pelo estigma de ex-presidiárias, o que dificulta ter um trabalho formal e faz com que suas falas e discursos sejam desacreditados. O silêncio perdura como forma de violência difusa, que ultrapassa o período de encarceramento, irradiando-se por distintos espaços da vida social e afetando permanentemente a sobrevivência econômica da família, a produção da subjetividade e da identidade dessas mulheres.

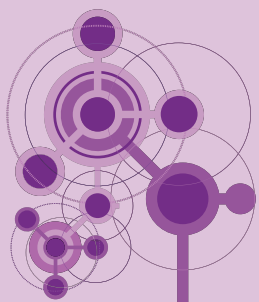
A partir do que foi relatado pelas mulheres presas no Presídio das Flores, entendemos que o silenciamento causado pela impossibilidade de se comunicar e pelas ausências que impedem as mulheres presas de participar dos pequenos e grandes momentos da vida de filhas e filhos, netos e netas, pais e avós, tem um peso crescente ao longo do tempo, constituindo parte da violência cotidiana vivida durante e após o cárcere. O tempo na prisão é para elas um tempo roubado delas e de seus familiares, e que silencia suas vozes e subtrai sua autoridade. Isso porque, quando voltarem a suas casas, já não encontrarão o "mesmo lugar", nem as mesmas pessoas, porque elas tão pouco serão as mesmas: os filhos e netos crescerão (sem elas), as mães e avós envelhecerão e, em muitos casos, adoecerão (e elas se sentem culpadas por isso também).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferença de tratamento das pessoas presas com base apenas na definição biológica dos sexos, na posse de recursos ou critérios étnico-raciais aplicados pelos sistemas de segurança, jurídico e prisional brasileiro, explicita as interseccionalidades de opressões vivenciadas pelas pessoas encarceradas, com destaque para a dominação masculina sobre as mulheres. Simultaneamente, tais práticas reforçam o caráter regulador do Estado sobre condutas e comportamentos individuais e contribuem para naturalizar a ideia de que o encarceramento de mulheres é fruto do desvio de seu papel de mãe e esposa, cabendo ao cárcere "reeducar e corrigir" tais comportamentos desviantes para restituir a mulher ao "seu lugar" na sociedade. Com efeito, encarceradas ou não, as mulheres seguem sendo impelidas a cumprir papéis socialmente pré-definidos.

Em síntese, atendo-se ao modo como a dimensão de gênero é incorporada às práticas comunicativas e de interação social no Presídio das Flores e considerando as medidas definidas e implementadas pelo Estado brasileiro para prevenir a propagação do coronavírus entre a população carcerária, relatos e a observação *in loco*, verifica-se que o sistema de comunicação se articula diretamente com o sistema simbólico, tornando-se um instrumento de controle e/ou exercício da violência institucional que produz sujeitos assujeitados.

Além disso, indiferença, afirmação e negação da diferença se articularam no contexto pandêmico, resultando na severa privação do direito à comunicação, o que agravou o estado de saúde das mulheres presas. Deparamo-nos, pois, com os tentáculos das estruturas de poder e dominação que, historicamente, reproduzem e legitimam as discriminações de gênero,



"raça" e classe na sociedade brasileira, na forma de uma violência simbólica, cujas estratégias e autores não são claramente identificáveis pelas vítimas.

Por último, defendemos a necessidade de mais pesquisas empíricas sobre a temática, contribuindo simultaneamente para desvelar os abusos, inclusive de poder comunicacional, sofrido por tais pessoas no ambiente prisional, e para superar a escassez bibliográfica e suprimir a lacuna existente sobre o tema da comunicação no cárcere, limitação importante com a qual nos deparamos ao longo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanna Vitória de Araújo; BRITO, Suelen Oliveira de; OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de. Reflexos da pandemia de Covid-19 entre mulheres privadas de liberdade no presídio Flores de Amélia. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 45., 2022, João Pessoa. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2022. p.1-15.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022

ARAUJO, Danilo dos Santos; OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de. Desafios para o exercício dos direitos à comunicação e à saúde no sistema carcerário paraibano. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 45., 2022, João Pessoa. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2022. p.1-15.

ARTUR, Angela Teixeira. "Presídio de Mulheres": as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25., 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2009. p.1-8.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

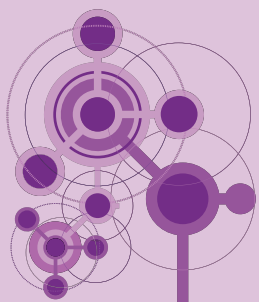
BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *11º ciclo – Infopen*: jul-dez 2021. Brasília, DF: Depen, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2021.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Quantidade de incidências por tipo penal*: período de janeiro a junho de 2021. Brasília, DF: Depen, 2021b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMzRlNjZhZDA0MGJjMi00NzE0LTU1MmUtYWY1NTAxMjQzNzVlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 4 jul 2022.

BRASIL. Lei nº7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*: seção1, Brasília, DF, p.10227, 13 jul. 1984.



BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 Distrito Federal*. Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Relator: Min. Marco Aurélio de Melo, 9 de setembro de 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 20 maio 2022.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Apontamentos teórico-operacionais para uma sociologia das prisões. *In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (org.). Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2011. p.388-412. doi: <https://doi.org/10.7476/9788538603863>.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-189, 2002. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. *Lei de drogas: etnografando o encarceramento da mulher e da matrifocalidade na prisão feminina Maria Júlia Maranhão (João Pessoa-PB)*. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 2.ed. São Paulo: Summus, 2003.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

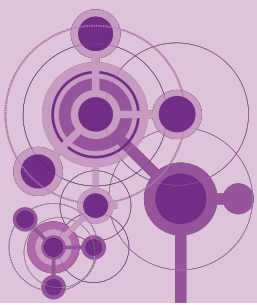
MACHADO, Janaíse Renate. *O “Ser Mulher” no Sistema Prisional*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182163>. Acesso em: 9 fev. 2022.

MATOS, Lorena Araújo; AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de. A mulher como um sujeito violável no cárcere: uma análise sócio-jurídica da mulher no cárcere, à luz da teoria de Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, Belém, v.5, n.2, p.35-53, 2019.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba. *Plano de Contingência para o novo coronavírus (covid-19) no Sistema Penitenciário do estado da Paraíba*. Paraíba: Seap-PB, 2020. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/noticias/sistema-penitenciario-tem-plano-de-contingencia-para-combate-ao-covid-19/1585917690521_plano-de-contingencia-seap-covid19-pdf.pdf/@download/file/1585917690521_PLANO%20DE%20CONTING%3%8ANCIA%20SEAP%20-%20Covid19.pdf.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

PIMENTEL, Elaine. Aprisionamento de mulheres em tempos de pandemia de COVID-19. *In: GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos M.; CARRETEIRO, Teresa Cristina; NASCIUTTI, Jacyara Rochoel (org.). Janelas da pandemia*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020. p.307-314.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.11, n.2, p.263-274, 2008. doi: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>.



QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RUDNICKI, Dani; VEECK, Matheus Oliveira. Sobre o direito à comunicação e o acesso dos presos à internet. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v.5, n.2, p.66-88, 2018. doi: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v5n2.2018.206>.

SANTOS, Leonardo Alves dos. *Crime, prisão e liberdade: um estudo sobre as carreiras morais de mulheres nas prisões do Brasil*. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

SILVA, Wellington Araújo. O direito humano à comunicação no Brasil. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v.8; n.2, p.553-555, 2017. doi: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v8i2.819>.

SILVA, Amanda Daniele. *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SILVEIRA, Joslei Terezinha. "Se tirar o colete não dá pra saber quem é preso, quem é agente": trabalho, identidade e prisionização. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA*, 1., 2009, Curitiba. Curitiba: UFPR, 2009. p.1-20.

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. *Direito à comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

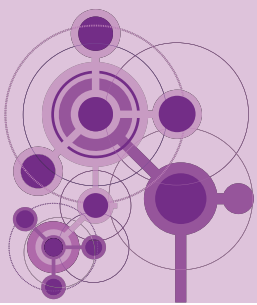
VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Artigo recebido em 21/08/2022 e aprovado em 05/12/2022.

ENTREVISTA





Cruzando oceanos: vozes femininas que navegam a maternidade, feminismos e o ativismo

Crossing oceans: female voices that navigate motherhood, feminisms and activism

Cruzando oceanos: voces femininas navegando por la maternidade, los feminismos y el activismo

Entrevista

Esther Vivas

Potyra Té Tupinambá

Entrevistadoras



Maria Aparecida Ferrari

- Professora Associada II da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Livre-Docente em Relações Públicas pela ECA-USP.
- Doutora em Ciência da Comunicação pela USP, com período de estudos na Universidade de Maryland, Estados Unidos.
- Mestra em Ciências da Comunicação pela USP.
- Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Anhembí.
- E-mail: maferrar@usp.br



Sheila Prado Saraiva

- Mestra em Cultura de Paz, Conflitos, Educação e Direitos Humanos, com investigação em Gênero e Paz, pela Universidade de Córdoba (UCO), Espanha.
- Pós-Graduada em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela ECA-USP.
- Graduada em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas pela ECA-USP.
- Autora do estudo "Madres en cuarentena: una mirada hacia los desafíos del aislamiento social, a partir de las experiencias de las madres en teletrabajo, durante la pandemia de la COVID-19" (Córdoba, 2021).
- Consultora em Transformação Social, Gênero e Migração.
- E-mail: sheila_saraiva@yahoo.com.br



As entrevistas que completam o Dossiê *Mulheres e feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos* da edição 40 (set./dez. de 2022) trazem as perspectivas de duas mulheres que, separadas pelo oceano Atlântico e falando a partir de diferentes culturas e modos de vida, compartilham seu olhar sobre a maternidade, sustentabilidade e regeneração, os desafios e o sonho de lutar por sociedades mais igualitárias, inclusivas e justas, sobretudo para as mulheres.

Esther Vivas, jornalista espanhola que por anos se dedicou aos estudos sobre o consumo consciente e que questiona o capitalismo, passou a incorporar, a partir de sua própria maternidade, reflexões sobre as mulheres, mães e os feminismos, colocando em debate os estereótipos, os modelos patriarcais e a recuperação do poder da decisão da mulher sobre como – e se – maternar, numa sociedade habituada a penalizá-la, seja qual for a sua escolha.

Potyra Té Tupinambá, advogada, comunicadora e ativista, residente na aldeia Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, nos traz outras perspectivas, relatando o seu trabalho em rede para fomentar o protagonismo e o empoderamento das mulheres indígenas, a maternidade, a conexão com a terra e as violências de gênero que também afetam esse grupo de mulheres.

Como editoras, tivemos o desafio e a honra de entrevistá-las e criar pontes entre essas duas vozes que representam experiências de mulheres de “dois mundos” que, ainda que tão distantes, estão conectados. Registramos nossa gratidão e admiração pelo ativismo de ambas as mulheres.



Esther Vivas

- Jornalista, socióloga e escritora, vive em Barcelona, na Espanha.
- Autora de livros sobre soberania alimentar, comércio justo, agroecologia e consumo crítico.
- A partir do momento que se tornou mãe, começou a refletir e escrever sobre a experiência materna e temas que a rodeiam, a partir de uma perspectiva feminista.
- Suas reflexões sobre a maternidade se encontram no livro *Mamás desobedientes*, editado pela primeira vez na Espanha, em 2019, em espanhol e em catalão, com posteriores edições pela América Latina.
- Em 2021, o livro foi lançado no Brasil pela Editora Timo, com mais de 25.000 exemplares vendidos.

ORGANICOM – *Esther, seu chamado nos convoca a uma maternidade feminista e, ao mesmo tempo, aos feminismos para que olhem para a maternidade. Por que acontece esse distanciamento e por que o reencontro entre feminismos e maternidades é necessário?*

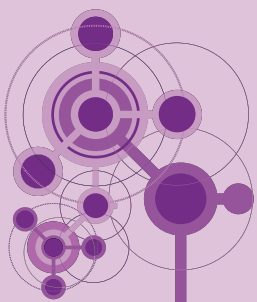
ESTHER VIVAS – O distanciamento relaciona-se com o sequestro da maternidade pelo patriarcado ao longo dos séculos, pois foi utilizado como instrumento de controle do corpo e destino da mulher. Foi contra esse mandato patriarcal da maternidade que as mulheres da segunda onda feminista – nos anos 1960 e 1970 – se rebelaram, dando ênfase aos instrumentos de liberação e controle de seus próprios corpos, por meio dos anticoncepcionais, aborto e outros temas.

A ativista norte-americana Adrienne Rich já propunha nos anos 1970, em seu livro *Nacemos de mujer*, a reconciliação de feministas com a maternidade. Infelizmente, foi uma das poucas vozes que tocou neste tema. Agora, na quarta onda feminista, está surgindo um outro olhar mais reconciliador, observando a maternidade com menos julgamento e dotada de direitos.

Vejo neste momento uma nova oportunidade para olhar a maternidade a partir de uma perspectiva de gênero, colocando em evidência temas do âmbito privado para o público, como a menstruação, a saúde sexual com perspectiva de gênero, a sexualidade feminina e, claro, a maternidade.

ORGANICOM – *No seu livro, Mamãe desobediente (edição brasileira, Editora Timo, 2022), você traz um ensaio ricamente documentado que retrata os desafios de ser mãe na sociedade atual. Entre eles, expõe como nossas experiências nos levam ao binômio da “maternidade patriarcal abnegada” ou da “maternidade neoliberal”, subordinada al mercado. Quem é essa mãe no imaginário coletivo? Qual é a via alternativa?*

ESTHER VIVAS – A maternidade é resultado de uma construção social e cultural determinada pelo sistema patriarcal e capitalista. Isso faz com que as mães se olhem no espelho e vejam o imperativo de ser a mãe abnegada de toda a vida, única responsável pelos cuidados de seus filhos, com dedicação intensiva e uma projeção idealizada da mãe que cuida de todos e que não tem outra função. Mas, ao mesmo tempo, esse espelho da maternidade mostra a supermãe, que pode com tudo, que sempre está disponível para mercado de trabalho, que nunca erra, que tem um corpo perfeito, condicionada às necessidades do mercado, que deve trabalhar como se não tivesse filhos.



Essa é a ideia hegemônica que existe e envolve a maternidade, claramente inserida em uma lógica patriarcal e produtiva. Constatamos isso nas licenças-maternidade curtas, além da ignorância e distanciamento da sociedade em relação à amamentação ou aos desafios do cuidar.

É a partir deste cenário que as expectativas como mulher/mãe não coincidem com a experiência materna real, gerando culpa por não conseguir ser a mãe perfeita. É importante problematizar essa ideia de culpa e tomar consciência disso, pois é o melhor caminho para nos libertarmos dela.

No imaginário coletivo, por meio de uma perspectiva social e cultural, a comunicação projeta essas duas opções: ser a mãe abnegada e sacrificada ou a *superwoman*. Algumas vezes também surge a imagem da “mãe coragem” que luta por seus filhos – por exemplo, as mães da Praça de Maio, na Argentina. Mas a imagem da mãe que luta por seus próprios direitos é nula na sociedade atual. O grande desafio feminista é buscar um novo imaginário, feminista e coletivo, no qual essa mãe luta para poder decidir sobre a sua experiência.

ORGANICOM – *Por que não se vê homens reivindicando os direitos de seus filhos?*

ESTHER VIVAS – Como costume, os pais parecem que ainda não se envolvem como as mães na luta em prol dos direitos de sua prole. Temos como hegemônica uma paternidade pouco comprometida e pouco afetada por esta experiência. Também necessitamos de uma paternidade mais engajada.

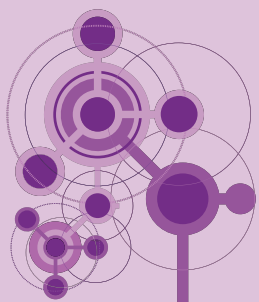
ORGANICOM – *A pirâmide populacional está invertendo. Você acredita que as mulheres estão abandonando a maternidade por questões profissionais?*

ESTHER VIVAS – O problema é que, em um sistema que precariza as condições de vida – a dificuldade da entrada e permanência no mercado de trabalho, os salários baixos, as dificuldades no acesso à saúde e à educação pública de qualidade e a precariedade ao acesso à moradia –, como as pessoas – mulheres ou homens – vão pensar em ter filhos?

Quando analisamos os dados, a natalidade está muito relacionada com a capacidade econômica das famílias. É um fenômeno diferente do passado, quando as famílias que mais tinham filhos eram de baixa renda. Aqui, na Espanha, cada crise econômica é um golpe às famílias com menos recursos em sua capacidade para ter descendência, e cada vez mais o que observamos é que as famílias que têm menos filhos são as que tem menos recursos econômicos.

Por outro lado, hoje, as mulheres que estão engravidando são as que têm aproximadamente 35anos, quase no final do ciclo reprodutivo e, em muitos casos, engravidam com ajuda de reprodução assistida, o que demonstra, mais uma vez, que é um acesso somente a uma pequena parcela da população. As pesquisas aqui mostram que, atualmente, as mulheres não têm mais filhos porque não podem tê-los. A maternidade está se transformando em um privilégio de classe, acessível apenas a quem possa permitir-se, e condicionada ao mercado, já que empurra o período para bem mais tarde e reforça a necessidade de reprodução assistida – e paga.

**“A paternidade ainda é pouco comprometida e pouco afetada por esta experiência.
Também necessitamos de uma paternidade mais engajada.”**



ORGANICOM – *Atualmente, temos o direito de decidir se queremos ou não ser mães; entretanto, não temos direito de decidir como maternar¹. Qual é o valor da maternidade e da infância para a sociedade? E qual é o papel do Estado e das organizações na maternidade?*

ESTHER VIVAS – Precisamos “desindividualizar” e “desfeminilizar” a maternidade. A maternidade deve ser considerada uma responsabilidade coletiva, de mulheres e homens, mas também da sociedade em geral, porque estamos falando de acompanhar e cuidar da saúde física e mental de crianças que serão os adultos de amanhã, e isso deve implicar a todos.

Infelizmente, como vivemos em uma sociedade que valoriza o produtivo, a maternidade, que não é considerada “produtiva” nos parâmetros do mercado, acaba sendo invisibilizada. A necessidade de mudança está aí: o trabalho reprodutivo, o cuidar, são essenciais para a sociedade.

No que se refere a “desfeminilizar” a maternidade, consiste em, para além de visibilizar o caráter biológico da maternidade, aclarar que os cuidados podem ser realizados por todas as pessoas. E desde este ponto de vista, necessitamos de uma sociedade que acolha, que valorize os cuidados e a maternidade e políticas públicas que deem suporte para isso. Principalmente porque vivemos em uma sociedade que é hostil à maternidade e à infância, algo claramente observado nesses dois anos de pandemia – os direitos que foram primeiramente ignorados foram da infância e os cuidados, ou seja, dois campos considerados menos “produtivos”.

“A maternidade não está apenas atravessada por desigualdades de gênero, mas também de raça e classe social. Nem todas as mães têm as mesmas possibilidades, opções e direitos.”

ORGANICOM – *As mães que não têm um trabalho remunerado não se consideram produtivas. Que paradigma é esse?*

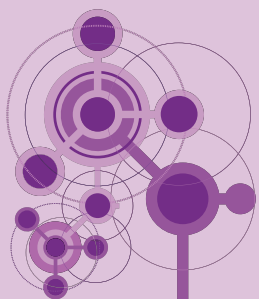
ESTHER VIVAS – As mães têm a mesma ideia de produtividade que toda a sociedade, vinculada ao valor econômico, a partir de uma lógica de mercado e capitalista. E, dentro desta lógica, os trabalhos de cuidados não são considerados trabalho. Isto é falso!

Cuidar da infância e das tarefas domésticas é trabalho; não são remunerados e muito menos valorizados, mas sustentam a estrutura social. É por isso que são considerados “trabalhos de mulheres”. Isso deve mudar!

Visto por uma perspectiva social e das próprias mulheres, pouco a pouco vamos abrindo espaço, a partir da economia feminista. Há muito trabalho a fazer. A maternidade não está apenas atravessada por desigualdades de gênero, mas também de raça e classe social. Nem todas as mães têm as mesmas possibilidades, opções e direitos.

Também há uma questão de privilégios quando falamos de maternidade. Por exemplo, a preocupação de uma mulher branca de classe média, em relação a sua maternidade, está em conciliar essa experiência com o mercado de trabalho,

¹ A palavra maternar é um neologismo que vem sendo utilizado em fóruns, textos e redes sociais que abordam a maternidade para se referir ao processo de cuidado de um bebê ou criança para além do biológico e cognitivo, refletindo nos vínculos afetivos e emocionais, assim como no acompanhamento da criança em seu processo de desenvolvimento. Este ato pode ser realizado pela própria mãe e/ou por outras pessoas responsáveis pelo cuidado da criança. Julia Puig resume no título de seu livro, *Maternar: crianza con alma* (2022), uma ação que vai bem além das tarefas do cuidar. Mariángeles Castro Sánchez, no artigo *Maternar: cuando la maternidade se hace verbo* (2018), explica que “maternar é cuidar criando vínculos afetivos profundos”, mencionando também a empatia e a teoria do apego para forjar essa relação. O termo vem sendo muito utilizado no contexto de reivindicação de mulheres-mães de escolher como realizar esse processo e, fundamentalmente, de garantir direitos que permitam o tempo e as condições adequadas para realizá-lo, uma vez que, no modelo atual de sociedade, os tempos da maternidade são ditados mais pelo mundo do trabalho que pelas necessidades da criança e da mãe. Também se naturalizou que os adultos de referência para um bebê passem, por exemplo, a maior parte do dia longe da criança.



mas a preocupação de uma mãe com pouco recursos econômicos é de como chegar ao fim do mês com as contas pagas – em muitos casos, são famílias monoparentais.

Portanto, a maternidade deve ser vista dentro de uma perspectiva plural e compreender que as violências e desigualdades não afetam a todas por igual. O feminismo deve ter um enfoque interseccional ao analisar a maternidade e lutar pelos direitos das mães. Se não lutamos pelos direitos das mulheres a uma maternidade de qualidade, ela se converterá em privilégio de classe. Por exemplo, se o parto respeitado não é um direito, ele se transforma em privilégio. Outra questão é: que mulher pode se permitir seis meses de lactância e não remunerada?

“A maternidade deve ser vista dentro de uma perspectiva plural e compreender que as violências e desigualdades não afetam a todas por igual. O feminismo deve ter um enfoque interseccional ao analisar a maternidade e lutar pelos direitos das mães.”

ORGANICOM – *No seu livro você aborda a medicalização e mercantilização do parto que se transformam em violência obstétrica. Para você, que violência é essa e quais são as suas consequências?*

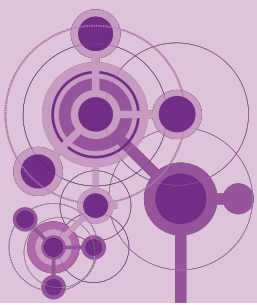
ESTHER VIVAS – É o conjunto de práticas realizadas por profissionais da saúde no âmbito perinatal que podem causar danos à mãe e ao bebê. Alguns exemplos são: não informar o que está acontecendo com a mulher durante sua assistência, não respeitar ou considerar o plano de parto, infantilizar a mulher, fazer uma cesárea sem necessidade, fazer episiotomia de rotina, realizar a manobra de Kristeller, separar o binômio mãe e bebê sem motivo e realizar parto instrumentalizado forçosamente.

Quando questionadas sobre essas práticas em seus partos, a maioria das mulheres afirma ter passado por estas situações, mas não são conscientes de que esses procedimentos são considerados uma violência obstétrica. Disseram a elas que parir era assim! É violência de gênero porque sofremos as mulheres-mães pelo simples fato de sermos mulheres.

A sociedade e o sistema sanitário normalizaram essas práticas que infelizmente deixam sequelas físicas e psicológicas. E ao não serem conscientes desta violação, as mulheres não recebem reparação, o que torna o processo de cura muito mais difícil, causando consequências como depressão pós-parto e estresse pós-traumático, além de muitas se sentirem culpadas e não vítimas. Falar disso é uma maneira de erradicar essas práticas e acompanhar estas mulheres para transformá-las de vítimas à sobreviventes da violência obstétrica.

ORGANICOM – *No Brasil, as pesquisas mostram que as mulheres perdem cerca de 24% de seus ganhos com a chegada do primeiro filho, podendo chegar até 40% se têm três ou mais filhos, e, aos 45 anos, as mulheres ganham em média 55% do salário dos homens. Que outros desafios você acredita que as mães enfrentam em sua trajetória profissional?*

ESTHER VIVAS – De acordo com estes números, há uma clara penalização da maternidade no âmbito do mundo do trabalho. Geralmente isso é utilizado como argumento de que há perdas para a organização e para o mercado quando a mulher decide ser mãe. Dá-se ênfase ao fato de ser mãe, mas claro que o problema não é a maternidade em si, mas sim do mercado de trabalho, pois este não ocorre para os pais. Aqui é onde constatamos a profunda hipocrisia dessa sociedade, em um contexto de queda das porcentagens de natalidade que seguem penalizando as mulheres que têm filhos e a gestação. Como vamos promover a natalidade se o mercado de trabalho dá as costas às essas mulheres grávidas e com filhos? Sempre quando focamos a relação da maternidade com o mercado de trabalho, a mulher está sempre procurando um caminho para adequar-se e não ser penalizada. Na Espanha, quando começou a se legislar sobre as licenças de maternidade, que hoje são de 16 semanas tanto para mulheres como para homens, isso foi uma demanda de um feminismo com perspectiva liberal, que considera que a igualdade passa por medidas deste tipo.



É certo de que necessitamos da corresponsabilidade. Mas não se pode negar o caráter biológico da maternidade, físico e hormonal, que são as mulheres que dão à luz e amamentam, e por isso necessitamos que o mundo do trabalho e o Estado reconheçam essa realidade.

“É necessário que os estados legislem sobre as licenças-maternidade, porque os períodos que existem são incompatíveis com a lactância e com o pós-parto. Incluindo os pais que, em muitos países contam com licenças de poucos dias. Quando o estado não garante os direitos eles viram privilégios.”

ORGANICOM – Pesquisas indicam que a experiência da pandemia fez com que as mulheres se aproximassem mais dos feminismos, dos espaços de reflexão, criando redes de apoio e sororidade virtuais. Você vê as mulheres mais conscientes de sua condição na sociedade? Qual mensagem você deixaria para mulheres que leem a sua entrevista?

ESTHER VIVAS – Retomaria uma reflexão de que esta nova onda feminista é a oportunidade de mostrar ao público uma série de temas que antes eram tabus, como gênero, maternidade e saúde sexual, e que isto deve nos permitir viver estas experiências de maneira mais coletiva e com maior prazer. E se hoje se abre um espaço para falar de maternidade feminista, de parto respeitado, dos direitos das mulheres, isso está relacionado com o contexto desse novo feminismo. Infelizmente, a opinião hegemônica sobre a maternidade ainda está dominada pelo patriarcado e isto faz com que seja necessário debater para que as mães entendam que muitos dos condicionantes que sofrem em sua maternidade ou muitas das problemáticas que enfrentam não estão relacionadas ao fato de que são ou não boas mães e sim com uma sociedade que dificulta a experiência materna, que a violenta e que a discrimina e que para ter uma experiência positiva é necessário entender a estrutura desta experiência. Criar redes de apoio é uma estratégia para que ser mãe numa sociedade tão individualista seja mais ameno, e que estas experiências físicas ou virtuais possam nos ajudar a transitar nesta experiência sem nos sentirmos tão sozinhas.



Compartilhando o espaço de Entrevistas, trazemos nossa conversa com Potyra Té Tupinambá, mulher indígena que tem dedicado sua vida a fortalecer e defender as mulheres indígenas, a lutar pelos seus direitos e a resgatar a dignidade e respeito aos mais de 300 povos indígenas em mais de 7mil localidades no Brasil. Nessa oportunidade, além das editoras do Dossiê 40, contamos com a participação de Carolina de Jongh² para enriquecer o debate.



Potyra Té Tupinambá

- Advogada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia.
- Mãe de Tayguara, de sete anos de idade.
- Ativista pelos direitos das mulheres indígenas.
- Fez parte de iniciativas pioneiras de etnomídia e inclusão digital dos povos indígenas por meio de sua atuação com a rede Índios Online.
- Atuou como advogada em retomadas de terras.
- Gestora executiva da organização de defesa dos direitos indígenas Thydewá.
- Integra a gestão da rede Pelas Mulheres Indígenas, que oferece apoio jurídico e psicológico a mulheres indígenas.

ORGANICOM – *Queremos começar ouvindo um pouco sobre você, sobre suas origens. Pelo que entendemos, Potyra não é o seu nome de nascimento, correto? Então, como foi “tornar-se Potyra Té Tupinambá”, assim como o processo de voltar às origens e ao território indígena?*

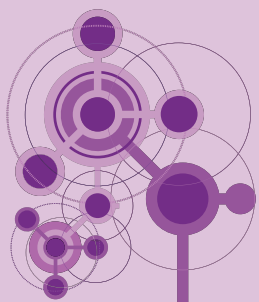
POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Potyra é mãe, ativista, profissional pela defesa dos direitos dos povos e mulheres indígenas. Meu nome de nascimento é Ivana Cardoso de Jesus e nasci em Salvador, Bahia, onde também estudei durante a infância. Minha avó era de origem indígena e teve que deixar o seu território e ir para a cidade por causa dos conflitos de terra. Ela e meu avô, que era um Tupinambá, deram nomes indígenas a todos os filhos, incluindo a minha mãe, Indaiá Jaciguara. Embora não soubesse muitos detalhes dolorosos da história da minha avó, eu estava envolta em aspectos da nossa cultura e identidade. Minha avó foi uma figura muito importante na minha formação e foi a minha conexão ancestral com a cultura indígena, embora quase não falasse sobre isso.

Na escola, aos 10 anos, recebi o “nome” de Potyra de uma professora. Ali já sabia que era indígena, me chamavam de índia, mas não de uma forma pejorativa – o que ocorreu mais adiante, na universidade. Aos 16 anos, eu já tinha certeza de que queria estudar Direito para ajudar a defender os povos indígenas para que não tivessem que deixar o seu território; isso aconteceu como parte do meu processo de busca para conhecer e resgatar minhas origens.

Porém, só em 2007 é que me mudei para a Aldeia Itapuã, em território Tupinambá de Olivença, em Ilhéus, Bahia, e onde também nasceu meu filho, Taiguara, em 2014. Essa mudança foi um divisor de águas na minha vida.

ORGANICOM – *Aproveitando que você mencionou o seu filho, quem é a “mãe Potyra” e como você faz para conciliar maternidade e todo o seu trabalho como ativista e defensora dos povos indígenas?*

² Carolina Alves de Jongh é mãe do Lucas e do João. É mestre em Psicologia Social, administradora de empresas e sócia da Janela 8, consultoria que atua para equidade de gênero e inclusão socioambiental. Tem desenvolvido projetos e práticas de apoio a mulheres em todo o território brasileiro. Em 2022 foi uma das facilitadoras do Encontro de Mulheres Indígenas do Mato Grosso de 2022. Carolina dialogou com Potyra Té Tupinambá em diferentes projetos e entrevistas nos anos de 2020 e 2021.



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – A maternidade foi um momento muito marcante para mim. Além da transformação de mulher a mãe, o meu filho Taiguara nasceu na aldeia, dentro da tribo, algo que não foi possível no meu nascimento e que me marcou desde muito cedo: o retorno às origens e poder estar no território, o que me levou a viver em diferentes comunidades até me estabelecer no território Tupinambá de Olivença. Taiguara significa “índio que vive livre na aldeia”, então é muito simbólico e emocionante, uma reconexão profunda com a terra e com ele. E ele vive aqui assim: livre, tranquilo na comunidade, vai à escola dentro da aldeia e conhece todo mundo por aqui. Um outro modo de vida.

Como vivi sempre atuando de um lado para outro entre viagens, comunidades e muitas atividades, não pensava em ter filhos. Quando fiquei grávida em 2014 foi uma surpresa!

A maternidade é um grande aprendizado e é um desafio também tentar dar conta de tudo, são muitas tarefas do dia a dia que se somam ao atendimento às mulheres, reuniões on-line, projetos, capacitações, encontros na aldeia... É um desafio também desacelerar para poder estar com ele.

Mas tem uma coisa muito interessante, porque os vínculos na aldeia são diferentes da cidade, as redes de apoio... todo mundo se conhece e vive em comunidade de fato. Então sei aqui toda a aldeia também está cuidando do Taiguara, que ele está lá fora brincando com outras crianças e adultos que são seus parentes, que pode comer em outras casas, que estará bem mesmo quando não estou por perto.

ORGANICOM – *Potyra, como é ser uma mulher indígena e estar na luta pelo território e por outras mulheres indígenas?*

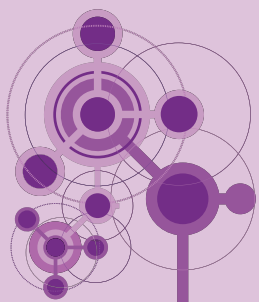
POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Ser mulher indígena é desafiante, principalmente por ser comprometida com a luta dos direitos das mulheres. Há muitas militantes, mas na questão de gênero, são poucas. Nossas lutas são muitas, principalmente onde o capitalismo e o liberalismo só querem nos destruir. Lutamos diariamente por educação e saúde de qualidade e por um território demarcado ou para manter a demarcação que já temos. E além dessas lutas, ainda existe a luta da mulher, que é individual, enquanto as outras são coletivas. Tentamos fortalecer estes espaços nas comunidades, pois somos as guardiãs da sabedoria, que mantêm a cultura. Nós, mulheres, temos nosso papel dentro de nossos povos, mas quando falamos de gênero e de violências de gênero, como a violência doméstica, por exemplo, não existem muitos espaços para trabalhar esta perspectiva.

Por outro lado, há resistência, a conexão com a terra e a luta por preservar esse território que é parte de nós. São muitas as batalhas diárias, os enfrentamentos, perseguições no território. Em diferentes momentos participei e documentei esses enfrentamentos e ameaças às comunidades: ataques, queimas de nossas casas, assassinatos, prisões...precisamos criar mecanismos de defesa e fortalecer as comunidades.

**“O território está dentro da gente. Não tem dignidade sem território indígena.
Quando a gente perde o espaço/território, a gente perde a identidade.”**

ORGANICOM – *Em fevereiro de 2020, o Instituto Socioambiental (ISA)³ mapeou 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações que contam com departamento de mulheres, totalizando 92 organizações presentes em 21 estados do Brasil, o que mostra que a militância é evidente. Você é coordenadora de uma rede de mulheres indígenas, então como surge esse movimento?*

³ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.socioambiental.org/>.



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – A rede nasceu em 2014, como projeto de uma instituição chamada Thydewá. Era um projeto de formação com vários temas que perpassam a vida das mulheres e não apenas a violência e a lei Maria da Penha. Fizemos esta formação com 16 mulheres de oito comunidades do nordeste de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Elas se formaram para poder atuar em suas comunidades, para falar sobre a questão de gênero, levantando esta temática nas aldeias. Por exemplo, as conversas aconteciam na hora de ralar a mandioca ou de lavar roupa no rio, aí se tratavam sobre estas questões, ou seja, não era necessário fazer uma reunião formal sobre violência doméstica.

Em todos os momentos as mulheres formadas são estimuladas a abordar estes temas em suas comunidades. Desde 2014 já fizemos 26 encontros em comunidades indígenas e, em 2015, lançamos um livro-cartilha que circulou em algumas comunidades; foram três mil exemplares distribuídos nas aldeias e também para algumas escolas de outros territórios. Esse livro circulou e as mulheres começaram a saber mais sobre os seus direitos. Por exemplo, em minha aldeia, uma mulher sinalizou ao companheiro que ele não poderia bater mais nela porque “estava no livro”. Elas estão vivendo um despertar de consciências para os seus direitos, agora elas sabem que são amparadas por uma legislação que afirma que bater é crime. Muitas diziam que não havia violência em suas comunidades, mas depois que elas passaram pelo processo formativo, elas mudaram de opinião. Entendemos que a informação é importantíssima e trabalhamos para que a informação seja a libertação da mulher. A partir do momento que elas compreendem o que é um comportamento abusivo, o que é violência doméstica, que o homem não tem o direito de bater porque é marido, elas mudam de atitude. Depois destas reflexões, muitas mulheres se libertaram dos seus problemas. Usamos as rodas de conversa, com o método do teatro do oprimido, para trabalhar com o tema de violência doméstica.

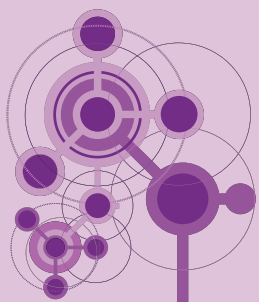
ORGANICOM – *Vocês utilizam muitas metodologias e canais para esse trabalho de comunicação, sensibilização e educação: o livro, as rodas de conversa, o teatro do oprimido... É durante esse projeto que foi criado também um programa de rádio?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Em 2015 criamos a rádio Acauã para aquelas mulheres que não recebiam nossos livros ou não conseguiam participar das nossas reuniões. Por meio de um podcast fizemos vários programas para circular por WhatsApp e pela página web que tinha um blog, para o qual as mulheres escreviam suas experiências. Algumas mulheres não sabiam ler e essa ferramenta foi útil. Entendemos que a informação é importante e que pode salvar vidas. Também estimulamos que as próprias comunidades possam resolver seus problemas de violência elas mesmas, em conversas nas aldeias, porque outros problemas elas já resolvem desta maneira. Nosso objetivo é estimular mecanismos de enfrentamento à violência.

ORGANICOM – *Há uma diversidade de mulheres indígenas aldeadas, assim como nas cidades. Você poderia nos contar um pouco sobre essa diversidade de mulheres indígenas, do acesso à tecnologia, aos conteúdos acessados e de ações empreendidas por elas?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Nossos povos são diversos. Somos da mata e da cidade, nosso território está dentro da gente e, dentro ou fora dos nossos territórios tradicionais, nós somos indígenas. Existem mulheres indígenas que nunca viram um celular ou que não conhecem a internet, enquanto outras já são doutoras nas cidades e até mesmo dentro das aldeias, com o pé na terra convivendo com sua realidade. Outras que, de acordo com seu processo histórico, tiveram que ir para as cidades, por uma imposição do capitalismo ou do neoliberalismo, que domina e toma os territórios.

Me sinto responsável, porque eu tive a oportunidade de estudar. Há mulheres que estão dentro da mata e que não sabem nem que eu existo, que não conhecem a internet, ou que existem direitos que as protegem. Mas eu acredito que as minhas ações podem impactar a vida destas mulheres. A partir do momento que eu estimulo mulheres a se organizarem e a se posicionarem, minhas ações estão interferindo na vida delas. Podem também impactar os indígenas que estão nas cidades. Existe muito preconceito com as pessoas indígenas que estão em contexto urbano, mas por que é que elas estão lá?



Provavelmente porque tiveram que sair dos seus territórios momentaneamente para trabalhar ou estudar, mas não deixaram de ser indígenas nem mulheres. Temos os mesmos problemas. Algo nos une, que é o pertencimento a uma ancestralidade, uma tradição, os antepassados.

Essa diferença é criada mais pelo que está fora da comunidade. Dentro ou fora, as mulheres indígenas querem o melhor para todas. Ter seus direitos, criar seus filhos, ensinar sua cultura e sua tradição. Umas ensinando no concreto e outras ensinando na aldeia, mas todas ensinando, porque foi como aprendemos com as nossas mães, com a nossa cultura.

ORGANICOM – *Quais são as principais pautas hoje para as mulheres indígenas?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – A maior pauta é a demarcação dos nossos territórios. Existe muita insegurança, tem muito conflito perto das aldeias. As fazendas estão muito próximas de nossos territórios, tem pistoleiro e muitas outras situações que colocam nossas vidas em risco e qualquer pessoa pode entrar nas aldeias, por isso também há muita mulher no contexto urbano.

Com a demarcação, o clima de segurança volta à aldeia e os indígenas que estão na cidade podem voltar aos seus territórios. Muitos saíram porque foram expulsos, eles ou seus antepassados. Muitos têm o sonho de voltar para a terra de seus ancestrais. A terra é a base, pois é a nossa vida, a nossa mãe, o nosso maior bem. Mas não vemos o nosso território como propriedade, algo que possa ser vendido; a terra é parte de nós. A gente vem da terra, pisamos na terra, comemos o que vem dela, temos uma relação com a terra de muita afetividade e de muito amor. Vivemos, comemos, moramos, conseguimos nossos remédios a partir dela. Temos a sensação de proteção estando aí, desde que não tenha gente estranha circulando pelos nossos territórios.

ORGANICOM – *Com a pandemia, os indicadores do confinamento social destacam um aumento nos índices de violência contra a mulher. Como está essa situação nas comunidades indígenas?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Não apenas contra as mulheres. Podemos incluir crianças e idosos também. Com a pandemia não podíamos fazer as rodas de conversa, mas, em ambiente virtual, continuamos conversando sobre os tipos de violências, homens narcisistas, autocuidado e outros temas. Temos assessoria jurídica às mulheres que sofrem de violência, além de um grupo de psicólogos. Aliás, necessitamos demais de companheiros psicólogos, é só nos procurar!⁴

É muito difícil o acesso, tanto da nossa rede como das mulheres que estão nas aldeias. Contamos com o apoio dessas mulheres que fazem parte da nossa rede e também com as redes sociais para encaminhar aos nossos serviços as mulheres que sofrem violência. Não temos noção do número total de mulheres que sofrem de violência, são crimes muito bem escondidos e calados e, infelizmente, não conseguimos captar a todas sem uma presença física nas aldeias, devido à falta de acesso, internet, computadores e telefones. A maioria das aldeias não tem sinal de internet ou de celular. Esta é a realidade das aldeias.

“E hoje que a internet já está lá nas aldeias, nos questionamos o que os jovens estão fazendo na internet [...] se ficam jogando etc. Portanto, é uma faca de dois gumes. [...] A questão é o uso [...] e não a própria tecnologia.”

ORGANICOM – *Você acha que existem pessoas nas aldeias que não querem que os indígenas tenham acesso à tecnologia?*

⁴ É possível entrar em contato com Potyra e com a Rede pelas Mulheres Indígenas por meio de seus perfis no Instagram: @potyrate e @pelasmulheresindigenas.



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Em 2006, eu participei do movimento Índios Online, que instalou rede para internet em algumas aldeias. Naquela ocasião, discutimos se o acesso à internet iria acabar com a cultura indígena. Mas entendemos que levar a comunicação para dentro da aldeia era função social. E hoje, quando a internet já está lá de alguma forma, nos questionamos o que os jovens estão fazendo na internet, ao que têm acesso, se ficam jogando etc. Portanto, é uma faca de dois gumes, assim se usa a internet de qualquer forma. Acredito que se deve mostrar que a internet é uma ferramenta. Eu uso como ferramenta de luta, para falar de minha opinião, dialogar com as pessoas de fora da aldeia, buscar projetos, falar com outras mulheres que não estão próximas etc. A internet é boa, muitos indígenas conseguiram fazer faculdade por isso, principalmente em áreas remotas, onde é difícil ter uma universidade. A questão é o uso que se faz dela e não a própria tecnologia.

ORGANICOM – *Como vocês tem feito a mobilização da rede frente às dificuldades que você mencionou? O que é mais difícil na mobilização da rede?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Atuávamos antes da pandemia em aldeias no Nordeste e fizemos alguns encontros presenciais com aldeias do Acre e do Rio Grande do Sul. Com a pandemia, conseguimos entrar em contato com mulheres, pelas redes, que estão em áreas urbanas. Desta maneira, não ficamos concentradas apenas nos oito povos e comunidades com as quais já tínhamos acessibilidade. Eu vejo que a pandemia abriu esse leque na nossa rede, acessamos muitas mulheres de várias partes do Brasil. Talvez se estivéssemos apenas no presencial não conseguiríamos encontrá-las. Nós queremos que as mulheres entendam que a nossa rede é um espaço que elas podem acessar se estiverem em uma relação de violência, pois nela serão acolhidas e informadas. Esta mudança que tivemos que fazer com a pandemia, criando um perfil de Instagram, nos levou a ter contato com mais mulheres, as quais foram inseridas em nosso grupo de WhatsApp.

ORGANICOM – *Como os homens lidam com esta temática do machismo e violência, nas rodas de conversa que vocês organizam?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Eles ficam curiosos, ficam em volta tentando ouvir o que se fala nas rodas de conversa. Em algumas ocasiões, dizem que as mulheres estão muito "ousadas"; em outras, não conseguimos fazer apenas com as mulheres e temos que respeitar como essas comunidades se organizam. Teve momentos que realizamos rodas separadas. Há uma diversidade de situações. Tem encontro de mulheres que são com outras mulheres, tem reuniões em que os homens vão para a cozinha fazer alguma refeição para elas.

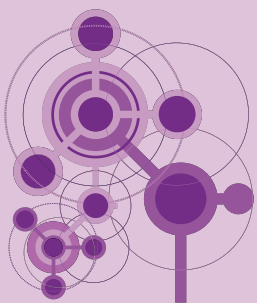
"O machismo não faz parte da cultura tradicional indígena. Ele chegou com o invasor. Existiu e segue existindo uma separação de funções por sexo, mas não de uma forma machista."

ORGANICOM – *De que maneira o tema do machismo nas comunidades indígenas se diferencia ou se assemelha ao do homem branco?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Dentro das nossas comunidades é tudo machismo. A diferença é que esse machismo não faz parte da cultura tradicional indígena. Ele chegou com o invasor. Existiu e segue existindo uma separação de funções por sexo, mas não de uma forma machista. Todos têm a sua função na aldeia.

Na aldeia, cada um tem uma função social. Homem e mulher trabalham em pé de igualdade: o homem faz a limpeza da terra e a mulher traz a semente, mas com o machismo essa situação mudou. Com a invasão dos brancos, chegou informação de que as mulheres são inferiores aos homens. A criança e o idoso também fazem parte do processo.

ORGANICOM – *Como as mulheres brancas, não indígenas, podem exercer sororidade com as mulheres indígenas e apoiar seus movimentos e lutas?*



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Dialogando. As mulheres brancas têm conseguido mais informações do que as indígenas e elas podem colaborar criando momentos de troca de saberes entre nós indígenas, quilombolas, ciganas e mulheres do campo. Todas nós estamos em contextos diferentes, mas muitas de nossas dores são iguais e algumas têm mais possibilidades de acessar informações e políticas públicas. Quando uma mulher branca estiver nas esferas de discussões, deve se lembrar que nós existimos e que, na maioria das vezes, estamos excluídas das políticas públicas. Ou quando houver um espaço de voz para as mulheres, deve dar a possibilidade de visibilidade ao nosso trabalho, ao nosso modo de vida e nossas pautas. Nós também estamos aqui.

REFERÊNCIAS

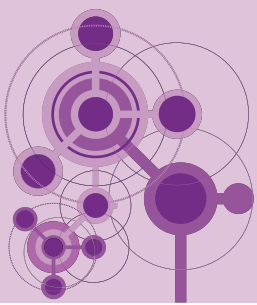
Puig, Julia. *Maternar*. crianza con alma. Madrid: La esfera de los libros, 2022.

Sánchez, Mariángeles Castro. Maternar: cuando la maternidad se hace verbo. *Infobae*, [s.l.], 20out.2018. Disponível em: <https://www.infobae.com/opinion/2018/10/20/maternar-cuando-la-maternidad-se-hace-verbo/>. Acesso em: 1fev.2023.

Artigo recebido em 22.12.2022 e aprovado em 03.02.2023.

DEPOIMENTO





Justiça reprodutiva: um caminho para justiça social e equidade racial e de gênero

Reproductive justice: a path to social justice and racial and gender equity

Justicia reproductiva: un camino hacia la justicia social y equidad racial y de género



Fernanda Lopes

- Doutora e mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP).
- Ex-membro do Conselho Nacional de Saúde, representando a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras.
- Ex-Coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI-Saúde) e liderou a área de saúde reprodutiva e direitos do Fundo de População das Nações Unidas.
- Pesquisadora independente, autora de livros e artigos sobre mulheres negras e HIV/Aids, saúde da população negra, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva.
- Atua no GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).
- Dona de uma empresa de consultorias especializada.
- Diretora do Fundo Baobá para Equidade Racial.
- E-mail: fernanda.lopes.niketch@gmail.com



Resumo

Este artigo não é investigativo, mas uma reflexão pessoal e subjetiva, usando referenciais de direitos humanos, acerca da justiça reprodutiva como conceito-potência em disputa, estratégia de intervenção social interseccional e, ao mesmo tempo, instrumento de promoção da justiça social e equidade racial e de gênero. Longe de ser conclusivo, apresenta a justiça reprodutiva como um campo de ativismo e uma convocação à mudança sistêmica nas discussões sobre trajetórias reprodutivas.

PALAVRAS-CHAVE: JUSTIÇA REPRODUTIVA • MULHERES NEGRAS • DIREITOS REPRODUTIVOS • ABORTO.

Abstract

This is not an investigative article but a personal and subjective reflection, using references from human rights, about reproductive justice as a power-concept in dispute, an intersectional social intervention strategy and, at the same time, an instrument to promote social justice and racial and gender equity. Far from getting to a conclusion, it presents reproductive justice as a field of activism and as a call to action to a systemic change in discussions on reproductive trajectories.

KEYWORDS: REPRODUCTIVE JUSTICE • BLACK WOMEN • REPRODUCTIVE RIGHTS • ABORTION.

Resumen

Este artículo no hace una investigación, sino una reflexión personal y subjetiva, utilizando referenciales de los derechos humanos, sobre la justicia reproductiva como concepto-potencia en disputa, una estrategia de intervención social interseccional, al mismo tiempo un instrumento de promoción de la justicia social y equidad racial y de género. Lejos de ser algo concluyente, se presenta la justicia reproductiva como un campo de activismo y una convocatoria al cambio sistémico en los debates sobre trayectorias reproductivas.

PALABRAS CLAVE: JUSTICIA REPRODUCTIVA • MUJERES NEGRAS • DERECHOS REPRODUCTIVOS • ABORTO.



DIREITOS REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são garantias jurídicas inerentes à pessoa humana, que protegem sua liberdade e dignidade, não fazem distinção e constituem-se num bem que não pode ser transferido. São universais, interdependentes, indivisíveis e válidos tanto no âmbito individual quanto coletivo. Não podem ser resguardados, dispensados ou retirados, dado que se orientam pela dignidade inerente e de igual valor para todos os seres humanos. Não devem estar subordinados à moral ou a uma hierarquia de normas. Impõem obrigações aos Estados e atores do Estado de respeitar, proteger e cumprir os direitos, uma vez que, para cada direito, existe uma obrigação. Ademais, são internacionalmente garantidos e estão legalmente protegidos.

Apesar de os direitos humanos serem universais, sua interpretação e aplicação por parte dos Estados divergem. Para Bobbio (2004), o problema maior dos direitos humanos não é sua aceitação, mas sua proteção, efetividade e transposição do mundo filosófico e distante para uma real aplicação na sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (publicada em 1948) traz quatro princípios a serem considerados no debate sobre o exercício amplo do direito à sexualidade (e, por conseguinte, à livre orientação sexual e de identidade de gênero), do direito à reprodução e à saúde sexual e reprodutiva, para a diversidade dos seres humanos, sejam eles mulheres, homens, intersexuais, queers, não binários, pessoas transgêneros, travestis, assexuais; jovens, adolescentes, adultos, idosos; pessoas com ou sem deficiência.

(1) Princípio da *universalidade*: no qual a condição de pessoa é o requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos, sendo a dignidade humana o fundamento dos direitos humanos;

(2) Princípio da *indivisibilidade*: no qual se reafirma que o catálogo dos direitos civis e políticos são conjugados ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais. Projeta-se, assim, uma visão integral dos direitos humanos;

(3) Princípio da *diversidade*: relacionado às especificidades dos sujeitos de direito. De acordo com esse princípio, a pessoa passa a ser vista em suas peculiaridades e particularidades. Por essa ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada;

(4) Princípio *democrático*: a necessidade de que a elaboração de políticas públicas e a implementação de programas sociais assegurem a ativa participação dos beneficiários na identificação de prioridades, na tomada de decisões, no planejamento, na adoção e na avaliação de estratégias para o alcance dos direitos, inclusive sexuais e reprodutivos.

A ideia de direitos humanos reflete uma dinâmica relacionada à compreensão da relação entre cidadania e democracia. Dimensões estas em que a sexualidade aparece como um dos aspectos mais polêmicos e de difícil progresso.

A sexualidade é parte integral de todo ser humano e é construída na interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade depende da satisfação de necessidades humanas básicas, como o desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor, e apresenta-se como essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. Esse direito humano se baseia em uma abordagem jurídica radicada pelos princípios de igualdade, liberdade e respeito à dignidade humana.



Para Rios (2006), a relação entre sexualidade e direitos humanos nos leva à compreensão dos direitos às sexualidades – no plural. Leva-nos a debater as questões identitárias vinculadas à expressão das sexualidades (nas quais se inserem, principalmente, os temas das homossexualidades), bem como as relações sexuais propriamente ditas e suas consequências (campo que alcança matérias diversas como consentimento, violência e aborto). Essa abordagem pode propiciar proteção jurídica e promoção da liberdade e da diversidade sem fixar-se em identidades ou condutas meramente toleradas e que não devem estar fixadas a identidades e práticas sexuais predefinidas, uma vez que está orientada pelos princípios da *autonomia, liberdade, integridade e segurança dos corpos*. Tais princípios envolvem a habilidade de tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social, e incluem o controle e o prazer livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.

As *escolhas reprodutivas livres e responsáveis* também estão inseridas no campo do direito democrático às sexualidades. Os direitos reprodutivos estariam então diretamente relacionados à autonomia, liberdade, integridade e segurança dos corpos, como dimensões fundamentais dos direitos, em todas as fases da vida, ou seja, à liberdade para expressar e desfrutar da própria sexualidade sem riscos de infecções sexualmente transmissíveis (IST), gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação, e decidir de forma livre e responsável sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos; à oportunidade de acesso à educação integral em sexualidade como estratégia de desenvolvimento e qualidade de vida, atual e futura; à possibilidade de vivenciar a gravidez, o parto e o pós-parto, bem como a maternidade, em segurança, livre de violência obstétrica ou qualquer outra expressão da violência de gênero impetrada contra mulheres e homens trans que, embora possam parir, vivenciam a paternidade.

Qualquer expressão sexual ligada à obtenção de prazer, e não à reprodução, segue sendo fortemente rechaçada, com raras exceções, nas sociedades modernas. Não por coincidência, a consciência das mulheres sobre seus direitos reprodutivos nasceu no movimento em defesa da igualdade política feminina. Angela Davis (2016, p.211) afirma:

[...] na verdade, se elas [as mulheres] permanecessem para sempre sobrecarregadas por incessantes partos e frequentes abortos espontâneos, dificilmente conseguiriam exercer os direitos políticos que poderiam vir a conquistar. Além disso, os novos sonhos das mulheres de seguir uma carreira profissional e outros caminhos de autodesenvolvimento fora do casamento e da maternidade só poderiam ser realizados se elas conseguissem limitar e planejar suas gestações. Nesse sentido, o *slogan* "maternidade voluntária" continha uma visão nova, autenticamente progressista da condição da mulher.

MATERNIDADE E ABORTO

A maternidade e o aborto sempre foram objetos privilegiados na construção de prescrições sociais a serem seguidas, em especial por mulheres negras e de outros grupos sistematicamente discriminados por etnia, origem, cultura, condição de vida ou saúde; a essas mulheres, o estatuto da igualdade de reconhecimento não se faz eficiente na maioria dos países.

O não exercício dos direitos em geral – e dos direitos reprodutivos em particular – e as oportunidades desiguais e injustiças impetradas à população negra e a outros grupos sistematicamente discriminados foram apontados como fatores determinantes para a adoção – por parte de mulheres negras norte-americanas e outras de cor da Ásia, Índia, América Latina, incluindo Brasil, mulheres com deficiência e mulheres migrantes – de uma estratégia mais complexa, crítica e arrojada para defender o acesso a informação, serviços e insumos e, conseqüentemente, construir um poder real para tomar decisões sobre suas trajetórias reprodutivas como eixo central para o exercício de seus direitos humanos.



Na construção da plataforma de defesa dos direitos reprodutivos das mulheres, o direito de escolha à maternidade se converteu em um símbolo da chegada das mulheres de classe média na categoria de consumidoras independentes. Essas mulheres podiam se dar ao luxo de escolher. Elas haviam conquistado o direito de escolher a maternidade, se quisessem. Adotando um olhar mais pragmático, o paradigma da escolha está baseado num princípio essencialmente individualista e consumista de escolha “livre”, que não leva em consideração todas as condições sociais, econômicas e políticas que enquadram as chamadas escolhas que as mulheres são forçadas a fazer. Para além disso, segundo Smith (2005), sempre que a escolha é associada a mulheres pobres, esta se converte em um símbolo de ilegitimidade, porque, afinal, nunca coube às mulheres pobres o direito de escolher.

A justiça reprodutiva surge então não como intercambiável com os direitos reprodutivos, e sim como reflexo de uma abordagem fundamentalmente diferente da mudança social, emergindo das experiências de mulheres negras em aliança com outros grupos de mulheres que vivenciam um conjunto complexo de opressões e hierarquias reprodutivas.

A opressão reprodutiva é o controle e a exploração de mulheres, meninas e indivíduos através de seus corpos, sexualidade, trabalho e reprodução. A regulação desses corpos torna-se assim um poderoso e estratégico caminho para controlar comunidades inteiras. Envolve sistemas de opressão baseados em raça, capacidade, classe, gênero, sexualidade, idade e status de imigração.

London (2011) explicita que a justiça reprodutiva diz respeito à transferência de recursos e à *extensão de* direitos àqueles que carecem de informações e meios para alcançar a autodeterminação na reprodução, uma vez que a “escolha reprodutiva” *não ocorre* no vácuo, mas no contexto em que todas as outras facetas da vida de uma mulher estão em curso, ganhando novos contornos, influenciados ou diretamente derivados do racismo, da pobreza, do status de imigração, da orientação sexual e da deficiência.

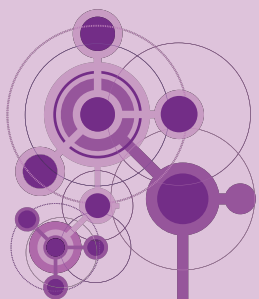
O conceito-potência, como gosto de tratá-lo (CriolaPod, 2019; Justiça..., 2021), foi criado em 1994, no contexto da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (Egito), partindo do entendimento de que a justiça reprodutiva fornece um ambiente político para um conjunto de ideias, aspirações e visões que engloba todas as questões relacionadas à justiça social e à indissociabilidade dos direitos humanos, em especial aqueles classificados como econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Sobre a contracepção

Em *Mulheres, raça e classe*, Angela Davis (2016, p.220) retrata de forma categórica os propósitos eugênicos da década de 1970 nos Estados Unidos:

As revelações de prática abusiva de esterilizações durante aquele período expuseram a cumplicidade do governo federal. Inicialmente, o Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar alegou que, em 1972, a esterilização havia sido feita em aproximadamente 16 mil mulheres e 8 mil homens graças aos programas federais. Mais tarde, entretanto, esses números passaram por uma drástica revisão. Carl Schultz, diretor do Escritório para Questões Populacionais do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar, estimou que, na verdade, entre 100 e 200 mil esterilizações haviam sido financiadas pelo governo federal naquele ano.

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, o movimento de mulheres negras também questionava as condições nas quais suas escolhas reprodutivas se davam, em especial considerando a esterilização aliada à cesariana e, muitas vezes, sem o conhecimento das mulheres. Ao denunciar a ação de esterilização compulsória de mulheres negras, o movimento reiterava que as ideias



eugenistas do pós-abolição ainda persistiam, tal qual descrito nos fundamentos da sociedade eugenista brasileira, instituída em 1918 (Brasil, 2013; CFEMEA, [1993]).

Se, por um lado, cabe ao Estado (e aos agentes a seu serviço) cumprir suas obrigações sem interferir no exercício dos direitos, respeitando-os; adotar medidas para que outros não interfiram no exercício dos direitos, protegendo-os; e implementar medidas apropriadas para garantir a plena realização dos direitos, efetivando-os, por outro lado, ainda hoje, observam-se situações contrárias, como o caso de Janaína Aparecida Aquino: mulher negra que fazia uso abusivo de drogas e que, também por isso, vivia em situação de rua, por determinação da Justiça de São Paulo, foi submetida à cirurgia de laqueadura.

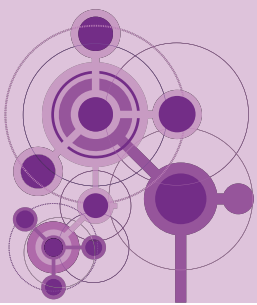
O caso veio ao conhecimento público quando da decisão da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo que reverteu a decisão do juiz de direito Djalma Moreira Gomes Júnior, da 2ª vara de Mococa (SP), em ação civil pública apresentada pelo Ministério Público de São Paulo. O Tribunal, diante do ordenamento jurídico pátrio, entendeu inadmissível a realização do procedimento sem consentimento de Janaína. A decisão foi tomada após o município de Mococa ter entrado com recurso na Justiça, mas era tarde, dado que a esterilização compulsória já havia sido realizada.

Também por determinação do Ministério Público (MP), meninas em situação de abrigo em Porto Alegre deveriam ter sua fecundidade controlada pela implantação de dispositivo intrauterino (DIU) hormonal. A decisão foi questionada em ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública da União e a associação civil Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

O termo de cooperação estabelecido entre o MP, o município de Porto Alegre, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e a empresa Bayer visava disponibilizar às adolescentes inseridas em um programa de acolhimento institucional de Porto Alegre o método anticoncepcional denominado SIU (sistema intrauterino liberador de levonorgestrel 20mg). O termo firmado previa, em síntese, a disponibilização de até 100 unidades desse dispositivo para ser implantado naquelas jovens. Entre as atribuições das instituições envolvidas na ação de cooperação, caberia ao MP estadual, em conjunto com as entidades de acolhimento, a seleção das adolescentes aptas a se submeterem à inserção do tal método contraceptivo; aos hospitais, caberia fazer avaliação clínica das adolescentes indicadas pelo MP e, em parceria com a Bayer, promover o treinamento de profissionais médicos, realizar a inserção do SIU e oferecer consulta de revisão após 45 dias da inserção; e à Bayer, caberia disponibilizar gratuitamente 60 unidades do insumo.

Tal qual descrito em bula, durante os cinco anos previstos para o uso do SIU, recomenda-se ainda a realização de consultas anuais de avaliação. O termo de cooperação não previa esse acompanhamento. Ainda, as adolescentes com maior potencial para receberem o insumo teriam 16 anos ou mais e, em menos de cinco anos, deixariam de estar sob a tutela do Estado. O método contraceptivo em questão não consta da lista de medicamentos e insumos disponibilizados pelo SUS para adolescentes, tanto pelo alto custo quanto pela falta de evidências científicas sobre o impacto na saúde por uso contínuo e duradouro. Desvinculado de ações de educação em saúde, educação integral em sexualidade, aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva e proteção da dignidade, liberdade e intimidade das adolescentes, o termo de cooperação foi firmado sem anuência e participação de nenhum mecanismo de controle social de políticas públicas, como os conselhos de saúde ou de direitos da criança e do adolescente (Rio Grande do Sul, 2018).

O uso indiscriminado de tecnologias de controle da fecundidade e da interferência nos ciclos hormonais das mulheres pobres e negras no Brasil não é algo novo. Em 1984, teve início uma pesquisa nacional sobre o uso do implante subdérmico hormonal: foram implantadas mais de 3,5mil unidades em mulheres de diferentes estados, sem que procedimentos legais e científicos para pesquisa em seres humanos fossem respeitados. Após mobilizações de organizações de mulheres, essa pesquisa foi proibida. A face mais trágica desse acontecimento é que muitas mulheres foram abandonadas à própria sorte, com os artefatos



ainda implantados em seus corpos. Dentre estas, várias apresentaram sequelas, e uma morreu sem que as causas fossem esclarecidas (Werneck, 2004).

Aborto

Conforme a literatura, a prática do aborto sempre foi assumida pela elite “civilizada” como cotidiana, ainda que condenada. O impacto dessa condenação variou de acordo com a condição social da agente e nunca depreendeu unicamente da sua situação de classe, pois é o seu entorno que a caracteriza e a define como agente singular incluída em uma comunidade (Lopes, 2019).

Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, a razão de morte materna por aborto inseguro entre mulheres negras é 2,5 vezes maior do que entre mulheres brancas. Vários fatores podem contribuir para isso: falta de acesso à informação, restrição de acesso aos serviços e equipamentos de saúde, anticoncepcionais ou anticoncepção de emergência, desumanização do atendimento social e de saúde, e descumprimento de normas e protocolos técnicos de atenção às mulheres em situação de abortamento.

Estudos revelam que, embora as mulheres negras sejam as que mais procuram os serviços públicos de saúde para ter atendimento pós-aborto, elas demoram muito para chegar a esses serviços. Segundo Goes (2018) e Goes *et al.* (2020), os motivos da demora são a discriminação, o medo da violência no atendimento e de serem denunciadas e criminalizadas.

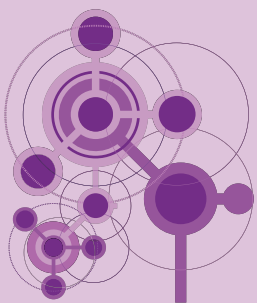
A criminalização descrita nas produções feministas nacionais e internacionais tem, basicamente, duas finalidades: (1) revidar o cometimento de um delito, vez que surge uma conduta que está a destoar da paz social e necessita ser tipificada para ser devidamente punida; (2) educar, diretamente, aquela que comete o aborto, retribuindo, justamente, por meio do poder estatal e, indiretamente, aquelas que cogitam praticá-lo, vez que impõe força normativa. Por tudo isso, a criminalização do aborto afeta desproporcionalmente mulheres negras e pobres.

Em 2018, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro analisou 55 processos por aborto, assim distribuídos:

- Pessoas que obrigaram a mulher com quem mantiveram relacionamento a praticar o aborto, seja forçando-as a ir até uma clínica, seja obrigando-as a tomar remédio abortivo. Incluem-se também os casos de familiares e de médicos que foram negligentes no atendimento de mulheres grávidas (15 processos);
- Clínicas clandestinas de aborto (14 processos);
- Processos desmembrados de outros processos analisados (6 casos);
- *Mulheres que praticaram aborto sozinhas ou tiveram ajuda de alguém, quase sempre do seu círculo familiar ou com quem tiveram relacionamento sexual (20 processos).*

Das 20 mulheres incriminadas pela prática de aborto, 12 eram negras e 8 brancas. Quanto à escolaridade: cinco com 1º grau (completo ou incompleto), duas com 2º grau (completo ou incompleto), uma analfabeta e uma com 3º grau; de 11 casos, não se obteve essa informação. *Treze mulheres relataram ter outros filhos.* Na época, essas mulheres tinham entre 18 e 36 anos; 15 eram solteiras, 2 casadas e 3 viviam em união estável.

Conforme Ross (2017b), o isolamento do aborto de outras questões de justiça social que preocupam todas as comunidades racializadas e aquelas sistematicamente discriminadas contribui para a opressão reprodutiva e não a combate. O aborto



isolado de outras questões de justiça social negligencia questões de justiça econômica, meio ambiente, justiça criminal, direitos dos imigrantes, militarismo, discriminação com base na raça, identidade sexual e uma série de outras preocupações que afetam diretamente o processo de tomada de decisão de uma pessoa em relação ao aborto.

EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS E JUSTIÇA REPRODUTIVA

No Brasil, processos desordenados de urbanização, diferentes ondas de “periferização” nos grandes centros urbanos, desigualdades no acesso aos bens e serviços fundamentais (água potável, saneamento etc.), colapso e/ou ineficiência dos programas para controle do mosquito *Aedes aegypti*, aliados à ausência de educação integral em sexualidade, às dificuldades de acesso a serviços de saúde de qualidade, a ações de promoção e atenção à saúde sexual e reprodutiva, a informações e insumos para o planejamento da vida reprodutiva, incluindo preservativos, conformaram o perfil da epidemia do vírus zika e das famílias afetadas pela síndrome congênita por ele provocada. Dados do Ministério da Saúde indicam que, em Pernambuco, epicentro da epidemia, 84% das mães de crianças com essa síndrome congênita eram negras e pobres e uma parcela significativa era de mães adolescentes e jovens.

O debate sobre o direito de as mulheres infectadas pelo vírus zika decidirem pelo aborto foi colocado, ao mesmo tempo que as mães de crianças já nascidas se associavam e se articulavam buscando legitimar suas demandas por mudanças sociais significativas e, em paralelo, tentavam aprender a maternar pessoas recém-nascidas que se desenvolveriam em uma sociedade na qual o capacitismo e o ideal do corpo belo definem a possibilidade de existência sociopolítica dos seres.

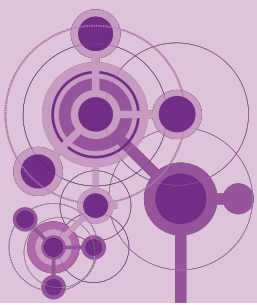
No contexto da pandemia de covid-19, as mortes maternas aumentaram. Quando a causa dessas mortes foi a síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por covid-19, o Brasil apresentou uma das maiores taxas do mundo (Souza; Amorim, 2021).

Dados levantados pelo Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19 (OOBr Covid-19) constata que: entre as gestantes e parturientes que morreram da doença, as negras representavam 61%; gestantes e parturientes negras também foram as mais infectadas pelo vírus (56%), em comparação com as brancas (42%), indígenas (0,9%) e asiáticas (0,8%); em 2021, as mulheres negras foram responsáveis por 48% do total de internações e 56% da ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (Francisco; Lacerda; Rodrigues, 2021).

Nesse período, mulheres negras brasileiras foram hospitalizadas em condições de pior gravidade, como maior prevalência de dispneia e menor saturação de oxigênio, além de maior taxa de admissão em UTI e de ventilação mecânica assistida, observando-se ainda risco de morte quase duas vezes maior em mulheres negras comparadas às brancas (Santos *et al.*, 2021). Embora houvesse semelhanças entre a morbimortalidade materna negra no Reino Unido, Estados Unidos e Brasil, é preciso lembrar que somente no Brasil existe um sistema gratuito de saúde (SUS – Sistema Único de Saúde), cujos princípios e diretrizes são universalidade, equidade e integralidade.

As medidas de austeridade introduzidas anos antes aumentaram as desigualdades durante a pandemia. O SUS estava despreparado para dar tratamento especial às gestantes e parturientes. Cerca de 60% das pessoas que faleceram não apresentavam fatores de risco prévios ou comorbidades.

A relação entre a mortalidade materna e a falta de serviços disponíveis, acessíveis e aceitáveis para atender às necessidades das mulheres é óbvia. Há estudos sobre mortes maternas por covid-19 que evidenciaram mulheres que, antes do óbito, peregrinaram por até cinco hospitais buscando atendimento, a maioria delas negras. Ou seja, o conjunto de fatores geralmente analisado nos estudos dos óbitos maternos é suficiente.



As pessoas sujeitas ao racismo enfrentam múltiplas barreiras para acessar cuidados de saúde oportunos e de qualidade. Essas barreiras resultam de uma combinação de outros fatores que, tipicamente, conformam um exemplo de racismo estrutural e institucional. Intervenções responsivas devem ser implementadas pelos responsáveis e monitoradas pela sociedade civil. O uso da interseccionalidade como instrumento analítico e prático pode contribuir para compreensão e abordagem abrangentes do direito à saúde e à autonomia da vida reprodutiva.

Guerra contra as drogas e as trajetórias reprodutivas

As políticas de guerra às drogas têm importante impacto nas trajetórias reprodutivas. A abordagem de criminalização tem maior probabilidade de levar mulheres grávidas dependentes de substâncias químicas a não buscar atenção pré-natal e outras ações de atenção à saúde por medo de serem denunciadas às autoridades. As mulheres pobres, as negras, as negras e pobres dependentes químicas, para muitos, são a causa de males sociais.

As condições que levaram essas mulheres ao uso abusivo de álcool e outras drogas geralmente não são abordadas, tampouco é devidamente analisado quanto a urgência pela droga e a falta de condições financeiras motivam sua participação em atividades ilícitas, como tráfico, roubo e prostituição, em troca de drogas ou de dinheiro para comprá-las. Sob efeito de drogas, elas terão dificuldades em negociar a prática de sexo seguro, submetendo-se ao risco de gravidez indesejada ou não planejada.

O movimento negro, e o de mulheres negras em especial, há anos discute o abolicionismo penal e o enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países, relacionando esses temas às políticas de combate às drogas e à justiça reprodutiva.

No mundo, de 2000 a 2017, o encarceramento feminino aumentou mais de 50%. Grande parte das mulheres são presas por crimes não violentos, sobretudo relacionados ao tráfico de drogas. No World Prison Brief (Walmsley, 2017), o Brasil ocupa a quarta posição entre os países com maior número de mulheres presas: houve, nas últimas duas décadas, um aumento de 600% no encarceramento feminino; sendo que 64% das mulheres brasileiras privadas de liberdade são negras, embora o percentual de mulheres negras na população geral corresponda a 28%.

No Brasil, as discussões sobre justiça criminal para mulheres implicam o enfrentamento (ou não) do racismo, com influência direta nas trajetórias reprodutivas. Segundo o estudo *Nascer na Prisão* (Leal *et al.*, 2016), 63% das mulheres grávidas privadas de liberdade não haviam planejado aquela gravidez. Quanto às características sociodemográficas do grupo de entrevistadas, 67% tinham entre 20 e 29 anos de idade; 70% eram negras (57% pardas, 13% pretas); 48% tinham ensino fundamental incompleto e 5% eram analfabetas. Das mulheres grávidas que já eram mães, 56% eram solteiras, sendo um terço delas economicamente responsável pelo domicílio.

Atualmente, 70% das mulheres brasileiras privadas de liberdade são mães. Logo, os impactos do encarceramento feminino não devem ser analisados, exclusivamente, da perspectiva dos direitos das mulheres, mas também da perspectiva de seus filhos.

Segundo Ross (2017a), justiça reprodutiva é a expansão da teoria da interseccionalidade aliada à prática de autocuidado, do movimento de mulheres negras, e ao movimento por saúde e direitos reprodutivos e, ao mesmo tempo, uma estratégia de operacionalização dos direitos humanos sociais, econômicos e culturais. Para a autora, a justiça reprodutiva é, em essência, uma teoria interseccional que surge das experiências de mulheres negras e de cor e de homens trans, cujas comunidades experimentam múltiplas e complexas opressões reprodutivas. Baseia-se no entendimento de que os impactos das opressões de raça, classe, gênero e identidade sexual não são aditivos, mas integrativos, produzindo esse paradigma da intersecção.



Para cada indivíduo e cada comunidade, os efeitos serão diferentes, ainda que compartilhem de algumas características básicas tais como universalidade, simultaneidade e interdependência.

Transexualidade e justiça reprodutiva

De acordo com Nixon (2013), nos Estados Unidos as questões de saúde reprodutiva das pessoas trans permanecem sombrias para os grupos LGBTQIA+, bem como para o movimento por saúde e direitos reprodutivos. Angonese e Lago (2017) apontam situação semelhante no Brasil, de que as pessoas trans enfrentam disparidades na saúde reprodutiva e barreiras ao acesso à saúde reprodutiva que a maioria do movimento LGBTQIA+ não conseguiu incorporar em sua defesa.

O apoio às políticas para a preservação da fertilidade de pessoas trans tem sido uma área frequentemente negligenciada de investigação e defesa dos movimentos LGBTQIA+ e dos movimentos por saúde e direitos reprodutivos. Isso pode ocorrer por falta de colaborações fortes e duradouras entre ativistas e estudiosos nos campos de saúde e direitos reprodutivos; de preservação da fertilidade e tecnologias reprodutivas; e de orientação sexual e identidade de gênero.

Segundo Nixon (2013), o movimento pela justiça reprodutiva constitui-se em oportunidade para unir defensores desses campos, levar seriamente o desejo e o potencial reprodutivo de pessoas trans e ainda defender políticas que apoiem a preservação de sua fertilidade.

Justiça social e justiça reprodutiva

Justiça reprodutiva é uma abordagem positiva que vincula sexualidades, saúde e direitos humanos a movimentos de justiça social, colocando questões sobre aborto e saúde reprodutiva no contexto mais amplo do bem-estar, do bem viver e da saúde das mulheres, famílias e comunidades, porque integra perfeitamente os indivíduos e agrupa as comunidades marginalizadas.

A justiça reprodutiva aborda criticamente os temas relacionados a controle populacional, autodeterminação corporal, direitos dos imigrantes, justiça econômica e ambiental, soberania, militarismo e injustiças criminais que limitam os direitos humanos individuais decorrentes de opressões a grupos ou comunidades.

Para ativistas da justiça reprodutiva, o direito de ser mãe ou pai dos filhos que temos ou que estamos prestes a ter é tão importante quanto o direito de não os ter. Por isso, nesse movimento, reitera-se que a capacidade de qualquer pessoa em determinar seu destino reprodutivo está diretamente ligada às condições de suas famílias e comunidade, que não são apenas uma questão de escolha e acesso individual. É uma inverdade dizer que uma mulher pode tomar uma decisão individual e autônoma sobre seu corpo se ela faz parte de uma comunidade cujos direitos humanos são, reiteradamente, violados.

Da perspectiva da justiça reprodutiva, não basta garantir privacidade e respeito à tomada de decisão individual, é preciso oferecer os apoios sociais necessários para que todas as decisões individuais de vida sejam otimizadas, seguras, acessíveis.

O conceito de justiça reprodutiva se materializa na eliminação das desigualdades socialmente produzidas, evitáveis ou remediáveis no exercício dos direitos reprodutivos por parte dos diferentes grupos de mulheres. Sua potência se conforma em um convite real à aplicação de normas éticas, focadas na dignidade de cada uma das mulheres e das pessoas com útero, bem como na distribuição real de poder. Como costume dizer, a defesa da justiça reprodutiva nos obriga a estar, cotidianamente, sujeitos ao tribunal da consciência. Pensando e repensando que não há escolhas se não há acesso. Não há acesso e escolhas se não há direitos. Não há acesso, escolhas e direitos numa sociedade racista, sexista, patriarcal e cis-heteronormativa, sem democracia e sem justiça.



REFERÊNCIAS

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.26, n.1, p.256-270, 2017. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712>.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Secretaria de Comissões. Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência"*: [violência contra a mulher] relatório final. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 17 out. 2022.

CFEMEA. *Relatório da Comissão Parlamentar sobre esterilização em massa de mulheres – 1993*. Brasília, DF: CFEMEA, [1993]. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1993.php?iframe=cpi_esterelizacao. Acesso em: 17 out. 2022.

CRIOLAPOD. Você sabe o que é Justiça Reprodutiva? O #CriolaPod explica. [Locução de]: Fernanda Lopes. Rio de Janeiro: Criola, 1 jul. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://criola.org.br/voce-sabe-o-que-e-justica-reprodutiva-saia-no-criolapod/>. Acesso em: 19 out. 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANCISCO, Rossana Pulcineli Vieira; LACERDA, Lucas; RODRIGUES, Agatha S. Obstetric Observatory BRAZIL – COVID-19: 1031 maternal deaths because of COVID-19 and the unequal access to health care services. *Clinics*, São Paulo, v.76, e3120, 2021. doi:<https://doi.org/10.6061/clinics/2021/e3120>.

GOES, Emanuelle Freitas. *Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional*. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GOES, Emanuelle Freitas *et al.* Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.36, supl.1, e00189618, 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/0102-311X00189618>.

JUSTIÇA reprodutiva no Brasil: um tema em construção. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (112min). Publicado pelo canal Católicas pelo Direito de Decidir. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1bLGxSb9F30>. Acesso em: 19 out. 2022.

LEAL, Maria do Carmo *et al.* Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.21, n.7, p.2061-2070, 2016. doi:<https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>.

LONDON, Sarah. Reproductive justice: developing a lawyering model. *Berkeley Journal of African-American Law & Policy*, Berkeley, v.13, n.1, p.71-102, 2011.

LOPES, Fernanda. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras. *Nexo*, São Paulo, 28 maio 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Os-direitos-sexuais-e-reprodutivos-das-mulheres-negras>. Acesso em: 17 out. 2022.



NIXON, Laura. The right to (trans) parent: a reproductive justice approach to reproductive rights, fertility, and family-building issues facing transgender people. *William & Mary Journal of Women and Law*, Williamsburg, v.20, n.1, p.73-103, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. *Ação civil pública [contra o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Porto Alegre, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e a Bayer S. A.]*. Porto Alegre: Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, 10 set. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acao-questiona-aplicacao-metodo.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.12, n.26, p.71-100, 2006. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200004>.

ROSS, Loretta J. Reproductive justice as intersectional feminist activism. *Souls*, Chicago, v.19, n.3, p.286-314, 2017a. doi:<https://doi.org/10.1080/10999949.2017.1389634>.

ROSS, Loretta J. Trust black women: reproductive justice and eugenics. In: ROSS, Loretta J. *et al.* (ed.). *Radical reproductive justice: foundations, theory, practice, critique*. New York: Feminist Press, 2017b. p.58-85.

SANTOS, Débora de Souza *et al.* Disproportionate impact of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) among pregnant and postpartum black women in Brazil through structural racism lens. *Clinical Infectious Diseases*, Oxford, v.72, n.11, p.2068-2069, 2021. doi:<https://doi.org/10.1093/cid/ciaa1066>.

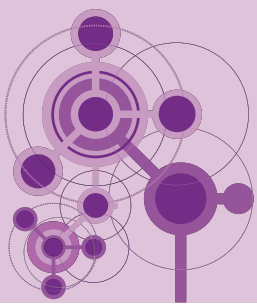
SMITH, Andrea. Beyond pro-choice *versus* pro-life: women of color and reproductive justice. *NWSA Journal*, Baltimore, v.17, n.1, p.119-140, 2005.

SOUZA, Alex Sandro Rolland; AMORIM, Melania Maria Ramos. Mortalidade materna pela covid-19 no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v.21, supl.1, S257-S261, 2021. doi:<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100014>.

WALMSLEY, Roy. *World female imprisonment list: women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners*. 4.ed. London: University of London, 2017. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/news/world-female-imprisonment-list-fourth-edition>. Acesso em: 19 out. 2022.

WERNECK, Jurema. Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: ROTANIA, Alejandra; WERNECK, Jurema (org.). *Sob o signo das bios: vozes críticas da sociedade civil*. Rio de Janeiro: E-papers; Nova Friburgo: Marca, 2004. p.49-63. (Reflexões no Brasil, v.1).

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.



No tengo más que una literatura y no es la mía: reflexiones desde una experiencia chino-española

Eu tenho apenas uma literatura e não é minha: reflexões de uma experiência sino-espanhola

I have only one literature and it is not mine: reflections from a Chinese-Spanish experience



Paloma Chen

- Graduada en Periodismo por la Universidad de Valencia.
- Máster en Construcción y Representación de Identidades Culturales por la Universidad de Barcelona.
- Actualmente, estudiando Máster en Filosofía China por la Universidad Fudan de Shanghai.
- Poeta, periodista, investigadora y gestora cultural.
- Colabora con medios como *El País*, *La Marea* o *El Salto*.
- Coordinadora de comunicación de la *Transnational Migrant Platform-Europe*.
- Ganadora del Premio Nacional de Poesía Viva *L de Lírica* en 2020.
- Autora del poemario *Invocación a las Mayorías Silenciosas*.
- E-mail: paloma_chen@hotmail.com



Resumen

Las reflexiones desde una identidad china-utielana-valenciana-wenzhounesa-española son vistas como experiencias particulares y minoritarias por la hegemonía occidental, que adscribe etiquetas de hipersexualización, fetichización, exotismo y criminalización a las mujeres asiáticas. Frente al canon reconocido por las instituciones educativas euroblancas como literatura universal, autoras y creadoras migrantes y racializadas reclaman espacios con obras literarias y artísticas sobre nociones críticas como identidad, legado o memoria, en lenguas fronterizas, mestizas y fracturadas. Así desarman al sujeto desubjetivado y descorporalizado llamado "autor" que domina un sistema literario que excluye más que incluye.

PALABRAS CLAVE: LITERATURA • DIÁSPORA ASIÁTICA • IDENTIDAD • ESTUDIOS CULTURALES • RACISMO.

Resumo

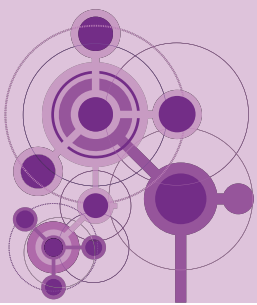
Reflexões situadas em uma identidade sino-utiel-valenciana-wenzhounesa-espanhola são vistas como experiências particulares e minoritárias pela hegemonia ocidental, que atribui rótulos de hipersexualização, fetichização, exotismo e criminalização às mulheres asiáticas. Diante do cânone reconhecido pelas instituições educativas eurobrancas como literatura universal, autoras e criadoras migrantes e pessoas racializadas reivindicam espaços com obras literárias e artísticas sobre noções críticas como identidade, legado ou memória, em linguagens fronteiriças, mestiças, fraturadas. Assim, desarmam o sujeito desubjetivado e desencarnado chamado "autor", que domina um sistema literário que exclui ao invés de incluir.

PALAVRAS-CHAVE: LITERATURA • DIÁSPORA ASIÁTICA • IDENTIDADE • ESTUDOS CULTURAIS • RACISMO.

Abstract

Reflections from a Chinese-Utiel-Valencian-Wenzhounese-Spanish identity are seen as particular and minority experiences by Western hegemony, which attaches labels of hypersexualization, fetishization, exoticism, and criminalization to Asian women. In the face of the canon recognized by Eurowhite educational institutions as universal literature, migrant and racialized authors and creators claim for spaces with literary and artistic works about critical notions such as identity, legacy, or memory, by using bordering, mixed, fractured languages. Thus, they disarm the desubjectivized and disembodied subject called "author" who dominates a literary system that excludes rather than includes.

KEYWORDS: LITERATURE • ASIAN DIASPORA • IDENTITY • CULTURE STUDIES • RACISM.



Mis reflexiones desde una identidad china-utiellana-valenciana-wenzhounesa-española suelen ser vistas, siguiendo criterios hegemónicos, como ejemplos de una experiencia particular y minoritaria en Occidente. No obstante, la comunidad a la cual pertenezco es amplia y diversa, y nuestras vivencias son valiosas, no solo porque conectan con lo universal, sino porque somos las ancestras de las que están por venir y referentes de las que ya están. Una de ellas es la poeta china-estadounidense Sally Wen Mao, que en una entrevista con Thora Siemsen (2017) expuso: “Cuando perteneces a un grupo al que en realidad no perteneces, tiendes a verte en los ojos de los demás todo el tiempo. En ese sentido, tu identidad se ve comprometida. Ya no eres un ‘yo’, sino un ‘ella’, un ‘ellos’ o un ‘ello’”.

Más de un siglo antes, en 1897, el sociólogo y activista por los derechos civiles Du Bois escribió en una mítica columna de *The Atlantic*: “Es una sensación peculiar, esta doble conciencia, esta sensación de mirarse siempre a uno mismo a través de los ojos de los demás...”. Las palabras de Du Bois y de Sally Wen Mao me golpean. Jóvenes racializadas y migrantes, sean o no de un contexto cultural chino, como es mi caso, vivimos hoy así en España.

En su poemario *Oculus* (2019), Sally Wen Mao reconstruye la voz y la narración de Afong Moy, primera mujer china que migró a los Estados Unidos en 1834. La estaban explotando como un museo viviente, expuesta junto a objetos “orientales” que se vendían a la clase media blanca estadounidense. Por lo que sabemos, Afong Moy no produjo ni creó nada por sí misma que haya llegado hasta la actualidad. No conocemos ni su voz, ni su nombre real, pues todo material, todo registro que ha quedado, es información escrita por un hombre blanco que la miraba.

Afong Moy tuvo un cuerpo, pero este fue expuesto, mercantilizado, violentado y silenciado. Sally Wen Mao escribió un poema titulado “The Diary of Afong Moy” en el que le da voz. Hay límites claros en un ejercicio artístico como este. En la literatura no se puede dar voz a un personaje histórico que en la realidad nunca la tuvo. Pero el poemario *Oculus*, como podríamos decir de una buena obra literaria, es imaginativo y especulativo, y en palabras de la misma poeta que lo escribe para

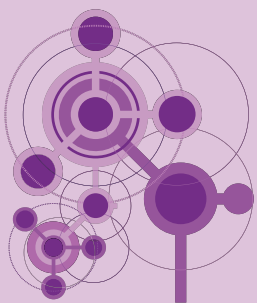
[...] recrear una historia más sentida, no por los explotadores, sino por los explotados. El arte no tiene el papel de redimir la historia, sino de reanimar y reimaginar los momentos perdidos, los sentimientos nunca expresados, los secretos nunca aflorados. Creo que es posible que el arte reconozca y llore esta pérdida incluso cuando imagina o recupera lo que se ha perdido. (Cheng, 2019).

Esto es una resurrección, una reconstrucción de voces perdidas que al mismo tiempo reconoce el silencio de los archivos históricos. El trabajo de Sally Wen Mao está defendiendo el pensamiento, la escritura, la voz, las palabras, el tiempo y el espacio, en oposición a la hipervisibilización y espectacularización de los cuerpos de las mujeres asiáticas en Occidente, tendencia que podemos rastrear desde la expansión colonial e imperial al popularizarse en las obras del Romanticismo europeo hasta hoy día.

En 1977, la filósofa y teórica francesa de origen búlgaro Julia Kristeva escribió *Mujeres chinas* a partir de un viaje a China. En su texto, describe así a las campesinas:

Una gran multitud está sentada al sol: nos espera sin una palabra, sin un movimiento. Ojos tranquilos, ni siquiera curiosos, sino levemente divertidos o ansiosos, en todo caso, penetrantes y seguras de pertenecer a una comunidad con la que nunca tendremos nada que ver. (Kristeva, 2016, p.21)

La multitud de mujeres no habla. No tiene una identidad individual, puesto que Kristeva las considera un grupo homogéneo con la identidad colectiva de “mujeres chinas”, pasivas, extrañas. Un año después del libro de Kristeva, Edward Said publicó *Orientalismo* (1978), un hito en los estudios poscoloniales, en el que, si bien no ahonda en la cuestión del género ni en relación a Medio Oriente, ni en relación a Asia Oriental, encontramos algunas de las claves que pueden explicar por qué incluso reconocidas y fundamentales autoras críticas occidentales han visto lo oriental con actitud de superioridad:



Oriente era casi una invención europea y, desde la antigüedad, había sido escenario de romances, seres exóticos, recuerdos y paisajes inolvidables y experiencias extraordinarias [...] lo principal para el visitante europeo era la representación que Europa tenía de Oriente y de su destino inmediato. (Said, 1978, p.19)

Mujeres de origen chino y asiático han contestado y teorizado sobre la situación de las mujeres chinas y asiáticas en Occidente. Anne Anlin Cheng, crítica literaria estadounidense de origen taiwanés, propone el “ornamentalismo” como “una teoría feminista para la mujer amarilla” que relaciona lo oriental, lo femenino y lo decorativo. Relacionarla con el orientalismo saidiano es casi inevitable por ser palabras casi homófonas. Así explica:

Culturalmente incrustada y ontológicamente implicada por las representaciones, la mujer amarilla está persistentemente sexualizada y al mismo tiempo excluida de la sexualidad, hecha y deshecha simultáneamente por el proyecto estético. Denota una persona pero connota un estilo, un nombre que promete pero suplanta la piel y la carne. (Cheng, 2018, p.415)

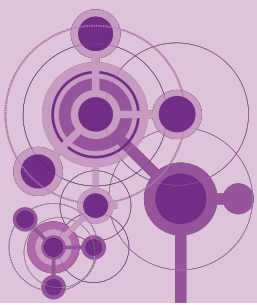
La sensibilidad actual en España hacia las mujeres chinas está llena de estereotipos y prejuicios. Las mujeres se enfrentan “a una doble discriminación por el hecho de ser mujer y estar racializadas”, como explica Lucía Cortés (2020) en un artículo con entrevistas a mujeres chino-españolas, como la ilustradora Quan Zhou, la periodista Susana Ye o la mediadora intercultural y cofundadora de Liwai Yue Fu. Entre los problemas que sufren, citan la “hipersexualización”, la “fetichización”, la “idea exótica” que hay sobre ellas, el estereotipo de “mujer delicada, dulce, obediente”, la asociación con la “mafia” o la “inseguridad”.

Emily Sun (2021), artista y educadora china-norteamericana radicada en Madrid, hace un análisis del papel de las mujeres asiáticas en la cultura visual contemporánea: “En el mundo audiovisual español, los escasos personajes asiáticos, por no hablar de las mujeres, suelen aparecer a través de los tropos del tráfico de drogas, la delincuencia, la competencia económica o el trabajo sexual”. La artista visual y columnista Anna Fux (2021), mallorquina de origen filipino, señala las limitaciones de un “feminismo blanco-occidental” para explicar la masacre de Atlanta, que acabó con la vida de seis mujeres asiáticas: “La palabra ‘femicidio’ es insuficiente para explicar los tiroteos en tres salones de masajes distintos. Las víctimas no murieron por mujeres, a secas. Murieron por asiáticas, por clase obrera, por trabajadoras sexuales”. En su artículo, afirma:

El feminismo blanco habilita el imaginario de la mujer asiática sumisa, cuando insiste en cuánto nos quiere salvar, en cuán oprimidas estamos o cuánto feminismo nos hace falta. Las mujeres blancas aportan a nuestra opresión cuando, frente a la fetichización por parte del hombre blanco, nos ven como competencia. (Fux, 2021)

Por otra parte, las mujeres chinas y asiáticas no somos intercambiables ni idénticas en nuestras experiencias y proyectos. No somos iguales, pues estamos atravesadas por experiencias, por nuestra diversidad corporal y social, nuestra psique, nuestras condiciones de clase y distintos orígenes étnicos y nacionales. La sociedad española tiende a describir a una mujer china con los mismos atributos que servirían para describir a otra mujer china, un dispositivo generalizador que nos infravalora y nos construye en la otredad.

Frente a una cultura visual abarrotada de jerarquías raciales y fetichismo hacia las feminidades asiáticas, el poemario de Sally Wen Mao defiende con ahínco la palabra. El mismo título, *Oculus*, relaciona el óculo con el ojo, la vista, la mirada que nos roba la agencia y nos quita esas “pala/bras part/idas que hi/eren” que, como recito en el poema “Pero habla”, intento dominar para que no me dominen. Tal como afirma Sally Wen Mao –“Me propuse intencionadamente escribir un libro asiático-americano”–, en entrevista a Anne Anling Cheng (2019), estoy orgullosa de decir que *Invocación a las mayorías silenciosas* (2022) es también, intencionalmente, un poemario chino-español para las mujeres asiáticas hispanohablantes, y espero que aporte a interesantes trabajos que están surgiendo en distintos países desde y para la identidad asiaticodescendiente.



Por ejemplo, en la ciudad de Barcelona he tenido el enorme honor de participar en Furiasia, festival de artes escénicas de la diáspora asiática organizado por la asociación Catàrsia, donde descubrí el trabajo que la actriz catalana de ascendencia japonesa, Sònia Masuda, está llevando a cabo sobre el silencio de las mujeres asiáticas en obras teatrales como *This is not here*, *Re-imagine Yoko Ono* o *El Silencio de la Fiera*.

Lo que escribo es íntimo y político. Es una experiencia particular pero no minoritaria, pues saca la luz de la memoria y la colectivización de los saberes y movimientos políticos que surgen y que me inspiran desde Regularización Ya hasta el Encuentro de la Diáspora China en Matadero Madrid. Es un privilegio forjar alianzas y amistad con otras personas racializadas y de origen migrante, mujeres subalternizadas que han sido, y siguen siendo, críticas con los feminismos blancos, que reclaman espacios que les han sido quitados.

¿Dónde estamos las mujeres migrantes y racializadas en el canon literario? ¿Y en la industria cultural? ¿Las mujeres no-euroblancas no escribimos? ¿Cómo es que no tenemos en el canon referencias a obras literarias que versen sobre las aportaciones de culturas diversas al mundo, pero también sobre la migración y el colonialismo, la resistencia, los cuerpos fronterizos? ¿Cuántas obras críticas sobre las nociones de identidad, legado y memoria son promocionadas por las instituciones educativas y llegan a los adolescentes? Esta marcada ausencia refuerza aún la idea de literatura racialmente homogénea, predominantemente blanca, caucásica y europea, que es también la literatura a la que más fácilmente tenemos acceso.

Los cinco libros obligatorios que estudié en la asignatura de Literatura Universal en Bachillerato eran llamados "clásicos", pero todos eran europeos. Con la misma lógica, llamamos música clásica a la música europea y la diferenciamos del folclore, de las músicas tradicionales, de la *world music*. Como el teórico descolonial Ramón Grosfoguel, me inclino a considerar todo lo llamado universal y que en realidad es europeo como profundamente provinciano, en el sentido de pequeño y limitado. Grosfoguel (2013) se pregunta:

¿Cómo es posible que el canon de pensamiento en todas las disciplinas de las ciencias humanas (ciencias sociales y humanidades) en la universidad occidentalizada se base en el conocimiento producido por unos cuantos hombres de cinco países de Europa occidental (Italia, Francia, Inglaterra, Alemania y los EE.UU.)?

¿Quién produce el conocimiento? ¿En qué contexto? ¿Para quién? Es imposible la existencia de un conocimiento desubjetivado, descorporalizado. El conocimiento está siempre anclado y marcado por los sujetos que lo producen. El lugar importa en cuanto a lo que se produce. No hay una literatura pura, universal, occidental. La literatura que leemos no ha llegado hasta el currículo obligatorio de una manera feliz, exenta de conflictos. ¿Por qué, por ejemplo, en España no estudiamos el legado literario del pueblo gitano, y si lo hacemos, por qué estudiamos a autores no gitanos que utilizan formas artísticas o literarias aportadas por el pueblo gitano sin reconocer su procedencia original?

No es fácil trazar otro camino, ojalá tenga muchas oportunidades de recomendar a las autoras que ahora leo y que me están cambiando la vida porque estoy descubriendo muchas nociones y conceptos sobre la palabra y la no-palabra que enriquecerían a cualquier escritora, lectora, persona. Ellas, ellos, elles son: Koleka Putuma, Gloria Anzaldúa, Sandra Cisneros, Sanmao, Marilyn Chin, Claudia Rankine, Danez Smith, Cathy Park Hong, Xiaolu Guo, Lin Yutang, Xu Zhimo, Xu Lizhi, Ngũgĩ wa Thiong'O, Siu Kam Wen, Elvis Guerra, Françoise Vergès, Derek Walcott, Gish Jen, Han Kang, Qiu Miaojin y *muchxs otrxs*. En España, hay numerosas autoras como Silvia Albert, Helios F. Garcés, Minke Wang, Quan Zhou, Mafe Moscoso, Giovanni Collazos, Gabriela Wiener, Anna Fux, Karessa Malaya, Cristina Zhang, entre otras.

Busco activamente leer a mujeres, a migrantes, autoras y autores que han sido borradas del mapa tras la colonización y el capitalismo; busco grietas, rupturas, cambios. Me entusiasma Gloria Anzaldúa porque ha sabido como nadie tejer vida,



literatura, ensayo, poesía en la frontera. Leo a Koleka Putuma por su uso del lenguaje no binario, sus críticas al sueño falso de la Sudáfrica libre de apartheid, su voz que no tiembla. Claudia Rankine nos hace entender en *Citizen* la experiencia como ¿ciudadana? negra en los Estados Unidos. Danez Smith es capaz de celebrar y criticar al mismo tiempo la educación religiosa que reciben los hombres queer negros en América. Cathy Park Hong está harta de que tilden como *Minor Feelings* la angustia, la depresión la ansiedad que siente como coreana-estadounidense. Siento la frustración por no poder hablar bien inglés de la protagonista de la novela *A Concise Chinese-English Dictionary for Lovers* y de la película *She, A Chinese*, de Xiaolu Guo. Xu Lizhi ensambla iPhones en una fábrica en Shenzhen por el día, y por la noche escribe poemas sobre la explotación laboral y vital. Ngũgĩ wa Thiong'O decidió dejar de escribir en inglés y empezar a escribir en kikuyu, su lengua materna, pues, durante la colonización, "si la bala era el medio de la subyugación física, la lengua era el medio de la subyugación espiritual" (Thiong'O, 1987, p.9). Siu Kam Wen retrata a varias generaciones de chinos en el Perú, los migrantes y los descendientes ya nacidos en una tierra que no siempre los acoge. Elvis Guerra cuestiona el binarismo de género occidental desde la identidad zapoteca. Helios F. Garcés revisa la poesía de Biedma, Lorca o la generación Beat para desvelarnos las jerarquías raciales en la literatura. Minke Wang crea un idioma propio, menor, dentro del idioma español.

Wang es poeta y dramaturgo madrileño de origen chino. Migró de niño desde Wenzhou, región de la que también procede mi familia. El título de su obra de teatro *Un idioma propio* (2018) me lleva a pensar en la frase de Derrida en *El monolingüismo del otro* (1997, p.14): "No tengo más que una lengua; ahora bien, no es la mía". El título de este texto que escribo le hace un homenaje y resume la injusticia a la que hoy niños, niñas, adolescentes, jóvenes y adultos se ven sometidos estudiando humanidades: pensar que solo existe una literatura y que esta no es la suya.

Para Derrida, la lengua materna, el francés, en realidad es el idioma de otro. Quizá no que pertenezca a otro per se, sino que procede de otro. Pero si de acuerdo a las reflexiones de Derrida, el otro es uno mismo, "el francés es la lengua que él se da a sí mismo" como reflexiona Roxana Páez (2000, p.1). En la obra de Minke Wang también podemos observar esto: el idioma propio, un idioma menor dentro del idioma español adquirido, es también un idioma que se da a sí mismo.

Para Derrida, toda cultura es colonial. En el origen está el otro, en lo familiar está lo foráneo, lo fuera de mí. El pensador nació en Argelia en 1930, de familia judía y ascendencia francesa. Aunque era del Magreb, el árabe no era su lengua materna. Tampoco el hebreo, que era un lenguaje reservado solo a las ceremonias religiosas. De pequeño, Derrida recuerda los vaivenes de la lengua francesa, ahora sí, ahora no, como oficial en Argelia. Su lengua materna es el francés, pero para un franco-argelino como Derrida esta lengua siempre será extranjera, "un francés de ultramar, diferente, 'inferior' al metropolitano", como explica Páez (2000, p.2).

La identidad de Derrida está fracturada, porque los sujetos exiliados no forman parte del paradigma que es la lengua, la lengua en mayúsculas. Las identidades están asociadas a ciertas lenguas; lengua e identidad es de lo más íntimo y personal.

Hoy en día, el sistema literario está actuando más como un sistema de exclusión que de inclusión. No obstante, la lengua y la literatura no son espacios cerrados, sino espacios potencialmente contaminados y contaminantes, diseminados, dispersos y confusos, y si bien esto puede ser más evidente para personas migrantes, refugiadas, exiliadas, extranjeras, de un modo u otro todas y todos en nuestras trayectorias vitales hemos transitado, jugado, cruzado con los límites lingüísticos, literarios, identitarios. Lorena Fioretti Katz (2012, p.76) nos sugiere: "Incluso en la 'lengua propia' existen estos deslizamientos, donde por ello lo propio y la lengua son deconstruidos. Se trata entonces de una tensión entre lo propio y lo extranjero, el adentro y el afuera, la patria y la tierra del exilio".

El lenguaje nos atraviesa, lo habitamos, pero del mismo modo, nosotras atravesamos el lenguaje y somos habitadas por este. Fioretti Katz sostiene que todo escritor hace "política de la lengua". Cuando se escribe, no solo se hacen elecciones



estéticas y estilísticas, sino políticas, al unir el lenguaje y los objetos, el símbolo y la realidad, de un modo u otro. El lenguaje no representa, sino que interviene, afecta lo que concebimos como real. "¿Qué es la política sino una *visión* y un *sentido* del mundo?", afirma Katz (2012, p.78).

La obra poética y teatral, *Un idioma propio*, del autor hispano-chino Minke Wang nos puede ayudar a reflexionar también sobre estas cuestiones. En la primera parte de las tres que constituyen la obra, una familia que huye del régimen comunista chino se exilia a España. Y en este nuevo país, como dice la sinopsis de la obra (Wang, 2018, p.210), "se despoja al sujeto del idioma natal [...] la identidad primera ha sido aniquilada, y el esqueje trasplantado debe horadar el sustrato extranjero para hallar una gramática propia sobre la que cimentar una identidad híbrida y en continua involución". Wang explica sobre su recorrido vital: "Vine a España a los diez años, y al cabo de este tiempo no me siento ni chino ni español; no es posible ser de un lugar cuando decides que donde más cómodo estás es en los límites" (Wang, 2021, p.64-65). Como escritor en lengua no materna, migrante, así describe su camino:

El migrante que llega trata de aprender fielmente el idioma del país de acogida, pero, una vez interiorizadas las reglas convencionales de uso, su cuerpo se rebela, entonces debe desaprender lo aprendido e ir en busca de una lengua imperfecta [...] un idioma menor y extranjero dentro del propio idioma. (Wang, 2021, p.65)

Mi historia es diferente porque no fui yo quien migró, sino mis padres. Pero tengo una herencia cultural terriblemente hermosa y de un interés genuino, vital, en los espacios fronterizos y en la creación de lenguajes propios tal como Wang. La poesía trata de crear un lenguaje propio para nuestros organismos híbridos. En mi obra celebro esa hibridez con una imaginación diaspórica feroz, que al mismo tiempo que mitifica el hogar, también lo construye en un presente atravesado de imposibilidades heterogéneas. Somos transformación y diferencia.

Gloria Anzaldúa en *Borderlands/La frontera* (2016) no solo habla explícitamente de las fronteras desde su identidad de chicana, sino que también juega con las mismas fronteras del género literario al mezclar la narración autobiográfica con el ensayo y la poesía. Uno de sus poemas más famosos se puede considerar como un auténtico himno sobre las identidades híbridas:

Vivir en las *Borderlands* significa que tú
no eres *hispana, india, negra, española ni gabacha, eres mestiza, mulata, media casta*
atrapada en el fuego cruzado entre los bandos
mientras cargas las cinco razas a tu espalda sin saber a qué lado volverte, de cuál huir;

Vivir en las *Borderlands* significa saber
que la india en ti, traicionada por 500 años,
ya no te habla, que las *mexicanas* te llaman *rojetas*,
que negar lo anglo en tu interior
es tan malo como haber negado lo indio o lo negro; [...]

Para sobrevivir en las *Borderlands*
debes vivir *sin fronteras*
ser cruce de caminos. (Anzaldúa, 2016, p.261)

Mucho de mi trabajo personal, periodístico y literario versa sobre cómo las identidades constantemente (se) (re)negocian y (re)articulan. Ahí reside, quizá, mi mayor creatividad. Tengo fe en que en la frontera nuestros universos personales se tocan,



donde existe la posibilidad de algo bello y extraño que aún no hemos descubierto. Así este texto finaliza con *Invocación a las mayorías silenciosas*, el poema que también titula el poemario, en honor a June Jordan:

hoy invoco a mis hermanas silenciosas:
nuestra historia está escrita en varios idiomas
los que solo entendíamos de niñas

No nos pertenece nada
solo pertenecemos a la tierra
y a la suave cadencia intraducible de las palabras

Os espero a vosotras y a las otras
sí
a vosotras
a todas las de las mayorías silenciosas
las de las identidades fronterizas
las del alto al fuego

a vosotras
porque mi casa es vuestra casa
porque mi casa nunca está cerrada

porque nuestra
casa
es la única herida que deberá
quedarse siempre
abierta. (Chen, 2022, p.105)

REFERENCIAS

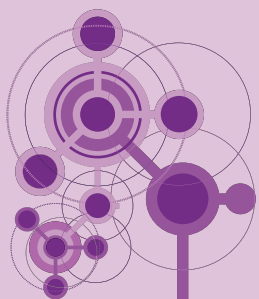
ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. Madrid: Capitán Swing, 2016.

CHEN, Paloma. *Invocación a las mayorías silenciosas*. Barcelona: Letraversal, 2022.

CHENG, Anne Anling. Ornamentalism: a feminist theory for the yellow woman. *Critical Inquiry*, Chicago, v.44, n.3, p.415-446, 2018.

CHENG, Anne Anling. The story of our lives do not have faces: Sally Wen Mao interviewed by Anne Anlin Cheng. *BOMB Magazine*, New York, 25Apr.2019. Disponible em: <https://bombmagazine.org/articles/sallywenmao-anneanlincheng/>. Acceso em: 19dez.2022.

CORTÉS, Lucía. Ni geishas ni sumisas: la lucha contra los estereotipos de las mujeres chinas en España. *Nuevatribuna*, Madrid, 25ene.2020. Disponible em: <https://www.nuevatribuna.es/articulo/sociedad/ni-geishas-ni-sumisas-lucha-estereotipos-mujeres-chinas-espana/20200125133423170436.html>. Acceso em: 19dez.2022.



DERRIDA, Jacques. *El monolingüismo del otro o la prótesis de origen*. Buenos Aires: Manantial, 1997.

DU BOIS, William Edward Burghardt. Strivings of the Negro people. *The Atlantic*, Boston, 1897. Disponible em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1897/08/strivings-of-the-negro-people/305446/>. Acceso em: 19dez.2022.

FUX, Anna. Cuando las mujeres asiáticas somos fetichizadas. *Pikara Magazine*, Bilbao, 9jun.2021. Disponible em: <https://www.pikaramagazine.com/2021/06/cuando-las-mujeres-asiaticas-somos-fetichizadas/>. Acceso em: 19dez.2022.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.19, p.31-58, 2013.

KATZ, Lorena Fioretti. Extraterritorialidad y extimidad: el monolingüismo del otro como política de la lengua. *Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo*, Montevideo, v.12, p.75-97, 2012.

KRISTEVA, Julia. *Mujeres chinas: entre Mao y Tel Quel*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2016.

MAO, Sally Wen. *Oculus*. Minneapolis: Graywolf Press, 2019.

PÁEZ, Roxana Haydée. Reseña: El monolingüismo del otro (o la prótesis de origen), de Jacques Derrida. *Orbis Tertius*, Buenos Aires, v.4, n.7, p.231-234, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. Barcelona: Random House Mondadori, 2002.

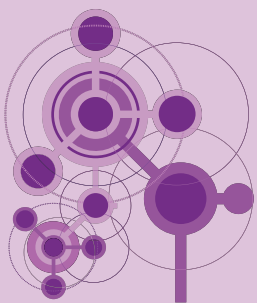
SIEMSEN, Thora. On why honesty is more important than success. *The Creative Independent*, [s. l.], 30 Aug. 2017. Disponible em: <https://thecreativeindependent.com/people/sally-wen-mao-on-finding-the-necessary-tools-to-write-poems/>. Acceso em: 19dez.2022.

SUN, Emily. ¿Cuándo olvidaremos a la mujer amarilla? *Eldiario.es*, Madrid, 21oct.2021. Disponible em: https://www.eldiario.es/pikara/olvidaremos-mujer-amarilla_132_8412997.html. Acceso em: 19dez.2022.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1987.

WANG, Minke. *Un idioma propio*. Madrid: CDN, 2018.

WANG, Minke. En busca de una lengua imperfecta. In: COLINAS, Antonio *et al.* *(Des)localizados: textualidades en el espacio-tiempo*. Salamanca: Universidad de Salamanca; FOCUS 16, 2021. p.61-66.



Feminismos plurais não podem excluir mulheres com deficiência!

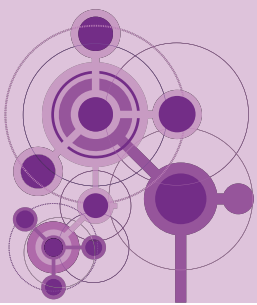
Plural feminisms cannot exclude women with disabilities!

¡Los feminismos plurales no pueden excluir a las mujeres con discapacidad!



Leandra Migotto Certeza

- Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Anhembi Morumbi (SP), 1999.
- Professora no curso “Diversidade - Aspectos da Deficiência na Prática”, Instituto Sedes Sapientiae (SP) desde 2019.
- Premiada pelo “Projeto Fantasias Caleidoscópicas” da *Associação Internacional para o Estudo da Sexualidade, Cultura e Sociedade* em 2007, Peru.
- Premiada no “Concurso de Periodismo y Comunicación” pela *Sociedad para Todos*, Colômbia, 2003.
- Portifólio: <https://www.linkedin.com/in/leandra-migotto-certeza-00a12141/>



Observação: Para garantir a acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e/ou com deficiência visual, todas as citações, links de pesquisa e referências estão dentro do texto e não como notas de rodapé. Também foi obedecido o uso da tipologia Arial para proporcionar a leitura de pessoas com baixa visão.

Resumo

A avassaladora maioria das mulheres com deficiência ainda é completamente excluída dos feminismos plurais no mundo. Elas também são infantilizadas, enxergadas de forma assistencialista e capacitista, sem direito de fazer escolhas sobre suas vidas e/ou respeito às suas particularidades e necessidades de acessibilidade. Além disso, existem muitas em situação de pobreza, que não são ouvidas, vivem amarradas em suas camas e não conseguem denunciar seus agressores físicos e sexuais, principalmente as mulheres com deficiência que são negras, obesas, indígenas, bissexuais, lésbicas, queer e/ou trans por serem triplamente discriminadas.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMOS PLURAIS • MULHERES COM DEFICIÊNCIAS • CAPACITISMOS • VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA • LUGAR DE FALA.

Abstract

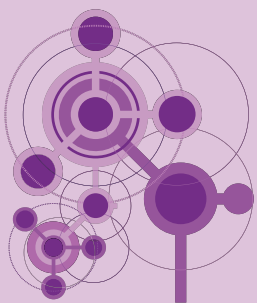
The overwhelming majority of women with disabilities are still completely excluded from plural feminisms throughout the world. These women are also infantilized, seen in an assisted-care and capacitive manner, without the right to make choices about their lives and/or with respect to their particularities and accessibility requirements. Many subsist in a state of poverty, are not heard, live tied to their beds and cannot denounce their physical and sexual aggressors. This is the specific case of women with disabilities who are black, obese, native, bisexual, lesbian, queer and/or trans who are thrice discriminated.

KEYWORDS: PLURAL FEMINISMS • WOMEN WITH DISABILITIES • CAPACITISMS • VIOLENCE AGAINST WOMEN WITH DISABILITIES • PLACE TO SPEAK.

Resumen

La abrumadora mayoría de las mujeres con discapacidad sigue completamente excluida de los feminismos plurales en el mundo. Las mujeres son también infantilizadas, son miradas de forma asistencialista, sin derecho de elegir sobre sus vidas y/o respeto a sus particularidades y necesidades de accesibilidad. Además, hay muchas mujeres en situación de pobreza, que no son escuchadas, que viven atadas a sus camas y que no pueden denunciar a sus agresores físicos y sexuales, especialmente las mujeres con discapacidad, negras, obesas, indígenas, bissexuales, lesbianas, trans y/o queer porque son triplemente discriminadas.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMOS PLURALES • MUJERES CON DISCAPACIDAD • CAPACITISMO • VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES CON DISCAPACIDAD • LUGAR DE HABLA.



QUEM E QUANTAS SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência representam 15% da população mundial, um bilhão de habitantes, conforme a Organização Mundial da Saúde no “Relatório Mundial sobre a Deficiência” (2011). É a maior população minorizada do planeta que sobrevive em extrema desigualdade social, como analfabetismo, desemprego e baixa renda, pois, segundo o mesmo relatório, 80% vivem em países em desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), no Brasil 23,9% da população tem deficiência. São 45 milhões de pessoas, das quais 25 milhões são mulheres que podem ter nascido ou adquirido as seguintes condições de deficiência: física (motoras e outras); Intelectual (inclui espectros do autismo e outras, como Síndrome de Down); mental (problemas psíquicos); visual (cegueira e/ou baixa visão); auditiva (surdez e/ou dificuldade de ouvir); surdocegueira (deficiência única que compromete audição e visão); e múltipla (duas ou mais deficiências juntas).

NÃO QUERO SER TOLERADA! EXIJO RESPEITO!

Muito prazer, queridas leitoras e leitores! Eu gosto de flores perfumadas, cheiro de terra molhada, abraço de cachorro, pôr de sol, mar, fogo, chocolate, vestido colorido, livros, beijos na boca, amigos, poemas, música, teatro, palavras, cinema, cachoeira, borboleta, beija-flor, aroma de cozinha em ação, sexo, tesão, canção, choro contido, dor, paixão. Ter nascido com uma deficiência física é só mais uma das minhas características como ser humano.

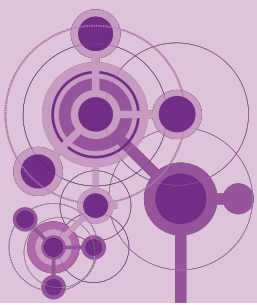
Acredito que o ‘diferente’ sempre assusta porque incomoda e toca na maior ferida humana: sua natural fragilidade e finitude! A inata imperfeição de todos os seres não tem lugar na sociedade da beleza plastificada e da suposta simetria! Porém, para uma sociedade extremamente capacitista (que discrimina pessoas com deficiência) e preconceituosa, eu não faço parte da ‘regra’ ou da ‘norma’, equivocadamente estabelecida.

Em 1977 sobrevivi quando a sociedade me sentenciou. Fraturei vários ossos pelo corpo todo, andei com um par de muletas aos cinco anos, cresci até 96 centímetros. Fui segregada em escolas excludentes, trabalhei em empresas pseudo-inclusivas, sofri muita discriminação dentro e fora de casa. Tenho pernas pequenas, ossos bem fracos e com formatos diferenciados.

Sou Bacharel em Comunicação Social (1999) e tenho formação em Jornalismo Literário com foco em Narrativas Biográficas (2018). Sou cronista e colunista em diversos veículos de comunicação, como o ODISEX - Observatório Internacional sobre Sexualidade das Pessoas com Deficiência (Peru), e o FAU - Fundo Feminista regional para a América Latina e o Caribe de língua espanhola. Trabalho também desde 1998 como consultora em Direitos Humanos de pessoas com deficiência, realizando atividades premiadas em escolas, universidades, órgãos públicos, empresas, centros culturais, e organizações não-governamentais.

Viajei sozinha para fora do Brasil, desfilei em escolas de samba, curti muito a vida noturna, ganhei campeonatos de natação e fiz ensaios fotográficos sensuais. Amo o meu corpo e todos os prazeres que ele me dá, como mulher. Hoje uso uma cadeira de rodas para me locomover. Tenho autonomia, respeitando os meus limites e lutando para manter todas as minhas necessidades específicas de acessibilidade atendidas para uma boa qualidade de vida.

Porém, se eu tivesse nascido nos anos 1930, teria sido esquecida no quatinho dos fundos. No início do século 20, ficaria trancada em uma igreja. Na Idade Média, teria sido afogada ao nascer. Afinal, a deficiência é um fenômeno histórico que passou por transformações ao longo do tempo e em diferentes culturas. Da ideia preconceituosa e discriminatória de uma atribuição divina ou demoníaca, passando pela concepção de que se tratava de uma anomalia orgânica, com foco exclusivo na medicina.



Historicamente vistas como desviantes do suposto 'normal' e 'padrão', a deficiência e, conseqüentemente, as pessoas com deficiência eram percebidas como doentes, objeto da assistência e das propostas de cura. Com a emergência do movimento sociopolítico e o do protagonismo das pessoas com deficiência, a conceituação da deficiência abandonou o campo biomédico passando ao social. Dessa forma, a questão ganhou contornos de direito à diferença, de responsabilidade coletiva e da agenda política dos direitos humanos. A médica com deficiência física, Izabel Maior, em entrevista ao programa Café Filosófico da TV Cultura em 2015, defendeu o lema dos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência: "Nada sobre nós, sem nós!", e disse que: *"Não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes em seu meio, estejam elas nas atitudes das pessoas, na arquitetura, no transporte, na circulação, na comunicação, enfim, na discriminação e na falta de acesso a bens e serviços na militância pela autonomia verdadeira das pessoas com deficiências"*.

Izabel também nos explica que hoje, a deficiência é vista como um fenômeno que ocorre na relação do indivíduo com o meio físico, social e político. Portanto, toda a sociedade é responsável, tanto pelo abandono e invisibilidade de grande parte das pessoas com deficiência, como por sua autonomia e independência, respeitando todas as necessidades de cuidados às suas especificidades. Para assistir a entrevista da Izabel Maior entre no link: <https://vimeo.com/137872442>

O QUE É CAPACITISMO?

Qual é a primeira imagem de uma mulher com deficiência que lhe vem à cabeça ainda hoje? É aquela que é dependente fisicamente e emocionalmente da família ou dos relacionamentos amorosos? Ou aquela que pode escolher ser protagonista de sua história, tendo uma rede de cuidado e políticas públicas inclusivas? A resposta talvez seja a da imagem da mulher com deficiência 'frágil' e 'incapaz', sabe por quê? Porque a sociedade brasileira ainda é muito capacitista!

Segundo Fiona Kumari Campbell, professora sênior na Escola de Educação e Serviço Social da Universidade de Dundee na Escócia, em seu livro: *Contours of Ableism* (2009), se traduz como *capacitismo* a palavra inglesa *ableism*, que significa a discriminação por motivo da condição de deficiência. Para Fiona: "O conceito está associado com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo por uma ideia de padrão corporal perfeito. E também sugere um afastamento da capacidade e da aptidão dos seres humanos, em virtude da sua condição de deficiência".

Eu vivenciei diariamente o capacitismo, em uma época em que ele nem existia no Brasil como conceito acadêmico. Era discriminação direta ou velada mesmo. Nos anos 2000, a minha colega de departamento simplesmente arrancou da minha mesa uma lista em que eu estava conferindo os endereços das unidades (para as quais eu precisava telefonar e passar algumas informações) e começou a refazer TUDO! Eu já havia terminado o serviço, e tinha revisado três vezes para ver se estava tudo certo. Somente a gerente do departamento tinha o direito de corrigir algo. Nunca uma colega de trabalho que estava na mesma função que eu. Ela simplesmente, duvidou da minha CAPACIDADE!

Um completo desrespeito e capacitismo, afinal, eu já era formada em comunicação social, e tinha sido selecionada para ocupar aquela vaga, justamente porque tinha condições técnicas e acadêmicas para realizar aquelas atividades. E na verdade teria competência e qualificação para ocupar outras funções superior àquela de atender telefone. Mas este é assunto para outro texto sobre desvalorização profissional aliada ao capacitismo.

Outra situação capacitista, aliada ao assédio moral que passei foi bem mais forte. Tudo aconteceu em uma tarde quando voltei de uma grande cobertura jornalística de um evento importante. Eu estava bem cansada e comecei a conversar com uma colega sobre assuntos pessoais. Quando comentei sobre relacionamentos amorosos, outra profissional começou a rir bem alto



debochando de mim. Ela chegou até a colocar um objeto pontiagudo na minha cara e insinuar que eu desejava ser ‘amada’. Infelizmente, eu fiquei totalmente paralisada e não consegui reagir!

Hoje tenho consciência que a minha história não difere muito das histórias de várias mulheres com deficiência, seja de nascença ou adquirida. Todas precisaram matar um leão por dia, exatamente para dizer que não deveria ser preciso matar um leão por dia. Justamente porque não eram elas que estavam no lugar errado. Nunca estiveram, mesmo que suas famílias, amigos e a sociedade em geral apontassem o dedo sempre primeiro para suas diferenças, ao invés de constatar suas igualdades humanas, respeitando seus limites e encorajando potencialidades, sem pré-julgar ou oprimir suas plenas participações sociais.

Como a maioria das mulheres com deficiência brasileiras, eu demorei mais de 30 anos para compreender que eu não nunca estive fora do lugar que sempre quis estar. O machismo e o sexismo arraigados na sociedade, a discriminação e o preconceito escancarados ou velados em relação a minha condição de deficiência, sempre estiveram presentes em minha vida durante muito tempo. O mais terrível é que eu não conseguia enxergar cada um deles como monstros a serem combatidos. Fui a maior parte do tempo enganada e dominada por eles, sem perceber. As leituras e os estudos sobre o feminismo que venho fazendo livremente como autodidata, além das sessões de terapia, estão me libertando e me aproximando de um verdadeiro empoderamento interior.

Eu também aprendi que em sociedades capacitistas, a ausência de qualquer deficiência é vista como o ‘normal’ e pessoas com deficiência são erroneamente entendidas como exceções. Isto acontece porque a condição de deficiência é vista como algo a ser ‘superado’ ou ‘corrigido’ (se possível por intervenção médica); ou que deve ser realizado pela própria pessoa com deficiência, se ‘adaptando’ ao mundo que não foi criado para respeitar as suas próprias diferenças, e sim para excluir todos os dias.

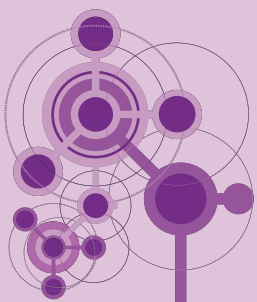
Um completo absurdo hoje, em que a condição de deficiência não pode ser vista pela sociedade como algo que falta em alguém. Precisa ser enxergada pelo prisma da diferença humana inata, que por suas singularidades requer atenção às especificidades quanto à: forma de comunicação, mobilidade, ritmos, estilos e diversas maneiras de construir o conhecimento e os relacionamentos sociais; e por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, com total autonomia e independência em uma sociedade acessível a todas e todos, de qualquer idade, etnia, credo, idade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, entre outros. Afinal, o contrário de deficiência, não é EFICIÊNCIA!

Segundo Guga Dorea, jornalista do Todos na Diferença (@todosnadiferenca) e pai de um jovem com Síndrome de Down, disse em seu livro: “Síndrome de Down como você nunca viu - Profundo relato de um pai educador” (Editora Nelpa 2022): “O contrário de eficiência é ineficiência! Porém, ainda está no imaginário de grande parte da população e também em parte da ciência que as Pessoas com Deficiência são ineficientes! O que nos leva ao CAPACITISMO, ou seja, a crença de que elas são incapazes de pensar e de agir por conta própria!”.

Além do livro do Guga, também indico o “Viva o Corpo Diverso”, poema que eu publiquei (com recursos de acessibilidade) no Museu Vozes Diversas. Ele é um grito de ALERTA para que todas as mulheres com deficiência arranquem do seu peito o capacitismo interno! Link: https://www.instagram.com/tv/COOArtLrNIY/?utm_source=ig_web_copy_link

A AGRESSIVIDADE DO CAPACITISMO FERRE PROFUNDAMENTE!

Mesmo o conceito de deficiência tendo avançado ao menos na teoria (porque infelizmente na prática este avanço é praticamente inexistente) os Direitos Humanos de todas as pessoas com deficiência, está preso ao passado! Afinal, o lugar de fala da maioria das mulheres com deficiência ainda é bem pouquíssimo ouvido dentro dos movimentos feministas plurais!



Eu escolhi viver com meu companheiro sem ter que cumprir papéis sociais impostas às mulheres, por exemplo, como ser mãe. Eu escolhi não me sentir culpada por ter deixado de “seguir a boiada” em uma sociedade tão machista, sexista, heteronormativa, preconceituosa e discriminatória como a nossa. Porém, a maioria das mulheres com deficiências têm seu direito de escolha completamente desrespeitado, e são agredidas profundamente. Foi o que aconteceu com Patrícia Lorete, mulher com deficiência física e criadora de conteúdo digital.

Em sua rede social @janeladapatty, Patty alerta neste post de 2022 que:

“São cinco os estereótipos que recaem sobre a mulher com deficiência a saber: 1- Mulher pela metade; 2- Muito carente; 3- Incapaz de ser mãe; 4- Dá muito trabalho; e 5- Tem saúde frágil. A pessoa com deficiência carrega muitos estereótipos, às vezes, descaradamente preconceituosos, às vezes, disfarçados de elogios, o que é ruim do mesmo jeito! Mas, quando essa pessoa é mulher o peso é maior. Porque junta o preconceito pela deficiência e pelo gênero. Ou seja, a mulher com deficiência, sem contar outros marcadores como, raça, orientação sexual e classe, precisa lutar contra o capacitismo e o machismo simultaneamente. Realmente não é fácil! Neste post eu tinha colocado uma frase, mas acabei tirando. A frase era: “Só serve para enfeite!”. E retirei porque ainda me dói. Eu participava de um grupo entre pessoas com e sem deficiência. Certo dia, um idiota, fez (não diretamente para mim) o seguinte comentário: “Paraplégica ou até tetraplégica serve, mas mulher com doença degenerativa só serve pra enfeite!”. Para quem não sabe a “Patty do Janela”, que sou eu tem patologia degenerativa: Atrofia Muscular Espinhal (AME), tipo 2. Caraca, doeu, e doeu à beça! Eu que, geralmente, respondo à altura as grosserias que ouço por aí, comecei a chorar. Esse homem, que nem sei o nome, magoou-me de uma maneira que ele nem tem noção! Então, toda a minha existência se resume ao fato de ter deficiência? Isso já faz 10 anos e continua me incomodando! De vez em quando a frase dele me vem à cabeça é preciso lutar para não acreditar nela. Provavelmente a ideia que ele tem, amparado pelo capacitismo e machismo, de mulher é de uma que necessariamente precisa ter movimento para lavar, passar, cozinhar para ele e fazer aquelas performances sexuais que ele aprendeu em filmes pornôs que não representam, de maneira nenhuma, a sexualidade e o ato sexual de ninguém!!”

Junto ao forte relato de situações capacitistas agressivas como da Patty, quando eu participei em 2017 do Boteco da Diversidade (encontro paulista sobre sexualidade e deficiência), descobri o quanto o peso da opressão ainda é bem mais forte na vida de quem luta diariamente para não ser invisibilizada, por caminhar, enxergar, ouvir ou pensar ‘diferente’ do suposto padrão social.

Leandrinha DuArte (@leandrinhadu), comunicadora, colunista Ninja, ativista LGBTQIAP+, ao ser entrevistada por mim para a reportagem: “Representatividade Importa” (blog Fantasias Caleidoscópicas 2017) contou que desde quando resolveu escrever textos eróticos, reflexões, postar vídeos e levantar debates têm alertado para a necessidade das pessoas se conhecerem como são. Leandrinha também me fez questão de dizer: *“Ainda somos superprotegidos de uma forma ridícula, vetados de conhecer nosso próprio corpo! Nosso papel é mostrar justamente o contrário! Meu corpo faz sexo e precisa de sexo, eu preciso conhecer meu corpo como qualquer outra pessoa. Por isso digo a sociedade que eu desejo, eu gozo. Sou um corpo igual aos demais, com algumas limitações e só isso”*.

Durante o mesmo Boteco da Diversidade, Gata de Rodas (@gataderodas), ativista e diretora da Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de São Paulo, abriu seu coração em um bate papo franco. Super bem resolvida hoje em relação a sua auto-estima, me contou ao ser entrevistada por mim para a reportagem: “Representatividade Importa” (blog Fantasias Caleidoscópicas 2017) que nem sempre foi assim: *“Durante muito tempo sofri a opressão familiar e da sociedade por achar que eu por ter uma deficiência física e usar uma cadeira de rodas, não podia muitas coisas: namorar, casar, não ter uma vida social igual a todo mundo. Chegou a um ponto que precisei dar um basta! Minha família ficou chocada quando eu disse que não era mais virgem e que namorava”*.



Meu corpo com deficiência causa 'desconforto' e 'bagunça social', mas quem disse que estou aqui para agradar! Estou sim ocupando o meu espaço na sociedade!"

Para conhecer outros depoimentos de participantes do “Boteco da Diversidade”, segue link: <http://fantasiascaleidoscopicas.blogspot.com/2017/05/leandra-migotto-certeza-no-boteco-da.html>

QUAL O LUGAR DE FALA DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA?

O meu lugar de fala é o de uma mulher com deficiência física, branca, heterossexual, de classe média, com nível educacional superior, na cidade de São Paulo. Posso dizer que fui e ainda sou privilegiada em vários aspectos. Mas em diversos momentos da vida, eu fui silenciada, por mim mesma (por internalizar estigmas) e também pelos outros. Como jornalista e escritora, a minha voz é um alerta para a sociedade sobre a realidade das mulheres com deficiência em nosso país.

Pare para pensar: onde estão as mulheres com deficiência hoje? Elas vivem com autonomia dentro de suas capacidades e potencialidades? Quando elas começaram a falar? Ou outras pessoas ainda falam por elas? Elas são ouvidas? Seus direitos humanos são respeitados? São protagonistas de suas histórias? Infelizmente, para as mulheres com deficiência que frequentam ou ficam internadas em instituições, o seu lugar de fala ainda não é ouvido!

O relatório da organização não-governamental internacional *Human Rights Watch* intitulado: “Eles ficam até morrer - Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil” (realizado entre 2016 e 2018) documenta uma série de abusos (incluindo sexuais) contra crianças e adultos com deficiência em instituições de acolhimento no Brasil. Segundo o documento, muitas pessoas com deficiência ainda ficam confinadas em suas camas ou quartos por longos períodos ou, em alguns casos, o dia inteiro. Elas também não podem fazer escolhas simples do dia a dia (que a maioria das pessoas faz sem sequer perceber), como quando e o que comer; com quem se relacionar; qual programa de televisão assistir; ou se vai sair e participar de uma atividade de lazer. Não têm acesso à reabilitação física e psicológica, e na maioria das vezes, nunca saem da instituição para ter contato com a sociedade.

Segundo informações pesquisadas para a elaboração do mesmo relatório a então Secretaria Nacional de Assistência Social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social em 2016, contabilizou 5.078 crianças e 5.037 adultos com deficiência vivendo em instituições no Brasil (*Human Rights Watch*, 2018 p.06). E este número provavelmente não reflete o número real, pois os dados são obtidos por meio de questionário preenchido pelas próprias instituições, sem posterior checagem ou supervisão por autoridade competente. O mais terrível é que esta parcela da população ainda vive isolada da sociedade e tem pouco mais do que suas necessidades básicas atendidas, como alimentação e higiene. A maioria não possui qualquer controle relevante sobre suas vidas, são limitadas pelo cronograma de atividades das instituições e pela vontade dos funcionários. Muitas destas mulheres com deficiência vivem em grandes alas ou quartos com camas colocadas lado a lado, sem uma cortina ou qualquer outra separação. A maioria dos adultos e crianças com deficiência institucionalizadas tem poucos objetos pessoais, ou nenhum. E em alguns casos, são forçados a compartilhar roupas (até mesmo escovas de dentes) com outras pessoas da instituição. Os funcionários de diversas instituições também não oferecem absorventes higiênicos às mulheres durante o período menstrual, e sim fraldas. E outros não auxiliavam alguns adultos a se vestirem totalmente, de modo que eles usavam apenas camisas ou blusas e fraldas. Para conhecer o relatório internacional entre no link: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318010>. Desde 2006, eu conheço uma grande instituição na cidade de São Paulo que está servindo comida fria e em pouca quantidade aos internos, além de deixá-los o dia todo literalmente olhando para o teto sem fazer nada.



Os abusos, violências sexuais e estupros também infelizmente são recorrentes dentro destas instituições. E estas mulheres sequer conseguem gritar, pois são silenciadas pelos funcionários e familiares. E mesmo que conseguissem denunciar a Lei Maria da Penha (n.11.314/2006) só incluiu as mulheres com deficiência 13 anos após a sua existência, com a Lei 13.836 de junho de 2019. Um gigantesco atraso inviabilizou a possibilidade de denúncias, agravando ainda mais a situação de violência no Brasil.

O Atlas da Violência 2018 desenvolvido pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada indicou que dos 22.918 casos de estupro apurados em 2016, 10,3% das vítimas tinham alguma deficiência. Desse total, 31,1% tinham deficiência intelectual e 29,6% tinham transtorno mental. Outro dado chocante é que, entre os casos de estupro coletivo, 12,2% são contra vítimas que têm algum tipo de deficiência. E de 649 pessoas com deficiência mental estupradas, 275 foram violentadas mais de uma vez.

O Atlas da Violência 2018 está no link:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf>

FEMINISMOS PLURAIS NÃO PODEM IGNORAR VIOLÊNCIA FÍSICA, EMOCIONAL E SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA.

Eu acredito que quando os feminismos plurais deixarem de segregar e excluir as mulheres com deficiência, o ciclo de violência começará a ser quebrado. Pois, infelizmente, este ciclo ainda é gigantesco. Basta assistir ao importante documentário: “Silenciadas: em busca de uma voz” (2020) dirigido e produzido por Flávia Pieretti Cardoso (Educadora Social e Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) que amplia a voz de apenas algumas de milhares de mulheres com deficiência que são agredidas diariamente. O documentário está no Link: <https://www.youtube.com/watch?v=xa9moW4WawY>

Os depoimentos são assustadores, revoltantes, extremamente tristes e contundentes. Um dos que mais me impressionou foi da moça que tem a mesma deficiência física que a minha *Osteogenesis Imperfecta* (falta de colágeno que proporciona a calcificação óssea). Esta moça foi estuprada por profissionais de saúde quando estava com o corpo todo engessado e sem poder se mexer em uma cama de hospital. Claro que me coloquei no lugar dela ao ouvir suas palavras, mas nunca saberei o que ela sentiu, pois não vivi a atrocidade que ela passou.

O meu lugar de fala é de uma mulher com deficiência que nunca sofreu violência. Infelizmente, eu sou uma exceção em nosso país. Além destas mulheres com deficiência que aparecem no documentário, existem muitas outras que estão completamente silenciadas, trancadas e invisíveis; principalmente, as mulheres idosas, gordas, negras, indígenas, lésbicas, trans, queer e em situação de pobreza. Elas, mesmo vivendo fora das instituições, também não conseguem ser ouvidas, e muito menos denunciar seus agressores.

São mulheres que vivem maus tratos e abusos todos os dias, principalmente por negligência. E quem está ao seu lado (que são em sua grande maioria familiares, maridos e namorados e cuidadores) se recusam a dar alimentação e medicamentos apropriados (seguindo as prescrições médicas), além de cuidados pessoais e de higiene (banho, pentear os cabelos) ou cuidados adequados a cada especificidade de sua deficiência, como por exemplo: sonda para urinar, respirador, fraldas, cadeira de rodas, bengalas, andadores, falta de comunicação adequada (Libras, audiodescrição) entre outros recursos necessários para sua sobrevivência.

Além destas negligências, os maus tratos são feitos por meio de agressões físicas, tratamento grosseiro, restrições, excesso de medicamentos (para dopar as mulheres), reclusão e cárcere privado. E os maus tratos psicológicos, ocorrem por meio de



xingamentos verbais, intimidação, isolamento social, privações emocionais; além de impedir a tomada de decisões próprias, e ameaças em relação aos familiares e amigos. Já em relação aos abusos sexuais, eles ocorrem porque a maioria das mulheres com deficiência não recebem informações ou educação sexual (como o controle de natalidade), são submetidas ao sexo indesejado, estupro, agressões, esterilização forçada. Elas também são exploradas financeiramente, quando são impedidas de dispor e decidir sobre seus recursos econômicos.

Imaginem como é terrível quando estas mulheres com deficiência não conseguem se defender? Vocês já pensaram em como fazem aquelas que não conseguem falar porque perderam a voz, usam respiradores ou têm problemas psíquicos que as paralisam no momento da agressão? Ou as que não enxergam quando o agressor pega um objeto, uma arma, ou se aproximam para bater, espancar, arremessar coisas, dar um tiro, uma facada?

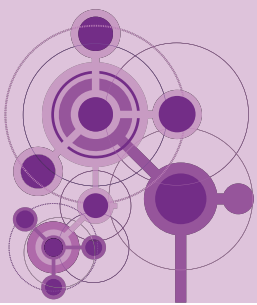
E como se defendem as mulheres com deficiência intelectual (com Síndrome de Down, espectro autista, entre outras) ou mental (problemas psíquicos diversos)? Em sua grande maioria, elas não têm recursos cognitivos e psicológicos para entender quando sofrem uma agressão, principalmente sexual. E quando as mulheres com deficiência intelectual e mental conseguem entender que foram vítimas de violência, suas famílias, amigos e a comunidade (igreja, escola, trabalho) não acreditam no que elas falam, e ainda as culpam dizendo (preconceituosamente) que o marido “faz o grande favor de cuidar delas”. Por isso, elas são as que menos conseguem fazer denúncias, pois quando saem às ruas são totalmente maltratadas, ignoradas e agredidas novamente pela polícia e por qualquer pessoa. E quando chegam aos órgãos públicos (polícia, delegacias, conselhos) não são ouvidas por falta de acessibilidade como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, por exemplo. Além disso, caso sejam ouvidas, as autoridades não acreditam no que falam por acharem preconceituosamente que estão mentindo devido à sua condição de deficiência. Casos de violência poderiam ser evitados se a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 fosse cumprida. Pois, segundo Capítulo II, Título II, Art 88 da Lei:

“É considerado crime condutas que podem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. E para as condutas relacionadas à discriminação e ao abandono de pessoa com deficiências as penas são de 6 meses a 3 anos de reclusão, e multa. A lei estabelece, ainda, que se a conduta de praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa com deficiência for realizada por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, a pena será de reclusão de 2 a 5 anos, e multa. Já para a conduta de se apropriar de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência, a pena será de reclusão de 1 a 4 anos, e multa”.

Porém, infelizmente, os órgãos de fiscalização são praticamente inexistentes no Brasil e estes crimes não são punidos!

COMO QUEBRAR O CICLO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA?

É preciso fazer um pacto efetivo de combate a violência contra mulheres com deficiência no Brasil! E este pacto precisa ser entre os governos (municipais, estaduais e federais), as instituições como: Ordem dos Advogados do Brasil, Ministérios Públicos; as organizações não-governamentais (que atendem às pessoas com deficiência); a grande mídia de massa (TVs, rádios, jornais); e as redes sociais (todas da internet). Dar visibilidade aos casos de violência contra as mulheres com deficiência é um dos pontos mais importantes e necessários para envolver a sociedade na luta contra as agressões. Afinal, cada vez que os casos aparecem na mídia, aumenta o alerta aos governos, às instituições e aos movimentos sociais para a necessidade de ações eficientes no combate às violências.



Foi exatamente isso que eu fiz em 2020, ao falar ao vivo sobre a terrível situação de violência que as mulheres com deficiência são submetidas. Foi durante a audiência pública “Violência contra vulneráveis”, realizada pela Secretaria da Mulher e pela Primeira Secretária da Câmara dos Deputados durante a “Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”. A gravação neste link: <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/1682/>

Outro ponto fundamental para unir forças no combate à violência contra as mulheres com deficiência é a necessidade urgente de participação ativa e eficiente nos movimentos feministas. As mulheres com deficiência têm necessidades específicas e formam coletivos e movimentos sociais próprios, como o Coletivo Helen Keller @coletivohelenkeller, mas não podem ficar separadas das pautas dos demais movimentos feministas, como das mulheres negras e outros. E para que esta união aconteça, as mídias que abordam conteúdos feministas precisam incluir as questões das mulheres com deficiência de forma transversal, como por exemplo, quando se fala de racismo não esquecer que mulheres negras também podem ter deficiência. Alerto também que a participação das mulheres com deficiência só será efetiva se todos os veículos de comunicação feministas respeitarem as leis de acessibilidade digital. Afinal, como as mulheres com deficiência auditiva e visual podem participar das discussões sobre violência dentro dos portais feministas, se elas não conseguem acessar os conteúdos?

Por isso, é gigantesca e urgente a necessidade de que todos os movimentos feministas de ouvir, dar acesso e incluir todas as mulheres com deficiência agora! Não podemos esperar mais um minuto para JUNTAS sermos mais fortes na luta contra o feminicídio, o machismo, a misoginia, a discriminação e o preconceito de gênero. Afinal, absolutamente todas as mulheres podem adquirir uma deficiência a qualquer momento (devido às violências, acidentes de trânsito ou em casa, entre outras situações).

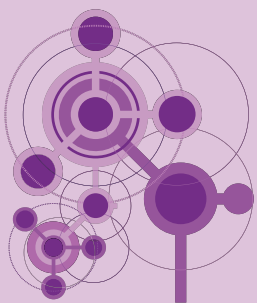
É PRECISO QUEBRAR O TABU SOBRE SEXUALIDADES MÚLTIPLAS EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Além das questões dos feminismos plurais, eu acredito ser urgente amplificar todas as vozes das pessoas com deficiências em suas múltiplas sexualidades. Por isso, comecei a pesquisar mais sobre o tema, e descobri a reportagem “Pessoas com Deficiência fazem Sexo” (maio 2015) no <https://www.sembarreiras.jor.br/> sobre o documentário espanhol dirigido por Antonio Centeno e Raúl de la Morena, chamado “Sim, nós fodemos”. O principal objetivo do filme, que contém cenas sexuais explícitas, é quebrar a visão hegemônica de infantilidade e inocência que é atribuída às pessoas com deficiência. Afinal, é urgente mostrar que estas pessoas não somente merecem ter prazer sexual, mas que podem ter corpos desejáveis e serem desejadas. O catalão, Antonio Centeno, que tem tetraplegia desde os 13 anos, devido a um acidente em uma piscina, afirma que:

“Não usamos a expressão ‘diversidade funcional’ para sermos politicamente corretos, mas porque a normalidade é uma ficção e o conceito de deficiência nos segrega. Somos o único segmento que se descreve pelo que não pode fazer. Entre as capacidades que nos são negadas está o sexo. A deficiência infantiliza. Se você não pode cuidar de si mesmo é uma criança e crianças não fazem sexo. A deficiência estigmatiza. Seus corpos são considerados incapacitados, feios, diferentes”.

E, ao ampliar a minha pesquisa, descobri o Lucca, um jovem de 17 anos, que foi diagnosticado com autismo tardiamente e pertence à comunidade LGBTQIAP+, e vai começar o curso de Psicologia em 2023. Ele resolveu falar mais abertamente sobre sua vivência como forma de quebrar um silêncio que foi imposto que não foi causado pelo autismo, mas pela desinformação e capacitismo que permeia sua vida diária. Luca escreveu em sua rede social @autie.me em 2022:

“Após anos de caça inquisidora, campos de concentrações, terapias de choque, prisões e outras formas de perseguição, a comunidade LGBTQIAP+, liderada principalmente por mulheres trans e lésbicas, revidou

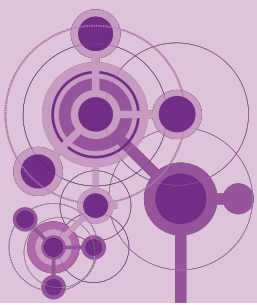


no que foi chamado de “as Rebeliões de Stonewall”, o primeiro passo no que viria a ser conhecido como “Movimentos dos Direitos Gays”. Então, de lá para cá, mudamos sufixos, ressignificados termos outrora usados ofensivamente, como “Queer”, e celebramos as conquistas de direitos através de marchas de Orgulho e, mesmo assim, ainda há muito pelo que se lutar. Isso inclui, com certa urgência, a integração de pessoas com deficiência de maneira mais acolhedora na Comunidade LGBTQIAP+. Afinal, aproximadamente 23,9% da população brasileira tem alguma deficiência, o que representa cerca de 45,6 milhões de pessoas e, dentre essas, obviamente, há quem se encaixa em pelo menos uma das letras da sigla LGBTQIAP+. Então, como será que essas pessoas são vistas e recebidas pela comunidade colorida? Eu, como autista (portanto, pessoa com deficiência), gay e não-binário, respondo: mal. Pessoas com deficiência vivenciam dois extremos dentro da comunidade Queer. Por um lado, pessoas com deficiência são fetichizadas, resumidas às suas deficiências e completamente objetificadas. Já pelo outro, são invisibilizadas, vistos como corpos que não merecem amor ou afeto, sem desejos sexuais, infantilizados e literalmente excluídos, seja socialmente, através de ciclos não-inclusivos, ou até arquitetonicamente, uma vez que muitos espaços tipicamente frequentados por pessoas da Comunidade LGBTQIAP+ acabam não se preocupando com a acessibilidade. Assim, fica clara a necessidade de reflexão acerca de onde (e em quem) as opressões de ambos os movimentos se cruzam. Afinal, se já é difícil existir sendo parte da comunidade de pessoas com deficiência ou da LGBTQIAP+ – seja por causa de repreensões morais, falta de representatividade, maior taxa de evasão escolar, dificuldade de integrar o mercado de trabalho ou, mesmo, na vida afetiva – imagine fazendo parte das duas. Por isso, a Interseccionalidade é tão importante e necessária para que, talvez um dia, seja possível que nós, pessoas com deficiência, também possamos usufruir plenamente do orgulho de ser LGBTQIAP+”

QUAIS MULHERES CABEM NOS SEUS FEMINISMOS PLURAIS?

Em 2022, eu fui Curadora Artística do Segundo Levante Feminista no Museu Vozes Diversas (@vozesdiversas), e constatei que as vozes das mulheres com deficiência ainda não são ouvidas. Destaco aqui a fala de Aline Prado (@aliny.prado.3), atriz com deficiência visual postada na internet durante o Segundo Levante Feminista:

“Participo do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e Baixa Visão, e lutamos por políticas públicas que realmente funcionem e que nos representem. Existem poucos movimentos de mulheres com deficiência e menos ainda movimentos mistos (de mulheres com e sem deficiência), que para mim seria o ideal. Acredito que todos os movimentos feministas não podem esquecer que, nós, mulheres com deficiência, somos mulheres e independente da etnia, idade, orientação sexual, posição social ou deficiências; e estamos sujeitas a violência. Só deixaremos de sermos invisíveis aos olhos de uma sociedade capacitista, quando as mulheres com deficiências se empoderar, junto com todas as mulheres, independente das nossas diferenças!”. E quando perguntada sobre se as mulheres com deficiência ainda são excluídas do feminismo, Aline afirmou: “A sociedade ainda não enxerga a mulher com deficiência com igualdades de direitos. Ainda são enxergadas como minorias que vivem à sombra de pessoas como familiares e amigos. Esta ideia errada tem que ser quebrada, pois, nós (mulheres com deficiência) temos vida própria, vontades, resistência; e não precisamos que alguém fale em nosso nome! Exatamente por isso, que os movimentos feministas precisam ter mulheres com deficiência dentro deles! E ocupando cargos de liderança! Com lugar de fala e opinião própria! Todos os aplicativos, sites, canais de vídeo e áudio, telefones e formas de fazer denúncias, como delegacias para mulheres, precisam urgentemente ser completamente acessíveis para todas as mulheres com deficiência!”



Atualmente, Aline desenvolve a segunda célula do espetáculo: “MARIAS, UM GRITO NO ESCURO”, que aborda o universo feminino a partir da perspectiva da mulher com cegueira, além de temas relacionados ao capacitismo, protagonismo, desafios e liberdades das mulheres com deficiência. Uma parte do espetáculo no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdV63Ct253w>.

COMO SERMOS ALIADAS E ALIADOS DO FEMINISMO DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA?

Durante minhas pesquisas para escrever o meu depoimento, encontrei as importantes palavras do Coletivo Feminista Helen Keller escritas no “Guia Mulheres com Deficiência - Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania” (maio de 2020):

“Nossas questões, enquanto mulheres com deficiência, não são separadas das lutas feministas. Por isso, salientamos a necessidade de compreender que a deficiência, assim como gênero, raça/etnia, geração, sexualidade e classe, nos submete a discriminações que acentuam violações de direitos. Portanto, precisamos de aliadas para o enfrentamento do capacitismo e do machismo, pois a desconstrução destas estruturas excludentes, presentes em todos os espaços da sociedade, se faz urgente”.

Para conhecer o “Guia Mulheres com Deficiência - Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania” entre no link:

<https://jornalistainclusivo.com/wp-content/uploads/2020/10/Guia-Feminista-Helen-Keller.pdf>

E para você - pessoa sem deficiência - ser aliada e/ou aliado dos Feminismos das Mulheres com Deficiência, o Coletivo Helen Keller dá as dicas que foram originalmente publicadas em 2022 no <https://www.instagram.com/coletivohelenkeller/>:

1. Reconheça seus privilégios enquanto mulher que não vivencia a deficiência;
2. Apoie o protagonismo, há muitas mulheres com deficiência protagonistas na luta, mas raramente elas encontram espaço para trazer suas pautas;
3. Reflita sobre suas atitudes capacitistas;
4. Lembre-se da acessibilidade em seus eventos, reuniões, redes sociais, em tudo! Vamos juntas construir uma cultura de acesso;
5. Fale sobre deficiência, pois não é uma “obrigação” só nossa, mas quando for falar, lembre-se de nos convidar. Afinal: “Nada sobre nós, sem nós”;
6. Amplie a voz da mulher com deficiência e não desvalide o que ela diz;
7. Firmar alianças com o movimento das mulheres com deficiência, assim como precisamos de aliadas e aliados, também queremos nos tornar aliadas na sua luta;
8. Nós, mulheres com deficiência, estamos fazendo nossa parte para alcançarmos maior visibilidade sobre nossas pautas. Mas também precisamos de muitas aliadas e muitos aliados. Podemos contar com você?



Para se engajar mais sobre Feminismo das Mulheres com Deficiência, assista aos vídeos da Campanha: “Pela vida de todas elas”: <https://pelavidadetodaselas.org.br/sobre-nos/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu tenho ótimas recordações de cada seminário em que realizei coberturas jornalísticas, entrevistas que fiz, reportagens de denúncia que escrevi e, principalmente as palavras que falei em minhas palestras e vídeos sobre como é estar VIVA em um país que insiste em tentar apagar a existência da condição mais natural de todos os seres humanos: a deficiência. Pois, somente em uma sociedade verdadeiramente inclusiva, com respeito a todas as interseccionalidades é que não será mais necessário falar sobre acessibilidade voltada somente para pessoas com deficiência, afinal como disse Bader Burihan Sawaia (Doutora em psicologia social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2010):

“Exclusão não é um estado que uns possuem, outros não. Não há exclusão em contraposição à inclusão. Ambos fazem parte de um mesmo processo – “o de inclusão pela exclusão” – face moderna do processo de exploração e dominação. O excluído não está à margem da sociedade, ele participa dela, e mais, a repõe e a sustenta, mas sofre muito, pois é incluído até pela humilhação e pela negação de humanidade, mesmo que partilhe de direitos sociais no plano legal. A inclusão pela humilhação se objetiva das mais variadas formas, desde a inclusão pelo “exótico” até a inclusão pela “piedade” (personagem coitadinho) e não tem uma única causa. O estigma de ser uma pessoa com deficiência se interpenetra com outras determinações sociais como classe, gênero, etnia e a capacidade de auto diferenciação dos indivíduos, configurando variadas estratégias de objetivação da reificação das diferenças”.

E para finalizar este meu depoimento, completo a brilhante citação da Dra.Bader, com um trecho do texto “Não quero ser tolerada! Exijo respeito!” que eu escrevi e gravei em vídeo acessível:

“Ninguém tem a obrigação de me aceitar, muito menos de me tolerar. Todos podem desejar que eu morra ou que viva bem longe. Sugiro que gritem bem alto embaixo do chuveiro ou entre os seus travesseiros para que ninguém ouça. Por que da porta pra fora do seu quarto, você vive em SOCIEDADE e eu FAÇO PARTE DELA!! Você tem a OBRIGAÇÃO LEGAL de me RESPEITAR!! Você não precisa me INCLUIR em nada porque eu JÁ FAÇO PARTE DA MESMA SOCIEDADE QUE A SUA!!”

Assistam o vídeo completo no link: https://www.instagram.com/tv/CXBXT4mgTd_

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Jacqueline. *Transformar-se para transformar. Como aperfeiçoar o presente, repensar o passado e construir para um futuro melhor*. São Paulo. Edição da autora. 2021.

Campbell, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness*. London, Palgrave Macmillan, 2009

CENTENO, Antonio e DE LA MORENA, Raúl. Documentário espanhol “Sim, nós fodemos” (Link: <https://vimeo.com/123177395> - acessado em 19/10/22)



CERTEZA, Leandra Migotto. *Poema Viva o Corpo Diverso*. Museu das Vozes. https://www.instagram.com/tv/COOArtLrNIY/?utm_source=ig_web_copy_link (acessado em 19/10/22)

DOREA, Guga. *Síndrome de Down como você nunca viu - Relato de um pai educador*. São Paulo. Editora Nelpa. 2022.

HUMAN Rights Watch. *“Eles ficam até morrer” Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil*”, 2018 (ISBN: 978-1-6231-36086). <https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318010> (acessado em 19/10/22)

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2018*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf> (acessado em 19/10/22).

LACERDA, Teixeira Léia; PINTO, Leda Maria; CARDOSO, Pieretti Flávia. *Memória Discursiva sobre a Violência de Gênero na Voz de Mulheres com Deficiência*. Curitiba. Brazil Publishing, 2021.

LOBO, Ferreira Lilia. *Os infames da história. Pobres, escravos, deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro. Lamparina FAPERJ, 2009.

NUNES, Jô; LODDI, Cristina. *Mãe Coragem - Convivendo com a Síndrome de Williams*. São Paulo. Scortecci Editora. 2014.

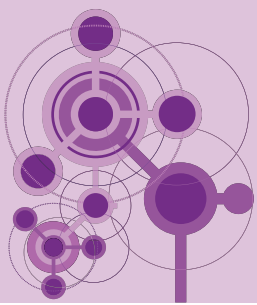
OMS - Organização Mundial da Saúde. *“Relatório Mundial sobre a Deficiência”* (2011) (http://www.iea.usp.br/eventos/documentos/9788564047020_por.pdf/view - Acessado 19/10/22)

SATOW Suely. *Paralisado cerebral: construção da identidade na exclusão*. 3ª Edição Revista e Ampliada. Taubaté - SP. Cabral Editora e Livraria Universitária, 2010.

TEIXEIRA, Lelei. *E fomos ser guache na vida*. Porto Alegre. Publicato Editora. 2020.

TV Cultura. Entrevista de Izabel Major ao programa *Café Filosófico* da TV Cultura, São Paulo, 2015. (<https://vimeo.com/137872442> - Acessado em 19/10/22)

Artigo recebido em 14/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.



Maternidad, trabajo y cuidados en el contexto de la pandemia del COVID-19

Maternidade, trabalho e cuidados no contexto da pandemia de covid-19

Maternity, work and care in the context of covid-19 pandemic



Sheila Prado Saraiva

- Máster Universitario en Cultura de Paz, Conflictos, Educación y Derechos Humanos, con investigación en Género y Paz, por la Universidad de Córdoba (UCO), España.
- Posgrado en Gestión Estratégica de la Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas por la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP).
- Licenciada en Comunicación Social con énfasis en Relaciones Públicas por la ECA-USP.
- Autora del estudio *Madres en cuarentena: una mirada hacia los desafíos del aislamiento social, a partir de las experiencias de las madres en teletrabajo, durante la pandemia de la COVID-19* (Córdoba, 2021).
- Consultora en Transformación Social, Género y Migración.
- E-mail: sheila_saraiva@yahoo.com.br



RESUMEN

La experiencia colectiva, global y simultánea de la pandemia del COVID-19 ha puesto en evidencia, entre otras cosas, las desigualdades relacionadas a los trabajos de cuidados, así como los desafíos de conciliar maternidad y vida laboral y sus impactos en la igualdad de género. Con base en la vivencia personal durante la pandemia, la escucha de mujeres madres dio como resultado el estudio *Madres en cuarentena* (2021) y en diálogos posteriores sobre esta pauta. Ese testimonio presenta algunas inquietudes y reflexiones sobre la tríade maternidad-trabajo-cuidados.

PALABRAS CLAVE: MATERNIDAD Y TRABAJO • TRABAJO DE CUIDADOS • IGUALDAD DE GÉNERO • MUJERES • COVID-19.

RESUMO

A experiência coletiva, global e simultânea da pandemia de covid-19 destacou, entre outras coisas, as desigualdades relacionadas ao trabalho de cuidado, bem como os desafios de conciliar maternidade e vida profissional e seus impactos na igualdade de gênero. Com base na experiência pessoal durante a pandemia, a escuta de mulheres mães resultou no estudo *Mães na quarentena* (2021) e nos diálogos posteriores sobre esta pauta. Este depoimento apresenta algumas indagações e reflexões sobre a tríade maternidade-trabalho-cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: MATERNIDADE E TRABALHO • CUIDADOS • IGUALDADE DE GÊNERO • MULHERES • COVID-19.

ABSTRACT

The collective, global and simultaneous experience of the Covid-19 pandemic has highlighted, among other things, the inequalities related to care work, as well as the challenges of reconciling maternity and working life and its impacts on gender equality. Based on personal experience during the pandemic, the process of hearing women gave as a result the study *Madres en cuarentena* (2021) and subsequent dialogues about this theme. This testimony presents some concerns and reflections on the triad of maternity-work-care.

KEYWORDS: MATERNITY AND WORK • CARE • GENDER EQUALITY • WOMEN • COVID-19.



INTRODUCCIÓN

En marzo de 2020 la Organización Mundial de la Salud (OMS) declaró al COVID-19 como una pandemia. En pocos días, como efecto dominó las restricciones de circulación, recomendaciones de salud, de seguridad y el cierre de fronteras ya habían dejado a las personas encerradas en sus casas o provocado limitaciones parciales de tránsito. Un cambio totalmente inesperado e imprevisible, que nos obligó a una inmediata reorganización del cotidiano; sobre todo en los hogares, que para muchos se convirtieron en el escenario principal tras el cierre de escuelas, en un espacio seguro frente al caos externo y lugar de trabajo intensivo en triple jornada, ya sea para quienes han tenido el privilegio del teletrabajo o para quienes se han visto obligadas a desplazarse para cuidar a otras familias.

Vivíamos un gran “experimento” global, colectivo y simultáneo que ha ampliado el foco hacia diferentes fenómenos sociales, desigualdades, deficiencias estructurales y hacia nuestra fragilidad humana. La vida pasó a reivindicar su lugar de forma urgente en los hospitales y centros de salud, pero también dentro de nuestros hogares. Aquello que era invisible y relegado a las márgenes, se convirtió en algo enorme, complejo, sofocante y, en fin, prioritario: el cuidar.

Durante un tiempo, a depender del contexto, el cuidar en sus múltiples formas ha dado el tono de nuestro andar como sociedad, ya sea por las medidas, políticas públicas y adaptaciones privadas de última hora para garantizar la seguridad sanitaria y viabilizar la operación de los cuidados o por su notable ausencia, ahogando aún más las mujeres en el mar de quehaceres.

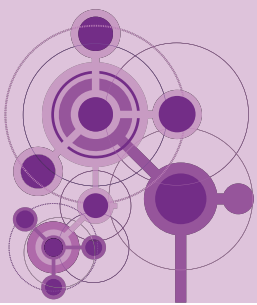
En medio a la primera ola de la crisis sanitaria, en abril de 2020, noto en mi entorno el desafío que estábamos viviendo: confinadas, intentábamos ejercer los trabajos considerados productivos, los de cuidados con el hogar y con los hijos e hijas de forma simultánea, en el mismo espacio y tiempo, sin red de apoyo, con el constante entrecruce de los papeles, aumento de la sobrecarga y el desafío de gestionar el bienestar físico y emocional propio y de la familia, así como la ansiedad por todo lo que estaba sucediendo.

Es a partir de allí que mis dos amigas madres¹ con hijos menores de 5 años y yo ponemos en marcha el estudio *Madres en cuarentena: una mirada hacia los desafíos del aislamiento social a partir de las experiencias de las madres en teletrabajo durante la pandemia de COVID-19* (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021), que escuchó a casi doscientas² mujeres en Brasil y en España, y se ha desdoblado en otros diálogos e iniciativas en estos países.

El estudio ha sido realizado de forma independiente, colaborativa y no académica, con enfoque prioritario en escuchar a las mujeres madres en tiempo real durante el aislamiento, intercambiar nuestros “sentires” y, desde nuestra propia experiencia materna en aquel momento para comprender de forma conjunta la problemática de los trabajos de cuidados,

1 La versión brasileña del estudio *Madres en cuarentena* ha sido desarrollada de mayo a diciembre de 2020 por Sheila Prado Saraiva, profesional autónoma migrante y madre de Milo, con entonces 20 meses, y en coautoría con Marcia Alexandre, trabajadora por cuenta ajena, madre solo y con un hijo de 5 años, y con Carolina de Jongh, emprendedora autónoma con proyectos relacionados al empoderamiento femenino y madre de dos hijos pequeños, con 2 y 3 años de edad. Posteriormente, el estudio ha sido lanzado en España, con ampliación del contenido, nuevos análisis y adaptaciones al contexto local, con autoría de Sheila Prado Saraiva y Carolina de Jongh, y apoyo de la Delegación de Igualdad del Ayuntamiento de Córdoba y en el marco del Pacto de Estado contra la Violencia de Género del Ministerio de Igualdad.

2 El estudio *Madres en cuarentena* escuchó a 199 mujeres vía cuestionario. Un 70% de ellas tenían entre 36 y 45 años, siendo el 26% de familias monoparentales y, en total, ellas eran las principales responsables del cuidado de 230 niñas y niños durante la pandemia. En los talleres presenciales y online, más de una centena de mujeres han participado, y se destacan el aspecto intergeneracional y la fuerte presencia de mujeres migrantes (alrededor de un 25% en cada actividad presencial en España).



de la conciliación³ y la salud emocional de las mujeres, buscar caminos y dar visibilidad a otros seguimientos de la sociedad sobre lo que estaba pasando.

Cabe señalar además que este pequeño equipo de mujeres que desarrolló un estudio entre ollas y pantallas estuvo separado por un océano: ellas en Brasil y yo en España, donde vivo desde hace nueve años y trabajo como profesional autónoma bajo la etiqueta "triple M" (mujer, madre y migrante), un término comúnmente usado para referirse a la interseccionalidad de las experiencias de mujeres no autóctonas.

A partir del lanzamiento del estudio y visibilidad de la pauta maternidad, cuidados y trabajo, tuve la oportunidad de conducir en España, entre 2021 y 2022, cerca de treinta actividades⁴, como talleres, ruedas de diálogo y charlas dirigidas en su mayoría a mujeres, sobre temas como género y comunicación, violencias de género, mujeres y migración, participación ciudadana de mujeres, maternidad y trabajo, empleo, emprendimiento, empoderamiento femenino, transformación social, saberes femeninos y feministas.

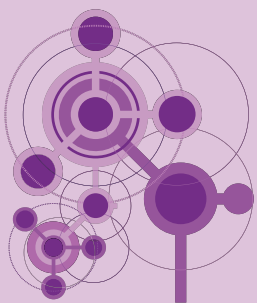
Me llamó la atención que a cada encuentro con mujeres, invariablemente, surgían debates relacionados a los cuidados, la maternidad y el rol de los varones. Curiosamente, no eran talleres solo para "mujeres madres", todo lo contrario. En el contexto español, las actividades suelen tener un componente intergeneracional e intercultural fuerte. Es decir, con frecuencia había en el mismo grupo de debate mujeres muy jóvenes, recién salidas de la escuela secundaria, jóvenes profesionales, madres con hijos en diferentes edades, mujeres que no son madres, mujeres jubiladas con histórico de participación ciudadana y en los movimientos feministas, mujeres que se dedican al hogar, lo que se puede destacar un alrededor del 25% de mujeres de origen inmigrante a cada actividad.

Las conclusiones de esos debates suelen ser parecidas: "Nosotras ya estamos cambiando, estamos más conscientes de nuestros derechos, de las desigualdades y de las violencias, pero necesitamos que ellos también se conciencien y cambien. Sin eso no hay transformación posible". Este "ellos" se refiere a los hombres de su comunidad: parejas, amigos, hijos varones, familiares, jefes, compañeros de trabajo, políticos, gestores públicos, etc. Aunque esos cambios se refieren a pautas más amplias, el recorte que hago aquí se refiere a lo manifestado, sobre todo al desequilibrio en la distribución de las tareas del hogar y de la crianza (avalado por numerosos estudios), a la poca valoración, desconocimiento y desinterés en comprender el impacto de todo eso en la vida de las mujeres y niñas.

Es a partir de la suma de esas experiencias, la personal y la profesional, sobre todo en la escucha de mujeres, que se desarrolla este testimonio. Una mezcla de aprendizajes teóricos y empíricos sobre la tríade "maternidad-trabajo-cuidados", modelos patriarcales y economía de los cuidados, que suceden inicialmente en el marco del desarrollo del estudio *Madres en cuarentena* y siguen en mi experiencia profesional en proyectos con perspectiva de género dirigidos a mujeres, posteriores al periodo de confinamiento.

3 Los términos "conciliación" y "corresponsabilidad" son ampliamente utilizados en España, en el marco jurídico-normativo, académico, pero también en las conversaciones cotidianas. Según el Instituto de las Mujeres, organismo vinculado al Ministerio e Igualdad del Gobierno de España, conciliación se refiere a "la posibilidad de que las personas trabajadoras hagan compatibles, por un lado, la faceta laboral y, por el otro, la personal en el sentido más amplio posible, incluyendo tanto las necesidades familiares como las personales e individuales, la gestión del ocio, etc.". Por su vez, la corresponsabilidad "hace alusión, precisamente, a que los hombres reduzcan su absentismo en el ámbito doméstico, se responsabilicen de las tareas domésticas, del cuidado y atención de hijas e hijos, ascendientes u otras personas dependientes" (Instituto de las Mujeres, 2015, p.4).

4 Entre 2020 y 2022 he facilitado cerca de treinta actividades con enfoque de género: dos encuentros online realizados con el Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidad Social, de Brasil, dirigido a empresas, con 40 y 115 participaciones, respectivamente. La segunda actividad fue una serie de nueve talleres para la Delegación de Igualdad del Ayuntamiento de Córdoba en el marco del Pacto contra la Violencia de Género. Además, 12 talleres realizados para la Cruz Roja Española; 6 talleres para la Escuela de Participación Ciudadana en el Programa Generando Encuentro; 1 Taller para el Foro de Mujeres Empresarias y Profesionales de Córdoba; El Taller #Juntas: femenino y feminismos, y Género y Comunicación realizados por Eco.Laborativa; 1 Taller sobre perspectiva de género en la acogida de personas migrantes y refugiadas; 2 Encuentros Laboratorios con Madres en el Proyecto Madres en Cuarentena.



De modo general, a pesar de contextos socioeconómicos, culturales y políticos distintos, las mujeres brasileñas y españolas escuchadas durante el aislamiento social observaron cambios internos significativos en sí mismas y, fundamentalmente, anhelan ver cambios colectivos en la sociedad en un mundo postpandémico en lo que se refiere al mercado de trabajo, a los trabajos de cuidados, la parentalidad, la corresponsabilidad, el maternar, la importancia dada a la infancia y a la vida en la sociedad (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021).

Para eso, se necesitan medidas políticas y económicas con la perspectiva feminista e interseccional que consideren la condición de niños, niñas, sus progenitores y cuidadores, que dejen de penalizar la maternidad, así como un cambio profundo de la cultura y de las estructuras patriarcales.

Por otra parte, a pesar de la diversidad de contextos y perfiles, las mujeres se sienten más preocupadas por otras mujeres y con las desigualdades, reconocen el privilegio de poder haber estado en casa y cerca de la familia durante el caos pandémico y se sienten agradecidas por eso (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021).

EL MATERNAR POLÍTICO

Cuando empezó la pandemia, yo ya estaba relativamente acostumbrada a la ausencia de red de apoyo cercana. Con la llegada de mi hijo, me di cuenta rápidamente de cómo la maternidad migrante podría llegar a ser solitaria y desacompañada estando a miles de kilómetros de distancia de mi madre, hermana, primas y amigas de toda la vida – enfatizo aquí a las mujeres por el soporte a la distancia en esta pauta. Está claro que puede pasar lo mismo a mujeres autóctonas y madres solteras, pero la decodificación cultural, la eliminación de procedimientos burocráticos y quizás las distancias geográficas más cortas en sí mismas pueden ser una ventaja.

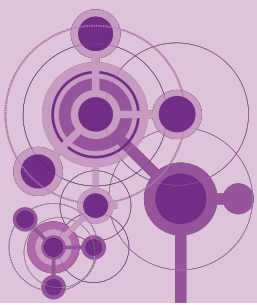
Tuve la suerte de contar con un compañero que se hizo presente, interesado, participe y corresponsable de forma afectuosa, buscando la mejor conciliación posible y aun así los desafíos estaban y siguen allí. Asimismo, reconocemos y hablamos en diferentes momentos de la asimetría de impactos en la vida de la mujer y del hombre tras el nacimiento de un hijo.

Pero de la tal tribu⁵ necesaria para educar a los niños en lo cotidiano apenas había señales en el entorno. En ese punto, hay dos grandes aprendizajes: la importancia de las mujeres en nuestras vidas, sea por los conocimientos que se transmiten de unas a otras, por los pequeños actos de generosidad que alivian la sobrecarga o por las conversaciones profundas, llenas de empatía y sororidad; el segundo aprendizaje me ha enseñado que las relaciones sociales, la vinculación y la percepción de cercanía en el extranjero pueden llegar a ser muy distintas de lo que vivencias en tu cultura de origen. Hablo desde mi experiencia personal pero también desde el acompañamiento de mujeres migrantes embarazadas o en proceso de crianza y que comparten sentimientos semejantes.

A pesar de haber trabajado una década en proyectos sociales enfocados en mujeres y haber empezado los estudios e investigaciones sobre género, feminismos y migración en 2013, cuando llegué a España, es solamente con la maternidad que pude asentarme en mis reflexiones, de forma más clara, e interiorizar los entendimientos sobre el significado y los desafíos de ser mujer en este mundo. Es cuando, parafraseando a Simone de Beauvoir, “llego a ser mujer, madre y migrante”⁶. Tengo la

5 La cita hace referencia al proverbio africano “hace falta una aldea para educar a un niño”, que enfatiza el sentido de comunidad y la responsabilidad colectiva con la infancia. Hoy día, en España, con frecuencia en el entorno materno se utiliza la expresión “tribu” para mencionar la existencia o no de esa red de apoyo comunitaria.

6 Se refiere a la frase “no se nace mujer, se llega a serlo”, del libro *El segundo sexo*, de la escritora feminista Simone de Beauvoir, la cual hace una reflexión sobre la construcción cultural de género.



sensación de que, hasta este punto de inflexión, mi entendimiento feminista era parcial, teórico y probablemente omiso con relación a la realidad de las mujeres madres –además, estaba “bien adaptada” a los modelos masculinos impuestos en el mundo laboral. La economía de los cuidados era un solo un concepto, y las políticas públicas para la conciliación y la corresponsabilidad estaban fuera de mi repertorio.

A raíz de mi embarazo, empecé a leer sobre el tema, participar de grupos virtuales de debate y actividades sobre esas pautas. Es de ahí en adelante que percibo un cambio de mirada hacia mí misma y hacia mi entorno y puedo reconocer mi maternar político en las ganas de comprender de forma más profundizada las entrelíneas de la maternidad, sus diversidades y desigualdades, sus implicaciones, reivindicaciones, la influencia de la cultura patriarcal y todo lo que nunca se me había dicho sobre ser madre.

Es ese interés que nutre mi observación hacia las mujeres en el inicio de la pandemia del COVID-19 y empieza a generar diálogos cortos por las redes sociales, a partir de una pregunta tan sencilla como genuina: “¿Cómo estás?”. Las muchas respuestas breves pero significativas señalizan a la vez la falta de tiempo y la necesidad de compartir. Definitivamente, algo no estaba bien. Y éramos muchas.

En el primer día de mayo de 2020, el simbólico “día del trabajo”, tras publicar una foto amamantando a mi hijo mientras trabajaba y un pequeño texto con la pregunta: “Y para ti, ¿cuáles son los impactos de la cuarentena para las madres que están trabajando?”, empecé a recibir mensajes de amigas y conocidas que contaban su situación personal. Eran muchos los sentimientos encontrados entre todas. No podía quedarme indiferente.

En una de esas conversaciones con Marcia Alexandre, pensamos en llevar esa pregunta a un grupo mayor de mujeres de nuestro entorno y preparamos un cuestionario de escucha que permitiría entender lo que estaba sucediendo en las casas en tres dimensiones: economía de los cuidados, salud emocional de las mujeres y maternidad y trabajo. Al lanzarlo en nuestras redes sociales personales, nos sorprendieron más de un centenar de respuestas en pocos días. Sentimos que las mujeres necesitan hablar sobre esas dimensiones y que veían en el proyecto un espacio de escucha. De allí ya no había vuelta atrás, era el momento de hablar públicamente sobre el tema.

LA EXPERIENCIA DE ESCUCHA DE LAS MUJERES MADRES DURANTE LA PANDEMIA

Era abril de 2020 y tras un mes de confinamiento, mi pequeño núcleo familiar y yo –mi pareja y mi hijo con 20 meses– estábamos encerrados y cumpliendo rigurosamente las reglas implementadas durante la primera ola del COVID-19 en España, en el llamado “Estado de Alarma”⁷.

Entre las medidas estaban la suspensión de las actividades laborales y escolares presenciales, la limitación de circulación y permanencia en las calles, la restricción de visitas familiares con excepción a los casos justificados, etc. Básicamente era posible ir a los supermercados, farmacias y a algunas tiendas de carácter esencial, manteniendo la distancia de seguridad indicada y el tiempo justo para lo que se debía hacer. De modo general, las calles estaban desiertas, la mayoría de las personas seguían estrictamente las reglas y el control policial afuera lo reforzaba.

⁷ El Estado de Alarma, Excepción y Sitio, dispuesto en la Ley Orgánica 4/1981, de 1 de junio, art.4.º de España, es, según la definición de la Real Academia Española: una situación extraordinaria que declara el Consejo de Ministros cuando se produce una alteración grave de la normalidad por causa de catástrofes, calamidades, desgracias públicas, crisis sanitarias, paralización de los servicios públicos esenciales o desabastecimiento de productos de primera necesidad (España, 1981). La declaración oficial en la íntegra, según el Real Decreto 463/2020, de 14 de marzo, puede ser consultada en: España (2020). Otras medidas, así como fechas de las prórrogas de Estado de Alarma durante la pandemia del COVID-19, están indicadas en: Estados de alarma, excepción y sitio en España (2022).



En mi casa, salíamos apenas a cada 10 o 15 días para comprar comida y nada más. El restante del tiempo buscábamos coordinarnos en las tareas, en los cuidados, tiempo de trabajo o con actividades online y poco más. Hemos tenido claro desde el primer momento el contexto privilegiado en que estábamos. Permitirnos estar confinados y en seguridad, trabajar desde allí, estar los tres juntos y con buena salud, poder adquirir lo que necesitábamos significaba mucho. Además, estábamos en un panorama particularmente favorable, recién llegados de viaje, sorprendidos en medio del camino por la pandemia. Mi compañero, quien es profesor, se había puesto como inactivo en el último ciclo escolar, facilitando la conciliación hasta el final de la primera ola, en junio de 2022.

En medio a eso, yo intentaba retomar lo que era posible de mi vida laboral. Como profesional autónoma, lidiaba con la readaptación al mercado postmaternidad, con los desafíos de conciliación, con la reducción de proyectos por la pandemia y con el contexto migratorio que solía suponer un obstáculo en la búsqueda por trabajo, además, estaba repleto de "trámites y límites"⁸ que generaban aún más incertidumbre. Empezaba también a sentir los efectos de la convivencia a "24x7", de la lactancia a libre demanda, del sueño irregular y del acúmulo de tareas, que dificultaban la concentración y periodos de trabajo de más de una hora sin interrupciones.

Al empezar la escucha de otras mujeres, me doy cuenta de que, prácticamente todas, enfrentábamos algún tipo de desafío laboral, de conciliación y/o corresponsabilidad en aquel momento. Un problema antes invisible y que empezaba a tener algún eco por la coyuntura global. En España, un 22% de las madres habían tenido que renunciar en 2020 al trabajo para cuidar a sus hijos⁹. En Brasil, más de 7 millones de mujeres habían perdido sus empleos a raíz de la pandemia solo en el mes de marzo de 2020¹⁰.

Así, las escuchas me mostraron muchos casos de mujeres madres que buscaban empleo y ya no tenían esperanza de encontrarlo durante la pandemia. Las que tenían empleo y estaban sufriendo presión para producir más de lo que conseguían; las que perdieron el empleo con la crisis sanitaria; las que empezaban a emprender en sus casas para poder conciliar y han tenido que cerrar o enfrentarse a una caída importante de trabajo y renta; las que solo conseguían trabajar de modo informal o esporádicamente por la conciliación y tantas otras que trabajaban o buscaban empleo ahora con sus críos en el regazo, literalmente.

Como consecuencia, además de ahogar las oportunidades laborales para las mujeres, la crisis les había comprometido la autonomía, la independencia y limitado su poder de decisión, generando más desigualdades, estrés y vulnerabilidad, pero también asimetrías importantes de poder y conflictos en las parejas. En suma, el impacto en la salud mental y emocional ha sido anunciado por estudios y medios de comunicación, con aumentos de síndrome de Burnout, crisis de ansiedad y somatizaciones diversas (2021).

Lo que era notable más allá de la pandemia es que la mayoría de las mujeres mencionaba el intento, tras la maternidad, de encontrar alternativas al formato tradicional de trabajo. Buscaban reinventarse personal y profesionalmente porque ya no cabían en el mercado laboral como antes. Su nueva condición, las tareas de cuidado y también el deseo de tener más tiempo con sus hijas e hijos no estaban contempladas en la organización social, en los empleos, tampoco en las políticas públicas.

8 Expresión que utilizamos en mi entorno español para referirse a la burocracia, obstáculos y diferencias de oportunidad que se observan en lo cotidiano de las personas extranjeras no comunitarias y las autóctonas.

9 El dato es de la encuesta realizada en 2020 por la asociación española Malas Madres, muy conocida por abordar en las redes sociales las pautas de la maternidad, conciliación y corresponsabilidad. El resultado y los desafíos encontrados han llevado a la creación de la campaña: "Yo no renuncio", que pretendía dar visibilidad a lo que estaba sucediendo con las madres trabajadoras a raíz de la pandemia. Diferentes medios de comunicación han hecho eco de la campaña, que puede ser consultada en: (Gea, 2021).

10 Estos datos han sido difundidos por diferentes medios de comunicación en Brasil: Agência O Globo (2020).



Las dudas se me acumulaban: ¿Cómo es posible que las mujeres ya no quepan en el mercado laboral después de convertirse en madres?, ¿Por qué tenemos nosotras que “apretarnos” para entrar en contextos que no están diseñados considerando los cuidados y la maternidad, algo tan intrínseco a la existencia de la humanidad? ¿Qué medidas son necesarias para solucionar ese descompaso?

La pandemia me había intensificado esa insatisfacción y el deseo de ver cambios en el mundo laboral, pero ese deseo ya estaba allí en la práctica – con o sin pandemia– eran ellas, las madres, que tenían desde hace décadas que adaptarse a las condiciones del mercado, a la falta de flexibilidad y a trabajar como si no tuvieran hijos por sueldos más bajos, con desventajas y prejuicios en su entorno.

Eran muchas las historias, diferentes pero iguales, tanto en Brasil como en España. Del embarazo al proceso de crianza, el entorno laboral y las condiciones empeoraban para la mujer, con o sin crisis sanitaria. Los números reflejan eso. En Brasil, se estima que un 50% de las madres son despedidas hasta dos años después de la baja por maternidad (Dolce, 2017). En España, un 82% de las madres afirman haber sido víctimas de discriminación en el trabajo en forma de *mobbing* materno, que se refiere al:

acoso laboral sistemático por razón de sexo indisolublemente unido a la condición de la maternidad, ya sea potencial o existente, con consecuencias físicas y psicológicas que afectan especialmente a la mujer embarazada, pero también tiene repercusión durante la lactancia o cuando se tiene hijos en edad preescolar.

El objetivo principal no es la eliminación ni la destrucción de la víctima, [...] [sino dar ejemplo], es decir, con el acoso a [la] mujer embarazada quiere que todas las demás mujeres de la empresa sepan lo que pueden esperar si cometen el error de quedarse embarazadas y no se atrevan a hacerlo. (Peña Gallo, 2016, p.8)

Lo que hace el contexto pandémico es “apretar las tuercas” a todo eso, imponiendo además la realización del trabajo remunerado y el trabajo de cuidados de forma simultánea, en el mismo espacio y, en general, con poca empatía y proposiciones por parte de organizaciones empleadoras, equipos de trabajo y poder público.

Asimismo, quedaba más evidente, para mí, la intencionalidad e instrumentalización de la maternidad hecha por un sistema que la necesita y, a la vez, la oprime. También me parecía incompatible que organizaciones que apoyaban la Agenda 2030, el Objetivo de Desarrollo Sostenible (ODS) 5 de Igualdad de Género, y que contaban con planes de sostenibilidad “consistentes” demostraran descaso con sus trabajadoras o desinterés en debatir la maternidad y la parentalidad en ámbito laboral. ¿Sería posible el desarrollo sostenible sin las madres y la infancia? ¿Qué empresa puede proclamarse “sostenible” cuando echa a las trabajadoras –pero no trabajadores– por la condición de tener hijos? Incluyo echan la presión para que se vayan.

Las participantes del estudio y de los talleres destacaban la dificultad de abordar el tema, de hablar sobre eso con personas del trabajo o familiares, pues se entiende que eso es quejarse. Y ¿cómo puede una madre quejarse de cuidar a su casa y sus hijos o llevar ese tema al contexto laboral? Esto es un tabú, pues como nos recuerda Lagarde y de los Ríos (2003), el afecto es la retribución social estimada para la dedicación al hogar: ¡Eso no es trabajo!

Las mujeres enfatizaban también que, de modo general, no reclaman de la maternidad o de sus hijas e hijos, sino de las condiciones para materner, algo que los movimientos de maternidad feminista reverberan con frecuencia. Si en el cotidiano normal ya no lo tenían fácil, en el día a día de la pandemia se hizo extenuante.

De repente, las escuchas empezaban a convertirse en diálogo y de allí en una especie de laboratorio social. Así, vía intercambios, redes sociales, WhatsApp y encuentros, aprendíamos, reflexionábamos, sentíamos y proponíamos juntas.



Para muchas, las semanas seguidas en asilamiento social han abierto flecos para que reflexionaran por primera vez sobre el volumen del trabajo de cuidados de lo cual son responsables diariamente, sobre la desigualdad de distribución de las tareas en el hogar y sobre la asimetría de la condición laboral de hombres y mujeres. Y esa oportunidad de reflexión crítica era en sí una muy buena noticia. Una cosa es leer un periódico sobre las brechas de género y otra bien diferente es pasar semanas en el “laboratorio-hogar” siendo, a la vez, el conejito de las indias y la persona investigadora de esa realidad.

Al compartir sus experiencias, dudas y reflexiones, las mujeres sentían que no estaban solas –¡ni locas!– y quizás ese haya sido uno de los mejores resultados de ese proceso. Fue posible notar que de mayo a noviembre de 2020, aquellas mujeres que se consideraban poco productivas al no conseguir llegar a todo y sentían el desempeño bajar en el trabajo remunerado, culpándose por eso, empezaban a darse cuenta de algo muy relevante a lo largo de la experiencia de relato y diálogo entre mujeres: no eran ellas quienes estaban fallando, sino un sistema entero, que incluía sus empleos, la estructura social, política y económica, que había pasado por alto de las necesidades intrínsecas de la maternidad, de los cuidados y de la infancia. Percibían que no se trataba de cuestión individual, sino colectiva y social como debería ser.

En referencia a eso, en el estudio *Madres en cuarentena* las mujeres apuntaron un aumento del sentido crítico, del interés por las pautas feministas, de la preocupación por otras mujeres y por los desafíos sociales colectivos, de la conexión con grupos de mujeres en el periodo de la pandemia. Por un lado, un 60% de las mujeres indicaban que se sentían solas y con dificultades de hablar sobre eso con su entorno. Por otro, un 84% mencionan lo importante que fue hablar con otras mujeres para compartir dificultades y sentimientos durante el periodo. Más adelante en el mismo documento, las mujeres apuntaron un aumento de la concientización sobre propio valor y de su capacidad, el fomento de la concienciación social y política.

De esas reflexiones colectivas surgió el debate sobre la cadena de desigualdad entre mujeres, perpetuada por la delegación de parte de los cuidados a trabajadoras de hogar, en general personas más vulnerables, con sueldos bajos, condiciones precarias, en su mayoría mujeres negras en Brasil y mujeres migrantes en España. Si bien se notó que previamente a la pandemia las mujeres brasileñas recurrían más a este servicio que las españolas, aspecto con más detalles en el estudio, los dos perfiles entendían la necesidad de debatir, visibilizar y promover cambios sociales y políticos relacionados a las trabajadoras de hogar.

Hay cuestiones específicas que necesitan ser comprendidas sobre el trabajo de terceros en cuidados en los dos países. Así mismo, la mayoría de las mujeres escuchadas considera muy importante abordar las graves desigualdades sociales y las diferentes brechas que afectan a las mujeres, un colectivo que no es homogéneo. Otro desafío mencionado es la inexistencia de soluciones colectivas y la poca participación masculina en los cuidados, lo que lleva a soluciones individuales orientadas por la renta y clase social, solución que exime a los hombres de esas funciones y reduce la carga de las mujeres que pueden permitirse pagar, pero olvidan por completo la realidad y las necesidades de esas trabajadoras de cuidados, sea para maternar y cuidar de su familia, sea por los prejuicios, discriminación y condiciones a los cuales son sometidas.

Este tema es caro para mí y me trajo también muchas reflexiones personales a lo largo del desarrollo del estudio. Como muchas mujeres de mi generación en Brasil, he sido parte del proceso de ruptura con ciclos de pobreza y exclusión social femenina. Vengo de una familia en que, por el lado materno, soy la primera persona en llegar a la universidad y la primera que no ha sido trabajadora de hogar en algún momento de mi vida. Todas las mujeres de las que tengo noticias antes de mi bisabuela, abuela, madre, tías y primas, incluso aquellas de mi generación lo han hecho y tengo mucho orgullo y respeto por todas ellas y sus trayectorias. Pero sé también que es un trabajo duro, invisible, permeado por discriminación y que anda junto con la feminización de la pobreza.



Como ellas en su momento, sabemos que muchas mujeres han tenido que dejar sus hogares y sus hijos a cada día en la pandemia –también sin escuela, sin infraestructura adecuada, sin seguridad sanitaria y en situación de vulnerabilidad – para cuidar de hogares de otras mujeres. Y eso jamás será recompensado.

Reconociendo la doble oportunidad de haber podido recurrir otro camino que el de mis ancestros y, como migrante, además de haber escapado de los trabajos remunerados de cuidados (aunque no del estereotipo de que las mujeres latinas solo servimos para los trabajos de cuidado), el diálogo con otras mujeres, la reflexión y la escrita me han permitido mirar de frente esta realidad, desplegar de mi privilegio en minuciosas pestañas para entenderlo y, a la vez, sanarme un poco la contradicción de ser parte de ellas y no pertenecer al mismo universo de experiencia. Nunca llegaré a alcanzar la totalidad de lo que han vivido, pero acercarme me reconcilia y reafirma mi compromiso con el combate a las desigualdades sociales, de género y raciales.

Al final de todos esos diálogos y escuchas, percibía de forma más clara los puntos comunes de nuestras angustias, ansiedades y cansancio como mujer-madre-trabajadora (y migrante) y, a la vez, podía entender mejor nuestras diferencias, al final, no estábamos todas en el mismo barco. Como dice Esther Vivas (2018), no es lo mismo ser madre de uno que de dos o tres, ser madre de bebé, de adolescentes, ser madre soltera o con pareja, madre migrante, madre negra, madres con empleo o sin y tantas otras variables.

En ese mosaico de mujeres, rompimos los estándares de la investigación y, de cierto modo, nos convertimos en una gran *egrégora* femenina, hiladas por el momento y la vivencia, por todo el descubrimiento que estábamos haciendo juntas y donde nos importábamos unas a las otras y con el compartir aunque a la distancia. En los encuentros presenciales, esa conexión y dimensión intergeneracional nos ha posibilitado conversaciones profundas, el apoyo mutuo y el acceso a la sabiduría de quien ya lo ha vivido.

LA OPORTUNIDAD DE HABLAR SOBRE LOS CUIDADOS

Comprender lo que son los trabajos de cuidados, remunerados o no, sus impactos sociales y económicos, las desigualdades sociales, de clases, raciales y de género que reflejan y su relevancia en la agenda pública es fundante para entender lo que ha pasado con las madres y sus familias en el contexto de la pandemia.

La sobrecarga generada por la presencia continua de las personas adentro del hogar durante semanas, la suspensión de servicios externos, la ausencia de la red de apoyo, las mujeres en la línea de frente de los cuidados con la salud, la desigualdad de distribución de las tareas entre los miembros del núcleo familiar, los episodios de enfermedad en casa y la imposibilidad de hacer pausas y de cuidarse a sí mismas han llevado a las mujeres a un sentimiento de colapso, agotamiento y alto nivel de estrés (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021).

En la práctica, a partir de nuestras propias realidades, veíamos que estábamos cocinando muchas más veces al día, limpiando, tendiendo, guardando, jugando, bañando, organizando, planificando y ejecutando una cantidad de tareas incompatibles con la demanda laboral. La cantidad de trabajo había aumentado. De forma contradictoria, había una sensación continua de baja productividad que generaba culpa por la incapacidad de llegar a todo e incompreensión (del entorno) sobre esa realidad. Obvio pero invisible.

Los cuidados son una práctica tan cotidiana, cercana, básica, repetitiva y fundamental para nuestra existencia individual y colectiva que llegan a ser subestimados como si no estuvieran allí. Pero están en su mayoría realizados por mujeres y sin



remuneración por ello (Lagarde y de los Ríos, 2003). A la vez, los cuidados son un concepto bastante complejo, con abordajes múltiples, sin una definición única (Ipea, 2016) y que puede ser analizado desde distintas categorías y perspectivas.

Existen múltiples posibilidades para sistematizar la infinidad de conceptos y definiciones relacionados con el cuidado. Por ejemplo, se puede partir de su carácter remunerado o no remunerado; la dependencia o autonomía de quien lo recibe; la naturaleza del vínculo que se establece entre el cuidador y la persona cuidada; la diferenciación entre trabajo productivo y reproductivo; de la división o combinación del cuidado de personas y el trabajo doméstico. Cada una de estas perspectivas favorece y visibiliza diferentes aspectos del trabajo de cuidados. (Ipea, 2016, p.12)¹¹

Sin olvidar esa complejidad y los marcos teóricos, pero buscando una aproximación real y el diálogo con algunos sectores de la sociedad que tradicionalmente demuestran poco interés en ese debate, la opción adoptada – en el estudio y en los talleres – ha sido un enfoque educativo y simplificado, que permitiera identificar claramente parte de esas actividades, nombrarlas, dimensionarlas en lo cotidiano de las madres en aislamiento social durante la pandemia, complementando ese abordaje con datos secundarios de diferentes estudios e noticias que salían en aquel momento.

Era importante nominar, ilustrar y demostrar con números pues, de modo general, los cuidados no son percibidos como trabajo, la carga mental es un concepto considerado abstracto y, al organizar diferentes tareas bajo la idea de cuidado, hay el riesgo de invisibilizar el tiempo gasto cotidianamente para actividades consideradas sencillas y poco atractivas.

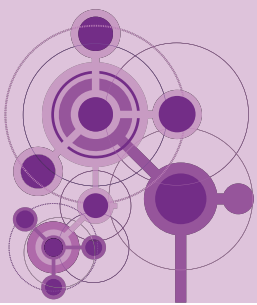
Del punto de vista comunicativo, llevar a público los cálculos de impacto sobre el trabajo invisible ayudaba a llamar la atención y dar la dimensión de lo representan. De este modo, el ejercicio ha sido reunir informaciones nuestras (el estudio) y de otras organizaciones para elaborar o republicar publicaciones en redes sociales con datos como: “las madres dedican alrededor de 650 horas a la lactancia durante los seis primeros meses de vida de un bebé”¹²; “el valor monetario global del trabajo de cuidados no remunerado realizado por mujeres a partir de los 15 años es de 10,8trillones por año¹³, lo que equivale a tres veces lo estimado para todo el sector tecnológico en el mundo en el mismo periodo” (OXFAM, 2020); “Las mujeres dedican alrededor de 1.095 horas a más a cada año que un hombre en las tareas del hogar y con los menores”. Eso llamaba la atención y ayudaba a generar debate.

De forma complementar, a partir de las referencias de Lagarde y de los Ríos (2003), Rodríguez Enríquez (2015) e Hirata (2016), se organizó una tabla didáctica de los cuidados dividiéndolos en cuatro etapas básicas: a) Autocuidado, las tareas básicas de supervivencia para uno mismo como comer, dormir, asearse, etc.; b) Cuidado directo con otras personas, tareas básicas con personas dependientes o no, como dar de comer, bañar, limpiar, vestirlo, ponerlo para dormir, jugar, guiar, conversar, etc.; c) Condiciones previas para realizar los cuidados, como limpieza y mantenimiento de la casa, compras, preparación de las comidas, lavado de la ropa, lavar platos, barrer, etc.; d) Gestión de los cuidados, la planificación y gestión continuada del hogar y de las personas cuidadas o la carga mental que conlleva pensar en lo que hay que arreglar, lo que está faltando, coordinación de horarios, seguimiento escolar, supervisión del trabajo de otras personas, etc. (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021, p.44.).

¹¹ Texto original en portugués: “São múltiplas as possibilidades de sistematização da miríade de conceitos e definições que dizem respeito ao cuidado. Por exemplo, pode-se partir, para tanto, do seu caráter remunerado ou não; da dependência ou autonomia da pessoa que o recebe; da natureza do vínculo estabelecido entre quem cuida e quem é cuidado; da diferenciação entre trabalho produtivo e reprodutivo; da divisão ou junção do cuidado de pessoas e trabalho doméstico. Cada uma dessas perspectivas privilegia e torna visíveis diferentes aspectos do trabalho de care”.

¹² Información colectada de las plataformas y rede sociales de Think Olga: www.thinkolga.com.

¹³ nota pendiente



Por último, a partir de la escucha de las mujeres por medio del cuestionario y en ruedas de diálogo elaboramos otro diagrama en que son enumeradas 32 actividades diarias, referentes a las tareas del hogar y con los menores de 0 a 5 años de edad, indicando el desafío para conciliar cuidados y trabajo remunerado, pues la cuenta no cierra. Las mujeres apuntaron que entre un 60% y 70% de esas tareas son realizadas por ellas y la gestión de los cuidados (léase carga mental) son entre un 90% y 100% de su responsabilidad (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021).

CONSIDERACIONES FINALES: LOS CAMINOS HACIA EL FUTURO POSTPANDEMIA

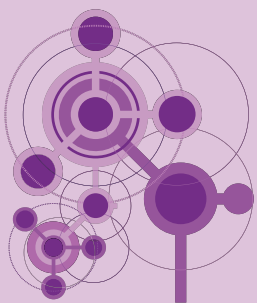
Las mujeres, desde el nacimiento, nos encontramos con una realidad hecha a la medida masculina. El espacio común que habitamos mujeres y hombres tiene siglos de tradición y dominio patriarcal, que ha dado visibilidad y hegemonía a lo realizado por la parte masculina de la humanidad. [...] Y nos preguntamos: ¿mientras ellos decidían, ¿qué hacían ellas? La respuesta que encontramos es que ellas construían relaciones, alimentaban, cuidaban y sostenían la vida, atendiendo todas las necesidades, porque su libertad está en cuidar la base de la existencia. Esa labor que hemos hecho las mujeres a lo largo de los siglos es el fundamento de la vida, su sostén; sin esa labor no se podría trabajar, ni ir a la guerra, ni crear mercados, ni desarrollar tecnología. Ese trabajo de reproducción, de cuidados es nuestra obra civilizadora. No hay duda de que ellas/nosotras hemos actuado en ámbitos menos públicos, pero en acciones fundamentales para la existencia humana. (Povedano Gómez; Fuentes-Guerra, 2020, p.8)

Tras el periodo crítico vivido durante la pandemia del COVID-19 –y justamente por ello– muchos estudios y encuestas han lanzado luz sobre los trabajos de cuidado, las desigualdades, el agotamiento, la salud mental de las mujeres madres y de otros grupos. Aunque se podría seguir detallando conceptos, prácticas y datos levantados, elegí para cerrar mi testimonio con un resumen de lo observado mirando hacia el futuro en el postpandemia.

A modo de resumen, las escuchas en talleres y en el estudio *Madres en cuarentena* (2021) indican que las actividades de cuidados no se perciben y no se valoran como trabajo y no son recompensadas en un mundo que se rige por el capital; quizás por eso mismo sea todavía un desafío despertar el interés de los hombres tanto para reequilibrar las rutinas de cuidado como para invertir tiempo y recursos, como decidores y detentores de poder mayoritarios, en políticas y programas que tengan en cuenta la conciliación, parentalidad y cuidados. Las mujeres todavía participan poco en la construcción de políticas públicas y de soluciones para la conciliación y redes de apoyo; la tríade maternidad-cuidado-trabajo afecta de forma transversal a las mujeres, aunque no de la misma forma, ya que renta, clase, raza y origen pesan de forma significativa y se reflejan en más desigualdades.

El mundo del trabajo todavía exige, mayoritariamente, adaptación unilateral de las mujeres en el postmaternidad, pero no hace lo mismo con los hombres, que muchas veces son incluso premiados y más valorados por la nueva responsabilidad. Tras el nacimiento de los hijos, las mujeres pasan a ser vistas como “madres” y ellos siguen siendo los “profesionales”. Dentro de los hogares la asimetría también se refleja en el apoyo entre las parejas, con la tendencia a que ellas apoyen más el trabajo de los varones que al revés. De forma visual, ellos trabajaban más en la oficina, ellas en la cocina, haciendo varias tareas simultáneamente y con constantes interrupciones; naturalizamos, como sociedad que los niños pasen muchas horas alejados de sus principales cuidadores para que los adultos nos dediquemos prioritariamente al mercado de trabajo; todavía faltan datos, informaciones y repertorio de las organizaciones públicas y privadas para saber cómo actuar.

En medio a tantos desafíos, ha sido sorprendente e inspirador percibir que, a lo largo de ese proceso pandémico, hubo también la toma de conciencia de las mujeres sobre la relevancia del trabajo reproductivo y de cuidados en la sociedad, autovaloración de su capacidad, el cuestionamiento sobre el modelo capitalista y sus consecuencias para el maternar y para la infancia,



la comprensión del valor –incluso monetario– de los cuidados para sostener el mercado, las desigualdades entre mujeres y las ganas de hacer algo para revertir la situación, la reivindicación de que los hombres asuman su rol y la reivindicación también de cambios, derechos y políticas que les permita elegir como vivir la maternidad.

Sistematizamos esos deseos de cambio que ellas quieren ver sobre la tríade maternidad-trabajo-cuidados en diez enfoques: 1. trabajo; 2. responsabilidad social y corresponsabilidad paterna; 3. redes de apoyo; 4. empatía social; 5. cambio cultural; 6. formación de comunidad; 7. reconocimiento y valoración de los cuidados; 8. políticas públicas; 9. equidad de género; y 10. Sororidad (Saraiva; Jongh; Alexandre, 2021).

El Informe Cuidados en América Latina y Caribe en tiempos de COVID-19 (ONU Mujeres; Cepal, 2020) enfatiza que, al asumir que las mujeres son cuidadoras naturales en la sociedad, “limita sus oportunidades y opciones y socava sus derechos, convirtiéndose en un obstáculo fundamental para la igualdad de género, el empoderamiento y la autonomía de las mujeres. Por eso hablamos de la necesidad de reconocer, redistribuir y reducir el trabajo de cuidado no remunerado que realizan las mujeres, para que la responsabilidad de este trabajo fundamental sea valorada y asumida entre el Estado, el sector privado, la comunidad y los hogares. Y entre hombres y mujeres”.

Al final de esta jornada con las mujeres en plena pandemia, veo como ha sido bonito, relevador e incluso terapéutico todo ese proceso. De lanzarse a hacer una investigación poco ortodoxa a cosechar un red poderosa de mujeres aprendiendo y compartiendo sobre ser mujer y madre en este mundo; creo que aprovechamos la oportunidad para poner en la agenda pautas invisibles, pero temo también que, pasada la pandemia, todo vuelva a ser como antes. Sobre eso, creo que la semilla del futuro está en las decisiones de hoy, en lo que sentimos y hemos, visto que es necesario hacer para generar transformaciones consistentes como sociedad. Al final, no hay futuro sostenible sin igualdad y no hay futuro sin nosotras.

REFERENCIAS

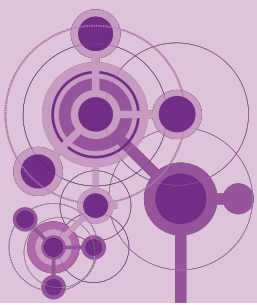
AGÊNCIA O GLOBO. Pandemia faz sete milhões de mulheres deixarem o mercado de trabalho na última quinzena de março. *Época Negócios*, São Paulo, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2020/06/pandemia-faz-sete-milhoes-de-mulheres-deixarem-o-mercado-de-trabalho-na-ultima-quinzena-de-marco.html>. Acesso em: 8 fev. 2023.

DOLCE, Julia. Dispensa maternidade: 50% das mães são demitidas até dois anos após licença, diz FGV. *Brasil de Fato*, São Paulo, 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/16/dispensa-maternidade-or-50-das-maes-sao-demitidas-ate-dois-anos-apos-licenca-diz-fgv>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ESPAÑA. Real Decreto 463/2020, de 14 de marzo, por el que se declara el estado de alarma para la gestión de la situación de crisis sanitaria ocasionada por el COVID-19. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, n.67, p.25390-25400, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rd/2020/03/14/463>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ESPAÑA. Ley Orgánica 4/1981, de 1 de junio, de los estados de alarma, excepción y sitio. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, n.134, p.12541-12543, 5 jun. 1981. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/lo/1981/06/01/4>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ESTADOS de alarma, excepción y sitio en España. *In: WIKIPEDIA: la enciclopedia libre*. San Francisco: Fundación Wikimedia, 2022. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Estados_de_alarma,_excepci%C3%B3n_y_sitio_en_Espa%C3%B1a. Acesso em: 8 fev. 2023.



GEA, Patricia. Un estudio de Malas Madres revela que una de cada cuatro mujeres renunció durante la pandemia a todo o parte de su trabajo para cuidar de menores. *elDiario.es*, Madrid, 16 feb. 2021. Disponible em: https://www.eldiario.es/nidos/ultimo-estudio-malas-madres-revela-renuncia-trabajo-total-parcial-sido-unica-solucion-conciliacion-cuatro-mujeres_1_7224383.html. Acceso em: 8 fev. 2023.

HIRATA, Helena. El trabajo de cuidados: comparando Brasil, Francia y Japón. *SUR 24*, São Paulo, v.13, n.24, p.53-64, 2016. Disponible em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-esp-helena-hirata.pdf>. Acceso em: 8 fev. 2023.

INSTITUTO DE LAS MUJERES. Buenas prácticas de conciliación y corresponsabilidad en las empresas con distintivo "Igualdad en la empresa" (Red DIE): análisis sectorial y por tamaño de empresa. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad, 2015. Disponible em: https://www.igualdadenlaempresa.es/enDestacado/docs/BBPP_Conciliacion_Corresponsabilidad_Red_DIE.pdf. Acceso em: 8 fev. 2023.

IPEA. *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción. In: CONGRESO INTERNACIONAL SARE, 2003, Vitoria-Gasteiz. *Anais[...]*. Bilbao: Emakunde-Instituto Vasco de la Mujer, 2004. p.155-160. Disponible em: https://www.emakunde.euskadi.eus/contenidos/informacion/publicaciones_jornadas/es_emakunde/adjuntos/sare2003_es.pdf. Acceso em: 8 fev. 2023.

ONU MUJERES; CEPAL. *Cuidados América Latina y el Caribe en tiempos de COVID-19: hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación*. Santiago de Chile: Cepal, 2020. Disponible em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45916-cuidados-america-latina-caribe-tiempos-covid-19-sistemas-integrales-fortalecer>. Acceso em: 8 fev. 2023.

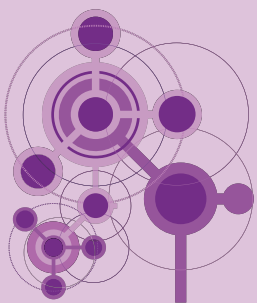
OXFAM. *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. São Paulo: Oxfam, 2020. Disponible em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf. Acceso em: 8 fev. 2023.

PEÑA GALLO, Maria Luisa. *El mobbing maternal: una forma de discriminación laboral contra la mujer en Europa: el caso de mujeres gestantes y madres en España y Reino Unido: trabajo de investigación*. Barcelona: Institut de Drets Humans de Catalunya, 2016. Disponible em: https://www.idhc.org/arxius/ajudes-formacio/1467892046-PE%C3%91A_MLuisa.pdf. Acceso em: 8 fev. 2023.

POVEDANO GÓMEZ, Natividad; FUENTES-GUERRA, Soldevilla Marina. *Mujeres haciendo mundo*. Córdoba: Filosofando en Común, 2020.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n.256, 2015. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>. Acceso em: 8 fev. 2023.

SARAIVA, Sheila Prado; JONGH, Carolina Alves de; ALEXANDRE, Márcia. *Madres en cuarentena: una mirada hacia los desafíos del aislamiento social a partir de las experiencias de las madres en teletrabajo durante la pandemia de COVID-19*. Córdoba:



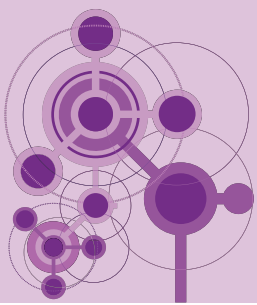
Delegación de Igualdad del Ayuntamiento de Córdoba, 2021. Disponible en: <https://igualdad.cordoba.es/actividades-de-interes-contrala-violencia-de-genero/actuaciones-pacto-estado-contrala-violencia-de-genero-20-21/cordoba-ciudad-corresponsable-con-la-igualdad/adaptacion-traduccion-y-ampliacion-del-estudio-diagnostico-madres-en-cuarentena>. Acceso en: 8 fev. 2023.

VIVAS, Esther. *Mamá desobediente: una mirada feminista a la maternidad*. Barcelona: Capitán Swing, 2019.

Artículo recibido el 06/02/2023 y aprobado el 16/02/2023.

ESPAÇO ABERTO





Transparência como indício de credibilidade em iniciativas de jornalismo independente — o caso *Agência Pública*

Transparency as a sign of credibility in independent journalism initiatives — the *Agência Pública* case

La transparencia como indicador de credibilidad en las iniciativas de periodismo independiente — el caso *Agência Pública*



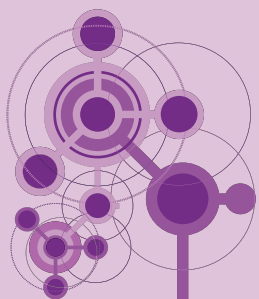
Raphaelle Christine Batista de Lima

- Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
- Coordena a comunicação da Escola Porto Iracema das Artes, vinculada à Secretaria da Cultura do Ceará.
- raphaellebatista@gmail.com



Edgard Patrício

- Mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará.
- Professor do curso de Jornalismo e do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do grupo de pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor).
- edgard@ufc.br



Resumo

Confiança é o que sustenta a relação entre uma organização jornalística e sua audiência. A partir do conceito de credibilidade, analisamos como o discurso institucional de “transparência” corrobora com a construção de relações de confiança entre organizações de jornalismo independente e suas audiências. Observamos em textos institucionais da *Agência Pública*, de 2011 a 2019, distintos marcadores de credibilidade vinculados à transparência, ora específicos das iniciativas independentes, ora próximos das organizações jornalísticas do *mainstream*.

PALAVRAS-CHAVE: JORNALISMO INDEPENDENTE • CREDIBILIDADE • TRANSPARÊNCIA • AGÊNCIA PÚBLICA.

Abstract

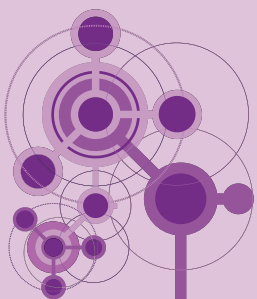
Trust is what secures the relationship between a news organization and its audience. Based on the concept of credibility, this text analyzes how ‘transparency,’ as an institutional discourse, corroborates the building of trusting relationships between independent journalism and their audiences. In analyzing the institutional texts of *Agência Pública*, issued from 2011 to 2019, the study observed different credibility markers linked to transparency, sometimes specific to independent initiatives, sometimes close to mainstream journalistic organizations.

KEYWORDS: INDEPENDENT JOURNALISM • CREDIBILITY • TRANSPARENCY • AGÊNCIA PÚBLICA.

Resumen

La confianza es lo que sostiene la relación entre una organización periodística y su audiencia. Partiendo del concepto de credibilidad, analizamos cómo el discurso institucional de “transparencia” apoya la construcción de confianza entre las organizaciones periodísticas independientes y sus audiencias. Entre 2011 y 2019, observamos en los textos institucionales de *Agência Pública* diferentes marcadores de credibilidad vinculados a la transparencia, a veces específicos de iniciativas independientes, a veces cercanos a las principales organizaciones periodísticas de *mainstream*.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO INDEPENDIENTE • CREDIBILIDAD • TRANSPARENCIA • AGÊNCIA PÚBLICA.



INTRODUÇÃO

Mesmo com uma leve recuperação em função da pandemia em 2020 (Digital News Report, 2020), a confiança na mídia vem diminuindo ano após ano, influenciada por aspectos diversos. Além de transformações que vêm afetando a indústria jornalística em todo o mundo (Anderson; Bell; Shirky, 2013), não é possível desconsiderar a responsabilidade dos agentes do ecossistema midiático (Canavilhas, 2010) nesse processo. O histórico de abordagens pouco éticas em coberturas noticiosas, ancoradas no discurso da objetividade jornalística, supostamente neutra e imparcial, encobre visões muitas vezes racistas e colonizadoras (Moraes; Silva, 2019), e é outro ponto a ser considerado. No Brasil, há ainda a enorme teia de interesses econômico-empresariais que envolve o jornalismo convencional (Lacerda, 2016).

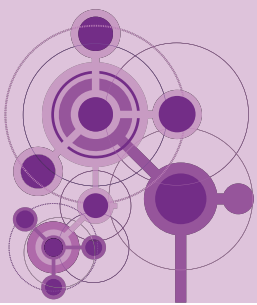
Em paralelo, iniciativas jornalísticas que já nasceram no cenário digital e adotaram novos modelos de negócios, a partir da realidade hiperconectada em que estão inseridas, se beneficiam com as possibilidades tecnológicas surgidas e, mesmo nesse contexto complexo de erosão de credibilidade, põem em dúvida a narrativa corrente da crise do jornalismo, sugerindo que o problema esteja no modelo tradicional de empresa jornalística (Mick; Tavares, 2017). Com um discurso de inovação, interesse público e independência — semelhante ao adotado pela mídia convencional —, essas experiências têm buscado formas para diversificar sua manutenção e estabelecer um novo pacto de confiança (Christofoletti, 2016) com o público por meio de uma relação mais próxima e transparente (Franzoni; Lisboa, 2018).

Esse movimento pode ser observado a partir de marcadores de credibilidade utilizados pelo jornalismo independente, que se constituíram enquanto exterioridades representadas por formações discursivas (Foucault, 2008), nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, adquirindo seu sentido de acordo com sua referência ideológica (Pêcheux, 1997). Esses marcadores de credibilidade do jornalismo independente buscam se diferenciar do jornalismo convencional, especialmente nas dimensões financeira, editorial e no relacionamento com o público, mas se aproximam do *ethos* jornalístico já estabelecido, a partir de valores deontológicos, autoridade profissional e defesa da democracia.

Em meio a tantas transformações no jornalismo e às crises econômica e ética que o atingem, o desafio de construir credibilidade se atualiza, pede novas soluções e, com isso, traz outras questões. Coloca-se de maneira particularmente contundente para iniciativas de jornalismo que assumem o discurso de independência em sua identidade (PATRÍCIO; BATISTA, 2020), pois ser independente está nas bases da relação de confiança entre mídia e público (Lisboa, 2012). Este artigo traz o recorte de uma discussão mais ampla sobre credibilidade no jornalismo independente, realizada na pesquisa de mestrado de Batista (2020), e questiona: permeadas por uma narrativa envolta em responsabilidade social, de que forma o discurso da transparência, quanto aos interesses econômicos e políticos, está sendo utilizado por essas iniciativas de jornalismo independente, a fim de reforçar a relação de confiança com o público?

A TRANSPARÊNCIA COMO INDÍCIO DE CREDIBILIDADE

A relação entre transparência e comunicação organizacional é abordada em estudos acadêmicos sob algumas perspectivas. Pode ser compreendida a partir da dimensão ética, como instrumento de *accountability* (Peres-Neto, 2015), numa percepção meramente instrumentalizada. Outras análises apontam como as tecnologias da informação e comunicação potencializam novas formas de transparência digital, seu significado e impacto na organização, ao mesmo tempo em que especifica os limites dessa percepção, reverberando uma crítica sobre pretensas “oposições binárias entre a visão da transparência



como um bem absoluto que traz mais democracia, mais participação e mais responsabilização ou um mero instrumento de relações públicas que serve para legitimar o *status quo*" (Seixas, 2017, p.140). No âmbito da comunicação organizacional pública, produções ainda apontam a necessidade do aprofundamento das pesquisas que analisem a atuação da Lei de Acesso à Informação (LAI) enquanto ferramenta de transparência ativa dos organismos (Rothberg, 2019).

Já na perspectiva da vinculação entre credibilidade e transparência, a primeira é objeto de estudo em diversos campos do conhecimento. Na Comunicação, está entre os conceitos fundadores do jornalismo (Christofoletti; Laux, 2008). Tão importante quanto de difícil delimitação, pode ser entendida como o capital simbólico do jornalismo (Berger, 1996), "um predicado que está amparado em valores éticos e morais" (Lisboa, 2012, p.9), ou mesmo como uma relação não estática entre polos de produção e recepção da informação que obedece a leis próprias, com índices de credibilidade aparentes no discurso (Serra, 2006). A partir de uma discussão teórica entre esses e outros autores na pesquisa, que originou este artigo, chegamos ao entendimento da credibilidade como "resultado de um processo contínuo, dialético e limitado, construída a partir de parâmetros dinâmicos e fundamental para manter a coesão social e o próprio jornalismo" (Batista, 2020, p.109). Entre esses parâmetros, a transparência se mostra, ao lado da independência, como parte dos valores de credibilidade mais caros às organizações jornalísticas (Lisboa, 2012).

De modo geral, os esforços para transparecer não só a matéria-prima de uma notícia, mas a sua própria fabricação — digamos assim —, e os interesses envolvidos nesse processo, têm sido reconhecidos como importante reforço da credibilidade. Weinberger (2009) chega mesmo a defender que a transparência é a nova objetividade. Para o autor, essa "evolução" só é possível porque saímos da Era do Papel, que tinha a objetividade como valor principal ancorado na autoridade jornalística, para a Era Digital, em que a transparência tem como base não mais uma hierarquia da mídia sobre o público, mas uma relação de horizontalidade.

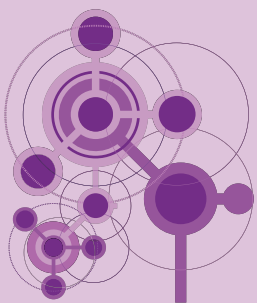
Porém, não se trata de abolir a ideia de autoridade jornalística em função da transparência. É preciso lembrar que não existe transparência total e, mesmo quando os veículos se preocupam em se mostrar transparentes e utilizar ferramentas públicas para suas investigações, por exemplo, há sempre uma seleção, um filtro editorial sobre aquilo que vai ser disponibilizado aos leitores. Portanto, mesmo uma trilha de *links* é orientada e limitada¹. Institucionalmente, quando se trata de revelar interesses e relações financeiras em torno da organização, essa transparência costuma ser ainda mais restrita.

Ainda assim, autoridade e transparência não são excludentes. Como lembra Weinberger (2009), essa autoridade não é mais encarada como garantidora de uma imparcialidade acerca de valores e crenças que possam ter moldado uma determinada investigação jornalística. Ao contrário, é possível ser transparente e, ao mesmo tempo, recorrer à autoridade, inclusive reforçando essa autoridade a partir de práticas que visem à transparência.

Franzoni e Lisboa (2018) fazem um amplo levantamento bibliográfico que colabora com a ideia de que a transparência seria uma arma contra a desconfiança, mas que também aponta que, em códigos deontológicos analisados até 2012, essa preocupação estaria estabelecida como norma apenas em alguns aspectos, como na diferenciação entre artigo de opinião e notícia, na identificação do jornalista na relação com as fontes, na citação de fontes, na divulgação de erros ou nos direitos de resposta. De acordo com as autoras, "o jornalismo toma seus métodos e motivações como autoevidentes quando eles não o são. Esse talvez seja um dos aspectos mais geradores de desconfiança sobre a atividade" (Franzoni; Lisboa, 2018, p.13).

Mas, como tem sido a práxis jornalística dentro dessa lógica da sociedade da transparência (Han, 2017)? Christofoletti (2019) chama atenção para aspectos éticos, às vezes esquecidos na discussão sobre transparência no jornalismo, como a privacidade

¹ Como verificamos em Batista (2019), também não há sempre uma preocupação em deixar claro para o leitor que determinados dados vêm de fontes públicas, como a LAI, no caso brasileiro, o que poderia reforçar a credibilidade da informação.



de personalidades e o direito ao esquecimento. Citando casos recentes de pessoas públicas que estavam em situação de risco e tiveram o paradeiro exposto em periódicos brasileiros na internet, ele lembra que frequentemente as violações à privacidade são justificadas por jornalistas em nome de um interesse público nem sempre bem esclarecido.

As novas experiências jornalísticas, caracterizadas pela atuação em plataformas digitais, além de contar em geral com poucos anos de existência, ainda estão firmando as bases de sua atuação e de sua identidade, dois fatores fundamentais para a construção da credibilidade (Patrício, 1999; Benetti; Hagen, 2010). Lembramos ainda que a transparência não se refere apenas a métodos, fontes ou processos de edição, mas também à clareza sobre dados financeiros e possíveis conflitos de interesses do veículo que devem estar explícitos para o público. Christofolletti (2016) aponta que a transparência sobre esses dados poderia ser uma das formas de fortalecer a confiança do público no jornalismo e, com isso, recuperar credibilidade. Meyer (2007) segue a mesma linha e acredita que a garantia de independência e confiança do jornalismo está numa relação de transparência com o público, baseada em laços econômicos e sociais entre veículo e comunidade, que nunca houve entre os jornais e seus anunciantes. Para ele, isso significa incluir a redação, os profissionais.

Nesse aspecto, algumas experiências de jornalismo independente digital tentam sair à frente das empresas jornalísticas convencionais ao revelar de onde vem o financiamento para seus projetos, mas também de onde não são aceitos recursos. Ainda assim, não raramente, falta detalhamento sobre valores e termos contratuais.

A INSTITUCIONALIDADE DA TRANSPARÊNCIA DA *PÚBLICA*

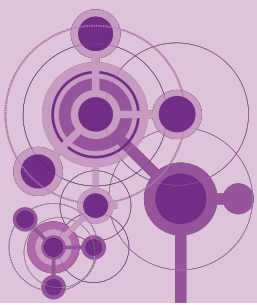
Fundada por Natalia Viana, Marina Amaral e Tatiana Merlino, em 15 de março de 2011, a *Pública* — Agência de Jornalismo Investigativo — já tem uma década de atuação, e atualmente, é dirigida por Natalia Viana, Marina Amaral, Thiago Domenici, Andréa Dip e Marina Dias².

As informações sobre as fundações internacionais que financiam a *Agência Pública* e as diferentes maneiras de o público contribuir para a produção das reportagens estão em uma subseção específica, intitulada “Transparência”, e criada em 2018 para informar ao leitor sobre a proveniência dos recursos que sustentam a agência. O texto elenca as fontes de receita. Doações de fundações privadas nacionais e internacionais, patrocínio a projetos e eventos, editais, *crowdfunding* e financiamento dos leitores. Em seguida, explica, em sua própria página na internet, que os dois financiadores institucionais são a Ford Foundation, “uma organização norte-americana”, e a OAK Foundation, “uma organização sediada na Suíça”. Não há mais detalhes sobre as organizações nem *link*, por exemplo, para as páginas institucionais. “Além disso, contamos com financiamentos para projetos específicos — tanto de investigações jornalísticas como de fomento ao jornalismo”³.

Além das informações gerais, a iniciativa disponibiliza nessa seção um documento sobre sua política de financiamento. O texto aponta que a *Agência Pública* tem como princípios a independência editorial e a integridade jornalística. Portanto, “nenhum financiador pode interferir nas investigações ou ter acesso ao conteúdo produzido antes da publicação no nosso site”. Outra informação importante, também presente na seção, é a de que, a partir dessa política de financiamento, a iniciativa “não trabalha com projetos comissionados por financiadores, ou seja, todas as pautas e projetos são próprios”. O leitor é avisado, ainda, que a *Pública* “não aceita doações de qualquer instituição que represente um conflito de interesse” com a produção, os valores e a atuação da agência.

² Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

³ Disponível em: <https://apublica.org/transparencia/>. Acesso em: 16 fev. 2020.



As fontes de financiamento para captação de recursos podem ser, segundo o texto, organizações da sociedade civil (OSC), organizações internacionais, não governamentais ou intergovernamentais e organizações públicas — mas apenas por meio de editais e após “criteriosa análise de *due dilligence*”⁴ –, empresas privadas — apenas através de editais, patrocínio a eventos ou doações únicas, sem contrapartida –, e pessoa física que queira realizar uma doação ou contratação de serviço.

Entre as formas de financiamento detalhadas no documento, estão três: 1) relacionamento — pode ser via busca ativa, quando a agência identifica potenciais financiadores e realiza contato direto a fim de estabelecer parceria, ou busca passiva, quando a *Pública* é procurada pelas organizações –; 2) editais — prevê a submissão de projetos em chamadas públicas com regras e aporte financeiro definido –; e 3) campanhas de arrecadação de fundos — a *Pública* pode lançar campanhas de doações para um objetivo específico ou perene para suporte do trabalho, podendo ser online ou off-line, pontual ou permanente.

Os tipos de financiamento da *Pública* são divididos em: institucional, ou seja, parcerias de longo prazo; por projeto, parceria restrita a projetos específicos e pontuais, podendo haver mais de um financiador para um mesmo projeto; concurso de microbolsas, isto é, por meio de edital próprio, a agência realiza concurso para repórteres, em parceria com um financiador que define junto à agência o tema do concurso e pode acompanhar a seleção dos vencedores; patrocínio a eventos, como festivais, *workshops*, oficinas etc., realizados pela *Pública*; contratação de serviços, sendo assim, de forma voluntária ou remunerada, a agência pode fornecer serviços, dentro do seu expertise de atuação, para organizações com ou sem fins lucrativos; e, por fim, doações, como transferência ou entrega de recursos financeiros, bens ou serviços, vindos de pessoas físicas, por meio do programa de aliados, de doações individuais ou empresas privadas.

Em 2018, a receita total da *Pública* foi de R\$3.675.760,69. Esse recurso foi distribuído entre despesas administrativas, recursos humanos, impostos e despesas com viagens. Os principais financiamentos foram o institucional (71,31%) e por projeto (23,53%), seguidos de patrocínio (5%) e doações de pessoas físicas (0,16%) — ver Figura 1.

Figura 1: Tipos de financiamento captados pela *Pública* em 2018



Fonte: <https://apublica.org/transparencia/>.

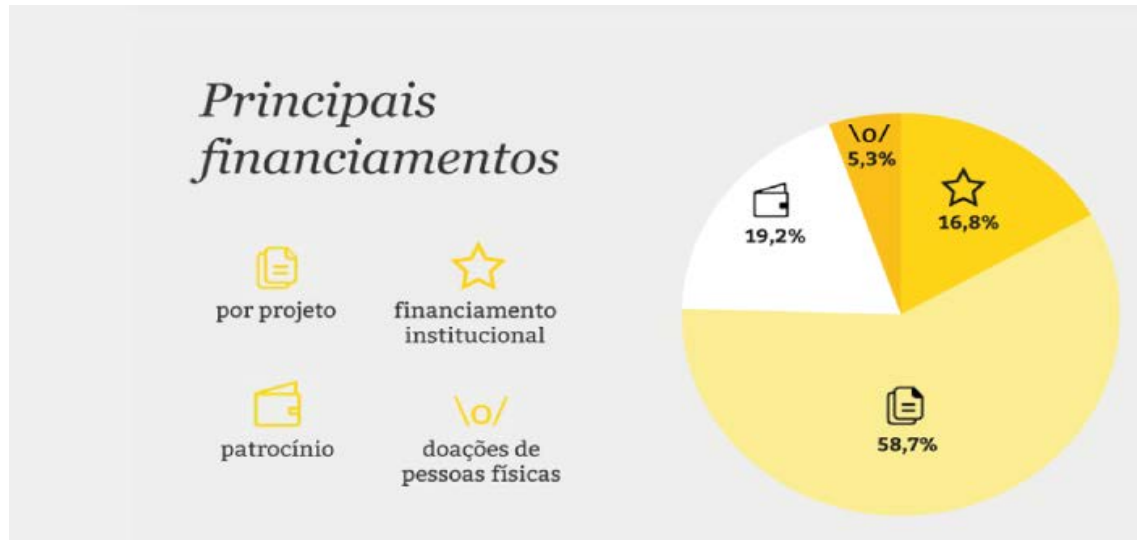
Em 2019, conforme o site, a receita total da *Pública* caiu para R\$2.432.097,77, mas as despesas mudaram e até aumentaram. Esse recurso foi distribuído entre despesas administrativas, recursos humanos, impostos, despesas com viagens e salários (Consolidação das Leis Trabalhistas). O financiamento por projeto inverteu o posto de principal fonte de captação, alcançando

⁴ Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/06/politica-financiamento-publica2021.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.



58,7%, enquanto o institucional diminuiu para 16,8%. O patrocínio aumentou consideravelmente, atingindo 19,2% do total de financiamento, além das doações de pessoas físicas que cresceram para 5,3%, apesar de ainda ser o menor percentual de participação — ver Figura2.

Figura2: Tipos de financiamento captados pela *Pública* em 2019



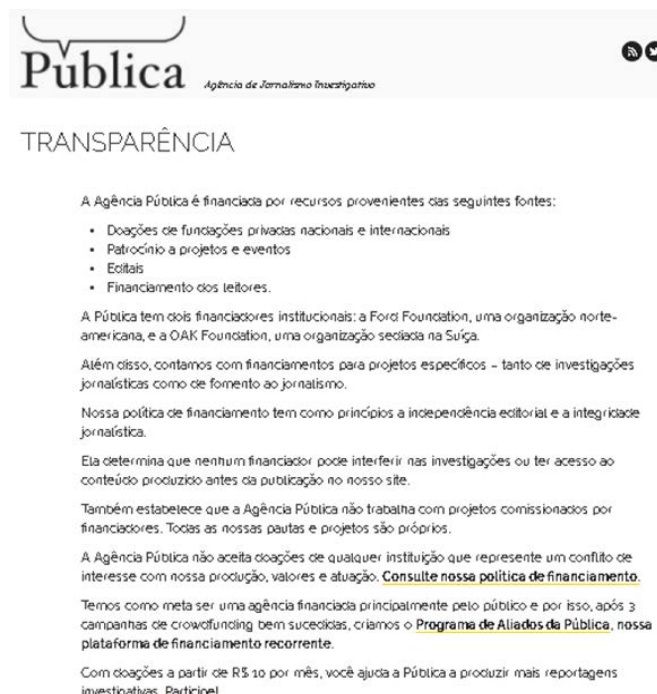
Fonte: *Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/transparencia/>.

Ao final da página, a *Pública* destaca que “Nossos financiadores são instituições que apoiam tradicionalmente projetos de direitos humanos, jornalismo investigativo, mídia independente e transparência”.

O DISCURSO DE TRANSPARÊNCIA DA *PÚBLICA*

A partir de noções e valores apresentados sobre jornalismo alternativo digital e considerando as especificidades de nosso objeto, a transparência desponta como uma das características que carregam os principais elementos a serem articulados com o discurso de credibilidade do *ethos* da *Pública*. Para isso, analisamos textos institucionais dessa agência de 2011 a 2019 e, para este artigo, trazemos de forma mais sucinta aqueles que dizem respeito à transparência — ver Figura3.

Figura3: Elementos do discurso institucional da *Pública* sobre “transparência”



Fonte: *Agência Pública*.



Do ponto de vista do discurso, destacamos a descrição da política de financiamento da agência, que aponta como princípios a “*independência* editorial e a *integridade* jornalística”, afirmando que “nenhum financiador pode interferir nas investigações ou ter acesso ao conteúdo produzido antes da publicação no nosso *site*”. O *ethos* (Maingueneau, 2006) de independência é reforçado pelo discurso de autonomia em relação às fontes de recursos. Ao usar o termo “integridade jornalística”, a agência busca assegurar ao público que há um distanciamento na relação entre os setores editorial e comercial. Por ser uma iniciativa de jornalismo independente, há uma busca por diferenciação de outras empresas de mídia. É como se a agência dissesse que, ao contrário de veículos jornalísticos que negociam pautas a favor de patrocinadores ou censuram determinados conteúdos que podem ir de encontro aos interesses dos financiadores, ali isso não aconteceria. Importante pontuar que essa separação entre o departamento comercial e a redação não é uma prática nova, e está presente entre empresas da mídia convencional, justamente para assegurar ao leitor a autonomia da organização. Nos últimos anos, porém, com a chamada “customização” dos conteúdos e com o surgimento dos *publieditoriais* — conteúdos pagos, mas publicados em formato jornalístico —, essa fronteira vem sendo borrada. Também é preciso lembrar que a diversidade de patrocinadores é um argumento utilizado pelo jornalismo comercial e não é, por si só, uma garantia de independência, assim como receber financiamento de outro ente que não o público não significa, necessariamente, a instrumentalização do jornalismo praticado.

Evidentemente, há limitações nessas parcerias, tanto que a agência se compromete a não aceitar doações de instituições que representem conflito de interesse com a produção e, logo no trecho seguinte, deixa claro que o objetivo é depender cada vez menos dessas fontes e estabelecer com o público sua principal parceria financeira.

Sobre o jornalismo independente ser financiado por organizações sem fins lucrativos ou mesmo com investimento público, prática comum em países como os Estados Unidos desde antes da Internet, Meyer (2007, p.235) acredita que esse é um dos movimentos que tentam resgatar o jornalismo diante da perda de credibilidade, influência e qualidade da mídia convencional, ou como ele diz, “[...] do emprego do lucro com pouca visão”. O autor dá como exemplo a *National Public Radio* (NPR), que funciona conjugando recurso público e privado com assinaturas, contando com um claro manual de políticas que determina os limites da relação com os patrocinadores.

A questão é que, quando a *Pública* criou uma seção intitulada “Transparência”, na qual passou a disponibilizar informações parciais sobre sua política de financiamento, ela conseguiu impactar a construção da sua credibilidade. Entendendo que o “dizer” e o “não dizer” já são ações para a análise do discurso, reunir essas diretrizes em um documento específico e disponível a qualquer um reforça o *ethos* de transparência da iniciativa, remetendo ao valor honestidade, que, conforme Lisboa (2012), inclui justamente a transparência e a coragem institucional, associadas à autonomia, uma das principais características que identificamos no jornalismo independente (Batista, 2020).

Mais adiante, a *Pública* apresenta a receita e as despesas do ano anterior, nesse caso, as de 2019, frisando que “[...] *todos os nossos recursos são usados na nossa própria produção e projetos. A maior parte é investida no trabalho dos jornalistas*”, indicando mais uma vez o caráter não lucrativo da iniciativa e sua preocupação com o contrato de comunicação estabelecido com seus leitores (Charaudeau, 2012). Ainda assim, as informações são gerais e não recuperam as despesas e receitas de anos anteriores, além de não trazerem os montantes que cada fundação nacional ou internacional doou para a agência.

No texto “As controvérsias de Omidyar”, publicado na seção “Da Redação” em 29 de abril de 2014, a *Pública* conta quem é o “megainvestidor da imprensa digital americana”, ou seja, Pierre Omidyar, e menciona que a empresa dele financiou uma das edições do Reportagem *Pública*. Apesar disso, vale notar o tom crítico da agência quanto à influência do empresário sobre outra iniciativa independente e investigativa, o WikiLeaks, com a qual a *Pública* tem uma estreita relação:

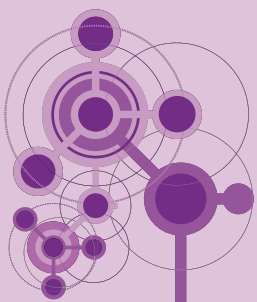


Figura controversa, Pierre, cuja fortuna é estimada em 8,5 bilhões de dólares, é conhecido por apoiar *startups* em todo o mundo através de sua fundação filantrópica, a Omidyar Network (ON). Como o próprio *site* da fundação diz, a proposta é "subsidiar iniciativas que não visem ao lucro e investir em organizações inovadoras, que promovam mudança social e econômica". *A Omidyar foi apoiadora, por exemplo, da campanha de crowdfunding Reportagem Pública, dobrando o valor arrecadado junto aos 808 doadores para complementar os fundos do projeto. [...] O papel da empresa de Pierre Omidyar no bloqueio ao WikiLeaks tem sido um dos principais argumentos dos críticos à sua nova empreitada jornalística.* Eles apontam uma contradição: ao mesmo tempo em que o empreendedor subsidia com US\$250 milhões um novo veículo pautado pela independência, ele também prejudica de maneira perigosa o WikiLeaks ao manter, junto com outras instituições financeiras, o bloqueio que compromete grande parte do orçamento da organização.⁵

Ao trazer notícias sobre novas iniciativas independentes, por exemplo, e apresentar, do seu ponto de vista, o contexto em torno do surgimento dessas organizações, incluindo aspectos contraditórios sobre os financiadores que podem lhes ser comuns, há um esforço de transparência e de crítica menos visto na mídia convencional. Apesar disso, a agência não se implica para além de um limite considerado seguro para sua reputação. No trecho acima, ela assume que recebeu o apoio da Omidyar, aponta as críticas ao financiador, mas não dá maiores detalhes sobre a parceria firmada, nem se coloca de forma precisamente contrária ao apoio do empresário.

Também nos parece pertinente observar que a busca por transparência não se dá apenas em relação às fontes de receita, nem está restrita a uma seção específica. A agência utiliza a seção "Da Redação" para revelar aos leitores os bastidores de pautas suas ou de outros veículos, além de trazer direitos de resposta, erratas, disponibilizar documentos de investigações etc.:

Por uma falha de edição, a Pública cometeu uma omissão na matéria "O repórter que descobriu o whistleblower da Siemens". Parte das denúncias contidas na carta do ex-executivo — sobre o cartel e o esquema de corrupção no metrô de São Paulo, envolvendo o governo estadual — já haviam sido publicadas pelo repórter Gilberto Nascimento na revista Carta Capital, em 2009. [...] Confiante na boa-fé dos envolvidos, *a Pública se desculpa por ter trazido polêmica para um assunto tão caro aos jornalistas: o "furo"*.⁶

A partir de hoje pesquisadores e jornalistas poderão baixar e consultar centenas de documentos oficiais obtidos pela Pública durante a investigação sobre a presença da Odebrecht em Angola. A reportagem obteve todos os despachos das embaixadas brasileiras em Luanda e Pretória que citam o BNDES entre 2005 e 2014.⁷

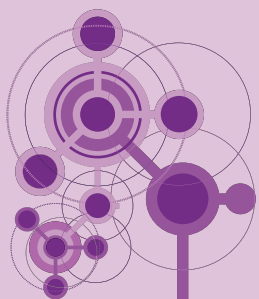
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já discutimos, a transparência é um dos elementos importantes para a construção de credibilidade da mídia, especialmente no contexto digital e, sobretudo, para as iniciativas independentes. Até pela crítica assumida ao modelo de negócios e de jornalismo das empresas de comunicação tradicionais e à incorporação da independência como traço fundante de sua identidade, essas experiências precisam observar o tema com atenção, para além da política de correção e de disponibilização dos dados de suas reportagens — o que nem sempre acontece. No caso da *Pública*, como pudemos observar, há uma preocupação por parte da agência em atender a essa demanda do público. No entanto, assim como para outras organizações jornalísticas, ainda há dificuldades. A transparência não é absoluta — nem poderia ser, principalmente do ponto de vista da linguagem, que é opaca.

5 Disponível em: <https://apublica.org/2014/04/as-controversias-de-omidyar/>. Acesso em: 1 dez. 2020. Grifo nosso.

6 Disponível em: <https://apublica.org/2013/08/dois-reporteres-escandalo-da-siemens/>. Acesso em: 5 dez. 2020. Grifo nosso.

7 Disponível em: <https://apublica.org/2016/05/documentos-dos-governos-de-angola-e-do-brasil/>. Acesso em: 5 dez. 2020. Grifo nosso.



Ao mesmo tempo que a agência sistematiza e disponibiliza sua política de financiamento — uma ação efetiva de busca pela transparência —, ela não revela os valores específicos de cada contrato, nem os termos nos quais foram assinados. Também não dispõe de gráficos de receitas e gastos de todos os anos da iniciativa, tampouco de uma descrição sobre projetos aprovados especificamente em editais públicos. Vemos aqui, portanto, uma das contradições do discurso da agência em torno de um *ethos* de transparência almejado. Como nos lembra Maingueneau (2008), um *ethos* visado não é necessariamente o que será produzido, a depender da perspectiva do locutor ou do destinatário. Isto é, em relação às empresas convencionais, referencial de diferenciação para a *Pública*, o *ethos* de transparência acaba se efetivando.

Como desdobramento da análise aqui feita, seria importante perceber como os leitores reagem a esse discurso da *Pública* — certamente uma discussão para outro momento. Mas, trazemos, ainda, um acontecimento narrado pela *Pública* que aponta percepções de como isso pode acontecer:

Em 2015, quando publicamos a reportagem “A Nova Roupada da Direita”, recebemos centenas de leitores recém-chegados à nossa página do Facebook, ainda incrédulos com as revelações. Seguindo a trilha do dinheiro, a nossa diretora de redação Marina Amaral descobriu que grupos que na época capitaneavam os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff se dizendo “indignados” com a corrupção, como o MBL, foram gestados por think tanks de ultradireita dos Estados Unidos. *Um deles quis desmerecer o trabalho de investigação, perguntando: afinal, QUEM financia a Agência Pública? Outro leitor foi rápido a responder: “Eu. Fui eu que doe para o crowdfunding e fui eu que votei para essa reportagem ser feita”.* É esse o espírito da Reportagem Pública, a campanha de financiamento coletivo que chega hoje à sua terceira edição.⁸

Para além das críticas que possa ter recebido, fundadas ou não, chama atenção a defesa que o leitor citado faz da agência, o que demonstra a confiança depositada na iniciativa e transfere credibilidade para a *Pública* por meio de um enunciador, em tese, desinteressado. O trecho mostra como o público aderiu ao discurso de independência da agência. Considerando que os públicos-alvo das reportagens da *Pública* são tanto as empresas de mídia — haja vista que estamos falando de uma agência — quanto os leitores, a audiência aparece como mais do que mera financiadora ou consumidora. Ela passa a ser, de fato, uma fiadora credível do *ethos* da agência, para o público e para outras organizações de mídia. Ela acredita nesse *ethos* e o atesta diante de possíveis suspeitas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Christopher W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present. *Geopolitics, History, and International Relations* v. 7, n. 2, 2015, pp.32-123 Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26805941> Acesso em: 20 jan. 2023.

BATISTA, Raphaele. Credibilidade no jornalismo independente: uma análise do ethos discursivo da Agência Pública. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PATRÍCIO, Edgard. *Confiança e Credibilidade encurtando as distâncias na educação pelo Rádio*. 1999. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

BATISTA, Raphaele. Agência pública e o uso de ferramentas de transparência como reforço de credibilidade no jornalismo independente. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 17, 2019, Goiânia. *Anais...*, 2019. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2129/1045>. Acesso em: 23 jan. 2023.

⁸ Disponível em: <https://apublica.org/2017/09/um-chamado-aos-leitores/>. Acesso em: 5 dez. 2020. Grifo nosso.



BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, [S.l.], v.7, n.1, p.123-135, 2010.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: NETO, Antonio Fausto; PINTO, Milton José (Org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

CANAVILHAS, João. O novo ecossistema mediático. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Portugal, 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Controversias entre la privacidad, el derecho al olvido y el interés público. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). *Privacidad, transparencia y éticas renovadas*. Sevilla: Egregius, 2019. p.49-69.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Novos pactos com os públicos e mais transparência*. [s.l.], 2016. Disponível em: <https://medium.com/jornalismo-digital-no-brasil-em-2017/novos-pactos-com-os-p%C3%BAblicos-e-mais-transpar%C3%Aancia-6048fabbc6a1>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; LAUX, Ana Paula França. Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, São Paulo, v.31, n.1, p.29-59, 2008.

Newman, Nic; Fletcher, Richard; Schulz, Anne; ANDI, Simge; Nielsen, Rasmus Kleis. *Reuters Institute Digital News Report 2020*. [s.l.]: Reuters Institute; University of Oxford, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2008.

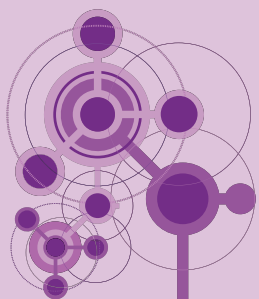
FRANZONI, Sabrina; LISBOA, Silvia. Jornalismo e efeito de transparência: definições na teoria e na prática. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJor), 16., 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1507/908>. Acesso em 20 jan. 2020.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LACERDA, Daniela Maria de. *O jornalismo digital independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21304>. Acesso em 20 jan. 2023.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência*. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54507>. Acesso em 20 jan. 2023.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.



MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006.

MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer?* Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MICK, Jacques; TAVARES, Luisa. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. *Brazilian Journalism Research*, [S.l.], v.13, n.2, p.120-145, 2017.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28, 2019, Porto Alegre. *Anais...* Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

PATRÍCIO, Edgard; BATISTA, Raphaelle. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. *Revista Extraprensa*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 217-231, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.153326>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

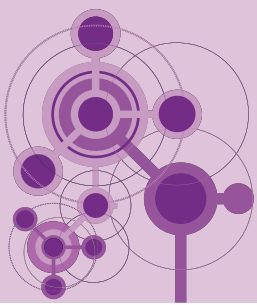
PERES-NETO, Luiz. Ética, comunicação e organizações: uma crítica à conversão da accountability e da transparência em metas corporativas. *Lumina*, [S.l.], v.8, n.2, 2015. doi:<https://doi.org/10.34019/1981-4070.2014.v8.21109>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21109>. Acesso em: 27 jan. 2022.

ROTHBERG, Danilo. Transparência ativa em organizações governamentais de sustentabilidade ambiental. *Organicom*, [S.l.], ano16, n.31, p.56-68, 2019. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2019.160442>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/160442/159275>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SEIXAS, Eunice Castro. A organização transparente: para uma perspectiva comunicacional e constitutiva da transparência digital. In: RUÃO, Teresa; NEVES, Ronaldo; ZILMAR, José. (ed.). *A Comunicação Organizacional e os desafios tecnológicos: estudos sobre a influência tecnológica nos processos de comunicação nas organizações*. Braga: CECS, 2017. p.139-155.

SERRA, Paulo. O princípio da credibilidade na seleção da informação mediática. *Animus: revista interamericana de comunicação midiática*. Santa Maria, v. II, n. 1, pp. 37-49, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/issue/view/599>. Acesso em 20 jan. 2023.

WEINBERGER, David. *Transparency is the New Objectivity*. [S.l.], 2009. Disponível em: <https://www.hyperorg.com/blogger/2009/07/19/transparency-is-the-new-objectivity/>. Acesso em: 16 nov. 2020.



Comunicação e museus: aportes da comunicação organizacional

Communication and museums: contributions of organizational communication

Comunicación y museos: aportes de la comunicación organizacional



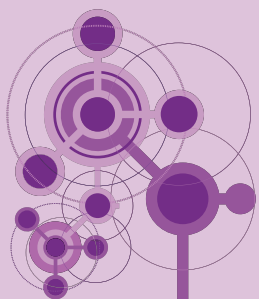
Nicole Sberse Morás

- Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Univates
- Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder (GCCOP) da UFRGS.
- E-mail: nicolemoras@gmail.com



Rudimar Baldissera

- Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
- Professor do Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS
- Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS – CAPES
- Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder (GCCOP) da UFRGS
- Bolsista de Produtividade do CNPq.
- E-mail: rudimar.baldissera@ufrgs.br



Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre a comunicação organizacional de museus. Para isso, além de breve revisão de literatura, foram empregados dados empíricos, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes de 12 museus de Porto Alegre. Como resultados, evidencia-se que a comunicação organizacional dos museus ainda é fortemente pautada pelo viés transmissivo, difusionista e de publicização, mas há tendência idealizada de qualificar esses processos mediante comunicação vinculativa e/ou dialógica.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO • COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL • MUSEUS.

Abstract

This paper reflects on the organizational communication of museums by means of a brief literature review and analysis of empirical data collected by semi-structured interviews with representatives of 12 museums in Porto Alegre, Brazil. Results show that the organizational communication of museums remains strongly guided by the transmissive, diffusionist and publicizing bias, but there is an idealized tendency to qualify these processes as binding and/or dialogic communication.

KEYWORDS: COMMUNICATION • ORGANIZATIONAL COMMUNICATION • MUSEUM.

Resumen

Este artículo pretende reflexionar sobre la comunicación organizacional de los museos. Para ello, además de una breve revisión bibliográfica, empleamos datos empíricos recogidos mediante entrevistas semiestructuradas con representantes de 12 museos de Porto Alegre (Brasil). Los resultados evidencian que la comunicación organizativa de los museos sigue guiada fuertemente por el sesgo transmisor, difusionista y publicitario, pero existe una tendencia idealizada a matizar estos procesos mediante la comunicación vinculante y/o dialógica.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN • COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL • MUSEO.



INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é fundamentalmente constituída por organizações. Sua estruturação é responsável pela produção dos mais diversos bens, e seus impactos se dão nos vários sistemas, como o político, o cultural, o social, o ambiental e o econômico. Desde aqui, importa ressaltar que a noção de organização não pode ser reduzida à ideia de empresa. Nesse sentido, a partir de Hayek, Uribe (2007) diferencia dois tipos de agrupamentos humanos, de forma que as organizações podem se constituir por meio de processos informais e espontâneos, de ordem *Kosmos*, como as comunidades; ou a partir de objetivos específicos que estabelecem uma ordem social criada e dirigida, de ordem *Táxis*.

À luz dessa compreensão, consideramos que os museus, objetos deste estudo, qualificam-se como organizações do tipo *Táxis*, pois, conforme o International Council of Museums – ICOM (2022, *on-line*), o museu é “[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial”, o que evidencia sua estruturação organizada e a existência de objetivos. Complementarmente, cabe observarmos que o ICOM (2022, *on-line*) ressalta: “abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para a educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”. Isso não apenas reafirma e complexifica seus objetivos, mas também caracteriza sua ocorrência como um tipo específico de organização resultante de uma ordem social criada, estruturada por relações de poder e passível de gestão. Assim, neste trabalho, reconhecemos aos museus como organizações – “organizações museológicas”.

Por contribuírem para apresentar, representar e/ou construir certa realidade, entendemos, com base em Borges (2011), que as organizações museológicas são propícias ao desenvolvimento de campos de significação, o que as torna locais de produção, ordenação e interpretação de sentidos, e, assim, um espaço de construção e disputa de sentidos e de memória. Nessa perspectiva, a partir de Weick (1995), ressaltamos que os museus, como organizações produtoras de sentido, têm na comunicação o processo que permite o movimento entre a subjetividade do indivíduo e a intersubjetividade de interpretações compartilhadas pelo grupo de indivíduos. Portanto, as organizações museológicas “são e se realizam por e em comunicação” (Baldissera, 2010, p.201); fora desse âmbito não existem como estruturas organizadas.

Partindo dessas premissas – e admitindo que a maneira como as organizações percebem a si e como entendem o que é comunicação está diretamente relacionada ao modo como se comunicam e relacionam com seus públicos –, neste artigo, temos o objetivo de explicar as principais compreensões de comunicação assumidas por organizações museológicas de Porto Alegre, as quais, por sua vez, tendem a orientar suas práticas. Nessa perspectiva, além de revisão de literatura, acionamos dados de pesquisa empírica, realizada por Morás (2019), mediante entrevistas com representantes de organizações museológicas, conforme apresentaremos adiante. Assim, sem intenções de realizarmos generalizações, nossas análises e reflexões consideram esses dados empíricos em conjunto, para além das idealizações e das consideradas boas práticas de algumas organizações.

Complementarmente, importa ressaltarmos que este artigo, sob o prisma de os museus serem organizações, assume como foco a “comunicação em museus” e não a “comunicação museológica”, uma vez que a primeira “remete às ações em um museu” enquanto a segunda considera a “subárea de conhecimento da museologia” (Cury, 2010, p.270). Além disso, pontuamos que este estudo se dá a partir do campo da Comunicação e não do campo da Museologia, especialmente sob a lente da Comunicação Organizacional. Assim, interessa-nos a comunicação nas/das organizações museológicas



em sua complexidade, portanto, não restrita às particularidades da comunicação de museus por meio de exposições e do viés de recepção (apesar de relevantes, o fato é que esses processos abrangem apenas parcela de sua comunicação organizacional).

Além disso, considerando o contexto de inserção de nosso objeto de estudo, cabe destacarmos que, no Brasil, a história museal teve início com a formalização do primeiro museu brasileiro, o Museu Real – hoje chamado de Museu Nacional –, criado por meio da expedição do documento “Atos memoráveis”, em 26 de maio de 1818. Até o ano 2000, existiam cinco vezes mais museus no Brasil do que havia na década de 1970, e duas vezes mais do que no início da década de 1990. Atualmente, conforme o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram (2016), há mais de 3.600 organizações museológicas no país, e Porto Alegre é a cidade com a maior taxa *per capita* de museus.

BREVES NOTAS SOBRE COMUNICAÇÃO E MUSEUS

Pensar a comunicação de organizações museológicas é também refletir sobre a comunicação possível entre elas e seus diferentes públicos. Nesse sentido, partindo da ideia de que os museus realizam mediações entre indivíduos e suas realidades, Castro (2009) entende que a comunicação pode contribuir para que as organizações museológicas cumpram sua função social de estabelecer essas relações e de agir para garantir acesso ao acervo e à pesquisa. Assim, dentre outras coisas, as dinâmicas geradas pelos processos comunicacionais na “estrutura social e o entendimento das potencialidades informacionais do saber cultural são importantes para que o museu faça um movimento no sentido de democratização a seu acesso” (Castro, 2009, p.168). Dessa forma, as organizações museológicas afastam-se da ideia de serem espaços sacralizados e de contemplação para se tornarem lugares de produção de sentido pela interação dos públicos. Nessa direção, importa lembrar que Cameron (1971) afirmou a necessidade de transformação do museu-templo, ou seja, local de sacralização, em museu-fórum, isto é, o museu que assume uma postura voltada à comunicação, de forma a permitir mais interação entre a organização e os públicos (e, acrescentamos, entre os próprios públicos) e a promover o debate e o exercício crítico. Em perspectiva semelhante, Cury (2005, p.366) aponta a transição da ideia de museu como “local reservado para expor as poucas coleções particulares” para “uma instituição voltada para a comunicação do patrimônio a ser preservado”.

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que, para os museus, a comunicação assumiu, com frequência, uma abordagem transmissional (restrita ao instrumental e linear). Em perspectiva crítica, Cury (2005, p.75) afirma que para esse modelo o público é entendido como sendo composto por indivíduos “observadores e reativos incondicionais. É uma via de mão única, apesar do *feedback* que é o detector de ruídos e controlador da recepção”. Na mesma direção, Kunsch (2014, p.48) destaca que a comunicação organizacional transmissional “é vista e trabalhada como transmissão de informações, dentro de uma visão linear. Os canais utilizados são de uma só via e a comunicação, portanto, é assimétrica”.

Nessa direção, importa observarmos que, conforme afirma Carvalho (2012, p.4), as organizações museológicas começaram a se aproximar da noção de comunicação organizacional nos Estados Unidos, nas décadas de 1940 e 1950, quando surgiram as primeiras leis de incentivo à cultura. Inicialmente, a comunicação concebida por essas organizações tinha como objetivo a captação de recursos financeiros, por meio de investidores ou novos associados, o que foi seguido de processos voltados a informar os públicos sobre as atividades e coleções dos museus. Essa abordagem teve (tem) foco “na comunicação como uma tecnologia, como ela funciona e quais diferentes agências de técnicas são envolvidas”¹ (Hooper-Greenhill, 1999, p. 16, tradução nossa). Desse modo, a comunicação era (é) reduzida aos processos planejados e auto-orientados, em especial, destinados às exposições e à recepção, com mero intuito de transferência de informação. Assim, os públicos tendiam

¹ No original: “is on the communication, as a technology, how it works and what different agencies of techniques are involved”.



(tendem) a ser concebidos como simples receptores passivos, dentre outras coisas, desconsiderando os contextos políticos, sociais, culturais, e subjetivos em que as mensagens foram (são) recebidas e interpretadas por eles. Nielsen (2014) afirma que esse modelo foi (e, com base nos dados empíricos que empregamos neste estudo, podemos dizer que ainda é) muito empregado nos processos de comunicação dos museus, especialmente com os visitantes.

Como transição para um modelo menos linear, que passa a orientar parcela das organizações museológicas, de acordo com Cury (2005, p.76), assume relevância o modelo linear-circular, sob o qual se passa a admitir que

a participação do público corresponde à sua interpretação e à (re)significação do patrimônio cultural musealizado. Mas não percebeu que a participação do público poderia influenciar o museu. O museu ainda estava preso às possibilidades de impacto e influência sobre o público e não o inverso. A comunicação no museu ainda está sendo orquestrada pelo modelo condutivista que atualmente assume o formato do modelo informacional.

Apesar da preponderância do modelo informacional (transmissional) de comunicação para as organizações museológicas, uma abordagem a partir dos estudos culturais procura compreendê-la como uma série de processos e símbolos sociais por meio dos quais a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada (Hooper-Greenhill, 1999). Sob essa orientação, a construção da realidade se dá por meio de processos de negociação em que os significados são plurais, ao contrário da perspectiva do modelo informacional, que pressupunha que todos os receptores deveriam compreender uma mesma mensagem de modo parecido. Assim, os estudos culturais, e mesmo os fundamentos das teorias semióticas, introduziram aportes fundamentais para a ampliação da potencialidade comunicativa dos museus em relação ao modelo informacional (transmissional, linear), atentando para o fato de que são lugares de produção de sentido.

Em perspectiva mais abrangente, Roque (2010, p.48) afirma que “o museu, tal como entendemos, é um espaço comunicacional por excelência”, pois a comunicação já não fica mais restrita às exposições ou aos objetos, mas pode ser identificada em uma amplitude de ações e espaços e em todas as oportunidades em que os públicos assim entenderem que o museu comunica. Nesse sentido, Nielsen (2014) apresenta a noção de “museu transformativo”, ou seja, a organização museológica que pode transformar o entendimento epistemológico e filosófico sobre a definição do que é um museu. A autora compreende que existe um ponto de intersecção comum que ordena como as organizações museológicas gerenciam e desenvolvem sua comunicação, ainda que os aspectos práticos de como isso se dá possam ser analisados separadamente. Nielsen (2014) também destaca que os processos de comunicação, aprendizagem e interação serão tão variados quanto for a conformação dos museus. E acredita que a compreensão sobre a comunicação de museus está em identificar o complexo contexto no qual o museu se desenvolveu e está inserido, de forma que a maneira como foi constituído irá influenciar a concepção que aquele museu assume e, conseqüentemente, seu entendimento sobre a comunicação. É à luz de uma perspectiva crítica e mais complexa que, a seguir, procuramos contribuir para essa reflexão discorrendo sobre a comunicação de organizações museológicas.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E MUSEUS

Em primeiro lugar, e a partir dos aportes apresentados, ressaltamos a impossibilidade de dissociar a comunicação de uma ideia geral de comunicação, conforme observa Pinto (2008), pois, nesse caso, as organizações são o contexto dos processos comunicacionais e, portanto, o ambiente organizacional se apresenta como lócus em que a comunicação se materializa. Feita essa ressalva, recorreremos a Deetz (2010, p.84) que, assim como vários outros autores, afirma que a comunicação assume, cada vez mais, o reconhecimento de “processo fundamental pelo qual as organizações existem e como ponto central para a análise da produção e reprodução organizacionais”.



Deetz (2010) observa que as novas concepções de comunicação têm deixado de assumir viés de transmissão em perspectiva de levarem em consideração o significado, a informação e o conhecimento e, por isso, são mais inclusivas em relação às pessoas e aos contextos. Ainda de acordo com o autor, as maneiras alternativas de se pensar a comunicação organizacional são baseadas nas concepções sobre produção de sentido e nos diferentes níveis de participação dos interlocutores, ainda que a comunicação seja uma atividade da organização. Nesse sentido, cabe observarmos que se por um lado a comunicação é atividade da organização, por outro, não é possível restringi-la a seu domínio, especialmente no sentido de ser por ela determinada, pois, dentre outras coisas, a comunicação organizacional não pode ser reduzida ao âmbito do autorizado e do gerenciável. Nesse sentido, recorreremos à compreensão de comunicação como “processo de construção e disputa de sentidos” (Baldissera, 2004, p.128), de tal forma que a comunicação organizacional é o “processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (Baldissera, 2008, p.169).

A partir do Paradigma da Complexidade, o autor afirma que a comunicação organizacional compreende três principais dimensões:

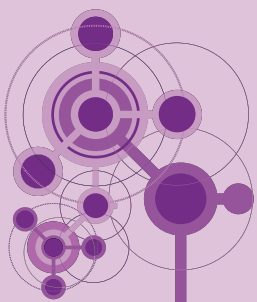
a) a dimensão da “organização comunicada” – que “compreende os processos de comunicação autorizada” (Baldissera, 2009, p.118), isto é, toda materialização comunicacional acreditada pela organização, com preponderância para as falas oficiais e os processos planejados, formais e até disciplinadores, sem, contudo, excluir as falas autorizadas que também podem se realizar sob nuances informais;

b) a dimensão da “organização comunicante” – “que se atualiza quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa/público) estabelecer relação com a organização” (Baldissera, 2009, p.118) – além de abranger toda comunicação realizada na dimensão da “organização comunicada”, a “organização comunicante” também abarca todos os demais processos comunicacionais que se materializam sempre que os sujeitos/públicos estabelecerem relações diretas com a organização (aqui também estão contempladas as relações de caráter informal e, mesmo, aquelas que são desconhecidas da organização); e

c) dimensão da “organização falada” – que compreende todos os processos comunicacionais “que se realizam fora do âmbito organizacional e que dizem respeito à organização” (Baldissera, 2009, p.119) – trata-se, portanto, da comunicação que se materializa fora dos domínios da organização (seus territórios: estruturas física e/ou digital), mas que, de modo indireto, versa sobre ela. São processos que ocorrem sem que a organização possa ter gerência direta sobre eles, o que não impede que ela os monitore quando necessário e/ou possível e, eventualmente, realize ações formais (âmbito da organização comunicada), dentre outros, com o objetivo de minimizar e/ou neutralizar repercussões que não sejam corretas e/ou que se contraponham a seus princípios e desejos.

Essa concepção permite compreender a comunicação que se atualiza nas organizações museológicas como potência transformadora, não restrita aos desejos de gestão, e que têm como pressuposto as interações dos públicos. Assim, em suas múltiplas faces, tanto pode ser empregada para os processos organizativos que possibilitam a ocorrência dos museus como organizações, quanto se manifesta em relações que se estabelecem em encontros, disputas, transações e criações de sentido. Desse modo, os públicos assumem agência no processo constitutivo dessas organizações e redimensionam suas potências. A efervescência interacional produz permanente (re)construção de sentidos de modo que os museus, seus acervos e demais serviços não apenas sejam potências (re)generativas de sentido de si mesmos, mas também de outros sistemas, como o político, o cultural, o educacional e o social.

À luz dessa compreensão, a seguir realizamos a apresentação e discussão de dados empíricos relativos às práticas comunicacionais realizadas por organizações museológicas situadas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.



COMUNICAÇÃO E ORGANIZAÇÕES MUSEOLÓGICAS

Antes de analisarmos as concepções de comunicação que orientam as organizações museológicas em estudo, importa apresentarmos, de modo breve, informações sobre os procedimentos metodológicos empregados por Morás (2019) para a coleta e análise dos dados empíricos. A coleta compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas com 14 representantes² de 12 museus localizados em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no ano de 2018.

A seleção dos museus teve como ponto inicial a Pesquisa Anual de Museus (PAM) de 2014³, realizada em âmbito nacional pelo Ibram, a partir da qual elencamos a temática dos museus como critério para a classificação e a frequência das ocorrências em âmbitos nacional e regional. A partir da categorização dos museus realizada pelo Ibram foram selecionados museus das quatro categorias que, somadas, representavam 92,6% dos museus brasileiros e 94,5% dos museus da região Sul do Brasil (quadro 01). As quatro categorias e sua percentagem em relação aos museus brasileiros são: Antropologia e Arqueologia (9,3%); Artes, Arquitetura e Linguística (15,5%); Ciências Exatas, da Terra, Biológicas e da Saúde (10%); e História (57,8%). Dessa forma, não estiveram representados na amostra deste estudo museus pertencentes às categorias Defesa e Segurança Pública; Educação, Esporte e Lazer; Meios de Comunicação e Transporte; e Produção de Bens e Serviços, que, juntas, contabilizavam apenas 7,4% dos museus brasileiros.

Quadro 1: Percentagem de museus por temática (IBRAM, 2014)

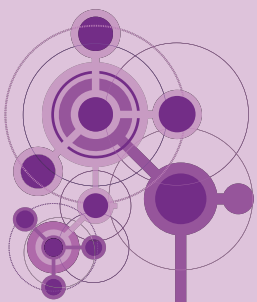
Temática do museu	% de museus no Brasil	% de museus na região Sul do Brasil
Antropologia e Arqueologia	9,3%	8,2%
Artes, Arquitetura e Linguística	15,5%	10,5%
Ciências Exatas, da Terra, Biológicas e da Saúde	10%	9,7%
História	57,8%	66,1%
Outros	7,4	5,5
TOTAL	92,6%	94,5%

Fonte: elaborado com base em dados do PAM/Ibram 2014.

Após essa primeira definição, considerando que a abrangência do estudo era a cidade de Porto Alegre (PoA), capital do estado do Rio Grande do Sul, com base na plataforma *on-line* Museusbr, criada e adotada pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM) do Brasil em 2015, foram identificados e categorizamos os museus localizados nessa cidade. Na sequência, a composição do conjunto de museus a serem estudados considerou a perspectiva da amostragem estratificada, constituída conforme a proporção de museus em cada uma das quatro categorias temáticas, como podemos observar no Quadro 2, a seguir. Importa ressaltarmos que a partir daqui as quatro categorias selecionadas configuram 100% do universo deste estudo.

² Uma organização solicitou que a entrevista fosse realizada com três pessoas, pois todas exerciam atividades relacionadas à comunicação e somente assim seria possível o entendimento sobre a concepção de comunicação para aquele museu.

³ Em nossa investigação não encontramos edições mais recentes dessa pesquisa.



Quadro 2: Definição da amostragem estratificada por temática

Temática do Museu	Quantidade absoluta de Museus em PoA nas categorias selecionadas	Representação em percentagem	Proporção por estrato
Antropologia e Arqueologia	4	5,97%	1
Artes, Arquitetura e Linguística	13	19,40%	2
Ciências Exatas, da Terra, Biológicas e da Saúde	11	16,42%	2
História	39	58,21%	7
Total das quatro categorias	67	100%	12

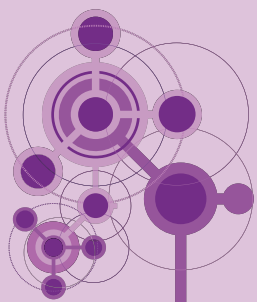
Fonte: elaborado com dados do CMN (2015).

Após a definição do número de museus por estrato, dois critérios foram empregados para estabelecer quais organizações seriam pesquisadas: a) contato com o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul para identificação dos museus mais visitados em Porto Alegre, por categoria; e b) devido ao fato de o critério anterior não produzir dados suficientes para a definição dos 12 museus a serem estudados, foi adotado o critério complementar de localização: preferência para museus localizados na região central da cidade, pois são mais facilmente acessados.

Na sequência, foram estabelecidos contatos com as organizações museológicas selecionadas e identificados os entrevistados. Observamos que a seleção se deu, sempre que possível, a partir das suas atividades relacionadas à área de comunicação em cada museu. Entretanto, a realidade dos museus é a de que nem todos contavam (contam) com um setor e/ou profissional da área da comunicação em suas estruturas. Diante disso, para os casos em que não havia profissional de comunicação, as entrevistas foram realizadas com a pessoa responsável (e com mais proximidade) pela gestão e/ou implementação dos processos formais de comunicação. Essa condição se traduziu em um conjunto variado de perfis de respondentes, seja por sua posição hierárquica na estrutura organizacional – diretores, coordenadores e funcionários sem cargo diretivo –, seja por sua área de formação – Comunicação, Ciências, História, Museologia e Artes, dentre outras.

A este ponto, após detalhar os requisitos adotados para a seleção dos museus e dos entrevistados, podemos agrupá-los sob dois critérios: a) segmentação (a quantidade de museus obedeceu à proporção de cada estrato); e b) acessibilidade (possibilidade de acesso ao representante de determinada organização).

Realizadas as entrevistas, para a interpretação dos relatos, foi empregada a análise de conteúdo (AC) conforme Bardin (2011), atentando para considerar as questões objetivas sem descartar as impressões subjetivas. Assim, a partir da análise dos dados empíricos, foram estruturadas as categorias e subcategorias em relação às concepções que os museus têm sobre a comunicação organizacional, e evidenciados os principais objetivos de essas concepções serem adotadas, como fica expresso nas subcategorias (Quadro 3). Reafirmamos que a coleta de dados procurou atender para a comunicação em sua complexidade e variedade de processos, portanto não reduzida às exposições, assessorias de imprensa e/ou divulgação.



Complementarmente, ressaltamos que as categorias são apresentadas de acordo com a frequência com que foram referidas, de tal forma que a Comunicação como Difusão foi a que teve maior frequência entre as respostas dos entrevistados e a Comunicação Idealizada como Diálogo foi a de menor frequência. Observamos, ainda, que, embora para fins de apresentação fique mais objetiva a análise por categorias e subcategorias, no âmbito da comunicação das organizações museológicas é impossível classificar um museu exclusivamente em uma ou outra categoria. De fato, o que ficou evidente em nosso estudo é que se trata de nuances de características das diferentes categorias que orientam a comunicação dessas organizações, a depender dos processos e públicos (o que evidencia a complexidade da comunicação compreendida e colocada em prática nos museus), com preponderância para a perspectiva difusionista.

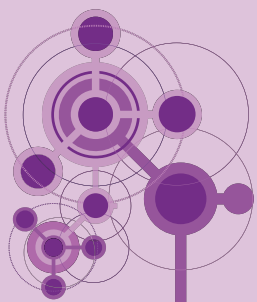
Quadro 3: Concepções de comunicação dos museus

Categoria	Subcategoria	Núcleo de sentido
Comunicação como Difusão	Difusão de informação	Divulgação de ações e eventos
	Difusão de conhecimento científico	Importância da pesquisa; apropriação da pesquisa
Comunicação como Transmissão	Recurso de transmissão	Atividade técnica; atingir maior público
	Divulgação	Organização como emissora/ protagonista
Comunicação como Publicização	Estratégia de visibilidade	Competição com outras atividades; alcance de visibilidade
	Estratégia de captação	Ampliar público; captar recursos
Comunicação Vinculativa	Disponibilidade para a interação	Mostrar-se disponível ou aberto; objetivo de aproximação
	Sedução	Conquistar e gerar vínculos com públicos; melhorar as experiências no museu
	Manutenção dos relacionamentos	Aproximação com os públicos; estratégias de relacionamento
Comunicação como Mediação	Mediação de exposições	Mediação específica nas exposições
	Mediação como processo para o <i>feedback</i>	Mediação como espaço de escuta
Comunicação Idealizada como Diálogo		Desejo de comunicação dialógica

Fonte: MORÁS, 2019, p.83.

Na sequência, a análise das concepções de comunicação dos museus em estudo contempla cada uma das categorias e subcategorias em particular.

a) *Comunicação como Difusão*: trata-se dos processos comunicacionais empregados pelos museus para oferecer informações (e outras mensagens) aos diferentes públicos e ser compreendidos por eles, objetivando um efeito maior do que a divulgação de informações através de um simples processo de transmissão. A noção de difusão adotada aqui é amparada pela etimologia da palavra, que remete à ideia de *enviar para longe, espalhar*, e sua relação com o significado de *fundir*, qual seja, com a ideia de juntar, unir. A comunicação como difusão foi verificada em relação a dois objetivos: 1) difundir informações gerais acerca



da organização, suas atividades e acervo; e 2) difundir conhecimento científico, particularmente a partir das pesquisas realizadas nos museus. Esse posicionamento pode ser amparado nos seguintes excertos de entrevistas:

Na própria missão do museu já vem bem claro, assim... ó: gerar, preservar e **difundir o conhecimento**. Então eu penso que nesse "difundir" já tá a própria missão do museu. (E11)⁴

Difusão desses acervos, promoção de atividades para alcance da comunidade em geral a esse acervo e gerenciamento de ações também de acesso em **pesquisa**. (E12)

apresentar de uma maneira **compreensível** e **que faça sentido** dentro do nosso contexto, ou praticamente uma tradução, ou uma versão. (E8)

Nesses excertos são evidentes as intenções de a comunicação ser realizada de modo "compreensível" com o objetivo de os públicos se apropriarem das informações difundidas.

b) *Comunicação como transmissão*: contempla os processos de emissão de informações sobre acervos, atividades e pesquisas em fluxo linear e unidirecional dos museus para os públicos. Sob essa categoria (atrelada ao meio e ao conteúdo), a comunicação é pensada como: 1) recurso de transmissão, sendo seu entendimento bastante restrito e a comunicação reduzida a instrumento ou recurso (E12); e 2) divulgação, que ocorre do museu para os públicos, sem, necessariamente, expectativas de que o que foi comunicado seja percebido pelos diferentes públicos, o que evidencia postura de comunicação como atividade técnica, sem interação e/ou processos de retroalimentação; os públicos são apenas alvos da comunicação (E5).

Então, para mim, a **comunicação é o recurso**, digamos assim, que dá significado para os espaços de museu, que viabiliza né esse significado. (E12)

Olha, a gente espera então realmente **atingir o nosso público-alvo**, né? Pode não atingir? Pode. (E5)

c) *Comunicação como publicização*: aqui está contemplada a ideia de comunicação como meio de levar determinadas informações ao conhecimento público; assume, portanto, viés mais estratégico. Deixa de ser compreendida como simples tecnologia, e as ações comunicativas são planejadas e administradas pela organização com objetivos específicos. Nessa direção, é empregada como: 1) estratégia de visibilidade, baseada no entendimento de que as organizações museológicas precisam ser vistas para serem (re)conhecidas, e que é preciso selecionar as informações às quais dar visibilidade, de acordo com os objetivos pretendidos; e 2) estratégia de captação, objetivando obter retornos de público (para um evento, por exemplo) e de recursos (em particular, recursos financeiros), conforme excertos a seguir:

É, não queria usar essa palavra, mas **se mostram mais atrativos para o público, pra sociedade que a gente tem hoje**. (E9a)

O objetivo é aumentar a visitação da casa [...] Então o principal objetivo é a visitação, é fazer a circulação aqui dentro da casa. (E6)

d) *Comunicação vinculativa*: concebida como forma de os museus estabelecerem e/ou manterem vínculos com seus públicos, essa perspectiva atenta para a estruturação de relações de diferentes qualidades, tanto para gerar identificações quanto pertencimentos. Nessa direção, as organizações museológicas: 1) dispõem-se à interação, ou seja, comunicam aos públicos suas intenções e disponibilidade para interagir; 2) seduzem, isto é, aproximando-se da ideia de sedução de Lipovetsky (2000), estrategicamente, procuram exercer forte influência sobre os públicos, particularmente os que, de alguma forma, apresentam predisposição para o aprofundamento dos vínculos; e 3) mantém relacionamentos mediante comunicação, aproximando-se

⁴ Os entrevistados (E), em referência às organizações museológicas a que estão vinculados, foram enumerados de 1 a 12. Obs.: como a organização 9 teve 3 entrevistados, sua codificação foi 9a, 9b e 9c.



dos públicos. Entendida como fundamental para o estabelecimento e/ou fortalecimento dos vínculos, sob esse olhar, a comunicação é concebida como potência para gerar entendimentos e produção de significação. Em perspectiva dos modelos semiótico e/ou dos estudos culturais, pela comunicação os públicos adentram a esfera das organizações museológicas e vice-versa, conforme podemos inferir dos seguintes excertos de entrevistas:

A comunicação, ela é fundamental, o museu tem que estar aberto para a comunicação nesse sentido mais amplo [...] estar aberto ao público, aberto ao contraditório, o museu tem que estar aberto para a crítica, aberto ao erro. (E9c)

[...] a nossa comunicação tem que estabelecer um diálogo que tu consiga seduzir, que tu consiga mostrar para aquelas pessoas que é um espaço legal, que ela se sinta acolhida e que principalmente ela tenha vontade de voltar. (E9c)

Olha, a comunicação dos museus, o objetivo fundamental dela é, então, ela ter um elo com a comunidade. (E5)

e) *Comunicação como mediação*: a ideia de mediação é peculiar às organizações museológicas, uma vez que diz respeito àquela que ocorre, predominantemente, nas exposições. Trata-se principalmente dos processos de mediação pedagógica realizada pelos museus. Em perspectiva de mediação, a comunicação é empregada: 1) nas exposições (E7), diretamente ligada às atividades de recepção e condução e/ou acompanhamento de público; e 2) para obter *feedback* (E3), considerando as repercussões realizadas pelos públicos, de forma que essa atividade seja compreendida como maneira de as organizações museológicas obterem retornos (como avaliações) de seus visitantes.

Acho que o principal comunicador no museu é o mediador, uma pessoa que está ali para receber o visitante (E7)

A gente normalmente está tendo um *feedback* dos professores sempre muito satisfeitos assim. É raro um professor ter alguma insatisfação com a mediação, que é justamente essa comunicação do museu com seu público. (E3)

f) *Comunicação idealizada como diálogo*: essa concepção, idealmente, procura ir além das ideias de aproximação e relacionamento. Entretanto, para evitarmos equívocos interpretativos, importa ponderarmos que, se por um lado, o termo "diálogo" é bastante citado nas respostas dos entrevistados ("estabelecer diálogo", "diálogo com os públicos" etc.), por outro, as materializações comunicacionais relatadas tendem a não traduzir a ideia de diálogo como prática. Assim, embora parte dos dados obtidos tenha potência para indicar que as organizações museológicas levam em consideração as impressões dos públicos e estão abertas às suas contribuições, de acordo com os relatos, com frequência, não parece que almejem de fato o diálogo com seus diferentes públicos; muitas vezes não passa da ideia de conversação. Por isso, avaliamos que a noção de diálogo, para essas organizações, caracteriza-se mais como condição de ideal de comunicação.

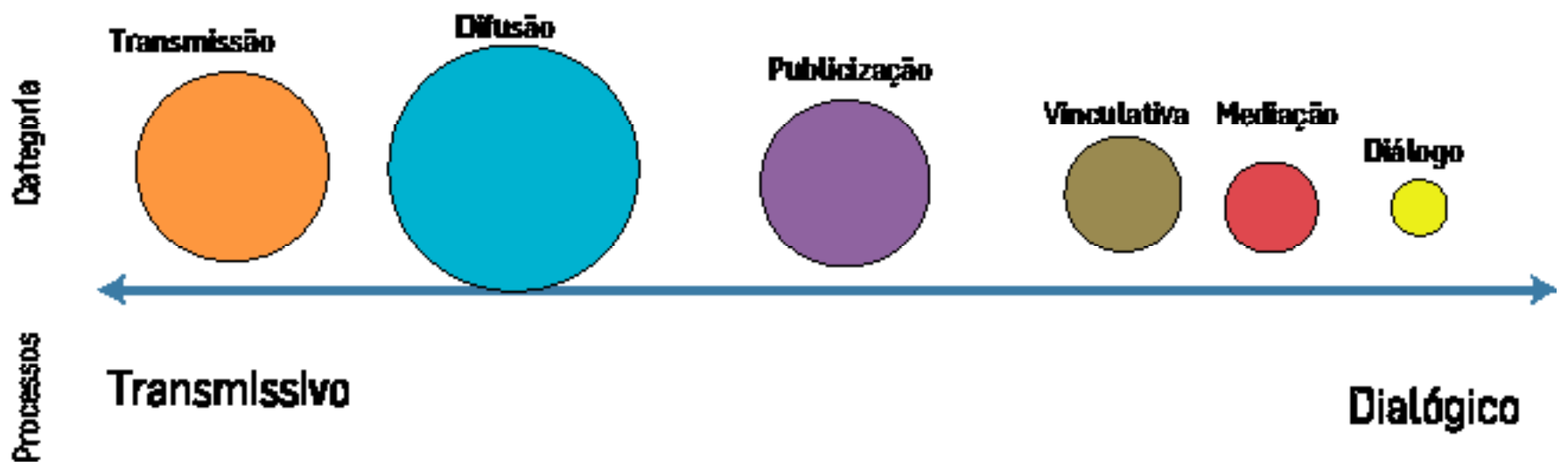
Esse diálogo com a comunidade... nem é um diálogo, mas essa comunicação com a comunidade (E12)

Então a gente sempre busca um diálogo com outras, principalmente com essas áreas da cultura, não que a gente também não seja cultura, mas do cinema, artes visuais, artes plásticas. A gente sempre busca um diálogo (E11)

Após discorrermos sobre as categorias que revelam as principais concepções de comunicação das organizações museológicas e algumas das implicações, a seguir, na Figura 1, apresentamos a distribuição dessas concepções e suas incidências (quanto maior o diâmetro, maior a incidência) em uma linha que articula desde a perspectiva transmissiva até a do diálogo.



Figura 1: Concepções de comunicação das organizações museológicas e incidências



Fonte: Morás, 2019, p.135.

A Figura 1 permite ver de modo objetivo o quanto as concepções de comunicação dos museus ainda se qualificam como transmissivas e difusionistas, apesar de também evidenciar importantes avanços em perspectiva relacional-vinculativa. Além disso, importa ressaltarmos que verificamos a ocorrência concomitante de mais de uma categoria em uma mesma organização.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DE MUSEUS

Primeiro, destacamos que a coleta dos dados que embasam esta pesquisa ocorreu em período anterior à pandemia por Covid-19, porém já em um cenário de precariedade para o setor museal brasileiro, exemplificado em casos de falta de segurança que ocasionaram incêndios, como o do Museu Nacional em 2018, e a falta de acesso à internet como mencionado por alguns dos entrevistados para este estudo. Nesse sentido, em relação a alguns dos impactos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), recorreremos a Beiguelman (2020, p.21) que afirma que "com a pandemia, descobrimos que museus, galerias e instituições culturais estão na idade da pedra da Internet", e consideramos que a suspensão das visitas presenciais impactou os processos de comunicação dos museus com parte significativa de seus públicos, especialmente os visitantes. Se, por um lado, o uso das tecnologias pode ter feito com que alguns museus tenham chegado a mais pessoas, por outro, a concorrência com outras organizações que também virtualizaram suas atividades e o afastamento físico podem ter ampliado a falta de comunicação e relacionamento dos públicos com as organizações museológicas. Entretanto, no atual momento, compreendemos que grande parte das ações comunicacionais nos/dos museus foram retomadas e tendem a manter as características do que eram anteriormente – em termos de concepções, evidentemente.

Feita essa ressalva, reafirmamos que os dados empíricos, apesar de relativos a um conjunto restrito de museus localizados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, revelaram a centralidade que a comunicação tem para essas organizações. Porém, isso não significa, em si, que se trate de comunicação em sua potência dialógica, com ampla participação dos públicos. Pelo contrário, conforme análise em conjunto (em que há importantes diferenças entre as várias organizações), essa centralidade compreende três principais concepções: os processos transmissivos, de difusão e de publicização. Trata-se, portanto, de concepções de comunicação que se caracterizam por processos informacionais, lineares, em que os públicos tendem a ser percebidos como alvos da comunicação. Mesmo sob a perspectiva de mediação, não ocorrem significativas mudanças, pois, novamente, trata-se de o museu mediar o processo que se estabelece entre a exposição e os públicos, de modo geral mais em perspectiva de atender os interesses da organização com sua exposição do que de ser espaço para os públicos se realizarem como possibilidade, propriamente dita, e produzirem significação. Essas compreensões de comunicação



ainda confluem para as concepções de museu-templo e museu-fórum apresentadas por Cameron (1971), em que o museu, em certos casos, assume postura de ser depósito de obras, documentos, objetos etc. e/ou se volta para a sua sacralização.

Ressaltamos que, apesar da preponderância dessas concepções de comunicação nas organizações museológicas, no âmbito de seus processos e idealizações também se atualizam concepções de comunicação vinculativa e dialógica. Nessa perspectiva, identificamos que, quanto mais os processos se reduzem ao planejado e desestimulam outras possibilidades, menos abrangente tende a ser a noção de comunicação adotada, e quanto mais ampla a maneira como os museus concebem a comunicação, melhor aceita é a ocorrência de processos não planejados. Nessa perspectiva mais complexa de comunicação organizacional, os diferentes sujeitos participam de modo mais ativo da produção de significação nos diferentes processos interacionais que estabelecem diretamente com os museus, inclusive de forma crítica, e também, sob o prisma da "organização falada" (Baldissera, 2009), realizada em outros ambientes.

Por fim, importa reafirmarmos que reconhecemos os museus como organizações fundamentalmente comunicacionais. Evidentemente, essa comunicação organizacional assume diferentes características, desde os processos mais informativos e burocráticos, até os processos de fruição e possibilidade que, inclusive, extrapolam os territórios da própria organização, como os que se dão no âmbito da "organização falada", pela circulação de imagens de uma exposição, por exemplo. Assumir essa concepção pressupõe compreender que a potência de produção de sentidos dos museus não pode ser manejada pelos e/ou reduzida aos processos de gestão.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. A Complexidade dos processos comunicacionais e interação nas organizações. *In*: MARCHIORI, Marlene. *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. v. 2. São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p.199-213.

_____. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade. *In*: OLIVEIRA, Ivone de L.; SOARES, Ana Thereza N. *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. p.149-177.

_____. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, São Paulo, Abracorp, ano6, n.10/11, 2009, p.115-120. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013>

_____. *Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação*. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. 294f.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEIGUELMAN, Giselle. *Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana*. São Paulo: Escola da Cidade, 2020. Coleção outras palavras, v. 8

BORGES, Luiz C. Museu como espaço de interpretação e de disciplinarização de sentidos. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2011, p.37-62.

CAMERON, Duncan F. The Museum, a Temple or the Forum. *Curator: The Museum Journal*, Washington D.C., v.14, n.1, p.11-24, 1971. doi: <https://doi.org/10.1111/j.2151-6952.1971.tb00416.x>



CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Museu: novos aspectos informacionais, comunicacionais e gerenciais. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2012, p.103-123.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *O Museu: do sagrado ao segredo*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus. *In: Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, I*, 2009, Porto. *Actas...*, v. 1. Porto: Faculdade do Porto, 2010. p. 269-279.

DEETZ, Stanley. Comunicação organizacional: fundamentos e desafios. *In: MARCHIORI, Marlene (org.). Comunicação organizacional: reflexões, processos e práticas*. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

HOOVER-GREENHILL, Eilean (ed.). *The educational role of the museum*. London: Routledge, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Pesquisa Anual de Museus*. 2014. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/pesquisa-anual-de-museus/>. Acesso em 30 jul. 2017.

_____. Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, 2016. Disponível em <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL. Nova definição de museu. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em http://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 29 jan. 2023.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n.2, p.35-61, 2014. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p35-61>

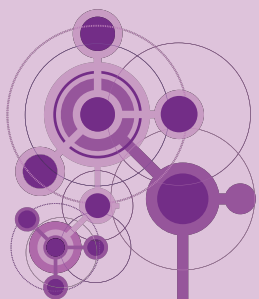
LIPOVETSKY, Gilles. Sedução, publicidade e pós-modernidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.7, n.12, p.7-13, 2000. doi: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2000.12.3062>

MORÁS, Nicole Sberse. *Comunicação organizacional de museus de Porto Alegre/RS, Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. 159f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196375>. Acesso em: 7 fev. 2023.

NIELSEN, Jane K. Museum communication: learning, interaction and experience. 2014. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Saint Andrews. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10023/5770>. Acesso em 7 fev. 2023.

PINTO, Júlio. Comunicação organizacional ou comunicação no contexto das organizações. *In: OLIVEIRA, Ivone de L.; SOARES, Ana Thereza N. (org.). Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. Comunicação no museu. *In: BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.). Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p.47-68.



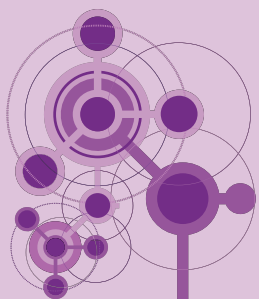
URIBE, Pablo Múnera. *La idea de organización: una concepción ampliada para una acción efectiva*. Medellín: Comunicación, 2007.

WEICK, Karl E. *Sensemaking in organizations*. London: Sage, 1995.

Artigo recebido em 30/08/2022 e aprovado em 06/02/2023.

RESENHAS





Esther Vivas

Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade

Timo

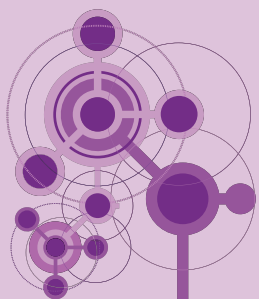
São Paulo, 2021

288 páginas



Ana Paula Hoffmann Frittoli Basaglia

- Doutoranda em Design na Universidade Anhembi Morumbi.
- Mestre em Design pela Universidade Anhembi Morumbi.
- Especialista em Design Gráfico pela Fundação Armando Álvares Penteado.
- Designer gráfico e publisher.
- E-mail: ana.basaglia@gmail.com



A maternidade desobediente e insubmissa

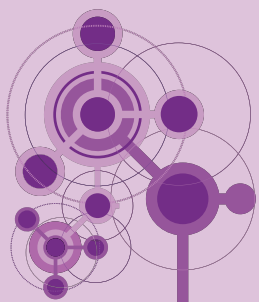
The disobedient and unsubmitive maternity

La maternidad desobediente e insumisa

Em *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade*, a jornalista, socióloga e escritora espanhola Esther Vivas (2021) faz uma investigação dos diversos sentidos que envolvem a maternidade (gravidez, infertilidade, parto, perda gestacional, puerpério, amamentação), alguns apontados como “invisíveis no âmbito doméstico” (Vivas, 2021, p.13), e tece reflexões sobre os desafios que as mulheres mães enfrentam hoje. Segundo a autora, o livro pretende contribuir para que as pessoas pensem a maternidade a partir de uma perspectiva feminista, ao propor uma maternidade desobediente e insubmissa, que rompa com os arquétipos impostos às mulheres ao longo da história, quer seja a maternidade patriarcal (quemanteve a mãe presa no lar e desvalorizou seu trabalho no cuidado com os filhos) ou a concepção neoliberal atual (em que a criação e o cuidado da prole se submetem ao mercado). Além de escritora, Vivas é ativista política envolvida com ações a favor da soberania alimentar e membro do Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, onde pesquisa movimentos sociais contemporâneos e práticas alternativas ao modelo dominante de produção, distribuição e consumo. O livro é sua obra mais recente e resultado de sua experiência como mãe, elaborado a partir das inúmeras perguntas que se fez durante a gestação e das respostas que encontrou em suas pesquisas a partir desta vivência. Apesar da perspectiva pessoal, Vivas sustenta que a leitura é indicada a todas as pessoas que acompanham os processos de criação, uma vez que a maternidade implica-nos a todos.

Depois de uma breve introdução, a publicação está dividida em três partes – “Maternidades em disputa”, “Meu parto é meu” e “O peito é o leite” –, que abordam aspectos distintos da maternidade feminista que a autora propõe. Na “Introdução”, Vivas (2021, p.14) ressalta que respeita as práticas eventualmente distintas das outras mães, uma vez que cada uma faz o que pode com o tempo e as circunstâncias de que dispõe, mas sustenta que o atual modelo de maternidade, parto e lactância que o patriarcado e o capitalismo nos impõem, em função de seus interesses, mostra-se hostil às mulheres e bebês. E, apesar de não pretender escrever uma autobiografia, reconhece que foi difícil não explorar sua experiência pessoal num tema que lhe toca tão de perto, posto que o que acontece às pessoas marca, em boa medida, seu jeito de ver o que as circunda – a nós e a tantas outras mulheres de nossa geração, observa.

Na primeira parte, “Maternidades em disputa”, o texto propõe uma reflexão sobre o que significa ser mãe, reconhecendo que não se deve falar em maternidade única pois cada experiência depende do contexto no qual a mulher está inserida: não existem modelos universais. Os mitos da perfeição, os dilemas da modernidade (ficar em casa ou sair para trabalhar); as pressões para se seguir um modelo patriarcal que dita inúmeras regras muitas vezes contraditórias; os malabarismos para conciliar maternidade, vida pessoal e trabalho; a questão das licenças no pós-parto; o trabalho solitário que é cuidar das crianças com tantas tarefas invisíveis nas costas femininas: é extensa a lista de aspectos que a autora enumera para serem considerados. Maternidade compulsória, maternidade solo, adoção, aborto, as madrastas e as barrigas de aluguel (que são objeto de polêmicas, uma vez que carecem de regras claras e acabam se tornando, muitas vezes, apenas um negócio de reprodução assistida, às custas da apropriação banal do ventre feminino) também são assuntos abordados.



No capítulo 3, a autora reflete que a maternidade costuma ser um tema menosprezado pelos movimentos sociais e pelas feministas em geral, ainda que isso esteja mudando aos poucos. Segundo Vivas (2021, p.63), “a militância não é pensada para ser compatível com a maternidade”, basta observar os locais inapropriados para receber mães e seus bebês e crianças pequenas em assembleias, por exemplo. Mas “a crise dos sistemas de bem-estar e a mercantilização generalizada da vida, por um lado, e a mudança do papel da mulher na sociedade e na estrutura familiar, por outro, revitalizaram as discussões sobre o que significa ser mãe” (Vivas, 2021, p.64). Na sequência, ela tece considerações sobre alguns aspectos históricos sobre a maternidade e analisa como o feminismo lidou com os desafios de pensar a maternidade como algo positivo, a partir dos anos 1970 e 1980, apesar de ser um tema desconfortável para o movimento até os dias atuais. O capital, pontua, beneficiou-se com o confinamento das mães em casa: pessoas precisam de cuidados – essa vulnerabilidade é intrínseca ao ser humano, notadamente os bebês, os idosos, os doentes – e, via de regra, são as mulheres que fazem este trabalho barato e invisível. Entretanto, vivemos numa sociedade que menospreza a fragilidade humana e pouco se fala sobre uma “política do cuidado”. Ao defender que as mulheres devem buscar o trabalho, a competição, o sucesso e todo o imaginário liberal, o feminismo institucionalizado acaba invisibilizando a maternidade. Vivas (2021, p.108) propõe pensar numa revalorização feminista e emancipatória da criação, que rompa tanto com a maternidade patriarcal quanto com a maternidade liberal, pois “a maternidade não pode seguir sendo uma questão desconfortável para o feminismo” (p.113).

A segunda parte, “Meu parto é meu”, aborda as inúmeras questões relacionadas ao modelo de parto que as mulheres vivenciam nos dias atuais. O texto traça um panorama histórico da assistência ao parto, tradicionalmente um assunto feminino, e explica como isso paulatinamente foi sendo transferido para a esfera masculina, quando o controle de natalidade se converteu em uma questão de Estado. O parto sai do âmbito privado e torna-se um processo medicalizado, sob a hegemonia da assistência médica hospitalar; o nascimento deixa de ser um processo fisiológico, e o protagonista, agora, passa a ser o médico. A lógica produtivista e patriarcal dita como as mulheres devem parir, menosprezando os saberes femininos em prol de um olhar técnico-científico, muitas vezes inexato. O controle dos corpos femininos e do parto se instala de vez: o fim da dor no parto (que outrora era instrumento de submissão da mulher) passa para as mãos exclusivas dos médicos, os únicos autorizados a administrar anestesia nos hospitais, e as parteiras perdem espaço de vez. Observa-se, a partir deste momento, o que hoje chamamos “violência obstétrica”, um conjunto de atitudes e procedimentos executados pela equipe de saúde que sujeitam e maltratam a parturiente e, por extensão, prejudicam o bebê na hora do nascimento. Parto respeitoso, parto natural, mortes perinatais e/ou gestacionais e abortos, indesejados ou não, complementam esta seção.

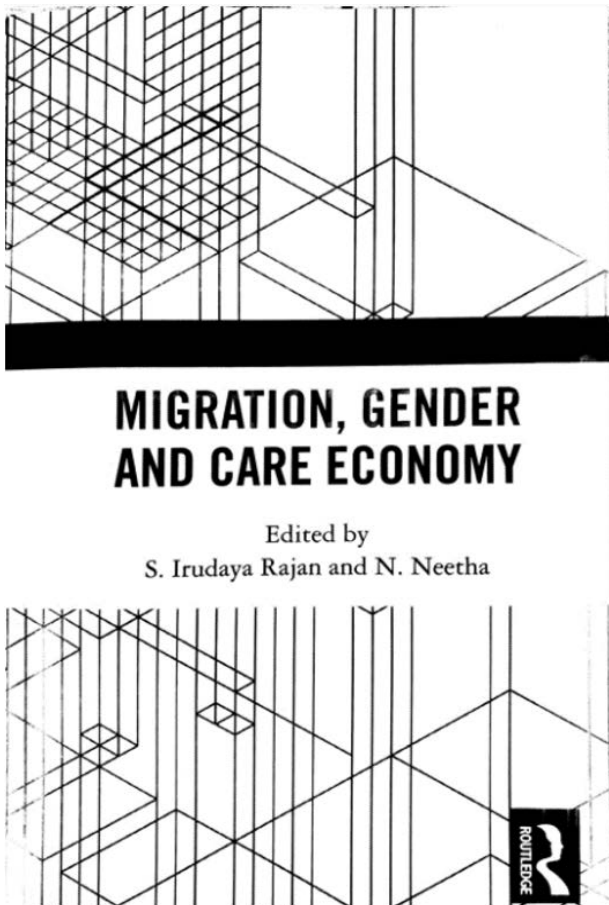
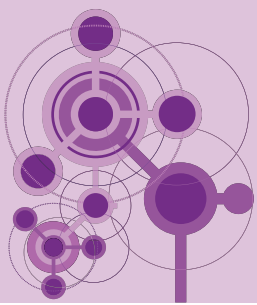
“O peito é o leite”, a terceira parte, trata das questões do aleitamento. O texto inicia com um capítulo falando da mamadeira como negócio e aponta que a incapacidade física de produzir leite materno atinge apenas 3% das mães. Certamente algumas mulheres não desejam amamentar e isso deve ser respeitado, mas o ponto é que vivemos numa sociedade que constantemente coloca obstáculos para a amamentação. A crítica da autora se dirige, portanto, à indústria de leite artificial que induz as mulheres a acreditarem que seu produto é semelhante ao leite materno; não é. Alimentar os bebês tornou-se um objeto de lucro; a indústria de alimentos, as farmacêuticas, as distribuidoras etc. têm enormes benefícios com a fórmula artificial (Vivas, 2021, p.208) e costumam iniciar o assédio às mães oferecendo inocentes mamadeiras. O aleitamento materno é um direito fundamental da mãe e do bebê e beneficia toda a sociedade. Esta parte do texto oferece ao leitor um capítulo com o contexto histórico da amamentação e mostra como a indústria da fórmula cresceu junto com a industrialização, onde não dar o peito tornou-se um emblema da modernidade e do progresso (Vivas, 2021, p.212). A autora acentua os benefícios do leite materno, ressaltando a insustentabilidade do leite artificial, e relaciona o aleitamento materno, como prática, a uma expressão de “soberania alimentar”, um conceito muito interessante que ela explica minuciosamente a partir da página 236. Para Vivas (2021), a indústria agroalimentar e a indústria do leite artificial são a mesma coisa; as principais multinacionais veem as crianças de hoje como os consumidores de amanhã. O aleitamento materno é bom para a saúde dos bebês e das mães também. Assim, ele pode – e deve – ser considerado uma prática feminista, já que favorece as mulheres, em particular, e, também, a comunidade, de modo geral. Dar o peito não deve ser encarado como uma imposição e está além de uma questão



de saúde. Portanto, um feminismo que não apoia o aleitamento materno acaba expressando, mesmo involuntariamente, desconforto e desconfiança com o corpo feminino e as habilidades biológicas das mulheres, o que contradiz a razão de ser de qualquer movimento emancipatório (Vivas, 2021, p.242). A obra encerra falando das “lactivistas”, termo sem definição formal no dicionário, mas que aponta para um movimento de mulheres que está trazendo o peito à luz pública e transformando o ato de amamentar em uma ação social e reivindicativa.

Apesar de abordar tantos tópicos, *Mamãe desobediente*, originalmente escrito em 2019 e lançado no mercado brasileiro em 2021 pela Editora Timo, possui um texto fluido e está fartamente referenciado, com uma diagramação confortável e limpa. Olivro traça um panorama amplo da maternidade, conferindo-lhe valor político, social e econômico (que lhe tem sido negado) e demonstra porque devemos colocar a maternidade com viés feminista no centro do debate público, se planejamos alcançar a igualdade de gênero na sociedade em que vivemos.

Artigo recebido em 14/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.



S. Irudaya Rajan e N. Neetha (ed.)

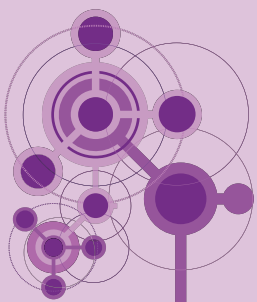
Migration, gender and care economy

Routledge
Abingdon, 2019
205 páginas



Sandra Ruiz Moriana

- Doutoranda na área de Mulheres Migrantes e Mercado de Trabalho Irlandês.
- Mestre em Igualdade de Gênero e Questões Femininas e em Criatividade, Inovação e Liderança pela Universidad Complutense de Madrid.
- Pesquisadora em questões relacionadas a mulheres migrantes, particularmente tráfico humano, participação política e emprego.
- Escreve regularmente sobre essas questões para a mídia nacional espanhola "La Vanguardia".
- Coordenadora do projeto Global Migration Media Academy (GMMA) – International Organization for Migration (IOM-UM).
- Intérprete de língua de sinais espanhola.
- E-mail: : sandra-moriana@hotmail.com



A faca de dois gumes da feminização do mercado de trabalho

The double-edged sword of the feminization of the work market

El arma de dos filos de la feminización del mercado laboral

A publicação de 2019, *Migration, gender and care economy*, faz parte de uma coleção de trabalhos acadêmicos interconectados que examinam o papel das mulheres migrantes no cuidado e na economia global, principalmente como trabalhadoras assalariadas e enfermeiras. Este livro é baseado em estudos de pesquisa qualitativa realizados com mulheres do Sul da Ásia, predominantemente indianas, de várias origens e experiências de vida.

As editoras da obra, S. Irudaya Rajan e N. Neetha, recompilaram em 12 capítulos uma ampla gama de acadêmicas para estimular a mente dos leitores. Ambas as editoras são renomadas no campo da migração, das mulheres e do mercado de trabalho do Sul da Ásia. A professora Irudaya Rajan é acadêmica do Centro de Estudos de Desenvolvimento (CDS), na Índia, e atuou como presidente da Unidade de Pesquisa sobre Migração Internacional (Rium) de 2006 a 2016. A professora Neetha é membro sênior (Professora) e diretora adjunta do Centro para Estudantes de Desenvolvimento da Mulher (CWDS), na Índia.

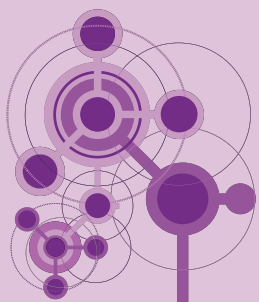
As diferentes publicações apresentam e exploram a dimensão de gênero durante o processo de migração para entender melhor os papéis e experiências das trabalhadoras migrantes ou “mulheres deixadas para trás” (mulheres que permanecem em suas casas enquanto seus maridos migram). Para isso, os 12 capítulos aprofundam a interseção com outros sistemas de opressão e discriminação – sexismo, classismo ou discriminação por idade – que impactam a integração da mulher migrante. No livro, o empoderamento da mulher migrante também é examinado, bem como o impacto da migração em sua vida pessoal e profissional. Elas também exploram como as mulheres migrantes são requeridas para se ajustarem às normas e expectativas culturais, além do planejamento urbano e políticas governamentais dos países de origem e destino.

Um fio condutor que perpassa as pesquisas é a heterogeneidade dos grupos de mulheres migrantes e suas necessidades específicas. Também é levada em consideração a ausência de coleta de dados de mulheres migrantes e o uso desses dados para tornar visível o papel das mulheres durante o processo de migração e das mulheres deixadas para trás.

O livro contém uma grande quantidade de informações importantes e relevantes para serem discutidas; no entanto, escolhi o que considero serem suas principais mensagens, sem pretender simplificar a complexidade e a riqueza dos resultados de cada pesquisa.

SUB-REPRESENTAÇÃO DOS DADOS DE MIGRAÇÃO FEMININA

O ato de trazer o gênero para a posição central nos estudos migratórios é um esforço para remediar muitas décadas de desconsideração do gênero como categoria baseado na conjectura de que as mulheres eram meramente migrantes passivas como esposas, filhas, irmãs ou mães que iam junto como adidas/adjutoras do número da marca migratória. O único critério era quantificar o “sexo” como uma variável. (Pessar, 1988, p.195-215, tradução nossa)



Embora a proporção de mulheres migrantes tenha permanecido elevada durante a última década, as estatísticas não representam a natureza de que a migração está mudando, bem como as condições que ilustram os fatos do papel das mulheres migrantes.

Como resultado, o livro destaca, em várias ocasiões (como nos capítulos 1, 2, 3 e 9), o fracasso dos pesquisadores em analisar de forma abrangente a complexidade e a heterogeneidade do fenômeno migratório feminino. Ele também exige mais pesquisas para explorar profundamente e abordar o impacto das trabalhadoras migrantes como agentes ativos na sociedade e na economia global nos países de origem e destino.

INTERVENÇÕES POLÍTICAS

Os capítulos 1, 3, 10 e 12 advogam a necessidade de que os estados de origem e destino garantam os direitos e a proteção das trabalhadoras migrantes, que atuam no trabalho doméstico e de cuidados remunerado, sem afetar o direito à livre circulação.

A migração para os países do Golfo é um caminho de emprego atraente para as mulheres da Índia, das Filipinas e de outros países vizinhos. Entretanto, ele não garante uma rota segura para elas. Segundo Panchali Ray (2019, p.47, tradução nossa), “regimes de emprego e movimentos trabalhistas se cruzam dentro de uma economia largamente globalizada, patriarcal e capitalista com resultados complexos no contexto da exploração e do barateamento da mão-de-obra”.

O livro explora uma restrição feita pelo governo da Índia que visa proporcionar uma migração segura e ordenada para mulheres na categoria “não qualificadas”, protegendo-as de serem exploradas e traficadas. No entanto, ele argumenta criticamente que esta imposição estatal polêmica também persuade mulheres jovens e solteiras a procurarem caminhos informais ou ilegais, expondo-as a condições precárias e aumentando suas chances de se tornarem vítimas do tráfico humano. Revela também o contínuo fracasso em abordar o sistema patriarcal que continua a restringir e controlar a mobilidade e a liberdade das mulheres.

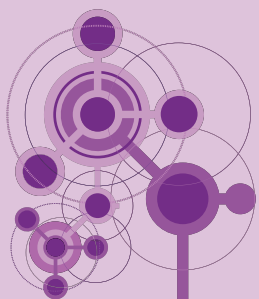
Rimple Mehta (2019, p.160, tradução nossa) apresenta uma análise perspicaz quando destaca, no capítulo 10, que:

Os corpos das mulheres são simbolicamente projetados para representar as fronteiras da nação, bem como os reprodutores da nação. Ironicamente, as mulheres, que são vistas como marcadoras do espaço territorial da nação, também são vistas como propriedade da nação e, portanto, necessitam de defesa e proteção dos filhos patrióticos (Mostov, 1995). Enquanto se espera que os filhos patrióticos protejam suas mães, esposas e filhas, eles podem considerar correto invadir os espaços femininos de outra nação se isso restringir sua soberania de alguma maneira. Esta relação entre as mulheres e a nação é sublinhada pelo perigo da exclusão e pelas pressões para se conformar às culturas e valores nacionais. Elas são vistas como portadoras de valores culturais em virtude de serem as marcadoras, portadoras e reprodutoras da nação.

INTERSECCIONALIDADE, DIVERSIDADE E MERCADO DE TRABALHO

S. Irudaya e K. C. Zachariah (2019, p.87, tradução nossa) afirmam que

A migração não é um fenômeno recente. A Índia há muito tempo testemunha migrações de diferentes formas e em diferentes castas e classes, mas com a mudança do cenário social, cultural e econômico, o quantum e o padrão de migração mostram tendências variadas. A diversidade parece ser o padrão quando se trata de caracterizar a migração com relação à natureza da migração, as razões da migração, a duração da migração e a frequência do retorno ao local de origem.



O livro destaca fortemente a diversidade e variedade do perfil das mulheres migrantes, retratando a heterogeneidade deste grupo e abordando uma das principais lacunas da migração feminina. Ele também defende a adoção de uma abordagem holística para atender às suas necessidades específicas.

A obra explica como a globalização da economia resultou em uma alta demanda de mão-de-obra barata em áreas urbanas e no exterior, e a feminização do setor de cuidados. Como resultado, muitas mulheres têm sido direcionadas a ingressar na força de trabalho de enfermagem e cuidados domésticos com condições precárias e irregulares.

Compartilham-se resultados da pesquisa de campo realizada que revelam a discriminação que as mulheres migrantes sofreram devido a seu estado civil, habilidades linguísticas, casta ou a estigmatização de papéis – entre outras razões. Também ilustra-se que as identidades e reputações das mulheres migrantes foram negativamente afetadas, permeando todos os aspectos da experiência da mulher migrante. Elas são colocadas à sombra do mercado de trabalho e da hierarquia social, com acesso mínimo aos direitos trabalhistas e sociais, perpetuando a pobreza crônica feminina – mesmo quando são altamente instruídas. Por outro lado, também destaca a importância da comunidade da diáspora, que se torna um espaço livre e informal de apoio, ajudando-as a moldar seu futuro.

REFERÊNCIAS

MEHTA, Rimple. Two steps forward, one step backward: a step ahead? *In*: RAJAN, S. Irudaya; NEETHA, N. (ed.). *Migration, gender and care economy*. Abingdon: Routledge, 2019.

MOSTOV, Julie. "Our Womens"/"their womens" symbolic boundaries, territorial markers, and violence in the Balkans. *Peace & Change*, Hoboken, v.20, n.4, p.515-529, 1995.

PESSAR, Patricia R. The constraints on and release of female labor power: the case of the Dominican migration to the United States. *In*: DWYER, Daisy; BRUCE, Judith (ed.). *A home divided: women and income in the Third World*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p.195-215.

RAJAN, S. Irudaya; NEETHA, N. (ed.). *Migration, gender and care economy*. Abingdon: Routledge, 2019.

RAJAN, S. Irudaya; ZACHARIAH, K. C. Women left behind: results from Kerala Migration Surveys. *In*: RAJAN, S. Irudaya; NEETHA, N. (ed.). *Migration, gender and care economy*. Abingdon: Routledge, 2019.

RAY, Panchali. Nursing labour, employment regimes, and affective spaces: experiencing migration in the city of Kolkata. *In*: RAJAN, S. Irudaya; NEETHA, N. (ed.). *Migration, gender and care economy*. Abingdon: Routledge, 2019.

Artigo recebido em 14/12/2022 e aprovado em 23/01/2023.